



R. 111

RELATORIO

APRESENTADO

AO

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

PELO

Ministro de Estado das Relações Exteriores

COMPREHENDENDO O PERIODO DECORRIDO

DE

30 de Abril de 1922 a 3 de Maio de 1923

ANNEXOS B, C, D e E

2º VOLUME



RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL

1924

RELATORIO
DO
MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1923

ANNEXOS B, C, D e E

RELATORIO

APRESENTADO

AO

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

PELO

Ministro de Estado das Relações Exteriores

COMPREHENDO O PERIODO DECORRIDO

DE

30 de Abril de 1922 a 3 de Maio de 1923

ANNEXOS B, C, D e E

2º VOLUME



RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL

1924

OFFICE

SECRET

CONFIDENTIAL

SECRET

CONFIDENTIAL

SECRET

CONFIDENTIAL

SECRET

CONFIDENTIAL

SECRET

CONFIDENTIAL

SECRET

CONFIDENTIAL

SECRET

CONFIDENTIAL

SECRET

CONFIDENTIAL

SECRET

CONFIDENTIAL

INDICE

ANNEXO B

PAGS.

Quadro do pessoal da Secretaria de Estado, em 1 de Maio de 1923.	3
Quadro do Corpo Diplomatico brasileiro, em 30 de Abril de 1923 . .	11
Quadro do Corpo Diplomatico estrangeiro, em 1 de Maio de 1923 . .	21
Quadro do Corpo Consular brasileiro, em 1 de Maio de 1923. . . .	29
Quadro do Corpo Consular estrangeiro, em 1 de Maio de 1923 . . .	41
Quadro dos empregados da Secretaria de Estado, por antiguidade de posto, em 30 de Abril de 1923	55
Quadro do Corpo Diplomatico brasileiro segundo as categorias . . .	61
Quadro do Corpo Consular brasileiro segundo as categorias. . . .	65

ANNEXO C

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS

N. 1

LEIS

Decreto n. 4.550, de 12 de Julho de 1922 — Credito para pagamento do "Atlanta".	3
Decreto n. 4.560, de 21 de Agosto de 1922 — Credito para pagamento do "Lage" e do "Benevente"	3
Decreto n. 4.597, de 18 de Outubro de 1922 — Honras de cidadania ao Sr. Antonio José de Almeida	4
Decreto n. 4.611, de 29 de Agosto de 1922 — Approva emendas ao Pacto da Liga das Nações.	5
Decreto n. 4.612, de 29 de Novembro de 1922 — Approva o Trafego de extradição com o Paraguay	5
Decreto n. 4.613, de 1 de Dezembro de 1922 — Soccorro ás victimas do terremoto no Chile	6
Decreto n. 4.649, de 17 de Janeiro de 1923 — Approva a Convenção Telegraphica e Radio-telegraphica com a Bolivia.	6

DECRETOS

	PAGS.
Decreto n. 15.475, de 10 de Maio de 1922 — Promulga a Convenção sobre commercio de armas e munições	7
Decreto n. 15.485, de 17 de Maio de 1922 — Crêa um Consulado honorario em Casa Branca, Marrocos.	28
Decreto n. 15.486, de 17 de Maio de 1922 — Crêa um Consulado honorario em Altona, Allemanha	28
Decreto n. 15.487, de 17 de Maio de 1922 — Crêa um Consulado honorario em Leria, Portugal.	29
Decreto n. 15.504, de 31 de Maio de 1922 — Crêa um Consulado honorario em Riga, Lettonia	29
Decreto n. 15.505, de 31 de Maio de 1922 — Reconhece a Independencia do Egypto	29
Decreto n. 15.506, de 31 de Maio de 1922 — Promulga o Tratado de extradição com o Perú.	30
Decreto n. 15.515, de 7 de Julho de 1922 — Crêa um Consulado honorario em Baden-Baden, Allemanha.	40
Decreto n. 15.529, de 21 de Junho de 1922 — Crêa um Consulado honorario em Marsala, Italia.	41
Decreto n. 15.530, de 21 de Junho de 1922 — Promulga a Convenção para protecção das obras literarias e artisticas de Berlim, de 1908	41
Decreto n. 15.550, de 7 de Julho de 1922 — Publica a adhesão do Luxemburgo á Convenção sobre propriedade industrial de Washington, ...	56
Decreto n. 15.558, de 12 de Julho de 1922 — Eleva á categoria de Embaixada a representação no Chile	57
Decreto n. 15.559, de 12 de Julho de 1922 — Crêa uma legação na Dinamarca	57
Decreto n. 15.565, de 19 de Julho de 1922 — Publica a denuncia de Honduras á Convenção sobre marcas de fabrica, de Buenos Aires	58
Decreto n. 15.567, de 19 de Julho de 1922 — Abre um credito para pagamento do "Atlanta".	59
Decreto n. 15.579, de 26 de Julho de 1922 — Publica a adhesão da Argentina ás Convenções de Bruxellas sobre Direito Maritimo	60
Decreto n. 15.580, de 26 de Julho de 1922 — Publica a adhesão da Polonia á Convenção da Haya sobre solução pacifica dos conflictos internacionaes	61
Decreto n. 15.591, de 2 de Agosto de 1922 — Publica a adhesão da Tcheco-Slovaquia á Convenção da Haya sobre solução pacifica de conflictos internacionaes.	62
Decreto n. 15.592, de 2 de Agosto de 1922 — Publica a adhesão da Finlandia ás Convenções da Haya, de 1907	63
Decreto n. 15.593, de 2 de Agosto de 1922 — Publica a adhesão da Lettonia á Convenção da Haya sobre a guerra maritima	64
Decreto n. 15.606, de 16 de Agosto de 1922 — Crêa um Consulado honorario no Panamá.	67

	PAGS.
Decreto n. 15.607, de 16 de Agosto de 1922 — Abre credito para despesas de Representação diplomatica.	67
Decreto n. 15.663, de 4 de Setembro de 1922 — Crêa um Consulado honorario em Erberfeld, Allemanha	68
Decreto n. 15.666, de 5 de Setembro de 1922 — Publica a adhesão de Dantzig á Convenção sobre propriedade literaria de Berna, revista em Berlim	68
Decreto n. 15.684, de 13 de Setembro de 1922 — Publica as adhesões da Polónia e de Dantzig á Convenção sobre abalroamento maritimo	69
Decreto n. 15.715, de 4 de Setembro de 1922 — Crêa um Consulado honorario em Addis Abbada, Abyssinia	70
Decreto n. 15.719, de 10 de Setembro de 1922 — Promulga os actos postaes de Buenos Aires, em 1921.	71
Decreto n. 15.751, de 25 de Outubro de 1922 — Eleva a Embaixada a Legação na Argentina	100
Decreto n. 15.757, de 27 de Outubro de 1922 — Designa Praga para séde do Cons. na Tcheco-Slovaquia	101
Decreto n. 15.783, de 8 de Novembro de 1922 — Approva o Regulamento do Codigo de Contabilidade Publica	101
Decreto n. 15.784, de 8 de Novembro de 1922 — Crêa um Consulado honorario em Boston, Estados Unidos da America.	303
Decreto n. 15.785, de 8 de Novembro de 1922 — Crêa um Consulado honorario em Haifa, Syria	303
Decreto n. 15.786, de 8 de Novembro de 1922 — Abre credito para despesas de Representação diplomatica	303
Decreto n. 15.824, de 14 de Novembro de 1922 — Publica a ratificação do Mexico ás Convenções postaes de Buenos Ayres, de 1921	304
Decreto n. 15.825, de 14 de Novembro de 1922 — Crêa um Consulado honorario em Magdeburgo, Allemanha.	305
Decreto n. 15.826, de 14 de Novembro de 1922 — Publica a ratificação da Argentina aos Actos postaes de Buenos Aires, de 1921.	305
Decreto 15.827, de 14 de Novembro de 1922 — Publica a ratificação do Salvador aos Actos postaes de Buenos Ayres, de 1921.	305
Decreto n. 15.851, de 23 de Novembro de 1922 — Publica as ratificações de Costa Rica e Rep. Dominicana aos Actos postaes de Buenos Ayres, de 1921.	306
Decreto n. 15.852, de 23 de Novembro de 1922 — Publica a ratificação da Costa Rica a Actos postaes de Buenos Ayres, de 1921	307
Decreto n. 15.873, de 6 de Dezembro de 1922 — Publica a adhesão da Allemanha ao Arranjo de Madrid, revisto em Washington em 1911, sobre marcas de fabrica e de commercio	307
Decreto n. 15.874, de 12 de Dezembro de 1922 — Abre um credito para soccorrer as victimas terremoto no Chile.	308
Decreto n. 15.899, de 20 de Dezembro de 1922 — Publica a adhesão de Dantzig á Convensão da Cruz Vermelha, de 1906	308

	PAGS.
Decreto n. 15.904, de 27 de Dezembro de 1922 — Publica a ratificação do Uruguay a Actos postaes de Buenos Ayres, de 1921	309
Decreto n. 15.905, de 27 de Dezembro de 1922 — Estabelece uma nova tabella de emolumentos consulares.	310
Decreto n. 15.932, de 17 de Janeiro de 1923 — Supprime o Consulado honorario de Villa Nova de Gaia, em Portugal	323
Decreto n. 15.933, de 17 de Janeiro de 1923 — Crêa um Consulado honorario em Cali, Colombia	323
Decreto n. 15.964, de 16 de Fevereiro de 1923 — Crêa um Consulado honorario em Sydney, Australia	324
Decreto n. 15.977 de 2 de Março de 1923 — Funeraes de Chefe de Estado a Ruy Barbosa.	324
Decreto n. 15.979, de 10 de Março de 1923 — Publica ratificação do Equador aos Actos postaes de Buenos Ayres, de 1921	325
Decreto n. 15.987, de 17 de Março de 1923 — Crêa um Consulado honorario na Haya, Paizes Baixos	325
Decreto n. 16.000, de 1 de Abril de 1923 — Publica a adhesão de Dantzig aos Actos sobre procedencia de mercadorias e registro de marcas de fabrica	326

N. 3

DECISÕES

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre a nomeação de funcionarios — 20 de Junho de 1922.	329
Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre facturas relativas a plantas novas ou partes novas de plantas destinadas ao Brasil — 31 de Junho de 1922.	330
Circular ao Corpo Consular Brasileiro e ao Corpo Diplomatico Brasileiro sobre recenseamento de brasileiros no estrangeiro — 31 de Julho de 1922	330
Circular ao Corpo Diplomatico Brasileiro abolindo os addidos honorarios — 15 de Outubro de 1922.	331
Portaria á Contabilidade sobre a organização do Gabinete do Ministro — 15 de Novembro de 1922	332
Portaria á Contabilidade sobre vencimentos aos funcionarios diplomaticos e consulares em commissão na Secretaria de Estado — 15 de Novembro de 1922.	332
Circular ao Corpo Diplomatico Brasileiro e ao Corpo Consular Brasileiro sobre passaportes — 16 de Dezembro de 1922.	333
Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre prohibição de importação de sementes de algodão — 23 de Dezembro de 1922.	334
Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre licenças a funcionarios honorarios — 26 de Dezembro de 1922.	335
Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre matricula de brasileiros residentes no estrangeiro — 26 de Dezembro de 1922.	335

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre facturas consulares — 26 de Dezembro de 1922	336
Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre a nova tabella de emolumentos — 15 de Janeiro de 1923.	336
Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre fretes para o Lloyd Brasileiro — 27 de Janeiro de 1923.	337
Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre notificação de doenças contagiosas — 25 de Fevereiro de 1923	337
Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre despachos — 31 de Janeiro de 1923.	338
Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre sementes de rubiaceas — 19 de Fevereiro de 1923	338
Circular ao Corpo Diplomático Brasileiro e ao Corpo Consular Brasileiro sobre numeração de officios — 19 de Fevereiro de 1923.	339
Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre vistorias — 19 de Fevereiro de 1923.	339
Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre doenças contagiosas em animais ou plantas — 26 de Fevereiro de 1923	340
Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre férias extraordinarias — 26 de Fevereiro de 1923	340
Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre vistorias de navios estrangeiros — 19 de Março de 1923.	342

ANNEXO D

Receita e despesa dos Consulados Geraes e Consulados remunerados, no exercicio de 1922.	3
Receita e despesa dos Consulados não remunerados, no exercicio de 1922.	7
Receita e despesa dos Vice-Consulados que renderam mais de 500\$, no exercicio de 1922.	9
Movimento de estampilhas, no exercicio de 1922.	11
Tabellas explicativas do orçamento do Ministerio no exercicio de 1922.	12
Resumo dos trabalhos de proposta do orçamento das despesas do Ministerio para o exercicio de 1924.	47
Proposta do orçamento do Ministerio para o exercicio de 1924	49

ANNEXO E

MONTEPIO

Quadro dos contribuintes do montepio dos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores, que falleceram e a cujas familias foram abonadas quantias para funeral ou luto e pensões, desde 1890 até 30 de Abril de 1923	3
---	---

ANNEXO B

Quadros do pessoal da Secretaria de Estado, do
Corpo diplomatico e do Corpo consular do Brasil.— Quadro
do Corpo diplomatico estrangeiro acreditado
no Brasil.— Quadro do Corpo consular estrangeiro

IV.

Journal de l'Institut de France

Année 1875

ANNEE 1875

Journal de l'Institut de France

Journal de l'Institut de France
Année 1875
Journal de l'Institut de France
Année 1875
Journal de l'Institut de France
Année 1875

N. 1

Quadro do pessoal da Secretaria de Estado das Relações Exteriores

Ministro de Estado

Dr. José Felix Alves Pacheco.

Gabinete do Ministro

CHEFE DO GABINETE

Frederico de Castello Branco Clark, Ministro Residente.

OFFICIAL DE GABINETE

Sebastião Sampaio, Addido Commercial.

AUXILIARES

Hildebrando Pompeu Pinto Accioly, 2º Official, em commissão no exterior.

Antonio Felinto de Souza Bastos, Consul de 2ª classe.

Acyr do Nascimento Paes, 3º Official.

Mario de Lima Barbosa, 3º Official.

Joaquim Eulalio do Nascimento Silva, Consul de 1ª classe.

Sub-Secretario de Estado

.....

Gabinete do Sub-Secretario de Estado

.....

Secção da Contabilidade

DIRECTOR DE SECÇÃO

Manoel Coelho Rodrigues.

PRIMEIROS OFFICIAES

Henrique Pinheiro de Vasconcellos, em comissão no Consulado
em Hamburgo.

Fernando de Souza Dantas.

SEGUNDOS OFFICIAES

Pedro Neves de Paula Leite.

TERCEIROS OFFICIAES

Nestor de Braga Mello.

Heitor Collet.

Pedro de Paranaguá.

Ivan Galvão.

Mauro Pontes.

DACTYLOGRAPHO

Fabio Antão de Medeiros Muniz.

Directoria Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos

DIRECTOR GERAL

Arthur Eduardo Raoux Briggs.

AUXILIAR DE GABINETE

TERCEIRO OFFICIAL

Moacyr Ribeiro Briggs.

DACTYLOGRAPHO

Balthazar Franklin Tavora.

Secção do Protocollo

DIRECTOR DE SECÇÃO

Zacarias de Góes Carvalho.

PRIMEIRO OFFICIAL

Ayres de Maya Monteiro.

SEGUNDOS OFFICIAES

Luiz Guimarães Fernandes Pinheiro.

Francisco de Miranda Mascarenhas.

TERCEIROS OFFICIAES

Antonio de Vilhena Ferreira Braga, em commissão no Palacio da Presidencia.

Maria José Mendes Pinheiro de Vasconcellos, em licença.

CALLIGRAPHO

Gaspar de Araujo Monteverde.

ADDIDO

João Ruy Barbosa, 2º Secretario da Embaixada em Paris.

Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da America

DIRECTOR DE SECÇÃO

Arthur Guimarães de Araujo Jorge.

PRIMEIRO OFFICIAL

Henrique Pecegueiro do Amaral.

SEGUNDOS OFFICIAES

Edgardo Barbedo.

Ronald de Carvalho.

TERCEIRO OFFICIAL

Raul Braga de Azevedo.

Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da Europa e Asia

DIRECTOR DE SECÇÃO

Raphael de Mayrinck.

PRIMEIRO OFFICIAL

Mauricio Nabuco.

SEGUNDO OFFICIAL

Renato de Lacerda Lago.

TERCEIRO OFFICIAL

Fernando Lobo Leite Pereira.

DACTYLOGRAPHA

Maria Antonietta de Araujo Jorge.

Secção dos Limites e Actos Internacionaes

DIRECTOR DE SECÇÃO

Henrique José de Saules, em licença.

PRIMEIROS OFFICIAES

Mario de Barros e Vasconcellos, em commissão.

Luiz Pereira Ferreira de Faro Junior, em commissão.

SEGUNDO OFFICIAL

Oswaldo de Moraes Corrêa, servindo de Director.

TERCEIROS OFFICIAES

Jorge Latour.

Jorge de Oliveira Jobim.

CARTOGRAPHO

Francisco Eduardo de Oliveira Basto.

ZELADOR DA MAPPOTHECA

Estevão Mercurin.

DACTYLOGRAPHA

Georgina Martins.

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares

DIRECTOR GERAL

Raul Adalberto de Campos.

AUXILIAR DE GABINETE

SEGUNDO OFFICIAL

Juvenal Meirelles Mesquita.

ADDIDO AO GABINETE

PRIMEIRO OFFICIAL

Antonio de São Clemente.

DACTYLOGRAPHAS

Alice de Hoffbauer Antunes.

Cecilia Pereira Leite.

Secção dos Negocios Commerciaes e Consulares da America

DIRECTOR DE SECÇÃO

Sylvio Romero filho.

PRIMEIROS OFFICIAES

Antonio Alves da Fonseca.

Rodolpho Riegel Filho.

SEGUNDO OFFICIAL

Adriano de Souza Quartim.

TERCEIRO OFFICIAL

Pericles Barbosa Lima.

**Secção dos Negocios Commerciaes e Consulares da Europa,
Asia, Africa e Oceania**

DIRECTOR DE SECÇÃO

Gregorio Pecegueiro do Amaral.

PRIMEIRO OFFICIAL

Manoel Raymundo de Menezes.

SEGUNDO OFFICIAL

Cesar de Mesquita Serva.

TERCEIROS OFFICIAES

Affonso Lopes de Almeida, em commissão.
Murillo Martins de Souza.

Secção do Archivo e da Bibliotheca

DIRECTOR DE SECÇÃO

Napoleão Reys.

PRIMEIRO OFFICIAL

Rodolpho Gonçalves de Siqueira, em licença.

SEGUNDO OFFICIAL

Luiz Carlos de Andrade Filho.

TERCEIRO OFFICIAL

Affonso Barbosa de Almeida Portugal.

CONSERVADOR DO ARCHIVO E DA BIBLIOTHECA

Luiz Esteves de Almeida.

AJUDANTE DO CONSERVADOR

Carlos Alberto Garcez Palha.

Portaria

PORTEIRO

Braz José de Oliveira.

AJUDANTE DO PORTEIRO

Carlos Salgado.

CONTINUOS

Americo Ventura Rodrigues.
Salvador Felipe Gonzales.
Amphiloquio Teixeira Alves.
Bernardino José Pereira Barroso.
Francisco de Paula da Silva Braga.
João Opytaciano dos Santos.
Horacio José Rosas.
Clodomiro Ferraz.
Felix Homem Riograndense Soares.
Euclides José Tavares.

CORREIOS

Carlos Pinto da Costa.
Antonio Joaquim de Souza.

TELEPHONISTA

Benigna Santos.

N. 2

Quadro do Corpo Diplomatico Brasileiro

EM 30 DE MARÇO DE 1923

PARAGUAY

ASSUMPÇÃO

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

José de Paula Rodrigues Alves, em commissão.

PRIMEIRO SECRETARIO

Octavio Fialho, Encarregado de Negocios.

SEGUNDO SECRETARIO

Jorge Olinto de Oliveira, addido á Emb. em Buenos Aires.

GRECIA

ATHENAS

MINISTRO RESIDENTE

José Francisco de Barros Pimentel, serve provisoriamente como Encarregado de Negocios.

SEGUNDO SECRETARIO

.....

ALLEMANHA

BERLIM

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Adalberto Guerra Duval.

PRIMEIROS SECRETARIOS

José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão.
Lourival de Guillobel, em ferias extraordinarias.

SEGUNDOS SECRETARIOS

Cyro de Freitas Valle.
João de Avellar Magalhães Calvet.

ADDIDO COMMERCIAL

Joaquim Antonio de Souza Ribeiro.

SUISSA

BERNA

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Raul do Rio Branco.

PRIMEIRO SECRETARIO

Antonio José do Amaral Murtinho, em ferias extraordinarias.

SEGUNDO SECRETARIO

Joaquim de Souza Leão Filho.

COLOMBIA

BOGOTÁ

MINISTRO RESIDENTE

Mario de Belfort Ramos, em transito.

SEGUNDO SECRETARIO

Argeu de Segadas Machado Guimarães, Encarregado de Negocios.

BELGICA

BRUXELLAS

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Alfredo de Barros Moreira.

PRIMEIRO SECRETARIO

Mario Pimentel Brandão.

SEGUNDO SECRETARIO

Carlos Elias de Latorre Lisboa.

ARGENTINA

BUENOS AIRES

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Pedro de Toledo.

PRIMEIRO SECRETARIO

Carlos de Rostaing Lisboa.

SEGUNDOS SECRETARIOS

Fernando de Lara Palmeiro.

Jorge Olinto de Oliveira, serve addido.

ADDIDO COMMERCIAL

Narciso Peixoto de Magalhães.

VENEZUELA

CARACAS

MINISTRO RESIDENTE

Frederico de Castello Branco Clark, em commissão.

SEGUNDOS SECRETARIOS

Djalma Pinto Ribeiro Lessa, Encarregado de Negocios.
Abelardo Bueno Bretanha do Prado, em transito.

NORUEGA

CHRISTIANIA

MINISTRO RESIDENTE

Alberto Jorge de Ipanema Moreira, em comissão.

SEGUNDO SECRETARIO

Arthur dos Guimarães Bastos, Encarregado de Negocios.

DINAMARCA

COPENHAGUE

MINISTRO RESIDENTE

Lucillo Antonio da Cunha Bueno.

SEGUNDO SECRETARIO

Rubens Ferreira de Mello.

CUBA E AMERICA CENTRAL

HAVANA

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Annibal Velloso Rebello.

SEGUNDO SECRETARIO

Carlos da Silveira Martins Ramos.

PAIZES BAIXOS

HAYA

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Antonio Augusto de Brienne Carneiro do Nascimento Feitosa.

PRIMEIRO SECRETARIO

Gustavo Vianna Kelsch.

SEGUNDO SECRETARIO

Gustavo Mattos de Souza Bandeira.

BOLIVIA

LA PAZ

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Luiz de Lima e Silva, em ferias extraordinarias.

PRIMEIRO SECRETARIO

Felix Bocayuva, Encarregado de Negocios.

SEGUNDO SECRETARIO

Felippe Silviano Brandão.

PERÚ

LIMA

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Abelardo Roças.

PRIMEIRO SECRETARIO

Pedro de Moraes Barros.

SEGUNDO SECRETARIO

Ruy Pinheiro Guimarães.

PORTUGAL

LISBOA

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

José Manoel Cardoso de Oliveira.

PRIMEIRO SECRETARIO

Lafayette de Carvalho e Silva.

SEGUNDOS SECRETARIOS

Themistocles da Graça Aranha.

José Roberto Macedo Soares.

GRÃ BRETAGHA

LONDRES

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Domicio da Gama.

PRIMEIRO SECRETARIO

Luiz Avelino Gurgel do Amaral.

SEGUNDOS SECRETARIOS

Antonio Camillo de Oliveira Filho, em ferias extraordinarias.

Gastão Paranhos do Rio Branco, em ferias extraordinarias.

Heitor Lyra.

ADDIDO COMMERCIAL

Julio Augusto Barbosa Carneiro, em commissão.

HESPAHHA

MADRID

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Rinaldo de Lima e Silva.

PRIMEIRO SECRETARIO

Jarbas Loretti da Silva Lima.

SEGUNDO SECRETARIO

Antonio Moreira de Abreu.

MEXICO
MEXICO

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Raul Régis de Oliveira, em transito.

PRIMEIRO SECRETARIO

.....

SEGUNDO SECRETARIO

Jacome Baggi de Berenguer Cezar, Encarregado de Negocios.

URUGUAY
MONTEVIDÉO

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Luiz Guimarães Filho.

PRIMEIRO SECRETARIO

João Severiano da Fonseca Hermes.

SEGUNDO SECRETARIO

João Leopoldo Modesto Leal, em licença.

FRANÇA
PARIS

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Luiz Martins de Souza Dantas.

PRIMEIROS SECRETARIOS

Carlos Taylor.

Pedro Leão Velloso Neto, em transito.

SEGUNDOS SECRETARIOS

João Ruy Barbosa, em comissão.

Carlos Celso de Ouro Preto.

Trajano Medeiros do Paço.

ADDIDO COMMERCIAL

Francisco Guimarães.

CHINA

PEKIM

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Hippolyto Pacheco Alves de Araujo, em licença.

SEGUNDO SECRETARIO

.....

TCHECO-SLOVAQUIA

PRAGA

MINISTRO RESIDENTE

Carlos Lemgruber Kropf.

SEGUNDO SECRETARIO

Djalma Pinto Ribeiro Lessa, em transito.

EQUADOR

QUITO

MINISTRO RESIDENTE

Arminio de Mello Franco, em férias extraordinarias.

SEGUNDO SECRETARIO

Octavio de Teffé von Hoonholtz, Encarregado de Negocios.

ITALIA

ROMA

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Oscar de Teffé.

PRIMEIROS SECRETARIOS

Pedro Leão Vellozo Neto.

Paulo N. Coelho de Almeida.

SEGUNDOS SECRETARIOS

Leopoldo Teixeira Leite.
Labienco Salgado dos Santos.

ADDIDO COMMERCIAL

Deoclecio de Campos.

SANTA SÉ

SANTA SÉ

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Carlos Magalhães de Azeredo.

PRIMEIRO SECRETARIO

Eduardo de Lima Ramos.

SEGUNDOS SECRETARIOS

Caio de Mello Franco.
Carlos Maximiano de Figueiredo, em transito.

CHILE

SANTIAGO

EMBAIXADOR EXTRAORDINARIO E PLENIPOTENCIARIO

Sylvino Gurgel do Amaral.

PRIMEIRO SECRETARIO

Jeronymo de Avellar Figueira de Mello.

SEGUNDO SECRETARIO

Antonio Barrozo Fernandes Filho.

SUECIA

STOCKHOLMO

MINISTRO RESIDENTE

Alfredo de Almeida Brandão, em ferias extraordinarias.

SEGUNDO SECRETARIO

Arthur dos Guimarães Bastos.

JAPÃO

TOKIO

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Epaminondas Leite Chermont.

PRIMEIRO SECRETARIO

Godofredo de Bulhões, em ferias extraordinarias.

SEGUNDO SECRETARIO

.....

POLONIA

VARSOVIA

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Alcibiades Peçanha.

PRIMEIRO SECRETARIO

Carlos Alberto Muniz Gordilho.

SEGUNDO SECRETARIO

.....

AUSTRIA

VIENNA

ENVIADO EXTRAORDINARIO E MINISTRO PLENIPOTENCIARIO

Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda, em transito.

PRIMEIRO SECRETARIO

Carlos Martins Pereira e Souza, Encarregado de Negocios.

SEGUNDO SECRETARIO

Rubens Dunham, em transito.

N. 3

Quadro do Corpo Diplomatico Estrangeiro

1 DE MAIO DE 1923

AMERICA

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

EDWIN VERNON MORGAN, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

SHELDON L. CROSBY, Conselheiro de Embaixada.

HUGH MILLARD, Terceiro Secretario.

Commandante FRANKLIN LENGLEY WHITLEY, Addido Militar.

Capitão de Fragata GLENN F. HOWELL, Addido Naval.

WILLIAM L. SCHURZ, Addido Commercial.

REPUBLICA ARGENTINA

DR. ANTONIO MORA Y ARAUJO, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

DR. JUAN A. ARECO, Conselheiro de Embaixada.

EDUARDO RACEDO, Primeiro Secretario (Ausente).

LUDOVICO LOIZAGA, Segundo Secretario.

Capitão de Corveta MAXIMO KOCH, Addido Naval.

Tenente Coronel JUAN R. ALVELO, Addido Militar.

Commandante JOSÉ M. SAROBE, Addido Militar (Nomeado).

REPUBLICA DA BOLIVIA

JUAN MANUEL SAINZ, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Ausente).

ROBERTO PARAVICINI, Secretario de Legação, Encarregado de Negocios, interino.

REPUBLICA DO CHILE

DR. MIGUEL CRUCHAGA TOCORNAL, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

DR. LUIZ BALMACEDA FONTECILLA, Primeiro Secretario de Embaixada.

RAUL VALDIVIESO VALDÉS, Segundo Secretario de Embaixada.

Capitão de Fragata LUIS A. CABALLERO, Addido Naval.

Commandante GUILLERMO MEDINA LABRA, Addido Commercial.

RAUL ZAÑARTE CAVERO, Addido.

REPUBLICA DA COLOMBIA

DR. L. TANCO DE ARGÁEZ, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Ausente).

MAXIMILIANO GRILLO, Encarregado de Negocios, interino.

REPUBLICA DE CUBA

DR. ENRIQUE PÉREZ CISNEROS, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

DR. JOSÉ LUIZ GÓMES GARRIGA, Primeiro Secretario de Legação.

REPUBLICA DO EQUADOR

DR. RAPHAEL MARIA ARIZAGA, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Ausente).

CESAR CHIRIBOGO GANGOTENA, Secretario de Legação, Encarregado de Negocios, interino.

TOMAS VEGA TORAL, Secretario de Legação.

REPUBLICA DE GUATEMALA

DR. EDUARDO POIRIER, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Ausente).

ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

DR. ALVARO TORRE DIAZ, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

DR. ALFONSO ACOSTA, Primeiro Secretario de Embaixada.

Capitão FRANCISCO GONZALEZ SWAIN, Addido Militar.

OCTAVIO REYES SPINDOLA, Addido.

REPUBLICA DO PANAMÁ

BELISARIO PORRAS, Ministro Residente (Ausente).

REPUBLICA DO PARAGUAY

MODESTO GUGGIARI, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Ausente).

SILVANO MOSQUEIRA, Secretario de Legação (Ausente).

REPUBLICA DO PERÚ

ERNESTO DE TEZANOS PINTO, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

OSCAR BARRENECHEA Y RAYGADA, Primeiro Secretario de Legação.

REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY

DIONISIO RAMOS MONTERO, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

DR. TEOFILO PIÑEYRO CHAIN, Secretario de Legação (Nomeado).

DR. RAMOS MONTERO, filho, Addido.

REPUBLICA DE VENEZUELA

DR. DIEGO CARBONELL, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Ausente).

EUROPA

ALLEMANHA

GEORG PLEHN, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

RUDOLF COMTE WALDBOTT DE BASSENHEIM, Conselheiro de Legação.

DANKWARD-CHRISTIAN VON BÜLOW, Secretario de Legação.

DR. FRIEDRICH MENSHAUSEN, Secretario de Legação (Ausente).

DR. HEINRICH SEELHEIM, Secretario de Legação.

REINOLD FREYTAG, Secretario de Legação.

BELGICA

Barão ALBÉRIC FALLON, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

Cavalleiro JACQUES BEHAGHEL DE BUEREN, Secretario de Embaixada.
VERBRUGGEN, Consul, Addido.

DINAMARCA

OTTO CARL MOHR, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

KARL KRUSE, Secretario de Legação.

FRANÇA

ALEXANDRE ROBERT CONTY, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario (Ausente).

RENÉ THIERRY, Primeiro Secretario da Embaixada (Ausente).

Conde de HAUTECLOCQUE, Secretario de Embaixada, Encarregado de Negocios, interino.

Commandante SALATS, Addido Militar.

HENRY COUVE, Addido Commercial (Ausente).

GRÃ-BRETANHA

Sir JOHN A. C. TILLEY, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario (Ausente).

WALTER ANNESLEY STEWART, Conselheiro de Embaixada, Encarregado de Negocios, interino.

HENRY DOBINZON, Terceiro Secretario.

Capitão de Mar e Guerra SIDNEY R. BAILEY, Addido Naval (Ausente).

Commandante H. A. BROWN, Addido Naval Adjuncto (Ausente).

ERNEST HAMBLOCH, Primeiro Secretario Commercial.

HESPAÑHA

ANTONIO BENITEZ, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

DR. CARLOS DE MIRANDA, Secretario de Embaixada.

Commandante JULIAN CHACEL NORMA, Addido Militar.

ITALIA

VITTORE COBIANCHI, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

Conde EMILIO PAGLIANO, Conselheiro de Embaixada (Nomeado).

MARIO LOMBARDI, Secretario de Embaixada.

DR. UMBERTO TOMEZZOLI, Conselheiro de Emigração.

DR. GIOVANNI BATTISTA MANFEROCE, Addido Commercial (Ausente).

NORUEGA

F. HERMAN GADE, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

E. FRÜS BAASTAD, Secretario de Legação.

CARL F. SANDBERG, Conselheiro Commercial.

PAIZES BAIXOS

DR. TH. B. PLEYTE, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Barão EMILE DE HEERDT D'EVERSBERG, Secretario de Legação.

PIERRE JACQUES VAN DER GRIENT, Chanceller de Legação, em funções de Secretario.

CHARLES RÉMY-BERZENCOVICH DE SZILLAS, Consul Geral da Hungria, Addido á Legação.

(A Legação dos Paizes Baixos está encarregada dos interesses húngaros no Brasil).

POLONIA

Conde CZESLAW PRUSZYNSKI, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

PORTUGAL

DR. DUARTE LEITE PEREIRA, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

DR. JOAQUIM PEDROSO, Conselheiro de Embaixada.

DR. JOÃO DE LEBRE E LIMA, Terceiro Secretario.

DR. MANOEL DE ANTAS D'OLIVEIRA, Terceiro Secretario.

J. DE CARVALHO NEVES, Addido Commercial.

A. DA COSTA IVO, Addido Financeiro.

SANTA SÉ

Monsenhor ENRICO GASPARRI, Nuncio Apostolico.

Monsenhor CARLO SERENA, Secretario da Nunciatura.

SUECIA

JOHAN THEODOR PAUES, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

SUISSA

ALBERT GERTSCH, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

CHARLES REDARD, Secretario de Legação, Addido Commercial (Ausente).

(A Legação da Suissa está encarregada dos interesses liechtensteinenses no Brasil).

TCHECOSLOVAQUIA

JAN KLECANDA HAVLASA, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Ausente).

DR. OTHON KRIZEK, Conselheiro de Legação, Encarregado de Negocios, interino.

MIROSLAV J. SCHUBERT, Secretario de Legação.

ASIA

CHINA

SHIA YI-DING, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Ou TSIN-SHUING, Primeiro Secretario de Legação.

TOUNG-DEKIEN, Segundo Secretario de Legação.

LIOW NAI-TCHIUN, Addido.

JAPÃO

KUMAICHI HORIGOUTCHI, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

RYOJI NODA, Secretario de Legação de Segunda Classe.

Capitão de Mar e Guerra TOGO KAWANO, Addido Naval.

Capitão YUTOKA TAKENCHO, Addido Militar.

YASHICHI OHTANI, Secretario Interprete de Legação de Primeira Classe.

HISAO YANAI, Secretario de Legação de Terceira Classe.

N. 4

Corpo Consular Brasileiro

CONSULADOS GERAES E CONSULADOS

ABYSSINIA

CONSULADO HONORARIO

Addis-Abbaba — Sylvio de Sá Valle, Consul.

ALLEMANHA

CONSULADOS GERAES DE CARREIRA

Bremen — Dr. Bento Carvalho do Paço, Consul Geral.

Hamburgo — Filinto Elysio Rodrigues Vianna de Abreu, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

Berlim — Oscar Bernardino Paranhos da Silva, Consul.

Munich — Mario Navarro da Costa, Consul.

CONSULADOS HONORARIOS

Altona — Rodolpho Richter, Consul.

Baden-Baden — Carlos Renaux, Consul.

Bonn — Otto Mattheis, Consul.

Colonia —

Dresden — Dr. Ataliba Florence, Consul.

Düsseldorf — Alberto da Rocha Faria de Nioac, Consul.

Elberfeld — João Paulino de Siqueira Campos, Consul.

Hannover — Pindaro Tasso Jatahy, Consul.

Magdeburgo — Otto de Freitas Loewe, Consul.

Nuremberg — Otto Scheyer, Consul.

Wiesbaden — Dr. Fritz Berlè, Consul.

ARGENTINA

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Buenos Aires — Alcino Santos Silva, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

Alvear — Carlos Carlton Coelho Cintra, Consul.

La Plata — Arturo da Costa Alvarez, Vice-Consul encarregado.

Paso de los Libres — Demetrio de Toledo, Consul.

Posadas — Paulo Demoro, Consul.

Rosario — Socrates Moglia, Consul.

Santo Tomé — Protasio Baptista Gonçalves, Consul.

AUSTRIA

CONSULADO DE CARREIRA

Vienna — Annibal de Saboia Lima, Consul.

BELGICA

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Antuerpia — Manoel Pinto de Souza Dantas, Consul Geral.

CONSULADO DE CARREIRA

Bruxellas — Fernando Augusto Georlette, Consul.

BOLIVIA

CONSULADOS DE CARREIRA

Cobija — Mauricio Benamor, Vice-Consul encarregado.

Porto-Sucre — Dr. José de Mendonça Lima, Vice-Consul encarregado.

CONSULADOS HONORARIOS

La Paz — Juan Muñoz Reys, Consul.

Puerto Suarez —

BULGARIA

CONSULADO HONORARIO

Sofia — Bernard Ignace, Consul.

CHILE

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Valparaiso — Octaviano Augusto Machado de Oliveira, Consul Geral.

CONSULADO HONORARIO

Santiago — Douglas Stewart, Consul.

CHINA

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Shanghai — Hugo Reiss, Encarregado do Consulado.

CONSULADO HONORARIO

Tientsin — Louis Macgowan, Consul.

COLOMBIA

CONSULADO GERAL HONORARIO

Bogotá — Manuel Marulanda, Consul Geral.

CONSULADOS HONORARIOS

Barranquilla — J. Henry Helm, Consul.

Cali — Leonidas Marulanda, Consul.

Cartagena — Ramon del Castillo, Consul.

COSTA RICA

CONSULADO HONORARIO

S. José — Felipe Herrero Garcia, Consul.

CUBA

CONSULADOS HONORARIOS

Havana — Dr. Gonzalo Arostegui, Consul.

Santiago — Dr. Felipe S. Veranes, Consul.

DINAMARCA

CONSULADO DE CARREIRA

Copenhagen — Erik Andersen, Consul honorario encarregado.

CONSULADO HONORARIO

Reykjavik (Islandia) — Pjetur Andreas Olafson, Consul.

DOMINICANA (REPUBLICA)

CONSULADO HONORARIO

Santo Domingo — Silvestre Aybar y Nunez, Consul.

EGYPTO

CONSULADO DE CARREIRA

Alexandria — Carlos Miranda da Silveira Lobo, Consul.

EQUADOR

CONSULADO GERAL HONORARIO

Quito — Rafael Vasconez Gomez, Consul Geral.

CONSULADOS HONORARIOS

Cuenca — Remigio Crespo Toral, Consul.

Guayaquil — Julio Burbano Zuniga, Consul.

Loja — Agustin Arias Valdivieso, Consul.

ESPAÑA E POSSESSÕES

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Barcelona — Dr. José Marcellino de Moraes Barros, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

Cadiz — Caio Eugenio de Moraes Barros, Encarregado do Consulado.

Vigo — Antonio Gonzalez de Castro, Vice-Consul encarregado.

CONSULADOS HONORARIOS

- Las Palmas (Canarias)* — Alfredo Sierra Valle, Consul.
Malaga — Francisco Crooke y Heredia, Consul.
San Sebastian — Alfredo Blake de Sant'Anna, Consul.
Santa Cruz (Teneriffe) — Juan Yañez y Perdon, Consul.

ESTADOS UNIDOS E POSSESSÕES

CONSULADOS GERAES DE CARREIRA

- Nova Orleans* — Victor Ferreira da Cunha, Consul encarregado.
Norfolk — John D. Gordon, Vice-Consul encarregado.
Nova York — Helio Lobo, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

- Baltimore* — Léon Dubois, Vice-Consul encarregado.
Chicago — Alvaro de Magalhães, Consul.
Philadelphia — Eduardo de Aguiar Vallim, Consul.

CONSULADOS HONORARIOS

- Cleveland (Ohio)* — Carl W. Brand, Consul.
Honolulu (Hawai) — Antonio Daniel de Castro, Consul.
Los Angeles — Pio Schmidt, Consul (Nomeado).
Manilha (Fillippinas) —
Pensacola — Vincent José Vidal, Vice-Consul encarregado.
San Francisco — Ludwig Mathias Hoefler, Consul.

FINLANDIA

CONSULADO DE CARREIRA

- Helsingfors* — Horacio Sully de Souza, Consul.

FRANÇA E POSSESSÕES

CONSULADOS GERAES DE CARREIRA

- Bordéos* — Matheus de Albuquerque, Consul encarregado.
Havre — José Monteiro de Godoy, Consul Geral.
Paris — José Pinto de Souza Dantas, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

Boulogne sur Mer — Alberto Gracie, Consul encarregado.
Cayenna (G. Franceza) — João Constantino Pinto Peixoto, Consul.
Cherburgo — Alfredo de Mesquita Bastos, Consul.
Dakar — Mario de Deus Fernandes, Consul.
La Rochelle-Pallice — José Fonseca Filho, Consul.
Lyon — Mario Savard de Saint Brisson Marques, Consul.
Marselha — Roberto Mesquita, Consul.

CONSULADOS HONORARIOS

Nantes — Paul Théophile Charpentier, Vice-Consul encarregado
Nice — Ernesto de Campos Lima, Consul.
Toulouse — E. Lamothe, Consul.

GRÃ-BRETANHA E POSSESSÕES

CONSULADOS GERAES DE CARREIRA

Liverpool — Dario Freire, Consul Geral.
Londres — Augusto Sarmento Pereira Brandão, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

Barbados (Antilhas) — Aluizio Martins Torres, Consul.
Bombaim (India) — Vago. A cargo do V. Consul de Portugal.
Calcutta (India) — Heraclito Hermes de Vasconcellos, Consul.
Capetown (Colonia do Cabo) — Charles Henry Fleming, Encarregado do Consulado.
Cardiff — Domingos de Oliveira Alves, Consul.
Glasgow — Alvaro Gastão de Aragão e Mello, Vice-Consul encarregado.
Halifax (Canadá) — Antonio Rabello Braga, Consul.
Manchester — Ignacio Soares de Bulhões, Encarregado do Consulado.
Southampton — Eduardo Porto Osorio Bordini, Consul.

CONSULADOS HONORARIOS

Colombo (Ceylão) — Fernando de Montes Kruger, Consul.
Dover — Francis William Prescott, Consul.
Durban (Natal) — George Gordon Edwards, Consul.
Gibraltar — Aurelio Onetti, Consul.

Hong-Kong — José Miguel Alves, Consul.
Johannesburgo (Transvaal) — John Massey, Consul.
Kingston (Jamaica) — Louis P. Fernandes, Consul.
La Vallette (Malta) — John Dunbar Vella, Consul.
Port of Spain (Trindade) — Ernesto Gomez, Consul.
Santa Lucia (Antilhas) — Gregor Mac Gregor Peter, Consul.
Singapura — Ernen Lechrenkraus, Vice-Consul encarregado.
Swansea — David H. Morgan, Vice-Consul encarregado.
Sydney (Australia) — James Edwards Barron, Consul.
Terra Nova (Newfoundland) — Charles Blackburn, Consul.

GRECIA

CONSULADOS HONORARIOS

Athenas — Andreas Elliados, Encarregado do Consulado.
Salonica — Salomon Ezraty, Consul.

GUATEMALA

CONSULADO HONORARIO

Guatemala — José H. Muñoz, Consul.

HAITI

CONSULADO HONORARIO

Port-au-Prince — Justin Mevs, Consul.

HUNGRIA

CONSULADO HONORARIO

Budapest — Joseph Kovás, Consul.

ITALIA

CONSULADOS GERAES DE CARREIRA

Genova — Milton Cesar Weguelin Vieira, Consul adjunto encarregado.
Nápoles — Philomeno Padula, Consul encarregado.

CONSULADOS DE CARREIRA

Livorno — Pedro Nunes de Sá, Consul.
Milão — Candido Louza, Consul.
Roma — João Eudoxio de Vasconcellos, Consul.
Trieste — Mario Castello Branco, Consul.

CONSULADOS HONORARIOS

Chiavari — Emilio Podestá, Consul.
Marsala — Nestore Fortunati, Consul.
Palermo — Francesco Paolo Dichiarà Russo, Consul.
Rapallo — Juarez Nogueira, Consul.
San Remo — Mariano Massani, Encarregado do Consulado.
Spezia — Francesco Capellini, Consul.
Turim — Giovanni Borgna, Consul.
Veneza — Giuseppe Fagione, Consul.
Ventimiglia — Alfredo Gallian, Consul.

JAPÃO

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Yokohama — Arthur Henry Cole Watson, Vice-Consul encarregado.

CONSULADO DE CARREIRA

Kobe — Pedro Vicente do Couto, Vice-Consul encarregado.

CONSULADO HONORARIO

Nagasaki — Joseph Jules Vacher, Consul.

LETONIA

CONSULADO HONORARIO

Riga — Alfredo Dinbergs, Consul.

MARROCOS

CONSULADOS HONORARIOS

Casa Branca — Joseph Zagury, Consul.
Tanger — Francisco Figueira, Consul.

MEXICO

CONSULADO DE CARREIRA

Tampico — Manoel da Veiga Menezes, Consul.

CONSULADO HONORARIO

Mexico — Antonio Carneiro da Fontoura, Consul.

MONACO

CONSULADO HONORARIO

Montecarlo — Henry Trüb, Consul.

NICARAGUA

CONSULADO HONORARIO

Managua —

NORUEGA

CONSULADO DE CARREIRA

Christiania — Thomas Botler Chalmers, Vice-Consul encarregado.

PAIZES BAIXOS

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Amsterdam — Roberto da Nobrega Beltrão, Encarregado do Consulado Geral.

CONSULADO DE CARREIRA

Rotterdam — Alfredo dos Santos Couceiro, Vice-Consul encarregado.

CONSULADOS HONORARIOS

Haya — Th. de Groen, Consul.

Paramaribo (G. Hollandesa) — José Rodrigues, Consul.

Willemstad (Ilha de Curaçao) — Julius Penha Junior, Consul.

PANAMÁ

CONSULADO DE CARREIRA

Panamá — Jorge Domingo Arias Féraud, Consul honorario encarregado.

PARAGUAY

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Assumpção — Antonio José de Paula Fonseca Filho, Encarregado do Consulado Geral.

PERÚ

CONSULADO DE CARREIRA

Iquitos — Hippolyto Hermes de Vasconcellos, Consul.

CONSULADO HONORARIO

Lima — Lucas Oyague y Noel, Consul.

POLONIA E DANTZIG

CONSULADOS DE CARREIRA

Dantzig — Carlos Ribeiro de Faria, Consul.

Varsovia — Wladislas de Rupinewski, Consul honorario encarregado.

PORTUGAL E POSSESSÕES

CONSULADOS GERAES DE CARREIRA

Lisboa — Henrique de Carvalho Marques de Hollanda, Consul adjunto encarregado.

Porto — Carlos de Carvalho e Souza, Consul encarregado.

CONSULADO DE CARREIRA

Funchal (Madeira) — Amynthas de Lima, Consul.

CONSULADOS HONORARIOS

Aveiro — Luiz Caldas Lins, Consul.

Beira (Africa) —

Braga — Rozo Lagôa, Consul.
Coimbra — Carlos Balbino Dias, Consul.
Lourenço Marques — Léon Cohen, Consul.
Quelimane (Africa) — Rodolpho Huber, Consul.
Leiria — Antonio Ferreira Monteiro da Silva, Consul.
São Vicente (Cabo Verde) — Augusto Vera Cruz, Consul.
Villa do Conde — Eduardo de Andrade Villares, Consul.

ROMANIA

CONSULADO DE CARREIRA

Bucarest — Oscar Correia, Consul.

SALVADOR

CONSULADO HONORARIO

S. Salvador — Jorge Harrison, Consul.

SUECIA

CONSULADO DE CARREIRA

Gothemburgo — Odon Sarmento, Encarregado do Consulado.

CONSULADO HONORARIO

Stockholmo — Dr. Göran Bjorkman, Consul.

SUISSA

CONSULADOS GERAES DE CARREIRA

Genebra — João Baptista Lopes, Consul Geral.
Zurich — José Pinto da Fonseca Guimarães, Consul.

SYRIA E PALESTINA

CONSULADOS HONORARIOS

Beyruth — Fortunato Sellan, Consul.
Damasco — Nicoláu Maluf Bey, Consul (Nomeado).
Haifa — William Gebara, Consul.

TCHECOSLOVAQUIA

CONSULADO DE CARREIRA

Praga —

URUGUAY

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

Montevideo — Dr. Alberto Baez Conrado, Consul Geral.

CONSULADOS DE CARREIRA

Artigas — Juan Oroño, Agente Consular encarregado.

Melo — João Jover, Agente Consular encarregado.

Paysandú — Dr. Joaquim Pereira da Costa, Consul.

Rio-Branco — Eugenio Augusto Villas Bôas, Vice-Consul encarregado.

Rivera — João Baptista Barreto Leite, Vice-Consul encarregado.

Salto — Mario de Azevedo, Consul.

Santa Rosa — José Calmon da Gama, Consul.

VENEZUELA

CONSULADO GERAL HONORARIO

Caracas — Henrique Perez Dupuy, Consul Geral.

ADDIDOS COMMERCIAES

Londres — Julio Barbosa Carneiro.

Paris — Francisco Guimarães.

Roma — Dr. Deoclecio de Campos.

Berlim — Joaquim Antonio de Souza Ribeiro.

Washington — Sebastião Sampaio (Ausente).

Buenos-Aires — Narciso Peixoto de Magalhães.

Na presente lista consular não estão incluídos os nomes dos Vice-Consules e Agentes Consulares.

N. 5

Corpo Consular Estrangeiro

CONSULADOS GERAES E CONSULADOS

ALLEMANHA

CONSULADOS

- Bahia* — Ernst Brandmüller, Enc.
Belém — Franz Berringer.
Curityba — Wilhelm Schack.
Blumenau — Otto Rohkohl.
Florianopolis — Carlos Hoepcke, Enc.
Cuyabá — Henry Hesslein.
Fortaleza — Orcar Huland.
Joinville — Heinrich Meyer.
Porto-Alegre — Henrich Daehnardt.
Recife — Adolf Boeckmann.
Rio de Janeiro — A cargo da Legação.
Santos — Otto Huebele.
S. Luiz — Adolf Friedheim, Enc.
S. Paulo — Karl Pistor.
Victoria — August Arens.
 Tem um Vice-Consulado em *Juiz de Fôra*.

ARGENTINA

CONSULADOS GERAES

- Rio de Janeiro* — Pedro G. Goytia.
Porto-Alegre — Horacio Bossi Cáceres.

CONSULADOS

- Corumbá* — Juan M. da Costa, Enc.
Pelotas — Argentino Brasil Rossani.
Rio Grande — Francisco Antonio Susini.

S. Paulo — Eugenio J. Cattini.

Uruguayana — Horacio Rovira.

Tem Vice-Consulados na *Bahia*, *Belém*, *Florianopolis*, *Póz do Iguassú*, *Itaqui*, *Manãos*, *Paranaguá*, *Recife*, *Santos* e *S. Francisco do Sul*.

AUSTRIA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Hugo Ornstein.

CONSULADOS

Bahia — Richard Schwartz.

Belém — Pedro M. Steiner.

Curityba — Bertholdo Hauer.

Recife — Constantino Barza.

Santos — Karl Reibel.

S. Paulo — Antonio Zerrenner.

Victoria — Robert Langen.

Não tem Vice-Consulados.

BELGICA

CONSULADOS

Bahia — Antonio Petersen.

Belém — Paul Le Cointe.

Bello Horizonte — Hector Fauconnier.

Fortaleza — Joseph Boris, Enc.

Goyaz — Henry Alfred Péclat.

Manãos — Joaquim Gonçalves de Araujo.

Porto-Alegre — Jean Lahorgue, Enc.

Recife — Paul Henry, Enc.

Rio Grande — Marcel Guidoux.

Rio de Janeiro — A cargo da Embaixada.

Santos — Jules Doneux.

São Luiz — Carlos S. de Oliveira Neves, Enc.

São Paulo — Felix Jansen.

Victoria — Jean Zinzen.

Tem um Vice-Consulado em *Maceió* e uma Agencia Consular em *Paranaguá*.

BOLIVIA

CONSULADOS GERAES

Belém — Salvador Campero.

Rio de Janeiro — Dr. Luiz Soares de Souza Henriques.

CONSULADOS

Aracaju — José da Silva Ribeiro.

Bahia — Antonio Balbino de Carvalho.

Corumbá — Carlos Melquiades Barbey.

Curityba — Paulo Ildefonso de Assumpção.

Florianopolis — Ernesto Mendel.

Fortaleza — Maximiniano Leite Barbosa.

Maceió — Ezequiel Pereira da Silva.

Manãos — José Vaz de Oliveira, Enc.

Nictheroy — Luiz H. de Iparraguirre.

Porto-Alegre — Leopoldo Lemmertz, Enc.

Porto-Velho — José Domingo Arce Lacaze.

Recife — João Eustaquio Pereira.

Santos — José de Souza Dantas.

S. Luiz — José Francisco Jorge.

S. Paulo — Alcides Vidigal.

Victoria — Brasílio Pimenta Filho.

Tem Vice-Consulados em *Albunã, Brasilea e Guajará Mirim.*

CHILE

CONSULADOS GERAES

Rio de Janeiro — Samuel Gracie.

S. Paulo — Julio Cesar Campos.

CONSULADOS

Bahia — Alberto Moraes Martins Catharino.

Belém — Arnaldo Valente Lobo, Enc.

Fortaleza — José Gentil Alves de Carvalho.

Manãos — Raul de Azevedo.

Porto-Alegre — Edmundo Eichemberg.

Recife — Antonio Loyo de Amorim.
Rio Grande — José Lopes de Areias Junior.
Não tem Vice-Consulados.

COLOMBIA

CONSULADOS GERAES

Mandos — Demetrio Salamanca.
Rio de Janeiro — Dr. Antonio Carlos Simoens da Silva.

CONSULADOS

Belém — Gustavo Arboleda.
Fortaleza — José Candido de Souza Carvalho.
S. Paulo — Roberto de Koch.
Tem Agencias Consulares em *Marin (Baixo Japurá)* e *Porto Velho*.

COSTA RICA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Dr. Americo Galvão Bueno.

CONSULADO

Recife — Dr. Martinho Garcez Caldas Barreto.
Não tem Vice-Consulados.

CUBA

Tem, apenas, um Vice-Consulado no *Rio de Janeiro*.

DINAMARCA

CONSULADOS

Bahia — Alberto Thomas Bailie.
Porto Alegre — Oscar Christiano Paetzel.
Recife — Adolf Egmond Klein.
Rio Grande — Sinclair Robinson, Enc.
Rio de Janeiro — A cargo da Legação.
Tem Vice-Consulados em *Belém*, *Florianopolis*, *Santos*, *S. Luiz* e *S. Paulo*.

EQUADOR

CONSULADOS

Belém — Hannibal Porto.

Manãos — Joaquim Nunes Lima.

Rio de Janeiro — Octavio do Nascimento Brito.

Não tem Vice-Consulados.

ESPANHA

CONSULADO GERAL

S. Paulo — Pedro Cavanilles y Peón.

CONSULADOS

Bahia — David Noguerol y Fernandez, Enc.

Belém — Remigio C. Fernandes, Enc.

Recife — Luiz Perez Vasquez, Enc.

Rio de Janeiro — Carlos de Miranda y Quartín, Enc.

Santos — Urbano Feijó de Sotomayor y Feijó de Sotomayor.

S. Francisco do Sul — Carlos Haeberer.

Tem Vice-Consulados em *Bagé, Bello Horizonte, Campo Grande, Campos, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Jahu, Manãos, Parahyba, Pelotas, Piracicaba, Poços de Caldas, Porto Alegre, Rio Grande, Sant' Anna do Livramento, S. Luiz, Therezina, Uruguayana e Victoria* e Agencias Consulares em *Araraquara, Atibaia, Bebedouro, Botucatu, Descalvado, Espirito Santo do Pinhal, Itapira, Ribeirão Preto e São Carlos.*

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Alphonse Gaulin.

CONSULADOS

Bahia — Homer Brett.

Belém — George H. Pickerell.

Porto Alegre — John R. Bradley.

Recife — Charles R. Cameron.

Santos — Herndon W. Goforth.

S. Paulo — Arminius T. Haeberle.

Tem Vice-Consules em *Mandos e Rio Grande* e Agentes Consulares em *Curityba, Fortaleza, S. Luiz e Victoria*.

FINLANDIA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Charles Warrington Gilbert.

Tem Vice-Consulados na *Bahia, Recife e Santos*.

FRANÇA

CONSULADOS

Bahia — Martin Mufraggi, Enc.

Belém — Edouard Charles F. de Payan.

Porto Alegre — Fernand Puech.

Rio de Janeiro — Regulus Napoleon Eugène Lucciardi.

S. Paulo e Santos — Lucien Gabriel Emerat.

Tem Agencias Consulares em *Bello Horizonte, Campos, Curityba, Cuyabá, Fortaleza, Florianopolis, Maceió, Mandos, Natal, Parnahyba, Pelotas, Recife e Parahyba, S. Luiz e Victoria*.

GRÃ-BRETANHA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Edgar Errol Napier Mac-Donnell.

CONSULADOS

Bahia — Francis J. Patron.

Belém — Augustine Beverley Wilson.

Bello Horizonte — Dr. Elysio de Carvalho Britto.

Porto Alegre — Dr. Thomas Cantrell Dillon.

Recife — Albert Ernest Renault Browne.

S. Paulo — Arthur Abbott.

Tem Vice-Consulados em *Aracajú, Corumbá, Curityba, Cuyabá, Florianopolis, Fortaleza, Ilhéos, Maceió, Mandos, Morro Velho, Natal, Parahyba, Paranaguá, Parnahyba, Porto Velho, Rio Grande, Santos, S. Francisco, S. João d'El-Rey, S. Luiz e Victoria*.

GRECIA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Demetrius Sfezzo.

CONSULADOS

S. Paulo — Nicolas Janacopoulos.

Tem Vice-Consulados na *Bahia*, em *Belém*, *Florianópolis*, *Fortaleza*, *Natal*, *Parahyba*, *Paranaguá*, *Porto Velho*, *Recife*, *Rio Grande*, *Santos* e *S. Luiz*.

GUATEMALA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Carlos Augusto Faller.

CONSULADOS

Santos — João Manuel Alfaya Rodrigues.

S. Paulo — Leopoldo de Freitas.

Não tem Vice-Consulados.

HAITI

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Luiz de Moraes Junior.

CONSULADOS

Bahia — Dr. Edgard Ribeiro Sanches.

Florianópolis — João Pedro de Oliveira Carvalho.

Mandós — Dr. Alcides Bahia.

Porto Alegre — H. Teltscher Bastian.

Recife — Sylvio de Guimarães Cravo.

S. Paulo — Joaquim Ferreira da Rosa Sobrinho.

Não tem Vice-Consulados.

HONDURAS

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Roberto J. Kinsman Benjamin.

Não tem Vice-Consulados.

HUNGRIA

CONSULADO

S. Paulo — Guillaume Fillinger.

Não tem Vice-Consulados.

ITALIA

CONSULADO GERAL

S. Paulo — Giovanni Battista Dolfini.

CONSULADOS

Belém — Cav. Ludovico Manzini.

Bello Horizonte — Cav. Gio Battista Belli de Sardes.

Curityba — Cav. Nob. Tommasi Ugo.

Florianopolis — Cav. Emmanuel Grazi.

Porto Alegre — Massimo Goffredo.

Recife — Bruno Zuculin.

Rio de Janeiro — Sylvio Camerani, Enc.

Tem Vice-Consulados na *Bahia*, em *Juiz de Fôra*, *Ribeirão Preto* e *Santos* e Agencias Consulares em *Bagé*, *Bento Gonçalves*, *Botucatu*, *Campinas*, *Caxias*, *Corumbá*, *Cuyabá*, *Fortaleza*, *Franca*, *Ilapetininga*, *Jaboticabal*, *Jacarézinho*, *Jahú*, *Laguna*, *Maceio*, *Manãos*, *Mococa*, *Nova Veneza*, *Obidos*, *Ouro Fino*, *Palmeiras*, *Parahyba*, *Petropolis*, *Piracicaba*, *Ponta Grossa*, *Rio Grande*, *Sant'Anna do Livramento*, *Santa Maria da Bocca do Monte*, *Santa Thereza*, *Santa Victoria do Palmar*, *S. Carlos do Pinhal*, *S. Luiz*, *Taquaritinga*, *Taubaté*, *Uruguayana* e *Victoria*.

JAPÃO

CONSULADO GERAL

São Paulo — Kadsu Saito.

CONSULADOS

Baurú — Tetsusuke Tarama, Enc.

Ribeirão Preto — Suetaka Hayao, Enc.

Rio de Janeiro — Ryoji Noda Jorakui.

Não tem Vice-Consulados.

MEXICO

CONSULADOS

Bahia — Ignacio Hasselmann.

Belém — Manuel Ignacio Pereira.

Porto Alegre — Carlos Fontoura.

Recife — João Dubeux.

Rio de Janeiro — Nabor Guzman.

S. Luiz — Amadeu da Cunha Santos Arozo.

S. Paulo — Joaquim Candido de Azevedo.

Tem um Vice-Consulado em *Santos*.

MONACO

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Albino da Silva Bandeira.

Não tem Vice-Consulados.

NICARAGUA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Roberto J. Kinsmann Benjamin.

CONSULADO

S. Paulo — Dr. Christiano Costa.

Não tem Vice-Consulados.

NORUEGA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Fredrik Herman Gad.

CONSULADOS

Porto Alegre — John Baade, Enc.

Recife — Kruse Hansen, Enc.

Santos — Armando Lichti.

S. Paulo — Pedro Cad.

Tem Vice-Consulados na *Bahia*, em *Belém*, *Fortaleza*, *Florianópolis*, *Maceió*, *Parahyba*, *Paranaguá*, *Rio Grande* e *S. Luiz*.

PAIZES BAIXOS

CONSULADOS

- Bahia* — Manuel José do Conde Junior.
Belém — F. Chr. A. Berringer.
Curityba — Wilhelm Schack.
Florianopolis — M. Hoepcke, Enc.
Fortaleza — Joaquim da Costa e Souza.
Maceió — Robert William Browning Paterson, Enc.
Natal — Henry J. Green.
Parahyba — W. Kroncke.
Porto Alegre — J. t' Sas, Enc.
Recife — Julius von Söhsten.
Rio Grande — Jan de Boer.
Rio de Janeiro — A cargo da Legação.
Santos — G. A. Honing.
S. Luiz — Hans Kemnitzer.
S. Paulo — A. F. Zerrenner.
Victoria — J. Zinzen.
Não tem Vice-Consulados.

PANAMÁ

CONSULADOS

- Rio de Janeiro* — Carlos T. Mendez, Enc.
S. Paulo — Samuel Augusto das Neves.
Não tem Vice-Consulados.

PARAGUAY

CONSULADO GERAL

- Rio de Janeiro* — Pedro Arrua Rodas, Enc.

CONSULADOS

- Bella Vista* — Dr. Rodrigo de Oliveira.
Corumbá — Juan R. da Costa.
Mandos — Antonio Duarte de M. Arcosa.
Porto Alegre — Sebastião Kraemer.

S. Paulo — Daniel Monteiro de Abreu.

Santos — Manuel Augusto Alfaya Rodrigues.

Tem Vice-Consulados em *Fôz do Iguassú, Nu Verá, Ponta Porã* e *Porto Murtinho*.

PERÚ

CONSULADOS GERAES

Manãos — Ricardo J. Mac Lean.

Rio de Janeiro — Othon Leonardos Junior.

CONSULADOS

Bahia — Manuel Cerqueira Conde.

Belém — Francisco A. Loyaza.

Fortaleza — Minervino de Abreu.

Porto Velho — Julio Medina Cáceres.

Recife — Joaquim Rodrigues da Costa Magalhães.

S. Paulo — Mario Guastini.

Senna Madureira — Fabriciano Hoyos.

Teffé — Cunegundes Machado.

Tem Vice-Consulados em *Benjamin Constant, Porto Alegre* e *Santos*.

POLONIA

CONSULADO

Curityba — Zbigniew August Miszke.

PORTUGAL

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Carlos de Almeida Afonseca Sampaio Garrido.

CONSULADOS

Bahia — Gonçalo de Figueiredo Vasconcellos da Guerra Mourão.

Belém — José Dias da Costa Paes, Enc.

Bello Horizonte — Avelino Fernandes, Enc.

Fortaleza — Joaquim Manuel Simões, Enc.

Manãos — Arthur Alberto Ferreira da Silva, Enc.

Porto Alegre — Amadeu Alegria, Enc.

Recife — Agapito Pedroza Rodrigues.

Santos — José Augusto Ribeiro de Mello.

S. Luiz — Annibal de Padua Pereira de Andrade.

S. Paulo — Dr. José Augusto de Magalhães.

Tem Vice-Consulados em *Alemquer, Allamira, Amparo, Aracajú, Araraquara, Bagé, Bananal, Barbacena, Barra do Pirahy, Barretos, Baurú, Botucatu, Bragança, Cabo Frio, Campinas, Campos, Casa Branca, Caxias, Codó, Coroadá, Corumbá, Curityba, Cuyabá, Florianópolis, Franca, Goyaz, Granja, Iguape, Ilhéos, Itacoatiara, Itapira, Jaboticabal, Jaguarão, Juiz de Fôra, Macahé, Maceió, Natal, Nictheroy, Obidos, Ouro Preto, Parahyba do Norte, Parahyba do Sul, Paranaguá, Parnahyba, Pelotas, Petropolis, Piracicaba, Pirassinunga, Ponta Grossa, Porto Velho, Rezende, Ribeirão Preto, Rio Grande, Rio Negro, Santarém, Santa Victoria do Palmar, S. Carlos do Pinhal, S. Fidelis, Sobral, Taubaté, Therezina, Tres Lagoas, Turyassu, Tuloya, Uberaba, Varginha, Victoria e Agencias Consulares em Cururupú e Ourém.*

ROMANIA

CONSULADO

Rio de Janeiro — Arthur Vignal, Enc.

Não tem Vice-Consulados.

SALVADOR

CONSULADO

Rio de Janeiro — Octavio Reis.

Não tem Vice-Consulados.

SUECIA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Arendt Holmberg, Enc.

Tem Vice-Consulados na *Bahia, Belém, Porto Alegre, Recife, Rio Grande, Santos, S. Luiz e S. Paulo.*

SUISSA

CONSULADO GERAL

Rio de Janeiro — Albert Gertsch.

CONSULADOS

Bahia — Emil Wildberger.

Belém — Albert Suter.

Curityba — Ernest Sigel.

Porto Alegre — Paul Luchsinger.

Recife — René Louis Hausheer.

Rio Grande — Rodolpho Dietiker.

S. Paulo — Achilles Isella.

Não tem Vice-Consulados.

URUGUAY

CONSULADO GERAL

Estados do Sul — Florencio Rivas (Com séde em Montevidéo).

CONSULADOS

Aracajú — José de Barros Pimentel Filho.

Bagé — Agustin V. Fernandez.

Bahia — Antonio Basañez.

Belém — Antonio Leite Chermont.

Corumbá — Juan M. Vallejo (hijo).

Fortaleza — José Candido Cavalcanti Filho, Enc.

Jaguarão — Rafael Alvarez.

Mandós — Leopoldo de Moraes e Mattos, Enc.

Paranaguá — Francisco Pezanos.

Pelotas — Antonio Romeu.

Porto Alegre — Juan J. Bazac.

Quarahy — Domingo Ernesto Tabarez.

Recife — Gil Rodriguez Diez.

Rio Grande — Rodolfo B. Vieira.

Rio de Janeiro — Alfredo Roberto Fischer.

Sant'Anna do Livramento — Aramynto Ayala.

Santa Maria — Antonio de Lapuente.

Santa Victoria do Palmar — Hector Hernandez Malmsten.

Santos — Carlos Maria de Vallejo.

S. Francisco do Sul — Juan Francisco Costa.

S. Luiz — Joaquim Francisco Vinhas Junior, Enc.

Tem Vice-Consulados em *Barra do Quarahy*, *Barranco Branco*, *D. Pedrito*, *Florianopolis*, *Itajahy*, *Itaqui*, *Maceió*, *Passo Fundo*, *Porto Murtinho*, *S. João Baptista do Quarahy*, *S. Paulo e Uruguayana*.

VENEZUELA

CONSULADOS

Manãos — Octavio Pardo.

Recife — Mario Melo.

Rio de Janeiro — Carlos da Rocha Lima.

Tem um Vice-Consulado em *Santos*.

N. 6

Quadro dos empregados da Secretaria de Estado, por
antiguidade de posto, em 30 de abril de 1923

NOMES	CATEGORIAS	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE
Arthur Eduardo Raoux Briggs.....	Director Geral dos Negocios Políticos e Diplomaticos.	29 de dez. de 1915.
Raul Adalberto de Campos.....	Director Geral dos Nego- cios Commerciaes e Con- sulares	24 de abril de 1918.
Dr. Clovis Bevilacqua.....	Consultor Juridico.....	27 de junho de 1906.
Gregorio Pecegheiro do Amaral.....	Director de Secção.....	31 de março de 1911.
Zacarias de Góes Carvalho.....	Idem	16 de maio de 1913.
Napoleão Reys.....	Idem	16 de maio de 1913.
Sylvio Romero Filho.....	Idem	14 de nov. de 1916.
Henrique José de Saules.....	Idem	24 de abril de 1918.
Arthur Guimarães de Araujo Jorge..	Idem	24 de abril de 1918.
Manoel Coelho Rodrigues.....	Idem	31 de out. de 1918.
Raphael de Mayrinck.....	Idem	16 de abril de 1920.
Manoel Raymundo de Menezes.....	Primeiro Official.....	28 de fev. de 1913.
Antonio Alves da Fonseca.....	Idem	16 de maio de 1913.
Henrique Pecegheiro do Amaral.....	Idem	20 de maio de 1914.
Ayres de Maya Monteiro.....	Idem	29 de out. de 1914.
Mario de Barros e Vasconcellos.....	Idem	14 de nov. de 1916.
Antonio de São Clemente.....	Idem	24 de abril de 1918.
Luiz Pereira Ferreira de Faro Junior	Idem	24 de abril de 1918.
Rodolpho Gonçalves de Siqueira.....	Idem	24 de abril de 1918.
Henrique Pinheiro de Vasconcellos..	Idem	24 de jan. de 1919.
Fernando de Souza Dantas.....	Idem	24 de set. de 1919.
Mauricio Nabuco.....	Idem	6 de abril de 1920.
Rodolpho Riegel Filho.....	Idem	6 de nov. de 1920.
Luiz Carlos de Andrade Filho.....	Segundo Official	14 de nov. de 1916.
Renato de Lacerda Lago.....	Idem	10 de out. de 1917.
Juvonal Meirelles Mesquita.....	Idem	24 de abril de 1918.
Oswaldo de Moraes Correia.....	Idem	24 de abril de 1918.
Hildebrando Pompeu Pinto Accioly..	Idem	24 de abril de 1918.
Ronald de Carvalho.....	Idem	24 de abril de 1918.
Edgardo Barbedo.....	Idem	24 de abril de 1918.
Adriano de Souza Quartim.....	Idem	24 de abril de 1918.
Luiz Guimarães Fernandes Pinheiro..	Idem	24 de abril de 1918.
Fancisco de Miranda Mascarenhas..	Idem	31 de out. de 1918.
Pedro Neves de Paula Leite.....	Idem	24 de jan. de 1919.
Cesar de Mesquita Serva.....	Idem	8 de nov. de 1920.
Nestor de Braga Mello.....	Terceiro Official.....	24 de abril de 1918.
Afonso Barbosa de Almeida Portugal	Idem	24 de abril de 1918.
Heitor Collet.....	Idem	24 de abril de 1918.
Fernando Lobo Leite Pereira Junior.	Idem	24 de abril de 1918.

NOMES	CATEGORIAS	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE
Moacyr Ribeiro Briggs.....	Terceiro Official.....	24 de abril de 1918.
Raul Braga de Azevedo.....	Idem	24 de abril de 1918.
Pericles Barbosa Lima.....	Idem	24 de abril de 1918.
Pedro de Paranaguá.....	Idem	24 de abril de 1918.
Antonio de Vilhena Ferreira Braga.....	Idem	24 de abril de 1918.
Alcides Domingues da Silva.....	Idem	24 de abril de 1918.
Maria José Mendes Pinheiro de Vas- concellos.....	Idem	24 de set. de 1918.
Jorge Latour.....	Idem	31 de out. de 1918.
Acyr do Nascimento Paes.....	Idem	10 de abril de 1919.
Jorge de Oliveira Jobim.....	Idem	17 de set. de 1919.
Ivan Galvão.....	Idem	1 de abril de 1920.
Afonso Lopes de Almeida.....	Idem	15 de maio de 1920.
Mauro Pontes.....	Idem	1 de set. de 1920.
Mario de Lima Barbosa.....	Idem	25 de nov. de 1922.
Francisco Eduardo de Oliveira Basto	Cartographo.....	19 de nov. de 1920.
Gaspar de Araujo Monteverde.....	Calligrapho.....	24 de abril de 1918.
Luiz Esteves de Almeida.....	Conservador do Archivo e da Bibliotheca.....	24 de abril de 1918.
Carlos Alberto Garcez Palha.....	Ajudante do Conservador.....	30 de junho de 1919.
Estvão Mercurin.....	Zelador da Mappotheca.....	30 de junho de 1919.
Fabio Antão de Medeiros.....	Dactylographo.....	24 de agos. de 1918.
Balthazar Franklin Tavora.....	Idem	24 de agos. de 1922.
Georgina Martins.....	Idem	24 de agos. de 1922.
Alce de Hoffbauer Antunes.....	Idem	24 de agos. de 1922.
Maria Antonietta Araujo Jorge.....	Idem	24 de agos. de 1922.
Cecilia Pereira Leite.....	Idem	24 de agos. de 1922.
Annal Xavier Rodrigues.....	Guarda-livros.....	24 de agos. de 1922.
Braz José de Oliveira.....	Porteiro.....	7 de julho de 1922.
Carlos Salgado.....	Ajudante de Porteiro.....	7 de julho de 1922.
Americo Ventura Rodrigues.....	Continuo.....	25 de maio de 1905.
Salvador González.....	Idem	23 de fev. de 1912.
Amphiloquio Teixeira Alves.....	Idem	1 de out. de 1913.
Bernardino Barroso.....	Idem	14 de julho de 1915.
Francisco de Paula da Silva Braga.....	Idem	14 de nov. de 1916.
João Opytaciano dos Santos.....	Idem	8 de jan. de 1918.
Cloemiro Ferraz.....	Idem	8 de jan. de 1918.
Horacio José Rosa.....	Idem	8 de jan. de 1918.
Felix Biogrande Soares.....	Idem	30 de junho de 1919.
Euclides José Tavares.....	Idem	7 de julho de 1922.
Carlos Pinto da Costa.....	Correio.....	30 de set. de 1903.
Anônio Joquim de Souza.....	Idem	28 de fev. de 1921.
Eustachio Torres Estruc.....	Servente.....	31 de set. de 1920.
Manoel Mirante.....	Idem	31 de dez. de 1920.
Abrelino Pereira.....	Idem	31 de dez. de 1920.
Antonio Alves de Lyra.....	Idem	31 de dez. de 1920.
Eduardo Galvão dos Santos.....	Idem	31 de dez. de 1920.
Sebastião José Moreira.....	Idem	31 de dez. de 1920.
Joaquim Marques Ferreira.....	Idem	31 de dez. de 1920.
Pedro Messa.....	Idem	31 de dez. de 1920.
Francisco Luiz Continho Braga.....	Idem	31 de dez. de 1920.
Salvador Pelcore Rizzo.....	Idem	31 de dez. de 1920.
José S. Ori.....	Idem	31 de dez. de 1920.
Aristides de Oliveira Palmeira.....	Idem	31 de dez. de 1920.
Mauro Marcilino de Souza.....	Idem	31 de dez. de 1920.
Vicente Giudice.....	Idem	31 de dez. de 1920.

NOMES	CATEGORIAS	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE
Eduardo Francisco dos Santos.....	Servente.....	31 de dez. de 1920.
José Teixeira Sampaio.....	Idem	31 de dez. de 1920.
Francisco José Gonçalves.....	Idem	31 de dez. de 1920.
Francisco Reynaldo.....	Idem	7 de julho de 1922.
Aulicine Augusto dos Santos.....	Idem	7 de julho de 1922.
Antonio Joaquim Vaz.....	Idem	10 de nov. de 1922.
Benigna Santos.....	Telephonista.....	24 de agos. de 1922.

N. 7

Quadro dos funcionarios addidos da Secretaria de
Estado

NOMES	CATEGORIAS	DATAS EM QUE FORAM DECLARADOS ADDIDOS
Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro...	Secretario Geral.....	18 de fev. de 1920.
Annibal Quintiliano da Silva.....	Encarregado do Material	18 de fev. de 1920.

N. 8

Quadro do Corpo Diplomatico Brasileiro, por antiguidade
de posto

EMBAIXADORES

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Domicio da Gama.....	13 de dez. de 1906.	Grã-Bretanha.
Carlos Magalhães de Azeredo.....	28 de jan. de 1919.	Santa Sé.
Augusto Cochrane de Alencar.....	25 de maio de 1919.	Estados Unidos.
Luiz Martins de Souza Dantas.....	17 de out. de 1919.	França.
Alfredo de Barros Moreira.....	24 de fev. de 1921.	Bélgica.
José Manoel Cardoso de Oliveira....	27 de julho de 1922.	Portugal.
Sylvino Gurgel do Amaral.....	27 de julho de 1922.	Chile.
Raul Regis de Oliveira.....	27 de julho de 1922.	México.
Oscar de Teffé.....	7 de nov. de 1922.	Itália.
Pedro de Toledo.....	11 de nov. de 1922.	Argentina.

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Alcibiades Peçanha.....	7 de out. de 1910.	Polonia.
Raul Paranhos do Rio Branco.....	30 de abril de 1912.	Suissa
Antonio Augusto de Brienne Carneiro do Nascimento Feitosa.....	15 de maio de 1913.	Paizes-Baixos.
Rinaldo de Lima e Silva.....	4 de junho de 1914.	Hespanha.
Adalberto Guerra Duval.....	12 de nov. de 1914.	Allemanha.
Epaminondas Leite Chermont.....	26 de abril de 1915.	Japão.
Hyppolyto Pacheco Alves de Araujo..	7 de março de 1917.	China.
Luiz Guimarães Filho.....	8 de agost. de 1917.	Uruguay.
José de Paula Rodrigues Alves.....	24 de julho de 1918.	Paraguay.
Annibal Velloso Rebello	7 de agost. de 1918.	Cuba e America Central.
Luiz de Lima e Silva.....	23 de março de 1921.	Bolivia.
Abelardo Roças.....	22 de julho de 1922.	Perú.
Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda	14 de nov. de 1922.	Austria.
Alfredo de Almeida Brandão.....	31 de jan. de 1923.	Suecia.

MINISTROS RESIDENTES

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
José Francisco de Barros Pimentel...	20 de julho de 1917.	Grecia.
Carlos de Lemgruber Kropf.....	7 de agosto de 1918.	Tcheco-Slovaquia
Alberto Jorge de Ipanema Moreira...	5 de set. de 1921.	Noruega.
Arminio de Mello Franco.....	1 de out. de 1921.	Equador.
Mario de Belfort Ramos.....	27 de julho de 1922.	Colombia.
Lucillo Antonio da Cunha Bueno....	27 de julho de 1922.	Dinamarca.
Frederico de Castello Branco Clark.	13 de nov. de 1922.	Venezuela.

PRIMEIROS SECRETARIOS DE LEGAÇÃO

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Felix Bocayuva.....	25 de março de 1912.	Bolivia.
Eduardo de Lima Ramos.....	16 de maio de 1913.	Santa Sé.
José Joaquim Moniz de Aragão.....	16 de maio de 1913.	Allemanha.
Carlos Rostaing Lisboa.....	4 de junho de 1914.	Republica Argentina.
Mario Pimentel Brandão.....	4 de junho de 1914.	Belgica.
Lafayette de Carvalho e Silva.....	4 de junho de 1914.	Portugal.
Pedro Leão Velloso Neto.....	16 de fev. de 1916.	França.
Antonio José do Amaral Murtinho...	20 de julho de 1917.	Suissa.
Gustavo Vianna Kelsh.....	31 de jan. de 1918.	Hollanda.
Godofredo de Bulhões.....	31 de jan. de 1918.	China.
Jarbas Loretti da Silva Lima.....	31 de jan. de 1918.	Hespanha.
Carlos Martins Pereira e Souza.....	31 de jan. de 1918.	Grã-Bretanha.
Samuel de Souza Leão Gracie.....	24 de abril de 1918.	Estados Unidos.
Luiz Avelino Gurgel do Amaral.....	24 de julho de 1918.	Grã-Bretanha.
Pedro de Moraes Barros.....	24 de julho de 1918.	Perú.
Carlos Taylor.....	24 de julho de 1918.	França.
Jeronymo Avelar Figueira de Mello..	7 de agosto de 1918.	Chile.
Octavio Fialho.....	26 de fev. de 1919.	Paraguay.
Paulo Nieuwerwe Coelho de Almeida.	5 de out. de 1921.	Italia.
Carlos Alberto Moniz Gordilho.....	27 de julho de 1922.	Polonia.
Lourival de Guillobel.....	27 de julho de 1922.	Allemanha.
João Severiano da Fonseca Hermes Junior.....	14 de nov. de 1922.	Uruguay.

SEGUNDOS SECRETARIOS DE LEGAÇÃO

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Carlos Elias de Latorre Lisboa.....	16 de julho de 1912.....	Belgica.
João Le polido Modesto Leal.....	16 de maio de 1913.....	
Fernando de Lara Palmeiro.....	16 de maio de 1913.....	Argentina.
Octavio de Tefé von Hoonholtz.....	4 de junho de 191.....	Equador.
Carlos Celso de Ouro Preto.....	29 de out. de 1914.....	França.
Gustavo Mattos de Souza Bandeira..	12 de nov. de 1914.....	Paizes Baixos.
Sylvio Rangel de Castro.....	10 de julho de 1915.....	Liga das Nações.
João Ruy Barbosa.....	30 de set. de 1915.....	França.
Labienco Salgado dos Santos.....	16 de fev. de 1916.....	Italia.
Americo Galvão Bueno.....	25 de maio de 1916.....	Estados Unidos.
José Roberto de Macedo Soares.....	20 de julho de 1917.....	Portugal.
Gastão Paranhos do Rio Branco.....	27 de fev. de 1918.....	Grã-Bretanha.
Antonio Camillo Filho.....	27 de fev. de 1918.....	Grã-Bretanha.
Cyro de Freitas Valle.....	27 de fev. de 1918.....	Allemanha.
João de Avellar Magalhães Calvet..	24 de abril de 1918.....	Allemanha.
Themistocles da G. Aranha.....	24 de julho de 1918.....	Portugal.
Leopoldo Teixeira Leite Filho.....	24 de julho de 1918.....	Italia.
Antonio Moreira de Abreu.....	24 de julho de 1918.....	Hespanha.
Carlos Maximiano de Figueiredo.....	7 de agosto de 1918.....	Santa Sé.
Rubens Dunham.....	2 de jan. de 1918.....	Austria.
Felippe Silviano Brandão.....	4 de fev. de 1919.....	Bolivia.
Caio de Mello Franco.....	26 de fev. de 1919.....	Santa Sé.
Rubens Ferreira de Mello.....	17 de set. de 1919.....	Dinamarca.
Joaquim de Souza Leão Filho.....	17 de set. de 1919.....	Suissa.
Arthur dos Guimarães Bastos.....	11 de set. de 1920.....	Suécia.
Traiano Medeiros do Paço.....	11 de set. de 1920.....	França.
Ruy Pinheiro Guimarães.....	11 de set. de 1920.....	Perú.
Roberto Mendes Gonçalves.....	11 de set. de 1920.....	Estados Unidos.
Djama Pinto Ribeiro Lessa.....	11 de set. de 1920.....	Tcheco-Slovaquia.
Argeu de Segadas Machado Gui- marães.....	11 de set. de 1920.....	Colombia.
Antonio Barroso Fernandes Filho...	5 de set. de 1921.....	Chile.
Carlos da Silveira Martins Ramos...	5 de set. de 1921.....	Cuba.
Jacome Bazzi Berenguer Cesar.....	5 de set. de 1921.....	Mexico.
Abelario Bretanha Bueno do Prado.	1 de out. de 1921.....	Venezuela.
Jorge Olyntho de Oliveira.....	15 de julho de 1922.....	Paraguay.
Heitor Lyra.....	25 de nov. de 1922.....	Grã-Bretanha.

N. 9

Quadro do Corpo Consular Brasileiro, por antiguidade
de posto

CONSULES GERAES DE 1ª CLASSE

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Dr. Alberto Baez Conrado.....	24 de dez. de 1906.....	Montevideo.
Filinto Elysio Rodrigues Vianna de Abreu	5 de março de 1913.....	Hamburgo.
Dario Freire.....	19 de nov. de 1913.....	Liverpool.
Manuel Pinto de Souza Dantas.....	20 de maio de 1914.....	Antuerpia.
José Pinto de Souza Dantas.....	27 de out. de 1914.....	Paris.
Dr. José Marcellino de Moraes Barros	12 de nov. de 1914.....	Barcelona.
Helio Lobo	10 de julho de 1915.....	Nova York.
Landulpho Borges da Fonseca.....	24 de abril de 1918.....	Lisboa.
Dr. José Basileu Neves Gonzaga Filho	24 de abril de 1918.....	Genova
José Monteiro de Godoy.....	14 de nov. de 1918.....	Havre.
Alcino dos Santos Silva.....	26 de fev. de 1919.....	Buenos Aires.

CONSULES GERAES DE 2ª CLASSE

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Dr. Bento de Carvalho do Paço....	20 de março de 1914.....	Bremen.
Augusto Sarmiento Pereira Brandão	24 de março de 1915	Londres.
Dr. Alfredo Varela.....	28 de março de 1917.....	Montevideo, addi lo.
José Maria de Campos Paradedá....	31 de dez. de 1917.....	Bordéos.
Octaviano Augusto Machado de Oli- veira	24 de abril de 1918.....	Valparaizo.
Fabio Ramos.....	24 de abril de 1918.....	Hamburgo, addido.
Francisco Garcia Pereira Leão.....	24 de abril de 1918.....	Norfolk.
José Pinto da Fonseca Guimarães..	24 de abril de 1918.....	Zurich.
Carlos Ferreira de Araujo.....	24 de abril de 1918.....	Assumpção.
Sebastião Maggi Salomon.....	24 de abril de 1918.....	Porto.
João Baptista Lopes.....	24 de abril de 1918.....	Genebra.
Luiz Villares Fragoso (1).....	24 de abril de 1918.....	
Leonardo Olavo da Silva Castro.....	14 de nov. de 1918.....	Amsterdam.
Manoel da Costa Barradas.....	26 de fev. de 1919.....	Yokohama.

(1) Aguarda ordens no Rio de Janeiro.

CONSULES DE 1ª CLASSE

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Philomeno Padula.....	28 de jan. de 1911.....	Napoles.
Domingos de Oliveira Alves.....	28 de jan. de 1911.....	Cardiff.
Alvaro da Cunha.....	25 de fev. de 1911.....	Rotterdam.
Hippolyto Hermes de Vasconcellos...	8 de março de 1911.....	Iquitos.
Roberto de Mesquita.....	1 de agosto de 1912.....	Marselha.
Matheus de Albuquerque.....	23 de fev. de 1913.....	Cadiz.
Socrates Moglia.....	28 de fev. de 1913.....	Rosario de Santa Fé.
Joaquim Maria Pedreira Junior.....	12 de nov. de 1914.....	Porto Sucre.
Emilio de S. Felix Simonsen.....	1 de maio de 1917.....	Rivera.
Carlos de Carvalho e Sousa.....	24 de abril de 1918.....	Vigo.
Mario Augusto de Azevedo.....	24 de abril de 1918.....	Salto.
Paulo Demôro.....	24 de abril de 1918.....	Posadas.
Victor Ferreira da Cunha.....	24 de abril de 1918.....	Nova Orleans.
George William Chester.....	24 de abril de 1918.....	Manchester.
Carlos Ribeiro de Faria.....	24 de abril de 1918.....	Dantzig.
Oscar Paranhos da Silva.....	24 de abril de 1918.....	Berlim.
Mario Savard de Saint-Brisson Mar- ques.....	24 de abril de 1918.....	Lyon.
Manoel de Oliveira Costa.....	24 de abril de 1918.....	Gothemburgo.
Mario Castello Branco.....	24 de abril de 1918.....	Trieste.
Nicolau José Debané.....	24 de abril de 1918.....	Christiania.
Guilherme Fernandes da Silva (1)...	24 de abril de 1918.....	
Joaquim Eulalio do Nascimento Silva	24 de abril de 1918.....	Glasgow.
Alvaro de Magalhães.....	24 de abril de 1918.....	Chicago.
Annibal de Saboia Lima.....	24 de abril de 1918.....	Vienna.
Braz Calmon da Gama.....	14 de nov. de 1918.....	Cobija.
Eduardo Porto Ozorio Bordini.....	26 de fevereiro de 1919.	Southampton.
Fernando Augusto Georlette.....	4 de out. de 1922.....	Bruxellas.
Eduardo de Aguiar Vallim.....	4 de out. de 1922.....	Philadelphia.
João Eudoxio de Vasconcellos.....	4 de out. de 1922.....	Roma.

(1) Aguarda ordens no Rio de Janeiro.

CONSULES DE 2ª CLASSE

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Dr. Joaquim Pereira da Costa.....	2 de maio de 1910.....	Paysandú.
Carlos Carlton Coelho Cintra.....	2 de set. de 1910.....	Alvear.
Dr. Protasio Baptista Gonçalves.....	21 de out. de 1911.....	Santo Thomé.
Heracito Hermes de Vasconcellos....	28 de fev. de 1913.....	Calcuttá.
Mario de Deus Fernandes.....	12 de nov. de 1914.....	Dakar.
José Theodoro Falcão.....	12 de nov. de 1914.....	Melo.
Mario Drolhe Costa.....	5 de jan. de 1915.....	Barcelona, addido.
Antonio Felinto de Souza Bastos....	2 de fev. de 1915.....	Boulogne sur-mer.
Amyntas de Lima.....	2 de fev. de 1915.....	Funchal.
Aluisio Martins Torres.....	8 de jan. de 1917.....	Barbados.
Alberto Gracie.....	8 de jan. de 1917.....	Boulogne-sur-mer, interinamente.
João Constantino Pinto Peixoto.....	28 de março de 1917....	Cayena.
Oscar Correia.....	8 de maio de 1917.....	Bukarest.
Luiz de Magalhães Tavares.....	4 de jan. de 1918.....	Baltimore.
Manuel da Veiga Menezes.....	8 de jan. de 1918.....	Tampico.
Horacio Sully de Souza.....	24 de abril de 1918.....	Helsingfors.
Antonio Rabello Braga.....	24 de abril de 1918.....	Halifax.
Fernando de Mesquita Braga.....	24 de abril de 1918.....	
Euribiades Barbosa Gonçalves.....	24 de abril de 1918.....	Rio Branco.
Alfredo de Mesquita Bastos.....	24 de abril de 1918.....	Cherburgo.
José Calmon da Gama.....	24 de abril de 1918.....	Santa Rosa.
Pedro Nunes de Sá.....	24 de abril de 1918.....	Livorno.
José Fabrino de Oliveira Bayão.....	24 de abril de 1918.....	Berlim, addido.
Carlos de Miranda da Silveira Lobo	24 de abril de 1918.....	Alexandria.
Jayme do Nascimento Brito.....	24 de abril de 1918.....	Havre, addido.
José da Fonseca Filho.....	24 de abril de 1918.....	La Rochelle Pallice.
Mario Navarro da Costa.....	14 de nov. de 1918.....	Munich.
Osorio Dutra.....	12 de março de 1919....	La Plata.
Hamilton da Silva Pires.....	1 de jan. de 1920.....	Berlim, addido.
Murillo Martins de Souza.....	11 de fev. de 1921.....	Artigas.
Candido de Louza.....	5 de out. de 1922.....	Milão.
Demetrio de Toledo.....	5 de out. de 1922.....	Paso de los Libres.

CONSULES DE 2ª CLASSE ADJUNTOS

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Wenceslau de Sousa Guimarães.....	2 de Jan. de 1914.....	Montevideo.
Milton Cesar Weguelin Vieira.....	4 de Junho de 1914.....	Genova.
João Baptista Borges Machado.....	2 de fev. de 1915.....	Buenos Aires.
James Philip Mee.....	10 de Julho de 1915.....	Liverpool.
Ary Werneck.....	24 de abril de 1918.....	Hamburgo.
João Carlos Muniz.....	24 de abril de 1918.....	Nova York.
Alfredo Polzin.....	24 de abril de 1918.....	Havre.
Felippe de Mello.....	24 de abril de 1918.....	Iquitos.
Henrique de Carvalho Marques de Hollanda.....	24 de abril de 1918.....	Lisboa.
Noé Florambel Pinto Peixoto.....	11 de nov. de 1919.....	Paris.
Alfredo Dias de Mello.....	22 de fev. de 1919.....	Barcelona.
Raul Vacchias.....	5 de out. de 1922.....	Antuerpia.

INSPECTORES CONSULARES

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
José Custodio Alves de Lima.....	24 de abril de 1918.....	America do Norte, America Central e Asia.
João Fausto de Aguiar.....	24 de abril de 1918.....	America do Sul e Sul da Africa
Henrique Carlos Martins Pinheiro....	10 de março de 1918.....	Europa e Norte da Africa.

ADDIDOS COMMERCIAES

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	SÉDES DE SEUS POSTOS
Deoclecio de Campos.....	8 de março de 1911.....	Roma.
Francisco Guimarães.....	28 de fev. de 1913.....	Paris.
Narciso Peixoto de Magalhães.....	28 de março de 1917.....	Buenos Aires.
Julio Augusto Barbosa Carneiro....	8 de jan. de 1919.....	Londres.
Sebastião Sampaio.....	24 de março de 1920.....	Washington.
Joaquim Antonio de Souza Ribeiro..	24 de março de 1920.....	Berlim.

AUXILIARES DE CONSULADO

NOMES	DATAS DA ADMISSÃO OU DA NOMEAÇÃO	POSTOS EM QUE SERVEM
William Oliver Punshon.....	1 de fev. de 1877.....	Liverpool.
William Howarth.....	10 de julho de 1883.....	Liverpool.
Joaquim Clington.....	15 de março de 1884.....	Lisbôa.
Quintino Gramacho.....	1 de maio de 1886.....	Porto.
William George Smith.....	1 de set. de 1892.....	Liverpool.
John de Grouchy.....	11 de set. de 1899.....	Southampton.
Alfredo Carlos Morgan.....	1 de nov. de 1899.....	Londres.
Eugenio Raisin.....	15 de nov. de 1899.....	Bordéos.
François Huibant.....	1 de janeiro de 1901.....	Havre.
Alfredo Retumba.....	6 de janeiro de 1901.....	Porto.
Maurício Morel.....	15 de abril de 1902.....	Havre.
Ernesto Francisco d'Almeida de Cam- pos Velho.....	1 de janeiro de 1903.....	Porto.
Raul Gaia.....	18 de fev. de 1904.....	Lisbôa.
José Augusto da Silva Ribeiro.....	22 de out. de 1904.....	Porto.
Augusto Pinto Chaim.....	15 de março de 1906.....	Porto.
André Luxich.....	20 de agosto de 1906.....	Trieste.
Julio Mirellis Garcia.....	3 de jan. de 1907.....	Barcelona.
Mario Rowley Mendes.....	3 de junho de 1907.....	Montevideo.
João Antonio Rodrigues Martins.....	2 de junho de 1908.....	Genova.
Carlos Maria do Carmo de Noronha....	31 de julho de 1908.....	Lisbôa.
Henrique Carlos de Martins Pinheiro Filho.....	4 de out. de 1908.....	Paris.
A. Caseaux Dasquez.....	2 de abril de 1909.....	Montevideo.
Nicanor Damasio e Mello de Oliveira..	30 de nov. de 1909.....	Antuerpia.
Manoel Dias Fernandes.....	18 de março de 1910.....	Vigo.
Luiz Damaso da Costa Moraes.....	1 de jan. de 1911.....	Porto.
Jorge Clington.....	20 de julho de 1911.....	Lisbôa.
Tertius Griffith Anslow.....	18 de dez. de 1911.....	Liverpool.
Eurico Costa.....	1 de março de 1912.....	Buenos-Aires.
José Rodrigues Martins.....	1 de out. de 1912.....	Genova.
Lucien Turqué.....	2 de out. de 1912.....	Bordéos.
Francisco Sebastian.....	22 de abril de 1913.....	Barcelona.
Caio Eugenio de Moraes Barros.....	21 de junho de 1913.....	Cadiz.
Manoel Garcia Paranhos.....	12 de julho de 1913.....	Montevideo.
Ildefonso Navarro Leitão.....	10 de nov. de 1913.....	Rosario de Santa Fé.
Alexandre Georlette.....	13 de out. de 1914.....	Antuerpia.
Eduardo Agostini.....	1 de janeiro de 1903.....	Paris.
Eugenio Oddino.....	1 de janeiro de 1916.....	Napolis.
David Moretson Barbosa Lage.....	16 de fev. de 1916.....	Halifax.
José Antunes Sampaio Guimarães.....	20 de maio de 1916.....	Havre.
João Baptista Barreto Leite.....	1 de junho de 1916.....	Rivera.
Benedicto Costa.....	10 de junho de 1916.....	Genova.
José de Carvalho e Silva.....	1 de julho de 1916.....	Hamburgo.
Paulo Coelho Rodrigues.....	11 de julho de 1916.....	Hamburgo.
Theodoro da Silva Ribeiro Jor.....	15 de julho de 1916.....	Bordéos.
Antonio C. Moreira Telles.....	11 de agosto de 1916.....	Manilha.
Narciso José Nogueira Braga.....	30 de agosto de 1916.....	Cardiff.
Renato de Macedo Sodré.....	25 de set. de 1916.....	Paris.
Jayne Holstein Morse.....	11 de out. de 1916.....	Nova York.
Waldemar Mendes de Almeida.....	1 de fev. de 1917.....	Paris.
Joaquim Antonio dos Santos.....	1 de maio de 1917.....	Genebra.
Raul Conrado.....	2 de maio de 1917.....	Buenos-Aires.
Gabriel de Andrade.....	15 de out. de 1917.....	Nova York.

AUXILIARES DE CONSULADO

NOMES	DATAS DA ADMISSÃO OU DA NOMEAÇÃO	POSTOS EM QUE SERVEM
Carlos Escobeiro Fernandes.....	1 de nov. de 1917.....	Nova Orleans.
Joaquim Pinto Dias.....	24 de abril de 1918.....	Genova.
Edgard Rangel do Monte.....	24 de abril de 1918.....	Buenos Aires.
Luiz Gonzaga Mendes de Almeida.....	24 de abril de 1918.....	Montevideo.
Henrique Schuler.....	24 de abril de 1918.....	Bremen.
Arnaldo Guimarães.....	24 de abril de 1918.....	Cherburgo.
Eurico da Camara.....	24 de abril de 1918.....	Napoles.
Antonio de Brandão Mendes.....	24 de abril de 1918.....	Posadas.
Waldemar de Araujo.....	24 de abril de 1918.....	Buenos Aires.
Ildefonso Falcão.....	24 de abril de 1918.....	Bremen.
Alberto de Almeida Cavalcanti.....	24 de abril de 1918.....	Liverpool.
João Carlos de Mesquita Telles.....	24 de abril de 1918.....	Valparaizo.
Christino do Valle Jor.....	24 de abril de 1918.....	Paris.
Francisco Gualberto de Oliveira Filho.....	24 de abril de 1918.....	Vienna.
Felippe de Santa Cruz Guimarães.....	24 de abril de 1918.....	Londres.
Paulo de Souza Dantas.....	24 de abril de 1918.....	Nova York.
Alfredo dos Santos Couceiro.....	24 de abril de 1918.....	Rotterdam.
Claudionor Augusto de Campos.....	24 de abril de 1918.....	Marselha.
Pedro Alcantara Nabuco de Abreu Filho.....	24 de abril de 1918.....	Hamburgo.
José Enéas Ferraz Filho.....	14 de nov. de 1918.....	Roma.
Heraldo Pederneras.....	14 de nov. de 1918.....	Lyon.
Antonio Augusto de Souza Bandeira.....	15 de dez. de 1918.....	Paris.
Roberto Nobrega Beltrão.....	24 de abril de 1919.....	Amsterdam.
Antonio dos Santos Torres.....	17 de dez. de 1919.....	Roma.
Odon Sarmento.....	4 de março de 1920.....	Hamburgo.
Jorge de São Clemente.....	9 de abril de 1920.....	Nova York.
Fernando Murinho Braga.....	9 de set. de 1920.....	Norfolk.
Nemesio Dutra.....	30 de nov. de 1920.....	Genova.
Raul Ribeiro da Silva.....	10 de dez. de 1920.....	Hamburgo.
Ignacio Soares de Bulhões.....	22 de dez. de 1920.....	Manchester.
Vicente Avelino.....	13 de jan. de 1921.....	Londres.
João Godoy de Oliveira Rocha.....	25 de jan. de 1921.....	Manchester.
Alvaro Gastão de Aragão e Mello.....	29 de jan. de 1921.....	Glasgow.
Elpidio Pereira.....	14 de fev. de 1921.....	Paris.
Alipio Dutra.....	25 de fev. de 1921.....	Paris.
José Antonio de Freitas.....	17 de maio de 1921.....	Lisboa.
Firmino de Moraes Pinto Filho.....	1 de set. de 1921.....	Munich.
Antonio José de Paula Fonseca Filho.....	5 de set. de 1921.....	Montevideo.
Adolpho Camargo das Neves.....	9 de fev. de 1922.....	Havre.
Ruy do Prado Marcondes.....	9 de fev. de 1922.....	Napoles.
Floriano Nunes Pereira.....	17 de maio de 1922.....	Rosario de Santa Fé.
Octaviano Machado Filho.....	31 de maio de 1922.....	La Rochelle.
Edmundo Lopes Carneiro da Fontoura.....	14 de junho de 1922.....	Glasgow.
Raul Gomes.....	11 de agosto de 1922.....	Hamburgo.
Alberto Martins Ribeiro.....	23 de agosto de 1922.....	Napoles.
Narbal Costa.....	23 de agosto de 1922.....	Munich.
Octaviano Conrado.....	23 de agosto de 1922.....	Salto.
Arthur Iberê de Lemos.....	23 de agosto de 1922.....	Berlim.
Mario Wright de Miranda Pacheco.....	23 de agosto de 1922.....	Paris.
Jorge Kirchoffer Cabral.....	23 de agosto de 1922.....	Londres.
Luiz Felipe do Rego Rangel.....	23 de agosto de 1922.....	Marselha.
Helenio de Miranda Moura.....	18 de set. de 1922.....	Antuerpia.
Deoclecio Dantas Duarte.....	14 de out. de 1922.....	Bremen.

AUXILIARES DE CONSULADO

NOMES	DATAS DA ADMISSÃO OU DA NOMEAÇÃO	POSTOS EM QUE SERVEM
Armando Braga Ruy Barbosa.....	14 de out. de 1922.....	Southampton.
Marietta da Silva Lara.....	14 de out. de 1922.....	Nova York.
Dario Caetano da Silva.....	18 de out. de 1922.....	Londres.
Oscar Pires do Rio.....	21 de out. de 1922.....	Lisbôa.
Octavio de Sá Neves da Rocha.....	14 de nov. de 1922.....	Lisbôa.

N. 10

Quadro dos agentes diplomaticos e consulares em
disponibilidade

NOME	CATEGORIA	DATA DA DISPONIBILIDADE
Dr. Olyntho Maximo de Magalhães..	Env. Ext. e Min. Plen. c/a comm. de Embaixador.	17 de out. de 1919.

ANNEXO C

LEIS, DECRETOS E CIRCULARES

N.1

LEIS

DECRETO N. 4.550 — DE 12 DE JULHO DE 1922

Autoriza o Presidente da Republica a abrir pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito especial especificado neste decreto para pagamento ao Governo da Italia pelo accidente soffrido pelo vapor Atlanta no porto do Rio de Janeiro

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir pelo Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 32:793\$890, papel, em £ 5.100-0-0, ou 45:333\$334, ouro, para attender ao pagamento devido ao Governo da Italia pelo accidente soffrido no porto do Rio de Janeiro, em agosto de 1918, pelo vapor *Atlanta*, pertencente ao mesmo governo; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1922, 101° da Independencia e 34° da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 4.560 — DE 21 DE AGOSTO DE 1922

Autoriza o Governo a abrir, pelo Ministerio das Relações Exteriores, um credito especial de 354:129\$740, para restituição á França do que o Brasil recebeu a mais na liquidação dos navios «Lage» e «Benevente»

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo

Ministerio das Relações Exteriores, um credito de 354:429\$740, para restituição á França do que o Brasil recebeu a mais na liquidação dos navios *Lage* e *Benevente*, em virtude do accôrdo de 29 de outubro de 1920, com aquella nação, a saber: francos 624.343.53 ao cambio de \$564.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1922, 100º da Independencia e 36º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 4.597 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1922

Concede ao Presidente da Republica de Portugal, Dr. Antonio José de Almeida, as honras de cidadania brasileira, e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil.
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono, a resolução seguinte:

Art. 1.º Em homenagem ao Presidente da Republica Portugueza, Dr. Antonio José de Almeida, e em commemoção da sua visita ao Brasil, são-lhe concedidas as honras de cidadania brasileira.

Art. 2.º O Poder Executivo erigirá, na Capital da Republica dos Estados Unidos do Brasil, um monumento commemorativo dessa visita. Para esse fim abrirá concurso; fixará premios destinados a recompensar os artistas autores dos melhores projectos, e para o pagamento desses premios e demais despesas, pedirá ao Congresso Nacional os creditos necessarios.

Art. 3.º São revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Joaquim Ferreira Chaves.

DECRETO N. 4.611 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1922

Approva as resoluções contendo emendas aos arts. 4º, 6º, 12, 13, 15, 16 e 26 do Pacto da Liga das Nações, adoptadas nas sessões de 3, 4 e 5 de outubro de 1921

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Ficam approvadas as resoluções contendo emendas aos arts. 4º, 6º, 12, 13, 15, 16 e 26 do Pacto da Liga das Nações, adoptadas nas sessões de 3, 4 e 5 de outubro de 1921, na assembléa da mesma Liga, reunida na cidade de Gêneve.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.612 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1922

Approva o Tratado de Extradicação de criminosos entre o Brasil e o Paraguay

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica approvedo o Tratado de Extradicação de criminosos entre o Brasil e o Paraguay, assignado na cidade de Assumpção no dia 24 de fevereiro de 1922.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.613 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1922

Autoriza o Poder Executivo a dispender até mil contos de réis, papel, para soccorrer as victimas do terremoto no Chile

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a dispender até a importancia de mil contos de réis, para soccorrer as populações do Chile, flagelladas pelo terremoto que convulsionou aquelle paiz.

Paragrapho unico. A importancia acima poderá ser applicada, em todo ou em parte, na aquisição de generos de primeira necessidade que, transportados em navios brasileiros, sejam distribuidos, de accôrdo com o Governo Chileno. ás victimas do terremoto.

Art. 2.º Para execução desta lei fará o Poder Executivo as necessarias operações de credito; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 4.649 — DE 17 DE JANEIRO DE 1923

Approva a Convenção especial de Trafego mutuo telegraphico e radio-telegraphico entre o Brasil e a Bolivia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica approvada a Convenção especial de trafego mutuo telegraphico e radio-telegraphico directo entre o Brasil e a Bolivia, assignada no Rio de Janeiro a 2 de maio de 1918.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

N. 2

DECRETOS

DECRETO N. 15.475 — DE 10 DE MAIO DE 1922

Promulga a Convenção de 10 de setembro de 1919, relativa ao commercio de armas e munições, e o Protocollo que a acompanha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Havendo sancionado, pelo decreto n. 4.357, de 28 de Outubro de 1921, a resolução do Congresso Nacional que approvou a adhesão prestada pelo Governo do Brasil á Convenção relativa ao commercio de armas e munições, assignada em Saint-Germain-en-Laye, a 10 de Setembro de 1919, e ao Protocollo que lhe é annexo; e tendo sido depositado aos 28 de Abril ultimo, no Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica Franceza, o instrumento brasileiro de ratificação da alludida Convenção e Protocollo;

Decreta que a mesma Convenção e respectivo Protocollo, appensos por cópia ao presente decreto, sejam executados e cumpridos tão inteiramente como nelles se contém.

Rio de Janeiro, 10 de Maio de 1922, 101° da Independencia e 34° da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

EPITACIO DA SILVA PESSÔA,

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL.

Faço saber, aos que a presente Carta de ratificação virem, que o Brasil, havendo adherido á Convenção relativa ao commercio de armas e munições, assignada em Saint-Germain-en-Laye, a 10 de Setembro de 1919, e ao Protocollo que

a accompanha, se tornou parte contractante dos referidos actos, que são do teor seguinte:

Convention relative au contrôle du commerce des armes et des munitions et Protocole signés à Saint-Germain-en-Laye le 10 septembre 1919

LES ÉTATS-UNIS D'AMÉRIQUE, LA BELGIQUE, LA BOLIVIE, L'EMPIRE BRITANNIQUE, LA CHINE, CUBA, L'ÉQUATEUR, LA FRANCE, LA GRÈCE, LE GUATEMALA, HAÏTI, LE HEDJAZ, L'ITALIE, LE JAPON, LE NICARAGUA, LE PANAMA, LE PÉROU, LA POLOGNE, LE PORTUGAL, LA ROUMANIE, L'ÉTAT SERBE-CROATE-SLOVÈNE, LE SIAM et L'ÉTAT TCHÉCO-SLOVAQUE.

Considérant que la longue guerre qui vient de prendre fin et à laquelle ont été successivement mêlées la plupart des Nations, a eu pour effet d'accumuler, dans diverses parties du monde, des quantités considérables d'armes ou de munitions de guerre dont la dispersion constituerait un danger pour la paix et la tranquillité publique;

Considérant que, dans certaines parties du monde, il est nécessaire d'exercer une surveillance spéciale du commerce et de la détention des armes et des munitions;

Considérant que les stipulations conventionnelles, notamment l'Acte de Bruxelles du 2 juillet 1890, réglementant le trafic des armes et des munitions dans certaines régions, ne correspondent plus aux circonstances actuelles, qui exigent des dispositions plus développées portant sur des territoires plus étendus en Afrique et l'établissement d'un régime analogue sur certains territoires d'Asie;

Considérant qu'une surveillance particulière de la zone maritime avoisinant certaines contrées est nécessaire pour assurer l'efficacité des mesures prises par les Gouvernements, tant en ce qui concerne l'importation des armes et des munitions dans ces contrées qu'en ce qui concerne l'exportation des dites armes et munitions hors de leurs territoires métropolitains;

Et sous la réserve qu'à l'expiration d'une période de sept ans la présente Convention sera sujette à révision en tenant compte de l'expérience acquise, si le Conseil de la Société des Nations, agissant en cas de besoin à la majorité, émet un vœu dans ce sens;

Ont désigné pour leurs Plénipotentiaires.

LE PRÉSIDENT DES ÉTATS-UNIS D'AMÉRIQUE:

L'Honorable Frank Lyon POLK, Sous-Secrétaire d'État;

L'Honorable Henry WHITE, ancien Ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire des États-Unis à Rome et à Paris;

Le Général Tasker H. BLISS, Représentant militaire des États-Unis au Conseil supérieur de Guerre;

SA MAJESTÉ LE ROI DES BELGES:

M. Paul HYMANS, Ministre des Affaires étrangères, Ministre d'État;

M. Jules van den HEUVEL, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire de S. M. le Roi des Belges, Ministre d'État;

M. Emile VANDERVELDE, Ministre de la Justice, Ministre d'État;

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE BOLIVIE:

M. Ismail MONTES, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire de Bolivie à Paris;

SA MAJESTÉ LE ROI DE GRANDE-BRETAGNE ET D'IRLANDE ET DES TERRITOIRES BRITANNIQUES AU DELA DES MERS, EMPEREUR DES INDES:

Le Très Honorable Arthur James BALFOUR, O. M., M. P., Secrétaire d'État pour les Affaires étrangères;

Le Très Honorable Andrew BONAR LAW, M. P., Lord du Sceau privé;

Le Très Honorable Vicomte MILNER, G. C. B., G. C. M. G., Secrétaire d'État pour les Colonies;

Le Très Honorable George Nicoll BARNES, M. P., Ministre sans portefeuille;

Et:

pour le DOMINION du CANADA:

L'Honorable Sir Albert Edward KEMP, K. C. M. G., Ministre des Forces d'Outre-Mer;

pour le COMMONWEALTH d'AUSTRALE:

L'Honorable George Joster PEARCE, Ministre de la Défense;

pour l'UNION SUD-AFRICAINE:

Le Très Honorable Vicomte MILNER, G. C. B., G. C. M. G.;

pour le DOMINION de la NOUVELLE-ZÉLANDE:

L'Honorable Sir Thomas MACKENZIE, K. C. M. G., Haut-Commissaire pour la Nouvelle-Zélande dans le Royaume-Uni;

pour l'INDE:

Le Très Honorable Baron SINHA, K. C., Sous-Serétaire d'État pour l'Inde;

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE CHINOISE:

M. Lou Tseng-Tsiang, Ministre des Affaires Étrangères;

M. Chengting Thomas WANG, Ancien Ministre de l'Agriculture et du Commerce;

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE CUBAINE:

M. Antonio Sanchez de BUSTAMANTE, Doyen de la Faculté de Droit de l'Université de La Havane, Président de la Société Cubaine de Droit International;

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE L'ÉQUATEUR:

M. DORN Y DE ALSUA, Envoyé extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de l'Équateur à Paris;

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE:

M. Georges CLÉMENTEAU, Président du Conseil, Ministre de la Guerre;

M. Stephen PICHON, Ministre des Finances;

M. André TARDIEU, Commissaire général aux Affaires de guerre franco-américaines;

M. Jules CAMBON, Ambassadeur de France;

SA MAJESTÉ LE ROI DES HELLÈNES:

M. Nicolas POLITIS, Ministre des Affaires étrangères;

M. Athos ROMANOS, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire auprès de la République Française;

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE GUATÉMALA:

M. Joaquim MENDEZ, Ancien Ministre d'Etat aux Travaux Publics et à l'Instruction Publique, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire du Guatemala à Washington, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire en mission spéciale à Paris;

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE D'HAÏTI:

M. Tertullien GUILBAUD, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire d'Haïti à l'Équateur;

SA MAJESTÉ LE ROI DU HEDJAZ:

M. Rustem HAIDAR;

M. ABDUL HADI AOUNI;

SA MAJESTÉ LE ROI D'ITALIE:

L'Honorable Tommaso TITONI, Sénateur du Royaume, Ministre des Affaires étrangères;

L'Honorable Tittorio SCIALOJA, Sénateur du Royaume;
L'Honorable Maggiorine FERRARIS, Sénateur du Royaume;
L'Honorable Guglielmo MARCONI, Sénateur du Royaume;
L'Honorable Silvio CRESPI, Député;

SA MAJESTÉ L'EMPEREUR DU JAPON:

Le Vicomte CHIDA, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire de S. M. l'Empereur du Japon à Londres;

M. K. MATSUI, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire de S. M. l'Empereur du Japon à Paris;

M. H. IJUIN, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire de S. M. l'Empereur du Japon à Rome;

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE NICARAGUA:

M. Salvador CHAMORRO, Président de la Chambre des Députés;

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DE PANAMA:

M. Antonio BURGOS, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de Panama à Madrid;

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DU PÉROU:

M. Carlos G. CANDAMO, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de Panamá à Madrid;

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE DU POLONAISE:

M. Ignace J. PADEREWSKI, Président du Conseil des Ministres, Ministre des Affaires étrangères;

M. Roman DMOWSKI, Président du Comité national polonais;

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE PORTUGAISE:

Le Docteur Affonso DA COSTA, Ancien Président du Conseil des Ministres;

Le Docteur Augusto Luiz Vieira SOARES, Ancien Ministre des Affaires étrangères;

SA MAJESTÉ LE ROI DE ROUMANIE:

M. Nicolas MISU, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de Roumanie à Londres;

Le Docteur Alexander VAIDA-VOEVOD, Ministre sans portefeuille;

SA MAJESTÉ LE ROI DES SERBES, DES CROATES ET DES SLOVÈNES:

M. N. P. PACHITCH, Ancien Président du Conseil des Ministres;

M. Ante TRUMBIC, Ministre des Affaires étrangères;
M. Ivan ZOLGER, Docteur en droit;

SA MAJESTÉ LE ROI DE SIAM:

Son Altesse le Prince CHAROON, Envoyé extraordinaire et
Ministre plénipotentiaire de S. M. le Roi de Siam à Paris;

Son Altesse Sérénissime le Prince TRAIKOS PRABANDHU,
Sous-Secrétaire d'Etat aux Affaires étrangères;

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE TCHECO-SLOVAQUE:

M. Gharles KRAMÁR, Président du Conseil des Ministres;

M. Edouard BENES, Ministre des Affaires étrangères;

Lesquels, après avoir échangé leurs pleins pouvoirs reconnus en bonne et due forme.

Ont convenu des dispositions suivantes:

CHAPITRE I

EXPORTATION DES ARMES ET MUNITIONS

Article 1.

Les Hautes Parties Contractantes s'engagent à interdire l'exportation des armes de guerre ci-après énumérées: pièces d'artillerie de toute espèce, appareils propres à lancer des projectiles explosifs ou gazogènes de toutes espèces, lance-flammes, bombes, grenades, mitrailleuses et armes rayées de petit calibre se chargeant par la culasse, de tout modèle, ainsi que l'exportation des munitions destinées à ces diverses catégories d'armes. L'interdiction d'exportation s'applique à ces armes et munitions, qu'elles soient montées ou en pièces détachées.

Toutefois, les Hautes Parties Contractantes se réservent le droit d'accorder, en ce qui concerne les armes dont l'emploi n'est pas prohibé par le droit des gens, des autorisations dérogeant à cette interdiction, mais seulement en vue de permettre des exportations pour les besoins de leurs Gouvernement ou du Gouvernement de l'une d'entre elles.

Dans le cas d'armes à feu et de munitions susceptibles de servir à la guerre et à d'autres buts, les Hautes Parties Contractantes se réservent le droit de déterminer, d'après l'importance, la destination et les autres circonstances de toute expédition, celui de ces usages auquel elles sont destinées et de décider dans chaque cas si les stipulations du présent article leur sont applicables.

Article 2.

Les Hautes Parties Contractantes s'engagent à interdire l'exportation des armes à feu et munitions, montées ou en pièces détachés, autres que les armes et munitions de guerre, lorsqu'elles sont à destination des zones ou contrées spécifiées à l'Article 6 ci-après.

Toutefois, les Hautes Parties Contractantes se réservent le droit d'accorder des autorisations dérogeant à cette interdiction, étant entendu que ces autorisations seront délivrées par leurs propres autorités, qui devront préalablement s'assurer que les armes ou munitions pour lesquelles on permis d'exportation est demandé n'ont pas une destination et ne doivent pas revoir un usage contraire aux stipulations de la présente Convention.

Article 3

Les chargements qui seront effectués en exécution des contrats conclus antérieurement à la mise en vigueur de la présente Convention, seront soumis aux dispositions de cette Convention.

Article 4

Les Hautes Parties Contractantes s'engagent à n'accorder aucune autorisation d'exportation à un pays qui se refuse à accepter la tutelle sous laquelle il a été placé, ou qui, placé sous la tutelle d'une Puissance, chercherait, en dehors de celle-ci, à se procurer des armes ou des munitions visées aux articles 1. et 2.

Article 5

Un Bureau Central International, placé sous l'autorité de la Société des Nations, sera institué avec mission de réunir et de conserver les documents de toute nature, échangés entre les Hautes Parties Contractantes relativement au commerce et à la circulation des armes et des munitions visés par la présente Convention.

Chacune des Hautes Parties Contractantes devra publier chaque année un rapport indiquant les autorisations d'exportation qu'elle aura accordées, avec mention de la quantité et de la destination des armes et munition que en auront fai l'object. Un exemplaire de ce rapport sera adressé au Bureau Central International et au Secrétaire général de la Société des Nations.

En outre, les Hautes Parties Contractantes s'engagent à envoyer au Bureau Central International et au Secrétaire général de la Société des Nations des renseignements statistiques complets sur les quantités et la destination de toutes les armes et munitions exportées sans licence.

CHAPITRE II

IMPORTATION DES ARMES ET MUNITIONS — ZONES DE PROHIBITION ET DE SURVEILLANCE MARITIME

Article 6

Les Hautes Parties Contractantes s'engagent, chacune en ce qui concerne le territoire soumis à sa juridiction, à prohiber l'importation des armes et munitions visées aux Articles 1er et 2 dans les zones territoriales suivantes, et en outre à en interdire l'importation et le transport dans la zone maritime définie ci-dessous:

1.° La totalité du continent africain, à l'exclusion des territoires de l'Algérie, de la Libye et de l'Union Sud-Africaine.

Sont comprises dans la zone de prohibition du continent africain les îles adjacentes situées à moins de cent milles marins de la côte, ainsi que les îles du Prince, de Saint-Thomé, d'Annobon et de Socotora.

2.° La Transcaucasie, la Perse, le Gwadar, la péninsule arabique et les territoires continentaux de l'Asie, qui, au 1er Août 1914, dépendaient de l'Empire ottoman.

3.° La zone maritime comprenant la mer Rouge, le Golfe d'Aden, le Golfe Persique, ainsi que la mer d'Oman et limitée par une ligne qui, partant du Cap Guardafui, suivra le parallèle de ce cap jusqu'à sa rencontre avec le 57° de longitude Est de Greenwich et de là, gagnera directement la frontière orientale de la Perse dans le Golfe d'Oman.

Des autorisations spéciales d'importation dans les zones ci-dessus définies pourront être accordées; dans la zone africaine, elles seront subordonnées à l'observation des prescriptions prévues aux articles 7 et 8 ci-après, sans préjudice des prescriptions plus rigoureuses qui se trouveraient en vigueur sur les lieux; dans les autres zones énumérées dans le présent article ces autorisations seront subordonnées à l'observation des prescriptions analogues, mises en vigueur par les Gouvernements qui y exercent l'autorité.

CHAPITRE III

SURVEILLANCE À TERRE

Article 7

Les armes et munitions, dont l'importation dans les zones de prohibition aura été spécialement autorisée, ne pourront être introduits que par les ports désignés à cet effet par les autorités de l'État, Colonie, Protectorat ou pays soumis à mandat.

Elles y seront déposées par l'importateur, à ses frais et risques, dans un entrepôt public placé sous la garde exclusive et le contrôle permanent de l'autorité et de ses agents, dont un au moins devra appartenir aux cadres de l'administration ou de l'armée. Les entrées ou sorties devront toujours avoir été préalablement autorisées par les services administratifs de l'État, Colonie, Protectorat ou pays soumis à mandat, à moins qu'il s'agisse d'armes ou de munitions destinées à l'armement de la force publique ou à l'organisation de la défense des territoires nationaux.

La sortie des armes et des munitions, déposées dans les entrepôts, ne sera autorisée que dans l'un des cas suivants:

1.° Être à destination des localités désignées par l'autorité supérieure comme lieux où les habitants pourront détenir des armes, sous le contrôle et la responsabilité des autorités locales, en vue de la défense contre les pillards ou rebelles;

2.° Être à destination des emplacements désignés par l'autorité supérieure comme entrepôts placés sous la surveillance et la responsabilité des autorités locales;

3.° Être à destination de particuliers, qui justifient en avoir besoin pour leur usage personnel légitime.

Article 8

Dans les zones de prohibition spécifiées à l'article 6, le commerce des armes et des munitions sera placé sous le contrôle d'agents de l'autorité publique et soumis aux prescriptions suivantes:

1.° Nul ne pourra tenir un entrepôt d'armes ou de munitions sans une autorisation.

2.° Toute personne autorisée à tenir un entrepôt d'armes ou de munitions devra y affecter un local spécial et clos, ne possédant qu'une entrée, laquelle sera pourvue de deux

serrures dont l'une ne pourra être ouverte que par les représentants de l'autorité.

L'entrepositaire sera responsable des quantités d'armes ou de munitions introduites dans l'entrepôt; il en devra justifier à tout réquisition. A cette effet, les entrées et les sorties seront portées sur un registre spécial, coté et paraphé, dont les mentions seront approuvées sur les actes administratifs ayant autorisé les déplacements.

3.° Aucun transport d'armes ou de munitions ne pourra être effectué sans une autorisation spéciale.

4.° Aucune sortie d'un entrepôt privé ne pourra être effectuée sans une autorisation délivrée par l'autorité régionale, sur demande motivée et appuyée d'un permis de port d'armes ou d'une autorisation spéciale d'achat de munitions. Toute arme devra être enregistrée et marquée; l'autorité préposée au contrôle indiquera, en outre, sur le permis de port d'armes l'estampille, apposée sur l'arme.

5.° Nul ne pourra céder, à titre gratuit ou onéreux, l'arme ou les munitions, dont il est régulièrement détenteur, sans y avoir été autorisé.

Article 9

Dans les zones de prohibition spécifiées à l'article 6, la fabrication et l'ajustage des armes ou munitions seront interdits en dehors des arsenaux installés par l'Administration locale ou, dans les régions placées sous tutelle, en dehors des arsenaux installés par l'Administration locale sous le contrôle, de l'État mandataire, dans l'intérêt de la défense du territoire ou pour le maintien de l'ordre public.

La réparation des armes ne pourra être effectuée que dans les arsenaux ou dans les établissements ayant reçu, à cet effet, une autorisation de l'Administration locale; cette autorisation ne sera accordée que moyennant des garanties assurant l'observation des règles posées par la présente Convention.

Article 10

Dans les zones de prohibition spécifiées à l'Article 6, l'État qui doit emprunter le territoire d'un État limitrophe pour l'importation des armes ou munitions, montées ou en pièces détachées, du matériel et des matières destinées à l'armement sera autorisé sur sa demande à les faire transiter par le territoire de cet État.

Toutefois, il devra, à l'appui de sa demande de transit, garantir que les dits articles sont requis pour les besoins de son propre Gouvernement et qu'ils ne seront à aucun moment ni vendus, ni cédés ou livrés pour un usage privé, ni employés à l'encontre des intérêts des Hautes Parties Contractantes.

Toute infraction devra faire l'objet d'une constatation régulière dans les formes suivantes:

a) Si l'État importateur est pleinement souverain, la constatation de son infraction sera faite par un ou plusieurs des représentants des Hautes Parties Contractantes limitrophes accrédités auprès de lui. Après qu'ils en auront avisé, s'il y a lieu, les représentants des autres États limitrophes, tous procéderont en commun à l'examen des faits et, le cas échéant, provoqueront les explications de l'État importateur. Si la gravité des faits l'exigent et si les explications de l'État importateur sont jugées insuffisantes, ils notifieront conjointement à cet État que toute autorisation de transit en sa faveur est désormais suspendue et que nouvelle demande lui sera refusée jusqu'à ce qu'il ait fourni des garanties nouvelles suffisantes.

Les formes et conditions des garanties prévues au présent article feront l'objet d'une entente préalable entre les représentants des Hautes Parties Contractantes limitrophes. Ces représentants se communiqueront mutuellement, au fur et à mesure de leur émission, les permis de transit délivrés par les autorités compétentes.

b) Si l'État importateur est soumis au régime du mandat institué par la Société des Nations, la constatation de l'infraction sera faite par une des Hautes Parties Contractantes ou, sur sa propre initiative, par la Puissance à laquelle le mandat est dévolu; c'est à cette dernière qu'il appartiendra de prononcer ou de réclamer, suivant les cas, la suspension et, à l'avenir, le refus de toute autorisation de transit.

En cas d'infraction dûment constatée, aucun nouveau permis ne sera accordé à l'État contravenant sans le consentement préalable du Conseil de la Société des Nations.

Dans tous les cas, si les menées ou la situation troublée de l'État importateur menaçaient la tranquillité publique de l'un des États limitrophes signataires de la présente Convention, l'importation en transit des armes, des munitions, du matériel et des matières destinés à l'armement, sera refusée à l'État importateur par tous les États limitrophes jusqu'à ce que la tranquillité soit rétablie.

CHAPITRE IV

SURVEILLANCE EN MER

Article 41

Sous réserve des dispositions contraires contenues dans les accords spéciaux actuellement en vigueur ou dans ceux qui pourront être ultérieurement conclus et qui devront, en tous cas, satisfaire aux prescriptions de la présente Convention, l'État souverain ou la Puissance chargée d'un mandant de la Société des Nations, exécuteront la surveillance et la police des eaux territoriales dans les zones de prohibition spécifiées à l'article 6.

Article 42

Dans les zones de prohibition, y compris la zone de surveillance en haute mer, telles qu'elles sont spécifiées à l'article 6, toutes opérations d'embarquement, de débarquement et de transbordement d'armes ou de munitions sont interdites aux navires indigènes d'un tonnage inférieur à 500 tonneaux.

A cet égard, sera considéré comme indigène tout navire appartenant à un indigène, ou armé ou commandé par un indigène, ou dont plus de la moitié de l'équipage sera composée d'indigènes originaires des pays riverains de l'Océan Indien, de la Mer Rouge, du Golfe Persique et du Golfe d'Oman.

Cette disposition n'est applicable ni aux allèges ou chalandes, ni aux navires qui, sans s'éloigner de la côte de plus de cinq milles, se livrent exclusivement au cabotage entre les différents ports du même État, Colonie, Protectorat ou pays soumis à mandat, où se trouvent des entrepôts.

Toutes cargaisons d'armes ou de munitions, chargées sur les embarcations ou navires visés au paragraphe précédent, devront être l'objet d'une autorisation spéciale de l'autorité territoriale, les armes ou munitions transportées étant soumises aux dispositions de la présente Convention.

Cette autorisation devra contenir toutes les indications nécessaires pour établir la qualité et la quantité des articles de la cargaison, le navire sur lequel celle-ci doit être chargée, le nom du destinataire, le port d'embarquement et celui de destination. Il devra, en outre, être spécifié que l'autorisation a été délivrée conformément aux prescriptions de la présente Convention.

Les prescriptions qui précèdent ne sont pas applicables :

1.° Aux transports d'armes ou de munitions effectuées pour le compte de Gouvernements, à la condition qu'ils soient convoyés par un fonctionnaire dûment qualifié;

2°, aux armes ou munitions en la possession de personnes munies d'un permis de port d'armes, lorsque ces armes sont destinées à l'usage personnel de leur détenteur et sont indiquées d'une manière précise sur leur permis de port d'armes.

Article 13

Pour prévenir tout transport irrégulier d'armes ou de munitions dans la zone de surveillance maritime spécifiée à l'article 63, les navires indigènes d'un tonnage inférieur à 500 tonneaux qui ne se livrent pas exclusivement au cabotage entre les différents ports du même État, Colonie, Protectorat ou pays soumis à mandat sans s'éloigner de plus de cinq milles de la côte et qui sont en provenance ou à destination d'un point quelconque compris dans cette zone, devront être munis d'un manifeste de cargaison ou d'un document similaire, spécifiant la quantité et la qualité des marchandises qu'ils transportent, leur provenance et leur destination. Cette pièce continuera à être couverte par le secret, qui lui est assuré par la législation de l'État auquel le navire ressortit, et pourra être examinée lors des opérations de vérification de pavillon, à moins que l'intéressé n'y consente.

Les prescriptions concernant l'établissement de ces documents ne seront pas applicables aux bateaux qui ne sont pas entièrement pontés, qui n'ont pas plus de dix hommes d'équipage et qui se livrent exclusivement à la pêche dans les eaux territoriales.

Article 14

L'autorisation d'arborer le pavillon d'une des Hautes Parties Contractantes, dans la zone de surveillance maritime spécifiée à l'article 63, ne sera accordée qu'aux bâtiments indigènes qui satisferont à la fois aux trois conditions suivantes :

1°, les propriétaires devront ressortir à la Puissance dont ils demandent à porter les couleurs;

2°, ils seront tenus d'établir qu'ils possèdent des biens-fonds dans la circonscription de l'autorité à qui est adressée leur demande, ou de fournir une caution solvable pour la garantie des amendes qu'ils pourraient encourir;

3°, lesdits propriétaires, ainsi que le capitaine du bâtiment, devront fournir la preuve qu'ils jouissent d'une bonne réputation et, notamment, n'avoir jamais été l'objet d'une condamnation pour transport irrégulier des articles visés dans la présente Convention.

L'autorisation devra être renouvelée chaque année. Elle renfermera les indications nécessaires pour établir l'identité du navire, nom, tonnage, gréement, dimensions principales, numéro d'inscription, lettres signalétiques. Elle portera la date à laquelle elle aura été délivrée et la qualité du fonctionnaire qui l'aura délivrée.

Le nom du bâtiment indigène et l'indication de son tonnage devront être gravés et peints en caractères latins à la poupe; les lettres initiales du port d'attache ainsi que le numéro d'enregistrement dans la série des numéros de ce port seront imprimés en noir sur les voiles.

Article 15

Les bateaux indigènes auxquels, aux termes du dernier alinéa de l'article 13, les prescriptions relatives au manifeste de cargaison ne sont pas applicables, recevront, de l'autorité territoriale ou de l'autorité consulaire, suivant les cas, une licence spéciale, renouvelable chaque année et révocable dans les conditions prévues à l'article 19.

La licence spéciale indiquera le nom du bateau, ses caractéristiques, sa nationalité, son port d'attache, le nom du capitaine, celui du propriétaire et les parages dans lesquels le bateau doit naviguer.

Article 16

Les Hautes Parties Contractantes conviennent d'appliquer les règles suivantes dans la zone de surveillance maritime spécifiée à l'article 63:

1°, lorsqu'un bâtiment de guerre appartenant à l'une des Hautes Parties Contractantes rencontre, en dehors des eaux territoriales, un navire indigène de moins de 500 tonneaux arborant le pavillon d'une des Hautes Parties Contractantes, le commandant du bâtiment de guerre, s'il a des raisons fondées de croire que le navire indigène arbore ce pavillon sans en avoir le droit, afin de transporter irrégulièrement des armes ou des munitions, pourra procéder à la vérification de la nationalité dudit navire par l'examen du titre autorisant le port de pavillon, à l'exclusion de tout autre document;

2°, à cet effet, un canot, commandé par un officier en uniforme, pourra être envoyé à bord du navire suspect, après qu'on l'aura hélé pour lui donner avis de cette intention. L'officier envoyé à bord du navire arrêté devra procéder avec tous les égards et tous les ménagements possibles; avant de quitter le navire arrêté, il dressera un procès-verbal suivant la forme et dans la langue en usage dans le pays auquel il appartient. Ce procès-verbal, qui constatera les faits, sera daté et signé par l'officier.

Au cas où il n'y aurait pas, à bord du bâtiment de guerre, d'autre officier que le commandant, les opérations ci-dessus prévues pourront être accomplies par le sous-officier le plus élevé en grade.

Le capitaine ou patron du navire arrêté, ainsi que les témoins, seront invités à signer le procès-verbal; ils auront le droit d'y faire ajouter toutes explications qu'ils croiront utiles;

3°, si l'acte d'autorisation d'arborer le pavillon ne peut être produit ou si ce document n'est pas en bonne et due forme, le navire sera conduit dans le port de la zone le plus rapproché où se trouve une autorité compétente de la Puissance dont le pavillon a été arboré, et déféré à cette autorité.

Si l'autorité compétente la plus proche représentant la Puissance, dont le navire arbore le pavillon, se trouve dans un port situé à une si longue distance du lieu de la saisie que le bâtiment de guerre soit obligé de sortir de son secteur de stationnement ou de patrouille pour escorter jusqu'à ce port le navire saisi, la règle ci-dessus énoncée pourra ne pas être suivie. Dans ce cas, le navire pourra être conduit au port le plus proche où se trouve une autorité compétente représentant l'une des Hautes Parties Contractantes, autre que celle à laquelle ressortit le bâtiment de guerre. Des mesures seront immédiatement prises pour aviser de la saisie l'autorité compétente représentant la Puissance intéressée.

Aucune procédure ne sera engagée contre le navire ou son équipage avant l'arrivée du représentant de la Puissance, dont le navire arborait le pavillon, ou sans instructions de ce représentant;

4°, il pourra être procédé comme il est dit au paragraphe 3° si, la vérification de pavillon opérée, et malgré la production du manifeste, le commandant du bâtiment de guerre persiste à considérer le navire indigène comme suspect de transport irrégulier d'armes ou de munitions.

Les Hautes Parties Contractantes intéressées désigneront dans la zone et feront connaître au Bureau Central ainsi qu'aux autres Puissances contractantes les autorités territoriales ou consulaires, ou les délégués, spéciaux, que seront compétents dans les cas ci-dessus visés.

Le navire soupçonné peut également être remis à un bâtiment de guerre de la nation dont il a arboré les couleurs, si ce dernier consent à en prendre charge.

Article 17

Les Hautes Parties Contractantes s'engagent à communiquer au Bureau Central le modèle-type des documents visés aux articles 12, 13, 14 et 15, ainsi qu'une liste détaillée des autorisations accordées suivant les prescriptions du présent Chapitre, au fur et à mesure de leur délivrance.

Article 18

L'autorité devant laquelle le navire soupçonné aura été conduit procédera à une enquête complète selon ses lois et règlements nationaux, un officier du bâtiment capteur entendu.

S'il résulte de cette enquête que le pavillon a été illégalement arboré, le navire arrêté restera à la disposition du capteur et les responsables seront déférés aux tribunaux de ce dernier.

S'il est établi que le navire arrêté portait régulièrement son pavillon, mais qu'il se livrait à un transport irrégulier d'armes ou de munitions, les responsables seront déférés aux tribunaux de l'État dont le navire portait le pavillon. Le navire lui-même demeurera avec sa cargaison à la garde de l'autorité qui dirige l'enquête.

Article 19

Tout transport ou toute tentative de transport irrégulier, qui seront légalement constatés à la charge du capitaine ou du propriétaire d'un navire autorisé à porter le pavillon d'une des Puissances signataires ou ayant obtenu la licence prévue à l'article 15, entraîneront le retrait immédiat de cette autorisation ou de cette licence.

Les Hautes Parties Contractantes prendront les mesures nécessaires pour que leurs autorités territoriales ou leurs consuls envoient au Bureau Central des copies certifiées de toute autorisation d'arborer leur pavillon dès qu'elle aura été

accordée, ainsi que l'avis du retrait, dont ces autorisations auraient été l'objet. Elles s'engagent également à communiquer audit Bureau des copies des licences prévues à l'article 15.

Article 20

Le commandant d'un bâtiment de guerre, qui aurait arrêté un navire battant pavillon étranger, doit, dans tous les cas, faire un rapport à son Gouvernement en indiquant les motifs qui l'ont fait agir.

Un extrait de ce rapport, ainsi qu'une copie procès-verbal dressé par l'officier ou le sous-officier envoyé à bord du navire arrêté, seront, le plus tôt possible, expédiés au Bureau Central en même temps qu'au Gouvernement dont le navire arraisonné arborait le pavillon.

Article 21

Si l'autorité chargée de l'enquête conclut à l'irrégularité de l'arrêt et du déroutement ou des mesures imposées au navire arrêté, elle fixera le chiffre des indemnités dues. Si l'officier capteur ou les autorités auxquelles il ressortit, contestent les conclusions de l'enquête ou le montant de l'indemnité fixée, cette contestation sera soumise à un Tribunal arbitral, composé d'un arbitre désigné par le Gouvernement dont le navire portait le pavillon, d'un arbitre désigné par le Gouvernement auquel ressortit l'officier capteur et d'un surarbitre choisi par les deux arbitres ainsi désignés. Les deux arbitres seront choisis, autant que possible, parmi les fonctionnaires diplomatiques, consulaires ou judiciaires des Hautes Parties Contractantes. Ces désignations devront être faites dans le plus court délai possible et ne devront jamais porter sur des indigènes rétribués par les Hautes Parties Contractantes. Toute indemnité accordée sera versée à l'intéressé dans le délai maximum de six mois à dater de la décision.

La décision sera transmise au Bureau Central et au Secrétaire Général de la Société des Nations.

CHAPITRE V

DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article 22

Les Hautes Parties Contractantes exerçant leur autorité sur les territoires situés dans les zones de prohibition spécifiées à l'article 6, s'engagent à prendre, chacune en ce qui

la concerne, les mesures propres à assurer l'application de la présente Convention et, notamment, la poursuite et la répression des contraventions aux prescriptions qui y sont contenues.

Elles feront connaître ces mesures au Bureau Central et au Secrétaire Général de la Société des Nations, auxquels elles indiqueront les autorités compétentes visées aux articles précédents.

Article 23

Les Hautes Parties Contractantes feront tous leurs efforts pour amener les autres États, Membres de la Société des Nations, à adhérer à la présente Convention.

Cette adhésion sera signifiée, par la voie diplomatique, au Gouvernement de la République française et par celui-ci à tous les États signataires ou adhérents. Elle portera effet à dater du jour de la signification au Gouvernement français.

Article 24

Les Hautes Parties Contractantes conviennent que, s'il venait à s'élever entre elles un différend quelconque touchant l'application de la présente Convention et ne pouvant être réglé par voie de négociation, ce différend devra être soumis à un Tribunal d'arbitrage, conformément aux dispositions du Pacte de la Société des Nations.

Article 25

Toutes les dispositions des Conventions internationales d'ordre général antérieures, concernant les matières faisant l'objet de la présente Convention, seront considérées comme abrogées, en tant qu'elles lient entre elles les Puissances qui sont Parties à la présente Convention.

La présente Convention sera ratifiée le plus tôt possible.

Chaque Puissance adressera sa ratification au Gouvernement français, par les soins duquel il sera donné avis à toutes les autres Puissances signataires.

Les ratifications resteront déposées dans les archives du Gouvernement français.

La présente Convention entrera en vigueur, pour chaque Puissance signataire, à dater du dépôt de sa ratification et, dès ce moment, cette Puissance sera liée vis-à-vis des autres

Puissances, ayant déjà procédé au dépôt de leurs ratifications.

Dès la mise en vigueur de la présente Convention, le Gouvernement français adressera une copie certifiée de celle-ci aux Puissances qui, en vertu des Traités de paix, se sont engagées à reconnaître et agréer la dite Convention et sont, de ce chef, assimilées aux Parties contractantes, et dont le nom sera notifié aux Etats adhérents.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires sousnommés ont signé la présente Convention.

Fait à Paris, le dix Septembre mil neuf cent dix-neuf, en un seul exemplaire, qui restera déposé dans les Archives du Gouvernement de la République Française et dont les expéditions authentiques seront remises à chacune des Puissances signataires.

(L. S.) FRANK L. POLK.
 (L. S.) HENRY WHITE.
 (L. S.) TASKER H. BLISS.
 (L. S.) HYMANS.
 (L. S.) J. VAN DEN HEUVEL.
 (L. S.) E. VANDERVELDE.
 (L. S.) ISMAIL MONTES.
 (L. S.) ARTHUR JAMES BALFOUR.
 (L. S.)
 (L. S.) MILNER.
 (L. S.) GEO. N. BARNES.
 (L. S.) A. E. KEMP.
 (L. S.) G. F. PEARCE.
 (L. S.) MILNER.
 (L. S.) THOMAS MACKENZIE.
 (L. S.) SINHA OF RAIPUR.
 (L. S.) J. R. LOUTSENGTSIANG.
 (L. S.) CHENGTING THOMAS WANG.
 (L. S.) ANTONIO S. DE BUSTAMANTE.
 (L. S.) E. DORN Y DE ALSUA
 (L. S.) G. CLEMENCEAU.
 (L. S.) S. PICHON.
 (L. S.) L. L. KLOTZ.
 (L. S.) ANDRE' TARDIEU.
 (L. S.) JULES CAMBON.
 (L. S.) N. POLITIS.
 (L. S.) A. ROMANOS.
 (L. S.) M. RUSTEM HAIDAR.
 (L. S.) ABDUL HADI AOUNI.

(L. S.) TOM. TITTONI.
(L. S.) VITTORIO SCIALOJA.
(L..S.) MAGGIORINO FERRARIS.
(L. S.) GUGLIELMO MARCONI.
(L. S.) S. CHINDA.
(L. S.) K. MATSUI.
(L. S.) H. LUIN.
(L. S.) SALVADOR CHAMORRO.
(S. L.) ANTONIO BURGOS.
(L. S.) I. J. PADEREWSKI.
(L. S.) ROMAN DMOWSKI.
(L. S.) AFFONSO COSTA.
(L. S.) AUGUSTO SOARES.
(L. S.) N. MISU.
(L. S.) ALEX. VAIDA VOEVOD.
(L. S.)
(L. S.)
(L. S.) DR. YVAN ZOLGER.
(L. S.) CHAROON.
(L. S.) TRAIIDOS PRABANDHU.
(L. S.) D. KAREL KRAMAR.
(L. S.) EDUARDO BENES.

PROTOCOLE

Au moment de signer la Convention en date de ce jour sur le commerce des armes et des munitions, les plénipotentiaires soussignés déclarent, au nom de leurs Gouvernements respectifs, qu'ils considéreraient comme contraire à l'intention des Hautes Parties Contractantes et à l'esprit de cette Convention que, en attendant l'entrée en vigueur de la dite Convention, une Partie Contractante prit quelque mesure qui serait en contradiction avec les stipulations de cette Convention.

FAIT en un seul exemplaire à Saint-Germain-en-Laye, le dix Septembre mil neuf cent dix-neuf.

FRANK L. POLK.
HENRY WHITE.
TASKER H. BLISS.
HYMANS.
J. VAN DEN HEUVEL.
E. VANDERVELDE.
ISMAIL MONTES.
ARTUH JAMES BALFOUR.
MILNER.

GEO. N. BARNES.
A. E. KEMP.
G. F. PEARCE.
MILNER.
THOS. MACKENZIE.
SINHA OF RAIPUR.
J. R. LOUTSENGTSIANG.
CHENGTING THOMAS WANG.
ANTONIO S. DE BUSTAMANTE.
E. DORN Y DE ALSUA.
G. CLEMENCEAU.
S. PICHON.
L. L. KLOTZ.
ANDRE' TARDIEU.
JULES CAMBON.
N. POLITIS.
A. ROMANOS.
M. RUSTEM HAIDAR.
ABDUL HADI AOUNI.
TOM. TITTONI.
VITTORIO SCIALOJA.
MAGGIORINO FERRARIS.
GUGLIELMO MARCONI.
S. CHINDA.
K. MATSULI.
H. IJWIN.
SALVADOR CHAMORRO.
ANTONIO BURGOS.
I. J. PADEREWSKI.
ROMAN DMOWSKI.
AFFONSO COSTA.
AUGUSTO SOARES.
N. MISU.
ALEX. VAIDA VOEVOD.
DR. IVAN ZOLGER.
CHAROON.
TRAIDOS PRABANDHU.
D. KAREL KRAMAR.
DR. EDUARD BENES.

E tendo sido a alludida adhesão approvada pelo Congresso Nacional, confirmo e ratifico a Convenção e Protocollo, cujo teor fica acima transcripto, e os dou por firmes e valiosos, para produzirem os seus devidos effeitos, promettendo que ambos serão cumpridos inviolavelmente.

Em firmeza do que, mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das Armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos quatro dias do mez de janeiro de mil novecentos e vinte e dous, 101° da Independencia e 34° da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.485 — DE 17 DE MAIO DE 1922

Crêa um Consulado honorario em Casa Branca, Marrocos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pela letra A do artigo 4° do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado honorario em Casa Branca, Marrocos.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1922, 101° da Independencia e 34° da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.486 — DE 17 DE MAIO DE 1922

Crêa um Consulado honorario em Altona, na Allemanha

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pela letra A do artigo 4° do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado honorario em Altona, na Allemanha.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1922, 101° da Independencia e 34° da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.487 — DE 17 DE MAIO DE 1922

*Crêa um Consulado honorario em Leria, na Republica
Portuguesa*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pela letra A do artigo 4º do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado honorario em Leria, com jurisdicção em Santarem, na Republica Portuguesa..

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.504 — DE 31 DE MAIO DE 1922

*«Cria um Consulado honorario em Riga, na Republica da
Lettonia»*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pela letra a do art. 4º, do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico:—Fica creado um Consulado honorario em Riga, na Republica da Lettonia.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.505 — DE 31 DE MAIO DE 1922

*Reconhece a Independencia do Egypto e a fórma monarchica
do seu actual Governo*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Declara que ficam reconhecidas para todos os efeitos a Independencia do Egypto e a fórma monarchica de seu actual Governo.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.506 — DE 31 DE MAIO DE 1922

*Promulga o Tratado de Extradicação entre o Brasil e o
Perú*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Havendo sancionado, pelo decreto n. 4.236, de 4 de janeiro de 1921, a resolução do Congresso Nacional que aprovou o Tratado de extradição de criminosos, entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Republica do Perú, assignado nesta Capital a trese de fevereiro de mil novecentos e dezenove; e tendo sido trocadas as respectivas ratificações, na cidade de Lima, no dia vinte e dous do corrente:

Decreta que o mesmo Tratado, appenso por cópia ao presente decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nelle se contém.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1922, 101^o da Independencia e 34^o da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

EPITACIO DA SILVA PESSÔA

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber, aos que a presente Carta de ratificação virem, que, entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Republica do Perú, pelos respectivos Plenipotenciarios, foi concluido e assignado na cidade do Rio de Janeiro, aos trese dias do mez de Fevereiro de mil novecentos e dezenove, um Tratado de extradição de criminosos, do teor seguinte:

Tratado de extradição de criminosos entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Republica do Perú

Tratado de extradición de criminales entre la República de los Estados Unidos del Brasil y la República del Perú

Os Governos do Brasil e do Perú, tendo resolvido celebrar um tratado que regule a extradição de criminosos, no-

Los Gobiernos del Brasil y del Perú, habiendo resuelto celebrar un tratado que regule la extradición de delin-

mearam para esse fim seus
Plenipotenciarios, a saber:

cuentes, nombraron para ese
fin sus Plenipotenciarios, a
saber:

Sua Excellencia o Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio, o Senhor Domicio da Gama, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil; e

Su Excelencia el Vice-Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil, en ejercicio, al Señor Domicio da Gama, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores del Brasil; y

Sua Excellencia o Presidente da Republica do Perú, o Senhor Doutor Felipe de Osma y Pardo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da mesma Republica, no Brasil;

Su Excelencia el Presidente de la República Peruana, al Señor Doctor Felipe de Osma y Pardo, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de la misma República en el Brasil;

Os quaes, depois de haverem communicado mutuamente seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nos artigos seguintes:

Los cuales, después de haberse comunicado reciprocamente sus plenos poderes, hallados en buena y debida forma, convinieron en los artículos siguientes:

ARTIGO I

ARTÍCULO I

As duas Altas Partes Contractantes se obrigam a entregar reciprocamente os delinquentes de qualquer nacionalidade, inclusive os seus proprios nacionaes refugiados nos respectivos territorios ou em transito por elles, sempre que concorram as seguintes circumstancias:

Las dos Altas Partes Contractantes se obligan á entregarse reciprocamente los delinquentes de cualquiera nacionalidad, inclusive sus propios nacionales, refugiados en los respectivos territorios ó en tránsito por estos, siempre que concurren las circunstancias siguientes:

1.ª) Que a Republica requerente tenha jurisdicção para processar e julgar a infracção que motivar o pedido;

1º) Que la República requeriente tenga jurisdicción para conocer y juzgar la infracción que motiva el pedido;

2.ª) Que a Republica requerente apresente documentos que, segundo as suas leis, comprovem a prisão preventi-

2º) Que la República requeriente presente documentos que, según sus leyes, prueben la prisión preven-

va, ordenada por Juiz competente antes ou depois da formação da culpa e o julgamento de réo; os documentos que provem a sentença condemnatoria pronunciada por tribunal competente;

3.ª) Que o delicto ou a pena não esteja prescripta, segundo as leis do paiz requerente;

4.ª) Que o réo não tenha sido condemnado pelo mesmo delicto e cumprido a sentença em qualquer dos dous paizes;

5.ª) Que o inculpado não tenha de responder, no paiz requerente, perante algum tribunal ou juizo de excepção.

tiva ordenada por juez competente antes ó después de la formación de culpa y el enjuiciamiento del reo; ó documentos que acrediten la sentencia condenatoria pronunciada por tribunal competente;

3º) Que el delito ó la pena no estén prescriptos con arreglo á la ley del pais requeriente;

4º) Que por el mismo hecho el reo no haya sido antes condenado y cumplido la sentencia en alguno de los dos paises; y

5º) Que el inculpado no tenga que responder en la República requeriente ante algún tribunal de escepción ó en juicio de escepción.

ARTIGO II

Autorizam a extradição todas as infracções a que estiver imposta a pena de um anno ou mais de prisão, segundo a lei do paiz requerido, comprehendidas a tentativa e a cumplicidade.

ARTIGO III

Não estão sujeitos á extradição os réos presumidos ou declarados de delictos puramente militares, isto é, que não tenham analogia com os crimes communs; os de delictos de imprensa e contra o livre exercicio dos cultos. Os réos de delictos communs, connexos aos delictos indica-

ARTÍCULO II

Procede la extradición por todas las infracciones que, según la ley del país requerido, estén penadas con un año ó mas de prisión, comprendidas la tentativa y la complicidad.

ARTÍCULO III

No están sujetos á extradición los reos presuntos ó declarados de delitos puramente militares ó sea que no tengan analogía con delitos comunes; los de delitos de imprenta; y los de delitos contra el libre ejercicio de los cultos. Pero estan sometidos á extradición los reos de

dos neste artigo, são porém, delitos comunes conexos con los indicados en esta cláusula.

ARTIGO IV

ARTÍCULO IV

Não autorizam a extradição os delictos puramente politicos. Não será também concedida por infracções mixtas ou connexas a crimes ou delictos politicos, excepto si se tratar de crimes muito graves, em relação á moral ou ao direito commum, taes como assassinato, homicidio, envenenamento, mutilações, feridas graves, voluntarias e premeditadas, tentativas dos crimes desta natureza, attentado á propriedade publica ou privada, por incendio, explosão, inundação e roubos, especialmente os commettidos a mão armada ou com violencia.

Os actos commettidos durante insurreição e guerra civil, por qualquer dos partidos em luta e no interesse de sua causa, não podem dar lugar á extradição, sinão no caso de constituirem actos de barbaridade e de vandalismo, prohibidos pelas leis de guerra, e sómente depois de terminada aquella.

Não são reputados delictos politicos, para a applicação das regras que precedem, os actos criminosos ou de anarchismo, dirigidos contra as bases de toda organização social.

A apreciação do character da infracção é da competencia da

No hay extradición por delitos politicos. Tampoco será concedida por infracciones mixtas ó connexas con delitos politicos, á menos que se trate de hechos graves, en relación á la moral y al derecho común, como asesinato, homicidio, envenenamiento, mutilaciones, heridas graves voluntarias y premeditadas, tentativa de estos delitos, atentado á la propiedad pública ó privada por incendio, explosión ó inundación, y robos, especialmente los cometidos á mano armada ó con violencia.

Los actos cometidos durante insurrección y guerra civil por cualquiera de los partidos en lucha y en interés de su causa no pueden dar lugar á extradición sino en el caso de constituir actos de barbarie y vandalismo prohibidos por las leyes de la guerra y sólo después que esa haya terminado.

Para la aplicación de las reglas que preceden, no se reputan delitos politicos los actos criminales ó de anarchismo dirigidos contra las bases de toda organización social.

La apreciación del carácter de la infracción es de la com-

Republica requerida.

petencia de la República requerida.

ARTIGO V

Os individuos, cuja extradição tiver sido concedida, não poderão ser julgados e punidos por delictos politicos, anteriores á extradição, nem por infracções communs conexas a elles. Poderão, porém, ser processados e julgados, com prévio consentimento do Estado requerido, de conformidade com o presente tratado, por delictos susceptiveis de extradição, que não tiverem motivado a já concedida.

ARTIGO VI

Si outro ou outros Estados, em virtude de tratado, solicitarem a entrega de um mesmo individuo por motivo do mesmo delicto, será preferido o pedido do paiz onde a infracção foi commettida. Si, porém, se tratar de differentes delictos, se deferirá o pedido do paiz em que, a juizo do Estado requerido, se tenha commettido a infracção mais grave. Si os delictos forem considerados da mesma gravidade, dar-se-á preferencia ao Estado que tiver prioridade no pedido de extradição; e si todos os pedidos tiverem a mesma data, o paiz requerido determinará a ordem de entrega.

ARTIGO VII

Quando a pena que tiver de ser ou tenha sido applicada ao réo fôr a de morte ou cor-

ARTÍCULO V

Los individuos cuya extradición haya sido concedida no podrán ser juzgados y castigados por delitos politicos anteriores á la extradición ni por delitos comunes conexos con éstos. Pero podrán ser procesados y juzgados, con previo consentimiento del Estado requerido, de conformidad con el presente tratado, por delitos suceptibles de extradición que no hayan motivado la ya concedida.

ARTÍCULO VI

Si otro ó otros Estados, en virtud de tratado, solicitasen la entrega de un mismo individuo, por causa del mismo delito, será preferido el pedido del país donde se ha consumado la infracción. Pero si se tratase de diferentes delitos, se deferirá al pedido del país en que, á juicio del Estado requerido, se haya cometido la infracción mas grave. Si se considerase que los delitos fueran de la misma gravedad, se dará la preferencia al Estado que tuviese la prioridad en el pedido de extradición. Y si todos los pedidos tuviesen la misma fecha, el país requerido señalará el orden de la entrega.

ARTÍCULO VII

Quando las penas que deban ser ó hayan sido impuestas sean las de muerte ó cor-

poral, a Republica requerida concederá a entrega sob a condição de ser tal pena commutada na de prisão.

poral, la República requerida concederá la extradición bajo la condición de que esas penas sean conmutadas por la de prisión.

ARTIGO VIII

A entrega do réo não poderá ser deferida por estar elle sujeito á acção penal do Estado requerido, sempre que o delicto commettido neste ultimo o tenha sido posteriormente ao pedido de detenção e a pena a applicar seja menor do que a correspondente ao delicto que motivar a extradição; devendo, em todo caso, continuar o processo de extradição.

ARTÍCULO VIII

No se podrá deferir la entrega del reo por hallarse sujeto á la acción penal del Estado requerido, si el delito cometido en este último es posterior al pedido de detención ó si la pena procedente fuese menor que la correspondiente al delito que motiva la extradición.

En todo caso debe continuar el procedimiento de la extradición.

ARTIGO IX

Os pedidos de extradição serão apresentados pelos agentes diplomaticos e, na falta destes, directamente de Governo a Governo, e acompanhados dos seguintes documentos:

1º) Quanto aos accusados, cópia authentica da lei penal applicavel á infracção que motivar o pedido e dos necessarios actos judiciaes a que se refere o § 2º do artigo I.

2º) Quanto aos sentenciados, cópia authentica da sentença condemnatoria, exhibindo, ao mesmo tempo e em igual fórma, a prova de haver sido citado o réo, representado em juizo ou declarado revel.

ARTÍCULO IX

Los pedidos de extradición serán presentados por los agentes diplomáticos y á falta de éstos, directamente, de Gobierno á Gobierno y acompañados de los siguientes documentos:

a) En cuanto á los acusados, copia legalizada de la ley penal aplicable á la infracción que motiva el pedido y de los actos judiciales pertinentes á que se refiere el paragrafo 2º del artículo I;

b) En cuanto á los sentenciados, copia legalizada de la sentencia condenatoria exhibiendo, al mismo tiempo y en igual forma, la prueba de haber sido citado el reo, representado en juicio ó declarado rebelde.

ARTIGO X

Quando um dos Governos contractantes julgue o caso urgente, poderá solicitar por via postal ou telegraphica, ou por meio do seu agente diplomático, que se proceda á detenção preventiva do réo, assim como á apprehensão dos objectos concernentes ao delicto, indicando-se a existencia da sentença ou de ordem de detenção, ou de auto de prisão em flagrante.

Si dentro de sessenta dias, contados desde o dia em que se effectuou a prisão do réo, o Governo requerido não receber o pedido de extradição em devida fôrma; ou si dentro dos vinte dias, contados da communicação dirigida ao Governo requerente de que o criminoso está á sua disposição, seus agentes não se apresentarem no lugar onde devem receber o detido, será elle posto em liberdade.

ARTIGO XI

Si o Governo requerido considerar improcedente o pedido de extradição por vicios de fôrma, devolverá ao requerente os documentos recebidos, expondo os motivos que impediram de dar seguimento ao pedido.

ARTIGO XII

Ao refugiado, que fôr preso, far-se-á saber o motivo da prisão no prazo de vinte e

ARTÍCULO X

Cuando uno de los Gobiernos contratantes juzgue que el caso es urgente podrá solicitar, por correo ó telégrafo ó por medio de su agente diplomático, que se proceda á la detención provisional del reo, así como á la ocupación de los objetos concernientes al delito, indicando la existencia de sentencia ó de orden de detención ó de auto de prisión en flagrante.

Si dentro de sesenta dias contados desde el dia en que se efectuó la prisión del reo, el Gobierno requerido no recibiese el pedido de extradición en debida forma; ó si dentro de los veinte dias contados desde la comunicación dirigida al Gobierno requeriente enterándole de que el reo está á su disposición, sus agentes no se constituyen en el lugar donde deben recibir al detenido, este será puesto en libertad.

ARTÍCULO XI

Si el Gobierno requerido considerase improcedente el pedido de extradición por defectos de forma, devolverá al requeriente los documentos recibidos exponiendo los motivos que impiden cursar el pedido.

ARTÍCULO XII

Al refugiado que fuese preso se le hará saber dentro de las veintecuatro horas el mo-

quatro horas, podendo elle usar do direito que lhe concede o artigo seguinte.

tivo de la prisión, pudiendo hacer uso del derecho que se le concede en el artículo siguiente.

ARTIGO XIII

O pedido de extradição, quanto aos seus tramites, á apreciação da sua procedencia e á admissão e qualificação das excepções com que elle pudesse ser impugnado por parte do réo ou prófugo requerido, ficará sujeito á decisão das autoridades do paiz de refugio, que procederão de accordo com as disposições e praticas legais estabelecidas no paiz sobre a materia.

Fica, pois, garantido ao mesmo réo ou prófugo, quando fôr caso disso, o direito de usar do recurso de *habeas-corpus* ou amparo de suas garantias individuaes.

ARTIGO XIV

Os objectos concernentes ao delicto que motivar a extradição, e que fôrem encontrados em poder do réo, serão remettidos á Republica que obteve a entrega. Os que estiverem em poder de terceiros serão apprehendidos, porém não serão remettidos sem que os possuidores sejam ouvidos e resolvidas as excepções que oppuzerem.

ARTIGO XV .

Quando se tenha que fazer a entrega de réo por via ter-

ARTÍCULO XIII

El pedido de extradición en cuanto á sus trámites, á la apreciación de su procedencia y á la admisión y calificación de las escepciones con que pudiese ser impugnado, por parte del reo ó prófugo reclamado, quedará sujeto á la decisión de las autoridades del país de refugio, que procederán en conformidad con las disposiciones y prácticas legales establecidas sobre la materia en el país. Queda, pues, asegurado al mismo reo ó prófugo, cuando fuere del caso, el derecho de usar del recurso de *habeas-corpus* ó de amparo en sus garantías individuales.

ARTÍCULO XIV

Los objetos concernientes al delito que motive la extradición y que fueren hallados en poder del reo, serán remitidos á la República que obtenga la entrega. Los que estuviesen en poder de terceros serán apprehendidos, pero no serán remitidos sin que los poseedores sean oídos y sin que sean resueltas las escepciones que opondan.

ARTÍCULO XV

Quando la entrega del reo deba hacerse por vía terres-

restre, competirá á Republica requerida effectuar o transporte do accusado até o ponto mais conveniente de sua fronteira.

Quando o transporte do réo se deva effectuar por via marítima ou fluvial, a entrega aos agentes designados pela Republica requerente far-se-á no porto do paiz requerido mais apropriado para o embarque.

A Republica requerente poderá mandar um ou mais agentes de segurança, ou força publica, militar ou policial; mas a acção destes ficará subordinada aos agentes ou autoridades do paiz requerido ou de territorio de transito.

tre, corresponderá á la República requerida efectuar la traslación del acusado hasta el punto mas conveniente de la frontera.

Quando la traslación del reo deba efectuarse por vía marítima ó fluvial, la entrega se hará en el puerto de embarque, mas conveniente, del país requerido, á los agentes designados por la República requeriente.

La República requeriente podrá enviar uno ó mas agentes de seguridad ó fuerza pública, militar ó policial; pero la acción de éstos quedará subordinada á los agentes ó autoridades del país requerido ó del territorio de tránsito.

ARTIGO XVI

Quando para a entrega de um réo, feita por uma das Altas Partes Contractantes á outra, fôr necessario transitar por um terceiro paiz, a autorização para o transito será pedida por via diplomatica pela Republica requerente, exhibindo a ordem de extradição expedida pelo Governo que a concedeu. Si o transito fôr permittido, será regulado de conformidade com o final do artigo anterior, correndo as despesas por conta do Governo requerente.

ARTIGO XVII

As despesas com a extradição até o momento da en-

ARTÍCULO XVI

Quando para la entrega de un reo, acordada por una de las Altas Partes Contratantes á la otra, fuere necesario transitar por um tercero país, la autorización para el transito será pedida en la vía diplomática por la República requeriente, exhibiendo la orden de extradición expedida por el Gobierno que la concedió. Si el tránsito fuere permitido, se regulará conforme á la parte final del artículo anterior, corriendo los gastos por cuenta del Gobierno requeriente.

ARTÍCULO XVII

Los gastos de la extradición hasta el momento de la

trega do réo ficarão por conta do Governo requerido; as posteriores á entrega, a cargo do Governo requerente.	entrega del reo son de cuenta del Gobierno requerido, y los posteriores á la entrega, de cuenta del Gobierno requeriente.
--	--

ARTIGO XVIII

ARTÍCULO XVIII

Quando a extradição fôr concedida e se trate de um individuo sujeito a julgamento, o Governo que a haja obtido communicará ao que a concedeu a sentença definitiva proferida em juizo na causa que a motivou.	Cuando la extradición sea concedida y se trate de individuo sujeto á juicio, el Gobierno que la haya obtenido comunicará al que la haya concedido la sentencia definitiva pronunciada en el juicio seguido por el hecho que la motivó.
--	---

ARTIGO XIX

ARTÍCULO XIX

A extradição será concedida en virtude do presente tratado, ainda quando se trate de factos anteriores á sua celebração.	La extradición será concedida, en virtud del presente tratado, aún quando se trate de hechos anteriores á su celebración.
---	--

ARTIGO XX

ARTÍCULO XX

O presente tratado permanecerá em vigor por tempo indeterminado, cessando todos os seus effeitos um anno depois que uma das Altas Partes Contractantes o tenha denunciado á outra. Será ratificado, e as suas ratificações trocadas no Rio de Janeiro, ou em Lima, dentro dos dous mezes seguintes á approvação pelos Congressos Legislativos das Altas Partes Contractantes.	El presente tratado permanecerá en vigor por tiempo indeterminado, cesando todos sus efectos un año después que una de las Altas Partes Contratantes lo haya denunciado á la otra. Será ratificado y sus ratificaciones canjeadas en Rio de Janeiro ó en Lima, dentro de los meses siguientes á la aprobación por los Congressos Legislativos de las Altas Partes Contratantes.
--	--

Em fé do que, nós, Plenipotenciarios dos Estados Unidos do Brasil e da Republica	En fé de lo cual, nosotros Plenipotenciarios de los Estados Unidos del Brasil y de
---	---

do Perú, firmamos este tratado em dous exemplares, em portuguez e castelhano, e nelles appuzemos os nossos sellos.

la República del Perú, firmamos este tratado en dos ejemplares extendidos en portugués y castellano, y ponemos en ellos nuestros sellos.

Feito no Rio de Janeiro, aos treze dias do mez de Fevereiro de mil novecentos e dezenove.

Hecho en Rio de Janeiro, a los trece dias del mes de Febrero de mil novecientos diez y nueve.

(L.S.) DOMICIO DA GAMA. (L.S.) DOMICIO DA GAMA.

(L.S.) FELIPE DE OSMA. (L.S.) FELIPE DE OSMA.

E tendo sido o mesmo Tratado, cujo teor fica acima transcripto, approvado pelo Congresso Nacional, o confirmo e ratifico, e, pela presente, o dou por firme e valioso, para produzir os seus devidos effeitos, promettendo que elle será cumprido inviolavelmente.

Em firmeza do que mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos 26 dias do mez de Janeiro de mil novecentos e vinte e um, 100° da Independencia e 33° da Republica.

(L. S.) EPITACIO PESSÔA.

J. M. de Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.515 — DE 7 DE JUNHO DE 1922

Crêa um consulado honorario em Baden-Baden, na Allemanha

O Presidente da Republica dos Estado Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pela lettra *a* do art. 4°, do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um consulado honorario em Baden-Baden, na Allemanha.

Rio de Janeiro, 7 de junho de 1922, 101 da Independencia e 34° da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.529 — DE 21 DE JUNHO DE 1922

Crêa um Consulado honorario em Marsala, no Reino da Italia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pela lettra *a* do artigo 4º, do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado honorario em Marsala, no Reino da Italia.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.530 — DE 21 DE JUNHO DE 1922

Promulga a Convenção Internacional para a protecção das obras literarias e artisticas, assignada em Berlim a 13 de novembro de 1908

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Havendo sancionado, pelo decreto n. 4.541, de 6 de fevereiro do corrente anno, a Resolução do Congresso Nacional que approvou a adhesão do Brasil á Convenção Internacional para a protecção das obras literarias e artisticas, assignada em Berlim a 13 de novembro de 1908; e tendo sido confirmada a referida adhesão, por Nota de 9 de fevereiro ultimo, dirigida ao Conselho Federal Suisso, pela Legação do Brasil em Berna;

Decreta que a mesma Convenção, appensa por cópia ao presente decreto, seja executada e cumprida tão inteiramente como nella se contém.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

**Convention de Berne révisée pour la protection des œuvres
littéraires et artistiques**

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse, au nom de l'Empire Allemand; Sa Majesté le Roi des Belges; Sa Majesté, le Roi de Danemark; Sa Majesté le Roi d'Espagne; le Président de la République Française; Sa

Majesté le Roi du Royaume-Uni de la Grande-Bretagne et d'Irlande, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; le Président de la République de Libéria; Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau; Son Altesse Sérénissime le Prince de Monaco; Sa Majesté le Roi de Norvège; Sa Majesté le Roi de Suède; le Conseil Fédéral de la Confédération Suisse; Son Altesse le Bey de Tunis;

Également animés du désir de protéger d'une manière aussi efficace et aussi uniforme que possible les droits des auteurs sur leurs œuvres littéraires et artistiques;

Ont résolu de conclure une Convention à l'effet de reviser la Convention de Berne du 9 septembre 1886, l'Article additionnel et le Protocole de clôture joints à la même Convention, ainsi que l'Acte additionnel et la Déclaration interprétative de Paris, du 4 mai 1896.

Ils ont, en conséquence, nommé pour leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse:

Son Excellence M. le Dr. von Stud, Ministre d'État Royal Prussien;

Son Excellence M. le Dr. von Koernes, Conseiller Intime Actuel, Directeur au Département des Affaires étrangères;

M. le Dr. Dungs, Conseiller Intime Supérieure de Régence, Conseiller Rapporteur au Département de la Justice;

M. le Dr. Goebel von Harrant, Conseiller Intime de Légation, Conseiller Rapporteur au Département des Affaires étrangères;

M. Robolski, Conseiller Intime Supérieur de Régence, Conseiller Rapporteur au Département de l'Intérieur;

M. le Dr. Kohler, Conseiller Intime de Justice, Professeur à la Faculté de Droit de l'Université de Berlin;

M. le Dr. Osterrieth, Professeur, Secrétaire Général de l'Association pour la Protection de la Propriété Industrielle; Sa Majesté le Roi des Belges:

M. le Comte Della Faille de Leverghem, Conseiller de Légation à Berlin;

M. J. de Borchgrave, Avocat près la Cour d'Appel de Bruxelles, ancien Membre de la Chambre des Représentants;

M. P. Wauwermans, Avocat près la Cour d'Appel de Bruxelles, Membre de la Chambre des Représentants;

Sa Majesté le Roi de Danemark :

M. J. H. de Hegermann-Lindencrone, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de Sa Majesté le Roi de Danemark à Berlin;

Sa Majesté le Roi d'Espagne :

Son Excellence M. Luis Polo de Bernabé, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire de Sa Majesté le Roi d'Espagne à Berlin;

M. Eugenio Ferraz y Alcala Galiano, Conseiller d'Ambassade à Berlin;

Le Président de la République Française :

Son Excellence M. Jules Cambon, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire de la République Française à Berlin;

M. Ernest Lavisse, Membre de l'Académie Française, Professeur à la Faculté des Lettres de Paris, Directeur de l'Ecole Normale Supérieure;

M. Paul Hervieu, Membre de l'Académie Française, Président de la Société des Auteurs et Compositeurs Dramatiques;

M. Louis Renault, Membre de l'Institut, Ministre Plénipotentiaire Honoraire, Professeur à la Faculté de Droit de Paris;

M. Fernand Gavarry, Ministre Plénipotentiaire de Première Classe, Directeur des Affaires Administratives et Techniques au Ministère des Affaires Etrangères;

M. Breton, Directeur de l'Office National de la Propriété Industrielle;

M. Georges Lecomte, Président de la Société des Gens de Lettres;

Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de la Grande-Bretagne et d'Irlande, Empereur des Indes :

Sir Henry Bergne, ancien Chef du Département Commercial au Foreign Office;

Mr. George Ranken Askwith, Conseil du Roi, Assistant Secretary au Board of Trade;

M. le Comte de Salis, Conseiller d'Ambassade à Berlin;

Sa Majesté le Roi d'Italie :

Son Excellence M. de Commandeur Alberto Pansa, Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire de Sa Majesté le Roi d'Italie à Berlin;

M. le Commandeur Luigi Roux, Avocat, Sénateur;

M. le Commandeur Samuele Ottolenghi, Directeur de la Division pour la Propriété intellectuelle;

M. le Chevalier Emilio Venezian, Ingénieur, Inspecteur de l'Enseignement Industriel;

M. Augusto Ferrari, Avocat, Vice-Président de la Société Italienne des Auteurs;

Sa Majesté l'Empereur du Japon:

M. le Dr. Mizuno Rentaro, Conseiller Rapporteur au Ministère de l'Intérieur;

M. Horiguchi Kumaichi, Deuxième Secrétaire de Légation à Stockholm;

Le Président de la République de Libéria:

La Délégation de l'Empire Allemand et, au nom de celle-ci, son Excellence M. le Dr. von Koerner, Conseiller Intime Actuel, Directeur au Département des Affaires Étrangères;

Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau:

M. le Dr. Comte Hippolyte de Villers, Chargé d'Affaires de Luxembourg à Berlin;

M. le Baron de Rolland, Président du Tribunal Supérieur;

Sa Majesté le Roi de Norvège:

M. Klaus Hoel, Chef de Division au Département des Cultes et de l'Instruction Publique;

Sa Majesté le Roi de Suède:

M. le Comte Taube, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de Sa Majesté le Roi de Suède à Berlin;

M. le Baron Peder-Magnus de Ugglas, Référéndaire à la Cour Suprême;

Le Conseil Fédéral de la Confédération Suisse:

M. le Dr. Alfred de Claparède, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de la Confédération Suisse à Berlin;

M. W. Krafft, Adjoint de l'Office Fédéral pour la Propriété Intellectuelle;

Son Altesse le Bey de Tunis:

M. Jean Gout, Consul Général au Département des Affaires Étrangères à Paris;

Lesquels, après s'être communiqué leurs pleins pouvoirs respectifs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des Articles suivants:

ARTICLE 1er.

Les pays contractants sont constitués à l'état d'Union pour la protection des droits des auteurs sur leurs œuvres littéraires et artistiques.

ARTICLE 2.

L'expression «œuvres littéraires et artistiques» comprend toute production du domaine littéraire, scientifique ou artistique, quel qu'en soit le mode ou la forme de reproduction, telle que: les livres, brochures, et autres écrits; les œuvres dramatiques ou dramatico-musicales, les œuvres chorégraphiques et les pantomimes, dont la mise en scène est fixée par écrit ou autrement; les compositions musicales avec ou sans paroles; les œuvres de dessin, de peinture, d'architecture, de sculpture, de gravure et de lithographie; les illustrations, les cartes géographiques; les plans, croquis et ouvrages plastiques, relatifs à la géographie, à la topographie, à l'architecture ou aux-sciences.

Sont protégés comme des ouvrages originaux sans préjudice de droits de l'auteur de l'œuvre originale, les traductions, adaptations, arrangements de musique et autres reproductions transformées d'une œuvre littéraire ou artistique, ainsi que les recueils de différentes œuvres.

Les pays contractants sont tenus d'assurer la protection des œuvres mentionnées ci-dessus.

Les œuvres d'art appliqué à l'industrie sont protégées autant que permet de le faire la législation intérieure de chaque pays.

ARTICLE 3.

La présente Convention s'applique aux œuvres photographiques et aux œuvres obtenues par un procédé analogue à la photographie. Les pays contractants sont tenus d'en assurer la protection.

ARTICLE 4.

Les auteurs ressortissant à l'un des pays de l'Union jouissent, dans les pays autres que le pays d'origine de l'œuvre, pour leurs œuvres, soit non publiées, soit publiées pour la première fois dans un pays de l'Union, des droits que les lois respectives accordent actuellement ou accorderont par la suite aux nationaux, ainsi que des droits spécialement accordés par la présente Convention.

La jouissance et l'exercice de ces droits ne sont subordonnés à aucune formalité; cette jouissance et cet exercice sont indépendants de l'existence de la protection dans le pays d'origine de l'œuvre. Par suite, en dehors des stipulations de la présente Convention, l'étendue de la protection ainsi que les moyens de recours garantis à l'auteur pour sauvegarder ses droits se règlent exclusivement d'après la législation du pays où la protection est réclamée.

Est considéré comme pays d'origine de l'œuvre: pour les œuvres non publiées, celui auquel appartient l'auteur; pour les œuvres publiées, celui de la première publication; et pour les œuvres publiées simultanément dans plusieurs pays de l'Union, celui d'entre eux dont la législation accorde la durée de protection la plus courte. Pour les œuvres publiées simultanément dans un pays étranger à l'Union et dans un pays de l'Union, c'est ce dernier pays qui est exclusivement considéré comme pays d'origine.

Par œuvres publiées, il faut, dans le sens de la présente Convention, entendre les œuvres éditées. La représentation d'une œuvre dramatique ou dramatico-musicale, l'exécution d'une œuvre musicale, l'exposition d'une œuvre d'art et la construction d'une œuvre d'architecture ne constituent pas une publication.

ARTICLE 5.

Les ressortissants de l'un des pays de l'Union, qui publient pour la première fois leurs œuvres dans un autre pays de l'Union, ont, dans ce dernier pays, les mêmes droits que les auteurs nationaux.

ARTICLE 6.

Les auteurs ne ressortissant pas à l'un des pays de l'Union, qui publient pour la première fois leurs œuvres dans l'un de ces pays, jouissent, dans ce pays, des mêmes droits que les auteurs nationaux, et dans les autres pays de l'Union des droits accordés par la présente Convention.

ARTICLE 7.

La durée de la protection accordée par la présente Convention comprend la vie de l'auteur et cinquante ans après sa mort.

Toutefois, dans le cas où cette durée ne serait pas uniformément adoptée par tous les pays de l'Union, la durée sera réglée par la loi du pays où la protection sera réclamée et

elle ne pourra excéder la durée fixée dans le pays d'origine de l'œuvre. Les pays contractants ne seront, en conséquence, tenus d'appliquer la disposition de l'alinéa précédent que dans la mesure où elle se concilie avec leur droit interne.

Pour les œuvres photographiques et les œuvres obtenues par un procédé analogue à la photographie, pour les œuvres posthumes, pour les œuvres anonymes ou pseudonymes, la durée de la protection est réglée par la loi du pays où la protection est réclamée, sans que cette durée puisse excéder la durée fixée le pays d'origine de l'œuvre.

ARTICLE 8.

Les auteurs d'œuvres non publiées, ressortissant à l'un des pays de l'Union, et les auteurs d'œuvres publiées pour la première fois dans un de ces pays jouissent, dans les autres pays de l'Union, pendant toute la durée du droit sur l'œuvre originale, du droit exclusif de faire ou d'autoriser la traduction de leurs œuvres.

ARTICLE 9.

Les romans-feuilletons, les nouvelles et toutes autres œuvres, soit littéraires, soit scientifiques, soit artistiques, quel qu'en soit l'objet, publiés dans les journaux ou recueils périodiques d'un des pays de l'Union, ne peuvent être reproduits dans les autres pays sans le consentement des auteurs.

A l'exclusion des romans-feuilletons et des nouvelles, tout article de journal peut être reproduit par un autre journal, si la reproduction n'en est pas expressement interdite. Toutefois, la source doit être indiquée; la sanction de cette obligation est déterminée par la législation du pays où la protection est réclamée.

La protection de la présente Convention ne s'applique pas aux nouvelles du jour ou aux faits divers qui ont le caractère de simples informations de presse.

ARTICLE 10.

En ce qui concerne la faculté de faire licitement des emprunts à des œuvres littéraires ou artistiques pour des publications nouvelles du jour ou aux faits divers qui ont le caractère scientifique, ou pour des chrestomathies, est réservé l'effet de la législation des pays de l'Union et des arrangements particuliers existants ou à conclure entre eux.

ARTICLE 11.

Les stipulations de la présente Convention s'appliquent à la représentation publique des œuvres dramatiques ou dramatico-musicales, et à l'exécution publique des œuvres musicales, que ces œuvres soient publiées ou non.

Les auteurs d'œuvres dramatiques ou dramatico-musicales sont, pendant la durée de leur droit sur l'œuvre originale, protégés contre la représentation publique non autorisée de la traduction de leurs ouvrages.

Pour jouir de la protection du présent article, les auteurs, en publiant leurs œuvres ne sont pas tenus d'en interdire la représentation ou l'exécution publique.

ARTICLE 12

Sont spécialement comprises parmi les reproductions illicites auxquelles s'applique la présente Convention, les appropriations indirectes non autorisées d'un ouvrage littéraire ou artistique, telles que: adaptations, arrangements de musique, transformations d'un roman, d'une nouvelle ou d'une poésie en pièce de théâtre et réciproquement, &c., lorsqu'elles ne sont que la reproduction de cet ouvrage, dans la même forme ou sous une autre forme, avec des changements, additions ou retranchements, non essentiels, et sans présenter le caractère d'une nouvelle œuvre originale.

ARTICLE 13

Les auteurs d'œuvres musicales ont le droit exclusif d'autoriser: (1) l'adaptation de ces œuvres à des instruments servant à les reproduire mécaniquement; (2) l'exécution publique des mêmes œuvres au moyen de ces instruments.

Des réserves et conditions relatives à application de cet article pourront être déterminées par la législation intérieure de chaque pays, en ce qui le concerne; mais toutes réserves et conditions de cette nature n'auront qu'un effet strictement limité au pays qui les aurait établies.

La disposition de l'alinéa premier n'a pas d'effet rétroactif et, par suite, n'est pas applicable, dans un pays de l'Union, aux œuvres qui, dans ce pays, auront été adaptées licitement aux instruments mécaniques avant la mise en vigueur de la présente Convention.

Les adaptations faites en vertu des alinéas 2 et 3 du présent article et importés sans autorisation des parties intéressées dans un pays où elles ne seraient pas licites, pourront y être saisies.

ARTICLE 14

Les auteurs d'œuvres littéraires, scientifiques ou artistiques ont le droit exclusif d'autoriser la reproduction et la représentation publique de leurs œuvres par la cinématographie.

Sont protégées comme œuvres littéraires ou artistiques les productions cinématographiques lorsque, par les dispositifs de la mise en scène ou les combinaisons des incidents représentés, l'auteur aura donné à l'œuvre un caractère personnel et original.

Sans préjudice des droits de l'auteur de l'œuvre originale, la reproduction par la cinématographie d'une œuvre littéraire, scientifique ou artistique est protégée comme une œuvre originale.

Les dispositions qui précèdent s'appliquent à la reproduction ou production obtenue par tout autre procédé analogue à la cinématographie.

ARTICLE 15

Pour que les auteurs des ouvrages protégés par la présente Convention soient, jusqu'à preuve contraire, considérés comme tels et admis, en conséquence, devant les tribunaux des divers pays de l'Union, à exercer des poursuites contre les contrefacteurs, il suffit que leur nom soit indiqué sur l'ouvrage en la manière usitée.

Pour les œuvres anonymes ou pseudonymes, l'éditeur dont le nom est indiqué sur l'ouvrage est fondé à sauvegarder les droits appartenants à l'auteur. Il est, sans autres preuves, réputé ayant cause de l'auteur anonyme ou pseudonyme.

ARTICLE 16

Toute œuvre contrefaite peut être saisie par les autorités compétentes des pays de l'Union où l'œuvre originale a droit à la protection légale.

Dans ces pays, la saisie peut aussi s'appliquer aux reproductions provenant d'un pays où l'œuvre n'est pas protégée ou a cessé de l'être.

La saisie a lieu conformément à la législation intérieure de chaque pays.

ARTICLE 17

Les dispositions de la présente Convention ne peuvent porter préjudice, en quoi que ce soit, au droit qui appartient au Gouvernement de chacun des pays de l'Union de

permettre, de surveiller, d'interdire, par des mesures de législation ou de police intérieure, la circulation, la représentation, l'exposition de tout ouvrage ou production à l'égard desquels l'autorité compétente aurait à exercer ce droit.

ARTICLE 18

La présente Convention s'applique à toutes les œuvres qui, au moment de son entrée en vigueur, ne sont pas encore tombées dans le domaine public de leurs pays d'origine par l'expiration de la durée de la protection.

Cependant, si une œuvre, par l'expiration de la durée de protection qui lui était antérieurement reconnue, est tombée dans le domaine public du pays où la protection est réclamée, cette œuvre n'y sera pas protégée à nouveau.

L'application de ce principe aura lieu suivant les stipulations contenues dans les Conventions spéciales existantes ou à conclure à cet effet entre pays de l'Union. A défaut de semblables stipulations, les pays respectifs régleront, chacun pour ce qui le concerne, les modalités relatives à cette application.

Les dispositions que précèdent s'appliquent également en cas de nouvelles accessions à l'Union et dans le cas où la durée de la protection serait étendue par application de l'article 7.

ARTICLE 19

Les dispositions de la présente Convention n'empêchent pas de revendiquer l'application de dispositions plus larges qui seraient édictées par la législation d'un pays de l'Union en faveur des étrangers en général.

ARTICLE 20

Les Gouvernements des pays de l'Union se réservent le droit de prendre entre eux des arrangements particuliers. en tant que ces arrangements conférerait aux auteurs des droits plus étendus que ceux accordés par l'Union, ou qu'ils renfermeraient d'autres stipulations non contraires à la présente Convention. Les dispositions des arrangements existants qui répondent aux conditions précitées restent applicables.

ARTICLE 21

Est maintenu l'office international institué sous le nom de «Bureau de l'Union internationale pour la protection des œuvres littéraires et artistiques.»

Ce Bureau est placé sous la haute autorité du Gouvernement de la Confédération Suisse, qui en règle l'organisation et en surveille le fonctionnement.

La langue officielle du Bureau est la langue française.

ARTICLE 22

Le Bureau international centralise les renseignements de toute nature relatifs à la protection des droits des auteurs sur leurs œuvres littéraires et artistiques. Il les coordonne et les publie. Il procède aux études d'utilité commune intéressant l'Union et rédige, à l'aide des documents qui sont mis à sa disposition par les diverses Administrations, une feuille périodique, en langue française sur les questions concernant l'objet de l'Union. Les Gouvernements des pays de l'Union se réservent d'autoriser, d'un commun accord, le Bureau à publier une édition dans une ou plusieurs autres langues, pour le cas où l'expérience en aurait démontré le besoin.

Le Bureau international doit se tenir en tout temps à la disposition des membres de l'Union pour leur fournir, sur les questions relatives à la protection des œuvres littéraires et artistiques, les renseignements spéciaux dont ils pourraient avoir besoin.

Le Directeur du Bureau international fait sur sa gestion un rapport annuel qui est communiqué à tous les membres de l'Union.

ARTICLE 23

Les dépenses du Bureau de l'Union internationale sont supportées en commun par les pays contractants. Jusqu'à nouvelle décision, elles ne pourront pas dépasser la somme de soixante mille francs par année. Cette somme pourra être augmentée au besoin par simple décision d'une des Conférences prévues à l'article 24.

Pour déterminer la part contributive de chacun des pays dans cette somme totale des frais, les pays contractants et ceux qui adhéreront ultérieurement à l'Union sont divisés en six classes, contribuant chacune dans la proportion d'un certain nombre d'unités, savoir: —

1 ^{re} classe.....	25 unités.
2 ^{me} »	20 »
3 ^{me} »	15 »
4 ^{me} »	10 »
5 ^{me} »	5 »
6 ^{me} »	3 »

Ces coefficients sont multipliés par le nombre des pays de chaque classe, et la somme des produits ainsi obtenus fournit le nombre d'unités par lequel la dépense totale doit être divisée. Le quotient donne le montant de l'unité de dépense.

Chaque pays déclarera, au moment de son accession, dans laquelle des susdites classes il demande à être rangé.

L'Administration Suisse prépare le budget du Bureau et en surveille les dépenses, fait les avances nécessaires et établit le compte annuel qui sera communiqué à toutes les autres Administrations.

ARTICLE 24.

La présente Convention peut être soumise à des revisions en vue d'y introduire les améliorations de nature à perfectionner le système de l'Union.

Les questions de cette nature, ainsi que celles qui intéressent à d'autres points de vue le développement de l'Union, sont traitées dans des Conférences qui auront lieu successivement dans les pays de l'Union entre les délégués, des dits pays. L'Administration du pays où doit siéger une Conférence prépare, avec le concours du Bureau international, les travaux de celle-ci. Le Directeur du Bureau assiste aux séances des Conférences et prend part aux discussions sans voix délibérative.

Aucun changement à la présente Convention n'est valable pour l'Union que moyennant l'assentiment unanime des pays qui la composent.

ARTICLE 25.

Les États étrangers à l'Union et qui assurent la protection légale des droits faisant l'objet de la présente Convention, peuvent y accéder sur leur demande.

Cette accession sera notifiée par écrit au Gouvernement de la Confédération Suisse, et par celui-ci à toute les autres.

Elle emportera, de plein droit, adhésion à toutes les clauses et admission à tous les avantages stipulés dans la présente Convention. Toutefois, elle pourra contenir l'indication des dispositions de la Convention du 9 septembre 1886, ou de l'Acte additionnel du 4 mai 1896, qu'ils jugeraient nécessaire de substituer, provisoirement au moins, aux dispositions correspondantes de la présente Convention.

ARTICLE 26.

Les pays contractants ont le droit d'accéder en tout temps à la présente Convention pour leurs colonies ou possessions étrangères.

Ils peuvent, à cet effet, soit faire une déclaration générale par laquelle toutes leurs colonies ou possessions sont comprises dans l'accession, soit nommer expressément celles qui y sont comprise, soit se borner à indiquer celles qui en sont exclues.

Cette déclaration sera notifiée par écrit au Gouvernement de la Confédération Suisse, et par celui-ci à tous les autres.

ARTICLE 27.

La présente Convention remplacera, dans les rapports entre les états contractants, la Convention de Berne du 9 septembre 1886, y compris l'Article additionnel et le Protocole de clôture du même jour, ainsi que l'Acte additionnel et la Déclaration interprétative du 4 mai 1896. Les actes conventionnels précités resteront en vigueur dans les rapports avec les états qui ne ratifieraient pas la présente Convention.

Les états signataires de la présente Convention pourront, lors de l'échange des ratifications, déclarer qu'ils entendent, sur tel ou tel point, rester encore liés par les dispositions des Conventions auxquelles ils ont souscrit antérieurement.

ARTICLE 28

La présente Convention sera ratifiée, et les ratifications en seront échangées à Berlin au plus tard le 1er juillet 1910.

Chaque Partie contractante remettra, pour l'échange des ratifications, un seul instrument, qui sera déposé, avec ceux des autres pays, aux archives du Gouvernement de la Confédération Suisse. Chaque Partie recevra en retour un exemplaire du procès-verbal d'échange des ratifications, signé par les Plénipotentiaires qui y auront pris part.

ARTICLE 29

La présente Convention sera mise à exécution trois mois après l'échange des ratifications et demeurera en vigueur pendant un temps indéterminé, jusqu'à l'expiration d'une année à partir du jour où la dénonciation en aura été faite.

Cette dénonciation sera adressée au Gouvernement de la Confédération Suisse. Elle ne produira son effet qu'à l'égard du pays qui l'aura faite, la Convention restant exécutoire pour les autres pays de l'Union.

ARTICLE 30

Les États qui introduiront dans leur législation la durée de protection de cinquante ans prévue par l'article 7, alinéa 1er, de la présente Convention, le feront connaître au Gouvernement de la Confédération Suisse par une notification écrite qui sera communiquée aussitôt par ce Gouvernement à tous les autres États de l'Union.

Il en sera de même pour les États qui renonceront aux réserves faites par eux en vertu des articles 25, 26 et 27.

En foi de quoi les Plénipotentiaires respectifs ont signé la présente Convention et y ont apposé leurs cachets.

Fait à Berlin, le 13 novembre 1908, en un seul exemplaire, qui sera déposé dans les archives du Gouvernement de la Confédération Suisse et dont des copies, certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux pays contractants.

Pour l'Allemagne:

(L.S.) DR. K. VON STUDT.
(L.S.) VON KOERNER.
(L.S.) DUNGS.
(L.S.) GOEBEL VON HARRANT.
(L.S.) ROBOLSKI.
(L.S.) JOSEF KOHLER.
(L.S.) OSTERRIETH.

Pour la Belgique:

(L.S.) COMTE DELLA FAILLE DE LEVERGHEM.
(L.S.) JULES DE BORCHGRAVE.
(L.S.) WAUWERMANS.

Pour le Danemark:

(L.S.) J. HEGERMANN LINDENCRONE.

Pour l'Espagne:

(L.S.) LUIS POLO DE BERNABE.
(L.S.) EUGENIO FERRAZ.

Pour la France:

(L.S.) JULES CAMBON.
(L.S.) E. LAVISSE.
(L.S.) PAUL HERVIEU.

(L.S.) L. RENAULT.
(L.S.) GAVARRY.
(L.S.) G. BRETON.
(L.S.) GEORGES LECOMTE.

Pour la Grande-Bretagne:

(L.S.) H. G. BERGNE.
(L.S.) GEORGE R. ASKWITH.
(L.S.) J. DE SALIS.

Pour l'Italie:

(L.S.) PANSA.
(L.S.) LUIGI ROUX.
(L.S.) SAMUELE OTTOLENGHI.
(L.S.) EMILIO VENEZIAN.
(L.S.) AVV. AUGUSTO FERRARI.

Pour le Japon:

(L.S.) MIZUNO RENTARO.
(L.S.) HORIGUCHI KUMAICHI.

Pour la République de Libéria:

(L.S.) VON KOERNER.

Pour le Luxembourg:

(L.S.) COMTE DE VILLERS.

Pour Monaco:

(L.S.) BON. DE ROLLAND.

Pour la Norvège:

(L.S.) KLAUS HOEL.

Pour la Suède:

(L.S.) TAUBE.
(L.S.) P. M. AF UGGLAS.

Pour la Suisse:

(L.S.) ALFRED DE CLAPARÈDE.
(L.S.) W. KRAFT.

Pour la Tunisie:

(L.S.) JEAN GOUT.

DECRETO N. 15.550 — DE 7 DE JULHO DE 1922

Publica a adhesão do Grão-Ducado do Luxemburgo á Convenção Internacional para a protecção da propriedade industrial, revista em Bruxellas e Washington

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Grão-Ducado do Luxemburgo á Convenção Internacional para a protecção da propriedade industrial, assignada em Paris em 1883 e revista em Bruxellas, a 14 de dezembro de 1900, e em Washington, a 2 de junho de 1922, com o respectivo Protocollo de encerramento — conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação da Suissa nesta Capital, por nota de 20 de junho ultimo, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITÁCIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

TRADUCÇÃO

Legação da Suissa no Brasil — N. 2.350|2 — Rio de Janeiro, 20 de junho de 1922.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de vossa excellencia que, por nota datada de 12 de maio de 1922, a Legação do Luxemburgo em Berna notificou ao Conselho federal suiso que o Governo do Grão-Ducado do Luxemburgo decidiu adherir á Convenção Internacional para a protecção da propriedade industrial, revista em Bruxellas a 14 de dezembro de 1900 e em Washington a 2 de junho de 1911, com o seu Protocollo de encerramento (veja-se o art. 18 da Convenção).

De conformidade com o art. 16, alinea 3, da Convenção da União de Paris, revista, essa adhesão produzirá effeito um mez após a remessa da presente notificação, donde a partir de 30 de junho de 1922.

No que toca á sua contribuição para as despesas da repartição internacional, o Luxemburgo deseja ser collocado na sexta classe.

Rogando a vossa excellencia que se digne de fazer tomar nota dessa adhesão, aproveito com prazer esta occasião, Senhor Ministro para lhe renovar a segurança da minha alta estima e da minha mais distincta consideração.

(Assº.) GERTSCH.

A Sua Excellencia o Sr. Dr. José Manoel de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores, Rio de Janeiro.

DECRETO N. 15.558 — DE 12 DE JULHO DE 1922

*Eleva á categoria de embaixada a representação do Brasil
no Chile*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no decreto legislativo n. 4.156, de 15 de outubro de 1920, decreta:

Art. 1.º Fica elevada á categoria de embaixada a representação diplomatica do Brasil no Chile, com a seguinte dotação annual, em ouro: Vencimentos do embaixador: ordenado, réis 12:000\$; gratificação, 6:000\$; e representação, 16:000\$; para aluguel de chancellaria, 9:000\$ e para expediente, 2:000\$000.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.559 — DE 12 DE JULHO DE 1922

Crêa uma legação na Dinamarca

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no decreto legislativo n. 4.156, de 15 de outubro de 1920, decreta:

Art. 1.º Fica creada uma legação na Dinamarca com a seguinte dotação annual, em ouro: Ministro residente: ordenado, 8:000\$; gratificação, 4:000\$; e representação, 6:000\$; para aluguel de chancellaria, 2:000\$ e para expediente, réis 500\$000.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1922, 101º da Independência e 34º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.565 — DE 19 DE JULHO DE 1922

Publica a denuncia, por parte de Honduras, da Convenção sobre Marcas de Fabrica e de Commercio, assignada em Buenos Aires em 1910

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a denuncia, por parte do Governo da Republica de Honduras, da Convenção sobre Marcas de Fabrica e de Commercio, assignada em Buenos Aires a 20 de Agosto de 1910, por ocasião da Quarta Conferencia Internacional Americana, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores o Governo Argentino, por Nota de 9 de Maio ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 19 de Julho de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

J. M. de Azevedo Marques.

TRADUCÇÃO

Republica Argentina.

Ministerio das Relações Exteriores e Culto.

Buenos Aires, 9 de Maio de 1922.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que o Governo de Honduras se dirigiu a este Ministerio, por meio da nota que transmittito, em cópia legalizada, communicando que não convém áquelle Governo continuar como parte da Convenção sobre Marcas de Fabrica e de Commercio, sancionada na IVª Conferencia Internacional Americana, reunida nesta Capital em 1910, razão pela qual a denuncia formalmente.

Em consequencia e de accôrdo com o estipulado no artigo XIX da mencionada Convenção, transmittito esse acto a Vossa Excellencia, para notificação e conhecimento do seu Governo.

Aproveito esta oportunidade para offerecer a Vossa Excellencia as seguranças da minha mais distincta consideração.
— *H. Pueyrredon.*

A S. Ex. o Senhor Ministro das Relações Exteriores da Republica do Brasil.

TRADUCÇÃO

Secretaria das Relações Exteriores da Republica de Honduras.

Tegucigalpa, 17 de Fevereiro de 1922.

Senhor Ministro,

De conformidade com o art. 19 da Convenção sobre Marcas de Fabrica e de Commercio, subscripta pelos Delegados á Quarta Conferencia Internacional Americana na cidade de Buenos Aires, a 29 de Agosto de 1910, tenho a honra de comunicar a Vossa Excellencia que, não convindo ao Governo de Honduras continuar como parte da dita Convenção, se vê no caso de a denunciar por meio da presente.

Rogando a Vossa Excellencia que se sirva de notificar esta denuncia aos Governos interessados, é-me grato aproveitar a oportunidade para lhe reiterar as seguranças da minha mais alta e distincta consideração. — *A. R. Reina* (h).

A S. Ex. o Senhor Ministro das Relações Exteriores da Republica Argentina.

Buenos Aires.

E' cópia (assignatura illegivel). — Chefe da Divisão Política.

DECRETO N. 15.567 — DE 19 DE JULHO DE 1922

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 32:793\$890, papel, e de £ 5.100-0-0, ou 45:333\$334, ouro, para indemnizar o Governo da Italia do accidente soffrido pelo vapor Atlanta no porto do Rio de Janeiro

O Presidente da Republica dos Estados Unidos ao Brasil, usando da autorização constante do artigo unico do decreto legislativo n. 4.550, de 12 de julho de 1922, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 32:793\$890, papel, e de £ 5.100-0-0, ou 45:333\$334, ouro, para indemnizar o Governo da Italia, do

accidente soffrido no porto do Rio de Janeiro, em agosto de 1918, pelo vapor *Atlanta*, pertencente ao mesmo Governo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1922, 101.º da Independencia e 34.º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.579 — DE 26 DE JULHO DE 1922

Publica a adhesão da Argentina ás Convenções de Bruxellas sobre Direito Maritimo

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Republica Argentina á Convenção internacional para a unificação de certas regras em materia de abalroamento e á Convenção internacional para a unificação de certas regras em materia de assistencia e de salvamento marítimos, assignadas em Bruxellas a 23 de Setembro de 1910, — conforme communicou á Embaixada do Brasil em Bruxellas o Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Belgica, por Nota de 15 de Março ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 1922, 101.º da Independencia e 34.º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

TRADUCÇÃO

Ministerio dos Negocios Estrangeiros — Bruxellas, 15 de Março de 1922.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que, segundo communicação do Sr. Ministro da Republica Argentina em Bruxellas, o Governo Argentino adhere á Convenção internacional para a unificação de certas regras em materia de abalroamento, e á Convenção internacional para a unificação de certas regras em materia de assistencia e de salvamento marítimos, concluidas em Bruxellas a 23 de Setembro de 1910.

A notificação dessa adesão, pelo Governo do Rei, aos Representantes dos Estados contractantes, tendo-se effectuado a 15 de Março corrente, a dita adesão produzirá seus effectos um mez após essa data, de conformidade com as disposições dos artigos 15 e 17 das convenções respectivas.

Tomo a liberdade de recorrer ao obsequioso intermedio de Vossa Excellencia para dar parte do que precede ao Governo dos Estados Unidos do Brasil.

Aproveito esta occasião, Senhor Embaixador, para renovar a Vossa Excellencia as seguranças da minha mui alta consideração.

Pelo Ministro: o Director Geral, *de Ramaix*.

A Sua Excellencia o Senhor de Barros Moreira, Embaixador do Brasil em Bruxellas.

DECRETO N. 15.580 — DE 26 DE JULHO DE 1922

Publica a adesão da Polonia á Convenção da Haya, relativa á solução pacifica dos conflictos internacionaes

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adesão da Republica da Polonia á Convenção assignada na Haya, a 18 de Outubro de 1907, para a solução pacifica dos conflictos internacionaes, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação Hollandeza nesta Capital, por Nota de 7 do corrente, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 26 de Julho de 1922, 101° da Independencia e 34° da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

TRADUCÇÃO

Legação Real dos Paizes-Baixos no Brasil — N. 1.140|22
— Rio de Janeiro, 7 de Julho de 1922.

Senhor Ministro,

Com referencia á sua nota de 20 de Dezembro de 1920, Direcção Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos, n. 32, relativa ao desejo expresso pelo Governo Polaco de ser admitido a adherir á convenção da Haya, relativa á solução pacifica dos conflictos internacionaes, de 18 de Outubro de 1907,

tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que esse desejo foi communicado aos Governos das Potencias contractantes.

Havendo esses Governos dado sua acquiescencia á adhesão da Polonia á dita convenção, parece ao Governo da Rainha que o accôrdo previsto no artigo 94 da convenção pôde ser considerado como estabelecido, e que, por consequente, nada se oppõe a que a adhesão da Polonia seja considerada como definitiva e perfeita.

Queira acceitar, Senhor Ministro, as reiteradas seguranças da minha mui alta consideração. — *Th. B. Pleyte.*

A Sua Excellencia, o Senhor Dr. José Manoel de Azevedo Marques, Ministro de Estado das Relações Exteriores, etc., etc., etc. — Rio de Janeiro.

DECRETO N. 15.591 — DE 2 DE AGOSTO DE 1922

Publica a adhesão da Tcheco-Slovaquia á Convenção da Haya, para a solução pacifica dos conflictos internacionaes

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adhesão da Republica Tcheco-Slovaca á Convenção para a solução pacifica dos conflictos internacionaes, assignada na Segunda Conferencia da Paz, na Haya, a 18 de Outubro de 1907, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação Hollandeza nesta Capital, por Nota de 7 de Julho proximo passado, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 2 de Agosto de 1922, 101° da Independencia e 34° da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

TRADUCÇÃO

Real Legação dos Paizes-Baixos, no Brasil.

Rio de Janeiro, 7 de Julho de 1922.

N. 1.138/20.

Senhor Ministro,

Com referencia á Nota que Vossa Excellencia se dignou de dirigir ao meu predecessor a 8 de Dezembro de 1920, Directoria Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos,

N. 30, relativa ao desejo expresso pelo Governo da Republica Tcheco-Slovaca de adherir á convenção para a solução pacifica dos conflictos internacionaes, de 18 de Outubro de 1907, tenho a honra, de ordem do meu Governo, de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que o Governo da Rainha notificou aquelle desejo ás Potencias contractantes, ao mesmo tempo que solicitou o seu parecer sobre a questão de saber se a Republica Tcheco-Slovaca devia ser considerada como parte contractante ou se, na sua opinião, a adhesão da Republica á convenção de arbitragem devia fazer-se de conformidade com o art. 94 dessa convenção.

As Potencias contractantes adoptaram este ultimo parecer, sem formular nenhuma objecção á adhesão da Republica Tcheco-Slovaca á supradita convenção.

Nestas condições, parece ao Governo da Rainha que o accôrdo previsto no art. 94 da convenção póde ser considerado como estabelecido, e que, por conseguinte, nada se oppõe a que a adhesão da Republica Tcheco-Slovaca seja considerada como definitiva e perfeita.

Queira acceitar, Senhor Ministro, as reiteradas seguranças da minha mui alta consideração.

(ass.º) *Th. B. Pleyte.*

A Sua Excellencia

o Senhor Dr. José Manoel de Azevedo Marques,

Ministro de Estado das Relações Exteriores, etc., etc., etc.

Rio de Janeiro.

DECRETO N. 15.592 — DE 2 DE AGOSTO DE 1922

Publica a adhesão da Finlândia ás Convenções e á Declaração assignadas na 2ª Conferencia da Paz

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Republica da Finlândia ás Convenções e á Declaração, assignadas na Segunda Conferencia da Paz, na Haia, a 18 de Outubro de 1907, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação Holandesa nesta Capital, por Nota de 7 de Julho proximo passado, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 2 de Agosto de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

TRADUÇÃO

Real Legação dos Paizes-Baixos no Brasil.

Rio de Janeiro, 7 de Julho de 1922.

N. 1.141|23.

Senhor Ministro,

Com referencia á Sua Nota de 22 de Novembro de 1920, Directoria Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos, numero 27, relativa á adhesão da Finlandia ás convenções e á declaração assignadas na Segunda Conferencia da Paz, e especialmente á convenção para a solução pacifica dos conflictos internacionaes, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que essa adhesão foi notificada aos Governos das Potencias contractantes.

Não havendo esses Governos formulado nenhuma opposição á adhesão da Finlandia á convenção para a solução pacifica dos conflictos internacionaes, parece ao Governo da Rainha que o accôrdo previsto no artigo 94 da dita convenção póde ser, assim, considerado como estabelecido e que, por conseguinte, nada se oppõe a que a adhesão da Finlandia seja considerada como definitiva e perfeita.

Queira acceitar, Senhor Ministro, as reiteradas seguranças da minha mui alta consideração.

(Ass.º) *Th. B. Pleyte.*

A Sua Excellencia

O Senhor Dr. José Manoel de Azevedo Marques,

Ministro de Estado das Relações Exteriores,

etc. etc. etc.

Rio de Janeiro.

DECRETO N. 15.593 — DE 2 DE AGOSTO DE 1922

Publica a adhesão da Lettonia á Convenção da Haya para a adaptação á guerra maritima dos principios da Convenção de Genebra, de 1906

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Republica da Lettonia á Convenção assignada na Haya, a 18 de Outubro de 1907, para a adaptação á guerra maritima dos principios da Convenção da Cruz Vermelha, assignada em Genebra a 6 de Julho de 1906, segundo communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a

Legação Hollandeza nesta Capital, por Nota de 7 de Julho ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 2 de Agosto de 1922, 101° da Independencia e 34° da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

TRADUCÇÃO

Real Legação dos Paizes-Baixos no Brasil.

Rio de Janeiro, 7 de Julho de 1922.

N. 1.148|26.

Senhor Ministro,

Por ordem do meu Governo, e de conformidade com o artigo 24 da Convenção da Haya, de 18 de Outubro de 1907, para a adaptação á guerra marítima dos principios da Convenção de Genebra, tenho a honra de transmittir a Vossa Excellencia cópia devidamente authenticada de uma Nota, do 1° de Abril ultimo, pela qual o Governo da Lettonia notifica ao Governo da Rainha a adhesão da Lettonia á supradita convenção.

O Governo da Rainha recebeu essa Nota a 15 de Abril ultimo.

Segundo communicação feita ao meu Governo pela Legação da Suissa na Haya, o Governo da Lettonia, por Nota do 1° de Abril ultimo, participou ao Conselho Federal Suisso o seu desejo de adherir á Convenção de Genebra de 6 de Julho de 1906, destinada a melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha.

Queira acceitar, Senhor Ministro, as reiteradas seguranças da minha mui alta consideração.

Th. B. Pleyte.

A Sua Excellencia

o Senhor Dr. José Manoel de Azevedo Marques,

Ministro de Estado das Relações Exteriores,

etc. etc. etc.

Rio de Janeiro.

TRADUÇÃO

Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Lettonia. Riga.

Em 1 de Abril de 1922.

N. T. 110.171|15.617.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar oficialmente ao seu conhecimento que, de conformidade com o artigo 24 da Convenção da Haya, de 18 de Outubro de 1907, para a adaptação á guerra marítima dos principios da Convenção de Genebra, o Governo da Lettonia adhire, sem nenhuma reserva, á dita Convenção.

A Assembléa Constituinte adoptou, a esse respeito, a 24 de Março ultimo, uma lei, cujo teor é o seguinte:

1.º A adhesão á Convenção da Haya, de 18 de Outubro de 1907, para a adaptação á guerra marítima dos principios da Convenção de Genebra é adoptada e confirmada pela presente lei.

2.º A lei entrará em vigor desde a sua publicação.

Esta lei deve ser publicada com a Convenção mencionada no primeiro artigo.

3.º A Convenção entrará em vigor quanto á Lettonia, de conformidade com o artigo 26 de Convenção.

Ficar-lhe-hia grato, Senhor Ministro, si se dignasse de fazer ás outras Potencias signatarias a notificação prevista no artigo 24 da Convenção.

Queira acceitar, Senhor Ministro, as seguranças da minha alta consideração.

Z. A. Meierovics.

Presidente do Conselho,

Ministro dos Negocios Estrangeiros.

A Sua Excellencia

e Senhor Ministro dos Negocios Estrangeiros dos Paizes-Baixos, Haya.

Certificado por cópia conforme. — O Secretario Geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Paizes-Baixos (assinatura illegivel).

DECRETO N. 15.606 — DE 16 DE AGOSTO DE 1922

Crea um Consulado honorario no Panamá, na Republica do mesmo nome

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo art. 4º, letra a, do decreto n. 14.058, de 11 de Fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado honorario no Panamá, na Republica do mesmo nome.

Rio de Janeiro, 16 de Agosto de 1922, 101ª da Independencia e 34ª da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.607 — DE 16 DE AGOSTO DE 1922

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito suplementar de 17:291\$665, ouro, para occorrer ás despesas com as Embaixadas no Mexico e no Chile e a criação da Legação na Dinamarca.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do decreto legislativo numero 4.156, de 15 de outubro de 1920, e para attender ás despesas decorrentes da elevação á categoria de Embaixada a representação diplomatica do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos e na Republica do Chile, em virtude dos decretos numeros 15.410, de 23 de março de 1922 e 15.558, de 12 de julho de 1922, e da criação de uma Legação no Reino da Dinamarca, constante do decreto n. 15.559, de 12 de julho de 1922, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 17:291\$665 (dezesete contos duzentos e noventa e um mil seiscentos e sessenta e cinco réis), ouro, suplementar á verba 9ª do art. 26 da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, para attender ás despesas no corrente anno das referidas embaixadas e legação, assim discriminadas: differença de vencimentos dos embaixadores e ministro residente (ordenado, gratificação e representação), 11:666\$665, ouro, durante cinco mezes e mais 25 %. isto é. 2:916\$666

ouro, differenças de aluguel de Chancellarias e expediente, tambem durante cinco mezes, 2:708\$334, ouro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.663 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1922

Crea um consulado honorario em Erberfeld, na Allemanha

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Usando da autorização concedida pelo art. 4º, lettra *a*, do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um consulado honorario em Elberfeld, com jurisdicção em Essen e Solinger, na Allemanha.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.666 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1922

Publica a adhesão da Cidade Livre de Dantzig á Convenção de Berna, revista, para a protecção das obras literarias e artisticas e ao Protocollo adicional de 20 de Março de 1904

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Cidade Livre de Dantzig á Convenção de Berna, para a protecção das obras literarias e artisticas, revista em Berlim, a 13 de Novembro de 1908, e ao Protocollo adicional á mesma Convenção, assignado a 20 de Março de 1904 — conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação da Suissa nesta capital, por Nota de 7 de Agosto proximo findo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 5 de Setembro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Independencia.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

TRADUÇÃO

Legação da Suíça no Brasil.

Rio de Janeiro, 7 de Agosto de 1922.

N. 2.413|2.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de communicar a Vossa Excellencia que, por nota de 24 de Junho de 1922, a Legação da Polónia em Berna, de ordem do seu Governo, incumbido de dirigir os negocios exteriores da Cidade Livre de Dantzig, annunciou ao Conselho Federal Suíço que o dito Governo adheria, em nome da Cidade Livre de Dantzig:

- 1) á Convenção de Berna, revista, para a protecção das obras literarias e artisticas, de 13 de Novembro de 1908;
- 2) ao Protocollo de 20 de Março de 1914, adicional á dita Convenção.

Essa adhesão produziu effeito a partir de 24 de Junho de 1922, data da nota acima mencionada.

No que diz respeito á sua contribuição para as despesas da Repartição internacional, a Cidade Livre de Dantzig collocou-se na sexta classe.

Rogando a Vossa Excellencia que se digne de tomar nota dessa adhesão, aproveito tambem esta nova occasião, Senhor Ministro, de lhe reiterar as seguranças da minha alta estima e da minha mais distincta consideração.

(Ass.º) *Gertsch.*

A Sua Excellencia

o Senhor Dr. José Manoel de Azevedo Marques,

Ministro de Estado das Relações Exteriores,

Rio de Janeiro.

DECRETO N. 15.684 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1922

Publica as adhesões da Polónia e da Cidade Livre de Dantzig á Convenção Internacional para a unificação de certas regras em materia de abalroamento marítimo

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publicas as adhesões da Polónia e da Cidade Livre de Dantzig á Convenção internacional para a unificação de certas regras em materia de abalroamento marítimo, assignada em

Bruxellas aos 23 de Setembro de 1910, conforme communicou á Embaixada do Brasil em Bruxellas o Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Belgica, por Nota de 15 de Junho ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 13 de Setembro de 1922, 101° da Independencia e 34° da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

TRADUCÇÃO

Ministerio dos Negocios Estrangeiros, Bruxellas, 15 de junho de 1922.

Direcção P. B. N. C. 23 48 S. — Communicações.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia, de accôrdo com uma communicação do Sr. Ministro da Polonia em Bruxellas, que o Governo Polaco declarou adherir, em nome da Polonia e da Cidade Livre de Dantzig (de conformidade com o artigo 104 do Tratado de Versalhes) á Convenção internacional para a unificação de certas regras em materia de abalroamento maritimo, assignada em Bruxellas a 23 de Setembro de 1910.

Tendo-se effectuado a 15 de Junho corrente a notificação dessa adhesão, pelo Governo do Rei, aos Representantes dos Estados contractantes, a dita adhesão produzirá seus effectos um mez depois dessa data, de conformidade com o disposto no artigo 15 da referida Convenção.

Tomo a liberdade de recorrer ao obsequioso intermedio de Vossa Excellencia para participar o que precede ao Governo dos Estados Unidos do Brasil.

Aproveito esta occasião, Senhor Embaixador, para renovar a Vossa Excellencia as seguranças da minha mui alta consideração. — *Henri Jaspar.*

DECRETO N. 15.715 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1922

*Crea um Consulado honorario em Addis Abbaba, na
Abyssinia*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pela lettra A do art. 4° do decreto n. 14.058, de 11 de Fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado honorario em

Addis Abbaba, na Abyssinia.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1922, 101° da Independencia e 34° da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.719 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1922

*Promulga os Actos postaes do Congresso Pan-Americano
reunido em Buenos-Aires em 1921*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, havendo sancionado, pelo decreto n. 4.487, de 18 de janeiro de 1922, a resolução do Congresso Nacional que approvou os Actos postaes assignados em Buenos-Aires, no Congresso Postal Pan-Americano, aos quinze de Setembro de 1921, isto é, a Convenção principal, com os respectivos Protocollo final e Regulamento de execução e o Protocollo final desse Regulamento, o Convenio sobre encomendas postaes, com os seus Protocollo final e Regulamento de execução, e o Convenio sobre vales postaes; e tendo sido depositada a respectiva ratificação brasileira no Ministerio das Relações Exteriores da Republica Argentina, aos quinze de julho do corrente anno, decreta que os mesmos Actos, appensos por cópia ao presente decreto, sejam executados e cumpridos tão inteiramente como nelles se contém.

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1922, 101° da Independencia e 34° da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

Convención Principal concluida entre las repúblicas Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Costa Rica, Cuba, Chile, Dominicana, Ecuador, El Salvador, Estados Unidos de América, Guatemala, Méjico, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela.

Los infrascritos, Plenipotenciarios de los países arriba citados, reunidos en Congreso, en Buenos Aires, en ejercicio del derecho que consagra el artículo 23 de la Convención Postal Universal de Madrid, inspirándose en el deseo de extender

y perfeccionar los servicios postales panamericanos y de establecer una solidaridad de acción que pueda representar eficazmente en los Congresos Postales Universales los intereses comunes de las Repúblicas Americanas, en lo que se refiere a las comunicaciones por correo, han convenido en celebrar, bajo reserva de ratificación, la Convención siguiente:

ARTÍCULO 1

UNIÓN PANAMERICANA DE CORREOS

Los países contratantes que, de acuerdo con la declaración que precede, constituyen la Unión Panamericana de Correos con el objeto de mejorar la ejecución de los servicios postales, convienen en las siguientes cláusulas:

ARTÍCULO 2

TRÁNSITO LIBRE Y GRATUITO

1. — Los países adheridos a la presente Convención formarán un solo territorio postal.

2. — Cada uno de los países contratantes se compromete a transportar libre y gratuitamente por su territorio, mediante los servicios que dependan de su Administración o utilice para el envío directo de su propia correspondencia, la que reciba de cualquiera de estos países con destino a cualquier otro país contratante o de la Unión Postal Universal.

Sin embargo, serán de cuenta del país de origen los gastos de transporte terrestre o marítimo de las correspondencias, cuando ésta requiera para su curso subsiguiente la mediación de países extraños a los adheridos al presente Convenio y ese transporte sea oneroso y no gratuito.

ARTÍCULO 3

LIBERTAD DE TARIFAS

1. — Se establece como principio fundamental, la libertad de tarifas. En las relaciones postales entre los países adheridos regirán las tarifas que cada una de las Administraciones establezca dentro de la mitad del equivalente en dólares del máximo fijado por la Convención Postal Universal de Madrid.

ARTÍCULO 4

RÉGIMEN Y CONVENIOS ESPECIALES

1. — Las disposiciones de esta Convención se aplicarán a las cartas, tarjetas postales, impresos de todas clases, papeles de negocio y muestra.

2. — Los mismos países, ya sea por su vecindad, por su situación limitrofe o por la intensidad de sus relaciones postales, podrán establecer entre sí uniones más estrechas sobre cualesquiera de los servicios instituídos por la presente Convencion y demás arreglos especiales celebrados por este Congreso.

ARTICULO 5

FRANQUEO OBLIGATORIO

Es obligatorio, en los países contratantes, el pago previo del porte total de toda clase de correspondencia inclusive los paquetes cerrados, con la única excepción de las cartas en su forma usual y ordinaria, para las cuales es obligatorio el pago previo, por lo menos, de un porte sencillo. Por las cartas insuficientemente franqueadas sólo se cobrará la diferencia de porte no pagado.

ARTICULO 6

FRANQUICIA DE PORTE

1. — Las partes contratantes convienen en acordar franquicia de porte tanto en su servicio interno como en el panamericano, a la correspondencia de la Oficina Internacional de la Unión Postal Panamericana y a la de los miembros del cuerpo diplomático de los países signatarios. Los cónsules gozarán de franquicia para la correspondencia oficial que dirijan a sus respectivos países, para la que cambien entre sí y para la que pudieran dirigir al Gobierno del país en que estuvieran acreditados, siempre que exista reciprocidad.

2. — El despacho de la correspondencia del cuerpo diplomático que se cambie entre las Secretarías de Estado de los respectivos países y sus Embajadas y Legaciones en el exterior, se hará por medio de valijas diplomáticas que gozarán de las citadas franquicias, y de todas las seguridades de los envíos oficiales.

3. — Acuerdan igualmente la exención de franqueo para un ejemplar que en canje expidan los diarios y otros periódicos americanos, por cada destinatario, cuando esas publicaciones sean de manifiesta seriedad y traten asuntos de interés general.

PROHIBICION

Sin perjuicio de lo que establezca la legislación interna de cada país respecto a restricciones en la circulación de cor-

responsencia, no se dará curso a las publicaciones pornográficas, ni a las que atenten contra la seguridad y el orden públicos.

ARTICULO 8

SERVICIOS ESPECIALES

Los países contratantes se comprometen a adherir a la brevedad posible a los servicios especiales establecidos por la Convención Postal Universal de Madrid que no ejecuten en la actualidad.

También se obligan a hacer extensivos a todo el continente americano los servicios postales mencionados que realicen en el interior de su país.

ARTICULO 9

DISPOSICIONES VARIAS

1. — Los países signatarios adoptarán el "port pagabo", a cuyo efecto se comprometen a permitir la circulación de los diarios o publicaciones periódicas sueltas o en paquetes, con exclusión de los de propaganda o reclame exclusivamente comercial.

2. — En caso de que alguna administración no adherida a este Convenio — no obstante las disposiciones especiales vigentes en los países contratantes, en materia de privilegios de paquete u otros análogos, concedidos con la obligación del servicio gratuito del transporte postal — pretendiera, basándose en el Art. 3, inciso 3, de la Convención Postal Universal de Madrid, cobrar gastos de tránsito marítimo a cualquiera de los países que forman la Unión Postal Panamericana, se exigirá de las compañías de navegación que gocen de dichos privilegios el reembolso de las cantidades que cobre su Administración por concepto de tránsito marítimo; y en el supuesto de negarse a ello, las partes contratantes podrán, a requerimiento de la Administración interesada, retirar las ventajas o privilegios acordados.

ARTICULO 10

IDIOMA OFICIAL

Se adopta el castellano como idioma oficial para los asuntos relativos al servicio de correos, pudiendo los países cuyo idioma no fuera éste usar el propio.

ARTICULO 11

PROTECCIÓN A LOS AGENTES POSTALES

Las autoridades de los países contratantes estarán obligadas a prestar, cuando les sea solicitada, la cooperación que necesiten los agentes postales encargados del transporte de valijas y correspondencia en tránsito por esos países.

ARTÍCULO 12

ARBITRAJE

Todo conflicto o desacuerdo que pudiera suscitarse en las relaciones postales de los países americanos, será resuelto por juicio arbitral que se realizará en la forma que establece el artículo 25 de la Convención Postal Universal de Madrid.

Toda designación de árbitros deberá recaer en los países signatarios, con intervención de la Oficina Internacional de la Unión Postal Panamericana.

ARTÍCULO 13

OFICINA INTERNACIONAL DE LA UNION POSTAL PANAMERICANA

1. — Queda subsistente, con el nombre de Oficina Internacional de la Unión Postal Panamericana, la Oficina Central que funciona en Montevideo, la que estará sujeta a la vigilancia de la Administración General de Correos, Telégrafos y Teléfonos de la República Oriental del Uruguay, y cuyos gastos serán sufragados por todas las administraciones postales de los países contratantes.

2. — La Oficina Internacional de la Unión Postal Panamericana queda encargada:

a) de reunir, coordinar, publicar y distribuir los datos de toda clase que interesen especialmente al servicio postal internacional panamericano;

b) de emitir, a pedido de las partes interesadas, su opinión sobre las cuestiones litigiosas que se presenten con motivo de las disposiciones que atañen a las relaciones de los Correos americanos;

c) de hacer conocer los pedidos sobre modificaciones de los actos del Congreso, que llegaran a formularse.

d) de notificar los cambios que fueran adoptados;

e) de hacer conocer los resultados que se obtengan de las disposiciones y medidas reglamentarias de importancia, que

las administraciones adopten en su servicio interno y que le serán comunicadas, por las mismas, a título informativo;

f) de la formación de una guía postal panamericana;

g) de confeccionar un mapa postal panamericano;

h) de formular el resumen de la estadística del movimiento postal panamericano, de acuerdo con los datos que le comunicará anualmente cada administración;

i) de formar un cuadro en que aparezcan las vías más rápidas para la transmisión de la correspondencia de uno a otro de los países contratantes;

j) de publicar el cuadro de equivalencias y la tarifa de porte del servicio interior de cada uno de los países interesados;

k) y, en general, de proceder a los estudios y trabajos que se le pidan, en interés de los países contratantes.

3. — La Oficina Internacional de la Unión Postal Panamericana tendrá a su cargo los cometidos que el artículo 13 de la Convención Postal Universal y VII del respectivo reglamento asignan a la Oficina Internacional de Berna, en el caso de que alguna de las administraciones contratantes adhiera al servicio de cupones-respuesta.

4. — Los gastos especiales que demande la formación de la guía postal panamericana, la confección del mapa de las comunicaciones postales de América y los de la reunión de Congresos o Conferencias, serán sufragados por las administraciones de los países signatarios por partes iguales.

5. — La Administración General de Correos, Telégrafos y Teléfonos del Uruguay vigilará los gastos de la Oficina Internacional de la Unión Postal Panamericana, y le hará los anticipos que necesite.

ARTÍCULO 14

APLICACIÓN DE LA CONVENCIÓN POSTAL UNIVERSAL Y DE LA LEGISLACIÓN INTERNA

1. — Todos los asuntos que se relacionen con el cambio de correspondencia entre los países contratantes y que no estén previstos en esta Convención, se sujetarán a las disposiciones de la Convención Postal Universal y su Reglamento.

2. — Igualmente, la legislación interior de los mismos países se aplicará en todo aquello que no haya sido determinado por ambas Convenciones.

ARTÍCULO 15

PROPOSICIONES DURANTE EL INTERVALO DE LAS REUNIONES

La presente Convención podrá ser modificada, en el intervalo que medie entre los congresos o reuniones, siguiendo el procedimiento establecido en el artículo 28 de la Convención Postal Universal de Madrid. Para que tengan fuerza ejecutiva las modificaciones deberán obtener unanimidad de votos para el presente artículo y para los números 2, 3, 7, 8, 11, 12, 13, 16 y 18; dos terceras partes de votos para los números 5, 6 y 9, y simple mayoría para los demás.

ARTÍCULO 16

MODIFICACIONES Y ENMIENDAS

Las modificaciones o resoluciones adoptadas por las partes contratantes, aún aquellas de orden interna que afecten el servicio internacional, tendrán fuerza ejecutiva cuatro meses después de la fecha de la comunicación pasada por la Oficina Internacional de la Unión Postal Panamericana.

ARTÍCULO 17

CONGRESOS

1.— Los Congresos se reunirán, por lo menos, cada cinco años, a contar de la fecha en que fuera puesta en vigor la Convención concluida en el último.

2.— Cada Congreso fijará el lugar de la reunión del próximo.

ARTÍCULO 18

UNIDAD MONETARIA

Para los efectos de esta Convención se establece como unidad monetaria el dólar.

ARTÍCULO 19

VIGENCIA Y DURACIÓN DE LA CONVENCION Y DEPÓSITO DE LAS RATIFICACIONES

La presente Convención empezará a regir el primero de enero de mil novecientos veinte y tres, pero, antes de aquella fecha, podrán ponerla en ejecución los países que la hubieran

ratificado y quedará en vigencia sin limitación de tiempo, reservándose cada una de las partes contratantes el derecho de retirarse de esta Unión mediante aviso dado por su Gobierno al de la República Oriental del Uruguay, con un año de anticipación.

El depósito de las ratificaciones se hará en la ciudad de Buenos Aires en el más breve plazo posible; y de cada una de ellas se levantará el acta respectiva, cuya copia remitirá el Gobierno de la República Argentina, por la vía diplomática, a los Gobiernos de los demás países signatarios.

Quedan derogadas, a partir de la fecha en que entre en vigencia la presente Convención, las estipulaciones de la Convención Postal Sudamericana sancionada en Montevideo el dos de febrero de mil novecientos once.

En el caso de que la Convención no fuera ratificada por uno o varios de los países concurrentes, no dejará de ser válida para los Estados que la hayan ratificado.

En fé de lo resuelto, los Plenipotenciarios de los países arriba citados suscriben la presente Convención en Buenos Aires a los quince días del mes de setiembre de mil novecientos veinte y uno.

Por Argentina:

Amadeu E. Grandi.
Eduardo F. Giuffra.

Por Brasil:

Labienco Salgado dos Santos.
José Henrique Aderne.

Por Bolivia:

Luis Sansuste.

Por Colombia:

Carlos Cuervo Márquez.

Por Costa Rica:

Carlos F. Valenzuela.

Por Cuba:

Alberto de la Torre y Soublette.

Por Chile:

Tulio Maquieira.
Jorge Saavedra Agüero.
Pedro A. Rivera.

Por Dominicana:

Por Ecuador:

Manuel Bustamante.

Por El Salvador:

Gustavo A. Ruiz.

Por los EE. UU. de América:

O. K. Davis.

Edwind Sands.

Por Guatemala:

Alberto Dodero.

Julio Alvares.

Por Méjico:

José V. Chaves.

Julio Jimenez Rueda.

Por Nicaragua:

Bartholomé M. Pons.

Por Panamá:

Estanislao S. Zeballos.

Por Paraguay:

Juan B. Gaona (hijo).

Por Perú:

César Sanchez Aicorbe.

Francisco Enrique Málaga Grenet.

Por Uruguay:

Daniel Muñoz.

Juan Rampón.

Por Venezuela:

Carlos Cuervo Márquez.

Protocollo final de la Convención Principal

En el momento de proceder a firmar la Convención concluida por el Congreso Postal Panamericano, los Plenipotenciarios que suscriben han convenido lo siguiente:

I

Las partes contratantes se reservan el derecho de mantener sus actuales tarifas con los países signatarios hasta el próximo Congreso Postal Panamericano.

II

Al establecerse el Ferro Carril Panamericano, cada uno de los países contratantes contribuirá para el sostenimiento del servicio de trasporte de correspondencia por los trenes, proporcionalmente al peso de la correspondencia que expida, en caso de que no se obtenga el trasporte gratuito.

III

Los países contratantes se comprometen a ejercitar sus mejores esfuerzos para obtener de las Compañías de Navegación que trasportan su correspondencia al extranjero, que rebajen los fletes actuales, y que en ningún caso cobren por el servicio de regreso, una suma mayor que la que perciben en el país de origen.

Queda entendido que la cláusula que precede no se refiere a los casos en que por privilegio de paquete o de otra naturaleza estén obligadas al trasporte gratuito.

IV

Panamá deja constancia, de que no puede aceptar las disposiciones del inciso 2.º del artículo 2 de la Convención, relativas a la gratuidad del tránsito.

V

Aún cuando la Administración Boliviana no se considera obligada a establecer inmediatamente el servicio de valores declarados, atenta a los términos en que está concebido el artículo 8 del presente Convenio, se reserva su ejecución, por causas fundamentales, para mejor oportunidad.

VI

La Argentina, Brasil, Chile, Guatemala, Panamá, Paraguay y Uruguay se reservan el derecho de fijar sus tasas en francos oro, en conformidad con la unidad monetaria de la Convención Postal Universal de Madrid.

VII

El protocolo permanece abierto en favor de los países cuyos representantes no hayan suscrito hoy la Convención Principal o hayan firmado solamente un cierto número de las Convenciones sancionadas por el Congreso, con el objeto de permitirles adherir a las otras Convenciones que no hayan suscrito.

VIII

El Congreso invita a España a adherirse a esta Convención y a su Reglamento de ejecución, y al efecto encomiéndase a la Oficina Internacional de Montevideo que formule la correspondiente invitación.

Por Argentina:

Amadeo E. Grandi.
Eduardo F. Giuffrè.

Por Brasil:

Labiénno Salgado dos Santos.
José Henrique Aderne.

Por Costa Rica:

Carlos F. Valenzuela.

Por Chile:

Tulio Maquieira.
Jorge Saavedra Agüero.
Pedro A. Rivera.

Por Bolivia:

Luis Sansuste.

Por Colombia:

Carlos Cuervo Márquez.

Por Cuba:

Alberto de la Torre y Soublette.

Por Dominicana:

Por Ecuador:

Manuel Bustamante.

Por los EE. UU. de América:

O. K. Davis.
Edwind Sands.

Por Méjico:

José V. Chaves.
Julio Jiménez Rueda.

Por Panamá:

Estanisláo S. Zeballos.

Por Perú:

César Sanchez Aizcorbe.
Francisco Enrique Málaga Grenet.

Por El Salvador:

Gustavo B. Ruiz.

Por Guatemala:

Alberto Doderó.

Julio Alvarez.

Por Nicaragua:

Bartolomé M. Pons.

Por Paraguay:

Juan B. Gaona (hijo).

Por Uruguay:

Daniel Muñoz.

Juan Rampón.

Por Venezuela:

Carlos Cuervo Márquez.

Reglamento de Ejecución de la Convención Principal concluido entre las repúblicas Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Costa Rica, Cuba, Chile, Dominicana, Ecuador, El Salvador, Estados Unidos de América, Guatemala, Méjico, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela.

Los suscritos, en nombre de sus respectivos Gobiernos, han convenido las siguientes reglas para asegurar la ejecución de la precedente Convención:

I

Durante el período de estadística los despachos cerrados para países fuera de América no deberán ser incluidos dentro de los sacos que contengan correspondencia americana que no esté sujeta a gastos de tránsito. El saco o paquete que contenga ésta deberá llevar una inscripción bien visible que diga "Libre tránsito". — En caso de que los despachos para oficinas de cambio de los otros continentes sean poco voluminosos, podrán incluirse varios dentro de uno o más sacos rotulados a la oficina americana que debe efectuar el embarque.

II

Para la percepción de las tarifas a que se refiere el artículo 3 de la Convención, las Administraciones están obligadas a fijar los equivalentes de la moneda de sus respec-

ctivos países, debiendo dar el aviso del caso a la Oficina Internacional de la Unión Postal Panamericana para los efectos de lo dispuesto en la letra j), inciso 2 del artículo 13 de la Convención Principal.

III

Para gozar de la exención de porte a que se refiere el artículo 6 de la Convención el ejemplar que se remitan en canje los diarios, periódicos y revistas, deberá llevar al lado de la dirección la inscripción "Canje" en letras perfectamente visibles.

IV

1. Fijánse los gastos de la Oficina Internacional de la Unión Postal Panamericana en la suma de doce mil pesos oro uruguayo por año como máximo, comprendiéndose en dicha suma la constitución de un fondo para jubilaciones del personal de la misma.

2. El Director de la Oficina Internacional será nombrado por el Gobierno de la República Oriental del Uruguay, a propuesta de la administración General de Correos, Telégrafos y Teléfonos de dicho país, y gozará de la retribución mensual de cuatrocientos pesos oro uruguayo.

El Secretario y demás personal será nombrado, a proposición del Director de la Oficina Internacional, por la Administración General de Correos, Telégrafos y Teléfonos del Uruguay, fijándose el sueldo mensual del Secretario en la suma de doscientos pesos oro uruguayo.

Dichos empleados sólo podrán ser removidos de sus cargos con la intervención de la administración de Correos, Telégrafos y Teléfonos del Uruguay y con arreglo a los procedimientos que a tal efecto rijan para los empleados fijos de la propia Administración.

3. Para la distribución de los gastos anuales de la Oficina, los países contratantes se dividen en cuatro categorías, correspondiendo contribuir a los de la primera con diez y seis unidades, a los de la segunda con ocho unidades, a los de la tercera con cuatro unidades y a los de la cuarta con dos unidades.

Adhieren a la primera categoría: la Argentina, Brasil, Estados Unidos de América y Uruguay; a la segunda categoría: Cuba y Méjico; a la tercera categoría: Chile, Colombia y Perú, y a la cuarta categoría: Bolivia, Costa Rica, Dominicana, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Nicaragua, Panamá, Paraguay y Venezuela.

V

La Oficina Internacional de la Unión Postal Panamericana servirá de intermediaria para las notificaciones regulares y generales que interesen exclusivamente a las Administraciones de los países contratantes.

Las referidas Administraciones deberán enviar especialmente a la Oficina Internacional de la Unión Postal Panamericana lo siguiente:

- a) La guía postal de su propio país.
- b) El mapa de las comunicaciones postales que utilicen tanto en el servicio interno como en el internacional.
- c) Los resultados de la estadística de su movimiento postal con los demás países americanos.
- d) Informe sobre las vías terrestres o marítimas más rápidas que se utilicen para la trasmisión de su correspondencia, y
- e) El texto de las proposiciones que se sometan a consideración de los Congresos Postales Universales.

VI

1. La Oficina Internacional de la Unión Postal Panamericana dirigirá una circular especial cuando una Administración solicite la inmediata publicación o algún cambio que haya introducido en sus servicios y distribuirá asimismo gratuitamente a cada una de las Administraciones de los países contratantes y a la Oficina Internacional de Berna, los documentos que publique debiendo acordar a cada administración el número de ejemplares que le corresponda en proporción a las unidades con que contribuya.

Los ejemplares suplementarios de los documentos que soliciten las Administraciones serán abonados por ellas a precio de costo.

2. Deberá siempre estar a disposición de las partes contratantes para suministrar los informes especiales que necesiten sobre los asuntos relativos al servicio de Correos Panamericano.

3. Deberá tener al día la guía postal panamericana por medio de suplementos o de otra manera que juzgue conveniente.

4. Dará curso a los pedidos de modificación o interpretaciones de las disposiciones especiales que se rigen por esta Convención, y notificará el resultado de cada gestión.

5. Preparará los trabajos de los Congresos y Conferencias continentales y proveerá las copias necesarias para la redacción y distribución de las enmiendas, actas e informes.

6. El Director de la Oficina asistirá a las sesiones de los Congresos y Conferencias, pudiendo tomar parte en las discusiones sin derecho a voto, salvo que tenga la representación de alguno de los países concurrentes.

7. La Oficina repartirá entre los países contratantes las proposiciones que reciba, de acuerdo con lo que se establece en la letra e) del artículo anterior, a fin de hacer posible la cooperación mútua y la acción uniforme de las naciones asociadas en los futuros Congresos Postales Universales.

8. El Director de la Oficina presentará una memoria anual de sus gestiones a las Administraciones de los países contratantes.

9. El idioma oficial de la Oficina es el castellano, pudiendo los países cuyo idioma no fuera éste, usar el propio en sus relaciones con ella.

VII

1. La Administración General de Correos, Telégrafos y Teléfonos de la República Oriental del Uruguay formulará anualmente la cuenta de los gastos a que se refiere el inciso 4 del artículo 12 de la Convención Principal, y de acuerdo con ella las Administraciones contratantes reintegrarán las sumas que haya anticipado.

2. La Oficina Internacional praticará la liquidación de las cuentas relativas a los servicios que se ejecuten entre los países contratantes, salvo arreglo en contrario, siguiendo para ello los procedimientos generales establecidos por la Convención Postal Universal.

VIII

La insuficiencia de franqueo de las cartas será anotada por las oficinas de depósito o de cambio, estampándose el sello «T» en la cubierta respectiva. Las oficinas de destino cobrarán el importe de la diferencia de franqueo, aplicando al efecto las tarifas vigentes en el país de procedencia.

IX

En la correspondencia oficial que cambien entre sí las Administraciones postales, deberá indicarse en los sobres y arriba de la dirección, entre paréntesis, la clase de documen-

tos que contiene (avisos de recepción, giros, listas de encomiendas, etc., etc.), para facilitar su distribución en las oficinas de destino.

X

Los países de destino emplearán los sacos de los de origen para enviar a éstos su correspondencia y los devolverán vacíos a la Oficina de procedencia si no fueran inmediatamente utilizados.

XI

En el intervalo que transcurra entre las reuniones, toda Administración tiene derecho para hacer proposiciones de modificación al presente Reglamento, siguiendo el procedimiento indicado en el artículo XLIV del Reglamento de Madrid.

Para que tengan fuerza ejecutiva esas proposiciones deberán reunir los dos tercios de votos.

XII

El presente Reglamento empezará a regir el mismo día que la Convención Principal, con la cual se relaciona y tendrá la misma duración.

Hecho en Buenos Aires a los quince días del mes de septiembre de mil novecientos veintiuno.

ARTICULO TRANSITORIO

Pasando a ser Panamericana la Oficina Internacional de los Correos Sudamericanos, el director y secretario actuales continuarán desempeñando dichos cargos.

Por Argentina:

Eduardo F. Giuffra.

Amadeo E. Grandi.

Por Brasil:

Labienco Salgado dos Santos.

José Henrique Aderne.

Por Bolivia:

Luis Sansuste.

Por Colombia:

Carlos Cuervo Márquez.

Por Costa Rica:

Carlos F. Valenzuela.

Por Chile:

Tulio Maquieira.

Jorge Saavedra Agüero.

Pedro A. Rivera.

Por Ecuador:

Manuel Bustamante.

Por El Salvador:

Gustavo A. Ruiz.

Por Méjico:

José V. Cháves.

Julio Jimenez Rueda.

Por Panamá:

Estanislao S. Zeballos.

Por Perú:

Francisco Enrique Málaga Grenet.

César Sanchez Aizcorbe.

Por Cuba:

Alberto de la Torre y Soublette.

Por Dominicana:

Por los EE. UU. de América:

O. K. Davis.

Edwind Sands.

Por Guatemala:

Alberto Dodero.

Julio Alvarez.

Por Nicaragua:

Bartolomé M. Pons.

Por Paraguay:

Juan B. Gaona (hijo).

Por Uruguay:

Juan Rampón.

Daniel Muñoz.

Por Venezuela:

Carlos Cuervo Márquez.

Protocolo Final

En el momento de proceder a la firma del Reglamento de Ejecución de la Convención Principal celebrado por el Congreso Postal Panamericano, los Plenipotenciarios firmantes han convenido en lo siguiente:

I

El Protocolo permanece abierto en favor de los países cuyos representantes no hayan suscrito hoy la Convención Principal o hayan firmado solamente un cierto número de las Convenciones sancionadas por el Congreso, con el objeto de permitirles adherirse a las otras Convenciones que no hayan suscrito.

II

El Presupuesto de la Oficina Internacional de la Unión Postal Panamericana entrará en vigencia en cuanto esta Convención sea ratificada por el Gobierno de la República Oriental del Uruguay.

III

Lo estipulado en el artículo 10 referente a la utilización de sacos no se aplica a los EE. UU. de América.

Por Argentina:

Eduardo F. Giuffra.

Amadeo E. Grandi.

Por Brasil:

Labienco Salgado dos Santos.

José Henrique Aderne.

Por Costa Rica:

Carlos F. Valenzuela.

Por Bolivia:

Luis Sansuste.

Por Colombia:

Carlos Cuervo Márquez.

Por Cuba:

Alberto de la Torre y Soublette.

Por Chile:

Tulio Maquieira.
Jorge Saavedra Agüero.
Pedro A. Rivera.

Por Ecuador:

Manuel Bustamante.

Por los EE. UU. de América:

O. K. Davis.
Edwind Sands.

Por Méjico:

José V. Cháves.
Julio Jimenez Rueda.

Por Panamá:

Estanislao S. Zeballos.

Por Perú:

César Sanchez Aizcorbe.
Francisco Enrique Málaga Grenet.

Por Dominicana:

Por El Salvador:

Gustavo A. Ruiz.

Por Guatemala:

Alberto Dodero.
Julio Alvarez.

Por Nicaragua:

Bartolomé M. Pons.

Por Paraguay:

Juan B. Gaona (hijo).

Por Uruguay:

Daniel Muñoz.
Juan Rampón.

Por Venezuela:

Carlos Cuervo Márquez.

Convenio sobre encomiendas postales celebrado entre las repúblicas: Argentina, Bolivia, Brasil, Costa Rica, Chile, Dominicana, Ecuador, El Salvador, Méjico, EE. UU. de América, Guatemala, Nicaragua, Paraguay, Perú, Panamá, Uruguay y Venezuela.

Los suscritos, Plenipotenciarios de los Gobiernos de los países mencionados en ejercicio de la facultad conferida por el artículo 21° de la Convención Postal Universal de Madrid, convienen, bajo reserva de ratificación, en establecer el servicio de encomiendas o paquetes postales, sobre las siguientes cláusulas:

I

OBJETO DEL CONVENIO

1.— Bajo la denominación "encomienda" o paquete postal, puede expedirse de uno de los países precedentemente nombrados, a otro de los mismos, y por la vía más rápida, encomiendas con o sin valor declarado.

2.— El peso máximo de cada encomienda o paquete será de diez kilos, quedando las Administraciones en libertad para limitarlo a cinco, y para no hacerse cargo de encomiendas embarazosas, ni con valor declarado, ni contra reembolso.

II

TRÁNSITO

1.— La libertad de tránsito queda garantizada en el territorio de cada uno de los países adherentes y la responsabilidad de las Administraciones que intervienen en el transporte, queda comprometida dentro de los límites determinados por el artículo 7. En consecuencia, las diversas Administraciones que participan en el presente Convenio puedan expedirse recíprocamente encomiendas postales por intermedio de una o de varias de entre ellas.

2.— La transmisión de encomiendas se efectuará al descubierto o en despachos cerrados.

III

BONIFICACIONES

1.— La Administración de origen abonará a cada una de las administraciones que intervengan en el transporte un derecho fijo, por concepto de tránsito territorial, de veinte centa-

vos de dólar por cada encomienda que no exceda de cinco kilos y de cuarenta centavos de dólar por las que excedan de este peso.

2.—La oficina de origen abonará a la de destino veinte centavos de dólar por cada encomienda que no exceda de cinco kilos y cuarenta centavos de dólar por las que excedan de este peso.

3.—No están comprendidos en los citados derechos los gastos de transporte marítimo, los cuales deben cobrarse con arreglo a la Convención de Encomiendas Postales de Madrid.

IV

TARIFAS Y FRANQUEO

1.—Se establece como principio fundamental el derecho que se reserva cada país para la aplicación de tarifas dentro del límite de treinta centavos de dólar por kilo, como máximo, a las encomiendas que expida, independientemente de las bonificaciones señaladas en el artículo anterior para las oficinas intermediarias y de destino.

2.—La libertad que consagra esta disposición, alcanza a la adopción del sistema de peso que legalmente tenga establecido cada país y a la subdivisión de los portes por fracciones de peso.

3.—El sistema adoptado para la aplicación de tarifas no altera el procedimiento establecido en el artículo anterior para el pago de bonificaciones, que se efectuará exclusivamente en las dos fracciones de cinco y diez kilos, sea cual fuere el peso efectivo del envío.

4.—El franqueo de las encomiendas debe ser previo y total.

5.—Las condiciones de expedición de las encomiendas con valor declarado, embarazosas o contra reembolso serán arregladas entre los países que convengam en efectuar esos servicios.

V

DERECHOS DE ADUANA Y DE ENTREGA

Las administraciones de destino podrán cobrar a los destinatarios de las encomiendas:

1.—Los derechos de importación que les corresponda.

2.—Un derecho fijo de diez centavos de dólar, como máximo, por la entrega de la encomienda al destinatario, para llenar todas las formalidades ya sean de aduana u otras no especialmente previstas.

3. — Un derecho de almacenaje, por depósito de las encomiendas que no hayan sido retiradas dentro del plazo de diez días, contando desde la fecha de envío al destinatario del aviso respectivo.

4. — Una sobretasa de diez centavos de dólar como máximo por el transporte de cada encomienda al domicilio del destinatario.

5. — El importe que corresponda por concepto de tarifa consular, cuando no haya sido previamente pagado por el remitente.

VI

PROHIBICIONES

Las encomiendas de que trata el presente Convenio no pueden ser gravadas con otros derechos que los establecidos en el artículo precedente.

VII

RESPONSABILIDADES

Las indemnizaciones de que trata el artículo 16° de la Convención respectiva de Madrid, se abonarán de acuerdo con las prescripciones de esa disposición en la forma siguiente: cinco dólares como máximo por encomienda hasta cinco kilos de peso y diez dólares, también como máximo, por las que excedan de cinco kilos.

VIII

PROPOSICIONES EN EL INTERVALO DE LOS CONGRESOS

Para la aplicación del artículo 24° de la Convención de Encomiendas Postales de Madrid, se establece las siguientes condiciones:

1. — Unanimidad de sufragios, si se trata de introducir nuevas disposiciones o de modificar las del presente artículo y las de los artículos 2, 3, 4, 5 y 6.

2. — Dos tercios de sufragios para modificar las demás disposiciones.

IX

UNIDAD MONETARIA

A los efectos de lo dispuesto en el artículo 4, inciso 1, queda entendido que la unidad dólar que se establece en el presente Convenio tendrá, para cada país contratante, el valor de la equivalencia legal fijada en el mismo a aquella moneda.

X

ASUNTOS NO PREVISTOS

Todos los asuntos no previstos especialmente por este Convenio serán regidos por las disposiciones de la Convención de Encomiendas Postales de Madrid.

XI

VIGENCIA Y DURACIÓN DEL CONVENIO

1. — El presente Convenio empezará a regir el primero de Enero de mil novecientos veintitres, pero antes de aquella fecha podrán ponerlo en ejecución los países que lo hubieren ratificado; y quedará en vigencia, sin limitación de tiempo reservándose cada una de las partes contratantes el derecho de retirarse de esta Unión mediante aviso dado por su Gobierno al de la República Oriental del Uruguay con un año de anticipación.

2. — El depósito de las ratificaciones se hará en la ciudad de Buenos Aires en el más breve plazo posible. Se levantará un acta relativa al depósito de las ratificaciones de cada país, y el Gobierno de la República Argentina remitirá por la vía diplomática una copia de esa acta a los Gobiernos de los demás países signatarios.

3. — Quedan derogadas, a partir de la fecha en que entre en vigencia el presente Convenio, las estipulaciones de la Convención Postal Sudamericana de Encomiendas sancionada en Montevideo el 2 de Febrero de 1911, y los convenios particulares celebrados entre los países signatarios.

4. — En el caso de que el Convenio no fuera ratificado por uno o varios de los países contratantes, no dejará de ser válido para los Estados que lo hayan ratificado.

En fe de lo resuelto, los Plenipotenciarios de los países enumerados suscriben el presente Convenio en Buenos Aires a los quince días del mes de Septiembre de mil novecientos veintiuno.

Por Argentina:

Amadeo E. Grandi.
Eduardo F. Giuffra.

Por Bolivia:

Luis Sansusto.

Por Costa Rica:

Carlos F. Valenzuela.

Por Cuba:

Alberto de la Torre y Soublette.

Por Brasil:

Labienco Salgado dos Santos.

José Henrique Aderne.

Por Colombia:

Carlos Cuervo Márquez.

Por Guatemala:

Alberto Dodero.

Julio Alvarez.

Por México:

José V. Chaves.

Julio Jimenez Rueda.

Por Chile:

Tulio Maquieira.

Jorge Saavedra Agüero.

Pedro A. Rivera.

Por Dominicana:

Por Ecuador:

Manuel Bustamante.

Por El Salvador:

Gustavo A. Ruiz.

Por los EE. UU. de América:

O. K. Davis.

Ewind Sands.

Por Nicaragua:

Bartolomé M. Pons.

Por Panamá:

Estanisláo S. Zeballos.

Por Paraguay:

Juan B. Gaona (hijo).

Por Perú:

César Sanchez Aizcorbe.

Francisco Henrique Málaga Grenet.

Por Uruguay:

Daniel Muñoz.

Juan Rampón.

Por Venezuela:

Carlos Cuervo Márquez.

Protocolo Final

I

La Argentina declara que no podrá cumplir lo dispuesto en el inciso 2, art. 5, hasta que sea modificada, en la parte que pueda oponerse, su legislación interna, cuya reforma se gestionará.

II

La Argentina tiene la facultad de aplicar una sobretasa de francos 1.50 por encomienda, a título de tránsito territorial para las encomiendas postales que tengan que ser transportadas por el ferrocarril Transandino.

Por Argentina:

Amadeo E. Grandi.

Eduardo F. Giuffra.

Por Bolivia:

Luis Sansuste.

Por Brasil:

Labienco Salgado dos Santos.

José Henrique Aderne.

Por Colombia:

Carlos Cuervo Márquez.

Por Ecuador:

Manuel Bustamante.

Por Costa Rica:

Carlos F. Valenzuela.

Por Cuba:

Alberto de La Torre Y Soublete.

Por Chile:

Tulio Maquieira.

Jorge Saavedra Agüero.

Pedro A. Rivera.

Por Dominicana:

Por Nicaragua:

Bartolomé M. Pons.

Por El Salvador:

Gustavo A. Ruiz.

Por los EE. UU. de América:

O. K. Davis.

Edward Sands.

Por Guatemala:

Alberto Dodero.

Julio Alvarez.

Por Méjico:

José V. Cháves.

Julio Jiménez Rueda

Por Panamá:

Estanislao S. Zeballos.

Por Paraguay:

Joan B. Gaona (hijo).

Por Perú:

César Sanchez Aizcorbe.

Francisco Henrique Malaga Grenet.

Por Uruguay:

Daniel Muñoz.

Juan Rampón.

Por Venezuela:

Carlos Cuervo Márquez.

Reglamento de Ejecución del Convenio relativo al servicio del encomiendas o paquetes postales celebrado entre las repúblicas: Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia Costa Rica, Cuba, Chile, Dominicana, Ecuador, El Salvador, EE. UU. de América, Guatemala, Méjico, Nicaragua, Panamá, Perú, Uruguay y Venezuela.

Los que suscriben, visto el artículo 10 del Convenio relativo al servicio de Encomiendas o paquetes postales y el 22 de la Convención de Encomiendas de Madrid, en nombre de las Administraciones respectivas, han resuelto, de común acuerdo, adoptar, en la ejecución de ese servicio, las disposiciones del Reglamento pertinente de la Convención de Ma-

drid, en todo lo que no se oponga al Convenio firmado en esta fecha y a las siguientes cláusulas:

I

Quedan limitadas respectivamente a un metro cinco centímetros de largo y sessenta centímetros en cualquiera de sus lados las dimensiones a que se refieren los parágrafos a) y b) del inciso 1° del Artículo III del Reglamento de Ejecución de la Convención de Encomiendas de Madrid y a cincuenta decímetros cúbicos y a un metro cinco centímetros, las del inciso 2° del mismo artículo.

II

Las Oficinas remitentes enviarán una copia de las hojas de ruta a cada una de las Administraciones intermediarias, cuando hagan despachos de tránsito en envases cerrados.

III

1. Se reconoce el derecho que los países contratantes tienen para conservar en vigor, hasta el último Congreso, el procedimiento reglamentario adoptado para el cumplimiento de Convenios que tengan entre si, siempre que dicho procedimiento no se oponga a las disposiciones especiales de este Reglamento.

2. Sin perjuicio de lo que establece en el inciso precedente, las administraciones contratantes podrán, por medio de arreglos particulares, fijar otros detalles para la ejecución del servicio.

El presente Reglamento será puesto en ejecución a partir del día en que entre en vigor el Convenio y tendrá la misma duración que este, a menos que las partes contratantes convengam en su renovación.

Hecho en Buenos Aires a los quince días del mes de Septiembre de mil novecientos veintiuno.

Por Argentina:

Amadeu E. Grandi.

Eduardo F. Giuffrè.

Por Bolivia:

Luis Sansuste.

Por Brasil:

Labienco Salgado dos Santos.

José Henrique Aderne.

Por Colombia:

Carlos Cuervo Márquez.

Por Costa Rica:

Carlos F. Valenzuela.

Por Cuba:

Alberto de la Torre y Soublette.

Por Méjico:

José V. Chaves.

Julio Jimenez Rueda.

Por Nicaragua:

Bartholomé M. Pons.

Por Panamá:

Estanislao S. Zeballos.

Por Chile:

Tulio Maquieira.

Jorge Saavedra Agüero.

Pedro A. Rivera.

Por Dominicana:

Por Ecuador:

Manuel Bustamante.

Por El Salvador:

Gustavo A. Ruiz.

Por los EE. UU. de América:

O. K. Davis.

Edwind Sands.

Por Guatemala:

Alberto Dodero.

Julio Alvares.

Por Paraguay:

Juan B. Goana (hijo).

Por Perú:

César Sanchez (Aizcorbe).

Francisco Enrique Málaga Grenet.

Por Uruguay:

Daniel Muñoz.

Juan Rampón.

Por Venezuela:

Carlos Cuervo Márquez.

Convenio sobre giros postales, concluido entre las Repúblicas Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Costa Rica, Cuba, Chile, Dominicana, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Uruguay, y Venezuela.

ARTÍCULO UNICO

Los plenipotenciarios infrascriptos convienen, bajo reserva de ratificación de sus respectivos Gobiernos, en establecer el servicio de Giros Postales, con arreglo a las disposiciones contenidas en el Convenio de Madrid de 1920.

Por Argentina:

Amadeu E. Grandi.
Eduardo F. Güffra.

Por Bolivia:

Luis Sansuste.

Por Brasil:

José Henrique Aderne.
Labienco Salgado dos Santos.

Por Colombia:

Carlos Cuervo Márquez.

Por Ecuador:

Manuel Bustamante.

Por Costa Rica:

Carlos F. Valenzuela

Por Cuba:

Alberto de la Torre y Soubllette.

Por Chile:

Tulio Maquieira.
Jorge Saavedra Agüero.
Pedro A. Rivera.

Por Dominicana:

Por Panamá:

Estanisláo S. Zeballos.

Por El Salvador:

Gustavo A. Ruiz.

Por Guatemala:

Alberto Dodero
Julio Alvarez.

Por Nicaragua:

Bartholomé M. Pons.

Por Paraguay:

Juan B. Goana (hijo).

Por Perú:

César Sanchez Aizcorbe.
Francisco Enrique Málaga Grenet.

Por Uruguay:

Daniel Muñoz.
Juan Rampón.

Por Venezuela:

Carlos Cuervo Márquez.

DECRETO N. 15.751 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1922

*Eleva á categoria de Embaixada a representação diplomatica
do Brasil na Republica Argentina*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Usando da autorização contida no decreto legislativo
n. 4.156, de 15 de Outubro de 1920:

Decreta:

Art. 1.º Fica elevada á categoria de Embaixada a representação diplomatica do Brasil na Republica Argentina, com a seguinte dotação annual, em ouro: — Vencimentos do Embaixador: — Ordenado — Rs. 12:000\$000 (doze contos de réis), Gratificação — Rs. 6:000\$000 (seis contos de réis; e — Representação — Rs. 22:000\$000 (vinte e dous contos de réis); — para despesas de conservação do predio, limpeza, illuminação, telephone, aquecimento e salarios de porteiro continuos e serventes — Rs. 6:000\$000 (seis contos de réis); e para expediente — Rs. 2:000\$000 (dous contos de réis).

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevêdo Marques.

DECRETO N. 15.757 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1922

Designa a cidade de Praga para séde do Consulado de 2ª classe na Republica da Tcheco-Slovaquia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao disposto no art. 26 do decreto n. 4.555, de 10 de agosto do corrente anno (verba 10ª — Ouro — Tcheco-Slovaquia), decreta:

Art. 1.º A séde do consulado de 2ª classe na Republica da Tcheco-Slovaquia será na sua capital, Praga.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1922, 101ª da Independencia e 34ª da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.783 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1922

Approva o regulamento para execução do Codigo de Contabilidade Publica

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da faculdade que lhe confere o art. 48, n. 1, da Constituição Federal, e na fórma do disposto no art. 106 da lei numero 4.536, de 28 de janeiro do corrente anno, resolve approvar o regulamento que a este acompanha, para execução do Codigo de Contabilidade Publica, o qual vae assignado pelos Ministros de Estado dos Negocios da Fazenda, Justiça e Negocios Interiores, Agricultura, Industria e Commercio, Viação e Obras Publicas, Marinha, Guerra e Relações Exteriores.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1922, 101ª da Independencia e 34ª da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Homero Baptista.

J. Ferreira Chaves.

J. Pires do Rio.

J. P. da Veiga Miranda.

João Pandiá Calogeras.

J. M. de Azevedo Marques.

Regulamento Geral de Contabilidade Publica, approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922

TITULO I

Centralização dos serviços de contabilidade

CAPITULO I

DOS ELEMENTOS DE CENTRALIZAÇÃO

Art. 1.º A contabilidade da União, comprehendendo todos os actos relativos ás contas de gestão do patrimonio nacional, á inspecção e registro da récita e despesas federaes, é centralizada no Ministerio da Fazenda, sob a immediata direcção da Contadoria Central da Republica e fiscalização do Tribunal de Contas.

Art. 2.º São actos relativos ás contas de gestão do patrimonio:

I. A verificação inicial dos bens patrimoniaes existentes no começo da gestão.

II. O registro das variações operadas nos mesmos bens, por entradas, sahidas, valorizações ou depreciações durante a gestão.

III. O levantamento e verificação do inventario final dos bens patrimoniaes administrados.

Art. 3.º A centralização ordenada no art. 1.º terá por base os seguintes elementos:

a) escripturação geral dos creditos orçamentarios ou additionaes, segundo as tabellas explicativas e a distribuição ou registro do Tribunal de Contas;

b) balancetes mensaes, remettidos pelas contabilidades dos Ministerios, dos respectivos creditos orçamentarios ou additionaes, demonstrando, syntheticamente, por verbas, consignações e sub-consignações:

I. Os saldos dos creditos no mez anterior;

II. As despesas empenhadas durante o mez a que se refere o balancete;

III. Os saldos de creditos para o mez seguinte;

c) balanços mensaes da receita arrecadada e da despesa paga em todas as estações arrecadadoras e pagadoras da União;

d) balanços mensaes do activo e passivo administrados pela União, demonstrando syntheticamente:

I. Valor dos bens ou effeitos administrados no mez anterior;

II. Variações ocorridas no mez a que se referir o balanço;

III. Valor a transportar ao mez seguinte;

e) demonstrações geraes, remetidas pelas contabilidades dos diversos Ministerios, dos saldos das despesas empenhadas durante o ultimo anno financeiro, e organizadas á vista das demonstrações que as repartições subordinadas ficam obrigadas a enviar aos Ministerios de que dependem, até o dia 15 de janeiro do periodo adicional a cada exercicio.

§ 1.º Nos balanços mensaes a receita e a despesa serão rigorosamente classificadas de accôrdo com as autorizações legaes de onde promanam.

§ 2.º Os elementos exigidos nas letras *b*, *c* e *d* deste artigo serão, pelas delegacias fiscaes nos Estados e todas as demais contadorias seccionaes, enviados á Contadoria Central da Republica até o ultimo dia do mez seguinte áquelle a que se referirem as operações, e o de que trata a letra *e*, até 5 de fevereiro de cada anno.

§ 3.º As variações no patrimonio, que farão parte dos balanços mensaes do activo e passivo, serão, para effeitos de registro, demonstradas analyticamente em quadros annexos aos mesmos balanços.

Art. 4.º As contadorias seccionaes, obrigadas á remessa de balanços mensaes de receita e despesa á Contadoria Central da Republica, enviarão tambem directamente á mesma Contadoria, bem como á Directoria do Patrimonio Nacional, os balanços mensaes do activo e passivo a seu cargo.

§ 1.º Uma via do mesmo balanço será igualmente remetida pelas mesmas contadorias das administrações centraes ás directorias de Contabilidade dos respectivos Ministerios, para que estas contemplem em sua escripturação os dados originaes de que careçam.

§ 2.º Os balanços mensaes encaminhados directamente a Contadoria Central da Republica servirão para confronto com o balanço geral, que deverá ser remetido pela Directoria do Patrimonio, quanto ao Ministerio da Fazenda, e pelas Directorias de Contabilidade, quanto aos demais Ministerios, sendo este, porém, a base unica da incorporação á escripturação geral centralizadora.

Art. 5.º Afim de attender ás exigencias dos artigos anteriores, tanto a Directoria do Patrimonio Nacional, como as Directorias de Contabilidade dos demais Ministerios, organizarão e manterão rigorosamente em dia uma escripturação analytica dos bens patrimoniaes moveis e immoveis a cargo dos respectivos Ministerios, consignando todas as indicações

necessarias ao perfeito conhecimento de sua origem, natureza, destino, valor, renda, disponibilidade e demais detalhes indispensaveis.

Paragrapho unico. Nessa escripturação analytica serão methodicamente registradas todas as variações operadas nos mesmos bens á medida que se tornarem conhecidas em sua substancia e valor.

Art. 6.º Para os effeitos do disposto nos artigos anteriores, as Contadorias seccionaes dos Ministerios, Correios, Telegraphos, estradas de ferro, linhas de navegação e outros estabelecimentos industriaes da União ficam subordinadas á Contadoria Central da Republica, cabendo a direcção dessas Contadorias a funcionarios de Fazenda, commissionedos pelo Presidente da Republica em decreto referendado pelo Ministro da Fazenda e pelo titular do Ministerio respectivo.

Art. 7.º A escripturação dos factos administrativos concernentes ao patrimonio nacional e á completa execução dos orçamentos far-se-á na Contadoria Central da Republica e em todas as Contadorias seccionaes, civis ou militares, quaesquer que sejam suas denominações, pelo methodo das partidas dobradas, na conformidade das instrucções e modelos que baixaram com a portaria de 2 de setembro de 1919, do Ministerio da Fazenda, e de quaesquer alterações que venham a ser nas mesmas introduzidas.

Paragrapho unico. As collectorias federaes continuarão a registrar suas operações em «livros caixas» e segundo as normas para os mesmos instituidas, sendo, entretanto, nas de grande movimento, facultada a adopção da escripturação por partidas dobradas, de accôrdo com as instrucções em vigor.

CAPITULO II

DA CONTADORIA CENTRAL DA REPUBLICA

Art. 8.º A' Contadoria Central da Republica, immediatamente subordinada ao Ministro da Fazenda, compete:

1º, manter em evidencia em sua escripturação geral as contas syntheticas da receita e despesa e do patrimonio do Estado, bem como das variações que o alterem ou modifiquem no decurso de cada exercicio financeiro, tanto por effeito da execução dos orçamentos, como por actos de gestão ou de qualquer outra natureza;

2º, exercer a suprema administração da contabilidade da União, mantendo uma continua vigilancia sobre todas as Contadorias seccionaes que lhe ficam subordinadas, para que a

escripturação de cada uma seja executada com exactidão, perfeitamente em dia e em harmonia completa com a sua escripturação geral centralizadora;

3º, propor ao Ministro da Fazenda, para que sejam solicitadas ao Congresso Nacional, as alterações que se fizerem necessarias, relativas á legislação de contabilidade da Republica, no sentido de tornar mais simples e efficiente o mecanismo contavel em todos os órgãos da administração e facilitar o andamento dos processos e organização das tomadas de contas;

4º, expedir, nos casos de sua alçada, e organizar, quando tenham de ser assignadas pelo Ministro da Fazenda, as instrucções e circulares relativas aos serviços de contabilidade nas contadorias seccionaes dos Ministerios, estabelecimentos industriaes e estações arrecadadoras e pagadoras da União, civis ou militares;

5º, instruir as contadorias seccionaes dos Ministerios, correios, telegraphos, estradas de ferro, linhas de navegação, arsenaes e outros estabelecimentos industriaes da União, no sentido de simplificar os processos de contabilidade e escripturação em taes repartições, e para que possam proporcionar seguros elementos de apreciação da administração fiscal;

6º, exigir das repartições que lhe ficam subordinadas a apresentação, dentro das normas e dos prazos estabelecidos, dos balanços mensaes e definitivos e mais elementos de informação que se tornarem necessarios ao bom funcionamento dos serviços de contabilidade da Republica;

7º, intervir directamente junto ás mesmas repartições, civis ou militares, no sentido de, por funcionarios designados para esse fim, fiscalizar e exigir a exacta applicação dos preceitos de contabilidade publica estabelecidos em quaesquer leis, regulamentos e instrucções vigentes, tendo em vista a boa ordem da escripturação, o exacto recolhimento e a rigorosa applicação dos dinheiros ou bens publicos;

8º, exercer, como órgão centralizador da contabilidade da União, as seguintes funcções:

I — Quanto ao orçamento

a) preparação das propostas orçamentarias da receita e despesa da Republica, simplificando e uniformizando as respectivas tabellas explicativas;

b) abertura, movimento e encerramento da escripturação *a priori* em contas syntheticas e analyticas, registrando os

creditos orçamentarios de accôrdo com as respectivas tabellas, bem como os creditos supplementares, extraordinarios e especiaes;

c) fiscalização da contabilidade do empenho das despesas;

d) escripturação, nos livros de creditos, das despesas ordenadas e liquidadas para pagamento, depois de registradas pelo Tribunal de Contas;

e) escripturação, nos mesmos livros, dos creditos distribuidos a outras repartições ou estações pagadoras, depois do registro no Tribunal de Contas, remettendo em seguida os processos á Directoria da Despesa para o respectivo expediente;

f) demonstração do destino que tiveram os creditos orçamentarios, quando se trate de pedido de creditos supplementares;

g) organização mensal de balanços syntheticos do orçamento, demonstrando os saldos da previsão das rendas, segundo as respectivas rubricas orçamentarias e os saldos dos creditos votados para cada uma das verbas de despesa, comprehendendo os creditos supplementares, extraordinarios e especiaes.

II — *Quanto ao patrimonio*

a) centralização de todos os lançamentos referentes ao activo e passivo da União e constantes dos balanços das repartições subordinadas;

b) fiscalização permanente da contabilidade do patrimonio, quer inspecionando o desdobramento analytico de todas as suas contas e sub-contas, em confronto com os respectivos inventarios, quer promovendo a organização dos processos de tomada de contas dos responsaveis pela guarda e conservação dos bens publicos;

c) centralização da contabilidade de todas as operações relativas ás dividas interna, externa e fluctuante, bem como das contas de banqueiros e correspondentes e de todas as operações de credito que modifiquem o patrimonio da União;

d) organização dos balanços annuaes do patrimonio.

III — *Quanto á receita e despesa*

a) centralização de todos os balanços da receita e despesa federaes remettidos mensalmente pelas repartições subordinadas;

b) organização e estatistica permanente de todos os dados relativos á receita arrecadada e á despesa paga pelos cofres da União, na conformidade dos respectivos balanços mensaes;

c) escripturação methodica e permanente das contas dos responsaveis por adeantamentos ou saldos em poder, observado o disposto no art. 299, providenciando, no fim de cada exercicio, para a cobrança de taes debitos, por intermedio das autoridades competentes;

d) organização trimestral de um balancete de todas as operações de contabilidade da União, remettendo immediatamente uma cópia do mesmo ao Tribunal de Contas;

e) intervenção directa junto ás repartições arrecadadoras e pagadoras da União, no sentido de serem os respectivos balanços organizados pontualmente, providenciando quanto á imposição das penalidades em que hajam incorrido os funcionarios responsaveis por atrasos ou inobservancia das prescripções legais;

f) organização, até 30 de novembro de cada anno, das contas a serem apresentadas annualmente ao Congresso Nacional, relativas ao exercicio anterior;

g) organização dos balanços geraes ou definitivos da receita e despesa de cada exercicio.

Art. 9.º As funcções a que se refere o artigo anterior serão distribuidas, em regulamento interno approved pelo Ministro da Fazenda, pelas tres secções de que se compõe a Contadoria Central da Republica.

Art. 10. Nenhum regulamento, em que se cogite do estabelecimento de regras de contabilidade, será expedido por qualquer Ministerio ou repartição sem audiencia prévia da Contadoria Central da Republica, para o fim de verificar si taes regras estão conformes com os principios geraes de contabilidade e escripturação consignados nas instrucções em vigor.

Art. 11. A Contadoria Central da Republica, para que possa opportunamente instituir as respectivas normas de contabilidade, será pelo Gabinete do Ministro da Fazenda immediatamente informada da realização de emprestimos internos ou externos, das operações que importem em alienação de bens patrimoniaes, bem como de todas e quaesquer operações de credito que se refiram ao patrimonio administrado.

Art. 12. Para o exacto cumprimento das obrigações que lhe cabem, quanto á prestação annual de contas ao Poder Legislativo, a Contadoria Central da Republica contrasteará todas as operações a cargo da Thesouraria Geral do Thesouro Nacional, especialmente no tocante ás operações de credito, diversos responsaveis e contas de banqueiros e correspondentes, podendo para esse fim e independente de requisição examinar todos os documentos, cadernetas de bancos e livros de escripturação, adoptando as providencias que julgar mais

ascertadas para a manutenção exacta e rigorosamente em dia da contabilidade respectiva.

Art. 13. O contador geral da Republica e os chefes das contadorias seccionaes serão pessoalmente responsaveis pela exactidão e preparo opportuno da escripturação, contas, balanços, inventarios e demonstrações dos actos relativos á receita e despesa federaes ou aos bens publicos da União.

Art. 14. A falta de cumprimento das obrigações impostas neste regulamento, assim como das ordens e instrucções expedidas pelas autoridades competentes para a execução da Contabilidade da União, sujeitará os infractores ás penas de multa de 200\$ a 10:000\$, de que trata o art. 221.

§ 1.º As multas comminadas neste artigo serão impostas:

a) pelo Ministro da Fazenda, ao contador geral e aos directores do Thesouro Nacional depois de apuradas devidamente as responsabilidades;

b) pelo contador geral, aos chefes das contadorias seccionaes, comprehendendo as Delegacias Fiscaes, Ministerios, Correios, Telegraphos, estradas de ferro, arsenaes, linhas de navegação e outros estabelecimentos industriaes e repartições arrecadoras e pagadoras da União, sejam civis ou militares, depois de verificada convenientemente a infracção;

c) pelo contador geral e chefes das contadorias seccionaes aos funcionarios das respectivas repartições.

Art. 15. A imposição da multa será immediatamente communicada á Directoria da Despesa Publica, na Capital Federal, e ás delegacias fiscaes, nos Estados, bem como ás repartições incumbidas da organização das respectivas folhas de pagamento, para desconto pela quinta parte dos vencimentos.

Art. 16. O chefe da repartição que, opportunamente avisado, na fórma do artigo precedente, deixar de proceder á cobrança ordenada, incidirá na sancção do art. 40 da lei n. 4.536, de 28 de janeiro de 1922, cabendo á Contadoria Central da Republica dar immediatamente conhecimento dessa infracção ao Tribunal de Contas, para que este proceda pela fórma indicada naquelle dispositivo.

Art. 17. Das multas impostas aos chefes da Contadoria Central da Republica e das contadorias seccionaes haverá direito regressivo contra funcionarios subalternos, desde que, em processo regular, se apure:

a) que taes chefes foram sollicitos na observancia das disposições do presente regulamento e expedição das ordens necessarias ao seu justo e opportuno cumprimento;

b) que facultaram aos funcionarios encarregados da execução dos serviços todos os meios necessarios para levá-los satisfatoriamente a termo dentro dos prazos pre-estabelecidos.

Art. 18. O direito regressivo a que se refere o artigo anterior será reconhecido pelo Ministro da Fazenda, em gráo de recurso, em que será facultada ampla defesa aos interessados.

CAPITULO III

DAS CONTADORIAS SECCIONAES

Art. 19. As contadorias seccionaes a que se refere o capitulo anterior, são:

a) as directorias ou secções de contabilidade das Secretarias de Estado, inclusive o Thesouro Nacional, comprehendendo as Directorias da Contabilidade, da Despesa Publica e do Patrimonio Nacional;

b) as Delegacias Fiscaes do Thesouro nos diversos Estados e a Delegacia em Londres;

c) as Contadorias ou secções de contabilidade das diversas administrações centraes, como as dos Correios, Telegraphos, Estradas de Ferro, Caixa de Amortização, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, e outros estabelecimentos industriaes da União, bem como as estações arrecadoras e pagadoras que, por conveniencia de serviço, sejam autorizadas a remetter directamente á Contadoria Central da Republica os seus balanços mensaes e os definitivos de receita e despesa e de activo e passivo, e demais demonstrações e dados aos mesmos concernentes.

Art. 20. A subordinação das Contadorias seccionaes, a que se refere o artigo anterior, á Contadoria Central da Republica, prescripta no art. 1º da lei n. 4.536, de 28 de janeiro de 1922, distingue-se em subordinação legal ou administrativa.

§ 1.º A subordinação legal é aquella que a todas indistinctamente obriga no sentido do acatamento e cumprimento exacto das disposições do presente regulamento e das instruções, circulares e demais actos expedidos pela Contadoria Central da Republica no intuito de instruir, uniformizar, corrigir ou melhorar os serviços de contabilidade do Estado, cuja suprema direcção lhe pertence.

§ 2.º A subordinação administrativa é a que concerne ao estabelecimento das normas reguladoras das relações que se estabelecem entre o órgão central da contabilidade publica e

aquelles aos quaes occorre o imperioso dever de fornecer-lhe os elementos indispensaveis á centralização a seu cargo.

Art. 21. A's Directorias ou Secções de Contabilidade das Secretarias de Estado compete:

a) a contabilidade geral dos creditos orçamentarios e addicionaes relativos ao respectivo Ministerio, comprehendendo a sua escripturação segundo as competentes tabellas explicativas; o lançamento das distribuições feitas ás diversas estações pagadoras que tenham de satisfazer-os, segundo registro do Tribunal de Contas; a escripturação das despesas empenhadas por conta dos creditos não distribuidos por aquelle Tribunal; a organização das relações dos saldos das despesas empenhadas, a que se refere o art. 230 e todos os demais actos concernentes aos mesmos creditos, previstos neste regulamento ou nos regulamentos organicos de cada uma dessas repartições.

No Thesouro Nacional as attribuições acima competem á Directoria da Despesa Publica;

b) o registro geral dos bens moveis e immoveis de cada Ministerio, consoante os inventarios iniciaes organizados em cada repartição subordinada e as variações nos mesmos annualmente operadas, como dispõe o titulo VIII do presente regulamento.

Taes attribuições, quanto ao Ministerio da Fazenda, competem á Directoria do Patrimonio Nacional;

c) escripturação da receita e despesa daquellas que tenham pagadorias, como as Contabilidades dos Ministerios da Guerra e da Marinha; a organização dos balanços mensaes e definitivos e a remessa dos mesmos á Contadoria Central da Republica, dentro dos prazos fixados no presente regulamento.

Quanto á thesouraria geral e ás duas pagadorias do Thesouro Nacional, cabem as attribuições supra á Directoria da Contabilidade do Ministerio da Fazenda;

d) todas as demais funções ou attribuições prescriptas neste regulamento, nos regulamentos organicos de cada repartição e nas instrucções de serviço em vigor, ou que possam vir a ser adoptadas, quanto á administração geral da Fazenda Publica e ás normas que regem a sua contabilidade.

Art. 22. A's Delegacias Fiscaes nos Estados e á Delegacia do Thesouro em Londres cabem conjuntamente todas as attribuições especificadas nas letras a a d do artigo anterior, em relação aos factos administrativos verificados nas respectivas circumscripções.

Art. 23. A's Contadorias das administrações centraes comprehendidas na lettra *c* do art. 19 incumbem:

1º, as attribuições especificadas na lettra *a* do art. 21, quanto aos creditos que lhes forem distribuidos ou aos que disserem respeito aos serviços que lhes são pertinentes;

2º, as attribuições da lettra *b* do mesmo artigo, quanto aos bens immoveis, moveis ou de natureza industrial a seu cargo;

3º, as da lettra *c* quanto áquellas onde haja thesourarias ou pagadorias que se communicem directamente com o The-souro Nacional, como as dos Correios, Telegraphos, estradas de ferro e outras.

Art. 24. A's Contadorias seccionaes em geral compete transmittir periodicamente á Contadoria Central da Republica as contas e documentos indicados no presente regulamento, e os prescriptos nas instrucções expedidas pela mesma Contadoria segundo o disposto no precedente art. 8º, bem como, a todo o tempo, transmittir-lhe e communicar-lhe todos os esclarecimentos, demonstraões e notas de desdobramento de contas ou parcellas, que lhes possam ser requisitados.

Nas referidas instrucções deve ainda a Contadoria Central providenciar para que a escripturação subsidiaria das Contadorias dos Ministerios, delegacias e administrações centraes seja organizada e mantida em perfeita correspondencia com a escripturação geral a seu cargo.

Art. 25. Os chefes das contabilidades seccionaes respondem pessoalmente pela boa ordem dos respectivos serviços e são passiveis de penas pecuniarias pela falta de cumprimento das obrigações que lhes são impostas, segundo resam os artigos 13 e 14 do presente regulamento, apoiados respectivamente nas disposições dos arts. 6º e 7º da lei n. 4.536, de 28 de janeiro de 1922.

TITULO II

Exercicio financeiro — Orçamento e contas da gestão financeira

CAPITULO I

DO EXERCICIO FINANCEIRO

Art. 26. O exercicio financeiro começará em 1 de janeiro e terminará em 30 de abril do anno seguinte.

Parapho unico. O anno financeiro coincide com o anno civil.

Art. 27. O exercicio financeiro abrange todas as operações relativas a receita e despesa autorizadas pela lei do orçamento, ou leis successivas, dentro do respectivo anno fi-

nanceiro, bem como todas as variações que se verificam no patrimonio do Estado, decorrentes da execução dos orçamentos. Em consequencia pertencem ao exercicio sómente as operações relativas aos fornecimentos ou serviços feitos pela ou para a União e aos direitos adquiridos por ella ou seus credores, dentro do anno financeiro.

Art. 28. A sancção da especialização por exercicio consiste em não poder ser levada á conta dos titulos da receita ou dos creditos da despesa de um exercicio, receita ou despesa pertencente a outro.

Art. 29. O periodo adicional será empregado, até 31 de março, na realização das operações de receita e despesa orçamentarias que não se ultimarem dentro do anno financeiro; o mez decorrente daquella data até 30 de abril, é reservado para a liquidação e encerramento das contas do exercicio.

Art. 30. Não estão sujeitas ao regimen de exercicio as receitas ou despesas relativas a depositos, caixas especiaes, operações de credito no paiz ou no estrangeiro, contas de banqueiros e correspondentes e quaesquer outras que independam de consignações orçamentarias. No periodo addicional, portanto, não podem ser escripturadas operações dessa natureza, que devem sempre ser computadas no exercicio corrente, embora sejam consequentes de outras operações orçamentarias que se prendam ao exercicio em liquidação.

Art. 31. Si, por inadvertencia, alguma dessas operações for incluída no caixa do periodo adicional, deve a respectiva importancia ser immediatamente transferida para o caixa do exercicio corrente.

Paragrapho unico. Não sendo mais possivel essa transferencia, por se achar encerrada a escripturação daquelles livros, o estorno far-se-á por supprimento de fundos, em conta corrente de um a outro exercicio.

Art. 32. A conta corrente a que se refere o paragrapho anterior será mantida em perfeita reciprocidade nos dous exercicios, cabendo aos chefes das Contadorias seccionaes examinar a dita conta em ambos os exercicios, supprido e supprido, afim de apurar si o credito de um corresponde ao debito de outro, e vice-versa.

Art. 33. As contadorias seccionaes e a Contadoria Central da Republica annexarão aos seus balanços definitivos extractos analyticos das contas correntes de supprimento dos exercicios entre si, de modo a demonstrar a perfeita correspondencia de operações, como se recommenda no artigo precedente.

Art. 34. Independe, egualmente, do regimen de exercicio a escripturação dos bens moveis e immoveis da União, mesmo adquiridos e pagos no periodo adicional, por conta de creditos consignados na lei de orçamento a este relativo.

§ 1.º Neste ultimo caso a escripturação se fará, em registro provisorio, no mesmo dia do empenho da despesa e á vista do respectivo documento.

§ 2.º Paga a despesa no periodo adicional e legalizados todos os documentos da posse indiscutivel dos bens, terá logar a escripturação definitiva nos registros apropriados.

Art. 35. Não se poderá, dentro do periodo adicional, empenhar despesa nova por conta do exercicio, sinão pagar apenas as que tiverem sido empenhadas até a expiração do anno financeiro.

Paragrapho unico. No caso de credito suplementar, opportunamente solicitado, mas só sancionado no periodo adicional, o empenho far-se-á em caracter provisorio, no ultimo dia util do anno financeiro, á conta do reforço pedido ao Congresso Nacional e por este votado até o mencionado dia. Sancionado o credito e registrado o mesmo pelo Tribunal de Contas, será effectivado o empenho provisorio, com as necessarias annotações.

Art. 36. A receita lançada a debito dos contribuintes, dentro do anno financeiro, pelos impostos directos, taxas e serviços industriaes e patrimoniaes, que não tenha sido arrecadada até 31 de março do periodo adicional, constitue activo da União e figurará no balanço do patrimonio, sendo posteriormente liquidada pela fórmula prescripta no artigo 145.

Art. 37. A autorização para a cobrança da renda tributaria constituida por impostos indirectos termina no ultimo dia do anno financeiro, salvo nos casos de despachos ou processos iniciados antes da terminação daquelle. Toda a renda, proveniente daquellas fontes, arrecadada fóra destes casos, nos mezes em que transcorre o periodo adicional, committantamente com o exercicio corrente, será neste escripturada, de accôrdo com a respectiva lei orçamentaria.

Art. 38. A despesa empenhada dentro do anno financeiro e que não tiver sido paga até 31 de março, figurará, egualmente, no balanço do patrimonio, como divida passiva da União, e será paga na fórmula dos arts. 455 a 466.

Art. 39. Depois de 31 de março perderão o vigor todos os creditos orçamentarios, bem como os supplementares e extraordinarios, na parte não empenhada.

Paragrapho unico. A parte empenhada dos creditos orçamentarios, supplementares e extraordinarios será liquidada pela fórma prescripta nos arts. 248 a 254.

Art. 40. Os creditos especiaes que, em virtude de disposição de lei, vigorarem por varios exercicios, serão regulados, nos primeiros, pelo systema de gestão annual, transportando-se de um a outro anno financeiro os saldos apurados e as despesas empenhadas até 31 de dezembro, referentes a fornecimentos ou serviços não effectuados até então; mas, no ultimo exercicio vigorarão, como os demais creditos, até 31 de março.

Art. 41. A transferencia dos saldos dos creditos especiaes, do primeiro ao ultimo exercicio em que tiverem vigor, será pelo Tribunal de Contas e suas delegações feita *ex-officio*, independentemente de quaesquer solicitações, nos primeiros dias do mez de janeiro de cada anno.

Art. 42. A parte empenhada dos creditos especiaes, no ultimo exercicio em que vigorarem, obedecerá ao mesmo regimen prescripto para os demais creditos.

CAPITULO II

DO ORÇAMENTO

Secção I — Normas geraes

Art. 43. O orçamento ou balanço de previsão de cada exercicio comprehende a receita prevista nas diferentes fontes que competem á União, segundo a Constituição Federal, e a despesa que o Governo é autorizado a fazer no decurso do anno financeiro, para provêr ás obrigações assumidas pelo Estado e aos serviços publicos a cargo de cada Ministerio.

Art. 44. A fixação da despesa e a estimativa da receita, em lei annua de orçamento, terão por base a proposta organizada pela Contadoria Central da Republica, mediante os dados fornecidos pelas directorias de contabilidade dos diversos Ministerios.

Art. 45. A proposta do orçamento será pelo Ministerio da Fazenda enviada á Camara dos Deputados até 31 de maio de cada anno, acompanhada dos seguintes documentos:

1º, tabellas explicativas de todas as verbas da despesa fixada para cada Ministerio, com os detalhes exigidos no art. 54, n. 1º;

2º, quadros demonstrativos da receita orçada, contendo as especificações do art. 85;

3º, quadros demonstrativos dos impostos effectivamente pagos nos tres ultimos exercicios, em cada Estado da União;

4º, relação das verbas do material, que, em virtude da impossibilidade de serem os pagamentos effectuados no The-souro ou nas suas Delegacias, o devem ser nas repartições interessadas, mediante adeantamentos sujeitos ao regimen de comprovação posterior;

5º, relação das verbas para as quaes poderá o Governo abrir creditos supplementares;

6º, tabella dos creditos addicionaes abertos no ultimo exercicio;

7º balanço e contas do exercicio encerrado em 30 de abril do anno anterior, devidamente verificados pelo Tribunal de Contas;

8º, demonstração, por Ministerio, dos saldos da despesa empenhada durante o ultimo anno financeiro.

Art. 46. E' lícito ao Governo rectificar a proposta, em mensagem especial, acompanhada dos respectivos dados, emquanto dependente de discussão no Congresso o projecto de orçamento.

Art. 47. Toda receita deve ser inscripta no orçamento pela sua importancia integral, sem deducção alguma para despesas de arrecadação ou de qualquer outra natureza. De igual modo a despesa deve figurar no orçamento por inteiro, sem ser diminuida de quaesquer contribuições.

Art. 48. As quotas da receita geral ou algum de seus titulos, que leis especiaes ou de orçamento destinem á constituição de fundos ou caixas especiaes ou ao pagamento de alguma despesa especializada, não poderão ser abatidas da receita, mas tão sómente calculadas para figurarem em verba especial da despesa pela importancia correspondente á annul-lação que se teria de fazer para os fins determinados nas mesmas leis.

O credito orçamentario assim fixado poderá ser alterado, para mais ou para menos, mediante registro do Tribunal de Contas, em face das demonstrações mensaes da receita effectivamente arrecadada em taes rubricas.

§ 1.º A alteração do credito orçamentario para as verbas de que se trata far-se-á não por annullação de receita effectivamente arrecadada, mas por partida ou registro identicos aos dos creditos supplementares.

§ 2.º Os saldos não applicados destas verbas obedecerão á regra do art. 177.

Art. 49. As importancias cuja arrecadação se deva fazer directamente para fundos especiaes, serão desde logo assim escripturadas, e sua applicação constará, em capitulo distincto, do orçamento da despesa, sob o titulo: *Applicação da renda especial*.

Art. 49. As importancias cuja arrecadação se deva fazer computadas como resultado economico dos exercicios quando, em virtude de lei, estiver suspensa a applicação especial e autorizada a commum, ou, extinctos os fins especiaes a que eram destinadas, sobrevier ainda algum saldo.

Art. 51. Não podem os Ministerios valer-se de renda ou lucro de qualquer proveniencia para augmentar as dotações orçamentarias das verbas relativas aos serviços a seu cargo.

As sommas que, por quaesquer motivos extraordinarios ou eventuaes, forem pelos mesmos arrecadadas, devem ser immediatamente recolhidas á thesouraria e classificadas nas rubricas da receita com que se relacionarem.

Art. 52. As discriminações do pessoal effectivo feitas nas tabellas explicativas da proposta do orçamento obedecem, quanto á despesa, que lhes é relativa, ás consignações correspondentes e constituem titulos de despesa.

Art. 53. O orçamento votado pelo Congresso Nacional define, na especialização da receita e da despesa, as contas que terão de fazer parte do balanço financeiro definitivo de cada exercicio, pelo que a escripturação geral da União, a cargo da Contadoria Central da Republica e das Contadorias seccionaes que lhe são subordinadas, terá de conformar-se integralmente com as intitulações respectivas, afim de demonstrar a perfeita execução do mesmo orçamento em todos os seus titulos, capitulos e especificações de receita e despesa.

Secção II — Organização da proposta do orçamento

Art. 54. Para organização da proposta do orçamento, remetterão os diversos Ministerios ao da Fazenda, até 30 de abril, os seguintes elementos, além de quaesquer outras informações que possam ser pedidas pela Contadoria Central da Republica:

1º, tabellas explicativas de todas as verbas da despesa de cada Ministerio, de que constem detalhadamente:

a) as despesas relativas ao pessoal, discriminado por categorias, com a menção das leis que crearam inicialmente os respectivos quadros, e as que posteriormente os tenham modificado;

b) as despesas relativas ao material, discriminado por sub-consignações, com a indicação das leis que determinam ou autorizam taes despesas;

c) o confronto das verbas propostas com as que vigoraram no exercicio anterior;

d) explicação minuciosa do motivo das divergencias que resultem do confronto estabelecido;

e) indicação da especie em que deve ser realizada a despesa.

2º, relação das verbas do material cujos pagamentos devam ser effectuados nas repartições interessadas, mediante adiantamentos sujeitos ao regimen de comprovação posterior, em virtude da impossibilidade de serem taes pagamentos effectuados directamente pelo Thesouro Nacional e suas Delegacias;

3º, relação dos creditos supplementares, extraordinarios e especiaes abertos no ultimo exercicio, com indicação:

a) do numero e data do decreto que abriu o credito;

b) do fim para que foi aberto o credito adicional;

c) da importancia de cada credito e da especie em que devia ser pago;

4º, demonstração, por totaes de verbas, da despesa empenhada durante o ultimo anno financeiro.

Art. 55. A proposta, que se dividirá em duas partes, terá a fórma de projecto de lei, com a especialização, em artigos successivos, na primeira parte, da despesa a fixar para cada Ministerio e a determinação da especie que deve ser paga. A segunda parte conterá a discriminação do calculo da receita, conforme os differentes titulos e rubricas de renda, bem como da especie em que deverá ser arrecadada.

Art. 56. Quanto á despesa, a proposta do Governo comprehenderá duas partes distinctas: uma fixa, relativa ás despesas permanentes, e outra variavel, em que serão incluídas as que dependerem de avaliação.

§ 1.º São despesas fixas as decorrentes de leis organicas ou de empenhos permanentes, com prazos de vencimento determinados; são variaveis todas as outras.

§ 2.º A distincção das duas partes em que se divide a despesa será feita na proposta do orçamento em columnas apropriadas, sem dispersão das consignações respectivas nem prejuizo da successão ordenada dos artigos.

Art. 57. Na proposta do orçamento a despesa será classificada por Ministerios e verbas, significando respectivamente a administração e os serviços publicos. Nas tabellas explicativas que a acompanharão, as verbas serão subdivididas em consignações e sub-consignações, exprimindo respectivamente a natureza e a especialização daquelles serviços.

Art. 58. As verbas de despesa de cada Ministerio serão precedidas de um numero de ordem e, nas tabellas explica-

tivas, esse numero se desdobrará em tantos outros quantas forem as respectivas sub-consignações de pessoal e material.

Art. 59. Na organização das tabellas explicativas da proposta do orçamento não serão admittidas consignações mixtas, para pessoal e material, nem verbas ou consignações destinadas, no todo ou em parte, a supplementar outras verbas ou outras sub-consignações.

Art. 60. Na elaboração da proposta de orçamento, na parte referente ao pessoal, deverão constituir consignações distinctas as que tratarem de pessoal, de numero e remuneração anteriormente fixados em lei ou regulamento, e as que se occuparem de pessoal, de numero e remuneração variaveis, tenha elle o titulo de extraordinario, extranumerario, commissionado, mensalista, diarista, jornaleiro ou qualquer outro.

Art. 61. Nessa ultima parte serão fixados, sempre, os limites minimo e maximo estabelecidos nas leis ou nos regulamentos e, quando não estiverem estabelecidos taes limites, a proposta indicará o maximo de cada remuneração, quer seja ella dada sob o titulo de vencimento, quer sob o titulo de gratificação, diaria, jornal ou outro qualquer.

Art. 62. As discriminações feitas quanto ao pessoal desta ultima categoria não constituirão, porém, titulos da escripturação analytica, cujas contas obedecerão apenas ás intitulações respectivas.

Art. 63. As consignações destinadas a pessoal contractado serão distinctas de quaesquer outras e subdividir-se-ão em duas quotas : uma comprehendendo o pessoal já contractado, com a especificação dos nomes, cargos ou funcções, datas dos contractos, datas em que foram registrados pelo Tribunal de Contas, praso de duração, importancia e natureza da remuneração; e outra, a importancia global julgada necessaria para a remuneração do pessoal a contractar.

Art. 64. Sob o titulo «Pessoal», serão tambem comprehendidas consignações, distinctas de quaesquer outras, para occorrerem:

a) ao pagamento de diarias e ajudas de custo por serviços prestados ou a prestar, fóra das sédes das repartições ou estabelecimentos, tanto pelo pessoal dos quadros fixos, como pelo pessoal extraordinario, extranumerario, contractado, commissionado, mensalista, diarista, jornaleiro ou qualquer outro;

b) ao pagamento de gratificações, por serviços extraordinarios, baseadas em lei ou regulamento, e differença de vencimentos por substituições regulamentares;

c) ao pagamento de gratificações additionaes por tempo de serviço;

d) ao pagamento de pensões de montepio;

e) ao pagamento de pensões concedidas por leis especiaes;

f) ao pagamento de auxilios para despesas de representação;

g) ao pagamento de auxilios para aluguel de casa;

h) ao pagamento de auxilios para fardamento;

i) ao pagamento de auxilios para condução.

Art. 65. Na parte referente ao «Material» serão comprehendidas não só as despesas propriamente de material, como as que se referirem a animaes, seja qual for a applicação que tenham; a immoveis; a passagens e transportes; a obras de qualquer natureza, feitas por empreitada, contracto ou ajuste; e quaesquer outras despesas que não constituam remuneração de serviços pessoaes, ou auxilios ou vantagens inherentes ao desempenho de funcções publicas.

Art. 66. As consignações destinadas ao material permanente serão distinctas das que se referirem ao material de consumo ou de transformação, e tanto umas como outras subdividir-se-ão em tantas quotas ou sub-consignações quantos forem os grupos ou especialidades a que corresponderem.

Art. 67. As consignações destinadas ao pagamento de condução, transporte, ou passagens de funcionarios ou empregados, em objecto de serviço, serão distinctas das que se concederem, a titulo de auxilios ou favores especiaes, a pessoas estranhas ao serviço publico, em virtude de autorizações legaes ou regulamentares.

Art. 68. As consignações destinadas a carretos ou transportes de material e animaes serão distinctas de quaesquer outras e, quando se referirem a carretos ou transportes concedidos, a titulo de auxilio, ou sob qualquer outro titulo, a material e animaes não pertencentes ao serviço publico, constituirão quotas ou sub-consignações especiaes.

Art. 69. As consignações destinadas á fundação ou installação de novos estabelecimentos ou serviços; á fundação ou installação de novas dependencias de estabelecimentos ou serviços já existentes e á ampliação de qualquer estabelecimento ou serviço já installado, serão sempre distinctas das que se referirem ao custeio ordinario ou manutenção de taes estabelecimentos ou serviços.

Art. 70. As consignações destinadas a generos alimenticios e dietas do pessoal que tiver direito á alimentação e

tratamento por conta dos cofres federaes, serão distinctas de quaesquer outras.

Art. 71. Serão também distinctas de quaesquer outras, e distinctas entre si, as consignações que se destinem a:

a) medicamentos, drogas, instrumentos cirurgicos, utensilios e mobiliario de pharmacias e gabinetes medicos;

b) drogas e productos chimicos ou biologicos para trabalhos, estudos ou pesquisas em officinas, aulas, laboratorios e gabinetes technicos ou scientificos;

c) machinas, aparelhos, instrumentos, ferramentas e utensilios para trabalhos, estudos ou pesquisas em officinas, aulas, laboratorios e gabinetes technicos ou scientificos;

d) tractores, machinas aratorias, ferramentas, instrumentos, aparelhos e utensilios de lavoura;

e) instrumentos cirurgicos, aparelhos e utensilios de uso veterinario;

f) trem de cozinha e mobiliario, louça, talheres, roupa e utensilios de refeitórios;

g) mobiliario, camas, roupas e utensilios de dormitorios ou enfermarias;

h) combustivel para machinas e officinas de qualquer natureza;

i) lubrificantes e material para lubrificação, limpeza e conservação de machinas e aparelhos de qualquer natureza;

j) material rodante inclusive locomotivas, e seus accessorios, para as estradas de ferro da União;

k) trilhos, dormentes e seus accessorios, para as estradas de ferro da União;

l) postes, fios e accessorios para linhas telegraphicas e telephonicas;

m) armamento (para o Exército, Marinha, Policia, Bombeiros, etc.);

n) munições de guerra;

o) fardamento, inclusive calçado e utensilios correlativos (para o Exército, Marinha, Policia, Bombeiros, etc.).

Art. 72. As especificações feitas nas alíneas anteriores não excluem outras que possam ser feitas ou se tornem necessarias para regularidade das despesas e bom andamento dos serviços dos diversos Ministerios.

Art. 73. Toda despesa ordinaria a effectuar-se repartidamente em diversos annos deverá ser inscripta no orçamento apenas pela parte vencivel em cada anno, repetindo-se, successivamente, a respectiva consignação nos orçamentos posteriores, até a extinção total da somma repartida.

Art. 74. Todas as repartições federaes que se utilizarem de serviços industriaes do Estado, como dos Correios e Telegraphos, das estradas de ferro, Imprensa Nacional e outros, remetterão ás contabilidades dos Ministerios a que estiverem subordinadas a estimativa da despesa a ser feita em cada anno com esses serviços, afim de lhes serem destinadas, nas tabellas explicativas, as consignações correspondentes, de modo a poder tornar-se effectivo o jogo de contas ou partida de giro.

Paragrapho unico. As importancias das consignações a que se refere o presente artigo serão totalizadas pela Contadoria Central da Republica e levadas ao orçamento da receita, na segunda parte da proposta, onde serão accrescidas aos titulos e rubricas proprias.

Art. 75. A fórmula e as intitulações approvadas ou determinadas pela Contadoria Central da Republica para as tabellas explicativas de cada Ministerio, só mediante autorização expressa da mesma poderão ser alteradas nas tabellas posteriores.

Art. 76. No que concerne á receita geral da União, será ella na proposta do orçamento dividida em tres partes: ordinaria, extraordinaria e especial.

Art. 77. A receita ordinaria comprehenderá:

I, a renda tributaria;

II, a renda patrimonial;

III, a renda industrial.

Art. 78. Como fontes da receita tributaria deverão ser classificados:

a) os impostos de importação, os de entrada, sahida e estadia de navios e os addicionaes, comprehendidas na categoria desta alinea as taxas de armazenagens e capatazias, não obstante a sua natureza de serviços industriaes;

b) os impostos de consumo;

c) os impostos de circulação, comprehendendo os do sello e de transporte ou viação;

d) os que têm como assento a renda, como os de dividendos e sobre lucros commerciaes ou fabris e quaesquer outras figuras de tributação das rendas;

e) o imposto sobre o capital das loterias federaes e estaduais.

Art. 79. Na receita oriunda do dominio patrimonial da União deverão ser classificadas:

a) a renda dos proprios nacionaes;

b) a das fazendas do dominio da União;

- c) as riquezas naturaes e os foros dos terrenos de marinha;
- d) o producto dos laudemios;
- e) a renda proveniente da exploração dos bens moveis da União;
- f) a renda de capitaes nacionaes.

Art. 80. A renda industrial da Republica é originada dos preços cobrados ou das taxas fixadas para os serviços dos Correios, Telegraphos, da Imprensa Nacional, das estradas de ferro da União, exploradas directamente ou por arrendamento, da Casa da Moeda, dos arsenaes e officinas, dos institutos de instrucção, de assistencia, correccionaes e sanitarios, dos consulados nacionaes, dos laboratorios e quaesquer outros serviços industriaes do Estado.

Art. 81. A receita extraordinaria resultará:

- I, do producto de quaesquer operações de credito;
- II, da cobrança da divida activa;
- III, das rendas eventuaes.

Art. 82. A receita extraordinaria constará de duas partes distinctas: uma proveniente de rendas pertencentes á União e outra das receitas extraordinarias obtidas por operações de credito, ou arrecadadas por conta de terceiros, para encontro de contas.

§ 1.º Pertencem á primeira categoria:

- a) os montepios civil e militar, emquanto pagas pela União as respectivas pensões;
- b) as indemnizações de prejuizos causados ou de quantias devidas á União;
- c) o producto da cobrança da divida activa;
- d) os remanescentes dos premios de loterias;
- e) o producto da venda de generos e proprios nacionaes;
- f) os impostos de industrias e profissões no Districto Federal e no Territorio do Acre, emquanto custeados pela União os correspondentes serviços municipaes;

g) a taxa de consumo de agua e de saneamento da Capital Federal, emquanto a cargo da União os respectivos serviços.

§ 2.º Pertencem á segunda categoria:

- a) a emissão de titulos da divida externa;
- b) a emissão de titulos da divida interna;
- c) a emissão de letras ou obrigações do Thesouro;
- d) as receitas pertencentes aos Estados ou municipalidades e arrecadadas pela União, para encontro de contas.

§ 3.º A receita pertencente á segunda categoria não póde ser computada como resultado differencial na apuração economica dos exercicios.

Art. 83. Como receita especial considera-se o producto das fontes de renda a que, em virtude de preceito de lei e de estipulações contractuaes, houver sido determinada applicação especial, como as destinadas:

- a) ao resgate do papel-moeda;
- b) á garantia da massa circulante fiduciaria;
- c) ao resgate das apolices emittidas para encampação das estradas de ferro;
- d) ao fundo de amortização dos empréstimos internos;
- e) ao fundo para as obras de melhoramentos dos portos;
- f) ao fundo de custeio das obras contra as seccas;
- g) ao fundo de custeio da prophylaxia rural.

Art. 84. As rubricas em que se desdobram as tres partes da receita geral da União serão inscriptas no orçamento precedidas de um numero de ordem, distincto para cada parte, mas continuativo dentro de cada uma destas, sem distincção de titulos ou capitulos.

Art. 85. Os quadros demonstrativos dos titulos de receita que deverão acompanhar a proposta do orçamento, nos termos do art. 45, n. II, indicarão as leis que os regerem, as rendas arrecadadas nos tres ultimos exercicios e a média dessas arrecadações confrontada com o calculo da receita.

CAPITULO III

DOS CREDITOS ADDICIONAES

Art. 86. São creditos addicionaes todas as autorizações de despesas publicas não computadas ou insufficientemente dotadas nas leis de orçamento. Abertura de credito é a fixação, em acto do Poder Executivo, das importancias necessarias a taes despesas.

Art. 87. Os creditos addicionaes dividem-se em :

- a) creditos supplementares;
- b) creditos especiaes;
- c) creditos extraordinarios;

§ 1.º Creditos supplementares são as importancias consignadas ao reforço das differentes rubricas do orçamento pela comprovada insufficiencia destas para o custeio dos respectivos serviços durante todo o anno financeiro.

§ 2.º Creditos especiaes são as autorizações de despesas com serviços ou fins especiaes, não computadas no orçamento e consignadas em lei especial ou nas disposições geraes das leis de meios.

§ 3.º Creditos extraordinarios são as quantias legalmente declaradas necessarias para as despesas extraordinarias e im-

previstas, decorrentes de inadiáveis necessidades de defesa da segurança ou da saúde pública.

Art. 88. Não é admissível a abertura de créditos sem denominação ou cujos fins não se enquadrem em nenhum dos parágraphos do artigo precedente.

Art. 89. Os créditos addicionaes são abertos pelo Poder Executivo, em decreto referendado pelo titular do Ministerio a que pertence a despesa, mediante autorização expressa do Congresso Nacional, quando se tratar de créditos especiaes ou supplementares.

Art. 90. Os créditos necesarios á supplementação de verbas orçamentarias não incluídas na relação de que trata o n. 5 do art. 45, só poderão ser abertos depois de votadas pelo Congresso as indispensaveis autorizações.

Art. 91. Verificada a deficiência das verbas orçamentarias, organizará o Ministerio da Fazenda, á vista das informações dos demais ministerios, a proposta geral dos créditos supplementares necesarios á manutenção dos serviços públicos, durante o exercicio financeiro.

Paragrapho unico. A proposta, que será acompanhada de uma conta corrente, explicativa da applicação da verba ou credito esgotado, indicará as importancias votadas para o exercicio anterior e para o vigente, e as que se fizerem necessarias como supplemento ás verbas deficientes, e, bem assim, as condições do exercicio financeiro.

Art. 92. Os créditos supplementares para reforço das verbas indicadas na relação a que se refere o n. 5 do art. 45, serão abertos pelo Poder Executivo decorridos 10 mezes do exercicio financeiro, depois de ouvido o Tribunal de Contas, e até a importancia annualmente fixada pelo Congresso Nacional na lei orçamentaria e computada no total da despesa prevista. A consulta ao Tribunal de Contas será acompanhada de informação minuciosa sobre a necessidade do credito e do parecer do Ministro da Fazenda sobre os recursos do Thesouro para fazer face á despesa.

Art. 93. Os créditos especiaes, autorizados em lei especial ou nas disposições geraes das leis de meios, serão também abertos pelo Poder Executivo, mediante consulta ao Tribunal de Contas e o parecer do Ministro da Fazenda, a que se refere o artigo anterior.

Art. 94. Os créditos extraordinarios serão abertos em qualquer mez do exercicio, para occorrer ás despesas em caso de calamidade pública, epidemias, rebelião, sedição ou guerra externa. Precederá á abertura do credito parecer do Tribunal de Contas, e a applicação do credito não se fará sem o regis-

tro prévio do mesmo, pelo Tribunal, que delle dará conhecimento ao Congresso Nacional, dentro de 48 horas, si estiver funcionando o Congresso, ou, em caso contrario, dentro de oito dias do inicio das sessões parlamentares.

Art. 95. A vigencia dos creditos supplementares e extraordinarios é adstricta á duração do exercicio financeiro.

Art. 96. A duração dos creditos especiaes será a determinada na lei que os autorizar e, no caso de omissão, a de dous exercicios, observada a disposição do art. 40.

Art. 97. Os creditos adicionaes, como os orçamentarios, não poderão ser excedidos. Dado, porém, o caso de, por quaesquer circumstancias, terem sido assumidas obrigações além dos creditos votados, ou sem credito, os documentos relativos a taes compromissos serão enviados, pelas repartições que os contrahiram, ás contabilidades dos Ministerios, para serem liquidados e relacionados.

§ 1.º Os Ministerios submetterão ao Tribunal de Contas, até 15 de junho de cada anno, as dividas relacionadas dos exercicios findos.

§ 2.º O Tribunal de Contas verificará a procedencia das dividas relacionadas e imporá aos funcionarios, que as contrahiram, as penalidades de que trata o art. 224, fazendo as communicações necessarias á execução das mesmas.

§ 3.º Uma vez examinadas pelo Tribunal todas as dividas relacionadas, remetterá este ao Ministerio da Fazenda os processos de dividas consideradas procedentes, devolvendo aos Ministerios os pertinentes a dividas que por qualquer motivo houverem sido excluidas. Não será motivo de exclusão a inobservancia de formalidade que possa ser supprida por occasião do pagamento ou erro de calculo inferior a mil réis.

§ 4.º O Ministerio da Fazenda, á proporção que for recebendo as relações das dividas de cada Ministerio, fará a exposição justificativa dos creditos a serem solicitados ao Congresso Nacional, em mensagem do Presidente da Republica, cabendo-lhe enviar os processos demonstrativos das dividas, quando isso for solicitado.

§ 5.º Concedido o credito, que será de natureza especial, terá este applicação restricta ao pagamento das dividas relacionadas.

Art. 98. As despesas por creditos supplementares serão classificadas e escripturadas á conta das respectivas verbas, consignações e sub-consignações, na conformidade das tabellas explicativas de cada Ministerio.

Art. 99. As despesas por creditos especiaes e extraordinarios serão classificadas e escripturadas a debito de cada

Ministerio, á conta do decreto que abriu o credito, ficando o numero, data e ementa de tal decreto considerados como uma nova verba de despesa.

Paragrapho unico. Quando o credito aberto consignar parcellas destinadas a diversos fins, serão estas consideradas como sub-consignações, e assim abertas na escripturação analytica tantas sub-contas quantas forem taes parcellas.

CAPITULO IV

CONTAS DA GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Art. 100. Para os fins do disposto no art. 34, n. 1, da Constituição Federal, o Governo enviará ao Congresso, annualmente, até 31 de maio, as contas da gestão financeira e patrimonial do penultimo exercicio encerrado.

Art. 101. As contas da gestão financeira e economica de cada exercicio comprehendem:

- I, o balanço financeiro;
- II, o balanço do patrimonio.

Art. 102. A prestação de contas se fará em duas partes distinctas. Na primeira se demonstra como foi executado o orçamento e como se movimentaram os caixas geraes do Estado. Na segunda prestam-se contas das variações occorridas na substancia patrimonial da União e de sua situação no fim de cada exercicio.

Art. 103. O balanço financeiro demonstrará:

- I, a conta do orçamento;
- II, a conta geral dos Caixas do Estado, ou balanço definitivo da receita e despesa.

Art. 104. A conta do orçamento comprehenderá no seu desenvolvimento as seguinte tabellas:

I, em relação á receita:

- a) previsão orçamentaria, discriminadamente por capitulos e paragraphos; com indicação da especie em que deveriam ser arrecadadas as rendas;
- b) arrecadação effectiva, discriminada do mesmo modo;
- c) excesso ou descesso da previsão sobre a arrecadação;
- d) saldos dos impostos, direitos, taxas e contribuições não arrecadadas, que passaram a constituir divida activa do exercicio;

e) discriminação da cobrança por Estados e repartições.

II, quanto á despesa:

- a) creditos orçamentarios, supplementares, extraordinarios e especiaes, detalhados por verba;

b) despesas effectivamente pagas em cada verba por conta dos creditos votados;

c) saldos da despesa empenhada que passaram a constituir divida fluctuante da União;

d) excesso de credito ou debito em cada verba;

e) demonstração das despesas de exercicios findos, com indicação de sua natureza e do exercicio a que pertenciam.

Paragrapho unico. A conta do orçamento apresentará tambem um resumo do resultado financeiro de cada exercicio.

Art. 105. A conta geral dos Caixas do Estado ou balanço definitivo da receita e despesa, exporá, syntheticamente:

I, as receitas e despesas orçamentarias, effectivamente arrecadadas e pagas, classificadas aquellas por titulos e rubricas e estas por Ministerios e verbas;

II, os depositos arrecadados e pagos, provenientes:

a) das caixas economicas;

b) dos montes de soccorro;

c) dos emprestimos do Cofre de Orphãos;

d) dos bens de defuntos e ausentes;

e) dos premios de loterias;

f) das caixas e fundos especiaes;

g) de diversas origens.

III — As operações de credito, comprehendendo:

a) emissão e resgate do papel-moeda;

b) emissão e resgate de titulos consolidados da divida interna e externa;

c) premios ou differenças de typo nas emissões de titulos da divida publica;

d) emissão de letras, bilhetes ou obrigações do Thesouro;

e) os saldos das conversões de especie;

f) os saldos dos supprimentos recebidos e feitos de exercicio a exercicio;

IV, os movimentos de fundos de umas e outras thesourarias ou pagadorias;

V, as contas de banqueiros e correspondentes, comprehendidas nestas as contas dos Estados, emprezas ou particulares por emprestimos autorizados em lei;

VI, as contas dos responsaveis por saldos em poder, adeantamentos, alcances ou ordenação illegal de despesas publicas;

VII, os saldos em caixa, discriminadamente por especie;

Art. 106. O balanço do patrimonio abrangerá:

I, o estado dos valores activos e passivos a cargo da União, comprehendendo os bens moveis e immoveis, a divida activa e passiva, as contas de agentes consignatarios, bancos e correspondentes, diversos responsaveis e contas de terceiros, no começo do exercicio, e segundo as demonstrações annexadas ao balanço anterior;

II, as variações no mesmo patrimonio, por effeito da execução do orçamento e consequentes:

1º, quanto ao orçamento da receita;

a) á venda de bens patrimoniaes moveis ou immoveis;

b) á cobrança da divida activa da União;

c) á realização de operações de credito que augmentarem o passivo da União;

d) ao recebimento de depositos por conta de terceiros;

e) a todo e qualquer recebimento de numerario que importe em alteração do activo ou do passivo a cargo da União.

2º, quanto ao orçamento da despesa:

a) á aquisição de bens patrimoniaes, comprehendidos os bens industriaes de qualquer natureza e o material para a defesa nacional:

b) ao pagamento ou amortização das dividas interna, externa e fluctuante;

c) á realização de emprestimos á lavoura, á industria, ao commercio, aos Estados ou municipalidades e a particulares;

d) á restituição de depositos pertencentes a terceiros;

e) a todo e qualquer pagamento que importe alteração do activo e passivo administrado pela União.

III, as variações no patrimonio por valorizações, depreciações, ou quaesquer outras causas extra-orçamentarias, apuradas no decurso do exercicio ou na avaliação dos bens moveis e immoveis por occasião dos respectivos inventarios annuaes.

IV — O estado de todos os valores activos e passivos a cargo da União no encerramento do exercicio de que se prestam contas.

Art. 107. O balanço financeiro e o do patrimonio relativos a cada exercicio serão organizados pela Contadoria Central da Republica, até 30 de novembro do exercicio seguinte, tendo por base os seguintes elementos:

I — Quanto ao balanço financeiro:

a) escripturação geral dos creditos a cargo da Contadoria Central da Republica;

b) relações definitivas dos saldos das despesas empenhadas, remetidas pelas directorias de contabilidade de todos os Ministerios;

c) escripturação centralizadora dos balanços mensaes de receita e despesa das repartições subordinadas;

d) balanços definitivos da receita e despesa de cada exercicio, organizados pelas mesmas repartições.

II — Quanto ao balanço do patrimonio:

a) escripturação centralizadora dos balancetes mensaes enviados pelas contadorias seccionaes dos Ministerios;

b) balanços annuaes ou recapitulativos organizados pelas mesmas contabilidades;

c) inventarios annuaes dos bens moveis e immoveis da União;

d) demonstrações e dados fornecidos pela Directoria do Patrimonio.

Paragrapho unico. A discriminação precedente não exclue quaesquer outros elementos que se tornem necessarios e venham a ser exigidos pela Contadoria Central da Republica.

Art. 108. Para os fins do artigo anterior serão, quanto aos balanços mensaes e ás demonstrações dos saldos das despesas empenhadas durante o anno financeiro, observados os prazos fixados no art. 3º, § 2º.

§ 1.º Será até o 20º dia do mez seguinte áquelle a que se referirem a operações, o prazo dentro do qual deverão ser remetidos ás delegacias fiscaes nos Estados os balanços mensaes das repartições ás mesmas subordinadas, sob as penas do art. 221.

§ 2.º A remessa dos balanços definitivos de receita e despesa e de activo e passivo de cada exercicio será feita á Contadoria Central da Republica até 31 de julho do exercicio seguinte, impreterivelmente, incidindo na penalidade do artigo 221 os chefes das repartições que deixarem de observar tal prazo.

Art. 109. A organização do balanço definitivo da receita e despesa da União terá por base os balanços mensaes das contadorias seccionaes, ratificados, posteriormente, pelos balanços definitivos das mesmas repartições.

Paragrapho unico. As divergencias porventura verificadas entre a recapitulação dos balanços mensaes, feita pela escripturação da Contadoria Central da Republica, e o balanço definitivo correspondente, encaminhado pelas contadorias seccionaes, serão explicadas e corrigidas dentro dos prazos marcados pela mesma Contadoria Central, sob pena de responsabilidade na fórmula do art. 14 deste regulamento.

Art. 110. O balanço definitivo da receita e despesa da União constará de duas partes: uma synthetica e outra analytica.

Art. 111. A parte synthetica do balanço definitivo, organizado segundo os modelos que forem expedidos pela Contadoria Central da Republica, conterá a receita e a despesa pelos totaes dos seus titulos geraes, com indicação dos saldos de caixa recebidos do exercicio anterior e dos transferidos ao exercicio seguinte.

Art. 112. A parte analytica conterá a discriminação da receita por capitulo e rubricas e da despesa por Ministerios e verbas, comprehendidos como taes os decretos que abrirem creditos especiaes ou extraordinarios.

Art. 113. O desdobramento analytico das verbas da despesa em consignações e sub-consignações não fará parte das contas a serem apresentadas ao Congresso, mas será, posteriormente, objecto de exame do Tribunal de Contas, em face das despesas pelo mesmo registradas em cada sub-consignação.

Art. 114. Para os fins do artigo anterior, a Contadoria Central da Republica, dentro de seis mezes após a apresentação ao Congresso das contas annuaes, remetterá áquelle Tribunal todas as tabellas explicativas, por consignações e sub-consignações, da despesa em cada verba, segundo o balanço definitivo apresentado.

Art. 115. As divergencias ou irregularidades porventura encontradas pelo Tribunal de Contas no confronto das tabellas explicativas com o referido balanço e a escripturação a seu cargo serão pelo mesmo, depois de escriptuloso exame, communicadas ao Congresso, com indicação minuciosa dos motivos de taes divergencias.

Art. 116. As tabellas demonstrativas dos saldos a arrecadar e a pagar, a que se referem os ns. I, lettra *d* e II, lettra *c*, do art. 104, deverão indicar, nominalmente, os devedores e credores, bem como as importancias respectivas.

Art. 117. As tabellas indicativas dos excessos de credito ou de debito em cada verba, a que se refere o n. II, lettra *d*, do art. 104, indicarão, quanto a estes, as razões do excesso e os nomes dos responsaveis.

Art. 118. As contas a que se refere o n. I do art. 105 serão detalhadas nominalmente, com indicação das autorizações legaes que as regem.

Art. 119. As contas de que trata o n. VI do art. 105. conterão igualmente a indicação nominal dos responsaveis, quer se trate do exactor, do responsavel por adeantamentos ou do pagador ou ordenador de despesas illegaes.

Art. 120. A organização dos balanços annuaes do patrimonio terá por base a escripturação geral centralizadora,

a cargo da Contadoria Central da Republica, e os balanços annuaes, inventarios geraes e demais elementos enviados pelas contadorias seccionaes de cada Ministerio.

Art. 121. Na organização dos balanços annuaes e inventarios dos bens patrimoniaes da União, serão rigorosamente observados pelas contadorias seccionaes as classificações e os modelos mandados adoptar pela Contadoria Central da Republica, bem como os prazos pela mesma estabelecidos para conclusão e entrega de taes trabalhos.

Art. 122. Ao balanço annual do patrimonio serão annexadas tabellas explicativas das principaes variações no patrimonio, pondo em especial evidencia as referentes á alienação ou aquisição de bens immoveis ou de natureza industrial, como as estradas de ferro, empresas de navegação, portos e outros; á amortização de emprestimos externos ou internos e outras que careçam, pelo seu vulto ou natureza, de ser postas em destaque.

Paragrapho unico. Nas tabellas a que se refere este artigo, os bens immoveis ou de natureza industrial serão discriminados um a um, com indicação das respectivas importancias, do local onde se acham situados e dos responsaveis pela sua administração.

Art. 123. As variações nos bens moveis, nos materiaes dos depositos ou almoxarifados e outros de igual natureza, serão tomadas em globo, mas as respectivas tabellas conterão sempre a indicação das repartições a cujo cargo se achem.

Art. 124. O balanço patrimonial deverá trazer em annexo as seguintes contas especiaes:

a) a demonstração dos varios pontos de concordancia entre a contabilidade orçamentaria e a patrimonial, por onde se evidencie que ellas se acham á prova uma de outra;

b) as contas de capital, movimento e resultado das diversas officinas e estabelecimentos do Estado;

c) contas identicas das estradas de ferro, empreza de navegação, portos e outros serviços da União, directamente a seu cargo;

d) contas de capital e do producto das estradas de ferro, portos e outros estabelecimentos industriaes da União, arrendados aos Estados ou emprezas particulares;

e) contas especiaes referentes a toda e qualquer administração em que estejam empenhadas as finanças ou bens patrimoniaes do Estado.

Art. 125. As contas especiaes de que trata o artigo precedente devem ser organizadas de modo que demonstrem os effeitos economicos das diversas operações financeiras e dos estabelecimentos industriaes da União.

Art. 126. Para os fins indicados nos artigos precedentes as directorias de contabilidade dos diversos Ministerios manterão uma escripturação centralizadora, por partidas dobradas, de todos os factos administrativos concernentes ás repartições subordinadas ao Ministerio respectivo, de modo que possam fornecer promptamente á Contadoria Central da Republica as noticias e demonstrações necessarias, segundo a fórma prescripta neste regulamento.

Art. 127. Organizadas as contas de cada exercicio, a Contadoria Central da Republica as remetterá, em tres exemplares, ao Tribunal de Contas, juntamente com uma via das demonstrações apresentadas pelos diversos Ministerios.

Art. 128. O exame do Tribunal de Contas será feito, em face de sua escripturação e das demonstrações que lhe forem apresentadas, e concluirá por um parecer sobre a regularidade e exactidão das contas da gestão financeira, assignalando si, na execução do orçamento, agiu o Poder Executivo com inteira observancia das autorizações legislativas e conforme os preceitos da contabilidade publica.

Art. 129. Examinadas pelo Tribunal de Contas as contas do exercicio financeiro, serão dous exemplares dellas enviados ao Governo, para que este, no praso fixado, as remetta ao Congresso, com o projecto de liquidação definitiva do exercicio.

Art. 130. Si até o fim do anno em que terminar o exercicio o Tribunal de Contas não tiver recebido as contas da gestão financeira e patrimonial, ou, tendo-as recebido, com as mesmas não se conformar, serão ellas organizadas pelo mesmo Tribunal com os elementos que possuir, de modo que, em qualquer caso, e dentro do praso marcado pela lei, seja cumprido o preceito da apresentação annual de taes contas ao Congresso Nacional.

Art. 131. O balanço definitivo do exercicio, uma vez encerrado e approved pelo Congresso, é intangivel, não podendo ser modificado em nenhuma de suas partes.

TITULO III

Da receita publica

CAPITULO I

NORMAS GERAES

Secção I — Preliminares

Art. 132. A receita da União é constituida de todos os redditos, proventos e creditos de qualquer natureza que o Go-

verno tem o direito de arrecadar em virtude de leis geraes e especiaes, de contractos e de quaesquer outros titulos de que derivem direitos a favor do Estado.

Art. 133. Toda receita deve ser inscripta na lei de orçamento, sem que, entretanto, para aquella que não tenha sido na mesma comprehendida se entenda prejudicado o direito do Estado de arrecadal-a, nem eximidas as repartições competentes de procederem ao respectivo lançamento e arrecadação. Exceptua-se desta ultima parte a receita proveniente de imposto, cuja arrecadação dependerá sempre da inserção deste na lei do orçamento.

Art. 134. No caso de alteração ou criação de impostos, taes dispositivos só entrarão em vigor 30 dias após a publicação da lei no *Diario Official*, procedendo-se á cobrança nesse periodo de accôrdo com as taxas anteriores, salvo si a mesma lei fixar praso maior ou se tratar de tarifas aduaneiras, caso este em que o praso minimo será de tres mezes.

Art. 135. Os prazos para a arrecadação dos impostos lançados serão os marcados nos respectivos regulamentos, podendo, entretanto, ser prorogados, se assim convier aos interesses da Fazenda.

Art. 136. O praso para a arrecadação dos impostos indirectos é circumscripto á duração do anno financeiro. Os impostos dessa natureza arrecadados no periodo adicional serão sempre levados ao orçamento do novo exercicio.

Art. 137. Compete á directoria da Receita Publica do Thesouro Nacional a suprema administração da receita da União, comprehendendo a interpretação de leis e regulamentos, a expedição de instrucções e normas para a arrecadação e recolhimento, bem como a respectiva fiscalização. As normas de contabilidade são, porém, privativas da Contadoria Central da Republica, nos termos do capitulo II do titulo I deste regulamento.

Art. 138. A classificação da receita publica será a constante das leis de orçamento de cada exercicio e não poderá ser alterada sob pretexto algum, salvo deliberação expressa do Ministro da Fazenda, expedida mediante circular, depois de ouvida a Contadoria Central da Republica.

Art. 139. Toda receita do Estado percorre tres estagios:

- a) a fixação;
- b) a arrecadação;
- c) o recolhimento aos cofres publicos.

Estes tres estagios, para algumas especies de receita, podem ser simultaneos e reduzir-se a dous ou ainda a um só.

Secção II — Da Fixação e Lançamento

Art. 140. A fixação da receita comprehende duas phases:

a) a organização das estimativas que deverão servir de assento ás cifras indicadas na tabella da proposta do orçamento;

b) o lançamento dos impostos directos, taxas ou contribuições individuaes, depois de votado o orçamento.

Art. 141. A organização das estimativas da receita deverá ser feita fundando-se nos resultados apurados na arrecadação do ultimo exercicio liquidado. Na ausencia ou insufficiencia destes dados, servirá de base á avaliação da receita a média da exacção dos tres ultimos exercicios liquidados.

Art. 142. Diz-se lançada a receita quando a repartição competente apura a procedencia do credito do Estado e a pessoa que lhe é devedora e procede á respectiva escripturação a debito desta e a credito do correspondente titulo ou rubrica do orçamento do exercicio em decurso.

Art. 143. São objecto de lançamento:

a) os impostos directos e outras receitas com vencimento determinado em leis especiaes, regulamentos ou contractos, mediante relação nominal dos contribuintes;

b) os alugueis, arrendamentos, foros e qualquer outra prestação periodica, relativa aos bens patrimoniaes da União, mediante relação nominal organizada, no Districto Federal, pela Directoria do Patrimonio, e nos Estados, pelas delegacias fiscaes, á vista dos respectivos contractos, titulos ou da propria escripturação, e pelas mesmas repartições remettidas aos agentes encarregados de proceder a cobrança;

c) os serviços industriaes do Estado, a debito de outras administrações ou de terceiros e cuja importancia não tenha sido immediatamente arrecadada após a prestação dos mesmos serviços.

d) todas as outras rendas, taxas ou proventos que decorram de direitos pre-existentes do Estado contra terceiros ou que possam originar-se de direito novo prescripto em leis, regulamentos ou contractos approvados ou concluidos no decurso do anno financeiro.

Art. 144. O director do patrimonio e os chefes das contadorias seccionaes dos Ministerios, correios, telegraphos, estradas de ferro, linhas de navegação e outros estabelecimentos industriaes da União, bem como os chefes das repartições de Fazenda na Capital Federal e os delegados fiscaes

nos Estados proveem, sob sua responsabilidade pessoal, nos limites de suas respectivas attribuições, ao lançamento e á integral arrecadação de toda a receita a seu cargo, proveniente das fontes enumeradas nas letras *a* a *d*, do artigo precedente.

Art. 145. A receita lançada e não arrecadada dentro do exercicio, emquanto não vigorar para a contabilidade do Estado o regimen da competencia, deve ser annullada no exercicio em que se tenha feito o lançamento e transferida ao exercicio seguinte como divida activa, que deverá ser registrada para se proceder á sua cobrança immediata.

Secção III — Da arrecadação

Art. 146. A arrecadação da receita federal, orçada pelo Congresso Nacional, far-se-á, em dinheiro, pelas repartições competentes, de accôrdo com as leis e regulamentos em vigor e sob a immediata fiscalização dos respectivos chefes, sendo pessoalmente responsavel o funcionario que dar causa a extravio de rendas ou omissão de cobrança, por deleixo, inexecução dos preceitos regulamentares e os superiores, em ordem hierarchica, que deixarem de promover a effectiva responsabilidade dos seus subalternos.

Art. 147. São competentes para arrecadar rendas da União:

a) as delegacias fiscaes do Thesouro, recebedorias, alfandegas, mesas de rendas e collectorias federaes, quanto á renda proveniente das fontes tributarias;

b) as agencias ou thesourarias das linhas ferreas, correios e telegraphos e demais estabelecimentos industriaes do Estado, quaesquer que sejam suas denominações, quanto á renda oriunda do dominio industrial da União;

c) as mesmas repartições designadas nas alíneas precedentes e quaesquer individuos devidamente autorizados, em virtude de lei, nomeação ou contracto, quanto á renda derivada da exploração de bens mobiliarios ou immobiliarios do dominio patrimonial da União.

Paragrapho unico. A especificação das alíneas precedentes não prejudica a competencia de quaesquer outros agentes ou repartições, que estejam ou venham a ser legalmente autorizados a arrecadar rendas federaes previstas em leis, regulamentos, contractos ou quaesquer outros titulos assecutorios dos direitos do Estado.

Art. 148. Não será admittida a compensação da obrigação de pagar ou recolher rendas do Estado com direito creditorio contra o Thesouro Nacional, salvo disposição expressa de lei em contrario.

§ 1.º Na disposição deste artigo não se comprehendem os exactores federaes, pelas suas commissões e as empresas industriaes do Estado pelas despesas urgentes de pessoal e material que, em virtude de leis especiaes ou orçamentarias, forem autorizadas a fazer com o numerario proveniente das rendas pelas mesmas arrecadadas, desde que, porém, lhes tenham sido distribuidos os competentes creditos.

No caso de taes creditos não lhes terem sido distribuidos, deverão os mesmos estabelecimentos extrahir guia de recolhimento de renda, e, no mesmo acto, fazer pedido de supprimento de igual quantia.

O Thesouro Nacional e suas delegacias escripturarão taes documentos nos respectivos caixas como recolhimento e supprimento effectivos de numerario.

§ 2.º Nos balanços mensaes dos exactores e daquellas repartições, tanto a receita como a despesa serão classificadas por inteiro, devendo o saldo ser recolhido no mez subsequente, dentro do praso marcado pelo Thesouro Nacional ou pelas delegacias fiscaes.

Art. 149. Os funcionarios encarregados da arrecadação ou cobrança das rendas da União serão responsaveis pela efectiva percepção das rendas que lhes competirem arrecadar.

§ 1.º Essa responsabilidade abrangerá a totalidade da renda a arrecadar si, antes de obterem baixa das certidões ou titulos de arrecadação não realizada, não provarem os funcionarios da mesma incumbidos que praticaram opportunamente todas as diligencias necessarias para a cobrança.

§ 2.º No caso de apurar-se a negligencia na falta de arrecadação de qualquer quantia, por parte dos recebedores ou dos funcionarios incumbidos da fiscalizaçào, serão elles solidariamente responsabilizados, pelo Tribunal de Contas, a cuja jurisdicção, neste particular, ficam sujeitos.

§ 3.º Os funcionarios incumbidos da cobrança executiva dos creditos da União, devolverão ás repartições competentes as certidões recebidas que não forem cobradas no praso de tres annos, a contar de 31 de dezembro do anno da remessa. Devidamente relacionadas, as certidões serão remettidas, até 31 de maio de cada anno, ao Tribunal de Contas, que verificará as diligencias effectuadas, e, no caso de omissào ou negligencia, promoverá, de accòrdo com o § 2º, a responsabilidade daquelles funcionarios.

§ 4.º As relações serão posteriormente devolvidas ás repartições competentes, que classificarão as dividas inscriptas em tres grupos: 1º, de provavel cobrança; 2º, de cobrança duvidosa; 3º, de cobrança impossivel, promovendo os meios ne-

cessarios ao recebimento das pertencentes ás duas primeiras classes.

Secção IV — Do recolhimento

Art. 150. As rendas federaes arrecadadas pelos agentes ou repartições competentes, na fôrma das leis e regulamentos respectivos, serão recolhidas aos cofres da Thesouraria Geral do Thesouro Nacional ou de suas delegacias, directamente, ou por intermedio das repartições postaes e agencias bancarias, mediante autorização do Ministro da Fazenda.

Art. 151. Serão recolhidas, dentro de 48 horas, as rendas arrecadadas pelas repartições federaes do Districto Federal ou das Capitaes dos Estados, salvo expressa disposição de lei em contrario.

Art. 152. As rendas arrecadadas pelas demais repartições serão recolhidas dentro dos prazos fixados pelo Thesouro Nacional e suas delegacias, em tabellas registradas pelo Tribunal de Contas.

§ 1.º As alterações nesses prazos feitas em virtude de regulamentos especiaes ficarão dependentes do registro do Tribunal de Contas, para entrarem em vigor.

§ 2.º Consideram-se, para todos os effeitos, recolhidos aos cofres competentes os saldos entregues com a necessaria antecedencia ao Correio ou aos bancos autorizados na fôrma da ultima parte do art. 150. Caberá ao thesoureiro dos Correios ou aos bancos a que se refere este paragrapho fazerem, dentro dos prazos legais, a entrega ao Thesouro e suas delegacias das importancias remettidas, ficando sujeitos ao juro de um por cento ao mez, pelo tempo que durar a indevida retenção.

Art. 153. O recolhimento de rendas cuja arrecadação houver sido confiada a particular, far-se-á no praso dos respectivos contractos.

Art. 154. Todos quantos, tendo obrigação de recolher rendas federaes, as retiverem em seu poder além dos prazos marcados, ficam sujeitos ao pagamento do juro de um por cento ao mez pela móra.

§ 1.º Aquelles que perceberem vencimentos mediante percentagens sobre a renda arrecadada, além de pagar aquelles juros, perderão a percentagem relativa á importancia indevidamente retida, e aquelles que tiverem vencimentos fixos pagarão, além dos mencionados juros, a multa correspondente a tantos dias de vencimentos quantos forem os do retardamento da entrega.

§ 2.º Não se admittirá prova de força maior para exoneração de responsabilidade pelo extravio dos saldos não recolhidos nos prazos fixados.

Art. 155. Os fieis e prepostos dos responsaveis por dinheiros publicos entregarão, diariamente ou no dia do regresso de commissões externas, os saldos de suas caixas aos seus chefes, ficando estes responsaveis pelos alcances verificados nessas caixas, ainda que seja allegada a força maior, si não houver sido observada esta disposição.

Art. 156. Os agentes responsaveis por dinheiros publicos não serão exonerados da responsabilidade de fundos perdidos ou furtados, sinão mediante prova de força maior e de haverem sido observadas todas as cautelas e prescripções regulamentares, excluindo culpa mesmo leve dos agentes.

Paragrapho unico. Sem prejuizo de ulterior decisão do Tribunal de Contas, as autoridades fiscaes ordenarão o recolhimento provisorio das importancias que supponham, com justas razões, desviadas dos cofres publicos, sob pena de juros da móra, suspensão de funcções e cobrança executiva, salvo deliberação em contrario do Ministro da Fazenda.

Art. 157. O recolhimento de rendas aos cofres do Thesouro Nacional e suas delegacias far-se-á sempre em dinheiro, na especie determinada em lei, ou seu equivalente em vales postaes ou de estabelecimentos bancarios devidamente autorizados na fórmula do art. 150, ultima parte.

Paragrapho unico. Os vales ouro, emitidos para pagamentos de direitos aduaneiros, serão cobrados nessa mesma especie ou convertidos em papel moeda, como for determinado pelo Ministro da Fazenda.

Art. 158. As importancias entradas, a qualquer titulo, nos cofres das repartições publicas federaes, serão levadas á conta do Thesouro Nacional e devidamente escripturadas em sua contabilidade.

Art. 159. Qualquer recolhimento a fazer-se na thesouraria geral do Thesouro ou nas thesourarias das delegacias fiscaes será acompanhado de uma guia de receita, da qual constarão:

- a) o exercicio a que pertence a somma a recolher-se;
- b) o nome da pessoa ou do agente da repartição que recolher o dinheiro;
- c) a proveniencia da quantia que se vae recolher e, si se tratar de saldo de adeantamento:

- I, o nome da pessoa que recebeu o adeantamento;
- II, o nome da repartição que effectuou a entrega;

III, a data em que se effectuou o adeantamento e a importancia deste;

IV, o numero e data do aviso ou officio que requisitou o adeantamento;

V, os fins a que era o mesmo destinado e a verba por onde devia correr a despesa;

d) o titulo e capitulo do orçamento ou do balanço a que deverá ser levada a importancia em causa;

e) a especie e a somma total, em algarismo e por extenso da quantia a ser recolhida;

f) data e assignatura da pessoa ou agente que effectua o recolhimento.

§ 1.º A guia, assim organizada, será previamente submettida ao visto do chefe da secção technica de contabilidade ou pessoa pelo mesmo autorizada, afim de certificar-se si a receita pertence, de facto, ao exercicio indicado e se acha devidamente classificada, contendo a guia todas as indicações necessarias á respectiva escripturação.

§ 2.º No caso de não se achar a guia em condições de ser aceita, o funcionario encarregado de visal-a ministrará á parte todos os esclarecimentos necessarios para que esta possa reformal-a devidamente.

§ 3.º Verificando achar-se a guia conforme com as prescripções regulamentares, o funcionario competente apporá seu «Visto», que datará e assignará de modo legivel, assumindo, assim, plena responsabilidade quanto á classificação da quantia a recolher-se.

Art. 160. As guias de recolhimento de saldos pelos agentes da arrecadação serão organizadas pela fórmula prescripta no artigo precedente, devendo, antes de serem submettidas ao «Visto» do chefe da secção technica ou pessoa pelo mesmo autorizada, receber o certificado da secção competente de que a importancia do saldo a recolher confere exactamente com o balanço mensal apresentado.

Art. 161. O escriptão da thesouraria, ao receber a guia de recolhimento, verificará si ella se acha authenticada com o visto do funcionario competente e, no caso affirmativo, expedirá o respectivo conhecimento, que deve ser presente ao thesoureiro ou seu fiel, o qual, depois de achar exacta a importancia a recolher, dará recibo no proprio conhecimento expedido pelo escriptão.

Art. 162. A guia de recolhimento constituirá documento de entrada na escripturação do caixa geral, recebendo o mesmo numero de ordem constante do conhecimento entregue ao interessado.

Art. 163. Os saldos disponiveis das delegacias e alfandegas, ou quaesquer remessas feitas ao Thesouro, por via maritima ou terrestre, virão acompanhados de officio, em que se indicarão, de modo preciso, a importancia e as especies remettidas.

Art. 164. A' vista das indicações feitas no officio, o escrivão registrará, no livro de remessas, a importancia no mesmo officio mencionada, visará o officio e passal-o-á ao thesoureiro para o competente recibo, que firmará após a contagem dos valores. Feita esta, será a importancia que for verificada annotada no livro de remessas e levada á receita do caixa geral.

Art. 165. O officio, com a informação do escrivão, será enviado á Directoria de Contabilidade, que accusará o recebimento á repartição remetente, declarando-a certa ou mandando debitar ou creditar o thesoureiro daquella pela differença, a menos ou a mais, encontrada.

Art. 166. A abertura do volume que contiver os valores e a contagem destes será feita por um dos fieis na presença do thesoureiro e do escrivão ou de um dos seus auxiliares.

Art. 167. O escrivão ou o seu auxiliar que assistir á contagem dos valores, lavrará termo de abertura e conferencia, sempre que se verificar differença, para mais ou para menos, quer por occorrer accrescimo ou falta, quer por serem encontradas notas falsas ou sem valor.

Art. 168. A differença encontrada será immediatamente accusada em officio acompanhado do termo de conferencia assignado pelo thesoureiro, pelo fiel e escrivão.

Art. 169. O director da Receita Publica velará para que seja recolhida aos cofres publicos, no modo e nos termos estabelecidos pelas leis, regulamentos ou contractos respectivos, a importancia de toda e qualquer receita que de qualquer fórma tenha sido arrecadada.

Paragrapho unico. Para integral cumprimento do disposto neste artigo, os agentes da arrecadação, embora na dependencia immediata da administração de onde provém a receita, ficam, no que concerne ao implemento das obrigações que lhes cabem, sob a fiscalização directa do director da Receita Publica, o qual, quando occorrer atraso ou qualquer outra irregularidade na arrecadação e recolhimento das rendas, poderá promover contra os mesmos as medidas de rigor previstas em lei.

Art. 170. Para a demonstração periodica da arrecadação e do recolhimento das rendas publicas, e para que possam

exercitar-se a autoridade e a vigilancia do director da Receita Publica, e das respectivas administrações, os agentes da arrecadação e as demais repartições deverão prestar mensalmente contas de sua gestão, nos termos e pela fórmula indicados no capitulo III, do presente titulo.

Secção V — Da receita dos depositos

Art. 171. Os depositos que o Governo é autorizado a arrecadar, são divididos em tres categorias:

- a) Depositos publicos;
- b) Depositos especificados;
- c) Depositos de diversas origens.

Art. 171. Os depositos que o Governo é autorizado a arrecadas em dinheiro, assim como os bens e valores não amoedados pertencentes a terceiros e custodiados em cofre especial por ordem emanada de autoridades administrativas ou judiciaes.

§ 1.º Pelos depositos oriundos de ordem judicial cobrança o Thesouro e suas delegacias, quando outra taxa não tenha sido estipulada no orçamento do respectivo exercicio, o premio de 1 %, que será deduzido proporcionalmente ás quantias que se forem retirando.

§ 2.º Os bens e valores não amoedados, pertencentes a terceiros e recolhidos a repartições publicas, serão vendidos em hasta publica, decorridos cinco annos de seu recebimento, devendo as importancias respectivas ser levadas á conta de depositos e creditadas aos respectivos possuidores.

Essas importancias prescrevem a favor da Fazenda, decorridos trinta annos da data do recebimento do deposito.

Não se incluem neste dispositivo os titulos da divida publica, os valores em caução, nem os recolhidos em virtude de ordem judicial.

Art. 173. São depositos especificados:

- 1.º), os emprestimos do cofre de orphãos;
- 2.º), os bens de defuntos e ausentes;
- 3.º), os depositos das caixas economicas;
- 4.º), os depositos dos montes de soccorro;
- 5.º), os premios de loterias;
- 6.º), os saldos dos fundos ou caixas especiaes;
- 7.º), os restos a pagar provenientes de despesas empenhadas em exercicios anteriores.

§ 1.º As importancias provenientes das caixas economicas vencerão juros, pela taxa annualmente fixada em acto do Ministro da Fazenda, desde a data da entrada no Thesouro

e suas delegacias, até á vespera do dia de sua restituição áquelles estabelecimentos, e de taes operações se fará escripturação methodica. Na falta desse acto observar-se-á o disposto no art. 496.

§ 2.º A importancia dos juros devidos aos depositos de quantias não recolhidas ao Thesouro e suas delegacias será imputada á responsabilidade do thesoureiro das caixas economicas.

§ 3.º Os depositos provenientes de restos a pagar, capitulados no n. 7 deste artigo, prescrevem, a favor da Fazenda, no fim de cinco annos, a contar da data do encerramento do exercicio a que se referirem.

Art. 174. Consideram-se depositos de diversas origens:

- 1º, as contribuições para os hospitaes de caridade;
- 2º, as contribuições para o Asylo dos Invalidos da Patria;
- 3º, as emissões de vales postaes;
- 4º, as multas a favor dos empregados ou de particulares;
- 5º, as rendas estaduais ou municipaes, não sujeitas a encontro de contas, arrecadadas pela União;
- 6º, as custas judiciaes;
- 7º, as percentagens pela cobrança da divida activa;
- 8º, os productos das apprehensões e das alienações de bens ou valores não amoedados pertencentes a terceiros;
- 9º, as taxas e emolumentos destinados ao custeio das caixas economicas;
- 10, as consignações descontadas em folha de pagamento aos funcionarios federaes e destinadas a pessoas da familia dos mesmos, a institutos de credito ou a particulares;
- 11, os supprimentos dos cofres de depositos e cauções, depositos publicos e juros em deposito e outros;
- 12, todos os demais recolhimentos, descontos ou retenções mandados considerar como depositos por leis especiaes, regulamentos, contractos, ou actos administrativos de autoridades competentes.

§ 1.º Os depositos provenientes de consignações descontadas aos funcionarios federaes prescrevem a favor da Fazenda si não forem reclamados dentro de cinco annos após o encerramento do respectivo exercicio.

§ 2.º Os depositos para os quaes corre a prescrição quinquennaria serão escripturados sempre em conta distincta, relativa a cada exercicio, de modo a facilitar o cancelamento periodico daquelles que reverterem em beneficio da União.

§ 3.º O cancellamento a que se refere o paragrapho anterior será levado a effeito pelas diversas contadorias sectionaes da Republica, em face dos elementos fornecidos pela escripturação analytica a seu cargo, segundo o disposto no paragrapho anterior.

Art. 175. Os depositos feitos a qualquer titulo nos cofres federaes terão escripturação especial em livros auxiliares apropriados, segundo as regras, formulas e modelos expedidos pela Contadoria Central da Republica.

Paragrapho unico. A escripturação dos depositos será sempre analytica, nas repartições que os arrecadarem, abrindo-se conta especificada para cada natureza de deposito, com indicação nominal, no historico, de cada depositante.

Na escripturação geral centralizadora, porém, serão abertas contas syntheticas, na conformidade dos balanços mensaes de cada repartição.

Art. 176. Os valores não amoedados pertencentes á Fazenda Nacional, e de que se fará sempre registro, ficarão sob a guarda e responsabilidade dos thesoureiros das repartições em que estiverem depositados.

Art. 177. Os saldos não applicados da receita destinada á constituição de fundos especiaes serão transferidos para depositos, no fim de cada exercicio, enquanto não concluidos ou extinctos os serviços a que se referirem.

Art. 178. O saldo da receita de depositos de cada exercicio será applicado na aquisição de titulos da divida publica que poderão ser alienados, a juizo do Governo, para attender á restituição dos mesmos depositos.

Secção VI — Das operações de credito

Art. 179. As operações de credito que o Governo é autorizado a effectuar, são de duas naturezas: reaes ou compensativas. Reaes são as operações que tocam o patrimonio do Estado; compensativas as que não alteram o patrimonio e das quaes não decorre, portanto, onus algum para os bens patrimoniaes.

§ 1.º Classificam-se na primeira categoria:

- a) as emissões de titulos da divida externa;
- b) as emissões de titulos da divida interna consolidada, comprehendendo as apolices da divida publica e as obrigações do Thesouro a praso longo de resgate;
- c) as emissões de titulos da divida fluctuante, comprehendendo as letras, bonus e bilhetes do Thesouro;

d) emissões de papel-moeda.

§ 2.º Pertencem á segunda categoria:

a) as conversões de especie;

b) os supprimentos de um a outro exercicio.

Art. 180. As operações de credito especificadas no § 1º do artigo precedente, só poderão se reffectuadas pelo Thesouro Nacional e mediante autorização expressa em lei orçamentaria ou especial. As do § 2º do mesmo artigo, porém, independem de autorização legislativa e serão effectuadas sob a responsabilidade pessoal dos chefes das repartições para tal fim autorizadas.

Paragrapho unico. São competentes para effectuar as operações de credito capituladas no § 2º do art. 179 as contadorias seccionaes immediatamente subordinadas á Contadoria Central da Republica, além de quaesquer outras que possam vir a ser a tanto autorizadas pela mesma Contadoria ou pelo Ministro da Fazenda.

Art. 181. As operações de credito reaes, classificadas no § 1º do art. 179, terão dupla escripturação: na escripta financeira, a debito da thesouraria geral e credito do competente titulo do orçamento; e na escripta patrimonial, em contas syntheticas, a debito do Estado e credito dos portadores dos respectivos titulos de divida.

Art. 182. A thesouraria geral do Thesouro Nacional manterá um livro caixa especial para a escripturação methodica de todas as operações de credito reaes. Nenhum titulo, porém, poderá ser directamente entregue pelo referido caixa especial, quaesquer que sejam os fins a que o mesmo se destine. Os titulos emittidos pelo caixa especial das operações de credito serão passados por supprimento para o caixa geral, que effectuará a entrega respectiva, consignando, assim, a receita e despesa correspondentes.

Paragrapho unico. Os documentos de entrada e sahida no caixa especial das operações de credito servirão de base á escripturação patrimonial.

Art. 183. Os bilhetes do Thesouro emittidos por antecipação de receita, quando para isso estiver o Governo autorizado na lei do orçamento, e até á importancia fixada na autorização, serão sempre resgatados dentro do exercicio respectivo.

§ 1.º As emissões de taes bilhetes serão registradas pelo Tribunal de Contas, após a respectiva operação, ficando o Thesouro obrigado a enviar mensalmente ao mesmo Tribunal quadros demonstrativos dos bilhetes emittidos e resgatados.

§ 2.º A emissão do bilhete só se fará após a entrada da respectiva importância nos cofres publicos.

CAPITULO II

DAS QUITAÇÕES

Secção I — Das quitações dadas pelos agentes da arrecadação

Art. 184. Os agentes da arrecadação devem fornecer ás partes recibo das importancias que arrecadarem, pela fôrma prescripta nos regulamentos de impostos e serviços organicos de cada repartição.

Taes quitações deverão ser destacadas de livros-talões, numerados seguidamente para cada exercicio e para cada agente.

Art. 185. Os talões de recibos serão authenticados pelo chefe da repartição ou pessoa por esse designada. Os talões e livros das collectorias federaes serão authenticados, no Estado do Rio de Janeiro, pela Directoria da Receita Publica, e nos demais Estados, pelas delegacias fiscaes.

Art. 186. Os livros-talões devem ser mantidos com a mais escrupulosa exactidão, sujeitando-se os exactores ás penalidades comminadas nas respectivas leis e regulamentos pela negligencia ou omissões praticadas, além da responsabilidade criminal que deverá ser promovida sem demora, si de alguma fôrma se verificar fraude.

Art. 187. Em caso de erro que importe na inutilização de uma ou mais folhas do livro-talão, as folhas inutilizadas devem ser colladas no verso do respectivo canhoto, fazendo-se em ambas a declaração de que se acham sem effeito, datada e assignada esta pelo exactor e seu escrivão.

Art. 188. Os recibos extrahidos dos livros-talões, além das indicações prescriptas pelos regulamentos especiaes, devem conter o nome da pessoa que paga, a somma arrecadada, em algarismo e por extenso, e bem assim sua proveniência e classificação.

Taes recibos serão assignados pelo agente da arrecadação e pelo respectivo escrivão, si de tal cargo for provida a repartição arrecadadora.

Art. 189. Os canhotos dos talões de recibos serão annualmente recolhidos, juntamente com os livros de escripturação, ás repartições de que immediatamente dependam os exactores federaes.

Secção II — Das quitações dos thesoureiros

Art. 190. Os thesoureiros das repartições federaes, pelos recolhimentos feitos em suas caixas, quer pelos proprios con-

tribuintes, quer pelos agentes da arrecadação, devem fornecer recibo, destacado de livros-talões, numerados consecutivamente para cada exercício e para cada thesouraria.

Art. 191. Os livros-talões a que se refere o artigo anterior serão authenticados com a rubrica do chefe da repartição a que estiver subordinada cada thesouraria ou pela pessoa por este expressamente designada, devendo a rubrica ser lançada parte sobre o canhoto e parte sobre a folha que se destaca para ser entregue ao interessado.

Art. 192. Nas thesourarias em que haja escrivão, o recibo será por este passado, datado e assignado, juntamente com o thesoureiro, que assignará, egualmente, a partida de entrada no livro caixa.

Art. 193. A quitação fornecida pelas thesourarias deverá conter, além de quaesquer outras especificações que se fizerem necessarias:

- a) o nome, cargo ou qualidade da pessoa por conta de quem é feito o recolhimento;
- b) a importancia recolhida, em algarismo e por extenso;
- c) o exercício a que pertence a quantia recolhida e sua classificação;
- d) a especie dos valores recolhidos;
- e) a data do recebimento.

Art. 194. Uma mesma quitação não pôde referir-se a recolhimento relativo a differentes administrações.

Art. 195. A quitação cuja importancia escripta por extenso não corresponda á somma lançada em algarismo, só será valida pela menor quantia, emquanto não se fizer prova de que o recolhimento teve, effectivamente, logar pela importancia maior.

Art. 196. Nos recibos expedidos pelas thesourarias não se poderá fazer cancellamento ou substituição de palavras ou algarismos, nem quaesquer outras alterações. Os erros porventura commettidos serão corrigidos mediante anotações no corpo ou no verso dos talões e respectivos canhotos.

§ 1.º Quando, em vez de anotação, for necessario annullar o recibo expedido, este, depois de inutilizado com a declaração de achar-se sem effeito, será collado ao verso do respectivo canhoto.

§ 2.º Si o canhoto do talão não se achar mais na thesouraria, as anotações ou a annullação serão feitas, mediante communicação da Directoria de Contabilidade do Thesouro, pela repartição ou funcionario em cujo poder aquelle se encontrar.

Art. 197. Em caso de dolo, as quitaações expedidas pelas thesourarias a favor dos agentes da arrecadação não fazem

prova contra o Estado, desde que se achem destituídas das formalidades estabelecidas no presente regulamento.

Art. 198. As quitações dadas pelos fieis, em nome dos respectivos thesoureiros, obrigam a estes para todos os effeitos legais, como si de seu proprio punho houvessem assignado, ficando-lhes, entretanto, assegurado o direito regressivo contra os mesmos fieis em caso de negligencia ou fraude.

Secção III — Do extravio dos conhecimentos de receita

Art. 199. Aos thesoureiros ou escrivães das thesourarias é expressamente vedado fornecerem cópias ou segundas vias dos conhecimentos de receita recolhida nos cofres publicos.

Art. 200. No caso de extravio do conhecimento, sua falta será supprida com uma certidão, passada a requerimento da pessoa que effectuou o recolhimento, e depois de haver esta assignado um termo no qual se mencione o facto do extravio e da substituição do conhecimento e se declare este invalidado para todos os effeitos.

Art. 201. O extravio e a substituição serão annotados no canhoto de onde for destacado o conhecimento substituido.

Art. 202. Quando se tratar de conhecimento de quantia depositada nos cofres publicos e que deva ser restituída contra exhibição e entrega do mesmo conhecimento, só poderá ser este supprido por certidão, na fórma prescripta pelo artigo 200, decorridos 15 dias da publicação de um annuncio no *Diario Official* e em um dos jornaes de maior circulação na localidade, correndo por conta do interessado as despesas com essa publicação.

Art. 203. No caso de destruição do conhecimento do deposito, póde este ser supprido por certidão, independente da publicação de annuncio, si o interessado produzir, juntamente com seu requerimento, uma declaração authentica, que comprove a destruição allegada.

CAPITULO III

DA CONTABILIDADE DA RECEITA E DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS AGENTES DA ARRECAÇÃO

Art. 204. Todos quantos são encarregados de arrecadar rendas federaes de qualquer natureza devem mensalmente prestar contas de sua gestão ás repartições superiores de que immediatamente dependam.

Art. 205. As contas a que se refere o artigo precedente serão prestadas:

a) ás alfandegas da União, pelas mesas de rendas e postos fiscaes que lhes são directamente subordinados;

b) ás delegacias fiscaes nos Estados, pelas collectorias federaes, mesas de rendas, alfandegas, administrações dos Correios, estradas de ferro e demais repartições que lhe forem para tal fim subordinadas, na fórmula dos respectivos regulamentos;

c) á Delegacia do Thesouro em Londres pelos consulados e legações em paizes estrangeiros;

d) á Directoria da Contabilidade do Thesouro Nacional, pelas Collectorias Federaes do Estado do Rio de Janeiro, Brigada Policial, Corpo de Bombeiros, Caixa de Amortização, thesouraria da Policia Civil e em geral todas as repartições ou funcionarios que custearem serviços publicos por meio de adeantamentos feitos pela Thesouraria Geral do Thesouro Nacional;

e) á Contadoria Central da Republica, pelas Delegacias Fiscaes dos Estados, Delegacia do Thesouro em Londres, Thesouraria Geral, Primeira e Segunda Pagadorias do Thesouro Nacional, Alfandega e Recebedoria do Rio de Janeiro, Casa da Moeda e Imprensa Nacional, Administração dos Correios do Estado do Rio de Janeiro, Pagadorias da Marinha e da Guerra, Estrada de Ferro Central do Brasil, Inspectoria Federal de Portos Rios e Canaes, Repartições Geraes dos Correios e dos Telegraphos e quaesquer outras repartições da Capital ou dos Estados, cuja subordinação immediata á Contadoria Central da Republica venha a ser determinada por conveniencia do serviço.

Art. 206. As collectorias federaes organizarão e registrarão em livro especial, até o dia 10 de cada mez, um balanço da receita e despesa do mez anterior, segundo as normas e modelos approvados pela Contadoria Central da Republica; annexando ao mesmo, como comprovantes, as guias da receita recolhida e os documentos da despesa paga, com as respectivas quitações, e bem assim os mappas demonstrativos, por especies e valores, das estampilhas recebidas e vendidas no mez a que se refere o balanço.

§ 1.º O balanço mensal assim organizado será, dentro dos prazos estabelecidos, apresentado, pelas collectorias federaes do Estado do Rio de Janeiro, á Directoria da Contabilidade do Thesouro Nacional e, pelas dos demais Estados, ás respectivas delegacias fiscaes.

§ 2.º Uma via dos balanços mensaes das collectorias federaes no Estado do Rio de Janeiro será pelas mesmas enviada, em egual data, á Directoria da Receita Publica e ao Tribunal de Contas.

§ 3.º A falta de observancia do disposto neste artigo será punida com a pena de multa de Rs. 500\$, imposta ao infractor pelo Ministro da Fazenda, quanto ás collectorias do Estado do Rio, e pelos delegados fiscaes, quanto ás dos demais Estados.

Art. 207. Além dos balanços mensaes, as collectorias federaes organizarão e enviarão ás mesmas repartições, a que se referem os §§ 1º e 2º do artigo precedente, um balanço definitivo da receita e despesa do exercicio anterior.

§ 1.º Quando houver nas collectorias renda lançada a arrecadar no periodo adicional, o balanço definitivo será enviado até 20 de abril e, no caso contrario, até 20 de janeiro de cada anno.

§ 2.º Annexa ao balanço definitivo remetterão as collectorias uma relação das rendas que deixaram de ser cobradas no exercicio encerrado, com as respectivas certidões, das quaes constarão os nomes dos devedores, afim de se proceder á cobrança executiva, e bem assim uma demonstração das despesas ordenadas mas não pagas no mesmo periodo.

Art. 208. Recebidos os balanços mensaes das collectorias, devem as delegacias fiscaes e a Directoria de Contabilidade do Thesouro Nacional proceder immediatamente á respectiva liquidação, revendo um a um cada balanço e verificando:

a) si a receita se acha bem classificada, consoante os diversos titulos do orçamento e si confere com as guias annexas ao balanço;

b) si a renda produzida pelas estampilhas vendidas está de perfeito accôrdo com as demonstrações annexas;

c) si a despesa paga foi devidamente ordenada e si está regularmente classificada, de accôrdo com as respectivas verbas orçamentarias, bem como si confere em sua totalidade com os comprovantes annexos a cada balanço;

d) si os calculos das percentagens abonadas ao collectore e escrivão estão na conformidade da tabella e normas approvadas;

e) si as importancias recolhidas parcialmente por conta do saldo, bem como o saldo final recolhido, estão de accôrdo com as quitações annexas e si constam effectivamente da propria escripturação da delegacia;

f) si no recolhimento do saldo da arrecadação de cada collectoria foram observados os prazos respectivamente marcados pela delegacia fiscal ou Directoria da Receita Publica, providenciando, em caso contrario, para a applicação da multa comminada no § 1º do art. 154 do presente regulamento;

g) si o balanço ou os documentos apresentados não contém algum erro arithmetico contra a Fazenda Nacional ou o exactor.

§ 1.º Todos os erros ou irregularidades encontrados serão corrigidos ou annotados á tinta carmin no proprio balanço e immediatamente communicados ao exactor, para que este remetta um novo exemplar do mesmo balanço, devidamente rectificado, e indemnize immediatamente a Fazenda Nacional de quaesquer prejuizos contra a mesma verificado. O novo balanço será annexado ao primitivo, como prova da rectificação feita, e nelle se annotará o recolhimento das differenças porventura verificadas.

§ 2.º As differenças acaso verificadas contra o collector, provenientes de saldo a mais recolhido, ser-lhe-ão restituídas mediante requerimento devidamente processado e depois de comprovado o recolhimento em excesso.

Art. 209. Feita a liquidação de cada balanço, á vista dos respectivos comprovantes, o funcionario della incumbido concluirá o seu exame por uma demonstração summaria da receita e da despesa e da situação do responsavel perante a Fazenda Publica.

Art. 210. A demonstração, assim organizada, acompanhada dos documentos que lhe serviram de base, será submettida ao exame dos delegados do Tribunal de Contas, das Juntas de Fazenda ou dos chefes das repartições, os quaes, depois de verificarem a legalidade das operações della constantes, mandarão registral-a em livro de contas correntes, para o fim de se levantar, em tempo opportuno, a tomada annual das contas de cada responsavel.

Art. 211. Ao lançamento do resumo nos livros de contas correntes dos exactores precederá a escripturação analytica do balanço, pelos titulos e paragraphos da receita e pelas verbas e sub-consignações da despesa nos mappas mensaes a esse fim destinados.

Art. 212. Obtida, nos mappas a que se refere o artigo anterior, a fusão dos balanços mensaes de todas as collectorias federaes do Estado, a delegacia fiscal fará organizar um balanço recapitulativo synthetico, que será lançado em sua escripturação centralizadora a credito e a debito dos respectivos titulos orçamentarios.

Art. 213. As mesas de rendas, alfandegas, administrações dos Correios, estradas de ferro e demais repartições subordinadas, em materia fiscal, ás delegacias nos Estados, organização, egualmente, na conformidade das normas e modelos estabelecidos pelas instrucções em vigor, um balanço mensal da receita arrecadada e da despesa paga no mez anterior, e o remetterão ás respectivas delegacias fiscaes, dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de multa na fórma do art. 221.

Art. 214. Os balanços mensaes das repartições a que se refere o artigo precedente, depois de escripturalmente examinados pela fórma estabelecida no art. 208, serão egualmente lançados na escripturação centralizadora de cada delegacia, para a formação do balanço geral.

Art. 215. Incorporados em sua escripturação geral centralizadora os balanços de todas as repartições subordinadas, inclusive os do movimento proprio de suas pagadorias e thesourarias, levantarão as delegacias do Thesouro um balanço mensal synthetico, pelos paragraphos da receita e verbas da despesa, segundo as instrucções e os modelos expedidos pela Contadoria Central da Republica, encaminhando-o a esta mesma contadoria dentro dos prazos estabelecidos no presente regulamento.

Art. 216. Na organização e prestação de contas da receita arrecadada e da despesa paga, as repartições do Districto Federal directamente subordinadas á Contadoria Central da Republica, observarão as mesmas normas prescriptas neste regulamento, quanto ao exame moral e arithmetico das contas dos responsaveis, de modo a facilitar o mais possivel a tomada de suas contas, mantendo, sempre em evidencia, na respectiva escripturação, a situação destes para com a Fazenda Nacional.

Art. 217. De todos os balanços mensaes remettidos pelas repartições subordinadas á Contadoria Central da Republica, uma segunda via será pelas mesmas repartições encaminhada ao Tribunal de Contas, para que possa este exercer a fiscalização e a vigilancia que lhe estão affectas.

TITULO IV

Da despesa publica

CAPITULO I

NORMAS GERAES

Secção I — Preliminares

Art. 218. São despesas da União aquellas que leis geraes e organicas, leis especiaes, decretos do Poder Executivo, regulamentos e outros titulos legaes de divida determinam

fiquem a cargo do Governo Federal, seja para occorrer aos compromissos da divida publica consolidada ou fluctuante, seja para attender ás necessidades dos serviços publicos creados no interesse e beneficio da Nação, ou accrescimo de seus bens de dominio publico ou patrimonial.

Art. 219. A despesa da União será effectuada de accôrdo com as leis orçamentarias e especiaes votadas pelo Congresso Nacional, constituindo crime de responsabilidade os actos do Presidente da Republica e dos Ministros de Estado que contra ellas attentarem.

Art. 220. E' vedado augmentar os creditos votados nas leis de meios com quaesquer recursos ou rendas dos serviços, inclusive multas, que constituirão renda eventual.

Art. 221. Os funcionarios administrativos, que praticarem, sem ordem escripta dos Ministros, actos contrarios a taes leis, incorrerão, além da responsabilidade criminal, em multas de 200\$ a 10:000\$, que serão impostas pelo Tribunal de Contas e cobradas por meio de descontos da quinta parte dos vencimentos.

No caso de os haverem praticado por ordem escripta dos Ministros, para se isentarem dessas multas, deverão os funcionarios dar, dentro de oito dias, conhecimento do facto ao Tribunal de Contas, que procederá como julgar de direito, fazendo, em todo o caso, a communicação delles ao Congresso Nacional.

Art. 222. A execução das leis de despesa far-se-á estritamente segundo as discriminações das tabellas explicativas, de que trata o art. 45, n. I, ou das demonstrações enviadas ao Congresso para concessão de creditos addicionaes, observadas as alterações feitas pelo Poder Legislativo.

§ 1.º Publicadas as leis de despesa, lançará o Tribunal de Contas, em seus registros, os creditos nellas votados, e organizarão os Ministerios as tabellas de distribuição de creditos ás diversas repartições, indicando as estações pelas quaes se devem realizar os pagamentos das despesas.

§ 2.º Nas mesmas tabellas indicarão os Ministerios as verbas pelas quaes poderão os chefes de serviços expedir ordens de pagamento a serem cumpridas no Thesouro Nacional, mediante registro do Tribunal de Contas.

Art. 223. Dentro de dez dias, contados da publicação das leis de despesa, as tabellas de distribuição de creditos serão, pelos Ministerios, remettidas ao Tribunal de Contas, que, de preferencia a qualquer outro serviço, as examinará e lhes dará registro, tambem no praso de dez dias, si estiverem regularmente organizadas, transmittindo á Contadoria Central

da Republica, dentro de tres dias, as tabellas que houverem sido registradas e devolvendo aos Ministerios as que o não forem, dentro do mesmo praso.

Art. 224. No caso de não serem registradas a tempo as tabellas, o pagamento do pessoal, inclusive ajudas de custo e gratificações legais, será feito a titulo provisorio, de accordo com as distribuições anteriores, até o registro das novas tabellas.

Art. 225. No caso de erro, falta na distribuição ou insufficiencia dos creditos distribuidos, os chefes das repartições pagadoras solicitarão aos Ministerios a concessão dos creditos reputados necessarios.

Art. 226. Aos funcionarios das directorias de Contabilidade dos Ministerios e aos do Tribunal de Contas, com exercicio nas mesmas repartições, inclusive aos que faltarem ao serviço e sem excepção de categoria — será applicada uma multa correspondente aos vencimentos que tiverem de receber durante todo o tempo que exceder aos prazos marcados no art. 223 para organização das tabellas de creditos e seu registro e devolução.

§ 1.º A multa estabelecida neste artigo será imposta, *ex-officio*, pelo presidente do Tribunal de Contas e communicada ao Ministerio respectivo e ao da Fazenda, para o desconto em folha, pela quinta parte do vencimento.

§ 2.º Pela effectiva cobrança da multa na fórmula acima indicada, responderão os funcionarios que tiverem de organizar as folhas de pagamento, desde que tenham recebido a autorização para anotar o desconto, bem como os chefes das repartições que deixaram de encaminhar taes autorizações áquelles funcionarios.

Art. 227. Toda despesa do Estado passa por tres estagios:

- a) o empenho;
- b) a liquidação;
- c) o pagamento.

Secção II — Do Empenho

Art. 228. Empenho de despesa é o acto, emanado de autoridade competente, que cria para o Estado uma obrigação de pagamento.

Art. 229. São competentes para empenhar despesas do Estado:

- a) o Poder Legislativo;
- b) o Poder Executivo;

c) o Poder Judiciario.

§ 1.º São empenhos legislativos os que se originam directamente de actos do Poder Legislativo, vinculando o Estado para com terceiros por uma determinada despesa, ou categoria de despesa, fixas ou variaveis.

§ 2.º Derivam-se do Poder Executivo os empenhos contractuaes e administrativos.

a) são contractuaes os empenhos oriundos de contractos perfeitos e acabados, submittidos préviamente ao exame e registro do Tribunal de Contas;

b) são administrativos os que, independentes de contractos, promanam de actos de autoridade directa ou delegada. A delegação de autoridade para empenhar despesas comprehende creditos á disposição do funcionario delegado ou adiantamentos feitos ao mesmo.

§ 3.º São empenhos judiciaes os que decorrem de actos da autoridade judiciaria, comprehendendo tanto as sentenças passadas em julgado como as custas judiciais.

Art. 230. Constituem empenho sobre as respectivas dotações orçamentarias de cada exercicio:

a) a despesa permanente e de caracter geral devida annualmente em virtude de leis geraes e organicas;

b) a despesa autorizada por leis especiaes, repartidamente por varios annos, e pela quota fixada para cada anno;

c) a despesa dependente de contractos legalmente firmados e registrados pelo Tribunal de Contas, ou suas delegações, pela parte vencivel em cada exercicio;

d) a despesa por vencimentos, salarios, pensões, alugueis, arrendamentos, fóros e outras semelhantes, de quantia, e praso de vencimento fixo e predeterminado dentro do anno financeiro, pela importancia resultante dos respectivos titulos ou tabellas de distribuição de creditos organizadas de conformidade com as disposições do presente regulamento e préviamente registradas pelo Tribunal de Contas;

e) a despesa obrigatoria ordinaria, cujo empenho emerge contemporaneamente ao acto que lhe reconhece e determina a importancia, sobre a base dos documentos exigidos e com as normas estabelecidas pelas leis e regulamentos respectivos;

f) a despesa facultativa, eventual e variavel decorrente de creditos orçamentarios ou addicionaes, cujo empenho se forma com actos ministeriaes que tenham por objecto um debito do Estado, indiquem o nome do credor, autorizem o pagamento da respectiva importancia e sejam registrados pelo Tribunal de Contas ou suas delegações, anteriormente á

ordenação do pagamento ou ainda com o proprio acto que o ordena, desde que o credito correspondente tenha sido préviamente registado pelo mesmo Tribunal.

Art. 231. O empenho da despesa não poderá exceder ás quantias fixadas pelo Congresso Nacional.

§ 1.º Para integral execução do disposto neste artigo, nenhuma despesa publica poderá ser empenhada sem que do credito respectivo tenha sido préviamente deduzida a importancia da mesma, excepto no caso de empenhos legislativos ou judiciais, como os vencimentos e pensões do pessoal activo e inactivo, as sentenças judiciais e outras da mesma natureza, cuja autorização de despesa corresponda, pelo seu caracter imperativo, ao proprio acto do empenho, e cuja dotação, préviamente fixada, não possa ter outra applicação sinão aquella expressamente designada na lei que a autorizou.

§ 2.º Os empenhos desta ultima natureza independem de registro prévio, bastando, para o seu effectivo pagamento, o registro da autorização legal e do acto que ordenar a despesa.

Art. 232. A deducção a que se refere o artigo precedente far-se-á — na repartição a que pertencer a dotação orçamentaria ou a que tenha sido distribuido credito por conta de consignação de caracter geral — em registros especialmente destinados a esse fim, segundo as instrucções e modelos expedidos pela Contadoria Central da Republica, e terá por base o acto originario do empenho, do qual uma segunda via ou cópia authenticada será na mesma data remettida, em protocollo ou sob registro postal, ao Tribunal de Contas, nesta Capital, ou a suas delegações, nos Estados. Cópias identicas ou terceiras vias serão tambem enviadas, na mesma data, á Contabilidade do Ministerio a que estiver subordinada cada repartição.

Paragrapho unico. Constituem documentos originarios dos empenhos contractuaes e administrativos:

a) os contractos executivos perfeitos, isto é, aquelles nos quaes todos os elementos do contracto são fixados, tanto em relação ao objecto como ao praso, quantidade, preço e demais condições necessarias á sua integral execução, pela somma préviamente determinada, quer o cumprimento das obrigações estipuladas se verifique de uma só vez, quer parceladamente;

b) os actos decorrentes de contractos executivos imperfeitos ou em que uma ou algumas condições não possam ser desde logo fixadas, impossibilitando a determinação definitiva da quantia a empenhar.

Nesta hypothese serão as despesas empenhadas á medida que forem sendo conhecidas pela requisição dos fornecimentos ou pelo implemento das obrigações estipuladas.

Tratando-se de compromisso a ser pago em moeda estrangeira, por conta de créditos em papel, precederá ao acto de empenho a tomada de cambiaes ou requisição de ordem telegraphica, para fixação do cambio. Esses recursos ficarão em deposito no Thesouro Nacional ou na Delegacia do Thesouro em Londres, até á occasião do effectivo pagamento, ou, si, por qualquer circumstancia, se tornar este indevido, até que lhes seja dada outra applicação;

c) os actos dos Ministros ou dos chefes das repartições federaes, creando compromissos para o Estado, dentro das dotações orçamentarias consignadas aos serviços a seu cargo, observando-se quanto ao fornecimento de materiaes e prestação de serviços o disposto nos arts. 236 a 238.

As despesas provenientes de passagens, fretes, serviço telegraphico, telephonico, fornecimentos de força e luz e outras, cuja importancia exacta não seja préviamente conhecida, serão, por acto expresso dos chefes das repartições, empenhadas por estimativa, no principio de cada anno, tomando-se por base a despesa do anno anterior e dando-se aos interessados conhecimento da importancia empenhada;

d) os actos das mesmas autoridades, delegando poderes a funcionarios subalternos para assumirem taes compromissos, por conta de adeantamentos de fundos ou de créditos distribuidos. Os pedidos de adeantamento de fundos ou de distribuição de créditos serão escripturados simultaneamente como despesa empenhada e pagamento requisitado.

Art. 233. O Tribunal de Contas e suas delegações, recebendo as segundas vias ou cópias authenticas dos documentos originarios do empenho, que lhes devem ser enviadas na forma do artigo antecedente, não procederão a escripturação alguma, mas organizarão das mesmas archivos especiaes, obedecendo ao numero de ordem de cada procedencia, de modo que, ao receberem posteriormente as requisições de pagamento, possam com presteza verificar si a primeira via do documento do empenho, annexada a taes processos, está em tudo conforme com a segunda via ou cópia existente em seu archivo, e só nesta hypothese poderá ser registrada a despesa.

§ 1.º Verificada a exactidão da primeira com a segunda via do documento do empenho, será esta retirada do archivo, carimbada com a declaração de achar-se liquidada a despesa relativa, e annexada ao processo da requisição do pagamento.

§ 2.º Si se tratar de empenho global, ou por estimativa, cuja despesa tenha de ser processada parcelladamente, em vez de annexar-se a segunda via ao processo, far-se-á no verso da mesma a deducção gradual das parcellas que forem sendo liquidadas, e só na ultima será feita a juntada a que se refere o paragrapho anterior.

§ 3.º Não concordando, porém, a primeira com a segunda via, o Tribunal de Contas e suas delegações devolverão o processo á repartição que o tenha encaminhado, salientando os pontos de divergencia, afim de serem convenientemente explicados.

Art. 234. No caso em que, por qualquer circumstancia, tenha de ser annullado algum empenho de despesa, cuja segunda via já houver sido remettida ao Tribunal de Contas ou suas delegações, será a devolução desta obrigatoriamente requisitada em officio de onde constem as razões da annullação.

Art. 235. O Tribunal de Contas e suas delegações fiscalizarão rigorosamente a data do recebimento das segundas vias ou cópias dos documentos de empenho, de modo a não serem ultrapassados os prazos maximos de cinco dias para as repartições das capitães e 20 para as do interior, contados da data em que, pela repartição competente, tenha sido feita a deducção na verba, até o dia do recebimento de taes segundas vias ou cópias.

§ 1.º Para os fins do disposto neste artigo, todas as vias do documento originario do empenho conterão, expressa, a declaração de ter sido a importancia do mesmo deduzida do credito respectivo, na sub-consignação indicada. Tal declaração será datada e assignada pelo empregado que effectuar a deducção e visada pelo respectivo chefe, assumindo ambos a responsabilidade solidaria da veracidade dessa declaração.

§ 2.º A disposição precedente applica-se aos empenhos globaes ou por estimativa, cujo acto originario servirá de base á primitiva escripturação. Neste caso, porém, as requisições parciaes do pagamento, em vez de trazerem annexo tal documento, mencionarão o numero de ordem do registro global, e só na ultima requisição será feita a juntada do referido acto originario, no qual, entretanto, serão obrigatoriamente annotadas as requisições parciaes de pagamento, até á extincção do compromisso assumido, quer por haver sido attin-gido o limite maximo da estimativa, quer por ter sido a mesma demasiada. Nesta hypothese far-se-á reverter ao credito respectivo o saldo do empenho que se annullar, fazendo-se immediatamente ao Tribunal de Contas ou seus delegados as necessarias communicações.

§ 3.º O Tribunal de Contas e suas delegações não processarão as requisições de pagamento de despesas empenhadas cujas segundas vias ou cópias não constem de seu archivo, salvo em caso de extravio, devidamente provado com o recibo lançado no protocollo de entrega ou com o talão do registro postal. Desta circumstancia se fará menção no processo, para os effeitos legais.

§ 4.º Não processarão, egualmente, as requisições de pagamento que deixarem de trazer annexa a primeira via do documento originario do empenho ou que não mencionarem o seu numero de ordem, quando se tratar de empenho global ou por estimativa. No caso de extravio da primeira via será ella supprida por um certificado lavrado pela repartição a que a mesma pertencer.

Art. 236. Todas as encomendas ou requisições de material de qualquer natureza para os depositos, almoxarifados, intendencias ou quaesquer repartições publicas deverão ser feitas por escripto, por funcionario da repartição que necessitar do mesmo material, mediante pedido, em tres ou mais vias, contendo:

a) a verba, a consignação e a sub-consignação por onde deve correr a despesa;

b), o nome do fornecedor;

c), a quantidade, qualidade e preço do material;

d), a importancia total do pedido, em algarismos e por extenso;

e), o numero de ordem do artigo no contracto, si houver;

f), a declaração exigida no § 1º do artigo precedente feita em todas as vias do pedido.

§ 1.º A primeira via do pedido, que constituirá o documento essencial do empenho, será entregue ao fornecedor, e a segunda e terceira terão o destino recommendado no art. 232 deste regulamento, ficando o canhoto na repartição interessada no fornecimento.

§ 2.º Os almoxarifes, intendentes ou quaesquer outros funcionarios a quem incumba o recebimento do material não poderão dar entrada no mesmo sinão á vista da primeira via do pedido formulado nos termos deste artigo, na qual darão recibo, restituindo-a ao interessado, para que este possa juntar-a á respectiva conta.

Art. 237. Dos serviços prestados á União serão entregues aos interessados conhecimentos, de que constem minuciosamente o nome do credor, o serviço prestado, o nome do funcionario que verificou a effectiva prestação do serviço e o preço estipulado.

Art. 238. Tanto os pedidos de material como os conhecimentos de serviços prestados, a que se referem os precedentes arts. 236 e 237, serão destacados de livros-talões distintos, devidamente authenticados, em que serão lavrados termos de abertura e encerramento, respectivamente, no primeiro e no ultimo dia util do anno financeiro.

Paragrapho unico. O empenho de despesas decorrentes da prestação de serviços por funcionarios, empregados e operarios será verificado pelas folhas de ponto e dados estatisticos, de conformidade com os regulamentos das repartições e serviços a que pertencerem, e a respectiva importancia determinada pelas folhas de pagamento.

Art. 239. Ninguém perceberá vencimento ou gratificação pelos cofres do Estado, sob qualquer titulo ou pretexto, sem que seja expressamente autorizado por lei.

Art. 240. Os chefes de repartições que ordenarem fornecimento ou prestação de serviços de custo excedente ás quantias previamente fixadas pelo Congresso Nacional ficarão sujeitos ás penalidades do art. 221, impostas pelo Tribunal de Contas por occasião do exame das dividas relacionadas.

§ 1.º No caso de necessidade impreterivel, deverão solicitar autorização escripta do Ministro competente, que a dará, si julgar conveniente, nos mesmo papeis de que constar a insufficiencia dos creditos e a razão da despesa.

§ 2.º Nas penas do art. 221 incorrerá o funcionario que imputar a qualquer rubrica do orçamento despesa nella não comprehendida, segundo as tabellas explicativas, rectificadas de accôrdo com as alterações nellas feitas pelo Congresso.

Art. 241. A excepção do § 1.º do artigo precedente libera os chefes das repartições das penalidades legais, mas não os dispensa de providenciar immediatamente sobre a solicitação ou abertura do credito supplementar, especial ou extraordinario indispensavel á legalização da despesa.

§ 1.º Autorizado excepcionalmente o empenho da despesa, pela fórma estabelecida no § 1.º do art. 240, será este escripturado provisoriamente, á conta do reforço pedido ao Congresso ou ao Poder Executivo, fazendo-se no verso do documento originario do empenho a declaração de haver sido a importancia do mesmo abatida do reforço solicitado, embora não concedido.

§ 2.º Aberto o credito legalizador da operação, será para elle transferida definitivamente a escripturação do empenho, fazendo-se ao Tribunal de Contas a necessaria communicação, afim de ser annotada na segunda via ou cópia em seu poder, sem o que não serão processadas as respectivas contas.

§ 3.º Si o credito não for concedido até o ultimo dia do exercicio financeiro, as importancias dos empenhos feitos nas condições precedentes serão annulladas e levadas á responsabilidade individual dos chefes das repartições que os autorizaram.

Art. 242. Embora haja credito consignado no orçamento, as encomendas de material no estrangeiro, para qualquer Ministerio, só poderão ser feitas com prévia acquiescencia do Ministro da Fazenda.

Paragrapho unico. A intervenção do Ministro da Fazenda tem por fim:

a) tratando-se de creditos em ouro, declarar si o Thesouro Nacional está ou não devidamente habilitado com fundos no estrangeiro para attender ao pagamento da encomenda dentro do praso estipulado;

b) tratando-se de encomenda a ser paga em moeda estrangeira por conta de creditos em papel, autorizar a aquisição de cambiaes ou expedição de ordem telegraphica, para fixação do cambio que terá de servir de base ao empenho da despesa, na fórmula prescripta pelo art. 232, paragrapho unico, letra b, 3ª parte.

Art. 243. Os chefes das contabilidades ministeriaes, das dos Correios, Telegraphos e outros estabelecimentos industriaes da União, enviarão ao Ministro da Fazenda e á Contadoria Central da Republica, até o dia 5 de cada mez e sob as penas do art. 221, a relação das despesas empenhadas no mez anterior, de que tiverem conhecimento, em face de elementos proprios ou das terceiras vias ou cópias dos documentos de empenho que lhes devem ser remettidas pelas repartições subordinadas, na fórmula prescripta pela ultima parte do artigo 232.

Art. 244. Ao empenho da despesa, para aquisição de material ou execução de serviços, deverá preceder contracto, mediante concorrência publica feita na conformidade do disposto no capitulo I do titulo VII deste regulamento ;

a) para fornecimentos, embora parcellados, custeados por creditos superiores a 5:000\$000;

b) para execução de quaesquer obras publicas de valor superior a 10:000\$000.

Art. 245. Para os fornecimentos ordinarios ás repartições publicas, poderá o Governo estabelecer o regimen de concorrências administrativas permanentes, segundo as regras prescriptas na secção III, do capitulo I, do titulo VII.

Art. 246. Será dispensavel a concurrencia:

a) para os fornecimentos, transportes e trabalhos publicos que, por circumstancias imprevistas ou de interesse nacional, a juizo do Presidente da Republica, não permittirem a publicidade ou as demoras exigidas pelos prazos de concurrencias;

b) para o fornecimento de material ou de generos, ou realização de trabalhos que só puderem ser effectuados pelo productor ou profissionaes especialistas, ou adquiridos no logar da producção;

c) para a aquisição de animaes para os serviços militares;

d) para arrendamento ou compra de predios ou terrenos destinados aos serviços publicos;

e) quando não acudirem proponentes á primeira concurrencia

Neste caso, si houverem sido estipulados preços maximos ou outras razões de preferencia, não poderá ser no contracto aquelle excedido ou estas modificadas, salvo nova concurrencia.

Art. 247. Terminado, em 31 de dezembro, o anno financeiro, nenhuma despesa mais poderá ser empenhada por conta das dotações do respectivo orçamento.

§ 1.º A differença que nesse dia existir entre o total dos empenhos, contrahidos na fórmula do precedente art. 230, e as respectivas dotações orçamentarias, será considerada economia e annullada nos correspondentes creditos.

§ 2.º Os empenhos contrahidos, porém, pela fórmula prescripta no mencionado artigo continuarão em vigor, como divida fluctuante da União, desde que tenham sido registrados pelo Tribunal de Contas até 30 de abril, ultimo dia da liquidação do exercicio financeiro, observando-se na sua apuração as prescripções dos subseqüentes arts. 248 a 254.

Art. 248. Até 15 de janeiro as repartições subordinadas aos diversos Ministerios enviarão ás respectivas contabilidades as demonstrações das despesas empenhadas, durante o anno financeiro findo, por conta de creditos em ser no Tribunal de Contas, e cujo pagamento não tenha sido pelas mesmas requisitado até aquella data. A' vista dessas demonstrações e de outros elementos de que disponha, cada directoria de contabilidade levantará a conta geral dos saldos das despesas empenhadas do respectivo Ministerio e a enviará dentro de vinte dias á Contadoria Central da Republica, para organização da conta das despesas empenhadas exigidas no art. 45, n. VIII.

Paragrapho unico. As demonstrações organizadas pelas contabilidades dos Ministerios ou repartições subordinadas deverão conter:

a) o nome da repartição que tenha empenhado a despesa;

b) o numero de ordem do empenho, relativamente a cada repartição, disposto continuativamente do menor para o maior;

c) o nome do credor;

d) a natureza do fornecimento ou serviço e a respectiva importância;

e) a classificação da despesa resultante de cada empenho, por verbas, consignações e sub-consignações.

Art. 249. Tratando-se de creditos distribuidos ás delegacias fiscaes ou a outras repartições da Capital Federal ou dos Estados, as demonstrações a que se refere o artigo anterior serão ás mesmas enviadas.

Art. 250. Recebidas pela Contadoria Central da Republica as demonstrações de que trata o art. 248, será nellas dada baixa das importancias dos empenhos de despesas cujo pagamento tenha sido effectuado no periodo addicional, até 31 de março, pelas Pagadorias e Thesouraria Geral do Thesouro Nacional.

Art. 251. Identico procedimento terão as delegacias fiscaes e outras repartições a que tenham sido distribuidos creditos, quanto ás demonstrações que lhes devem ser remettidas, consoante o disposto no art. 249, e aos pagamentos subsequentes que fizerem.

Art. 252. Feita a eliminação recommendada nos artigos precedentes, organizarão a Contadoria Central da Republica, as delegacias fiscaes e demais repartições a tanto autorizadas, as relações definitivas, em duas vias, das despesas empenhadas, mas ainda não pagas, pertencentes ao exercicio a encerrar-se, e as submeterão, até 20 de abril, ao exame do Tribunal de Contas, na Capital Federal, e de suas delegações, nos Estados.

§ 1.º Taes relações serão, pelo Tribunal de Contas e suas delegações, examinadas em face de sua escripturação de creditos e das segundas vias ou cópias authenticas dos documentos originarios dos empenhos, existentes em seu archivo, e bem assim da legislação em vigor.

§ 2.º As exclusões ou alterações que aquelles institutos entendam acertado fazer, quer por não existirem em seus archivos as segundas vias ou cópias dos empenhos, quer por os não comportarem os creditos orçamentarios ou addicio-

naes, ou ainda por terem sido violadas prescripções legaes, serão pelos mesmos feitas á tinta carmin sobre as primeiras e segundas vias das relações enviadas.

§ 3.º Ordenado o registro das relações, com resalva das emendas feitas á tinta vermelha e devidamente rubricadas, será este feito, pelo Tribunal de Contas e suas delegações, á conta das respectivas dotações orçamentarias ou additionaes, como despesa effectiva, sendo a importancia correspondente escripturada como divida fluctuante do Estado, em conta aberta a cada exercicio, a ser liquidada como os depositos especificados, aos quaes é equiparada, excepto quanto á prescripção, que será quinquennaria.

O registro assim feito, sobre a base da comprovação dos respectivos actos originarios dos empenhos, dos quaes constam a verba, consignação e sub-consignação por onde deve correr a despesa, bem como a natureza e importancia do fornecimento ou serviço prestado, valerá como uma distribuição definitiva de creditos ao Thesouro ou suas delegacias, não dependendo, portanto, de novo registro os pagamentos das dividas correspondentes. Taes pagamentos ficam, entretanto, sob a fiscalização do Tribunal de Contas e suas delegações, quer em face dos balanços mensaes e definitivos que lhe devem ser enviados, quer por occasião da tomada de contas dos responsaveis.

§ 4.º Concluido o registro, o Tribunal de Contas e suas delegações archivarão a primeira via das relações, juntamente com todas as segundas vias ou cópias dos documentos de empenho em seu poder, afim de servirem de base aos exames que terão de ser posteriormente feitos, na fôrma do disposto na ultima parte do paragrapho precedente, e devolverão a segunda via, devidamente annotada e authenticada, ao Thesouro e suas delegacias.

Art. 253. Identica escripturação será feita pela Contadoria Central da Republica, delegacias fiscaes e demais repartições devidamente autorizadas com distribuição de creditos, em face das segundas vias das relações devolvidas, na fôrma do § 4º do artigo precedente, observadas escrupulosamente as alterações nellas feitas pelo Tribunal de Contas ou suas delegações.

Art. 254. Da mesma fôrma se escripturarão os empenhos das despesas que, liquidadas, ordenadas e registradas opportunamente pelo Tribunal de Contas ou suas delegações, não tenham sido pagas até 31 de março do praso addicional.

Art. 255. A liquidação e pagamento da divida fluctuante constituida pelos — restos a pagar — de despesas em-

penhadas em exercicios anteriores, obedecerá ás prescripções da sub-secção V da secção III do capitulo VI do presente titulo.

Secção III — Da liquidação

Art. 256. Consiste a liquidação da despesa na verificação do direito adquirido pelos credores do Estado, sobre a base dos titulos e documentos comprobatorios dos respectivos creditos, expedidos na conformidade do presente regulamento e dos regulamentos especiaes para os diversos serviços publicos.

Paragrapho unico. Essa verificação tem por fim apurar:

- a) a origem ou objecto daquillo que se deve pagar;
- b) a importancia exacta a pagar;
- c) a quem se deve embolsar a importancia para extinguir a obrigação.

Art. 257. A liquidação das despesas oriundas de empenhos legislativos ou judiciarios far-se-á á vista dos respectivos actos ou titulos e conforme as normas para cada caso estabelecidas, segundo a natureza da obrigação a liquidar.

Art. 258. A liquidação das despesas baseadas em empenhos administrativos ou contractuaes, por fornecimentos feitos ou serviços prestados á União, obedecerá ao seguinte processo:

- a) os credores apresentarão, dentro de trinta dias da data do fornecimento ou da realização do serviço, as respectivas contas em tres ou mais vias, acompanhadas do pedido original a que se refere o art. 236 ou dos conhecimentos exigidos no art. 237 deste regulamento.

De todos esses documentos se dará recibo a cada interessado;

- b) os chefes das repartições, ou das divisões competentes, na fórmula dos respectivos regulamentos, logo que receberem as contas, ordenarão que se proceda á verificação da entrada do material e da respectiva escripturação, ou da prestação do serviço e, isso apurado, que se faça a classificação da despesa no verso das contas e a devida annotação destas na escripturação das despesas empenhadas, o que tudo se fará dentro de oito dias, sob pena de multa imposta na fórmula do art. 221.

§ 1.º A entrada do material será verificada, nos depositos, intendencias, almoxarifados e demais dependencias confiadas a responsaveis afiançados, em face do documento de entrada e da escripta analytica a cargo do mesmo responsavel, tendo-se sempre em vista a especificação dos respecti-

vos contractos de fornecimento, registrados pelo Tribunal de Contas.

§ 2.º Nas repartições onde não haja almoxarifes ou responsaveis afiançados, será confirmada a entrada do material pela escripturação a cargo do respectivo chefe ou da pessoa por esse designada para superintender ou velar pela applicação dos fornecimentos feitos á repartição, quer se trate de bens moveis para uso continuado, quer de materiaes de consumo.

§ 3.º A prestação de serviços será liquidada á vista do conhecimento expedido na fôrma do art. 237 ou, na falta deste, e justificada a falta ou extravio, de um certificado firmado pelo funcionario que verificou o serviço.

§ 4.º De todas as verificações e conferencias se farão annotações na primeira via da conta. Nas demais vias se declarará apenas que taes conferencias constam daquella primeira via, evitando-se, assim, que uma destas venha a substituir a primeira, occasionando uma duplicata de pagamento.

Art. 259. Liquidada a despesa pela fôrma estabelecida no artigo preceidente, os chefes das repartições alli indicadas, requisitarão, dentro de dous dias, o pagamento da mesma, ou enviarão as contas, acompanhadas dos pedidos originaes ou dos conhecimentos que as comprovam, ás repartições competentes para que, dentro de oito dias, requisitem o pagamento.

Art. 260. As requisições de pagamento serão remettidas directamente ao Tribunal de Contas, ou ás suas delegações, segundo o estabelecido no art. 277.

Art. 261. Das tres ou mais vias das contas exigidas pelo art. 258, lettra a, a primeira acompanhará a ordem de pagamento; a segunda será enviada ás directorias de contabilidade dos respectivos Ministerios, para que escripturem e fiscalizem a despesa directamente ordenada pelas repartições subordinadas; a terceira será archivada na repartição interessada no fornecimento, e as demais, quando necessarias, terão o destino recommendado pelos respectivos regulamentos.

Paragrapho unico. A remessa das segundas vias ás directorias de contabilidade, pelas repartições que, em virtude de autorização dos Ministros, puderem requisitar directamente pagamentos do Thesouro ou das delegacias, se fará na mesma data da expedição das ordens de pagamento e, no caso de despesa cuja ordenação for reservada aos Ministros, tal remessa será conjuntamente com a da primeira via.

Art. 262. As primeiras vias das contas, que terão de acompanhar as ordens de pagamento, serão annexados os pedidos originaes ou os conhecimentos expedidos na fórma dos arts. 236 e 237, afim de serem confrontados com as segundas vias ou cópias préviamente remettidas ao Tribunal de Contas, na fórma do disposto no art. 232.

Secção IV — Do pagamento

Art. 263. O pagamento da despesa fixada no orçamento ou em creditos addicionaes, e devidamente liquidada e justificada, se effectua mediante ordens de pagamento, expedidas a favor dos credores pelos titulares dos diversos Ministerios, pelos ordenadores secundarios devidamente autorizados, ou pelas repartições ou funcionarios a que forem distribuidos creditos ou feitos adeantamentos de fundos, salvo casos excepcionaes autorizados em lei.

Art. 264. A delegação de competencia para a expedição de ordens de pagamento, quando não estiver expressamente consignada em leis organicas ou nos regulamentos dos diversos serviços publicos, constará de acto ministerial submettido ao conhecimento do Tribunal de Contas ou suas delegações, e onde se mencionará o cargo ou o nome do funcionario delegado, bem como o limite maximo dentro do qual poderá exercer o mandato.

Art. 265. A distribuição de creditos ás repartições onde haja thesouraria ou pagadoria, importa em mandato para ordenação do pagamento de despesas até o limite dos creditos distribuidos, observadas a respeito as prescripções legais.

Art. 266. Importam, igualmente, em delegação de competencia para expedição de ordens de pagamento as requisições de adeantamentos a serem entregues a funcionarios publicos, para satisfação das despesas a seu cargo ou das repartições a que pertencerem.

Art. 267. Taes adeantamentos sómente poderão ser pelos Ministerios requisitados do Thesouro Nacional ou de suas delegacias nos seguintes casos:

- a) quando se tratar de serviços extraordinarios e urgentes, que não permittam delongas na satisfação das despesas;
- b) quando se tratar de despesa a ser paga em lugar distante de qualquer estação pagadora ou no exterior;
- c) quando se tratar de despesas miudas e de prompto pagamento, nas diversas repartições publicas;
- d) quando se tratar de despesas com expedições militares ou navios de guerra;

e) quando o adiantamento for autorizado em lei.

Art. 268. Para serem cumpridas, as ordens de pagamento deverão satisfazer aos seguintes requisitos:

a) serem expedidas por autoridade competente e dirigidas á estação que houver de cumpril-as, com indicação por extenso do nome do credor e da importancia do pagamento.

Nas ordens collectivas dever-se-á indicar o numero de credores a serem pagos, nomeados em relação, e, bem assim, a importancia total dos pagamentos;

b) haver sido a despesa imputada ao titulo orçamentario devido ou computada em credito adicional, préviamente registrado, e deduzida dos saldos correspondentes, no acto do empenho;

c) haver sido a despesa liquidada á vista de documentos que a comprovem, respeitado o processo estabelecido por lei;

d) guardarem conformidade com as clausulas dos contractos de que dependerem;

e) serem registradas pelo Tribunal de Contas ou suas delegações.

Art. 269. Não dependem de registro prévio do Tribunal de Contas as despesas relativas a vencimentos e ajudas de custo de funcionarios transferidos de umas para outras repartições e de pensionistas que solicitem o pagamento em estação pagadora diversa daquella em que recebiam, devendo, neste caso, apresentar a necessaria guia.

Essas despesas serão, porém, registradas *a posteriori*.

§ 1.º Os pagamentos de despesas de material e pessoal pertencentes a uma circumscripção poderão ser feitos em outras, mediante movimento de fundos, observadas as normas da secção V do capítulo II do titulo V.

§ 2.º Esses pagamentos independem de nova distribuição de credito, mas ficam sob a fiscalização das delegações do Tribunal de Contas, que os poderão impugnar, quando não sejam conformes com as respectivas autorizações.

Art. 270. As ordens de pagamento a menores, interdictos ou ausentes serão expedidas em favor dos seus representantes legais, provada a representação por meio de documentos.

As ordens de pagamento a herdeiros do credor deverão ser acompanhadas de documentos que os habilitem a receber legalmente a importancia devida.

§ 1.º A qualidade de representante, tutor ou curador se prova com traslado ou certidão do acto de nomeação.

§ 2.º Prova-se a qualidade de herdeiro testamentario:

a) com a cópia authentica ou com o extracto authenticico do acto de ultima vontade;

b) com certidão judiciaria provando que o testamento foi julgado valido sem opposição, e que em consequencia foi reconhecido o herdeiro, bem como se existiam herdeiros legitimos ou necessarios além daquelles contemplados no testamento;

c) com a certidão de obito do credor.

§ 3.º Prova-se a qualidade de herdeiro *ab intestato*:

a) com a certidão de obito, como acima;

b) com o formal de partilhas ou uma certidão do juizo inventariante, provando a não existencia de disposição de ultima vontade e contendo as declarações essenciaes do inventario.

§ 4.º Quanto á successão verificada no estrangeiro, a qualidade de herdeiro será provada segundo a forma da respectiva legislação, e os documentos justificativos, expedidos de modo authenticico, deverão ter o visto dos representantes diplomaticos e consulares do Brasil, sendo as firmas dos mesmos reconhecidas pelo Ministerio do Exterior.

Art. 271. No caso de successão testamentaria ou *ab intestata*, e quando for apresentado um acto legal que attribua especificadamente as respectivas quotas a cada um dos que têm direito á successão, podem ser expedidas ordens de pagamento parciaes a favor de cada um desses, embora seja uma só a somma devida ao credor fallecido.

Art. 272. Quando uma ordem de pagamento for expedida em favor de um chefe de repartição ou de serviço publico, não por credito especial, mas para despesas em serviço do Estado, deverá em primeiro logar figurar na ordem o cargo do funcionario, podendo a importancia ser recebida pelo chefe effectivo ou por seu substituto legal.

Art. 273. Para expedição das ordens de pagamento, os chefes das repartições subordinadas aos diversos Ministerios, feita a liquidação da despesa, encaminharão as contas ou processos á contabilidade do Ministerio respectivo, annexando-lhes os necessarios documentos.

Idêntico procedimento terão quando se tratar de distribuição de creditos ou requisição de adeantamentos.

Art. 274. Verificada a causa legal da despesa e reconhecido que não houve violação de lei alguma, que a somma foi regularmente imputada ás rubricas e consignações proprias e que se acha perfeitamente regular a liquidação e justifica-

ção da despesa a pagar, o director ou chefe da contabilidade de cada Ministerio visará a requisição feita pela repartição subordinada e a submeterá á apreciação do Ministro, juntamente com a ordem de pagamento, que terá de ser pelo mesmo assignada.

Art. 275. Quando o director ou chefe da contabilidade do Ministerio não concorde, por qualquer motivo de irregularidade, em dar andamento a alguma requisição, deve immediatamente submeter-a á apreciação do Ministro, o qual, si julgar, não obstante o seu parecer, que a mesma deve ser satisfeita, autorizará por escripto a expedição da respectiva ordem de pagamento.

Art. 276. Os chefes das contabilidades dos Ministerios, para justificarem seus actos junto ao Tribunal de Contas, poderão unir ás ordens de pagamento a autorização dos ministros; e o mesmo Tribunal, nos relatorios dirigidos ao Congresso, relativos ás despesas registradas sob protesto, indicarão aquellas para as quaes tenha havido ordens especiaes dos Ministros.

Art. 277. As ordens de pagamento expedidas pela fórma acima indicada, bem como as dos ordenadores secundarios devidamente autorizados, serão encaminhadas directamente ao Tribunal de Contas, ou ás suas delegações que, dentro de cinco dias, sobre ellas decidirão e, no caso de registral-as, as remetterão ao Thesouro ou ás suas delegacias, afim de serem cumpridas; no caso contrario, devolvem-as-ão aos ordenadores, com os motivos da recusa de registro.

Paragrapho unico. A remessa, ao Thesouro, das ordens de pagamento registradas far-se-á por intermedio da Contadoria Central da Republica, que, depois de annotal-as em sua escripturação, as encaminhará ao respectivo destino.

Art. 278. Embora registradas pelo Tribunal de Contas, subsiste inteira a responsabilidade dos Ministros e chefes de repartição e directores de contabilidade, quanto á regularidade e conveniencia das despesas que empenharem e do respectivo processo de liquidação.

§ 1.º Por ocasião da tomada de contas dos pagadores, o Tribunal de Contas responsabilizará os ordenadores secundarios que houverem requisitado pagamentos illegaes não sujeitos a registro previo.

§ 2.º E' licito aos Ministros sustarem o pagamento de despesa registrada pelo Tribunal de Contas, sem que assista qualquer direito de reclamação fundada no registro.

Art. 279. Sob responsabilidade estricta dos pagadores, nenhuma ordem de pagamento será cumprida sem haver sido

previamente registrada pelo Tribunal de Contas ou por suas delegações.

Caso os pagadores effectuem qualquer pagamento sem o preenchimento dessa exigencia, serão as importancias pagas levadas á conta de alcance dos mesmos pagadores.

§ 1.º O registro do Tribunal de Contas libera os pagadores de qualquer responsabilidade quanto ao aspecto legal da despesa; ficam, porém, responsaveis pela validade dos pagamentos que effectuarem, directamente ou por meio de fiéis e prepostos.

§ 2.º Verificada a nullidade do pagamento por falta de idoneidade legal da pessoa que houver recebido, ou inobservância de formalidades regulamentares, os pagadores deverão entrar, dentro de oito dias, com a importancia indevidamente paga, sob pena de suspensão e mais medidas acatelladoras dos direitos da Fazenda Nacional.

Art. 280. O Tribunal de Contas e as suas delegações communicarão mensalmente ás estações pagadoras as importancias, discriminadas por verbas, das ordens de pagamento registradas e, bem assim, dos credits distribuidos que possam ser applicados independentes do registro prévio dos mandados de pagamento.

§ 1.º Em demonstrações annexas aos balancetes serão taes importancias indicadas em confronto com os pagamentos effectuados.

§ 2.º A falta das communicações a que se refere este artigo não impedirá a remessa dos balancetes dentro dos prazos estabelecidos. Nesta hypothese, as demonstrações de que trata o paragrapho anterior serão posteriormente remettidas, para serem pela repartição superior annexadas aos mesmos balancetes.

Art. 281. O Thesouro e as suas delegacias, no caso de delegação especial de competencia para ordenação de pagamento de despesas, communicarão mensalmente ás directorias de contabilidade dos Ministerios um rol das requisições de pagamento expedidas pelos ordenadores secundarios que forem mandadas cumprir. No caso de delegação regulamentar, é sufficiente que taes pagamentos constem, discriminados por verbas, dos balanços mensaes.

Art. 282. Os pagamentos das despesas do material serão centralizados no Thesouro e suas delegacias, com excepção daquelles que forem feitos pelas Secretarias do Congresso, Mordomia do Palacio do Governo e dos que desorganizarem os respectivos serviços e perturbarem a sua marcha, os quaes continuarão a ser effectuados pelas proprias repartições,

depois de habilitadas, mediante registro prévio de distribuição de créditos, ouvido o Thesouro sobre a conveniencia de serem feitas as referidas despesas pelas contadorias respectivas. Taes pagamentos ficarão, porém, sob a immediata fiscalização das delegações do Tribunal de Contas.

Qualquer pagamento que não esteja nas condições acima não será attendido na tomada de contas dos respectivos responsáveis.

Art. 283. No caso de se tornar difficil aos credores do Estado o recebimento directo no Thesouro ou suas delegações, serão expedidos cheques, na importancia das contas processadas, para serem pagos em qualquer estação pagadora ou agencia bancaria, independente de distribuição de créditos feitos os necessários supprimentos.

§ 1.º Autorizada a expedição dos cheques, será o processo encaminhado á thesouraria, que o emitirá, considerando-o, em partida de receita do caixa geral, a credito da estação pagadora ou agencia bancaria que tenha de resgatal-o, e no mesmo acto consignará tambem no dito caixa a respectiva despesa, a debito das competentes rubricas orçamentarias, segundo a classificação do Tribunal de Contas ou suas delegações.

No processo, que ficará constituindo o documento da despesa, serão annotados o numero e data do cheque, bem como o nome da repartição ou banco que tenha de resgatal-o.

Si o cheque for entregue em mão ao proprio credor ou seu representante legal, será de tal entrega cobrado recibo no processo; si, porém, tiver de ser o mesmo remettido sob registro, collar-se-á ao processo o certificado de tal registro.

§ 2.º No acto do recebimento da importancia de cada cheque darão os credores quitação em duplicata, sendo uma das vias encaminhada á repartição que haja expedido o cheque, afim de ser annexada ao processo, como prova legal de extincção da divida.

Para esse fim a estação ou o estabelecimento que tiver de pagar o cheque será préviamente avisado da necessidade do recibo em duplicata.

§ 3.º A verificação da idoneidade legal do credor ou seu representante ou successor fica sob a exclusiva responsabilidade da estação pagadora ou agencia bancaria que effectuar o pagamento.

§ 4.º As importancias dos cheques resgatados pelas estações pagadoras ou estabelecimentos bancarios serão pelos mesmos debitados á repartição que os tenha expedido, em

conta de movimento de fundos, pelas primeiras, e em conta corrente pelos ultimos.

Art. 284. Em todos os pagamentos de material as contas e mais documentos comprobatorios do empenho, liquidação, ordenação e registro, bem como da quitação, constituirão os documentos de escripturação do livro-caixa e, portanto, das tomadas de contas.

§ 1.º Sempre que, por imprescindivel necessidade, se tiver de juntar a algum processo em estudo qualquer documento de despesa, será em seu lugar deixada uma declaração, assignada pelo empregado que o requisitar e visada pelo competente chefe, da qual constem:

a) o numero, data e mais indicações referentes ao protocollo de entrada do papel ao qual tenha de ser annexado o documento;

b) a numero e data do documento requisitado;

c) a importancia da despesa paga por esse documento e sua classificação, detalhada por Ministerio, verba, consignação e sub-consignação.

§ 2.º Nenhuma requisição poderá ser attendida sem que contenha as declarações acima exigidas.

Art. 285. O pagamento do pessoal, inclusive salarios, diarias, gratificações, auxilios para aluguel de casa e pensões, será effectuado em todas as repartições em que existam thesourarias ou pagadorias, mediante distribuição de credito ao Thesouro e ás delegacias.

§ 1.º O Thesouro e as delegacias farão mensalmente a essas repartições os necessarios supprimentos após a apresentação das contas da applicação dos supprimentos feitos do penultimo mez.

§ 2.º Mediante ordem expressa do Thesouro ou das delegacias podem tambem as despesas de que trata este artigo ser pagas pelas collectorias federaes ou mesas de rendas, por conta dos fundos provenientes da renda arrecadada, de que prestarão contas, na fórmula prescripta neste regulamento.

Art. 286. Os credores que não tiverem sido pagos até o dia 31 de março, do praso addicional ao anno financeiro, só o serão pelo processo adeante determinado para as dividas de exercicios findos e restos a pagar das despesas legalmente empenhadas em exercicios anteriores.

CAPITULO II

NORMAS ESPECIAES PARA OS ADEANTAMENTOS

Art. 287. Os adeantamentos de quantias a repartições ou funcionarios publicos, para occorrerem ao pagamento

de despesas, sómente poderão ser feitos nos casos previstos no art. 267 deste regulamento.

Art. 288. Para serem attendidas, as ordens de adeantamento deverão conter:

- a) o exercicio a que se refere a despesa;
- b) a verba, consignação e sub-consignação por onde deve correr a despesa;
- c) o cargo, repartição e nome do funcionario a que deve ser feito o adeantamento;
- d) a somma a adeantar, em algarismos e por extenso.

§ 1.º Quando o adeantamento se destinar ao pagamento de pessoal classificado em diversas sub-consignações de uma mesma verba e não forem de antemão conhecidas as importancias relativas a cada qual, será desta circumstancia feita especial menção na ordem de adeantamento.

§ 2.º Nenhuma ordem de adeantamento para despesas de pessoal será attendida sem que, pelo menos, indique o numero e denominação da verba orçamentaria ou do credito adicional em que se deve classificar a despesa.

Art. 289. Não são admissiveis, no periodo adicional, adeantamentos por conta de fundos do exercicio em liquidação.

Art. 290. As ordens de adeantamento serão escripturadas como despesa effectiva, á conta das respectivas consignações e sub-consignações orçamentarias, quando previamente conhecidas as importancias ás mesmas pertinentes. Em livros de contas correntes especiaes serão egualmente, pela propria repartição que effectuar o adeantamento, debitados os responsaveis, fazendo-se em ambos os lançamentos referencia reciproca dos numeros de ordem das respectivas partidas.

Art. 291. Na hypothese prevista no § 1.º do art. 288, de não ser previamente conhecida a classificação analytica da despesa de pessoal por consignações e sub-consignações, será o adeantamento escripturado a debito da verba indicada, e em sub-consignação global provisoria até á effectiva prestação de contas, quando será rectificado o lançamento, encerrando-se a sub-conta provisoria e distribuindo-se a respectiva importancia pelas sub-consignações definitivas.

Art. 292. No caso de restituição de saldos de adeantamentos, proceder-se-á de accôrdo com o disposto no artigo 550 § 1.º.

Art. 293. Os recolhimentos de saldos de adeantamentos far-se-ão aos cofres da propria repartição que tenha adean-

tado fundos e mediante a guia exigida no art. 159, com todas as indicações ali recommendadas.

Paragrapho unico. Quando, por motivos especiaes, tornar-se difficil ou prejudicar aos serviços publicos o recolhimento do saldo do adeantamento na propria repartição que o effectuou, deverá o responsavel, para poder recolhel-o em estação differente, obter prévia autorização da Directoria de Contabilidade do Thesouro Nacional, á qual compete a superintendencia de movimentos de fundos. Concedida a permissão, dará aquella directoria aviso ás repartições competentes para procederem á escripturação que for determinada, observadas as disposições da secção V do capitulo II do titulo V.

Art. 294. Serão, igualmente, recolhidos, mediante guia, os descontos que soffrerem os pagamentos, em virtude de lei, contractos, contribuição especial, multas, ou de ordem de autoridade superior, devendo taes descontos ser claramente discriminados na guia de recolhimento, com indicação do acto que os motivou.

Art. 295. Não será julgada a comprovação das despesas feitas por conta de quaesquer adeantamentos antes de recolhidas as importancias porventura descontadas bem como o saldo que não tiver sido applicado até á data da prestação de contas.

Paragrapho unico. Para os effectos do disposto neste artigo, toda comprovação de despesa deverá trazer annexo o conhecimento original que prove os recolhimentos effectuados.

Art. 296. Os adeantamentos feitos para determinado serviço não poderão ter applicação differente daquella constante da respectiva requisição.

Art. 297. A applicação dos adeantamentos feitos ao Exército ou á Armada em campanha obedecerá ao regimen especial e de excepção que for estabelecido pelos respectivos regulamentos expedidos pelos Ministerios da Guerra e da Marinha.

Art. 298. Da applicação dada aos adeantamentos prestarão os funcionarios contas á repartição competente, dentro de noventa dias do recebimento, sob pena de multa de 1 % ao mez, calculada sobre o total do adeantamento até á data da entrega da conta e restituição dos saldos, salvo caso de força maior, devidamente comprovado, a juizo do Tribunal de Contas.

§ 1.º A multa de que trata este artigo será applicada por despacho do presidente do Tribunal de Contas ou por suas delegações, no acto do recebimento da communicação de que trata

o artigo subsequente, e immediatamente communicada á repartição onde servir o funcionario responsavel para proceder ao desconto em sua folha de pagamento, pela quinta parte dos vencimentos. A importancia a descontar-se, desde logo, será a correspondente á multa de 1 % ao mez nos primeiros 90 dias, sobre o total adeantado, não podendo a repartição suspender o desconto sem que lhe seja isso determinado pela autoridade competente.

§ 2.º Si, além disso, os responsaveis não apresentarem as contas até 30 dias após o trimestre adicional, o adeantamento será considerado alcance, annullando-se a escripturação da despesa e promovendo-se contra elles o executivo fiscal.

Art. 299, Para rigoroso cumprimento do disposto no § 1º do artigo precedente, a Directoria de Contabilidade do Thesouro Nacional, quanto aos adeantamentos feitos pela thesouraria geral, e as delegacias fiscaes nos Estados, quanto aos que correrem pelas respectivas thesourarias, manterão rigorosamente em dia um livro de registro chronologico do vencimento dos prazos para prestação de contas pelos responsaveis.

§ 1.º Tal registro será organizado com folhas especialmente destinadas a cada um dos dias do anno financeiro e mais os do trimestre adicional.

§ 2.º Nesse registro, e á vista do respectivo documento de despesa, lançar-se-á, na folha relativa ao 90º dia, contado da data da entrega do adeantamento, e nas columnas a isso destinadas:

a) o nome e categoria do funcionario responsavel pelo adeantamento;

b) a repartição onde serve o funcionario, no acto do adeantamento;

c) o numero e data do documento de despesa;

d) a importancia do adeantamento;

e) as observações que se tornarem posteriormente necessarias, quanto ás multas, intimações, datas e numeros de processos e quaesquer outros actos relativos á prestação de contas.

§ 3.º O funcionario incumbido da escripturação deste registro fica obrigado a consultal-o na primeira hora do expediente de cada dia, afim de verificar quaes os responsaveis que deixaram de prestar contas dentro do praso de 90 dias, e organizar uma relação destes, que será, no mesmo dia, e com officio da propria repartição, encaminhada ao Tribunal de Contas ou suas delegações, para os fins determinados no § 1º do precedente art. 298.

Art. 300. A prestação de contas será entregue á propria repartição que tenha feito o adeantamento, a qual, depois de anotar no registro a que se refere o art. 299 a data do recebimento dessas contas, as encaminhará ao Tribunal de Contas ou suas delegações, para julgarem de sua legalidade, e só depois de approvada a applicação dada aos adeantamentos é que a respectiva repartição de contabilidade poderá dar baixa, nos livros de contas correntes, da responsabilidade individual de cada funcionario.

Art. 301. Os porteiros das Secretarias de Estado e outros responsaveis por quantias adeantadas, destinadas a despesas miudas e de prompto pagamento, prestam contas directamente ao Tribunal de Contas ou suas delegações ou por intermedio das contabilidades dos Ministerios a que estiverem subordinadas as repartições a que pertencerem.

Art. 302. Não será julgada legal a comprovação de pagamentos feitos em data anterior á entrega dos adeantamentos.

Art. 303. A prestação de contas do primeiro adeantamento não é indispensavel para a realização do segundo, não podendo, entretanto, realizar-se o terceiro adeantamento sem que a prestação de contas do primeiro se ache liquidada, seguindo-se a mesma disposição em relação aos subsequentes.

Art. 304. No empenho, liquidação e pagamento de despesas por conta de adeantamentos de fundos, serão, pelos funcionarios a quem forem os mesmos confiados, observadas as normas geraes prescriptas neste regulamento, nas disposições que lhes forem applicaveis.

CAPITULO III

DAS DESPESAS FIXAS PAGAVEIS EM FOLHA

Secção I — Do pessoal activo

Art. 305. O pagamento das despesas de pessoal obedece ás normas geraes da especialização orçamentaria e por exercicios, isto é, só pôde ser contemplado no exercicio e no titulo orçamentario que lhe é proprio.

Art. 306. Os vencimentos do pessoal só podem ser fixados em tabellas approvadas em leis ordinarias. Ainda quando as tabellas não consignem a distribuição dos vencimentos em ordenado e gratificação, prevalecerá sempre a divisão do total da remuneração do emprego em dous terços para o ordenado e um terço para a gratificação.

Art. 307. Só dá direito ao abono da gratificação a plenitude do exercicio do cargo, a qual será regulada pelos actos organicos dos diversos serviços.

Art. 308. A nomeação, a suspensão, a destituição e a inactividade do pessoal dos serviços publicos regulam-se pelos dispositivos dos actos organicos dos mesmos serviços; o pagamento da respectiva remuneração, pelo disposto no presente regulamento e demais disposições pelo mesmo não expressamente revogadas.

Art. 309. Póde ser collocado em inactividade remunerada todo o empregado que perceber ordenado; não o póde o que sómente perceber gratificação, por serviços determinados e transitorios; não se contemplam entre estes os que percebem diarias, mas os que apenas são remunerados com salarios ou jornaes.

Art. 310. As condições da inactividade, a remuneração desta e a perda das vantagens dessa situação regulam-se pela legislação que domina a especie.

Art. 311. As repartições em que existam thesourarias ou pagadorias e ás quaes incumbe o pagamento das despesas de pessoal, segundo o disposto no art. 285, terão livros-folhas ou contas correntes apropriados para descrever a situação legal de cada um dos empregados titulados pertencentes aos quadros das differentes repartições ás mesmas subordinadas para o effeito do respectivo pagamento.

Paragrapho unico. Os livros-folhas serão utilizados apenas durante o exercicio, cumprindo sempre abrir novos no começo de cada anno. Os de contas-correntes, porém, poderão servir para um quinquennio ou um decennio, conforme a disposição que lhes for dada e o estado de conservação em que se mantiverem.

Art. 312. No livro-folha, ou no de contas correntes, abrir-se-á em cada pagina uma conta individual para cada empregado, annotando-se, em seguida ao respectivo cargo, a natureza e a data do seu titulo de nomeação, bem como as modificações que de futuro se verificarem por nova nomeação, promoção ou qualquer outra causa, que determine alteração no respectivo cargo, quer quanto á denominação, quer quanto aos vencimentos legaes.

Art. 313. A liquidação ou processo de pagamento das despesas do pessoal titulado far-se-á á vista das respectivas folhas de ponto, enviadas pelas repartições dos diversos Ministerios á repartição em cuja thesouraria ou pagadoria se deva effectuar o pagamento, e consiste no exame prévio de taes documentos em confronto com as annotações pre-existentes na folha de cada empregado e no lançamento das novas notas constantes das sobreditas folhas de ponto.

§ 1.º Todas as anotações relativas ao abono de vencimentos, descontos, expedição ou apresentação de guias de transferencia de uma para outra repartição, concessão de créditos e outras, serão feitas á margem, numeradas progressivamente, datadas e assignadas pelo empregado ao qual incumbir tal serviço.

§ 2.º A falta de notas marginaes relativas a quaesquer descontos ou ao vencimento a abonar significa que este deve ser pago por inteiro, sob a responsabilidade do funcionario a quem incumbe processar a folha, e o escriptuario que effectuar o pagamento deverá, para salvaguardar sua responsabilidade, consignar na folha, no acto do abono, que este é feito sem nota alguma, cancellando em seguida, com a sua rubrica e a data, a primeira linha em branco que se seguir á ultima nota lançada em cada pagina.

Art. 314. As folhas de ponto serão processadas sob a responsabilidade exclusiva dos chefes das repartições que as houverem assignado, no tocante a declarações que contiverem quanto á plenitude do exercicio dos cargos e demais vantagens que possam perceber os empregados, com fundamento no mesmo ponto.

Art. 315. Os descontos sobre vencimentos ou salarios dos empregados por punição ou multa, ordenados pelos Ministros, pelo presidente do Tribunal de Contas ou pelos chefes das repartições devidamente autorizados, serão sempre communicados em portaria ou officio á repartição que tiver de processar a respectiva folha, e pela effectividade desses descontos responderão os funcionarios incumbidos de tal serviço, ou seus respectivos chefes, segundo os casos previstos no art. 17.

Art. 316. O pagamento do pessoal far-se-á nos proprios livros-folhas ou em folhas mensaes avulsas devidamente processadas.

§ 1.º O pagamento em livros-folhas tem logar quanto ao pessoal titulado que recebe vencimentos no Thesouro Nacional e suas delegacias.

§ 2.º O pagamento em folhas mensaes avulsas deverá ser feito:

a) pelas repartições cujos pagamentos, no todo ou em parte tenham de ser feitos fóra da respectiva séde;

b) pelas repartições que tenham recebido suppressmentos ou adeantamentos de fundos para occorrer ás despesas de pessoal;

c) quanto ao pessoal jornaleiro.

Art. 317. Consideram-se devidamente processadas para pagamento as folhas mensaes avulsas que:

a) contiverem os nomes e cargos dos empregados, scriptos estes de perfeita conformidade com a nomenclatura das tabellas explicativas;

b) contiverem, devidamente classificados, em columnas distinctas, os diversos abonos que constituem o total bruto que compete a cada funcionario;

c) contiverem, tambem classificados em columnas distinctas, todos os descontos a que estiver sujeito cada empregado, bem como a importancia liquida de cada pagamento e a effectuar;

d) mencionarem a classificação da despesa, com indicação do exercicio, Ministerio, verba, consignações e sub-consignações respectivas e das importancias ás mesmas correspondentes, bem como a importancia total da folha em algarismos e por extenso;

e) mencionarem, em columna especial de observações, todos os actos relativos a abono especial, descontos, suspensão de pagamento, multas, dividas e outras notas necessarias ao bom e facil pagamento a cada empregado;

f) estiverem authenticadas com a data e assignatura do empregado que as confeccionar, com o visto das competentes secções de contabilidade e contiverem a ordem de pagamento do chefe da repartição;

g) contiverem, em columna propria, espaço sufficiente para receber as quitações das pessoas a quem forem effectuados os pagamentos;

h) estiverem conferidas pelas repartições ás quaes incumba admittil-as a pagamento.

Art. 318. Quando o pagamento se effectuar pelo livro-folha, o funcionario incumbido do pagamento, depois de haver feito o respectivo abono nas columnas apropriadas, cobrará recibo no proprio livro e extrahirá um cheque contra o thesoureiro ou o pagador, no qual mencionará:

a) o exercicio a que pertence a despesa;

b) o Ministerio, a verba e a sub-consignação ou as diversas sub-consignações onde deve a despesa ser classificada;

c) o nome e cargo do funcionario e a repartição a que pertence;

d) o mez ou mezes a que se refere o pagamento;

e) a importancia bruta do pagamento e os descontos a que estiver o mesmo sujeito, discriminados segundo as notas da respectiva folha;

f) a importancia liquida a pagar, em algarismos e por extenso.

Art. 319. Extrahido o cheque com as indicações do precedente art. 318, será o mesmo datado e assignado pelo escriptão do pagamento e entregue á parte, que o assignará tambem, reproduzindo a quitação dada no livro-folha e o entregará ao pagador ou seu fiel contra o embolso da respectiva importancia.

Art. 320. Si o pagamento tiver de effectuar-se não ao proprio empregado mas ao seu representante legal ou successor, será a representação ou successão provada, antes da extracção do cheque, pela fórma indicada no art. 270.

Art. 321. Quando o pagamento for effectuado em folhas mensaes avulsas, deverá ser entregue ao funcionario, depois que o mesmo houver dado quitação na folha, um cartão ou uma chapa com o numero de ordem respectivo, que será presente ao pagador ou seu fiel, no acto da chamada, para o recebimento da quantia devida.

Art. 322. Os pagamentos feitos por meio de folhas avulsas serão, em face das quitaciones dadas nessas folhas, escripturados nos livros de contas correntes a que se refere o art. 311, como prova de extincção da divida.

Art. 323. As certidões de pagamentos feitos ou importancias descontadas, tempo de serviço e outras relativas aos vencimentos do pessoal activo serão passadas em face do livro-folha ou do livro de contas correntes do mesmo pessoal, depois de feita a escripturação recommendada no art. 322.

Art. 324. Nos pagamentos que se fizerem, dentro ou fóra das pagadorias, ao pessoal jornaleiro de quaesquer serviços, repartições e estabelecimentos publicos, o empregado que servir de escriptão, tendo presente a folha de férias, organizada e processada de accôrdo com o disposto no art. 317, procederá á chamada dos individuos constantes da mesma, e, á medida que se for effectuando o pagamento, lançará a nota — *paga*, que rubricará.

A identidade dos operarios ou serventes será confirmada pelo chefe de serviço a que pertencerem, o qual dará quitação na folha, findo o pagamento.

Secção II — Dos inactivos e pensionistas

Art. 325. O pagamento dos inactivos e pensionistas será feito, mediante livros-folhas, no Thesouro Nacional e nas delegacias fiscaes, com excepção das classes inactivas do Exer-

cito e da Marinha e das praças reformadas do Corpo de Bombeiros e da Brigada Policial do Districto Federal, que continuarão a receber nas competentes pagadorias e thesourarias, segundo a fórma estabelecida pelos respectivos regulamentos e mediante distribuição de creditos ou adeantamentos de fundos, sujeitos á comprovação posterior.

§ 1.º Por delegação expressa do Thesouro Nacional, ou suas delegacias fiscaes, o pagamento dos inactivos e pensionistas poderá tambem fazer-se nas alfandegas, mesas de rendas ou collectorias federaes, observadas as mesmas nórmas prescriptas neste regulamento quanto ás formalidades indispensaveis á realização de taes pagamentos.

§ 2.º No acto que delegar poderes aos exactores acima referidos para effectuarem taes pagamentos com os recursos proporcionados pelas rendas que arrecadarem, serão claramente indicados:

- a) nome do credor com especificação do titulo de onde derivam seus direitos á percepção dos vencimentos ou pensão;
- b) a importancia bruta a pagar mensalmente e todos os descontos a que a mesma estiver sujeita;
- c) o periodo durante o qual deve ser paga a despesa, no caso de se tratar de concessão transitoria;
- d) a classificação detalhada sob a qual devem figurar nos balancetes mensaes as importancias mandadas pagar e os respectivos descontos.

Art. 326. Ao pagamento de qualquer inactivo ou pensionista precederá inscripção no livro-folha, feita em face do respectivo processo, e depois do registro do Tribunal de Contas.

Art. 327. A inscripção se fará pela mesma fórma prescripta no art. 312 para o pessoal activo e deverá conter:

- a) o nome do funcionario inactivo ou do pensionista;
- b) o cargo que exercia e o nome da repartição a que pertencia o funcionario aposentado, jubilado ou reformado ou o instituidor da pensão e o nome deste;
- c) a natureza e data do titulo de inactividade ou de concessão da pensão;
- d) a importancia annual dos vencimentos de inactividade ou da pensão;
- e) a importancia mensal a pagar e os descontos de que esteja a mesma gravada no acto do primeiro e subsequentes pagamentos.

Paragrapho unico. Quando se tratar de montepio ou pensão concedida á mãe e tutora de filhos menores, a pensão destes será inscripta na mesma folha aberta para aquella, em-

quanto não se emanciparem, mencionando-se as quotas annuaes e mensaes a que tiver direito cada menor.

Art. 328. Na inscripção dos pensionistas no livro-folha lançar-se-ão ainda as notas relativas aos termos de tutela e curatela, data em que será attingida a maioridade, quando se tratar de beneficiarios do sexo masculino, nupcias contrahidas pelas filhas solteiras ao tempo da concessão das pensões, e sobre quaesquer outras occurrencias concernentes ao perfeito e legal abono da pensão.

Paragrapho unico. Notas identicas deverão tambem ser feitas quanto á parte dos vencimentos ou pensões relativas a exercicios anteriores e que tenham sido ou devam ser liquidadas por exercicios findos.

Art. 329. Feita a inscripção, serão os titulos de aposentadoria, jubilação ou reforma, bem como os declaratorios de montepio ou quaesquer outras pensões, desentranhados do processo e entregues ao interessado, mediante recibo, para que este possa exhibil-os ao escrivão do pagamento.

Em taes titulos far-se-á a nota da inscripção em folha.

Art. 330. Tratando-se de abono provisorio de pensão do montepio dos empregados publicos civis e dos casos em que tal abono é permittido pelas leis em vigor, a inscripção far-se-á tambem provisoriamente em livro-folha especial, e o pagamento effectuar-se-á independente do registro prévio do Tribunal de Contas e suas delegações, pelo praso determinado no respectivo regulamento.

Art. 331. Julgada legal pelo Tribunal de Contas ou suas delegações a concessão da pensão definitiva, será trancada a inscripção provisoria e feita a inscripção normal no livro-folha competente, liquidando-se, por occasião do primeiro pagamento, e em vista da indispensavel nota, o saldo ou debito do pensionista.

Havendo saldo, o pensionista recebel-o-á, de conformidade com as leis em vigor; havendo debito, indemnizal-o-á, mediante desconto da decima parte da pensão mensal, feita para isso a competente carga.

Art. 332. Quando o inactivo ou o pensionista mudar de residencia para outro Estado, a repartição por onde corria o pagamento expedirá uma guia, da qual conste até que data se acha pago o interessado, bem como todos os descontos a que estiverem sujeitos os futuros pagamentos. Dessa guia constarão tambem todas as notas de que trata o art. 328, e de sua expedição se fará menção no livro-folha, cancellando-se o espaço reservado aos pagamentos ainda não effectuados.

Art. 333. Os livros-folhas serão utilizados durante cada exercicio, cumprindo, no começo de cada anno, transcrever-se

para novos livros todos os termos e notas em vigor das inscripções feitas no anno anterior.

Paragrapho unico. Nessa transcripção serão excluidas todas as inscripções já cancelladas, bem como as relativas aos inactivos ou beneficiarios que, por mais de dous annos, deixarem de receber seus vencimentos ou pensões..

Art. 334. Feita a inscripção no livro-folha, pela fôrma anteriormente indicada, e de posse do respectivo titulo, o funcionario inactivo ou o beneficiario do montepio exhibil-o-á ao escripturario incumbido de effectuar o pagamento, juntamente com as competentes provas de identidade.

Paragrapho unico. A exhibição dos titulos declaratorios de montepio ou pensão de qualquer natureza é exigivel no minimo duas vezes por anno, nas épocas que forem determinadas pelas pagadorias, devendo ainda verificar-se sempre que o funcionario incumbido do pagamento tiver duvidas quanto á identidade do pensionista ou seu representante legal.

Art. 335. A identidade do funcionario aposentado, jubilado ou reformado poderá ser attestada por qualquer funcionario da estação incumbida do pagamento do pessoal activo da repartição a que o mesmo pertencer, ou por dous funcionarios effectivos desta, que lançarão no livro-folha a declaração necessaria, datando-a e assignando-a.

Art. 336. A prova de identidade de pessoa dos pensionistas ou de seus representantes legaes será feita mediante a apresentação de carteiras expedidas pela autoridade competente e revestidas das necessarias formalidades, ou attestada por um funcionario effectivo da propria repartição incumbida do pagamento, o qual lançará e assignará na folha propria a declaração relativa a tal identidade.

Na impossibilidade de ser feita a prova pelo modo supra-indicado, poderá ser acceita a declaração de um pensionista que receba pela mesma repartição, ou de duas pessoas qualificadas, reconhecidas as firmas destas por tabellião.

Art. 337. Quando os inactivos e pensionistas não puderem receber pessoalmente seus vencimentos de inactividade ou pensões, deverão seus representantes legaes, quer no primeiro pagamento, quer nas épocas que forem determinadas pela estação pagadora, apresentar um certificado de vida expedido ao pé da petição do interessado pela autoridade policial do districto ou quarteirão da residencia do inactivo ou pensionista, com a informação do commissario, inspector, agente ou qualquer outro official designado para proceder á indispensavel syndicancia, de que o mesmo vive e reside no local indicado..

Si se tratar de viuva com filhos menores, tambem com direito a pensão, deverá o certificado declarar si a mesma se conserva em estado de viuvez e si reside em companhia daquelles seus filhos menores, cujos nomes serão citados pela autoridade que proceder á syndicancia.

A firma da autoridade que expedir o certificado será devidamente reconhecida por tabellião e sob sua exclusiva responsabilidade, no tocante ás declarações que subscrever ou visar, será feito o pagamento ao representante legal do pensionista..

Art. 338. O attestado de viuvez é exigivel pelo menos duas vezes por anno, mesmo no caso da pensionista receber pessoalmente sua pensão. Tal attestado, bem como o attestado de vida, póde tambem ser firmado por qualquer funcionario de Fazenda que sirva na repartição por onde se processa ou effectua o pagamento, em declaração sellada, datada e assignada, com o visto do chefe da repartição onde serve o funcionario certificante.

Art. 339. Para os inactivos ou pensionistas que se acharem recolhidos em estabelecimentos de beneficencia ou de sanidade, o certificado de vida será fornecido pelo respectivo director ou administrador e munido do *visto* do delegado de policia local.

Art. 340. Quanto aos que se encontrem reclusos em penitenciarias ou quaesquer outros estabelecimentos penaes, mas que, não obstante essa circumstancia, conservem o direito de receber a pensão ou os vencimentos em cujo goso se acham, será o certificado de vida passado pelo director ou administrador do mesmo estabelecimento.

Art. 341. Os certificados de vida para os inactivos ou pensionistas que tenham obtido permissão para residir no estrangeiro serão passados pela autoridade consular do Brasil, quando o credor morar no logar da propria séde do consulado, ou pela autoridade local, quando residir em outra parte.

A firma desta autoridade deverá ser reconhecida pelo representante do Governo brasileiro e a deste pelo Ministerio das Relações Exteriores.

Art. 342. No caso de ter a pagadoria fundadas razões para duvidar da identidade de qualquer pensionista ou do direito que ao mesmo assiste á pensão, a despeito de achar-se elle habilitado, communicará o facto ao chefe da repartição, que poderá suspender o pagamento da pensão e procederá ás pesquisas que julgar necessarias para averiguar o facto, ou requisitará a abertura de inquerito policial, segundo a gravidade do caso..

Art. 343. Em caso contrario, o escrivão do pagamento, depois de haver cobrado recibo na propria folha, extrahirá o competente cheque, pela fórmula indicada no art. 318, e o entregará ao interessado, que deverá assignal-o antes de se apresentar ao pagador ou seu fiel.

Art. 344. As procurações, termos de curatela, tutela e demais comprovantes da representação legal ou da successão, ficarão archivados nas pagadorias, em escarcellas proprias, enquanto perdurar o mandado ou o direito á successão.

Art. 345. Por occasião do primeiro pagamento que se seguir a qualquer inscripção e bem assim no mez de fevereiro de cada anno, deverão os inactivos e pensionistas declarar por escripto, no verso do respectivo cheque, o local de sua moradia, ficando, outrosim, obrigados a communicar a mudança de residencia, sempre que tal se der.

Os procuradores, tutores ou curadores, além da residencia dos inactivos ou pensionistas que representarem, declararão tambem a sua propria.

Art. 346. Antes de effectuar o pagamento, cumpre ao pagador ou seu fiel examinar attentamente o cheque, afim de certificar-se:

- a) si elle pertence, de facto, ao exercicio indicado;
- b) si consta do mesmo a classificação da despesa, segundo a recommendação da lettra *b* do art. 318;
- c) si a importancia liquida a pagar está escripta em algarismos e por extenso, sem emendas nem rasuras;
- d) si está datado e assignado pelo funcionario incumbido do pagamento;
- e) si está assignado pela parte e contém no verso a residencia da mesma, quando esta tiver de declaral-a.

Art. 347. No pagamento dos cheques ou folhas de pessoal activo ou inactivo e dos pensionistas, o pagador responde apenas pela quantia liquida inscripta nos mesmos cheques ou folhas, correndo a importancia illiquida do abono e a effectividade dos descontos de que o mesmo se achar gravado sob a responsabilidade do funcionario que processar a folha, na ausencia das competentes notas, ou do que extrahiu os cheques, quando deixar de obedecer ás notas existentes ou commetter quaesquer erros que importem em pagamento indevido ou a maior.

Art. 348. Aos funcionarios de que trata o artigo anterior, assiste, entretanto, direito regressivo contra as partes que receberem a maior, ou indevidamente, sendo-lhes licito fazerem nas respectivas folhas as notas que entenderem con-

venientes para cobrança das importancias indevidamente pagas.

Art. 349. Si a qualquer funcionario activo ou inactivo, ou a qualquer pensionista do Estado for indevidamente abonada uma ou mais quotas de vencimento ou pensão, e a pagadoria não tiver outro meio immediato para conseguir o reembolso, é licito á mesma sustar o pagamento das quotas subsequentes até perfazer a importancia indevidamente paga, sem necessidade de acto judicial ou qualquer outra autorização, visto tratar-se de simples compensação que pôde ser provida com actos puramente administrativos.

Secção III — Dos vencimentos e pensões não reclamados

Art. 350. Os vencimentos, salarios, diarias e quaesquer outros estipendios do pessoal activo, cujo empenho se constata pelos livros de ponto e folhas de pagamento, segundo o serviço effectivamente prestado, e cujo pagamento não tenha sido reclamado até o ultimo dia do trimestre additional aos exercicios, serão liquidados como divida fluctuante do Estado, apurada e escripturada esta segundo os preceitos estabelecidos nos arts. 253 e 254 deste regulamento e independente de novo registro do Tribunal de Contas, visto tratar-se de creditos já pelo mesmo legalmente distribuidos.

O pagamento, porém, de taes dividas ficará sob a vigilancia e exame do mesmo tribunal e suas delegações, por ocasião de apreciarem os balanços mensaes das estações pagadoras ou no acto das tomadas de contas dos responsaveis.

Art. 351. Para os fins do disposto no artigo precedente, deverão as pagadorias das delegacias fiscaes ou do Thesouro Nacional, no primeiro dia util do mez de abril, encaminhar ás competentes secções de contabilidade das mesmas delegacias, ou á Contadoria Central da Republica, no Thesouro, todos os livros-folhas de pagamento, afim de serem organizadas, em face das respectivas notas, abonos e quitações, as relações dos vencimentos não pagos até o ultimo dia do exercicio, procedendo-se depois na conformidade do disposto no art. 253.

Art. 352. Dado o caso de omissão ou exclusão de qualquer credor nas relações a que se refere o artigo precedente, por falta de notas ou por motivo de duvida exaradas em folha quanto á liquidez de seu credito, este só poderá ser processado e pago pela verba de exercicios findos, na conformidade do disposto no capitulo V deste mesmo titulo.

Art. 353. Quanto, porém, aos pagamentos effectuados por folhas mensaes avulsas, segundo o disposto no § 2º do art. 316, observar-se-á o seguinte processo:

a) as pagadorias poderão conservar em cofre, como dinheiro effectivo, até o total já liquidado e durante todo o mez em que deva ser effectuado o pagamento, as folhas avulsas de vencimentos ou salarios de que restem ainda algumas parcelas a pagar;

b) nas requisições diarias ou semanaes de supprimento de fundos será demonstrado o saldo em moeda corrente e a parte relativa ás folhas de pagamento já liquidadas mas não escripturadas ainda no livro-caixa;

c) findo o mez durante o qual deveria ter sido effectuado o pagamento das folhas avulsas de vencimentos ou salarios, os pagadores darão sahida das mesmas nos respectivos caixas, pelo seu total, recolhendo, porém, mediante guia, ás competentes thesourarias, a parte liquida dos vencimentos que ainda restem a pagar a algum ou alguns empregados;

d) nas folhas de pagamento se annotará, na linha destinada ao recibo de cada empregado, o numero e data da guia de recolhimento á thesouraria da importancia liquida a que cada um tiver direito;

e) das guias de recolhimento á thesouraria constarão o numero, data, mez, Ministerio e repartição a que pertence a folha cujo pagamento parcial deixou de ser feito; o nome e cargo do funcionario que não recebeu, bem como o numero de ordem sob o qual se achar o mesmo inscripto na folha, e a importancia liquida a pagar;

f) as guias de recolhimento de vencimentos ou salarios não reclamados serão pelas thesourarias escripturadas como receita de depositos, e sob esse mesmo titulo serão escripturados os pagamentos que posteriormente se effectuarem, até a vespera do dia em que se verifique a prescripção;

g) os pagamentos dos vencimentos recolhidos ás thesourarias como depositos, serão pelas mesmas effectuados, mediante guias extrahidas pelas secções de contabilidade a que estiverem subordinadas e das quaes constem;

1º, o exercicio a que se refere o pagamento a effectuar, afim de se poder verificar si não incorreu em prescripção o direito do credor;

2º, o nome e cargo do credor e o numero e data da guia de recolhimento da quantia reclamada;

3º, a importancia liquida a pagar;

h) a extracção das guias de pagamento far-se-á, no exercicio corrente, mediante um boletim ou officio de apresentação do credor pela repartição a que este pertencer e quanto aos exercicios encerrados, mediante requerimento, devidamente informado.

As guias extrahidas para pagamento serão annotadas na escripturação propria e nas guias de recolhimento. Esta ultima annotação será sempre visada pelo chefe da secção que extrahir as guias;

i) antes de effectuar o pagamento, exigirá a thesouraria as necessarias provas de identidade de pessoa, segundo os preceitos estabelecidos neste regulamento;

j) os vencimentos e salarios recolhidos ás thesourarias como depositos, pela fôrma precedentemente indicada, prescrevem no fim de cinco annos, como direitos creditorios fundados em dotações orçamentarias;

k) as quantias prescriptas, consoante o disposto na alínea anterior, serão por jogo de contas escripturadas como despesa de depositos e receita eventual da União, encerrando-se, para todos os effeitos, as contas relativas a taes depositos.

Art. 354. Os vencimentos não reclamados terão escripturação individuada, em livros especialmente destinados a esse fim, segundo o modelo e as normas que forem instituidas pela Contadoria Central da Republica, constituindo crime de responsabilidade a falta de annotação em taes livros das guias já extrahidas para pagamento, ainda mesmo quando não se verifique má fé por parte do empregado que tenha omittido essa formalidade essencial.

Taes annotações serão periodicamente confrontadas com as feitas e visadas pelo chefe da secção nas guias de recolhimento, que serão para isso conservadas á mão, em archivo especial.

Art. 355. Os vencimentos de inactividade dos aposentados, jubilados ou reformados e as pensões de montepio, meio soldo ou quaesquer outras, cujo empenho não póde ser desde logo exactamente definido, visto depender de apresentação de titulos, attestados de vida ou viuvez, e demais provas conducentes ao reconhecimento do direito que possa assistir aos credores, deixarão de ser, ao termino do exercicio, considerados nas relações de restos a pagar, sendo, entretanto, processados por exercicios findos, quando devidamente reclamados.

Art. 356. Os vencimentos de inactividade ou as pensões cujo pagamento não tenha sido reclamado prescrevem tambem, a favor da Fazenda Nacional, dentro de cinco annos contados da data em que o mesmo se tornou devido ou do acto que tenha interrompido a prescripção.

Secção IV — Das consignações descontadas e pagas em folha

Art. 357. As consignações descontadas em folhas de pagamento, mediante autorização legal, para prover á subsistencia de pessoas da familia, para pagamento de alugueis de casas dos funcionarios ou pensionistas ou resgate de empréstimos pelos mesmos contrahidos com as instituições de credito ou beneficentes, legalmente autorizadas, serão pagas aos respectivos consignatarios na mesma folha em que receberem os funcionarios consignantes, quando o pagamento tiver logar na mesma repartição que effectuar o desconto.

Art. 358. Tal pagamento será realizado mediante as cautelas exigidas neste regulamento quanto á identidade de pessoa do credor e depois de certificar-se o funcionario incumbido do pagamento de que o desconto foi effectivamente feito.

§ 1.º Para que se possa admittir o abono das consignações em livros-folhas, cujo pagamento se effectua por meio de cheques, é indispensavel a prévia quitação do consignante, pois só á vista do respectivo cheque se torna effectivo o desconto.

§ 2.º O pagamento, porém, das consignações descontadas em folhas mensaes avulsas, organizadas na conformidade do disposto no art. 317, independe da prévia quitação dos respectivos consignantes, que só terão, em todo o tempo, direito ás importancias liquidas em taes folhas mencionadas.

Art. 359. As consignações descontadas em folha serão sempre consideradas como receita de depositos, a favor de quem pertencer, correndo, porém, contra os mesmos a prescrição quinquennaria em que incidem as dotações orçamentarias de onde derivam.

Art. 360. Quanto aos pagamentos de consignações que se effectuarem pelos livros-folhas, cobrar-se-á dos consignatarios o competente recibo nesses mesmos livros e na pagina em que tiver titulo aberto o funcionario ou o pensionista consignante, emquanto vigente o exercicio a que se referir a despesa.

Encerrado este, o pagamento só poderá effectuar-se com guia especial da secção de contabilidade, observadas as formalidades prescriptas na secção anterior, quanto ás guias para pagamento dos vencimentos não reclamados.

Art. 361. Tratando-se de consignações descontadas em folhas mensaes avulsas, o pagamento só poderá ser effectuado pelas pagadorias, na propria folha donde se originam, dentro do mez em que tal pagamento tiver logar.

Findo este, as consignações descontadas mas não pagas serão recolhidas ás thesourarias, mediante guias detalhadas,

donde constem os nomes dos credores, com indicação parcelada das quantias que os mesmos têm a haver de cada consignante, bem como a perfeita identificação das folhas por onde se effectuaram os descontos.

Art. 362. Quanto ás consignações cujo pagamento tenha de realizar-se em estação diversa daquella que effectuou o desconto, observar-se-á o seguinte:

a) o pagamento realizar-se-á sempre como uma operação de movimento de fundos entre a estação que desconta e a que effectua o pagamento, o qual independe de nova distribuição de credito;

b) a estação que effectuar o desconto consideral-o-á como receita de depositos e dará mensalmente aviso da effectividade de tal desconto á estação que tiver de realizar o pagamento da consignação;

c) a estação pagadora, estando devidamente autorizada a effectuar o pagamento mensal de determinada consignação, não precisará aguardar a comunicação a que se refere a alinea precedente, mas deverá, a seu turno, comunicar, mensalmente, á que descontou, a importancia dos pagamentos realizados. Quando receber a comunicação que lhe é devida, annotará nesta o numero e data da que houver expedido, e, si não a receber dentro de 30 dias, exigirá o cumprimento immediato dessa formalidade;

d) ao receber a comunicação da estação pagadora, a repartição que tiver procedido ao desconto fará em sua escripturação as necessarias partidas de gyro, dando baixa no deposito que tenha sido pago e creditando a respectiva importancia á repartição que effectuou tal pagamento;

e) todas estas operações serão convenientemente detalhadas nos balanços mensaes de ambas as repartições, para o que tanto os descontos como os pagamentos devem ser em cada anno progressivamente numerados por procedencia e destino, sendo, em taes balanços, feita a dupla referencia a esses numeros de ordem;

f) durante o mez de fevereiro do periodo adicional, todas as estações que houverem pago consignações por conta de outras, ficam obrigadas a remetter-lhes uma demonstração do movimento de sua conta corrente até aquella data, cumprindo a estas conferir e devolver taes demonstrações até o ultimo dia do periodo adicional.

Art. 363. As consignações a pessoas da familia dos militares de terra e mar, em campanha ou em viagem no estrangeiro, e que tenham de ser pagas por antecipação pelas proprias repartições ás quaes incumbe o pagamento das re-

spectivas folhas de soldos, etapas e gratificações, serão levadas em conta corrente á responsabilidade individual dos officiaes, feitas as necessarias notas em folha para os effectivos descontos, quando se realizar o pagamento dos saldos de vencimentos a que tiverem direito, e só por essa occasião se dará baixa em taes responsabilidades.

CAPITULO IV

DOS ABONOS PARA AJUDAS DE CUSTO, DIARIAS E SERVIÇOS EXTRAORDINARIOS

Secção I — Das ajudas de custo

Sub-seccção I — Normas geraes

Art. 364. A ajuda de custo concedida por lei ás autoridades legislativas, judicarias ou administrativas da União, é destinada a auxiliar as despesas de mudança, viagem e installação das mesmas autoridades, quando em serviço publico, e só poderá ser paga nos limites e pela fórma estabelecida neste e nos regulamentos de cada Ministerio, embora sejam taes despesas realmente maiores que o auxilio concedido.

Art. 365. As ajudas de custo aos membros do Congresso e aos magistrados federaes continuarão a ser pagas na conformidade das disposições que as regulam.

Art. 366. As ajudas de custo aos funcionarios publicos da União, inclusive o corpo diplomatico e consular, serão abonadas na fórma dos regulamentos do serviço de cada Ministerio ou administração central, dentro dos limites nos mesmos fixados e dos credits consignados nas correspondentes tabellas explicativas, observadas, porém, em quanto forem applicaveis, as normas geraes instituidas no presente regulamento.

Art. 367. A ajuda de custo é dividida em tres partes:

- I, transporte do empregado e sua familia;
- II, preparos e despesas de viagem;
- III, despesas de primeiro estabelecimento.

Cada uma dessas partes será abonada segundo as disposições das secções subseqüentes.

Art. 368. A ajuda de custo pertence ao exercicio em que for expedido o acto dando ao empregado direito a ella e está sujeita ao regimen commum da prescrição.

Paragrapho unico. Embora subordinadas ao regimen do empenho prévio, as ajudas de custo não dependem, para a sua effectividade, do prévio registro do Tribunal de Contas.

Art. 369. A ajuda de custo comprehendida nas alíneas II e III do art. 367 é reservada aos funcionarios de entrancia ou de carreira, nos termos dos regulamentos organicos de cada repartição.

Paragrapho unico. A natureza das commissões deverá ser mencionada nos actos a que derem logar, quando não forem reservadas.

Art. 370. Os empregados removidos a seu pedido e os que permutam seus logares não têm direito a ajuda de custo.

Art. 371. O chefe de repartição, quando em serviço de inspecção por dever do seu cargo, não perceberá ajuda de custo: sómente terá direito a transporte para si, e, quando instituidas por lei ou disposições regulamentares, ao abono de diarias, concedidas na fórma das mesmas disposições.

Art. 372. Nenhuma ajuda de custo é devida:

a) ao empregado que se afasta da repartição a que pertence ou que a ella se recolhe por motivo de mandato de eleição popular;

b) ao que for nomeado para a repartição em que já estiver com exercicio, addido ou em commissão;

c) ao que for prestar serviço em outro Ministerio ou ficar á disposição dos governos estaduaes.

Art. 373. A ajuda de custo concedida aos funcionarios publicos será restituída ao Thesouro sempre que, por qualquer motivo, não se tenham elles transportado, de facto, para os logares que lhes foram destinados, salvo a excepção do artigo 388.

Art. 374. Nenhum empregado poderá receber nova ajuda de custo sem que tenham decorrido dous annos contados da data do acto em virtude do qual recebeu a anterior.

Paragrapho unico. Exceptuam-se os empregados nomeados para os logares de chefes de repartição; os designados para commissões extraordinarias e os mandados ter exercicio em outra repartição do mesmo Ministerio por interesses do serviço publico. Esta ultima circumstancia deverá constar do acto da designação, ou, em caso de omissão, ser attestada pelo chefe da repartição ou do serviço que houver ordenado ou solicitado a remoção.

Art. 375. Quando o pagamento da ajuda de custo tiver de effectuar-se em qualquer Estado, ou no Exterior, o credito será concedido por telegramma á delegacia a que competir effectuar o pagamento.

Art. 376. Todo empregado, removido, promovido, commissionado, mandado ter exercicio em outra repartição, ou nomeado chefe de repartição, é obrigado a apresentar, na de que

sahir, uma relação nominal, em duplicata, de todas as pessoas de sua família, com direito a transporte, inclusive creado, si a acompanhar, afim de serem requisitadas as passagens e calculada a parte da ajuda de custo relativa aos preparos de viagem.

§ 1.º Exceptuam-se os empregados incumbidos de comissões reservadas.

§ 2.º A primeira via da relação será enviada á repartição do destino do empregado e a segunda ficará archivada na repartição de onde o mesmo sahiu.

Art. 377. O empregado que receber ajuda de custo de transporte, ou de preparos de viagem ou de primeiro estabelecimento, e for exonerado por abandono de emprego, ou a seu pedido, até seis mezes depois de haver recebido qualquer uma daquellas partes da ajuda de custo, será obrigado a indemnizar os cofres federaes, amigavelmente, até 30 dias, ou judicialmente, depois desse praso, da despesa que tiver occasionado; não podendo ser nomeado para qualquer outro emprego federal enquanto não se mostrar quite.

Sub-secção II — Do transporte do empregado e sua familia

Art. 378. O direito á parte da ajuda de custo relativa ao transporte do empregado e sua familia será definido pelos diversos Ministerios, em regulamentos especiaes ou nos regulamentos organicos de cada repartição ou serviços federaes.

§ 1.º Tem, comtudo, direito a transporte, além dos casos em que lhe é devida a ajuda de custo de preparos e despesas de viagem:

a) o empregado que tiver de recolher-se á repartição a que pertencer e que tenha tomado posse e entrado em exercicio em outra repartição, do emprego para que tenha sido nomeado pela primeira vez;

b) o empregado mandado servir em outra repartição, como medida correccional, constando essa circumstancia do respectivo acto, si requerer para indemnizar a despesa pela quinta parte dos vencimentos;

c) o empregado demittido e novamente nomeado, si a demissão não tiver sido dada a seu pedido, por abandono de emprego ou por motivo correccional; no caso affirmativo, poderá tel-o para si e sua familia, si requerer para descontar pela quinta parte dos vencimentos;

d) um creado do empregado, que effectivamente o acompanhar, desde o ponto de partida até o do destino, sendo a passagem em segunda classe si for por estrada de ferro e em terceira, si for por mar.

§ 2.º Terá também direito a transporte de regresso, dentro de 60 dias, a família do empregado que fallecer, como prevê o art. 394.

Art. 379. O transporte do empregado e sua família será concedido por mar ou por terra nos vehiculos de companhias, empresas ou estradas de ferro, subvencionadas pelo Governo, ou que com elle tenham contracto ou gosem de regalias — á vista de requisição feita por meio de officio, pela autoridade competente, que providenciará immediatamente quanto ao empenho da despesa, segundo as instrucções em vigor.

§ 1.º Quando se tratar de viagem para o Exterior, ou nos casos de urgencia, a juizo do Governo, o transporte poderá ser concedido em qualquer companhia, empresa, ou estrada de ferro nacional ou estrangeira, entregando-se ao empregado, em vista de acto escripto, devidamente processado, a importancia das passagens, afim de serem adquiridas directamente.

§ 2.º Quando o transporte só puder ser feito por caminhos ou estradas de rodagem, em que a conducção, por meio de montadas, carros, gondolas ou omnibus e diligencias, pertença a particulares, será entregue ao empregado, em virtude de requisição da autoridade competente, a importancia em dinheiro necessaria para o transporte.

Quando tal importancia não estiver prevista no regulamento da repartição a que pertencer o empregado, nem outra for arbitrada pelo titular do respectivo Ministerio, será ella abonada na razão de 2\$ por legua, para cada pessoa da familia, com direito a transporte, não podendo a despesa total exceder de 9\$ por legua, seja ou não o empregado chefe de repartição.

Para os menores e para o creado, na hypothese supra, a despesa será na razão de 1\$ por pessoa e por legua.

Si o empregado tiver pago adeantadamente a despesa, será indemnizado pelo modo acima indicado.

§ 3.º Quando o empregado tiver de transitar por paiz estrangeiro, para chegar ao seu destino, por mar ou por terra, e não houver outro meio de obter transporte sinão pagando-o á vista, requisitará do Ministerio competente, por officio ou telegramma, o abono da necessaria importancia, a titulo de adeantamento, do qual prestará posteriormente contas, pela fórma indicada no capitulo II do presente titulo.

Si a despesa tiver sido feita á sua custa, será della indemnizado, documentando-a convenientemente.

Art. 380. Entende-se por familia do empregado, para ter direito ao transporte: mulher, filhos legitimos ou legitimados, irmãos e enteados, sendo os varões menores de 21 an-

nos; pae ou mãe; as irmãs e enteadas, sendo solteiras — si, uns e outros, viverem em companhia do empregado e forem por elle mantidos.

Paragrapho unico. Os varões, maiores de 21 annos, que forem desassizados, serão equiparados aos menores.

Art. 381. O pagamento da despesa com o transporte pelas companhias, emprezas ou estradas de ferro, indicadas no art. 379, terá logar á vista das contas por ellas apresentadas, com as respectivas requisições, acompanhadas de requerimento — depois de previamente liquidadas e de ordenada a despesa.

Paragrapho unico. Não serão pagas as contas cujas requisições não trouxerem a declaração ou recibo do empregado de haver tido o transporte para si e sua familia, do ponto de partida ao do destino; nem tambem as que deixarem de mencionar o transporte da bagagem, com indicação do peso ou medição, no caso de excesso, de accôrdo com o artigo seguinte.

Art. 382. Todo empregado terá egualmente direito ao transporte da bagagem, por mar ou por terra, por conta do Governo, além do espaço que é concedido a qualquer passageiro, comtanto que a despesa não exceda da terça parte da importancia que tiver sido abonada para preparos de viagem.

Paragrapho unico. A despesa que exceder o limite fixado correrá por conta do funcionario, salvo si se tratar de chefe de repartição, nomeado ou dispensado, que nenhum excesso pagará.

Art. 383. Si a viagem for interrompida por culpa do empregado, correrão por sua conta as despesas com o novo transporte, ainda que tenha de descontar a respectiva importancia pela quinta parte dos vencimentos, salvo o caso de força maior, que deverá ser immediatamente communicado ao Ministro de que dependa.

Art. 384. Não é devido transporte á familia que acompanha o empregado chamado pelo Ministro respectivo, em objecto de serviço publico, salvo si tiver permissão para conduzir-a, dada por acto escripto.

Art. 385. A's pessoas da familia do empregado, que não tiverem direito ao transporte, poderá o mesmo ser concedido si elle requerer para indemnizar a despesa pela quinta parte dos vencimentos.

Sub-seccção III — Dos preparos e despesas de viagem

Art. 386. A parte da ajuda de custo relativa aos preparos de viagem será abonada ao empregado e pessoas de sua familia nos casos previstos e nas importancias fixadas nos

regularmente especiaes expedidos por cada Ministerio ou nos regulamentos de cada repartição aos mesmos subordinadas.

§ 1.º Todo o empregado, porém, incluídos os extintos, tem direito á ajuda de custo de preparos e despesas de viagem:

a) quando despachado para fóra da séde de sua repartição, afim de exercer qualquer commissão no seu proprio emprego;

b) quando mandado ter exercicio em outra repartição, por interesse do serviço publico, circumstancia essa que deverá constar do respectivo acto, seja ou não marcado o tempo que deva durar esse exercicio;

c) quando removido ou promovido para outra repartição, que não seja na séde daquella a que pertença ou em que esteja com exercicio por interesse do serviço publico;

d) quando tiver de apresentar-se na repartição para que houver sido promovido ou removido, a pedido ou não, e não tenha podido seguir ao seu destino, por haver recebido ordem de continuar a servir naquella a que pertencia, embora já tendo ahi tomado posse do seu novo logar:

e) quando, achando-se em exercicio em outra repartição, por interesse do serviço publico, com ou sem praso marcado, tiver de regressar áquella a cujo quadro pertencer; caso em que sómente terá direito á metade da ajuda de custo. Si, porém, tiver sido promovido ou removido para outra repartição, a ajuda de custo será devida por inteiro;

f) quando removido ou promovido para outra repartição dentro do proprio Estado, sendo em séde differente;

g) quando designado para exercer, interinamente ou em commissão, cargo differente do seu em qualquer repartição da Capital Federal ou dos Estados, mas em séde differente da repartição a que pertencer.

§ 2.º A discriminação do paragrapho precedente não exclue os demais casos que sejam ou venham a ser previstos nos regulamentos especiaes de cada Ministerio ou repartição.

Art. 387. Quando os regulamentos a que se refere o artigo anterior sejam omissos, e nenhum acto tenha sido expedido pelo Ministerio competente, definindo e regulando as importancias a abonar em cada caso, a ajuda de custo de preparos e despesas de viagem será assim calculada: 300\$ para o empregado e 100\$ para cada uma das pessoas da familia, não podendo, porém, a despesa total exceder de 600\$000.

Tratando-se de chefe de repartição, a ajuda de custo de preparos de viagem, na hypothese deste artigo, será de 1:000\$, qualquer que seja o numero de pessoas da familia do em-

pregado, ainda mesmo que não a tenha ou que deixe de acompanhá-la.

§ 1.º Entende-se por família do empregado, para o cálculo desta parte da ajuda de custo, sua mulher e filhos.

§ 2.º Consideram-se menores, para o referido cálculo, e sem direito á ajuda de custo; o homem, até 12 annos e a mulher, até 10 annos.

Art. 388. Si fallecer o empregado depois de haver recebido a ajuda de custo, sua família não é obrigada a restituí-la, embora não tenha elle seguido ainda para o seu destino.

Sub-seccção IV — Das despesas de primeiro estabelecimento

Art. 389. A parte da ajuda de custo relativa ás despesas de primeiro estabelecimento será calculada e paga pelo ordenado annual do logar que o empregado vae exercer, de accordo com as tabellas que tenham sido ou venham a ser organizadas para esse fim por cada Ministerio.

Nos casos omissos prevalecerá a tabella do art. 25 do decreto n. 9.283, de 30 de dezembro de 1911.

Art. 390. Quando se tratar de chefes de repartição, a ajuda de custo de primeiro estabelecimento será abonada segundo a categoria da repartição que tenha de chefiar, conforme classificação prévia, em tabellas apropriadas, que deverão ser organizadas por cada Ministerio.

Art. 391. A ajuda de custo de primeiro estabelecimento só poderá ser paga pela repartição em que o empregado for servir e depois que ahi houver entrado em exercicio.

Art. 392. A prorrogação do praso, por tempo superior ao que houver sido marcado para o empregado apresentar-se em sua repartição, retira ao mesmo empregado o direito á ajuda de custo de primeiro estabelecimento, devendo a repartição que tiver de pagá-la annular o credito concedido para tal despesa e communicar o facto ao Ministerio competente para delle conhecer, indicando o motivo da annullação.

Paragrapho unico. Si houver mais de uma prorrogação, serão os prazos sommados, para verificar-se o excesso.

Art. 393. A prorrogação do praso imposta ao empregado para continuar em exercicio na repartição em que foi mandado servir, por interesse do serviço publico, não lhe dá direito á ajuda de custo de primeiro estabelecimento, ainda mesmo que a prorrogação seja sem limite de tempo.

Art. 394. Na hypothese de vir a fallecer o empregado antes de receber a ajuda de custo de primeiro estabelecimento, sua família não tem direito de reclamá-la, embora já se ache no ponto de destino; sendo-lhe, porém, facultado, nesse caso,

o transporte de regresso, dentro de 60 dias, por conta do Governo, para o Estado que preferir, si assim o requerer.

Art. 395. A repartição que tiver de pagar o primeiro estabelecimento é obrigada a verificar, pela relação de familia, si alguma das pessoas ali indicadas deixou de acompanhar o empregado, ou se alguma gosou do transporte sem a elle ter direito, afim de fazer carga ao empregado da despesa correspondente.

Secção II — Das diarias e abonos por serviços extraordinarios

Art. 396. As diarias a funcionarios, que percebem vencimentos mensaes, destinam-se, em geral, a indemnizar as despesas extraordinarias de alimentação e pousada, que o funcionario é obrigado a fazer nos dias em que se desloca para logar afastado da sua séde permanente, ou provisoria, no desempenho das funcções de seu cargo ou de quaesquer outras que lhe possam ser confiadas peia autoridade competente.

Art. 397. A concessão de diarias aos funcionarios publicos, civis e militares, só terá logar quando de facto sahirem da séde das respectivas repartições, entendendo-se por séde a cidade, villa ou localidade onde as mesmas estiverem situadas.

Art. 398. A concessão de diarias será feita segundo a categoria do funcionario, a natureza do serviço a prestar, as condições de vida ou de salubridade do local onde for servir e demais circumstancias que possam concorrer para o augmento ou diminuição do *quantum* correspondente.

§ 1.º Todos os Ministerios deverão organizar tabellas das diarias regulamentares a serem concedidas aos funcionarios dos mesmos dependentes, que trabalharem fóra das sédes de suas repartições.

§ 2.º Na impossibilidade de fixar, desde logo, a importancia exacta a abonar em cada caso, deverão os regulamentos e tabellas definir os casos em que possa caber ao empregado direito ao abono de diarias, estabelecendo os limites minimo e maximo dentro dos quaes poderá aquelle ter logar.

Art. 399. O abono por serviços extraordinarios prestados fóra das horas do expediente só terá logar nos casos previstos nos diversos regulamentos dos serviços da administração publica ou quando préviamente autorizados pelos Ministros de Estado ou chefes das administrações centraes que tenham para isso competencia legal.

Paragrapho unico. O acto que autorizar serviços extraordinarios deverá desde logo fixar a importancia aos mesmos relativa, para o competente empenho da despesa.

Exceptuam-se os actos referentes á elaboração de trabalhos technicos, scientificos ou de reconhecida relevancia ou utilidade publica, cuja importancia só possa ser determinada por arbitramento, depois de concluidos.

Art. 400. Do acto que autorizar a prestação de serviços extraordinarios, deverão constar a natureza destes e a fórmula da respectiva remuneração.

Paragrapho unico. Em caso de omissão desta ultima circumstancia, a remuneração terá logar por hora de serviço, na mesma razão percebida, pelo empregado em cada hora de expediente normal, descontada, porém, a primeira hora de prerogação, que não será remunerada em caso algum.

CAPITULO V

DO PAGAMENTO DAS DIVIDAS DE EXERCICIOS FINDOS

Art. 401. Por divida de exercicios findos entende-se a que provier de fornecimento ou serviço feito á União no decurso do anno financeiro de exercicio encerrado.

O anno da entrada do fornecimento nas repartições, ou da época da realização do serviço, determinará o exercicio a que pertence a divida.

Paragrapho unico. São tambem consideradas dividas de exercicios findos as que provierem de vencimentos de aposentados e jubilados, soldos, meios soldos, etapas de officiaes e praças das classes armadas do serviço activo, invalidos e reformados, pensões e montepios.

Art. 402. As dividas de exercicios findos dividem-se em duas categorias distinctas:

a) residuos passivos de exercicios anteriores já computados como divida fluctuante do Estado;

b) despesas de exercicios findos, das quaes o Thesouro Nacional e o Tribunal de Contas não tiveram conhecimento em tempo opportuno.

§ 1.º Os residuos passivos de exercicios anteriores resultam dos compromissos legalmente assumidos por conta de creditos orçamentarios ou addicionaes, que, na conformidade do preceito firmado no art. 11 da lei n. 4.536, de 28 de janeiro de 1922, só perdem o vigor, depois de 31 de março do periodo adicional, na parte não legalmente empenhada.

§ 2.º As despesas a serem classificadas, no orçamento vigente, como de exercicios findos, são, consequentemente, as comprehendidas na parte não empenhada dos creditos orçamentarios ou addicionaes, que perdem inteiramente o vigor depois de 31 de março do periodo adicional.

As dividas desta natureza comprehendem tres classes:

a) as que já tiverem sido registradas pelo Tribunal de Contas pela verba de «Exercicios findos»;

b) as que forem contrahidas em virtude de autorização legal e dentro dos creditos votados, mas não levadas em tempo opportuno ao conhecimento do Tribunal de Contas;

c) as contrahidas além dos creditos votados ou sem credito.

Art. 403. As dividas de exercicios findos, já registradas pelo Tribunal de Contas e suas delegações, bem como as relativas aos residuos passivos apurados e registrados pela fórma prescripta nos arts. 252 a 254, deste regulamento, serão, logo após o termo do exercicio, escripturadas como divida fluctuante do Estado, em conta nominal do credor, a lhe ser paga na conformidade do disposto na secção II do capitulo subsequente.

Art. 404. Tratando-se de dividas de exercicios findos contrahidas nas condições indicadas no § 2º do art. 402, mas não levadas em tempo opportuno ao conhecimento do Tribunal de Contas, serão liquidadas á conta dos creditos para «Exercicios findos», que deverão figurar em verba propria no orçamento de cada Ministerio, ou em leis especiaes.

§ 1.º Terá logar a classificação pela verba de «Exercicios findos», quando, embora não legalmente empenhada a despesa, tenha a sub-consignação da verba por onde devia opportunamente correr, deixado saldo sufficiente para comportar o pagamento.

§ 2.º Em caso contrario será a divida relacionada, quanto á parte excedente, para abertura de credito especial, pela fórma indicada no art. 97, do presente regulamento e á conta do mesmo credito, quando concedido, será levada a despesa.

Exceptuam-se desta regra as dividas reclamadas por correios estrangeiros, de serviços estipulados na Convenção Postal Universal e as que provierem do transporte da correspondencia por mar com destino a paizes estrangeiros; bem como as provenientes de vencimentos de aposentados e jubilados: de soldo, meio-soldo e etapas de officiaes e praças do Exercito e da Armada do serviço activo, invalidos e reformados; de pensões e montepios e de funeral ou luto do montepio dos empregados publicos, que poderão ser classificados pela verba de «Exercicios findos», mesmo além das forças das respectivas verbas a que seriam imputadas as despesas, quando corrente o exercicio.

Art. 405. Para pagamento das dividas de exercicios findos de que tiverem conhecimento, solicitarão as delegacias,

dentro de 30 dias após o termo complementar do anno financeiro, os creditos necessarios, justificando-os com a relação das dividas que não houverem sido pagas.

Art. 406. Os pedidos de creditos pela verba «Exercicios findos» deverão ser organizados separadamente por Ministerios e conter os seguintes esclarecimentos: os nomes dos creadores; as importancias devidas; a natureza do serviço, o exercicio a que pertencerem, a data do requerimento e a do despacho que reconheceu a divida; o motivo por que deixou de ser paga e si do credito respectivo ficou saldo que comporta a despesa.

Art. 407. O Thesouro e as Directorias de Contabilidade dos Ministerios providenciarão immediatamente sobre a distribuição dos creditos que se fizerem necessarios pela verba «Exercicios findos».

Art. 408. Para que possam ser reconhecidas pelas repartições de Fazenda as dividas de exercicios findos, devem concorrer simultaneamente as condições de terem sido autorizados os serviços e concedido opportunamente o necessario credito pelo Thesouro.

Fóra das condições especificadas, o direito do credor depende de reconhecimento pelo Ministerio a que disser respeito a despesa, e, deliberado o pagamento, far-se-á effectiva a responsabilidade do funcionario que illegalmente houver autorizado o serviço.

Art. 409. As despesas feitas no primeiro exercicio por conta de creditos especiaes não poderão ser pagas com o saldo que passar para o outro, e sim computadas nos residuos passivos desse primeiro exercicio, para serem liquidadas como divida fluctuante, pela fórmula estabelecida neste regulamento.

Art. 410. Sempre que for solicitado credito ou processado o registro para pagamento das dividas de exercicios findos comprehendidas no § 2º do art. 402, devem os funcionarios incumbidos de tal serviço deduzir a importancia da despesa a pagar do saldo deixado pela sub-consignação respectiva da verba onde se classificaria a despesa, quando corrente o exercicio.

Dessa deducção farão os empregados menção expressa nas informações que prestarem.

CAPITULO VI

DA DIVIDA PUBLICA

Secção I — Normas geraes

Art. 411. O pagamento da divida publica, comprehendendo juros e amortização do capital devido pelo Estado, far-

se-á no Thesouro Nacional e suas delegacias e na Caixa de Amortização, pela fórmula indicada neste regulamento e nos regulamentos organicos dos serviços a cargo daquellas repartições.

Art. 412. Os juros da divida publica não prescrevem, segundo expressa disposição da lei de 15 de novembro de 1827.

Art. 413. O pagamento de juros oriundos do debito publico depende sempre da existencia de creditos orçamentarios ou dos creditos supplementares que o Poder Executivo estiver autorizado a abrir durante o decurso do exercicio financeiro.

Art. 414. O pagamento do capital devido pelo Estado por empréstimos contrahidos, na fórmula do art. 179 deste regulamento, depende da concessão de creditos orçamentarios ou addicionaes, quando se tratar de divida amortizavel em mais de um exercicio.

Em caso contrario, correrá a despesa com simples annullação de receita dentro do proprio exercicio.

A restituição de depositos far-se-á por conta dos recursos proporcionados pela receita ordinaria, quando não tenham sido custodiados em cofre especial.

Art. 415. A divida publica, pagavel pela fórmula precedentemente indicada, comprehende:

- a) a divida consolidada ou de finanças;
- b) a divida fluctuante, administrativa ou de thesouraria.

Secção II — Da divida consolidada

Art. 416. A divida publica consolidada, ou fundada, será paga no paiz ou no estrangeiro, conforme se trate de divida interna ou externa.

Sub-secção I — Da divida interna

Art. 417. O serviço inherente ao pagamento de juro e resgate dos titulos da divida interna fundada subordina-se á superintendencia da Caixa de Amortização na fórmula do respectivo regulamento.

Art. 418. Para que possa exercitar integralmente a fiscalização a seu cargo, manterá a Caixa de Amortização a inscripção geral de todos os titulos da divida publica, com os detalhes previstos no respectivo regulamento, e indicação daquelles cujo assentamento, para o effeito do pagamento de juros, tenha sido feito nas delegacias fiscaes nos Estados.

Art. 419. A inscripção originaria ou fundamental a cargo da Caixa de Amortização será mantida de maneira a conservar

sempre em evidencia a quantidade de titulos e de capital relativos a cada emprestimo, a cada possuidor e a cada delegacia.

Art. 420. A inscripção nas delegacias fiscaes, para o effeito do pagamento de juros, só poderá operar-se com a autorização prévia da Caixa de Amortização, que annotará nos registros a seu cargo as respectivas guias de transferencias de assentamento.

Art. 421. Para os fins do disposto no artigo precedente, as guias de transferencia de assentamento de umas para outras delegacias serão expedidas em duas vias, remettendo-se directamente a primeira á delegacia para onde tenham de ser transferidos os titulos e a segunda á Caixa de Amortização, que, depois de proceder ás devidas annotações e archivar convenientemente esse documento, officiará á delegacia onde se deve operar o novo assentamento, communicando sua approvação, caso nada tenha a oppor.

Art. 422. Si não receber essa communicação dentro de 30 dias contados da data da expedição da guia, deverá a delegacia reclamar-a com insistencia, afim de poder ordenar o novo assentamento a seu cargo.

Art. 423. A' Caixa de Amortização serão integralmente distribuidos, no principio de cada anno, os creditos votados para o serviço da divida interna fundada, que lhe compete centralizar, ficando a mesma obrigada a apresentar mensalmente á Contadoria Central da Republica e ao Tribunal de Contas o balanço de todas as operações concernentes ao mesmo serviço, segundo os dados constantes de sua escripturação geral em confronto com as respectivas tabellas explicativas do orçamento.

Art. 424. A thesouraria geral do Thesouro Nacional fará ao thesoureiro da divida publica, segundo as normas administrativas que forem estabelecidas, os supprimentos necessarios ao pagamento do juro e amortização da divida interna fundada.

Art. 425. Para os pagamentos que tenham de ser feitos nas delegacias fiscaes nos Estados, serão, pela Caixa de Amortização, transferidos os necessarios creditos, observadas as seguintes normas:

a) um mez antes da época marcada para o pagamento dos juros, todas as delegacias fiscaes deverão remetter á Caixa de Amortização uma relação, em duas vias, das apolices inscriptas em cada uma, detalhando-as por emprestimos, e indicando a correspondente importancia dos juros a pagar em cada semestre;

b) logo que receber taes relações, fará a secção de contabilidade da Caixa examinal-as em confronto com as inscrições geraes a seu cargo e com a conta de assentamento de cada delegacia, tendo em vista o movimento semestral das apolices transferidas mediante guias;

c) nos indices de numeração de cada emprestimo far-se-ão as devidas notas, em fôrma synthetica, de modo a evitar-se duplicata de concessão de creditos, na hypothese de haver deixado alguma delegacia de dar a devida baixa em apolices, cujo assentamento tenha sido transferido para outra;

d) verificada a regularidade das relações, quer quanto á quantidade de apolices, quer quanto ao calculo dos juros a pagar, fará a Caixa de Amortização as necessarias operações de transferencia para as delegacias do credito por cada uma solicitado, devolvendo por essa occasião, devidamente registrada, a primeira via de cada relação;

e) dos supprimentos de fundos a pedir á thesouraria geral do Thesouro Nacional serão deduzidas as sommas correspondentes aos creditos transferidos para as delegacias fiscaes.

f) os creditos transferidos serão escripturados por emprestimos na escripturação geral da Caixa de Amortização e constarão dos seus balanços mensaes, de maneira a poderem ser, pela Contadoria Central da Republica e pelo Tribunal de Contas, cotejados com os pagamentos effectivamente feitos pelas delegacias fiscaes.

Art. 426. O pagamento do juro dos titulos da divida interna fundada far-se-á nas épocas e segundo as cautelas e modalidades determinadas no regulamento da Caixa de Amortização, cujas disposições serão observadas pelas delegacias fiscaes nos Estados, no que forem applicaveis aos pagamentos a seu cargo.

Art. 427. A importancia dos juros não recebidos nas épocas proprias pelos possuidores de titulos da divida publica será transferida para depositos, em conta especificada de cada emprestimo, e só por essa mesma conta poderão ser pagos, quando devidamente reclamados.

Art. 428. O resgate dos titulos da divida publica realizar-se-á por compra, quando os titulos se acharem abaixo do par, e por sorteio, quando estiverem ao par ou o excederem.

Art. 429. O sorteio far-se-á perante a junta administrativa da Caixa de Amortização, tres mezes antes de ser devido o resgate.

Os numeros sorteados serão publicados no *Diario Official* por seis dias successivos e communicados ás delegacias

fiscaes nos Estados encarregadas do pagamento de juros. Estas repartições farão por sua vez os precisos annuncios nas gazetas de maior circulação.

Art. 430. Os juros das apolices sorteadas nos termos do artigo antecedente cessarão desde o dia marcado para o resgate.

Art. 431. Os titulos resgatados serão golpeados e incinerados na Caixa de Amortização.

Sub-seccão II — Da divida externa

Art. 432. O serviço da divida externa, comprehendendo o pagamento de juros e amortização dos empréstimos contrahidos em paizes estrangeiros, administra-se directamente pelos banqueiros e agencias financeiras do Brasil no exterior, na fórma dos respectivos contractos, sob a fiscalização e superintendencia da Delegacia do Thesouro em Londres, á qual, no principio de cada exercicio, serão integralmente distribuidos os creditos para tal fim consignados no orçamento da União.

Art. 433. Quando, por qualquer circumstancia, e sem prejuizo dos respectivos contractos, tenha sido pelo Ministro da Fazenda resolvido o pagamento de alguma quota de juro ou de amortização de empréstimos externos no Thesouro Nacional, será esse acto communicado pela Directoria Geral do Thesouro á Delegacia em Londres para annular em sua escripturação e transferir á Directoria de Contabilidade do Ministerio da Fazenda o credito necessario para occorrer a tal pagamento, fazendo aos banqueiros a necessaria communicação.

Art. 434. Os supprimentos de fundos á Delegacia em Londres para attender ao pagamento da divida externa serão, mediante autorização do Ministro da Fazenda, feitos pela thesouraria geral do Thesouro Nacional, directamente, ou por intermedio de estabelecimentos bancarios com os quaes mantenha o Estado conta corrente de movimento.

Art. 435. Dos supprimentos que receber e entregar aos banqueiros ou á agencia financeira do Brasil em Londres, manterá a delegacia conta corrente detalhada, afim de conferir facilmente as contas que pela agencia ou pelos mesmos banqueiros forem mensalmente apresentadas.

As cambiaes recebidas e entregues serão, tanto em taes contas correntes como nos balanços mensaes da delegacia, mencionadas cada uma de per si, com indicação da procedencia e do respectivo numero de ordem.

Art. 436. Para o fim de velar quanto á oportunidade dos pagamentos ou supprimentos a seu cargo, a Delegacia do Thesouro em Londres manterá uma escripturação *analytica* do movimento dos empréstimos externos, em harmonia com a escripturação geral a cargo da Contadoria Central da Republica.

Art. 437. Os pagamentos effectuados pela agencia financeira em Londres, ou quaesquer outros banqueiros, devidamente autorizados com fundos á disposição, serão mensalmente classificados pela delegacia nas respectivas consignações e sub-consignações orçamentarias e assim incorporados ao balanço mensal a ser remettido á Contadoria Central da Republica e ao Tribunal de Contas.

Art. 438. As amortizações e juros não reclamados no correr de cada exercicio serão considerados em despesa como si effectivamente tivessem sido pagos e escripturados como receita de depositos, para serem posteriormente satisfeitos independentes de novo credito.

Secção III — Da divida fluctuante

Sub-secção I — Das dividas em geral

Art. 439. A divida fluctuante do Estado é aquella que o Thesouro Nacional contrae por um breve ou indeterminado periodo de tempo, quer para attender ás momentaneas necessidades de caixa, quer como administrador dos bens de terceiros confiados á sua guarda.

Art. 440. A divida fluctuante comprehende:

- a) o papel-moeda, ou moeda fiduciaria;
- b) as letras do Thesouro;
- c) os bilhetes do Thesouro;
- d) os residuos passivos de exercicios anteriores;
- e) os depositos.

Art. 441. O resgate da divida fluctuante independe da existencia de creditos orçamentarios especialmente destinados a esse fim.

Sub-secção II — Do resgate do papel-moeda

Art. 442. O resgate do papel-moeda far-se-á com os recursos proporcionados pelo fundo especial destinado a esse fim ou com quaesquer outros que forem determinados por lei.

Art. 443. O papel-moeda resgatado pelo Thesouro Nacional será incinerado na Caixa de Amortização, pela fórma prevista no regulamento dessa repartição.

Art. 444. Considerar-se-ão resgatados, para os efeitos legais, os saldos das emissões substituídas, cujas cédulas não forem apresentadas á substituição até o limite maximo do prazo para isso marcado.

Art. 445. Serão, igualmente, considerados resgates os descontos soffridos pelas cédulas em substituição e os pagamentos feitos em moeda metálica subsidiária, como complemento de trocos effectuados.

Art. 446. No balanço financeiro da União classificar-se-á como operação de credito o resgate de papel-moeda levado a effecto com recursos outros que não os proporcionados pelo respectivo fundo especial.

Art. 447. O papel-moeda emitido sobre a base de lastro-ouro ou com qualquer outra garantia real, será resgatado nas épocas e pela forma prevista na lei que dominar a especie.

Sub-seção III — Do resgate de letras do Thesouro

Art. 448. A thesouraria geral do Thesouro Nacional não poderá, sob pena de responsabilidade do respectivo thesoureiro, emitir ou resgatar letras do Thesouro ou quaesquer outros titulos de divida do Estado sem que haja para isso expressa autorização de lei.

Art. 449. As letras do Thesouro, que tenham sido emitidas com autorização legal, serão resgatadas em um ou mais exercicios, conforme determinação da lei reguladora do caso. Na falta de menção especial de prazo, o resgate operar-se-á sempre dentro do proprio exercicio da emissão.

Art. 450. Quando se verificar o resgate dentro do proprio exercicio em que tenham sido emitidas as letras, será a despesa classificada no mesmo titulo em que tenha figurado a receita, operando-se assim a annullação desta.

Art. 451. Em caso contrario, serão os saldos passivos transportados na mesma conta aos exercicios seguintes, classificando-se como operação de credito a despesa com os subsequentes resgates.

Art. 452. As letras resgatadas serão inutilizadas pela thesouraria geral e periodicamente incineradas na Caixa de Amortização, mediante requisição da Directoria de Contabilidade do Ministerio da Fazenda.

Sub-seção IV — Do resgate dos bilhetes do Thesouro

Art. 453. Os bilhetes do Thesouro, emitidos por antecipação de receita, serão resgatados dentro do proprio exercicio da emissão, classificada a despesa como operação de cre-

dito, no proprio titulo em que tenha figurado a receita, que resultará assim annullada para effeito do balanço definitivo de cada exercicio.

Art. 454. Na emissão e resgate dos bilhetes do Thesouro observar-se-ão as normas especiaes firmadas no capitulo I do titulo V do presente regulamento.

Sub-secção V — Dos residuos passivos de exercicios anteriores

Art. 455. A divida fluctuante constituida pelos saldos das despesas empenhadas em exercicios anteriores, apurada e escripturada segundo as normas estabelecidas nos arts. 252 a 254 do presente regulamento, será paga, como deposito especificado, quando devidamente reclamada, pela mesma conta em que tenha sido considerada na receita do correspondente exercicio.

Art. 456. Os pagamentos das despesas de exercicios encerrados a que se refere o artigo precedente só poderão ser effectuados pelo Thesouro Nacional e suas delegacias fiscaes, observadas as seguintes normas:

a) as dividas de exercicios findos já registradas nessa verba pelo Tribunal de Contas e suas delegações em exercicios anteriores e que se achem escripturadas como divida fluctuante, em conta nominal do credor, ser-lhe-ão pagas desde que se apresente á estação pagadora, independentemente de nova petição;

b) os restos a pagar já liquidados e registrados definitivamente para pagamento nas verbas proprias serão pagos mediante requerimento do interessado e independentemente da apresentação de novos documentos;

c) as despesas empenhadas registradas pelo Tribunal de Contas e suas delegações, segundo o disposto no § 3º do artigo 252 do presente regulamento, como divida fluctuante do Estado, serão pagas mediante requerimento do credor, encaminhado pela repartição competente e instruido com a comprovação plena de ter sido effectivamente realizado o fornecimento ou a prestação do serviço cujo pagamento é reclamado.

Art. 457. Os pagamentos que tiverem de ser effectuados pelo Thesouro Nacional serão processados e ordenados pela Directoria de Contabilidade do mesmo Thesouro, á vista dos livros de contas correntes individuaes dos credores, que, juntamente com a respectiva relação, lhe serão transferidos pela Contadoria Central da Republica, depois de lançados nelles todos os creditos segundo o determinado nos arts. 253 e 254.

Art. 458. Os pagamentos a serem feitos pelas delegacias fiscaes serão processados pelas competentes contadorias á

vista das mesmas contas correntes existentes nas secções de escripturação, e ordenados pelos delegados fiscaes, com o visto das delegações do Tribunal de Contas, quando presentes.

Art. 459. As delegacias só poderão pagar como depositos, pelas mesmas contas de residuos passivos de exercicios anteriores, aquellas quantias que tenham sido assim escripturadas nos respectivos balanços.

Para as dividas dessa natureza de umas delegacias, que tenham de ser pagas em outras, precederá audiencia do The-souro Nacional que, si assim julgar conveniente, ordenará o pagamento do deposito, depois de feita a indispensavel liqui-dação da divida pela repartição competente, observadas as normas estabelecidas na secção V do capitulo I do titulo V..

Art. 460. A liquidação, ou comprovação plena do forne-cimento ou serviço effectivamente realizado, a que se refere a letra c do art. 456, será feita, na primeira via da conta apre-sentada, pela repartição a que competir a liquidação da divida, observadas as disposições dos arts. 256 a 262, deste regula-mento.

Art. 461. Não será processada á conta dos residuos pas-sivos de exercicios anteriores a divida que não se achar instruida com a primeira via do acto original do empenho, ou documento que o substitua, e guarde conformidade com os detalhes essenciaes constantes da relação registrada pelo Tri-bunal de Contas e suas delegações.

Paragrapho unico. Consideram-se detalhes essenciaes para o effeito do disposto neste artigo:

- a) o numero e data do empenho;
- b) o nome do credor;
- d) a importancia empenhada;
- c) o exercicio, o Ministerio, a verba, a consignação e a sub-consignação orçamentaria em que tenha sido classificada a despesa.

Art. 462. As contas que, por divergencias fundamentaes e irremediaveis, não puderem ser processadas para pagamento, segundo o disposto no artigo anterior, só como dividas rela-cionadas poderão ser satisfeitas, mediante solicitação do ne-cessario credito ao Congresso Nacional, depois de cancelladas as inscrições nos competentes registros da divida fluctuante pela fórma indicada no art. 464, e promovida a responsabi-lidade dos funcionarios que derem causa ás irregularidades notadas.

Art. 463. Os residuos passivos de exercicios anteriores pre-screvem a favor da União no praso de cinco annos conta-dos do ultimo dia do periodo adicional ao exercicio a que se referir a divida.

Paragrapho unico. Os registros da divida fluctuante dessa natureza, como das demais, serão periodicamente revistos para exclusão das dividas prescriptas.

Art. 464. A exclusão a que se refere o artigo anterior far-se-á mediante baixa nos depositos prescriptos e incorporação das respectivas quantias á receita publica, como renda eventual da União.

Art. 465. De todos os requerimentos que processarem para pagamento farão a Directoria de Contabilidade do Thesouro Nacional e as contadorias das delegacias fiscaes as competentes annotações nos livros de contas correntes e na relação registrada pelo Tribunal de Contas ou suas delegações, observado quanto á dita relação o mesmo regimen estabelecido no art. 353, letra *h*, 2ª parte e art. 354, para as guias de vencimentos não reclamados.

Art. 466. Os residuos passivos de exercicios anteriores, emquanto não liquidados ou prescriptos, farão parte dos balancos do activo e passivo administrado pela União, cumprindo ás diversas contabilidades verificar sempre a exactidão dos totaes dessas dividas em confronto com as respectivas contas correntes.

Sub-seccão VI — Dos depositos

a) — Normas geraes

Art. 467. A divida fluctuante proveniente dos depositos que o Thesouro é autorizado a arrecadar, e de que se faz especial menção no capitulo V do titulo III do presente regulamento, será paga nas proprias thesourarias em que taes depositos tenham sido recolhidos, mediante ordenação dos proprios chefes das repartições a que essas thesourarias estiverem subordinadas.

Paragrapho unico. Exceptuam-se os vales postaes e quaesquer outros depositos que, pela sua propria natureza ou por conveniencia de serviço, devam ser pagos em circumscriptão differente daquella em que tenham sido arrecadados.

Para os vales postaes serão observadas as normas especiaes consignadas nos regulamentos das respectivas administrações e para os demais depositos as regras estabelecidas nas alíneas *a* a *d* do art. 469.

Art. 468. O principio que domina a contabilidade dos depositos é o da perfeita identidade e equivalencia das sahidas relativamente ás entradas, cujas sommas jámais poderão ser excedidas.

Art. 469. Para perfeita observancia do disposto no artigo anterior, a restituição de qualquer deposito só poderá

operar-se pelo mesmo titulo e na mesma especie em que figure a receita correspondente nos livros de contas correntes de que trata o paragrapho unico do art. 175 deste regulamento..

Quando qualquer deposito recolhido em uma repartição tiver de ser pago em outra, observar-se-ão as seguintes regras:

a) o pagamento em repartição differente da que tenha arrecadado o deposito depende de prévia autorização da Directoria de Contabilidade do Ministerio da Fazenda, á qual incumbe a superintendencia de todas as operações de movimento de fundos entre as estações arrecadoras e pagadoras da União;

b) a autorização a que se refere a lettra precedente não será para transferencia do deposito, que não se dará, mas para que determinada repartição possa effectuar o pagamento por conta da que escripturou a receita..

Esse pagamento, quando effectuado, constituirá uma operação de movimento de fundos entre a estação que tiver arrecadado e a que pagar o deposito;

c) a prévia acquiescencia da Directoria de Contabilidade do Ministerio da Fazenda será simultaneamente communicada a ambas as repartições. A repartição pagadora constituirá do officio que autorizar o pagamento o competente documento de despesa do movimento de fundos a debito da estação arrecadora, cobrando da parte quitação em duplicata, sendo uma no documento e outra em separado, que encaminhará directamente áquella no mesmo dia em que effectuar o pagamento;

d) á vista da duplicata da quitação, que será annexada á communicação recebida da Directoria de Contabilidade do Ministerio da Fazenda, ordenará o chefe da repartição, onde figura a receita do deposito, que se lhe dê baixa, a credito da repartição pagadora, observadas quanto á conta corrente desta as normas especiaes consignadas na secção V do capitulo II do titulo V do presente regulamento..

Art. 470. O levantamento de depositos, qualquer que seja a sua origem, realizar-se-á pelo exercicio corrente, ainda que esteja aberto o exercicio em que tiveram logar as entradas, cuja entrega se reclame, cingindo-se, para isso, a respectiva escripturação ao regimen da gestão annual.

Verificado que a retirada de depositos em um exercicio é superior ao valor das entradas nesse periodo, a differença será satisfeita pela fórmula prescripta no art. 414.

Art. 471. Os levantamentos parciaes ou integraes de depositos devem ser annotados nas respectivas guias de reco-

lhimento, bem como nas correspondentes partidas de receita.

b) — *Dos depositos publicos*

Art. 472. A restituição dos depositos publicos, recolhidos ao cofre especial a esse fim destinado, far-se-á sempre á vista de mandado expedido pela propria autoridade que haja ordenado o recolhimento, e segundo as normas prescriptas no decreto n. 2.846, de 19 de março de 1898.

Art. 473. Os mandados não serão cumpridos pelo thesoureiro sem que o director da Recebedoria apponha préviamente aos mesmós o seu *Cumpra-se*.

Art. 474. As precatorias para levantamento de dinheiros do cofre de depositos publicos para pagamento de impostos e outras dividas pertencentes á Fazenda, serão expedidas a favor do thesoureiro da Recebedoria e acompanhadas de guia em duplicata, passada pelo respectivo escrivão.

Paragrapho unico. Nestas guias será annotado o pagamento dos impostos ou da divida e entregue uma via á parte, acompanhada do conhecimento da divida, para ser exhibida em juizo.

Art. 475. O juiz que primeiro decretou o deposito é o competente para o mandar levantar sob sua responsabilidade, assim como para novas penhoras, embargos e outros actos de jurisdição.

§ 1.º Quanto aos depositos ordenados por autoridades administrativas ou judiciaes do antigo regimen, o seu levantamento, embargos, penhoras e mais actos concernentes competem áquellas que no actual regimen lhes correspondem, conforme a sua jurisdição e categoria.

§ 2.º Do mesmo modo, quando o processo originario do deposito for julgado em estancia superior, o respectivo juiz ou autoridade desta poderá autorizar o levantamento e proceder aos demais actos relativos ao mesmo tempo.

Art. 476. As quantias suppridas ao Thesouro Nacional serão escripturadas em conta corrente como depositos de diversas origens e por essa mesma conta restituídas, sempre que aquelle cofre carecer de fundos para attender ao levantamento de depositos.

c) — *Dos emprestimos do Cofre de Orphãos*

Art. 477. Os depositos recolhidos ao Cofre de Orphãos terão a escripturação especial recommendada no decreto numero 5.143, de 27 de fevereiro de 1904, a cargo dos escriptores dos juizos competentes.

Art. 478. As importancias recolhidas aos cofres do Theouro Nacional e das Delegacias Fiscaes nos Estados, de dinheiros a cargo do Cofre de Orphãos, são consideradas em prestimos do mesmo Cofre, e vencerão o juro de 5 %, fixado no art. 13 da lei n. 779, de 6 de setembro de 1854, e art. 8°, § 17, da lei n. 2.940, de 31 de outubro de 1879.

Art. 479. Os depositos provenientes dos emprestimos do Cofre de Orphãos serão restituídos por conta do saldo de cada emprestimo, na conformidade da discriminação constante das respectivas guias de receita, que deverão conter:

a) os nomes dos orphãos e as datas dos seus nascimentos;

b) as filiações;

c) a proveniencia dos peculios;

d) as importancias que pertencerem a cada orphão.

Art. 480. Os pedidos de entrega serão feitos por meio de officio em que se declare o individuo a quem tiver de ser feito o pagamento; o nome do orphão a quem pertencerem as sommas; a sua filiação e a proveniencia do peculio; a data do emprestimo e as importancias discriminadas do capital e juros.

Além disso, nos casos de maioridade, casamento ou obito dos orphãos, as requisições deverão declarar as datas desses acontecimentos, para se calcular o juro sómente até o dia anterior.

§ 1.º Os chefes das repartições, que satisfizerem requisições de pagamento ou entrega de dinheiro de orphãos, que não houverem sido feitas, de accôrdo com as prescripções deste artigo, são responsaveis pelas importancias que mandarem entregar.

§ 2.º As requisições de entrega de dinheiros de orphãos, que não trouxerem reconhecida a firma do juiz officiante por notario publico do lugar, não serão satisfeitas, sob pena de incorrer o ordenador da entrega na disposição penal do § 1º deste artigo.

Art. 481. Os juros de dinheiros de orphãos, que tiverem entrado por emprestimo, e bem assim as sommas que da mesma fórmula forem exigidas, ou sejam para alimentos ou para serem entregues aos orphãos por se acharem emancipados, só poderão ser reclamados pelo mesmo que promoveu o recolhimento, e pagos pela mesma repartição em que tiverem entrada, independente de qualquer instrumento, que não seja a requisição official do juiz, expedida de conformidade com o artigo precedente.

Art. 482. A' vista dos documentos de que tratam os arts. 480 e 481, proceder-se-á no Thesouro e nas delegacias fiscaes á verificação do calculo dos juros e da importancia do capital a restituir-se, e bem assim da exacta concordancia das circumstancias especificadas no art. 480.

§ 1.º Si o pedido de entrega referir-se unicamente a juros, e não a juros e capital, aquelles só serão reclamados e pagos por anno completo.

§ 2.º O pagamento de juros devidos depende de prévia classificação da despesa na competente rubrica orçamentaria.

Art. 483. As mesas de rendas e as collectorias não têm competencia para entregar dinheiros de orphãos, nem para tomar conhecimento das requisições dessa natureza. Essas requisições devem ser encaminhadas directamente para o Thesouro ou para as delegacias fiscaes.

Art. 484. O Thesouro Nacional e as delegacias fiscaes nada têm que ver com a applicação que derem os juizes aos dinheiros de orphãos retirados dos cofres publicos.

d) — Dos bens de defuntos e ausentes

Art. 485 — Os bens de defuntos e ausentes obedecerão ás normas especiaes de contabilidade e escripturação estabelecidas no capitulo II do decreto n. 2.433, de 15 de junho de 1859, a cargo dos competentes juizos.

Art. 486. As importancias recolhidas ao Thesouro Nacional ou suas delegacias por conta dos bens de defuntos terão escripturação especificada em livros de contas correntes, de onde constarão todos os detalhes das guias de recolhimento.

Art. 487. Os fundos das heranças jacentes e bens vagos recolhidos ao Thesouro Nacional ou ás delegacias fiscaes serão entregues aos legitimos herdeiros, ou a quem de direito pertencerem, á vista de precatorias expedidas pelo juizo competente, acompanhadas das habilitações originaes, ficando tras-lado dellas nos respectivos cartorios.

Art. 488. As precatorias para levantamento de depositos serão substituidas por simples officio do juiz sempre que o valor da herança não exceder de 20:000\$, sem emolumento algum.

Art. 489. A apresentação dos autos originaes de que trata o art. 487 não é extensiva aos processos e sentenças relativas ao pagamento de dividas passivas de herança, a respeito das quaes se procederá nos termos da legislação em vigor.

Art. 490. Nenhuma entrega dos bens de herança jacente se effectuará sem que do acto que deprecar a entrega conste o

pagamento prévio dos impostos que forem devidos pela herança ou legado, o que não será extensivo aos credores.

Art. 491. Nenhum precatório ou officio, em virtude do qual se requisiite o levantamento de dinheiros ou bens pertencentes a heranças jacentes ou bens vagos, será cumprido sem que do mesmo conste a intimação da sentença a quem de direito for e que nenhuma opposição houve do curador ou dos fiscaes da Fazenda, ou, tendo havido, que se satisfizeram as diligencias requeridas, ou se proseguiu nos termos ultteriores do processo, na fórma da legislação em vigor.

e) — Das caixas economicas

Art. 492. As caixas economicas da União funcçãoam sob a garantia do Governo, que responderá pela restituição das quantias nellas depositadas, na conformidade das leis da sua instituição.

Art. 493. Os depositos feitos nas caixas economicas, bem como os emprestimos com ellas contrahidos, obedecerão ao regimen de contabilidade e escripturação instituido no seu regulamento.

Art. 494. Os saldos das operações serão recolhidos, na Capital da Republica, ao Thesouro Nacional, e nos Estados, ás delegacias fiscaes, que, com relação ao abono de juros, procederão nos termos dos arts. 173 e 496.

Art. 495. As quantias recolhidas aos cofres do Thesouro Nacional e das delegacias fiscaes nos Estados, pelas caixas economicas, como saldo disponivel do respectivo movimento, terão escripturação especial em conta corrente aberta a cada caixa, e a debito dessa mesma conta correrão todas as quantias que tiverem de ser restituídas.

Art. 496. Na ausencia do acto a que se refere o § 1º do art. 173, os depositos das Caixas Economicas vencerão, capitalizados por semestres, os juros annuaes de 5 % na Capital da Republica e 5 ½ % nos Estados, juros esses que serão semestralmente abonados ás mesmas caixas pelo Thesouro ou suas delegacias, depois de classificada a despesa na competente rubrica do orçamento, dentro dos creditos concedidos.

Verificada a insufficiencia do credito distribuido, devem as delegacias providenciar immediatamente para a concessão do reforço necessario.

Art. 497. Dos juros abonados pelo Thesouro Nacional ou pelas delegacias fiscaes, as caixas economicas se utilizarão de ½ % para occorrerem ás despesas com o seu custeio e o restante será abonado aos seus depositantes, de accôrdo com o regulamento que baixou com o decreto n. 11.820, de 15 de dezembro de 1915.

Art. 498. Os saldos credores das contas correntes das caixas economicas serão transportados ao exercicio seguinte no primeiro dia util de cada anno, depois de calculados e creditados os juros relativos ao segundo semestre do anno findo.

Art. 499. As quantias pertencentes ás caixas economicas, recolhidas ao Thesouro e ás delegacias fiscaes, poderão ser empregadas na amortização da divida fundada ou nas despesas ordinarias do Estado, si não forem applicadas em operações de empréstimos...

Art. 500. Completos, o patrimonio e fundo de reserva das caixas economicas, far-se-á a redução proporcional do juro abonado pelo Thesouro ás quantias alli depositadas.

f) — Dos saldos pertencentes a fundos e caixas especiaes

Art. 501. Os saldos não applicados da receita destinada á constituição de fundos especiaes, que, na conformidade do disposto no art. 177, forem transferidos para depositos, terão conta corrente aberta em livros apropriados, a cujo debito se levarão as quantias que se retirarem.

Art. 502. A transferencia para depositos será feita independente de registro prévio do Tribunal de Contas e suas delegações, mas deverá ser posteriormente sujeita ao seu exame e approvação.

Art. 503. Concluidos ou extinctos os serviços que deveriam ser custeados pelos fundos em deposito, prescreverão estes no fim de cinco annos, contados da data da conclusão ou extinção de taes serviços.

Art. 504. Os pagamentos que tiverem de ser satisfeitos por conta de depositos desta natureza serão liquidados na fórma do disposto na secção III do capitulo I do presente titulo.

Art. 505. Nenhum compromisso poderá ser assumido além das forças dos depositos desta natureza e os que o forem só poderão ser processados como divida relacionada, na fórma do disposto no art. 97, punidos os funcionarios responsaveis na conformidade do que estabelece o § 2º do mesmo artigo.

g) — Dos depositos de diversas origens

Art. 506. A restituição das quantias recolhidas aos cofres publicos, a titulo de deposito de diversas origens, será processada na conformidade das normas especiaes estabelecidas para cada caso, mas consoante sempre a doutrina firmada nos artigos 468 e 469 do presente regulamento.

Art. 507. Os vales postaes serão pagos segundo as normas prescriptas no regulamento da administração geral dos Correios, que centralizará os serviços de fiscalização e compensação dos pagamentos feitos em quaesquer repartições subordinadas.

Art. 508. As taxas e os beneficios de loterias destinados aos institutos de caridade e instrucção serão transferidos para o Thesouro Nacional, cuja Directoria de Contabilidade centralizará o serviço de apuração e rateio e ordenará o pagamento das quotas devidas, segundo as normas prescriptas na segunda parte do art. 469.

Art. 509. As consignações descontadas em folha aos funcionarios publicos civis ou militares e aos inactivos e pensionistas serão pagas na conformidade do disposto na secção IV do capitulo III do presente titulo.

Art. 510. Os depositos e cauções feitos em titulos reger-se-ão pelas normas especiaes estabelecidas no capitulo III do titulo V.

As cauções feitas em dinheiro serão, porém, transferidas por supprimentos para o caixa geral, que as restituirá, quando reclamadas, ao caixa especial de depositos e cauções, para serem por intermedio deste entregue aos legitimos donos.

Art. 511. Os supprimentos dos cofres de depositos e cauções, depositos publicos, juros em deposito e outros terão a escripturação analytica recommendada no paragrapho unico do art. 175, mas de modo a manter sempre em evidencia o saldo credor que, sob pretexto algum, poderá ser excedido.

Art. 512. Os depositos recolhidos aos cofres publicos, dos quaes não se conheça senhor certo, serão escripturados sob o titulo generico de "depositos para quem de direito" e as restituições reclamadas só poderão ser effectivamente attendidas depois de produzida, pelos meios legaes, a prova plena do direito de propriedade que assiste ao reclamante.

Art. 513. Só serão transferidos para o Thesouro aquelles depositos cuja apuração e distribuição ao mesmo Thesouro caiba effectuar, como as quotas de beneficios de loterias e outros.

Nos demais casos observar-se-ão sempre as normas prescriptas nas alneas a a d do art. 469.

Art. 514. Nos balanços mensaes, como nos definitivos, de todas as estações arrecadadoras e pagadoras da União, serão os depositos de diversas origens discriminados, tanto na receita como na despesa, de conformidade com as intitulações abertas nos livros de contas correntes aos mesmos especialmente destinados.

h) — Disposições especiaes sobre as multas em deposito

Art. 515. A importancia das multas depositadas para recurso deverá ser, pelos agentes da arrecadação, recolhida ao Thesouro Nacional ou suas delegacias com o saldo do mez em que tenham sido arrecadadas, ahi permanecendo em deposito até final solução do recurso.

§ 1.º Enquanto escripturadas as multas em deposito, nenhuma percentagem deverá ser pela sua arrecadação abonada aos exactores federaes.

§ 2.º Passada em julgado a decisão que confirmar a multa imposta, será ella communicada ao agente da arrecadação que a tiver recolhido ao Thesouro ou suas delegacias, para que o mesmo agente, no balancete do mez em que receber a communicação, considere 50 % dessa multa em receita, como renda eventual da União, e cobre sobre a mesma a percentagem que lhe couber, levando ao mesmo tempo igual importancia á despesa, como recolhida por movimento de fundos á delegacia ou ao Thesouro Nacional, aos quaes immediatamente avisará por officio essa operação, indicando o numero e data do officio que lhe communicou a solução final do recurso.

§ 3.º A' vista do aviso a que se refere o paragrapho anterior, a delegacia fiscal ou o Thesouro Nacional procederão á baixa da multa pela fôrma indicada na secção V do capitulo II do titulo V deste regulamento, escripturando 50 % como movimento de fundos com a collectoria respectiva e 50 % como deposito a favor do empregado que tiver direito á metade da multa imposta.

Art. 516. A adjudicação aos empregados federaes, ou a particulares denunciantes, de parte das multas applicadas por sonegação de impostos, ou infracção de leis ou regulamentos, só se fará nos casos em que tal concessão estiver expressamente prevista nas leis ou regulamentos de que se tratar.

Art. 517. A adjudicação a que se refere o artigo antecedente só terá logar quando do processo respectivo constar claramente que as multas foram impostas em virtude de participação ou diligencia do funcionario, levadas a effeito em tempo opportuno.

§ 1.º Não terá logar a adjudicação, ao empregado autoante ou apprehensor, de parte das apprehensões ou multas recolhidas aos cofres publicos, quando estas se tenham verificado em virtude de denuncia dada directamente á repartição fiscal da circumscripção respectiva, e o empregado tenha apenas agido em função do seu cargo, por determinação do respectivo chefe.

§ 2.º Os chefes das repartições fiscaes não têm direito, em caso algum, ao producto das apprehensões e multas, ainda que se verifiquem por diligencia sua.

Art. 518. As quotas não reclamadas das multas escripturadas em deposito a favor dos empregados federaes, ou de denunciante, prescrevem a favor da Fazenda em cinco annos, contados da data em que haja passado em julgado a respectiva decisão.

CAPITULO VII

DAS DESPESAS PAGAVEIS NO ESTRANGEIRO

Secção I — Das despesas a cargo da Delegacia do Thesouro em Londres

Art. 519. A delegacia do Thesouro em Londres superintende o pagamento das despesas feitas no estrangeiro, com excepção apenas das de que trata a secção subsequente.

Art. 520. Para exacto cumprimento das attribuições conferidas no artigo antecedente, á Delegacia do Thesouro em Londres serão integralmente distribuidos, no principio de cada anno, os creditos necessarios para occorrer ao pagamento das despesas do pessoal e material relativos ao corpo diplomatico e consular, ao funcionamento da delegacia, ás despesas no exterior dos Ministerios da Marinha e Guerra, ás garantias de juros e subvenções, ao serviço da divida externa e finalmente a todas as despesas declaradamente a seu cargo por força de disposições regulamentares ou de delegação do Ministerio da Fazenda.

Art. 521. Todos os pagamentos feitos pela Delegacia do Thesouro em Londres serão escripturados em réis ouro, na base da paridade legal, qualquer que seja a moeda em que tenham de ser satisfeitos, procedendo-se, para isso, á necessaria conversão a essa base, na hypothese de depreciação da moeda representativa da especie em causa.

Art. 522. O pagamento do pessoal e material relativos ao corpo diplomatico e consular será feito mediante saque a tres dias de vista contra a Delegacia em Londres.

Esses saques serão confirmados por cartas, acompanhadas de todos os comprovantes da despesa.

Art. 523. O serviço da divida externa será provido e centralizado pela Delegacia em Londres segundo as normas constantes da Secção I do capitulo precedente.

Art. 524. Os pagamentos das despesas dos demais Ministerios serão attendidos á proporção que forem sendo requisitados pelos respectivos titulares, observadas pela delegacia, em tudo quanto forem applicaveis, as normas estabelecidas no presente titulo.

Art. 525. Os saldos das despesas empenhadas a cargo da delegacia, por conta dos creditos que lhe são distribuidos, se-

rão escripturados em deposito, como residuos passivos de exercicios encerrados e por essa mesma conta correrão os pagamentos posteriores, durante o quinquennio que anteceder á prescripção.

Art. 526. Para escripturação dos pagamentos feitos por depositos, concernentes aos restos a pagar de exercicios anteriores, manterá a delegacia registros analyticos para cada exercicio, afim de evitar que sejam excedidos os respectivos creditos.

Nos balanços mensaes e definitivos taes pagamentos serão também discriminados quanto ao nome do credor e á verba e sub-consignação por onde corria opportunamente a despesa.

Secção II — Das despesas pagaveis directamente

Art. 527. As despesas pagaveis directamente no estrangeiro, relativas á aquisição de machinas e materiaes, ou a qualquer outro fornecimento ou serviço, podem ser satisfeitas mediante ordem telegraphica, remessa de cambiaes, ou acceite de lettras de cambio, a praso nunca inferior a 10 dias de vista.

Art. 528. As despesas pagaveis pelos meios indicados no artigo precedente comprehendem unicamente aquelles fornecimentos e serviços indispensaveis e urgentes para os quaes tenha sido dispensada a concorrência publica, consoante o disposto no art. 246 deste regulamento e para cuja satisfação podem ser concedidos adeantamentos, segundo o principio estabelecido na lettra *b* do art. 267.

§ 1.º Tratando-se de despesas custeadas por creditos em ouro, não distribuidos á Delegacia em Londres, serão as mesmas previamente empenhadas nessa especie, sobre a base da paridade legal, qualquer que seja a moeda estrangeira em que tenham de ser satisfeitas.

§ 2.º Para as despesas a serem pagas por conta de creditos em papel, proceder-se-á ao empenho pela fórmula indicada na 3ª parte da lettra *b* do paragrapho unico do art. 232.

Art. 529. Os pagamentos urgentes, que tenham de ser satisfeitos mediante ordem telegraphica, serão feitos por intermedio do Banco do Brasil, e as respectivas importancias consideradas como adeantamentos, sujeitos a posterior comprovação, segundo as normas estabelecidas no capitulo II do presente titulo.

Paragrapho unico. Do aviso em que for pedida ao Ministerio da Fazenda a expedição da ordem telegraphica constará a verba por onde deve correr a despesa, bem como a declaração expressa de que esta é comportada pelo saldo daquella.

Art. 530. As ordens telegraphicas expedidas para pagamento de machinas ou materiaes no estrangeiro só poderão ser

satisfeitas pelos estabelecimentos aos quaes competir o pagamento mediante apresentação e entrega dos documentos de embarque devidamente endossados, os quaes serão pelos mesmos immediatamente encaminhados ao ordenador do pagamento, como prova de extinção da divida.

Art. 531. Tratando-se de pagamento por meio de cambiaes, serão as mesmas tomadas por intermedio do Banco do Brasil, em conta corrente, e por este entregues á Directoria de Contabilidade do Ministerio da Fazenda, que, em officio assignado pelo director, autorizará o thesoureiro geral a endossalas a quem de direito.

§ 1.º As cambiaes destinadas a pagamentos no exterior, sacadas a favor do Thesouro e recebidas para serem endossadas pelo thesoureiro, terão entrada e sahida no caixa geral.

§ 2.º Si do contracto de fornecimento constar que o pagamento tenha de ser feito em paiz estrangeiro e contra entrega dos documentos de embarque, a cambial será immediatamente remetida, observando-se quanto ao destino de taes documentos o disposto no final do artigo precedente.

§ 3.º No caso, porém, de se tratar de pagamento a ser feito no exterior, mas depois de recebido e verificado o material, a cambial ficará depositada no Thesouro Nacional ou na Delegacia em Londres, até que, feita aquella verificação, seja ordenado o pagamento, e só então será aquella endossada.

Havendo, porém, demora que possa exceder o praso dentro do qual deve ser paga a cambial, será a importancia da mesma recebida, ou mandada creditar ao Thesouro, em conta corrente, pelo estabelecimento que tiver de satisfazela no estrangeiro, até que se torne devido o pagamento do material encomendado.

Art. 532. Quanto aos pagamentos que tenham de effectuar-se mediante lettra de cambio sacada pelo fornecedor e acceita pelo Ministerio ao qual compete a ordenação da despesa, será esta previamente registrada pelo Tribunal de Contas, si o praso do acceite for maior de 30 dias de vista.

§ 1.º Para os fins do disposto neste artigo, o sacador, contemporaneamente á emissão da cambial, deve dar aviso ao Ministerio contra o qual é sacada a lettra de cambio, regulada esta de modo que aquelle Ministerio tenha o tempo necessario para providenciar quanto á expedição da ordem de pagamento e o registro da mesma pelo Tribunal de Contas.

§ 2.º A ordem de pagamento a que se refere o paragrapho anterior deve ser expedida a favor da pessoa ou da firma a cuja ordem são sacadas as cambiaes, e deve indicar o objecto e a classificação da despesa, o dia preciso em que terá de ser feito o pagamento, que será o do vencimento da lettra acceita,

bem como declarar que a quitação deve ser dada pelo último endossado.

§ 3.º O pagamento desse mandato será feito pela thesouraria contra entrega da cambial munida da respectiva quitação. As cambiaes pagas serão annexadas aos processos que constituem os documentos de despesa.

Art. 533. Quando se tratar de letra de cambio sacada de 10 a 30 dias de vista, deve o Ministerio ao qual compete a ordenação da despesa, e na mesma occasião em que lhe for apresentado o saque para o acceite, solicitar do Ministerio da Fazenda o adeantamento da importancia necessaria ao pagamento, cuja posterior legalização reger-se-á pelas normas estabelecidas no capitulo II do presente titulo.

Art. 534. As cambiaes remetidas pelo Thesouro á delegacia em Londres, por conta de creditos em papel, devidamente registrados pelo Tribunal de Contas, serão pela mesma delegacia consideradas em sua escripturação como receita e despesa de movimento de fundos, cabendo ao mesmo Thesouro a classificação da despesa na competente rubrica orçamentaria, pelo preço de aquisição das alludidas cambiaes, accrescido dos gastos de commissão e aviso.

CAPITULO VIII

DO CUMPRIMENTO DAS ORDENS DE PAGAMENTO

Secção I — Normas geraes

Art. 535. Nenhuma ordem de pagamento será cumprida pelos thesoureiros, pagadores, exactores e demais agentes da administração si não se achar revestida das formalidades prescriptas neste regulamento, e todos quantos deixarem de observar a presente disposição serão compellidos a indemnizar os ccfres publicos das quantias irregularmente pagas, segundo o disposto no art. 279 e seus paragraphos.

Art. 536. Ao receberem os mandados de pagamento, ou adeantamento de sommas a funcionarios de quaesquer repartições, devem os thesoureiros, pagadores e demais agentes certificar-se de sua regularidade, em face do registro do Tribunal de Contas ou suas delegações e da escripturação a cargo da Contadoria Central da Republica, no Thesouro Nacional, ou das secções de contabilidade das demais repartições pagadoras da União, e, no caso de encontrarem quaesquer erros, deixarão de effectuar o pagamento, informando immediatamente de tal occorrença ao chefe a que estiverem subordinados, o qual providenciará no sentido de sanar-se a irregularidade notada.

Art. 537. Dada a hypothese de pagamento de um mandado cuja somma em algarismos não corresponda á quantia escripta por extenso, os thesoureiros, pagadores e demais agentes só poderão ser creditados pela somma menor, ficando individualmente responsaveis pela differença entre esta e a maior quantia paga.

Art. 538. Os thesoureiros e agentes pagadores devem effectuar os pagamentos aos credores que se apresentarem pessoalmente ou aos seus successores ou representantes legais.

Art. 539. A prova da successão ou representação far-se-á pela forma prescripta no art. 270 do presente regulamento e a da identidade da pessoa do credor ou seu representante, segundo as normas estabelecidas nos arts. 335 e 336.

§ 1.º Si se tratar de ordem de pagamento expedida a favor de uma firma commercial, deverá o socio que tiver de dar quitação apresentar o respectivo contracto commercial e o registro da firma na Junta Commercial, provando ter poderes expressos para assignar a mesma firma.

§ 2.º Si se tratar de mandado expedido a favor de uma sociedade anonyma, além dos estatutos registrados na Junta Commercial, deverá a pessoa que se apresentar para receber a respectiva importancia fazer a prova de representação legal da sociedade, em juizo e fóra d'elle, bem como da outorga de poderes para dar a necessaria quitação.

Art. 540. Da impugnação, feita pelos thesoureiros e agentes pagadores ás procurações e quaesquer documentos, com fundamento na illegalidade dos mesmos, para habilitarem ao recebimento de quantias devidas pelo Estado, poderão os interessados recorrer para o chefe da repartição a que taes thesoureiros ou pagadores estiverem subordinados, o qual dará sua decisão por escripto na petição dos mesmos interessados.

Art. 541. As thesourarias e pagadorias manterão um registro das procurações em causa propria outorgadas pelos credores.

Só poderão, porém, ser admittidas a registro aquellas procurações que contiverem á margem ou *in fine* a declaração, firmada pelo funcionario incumbido do processo da divida, de ter sido tal procuração em causa propria annotada na respectiva ordem de pagamento.

Art. 542. Deverão, egualmente, as thesourarias e pagadorias manter um livro apropriado para o registro das firmas dos credores e daquelles que as abonarem com a acquiescencia dos agentes pagadores, por serem destes conhecidos.

Art. 543. Os credores devem, na presença de quem paga, lançar a quitação sobre a propria conta ou ordem de pagamento, declarando por extenso a quantia recebida, datando-a sobre o sello devido e subcrevendo-a com seu proprio nome conforme conste da mesma conta ou ordem de pagamento.

Si uma mesma requisição capear diversas contas, o credor dará quitação em cada uma dellas, pela fórma acima indicada.

Paragrapho unico. Dado o caso do credor não poder ou não saber escrever, a quitação poderá ser dada por outrem, que assignará a seu rogo, com o testemunho de duas pessoas idoneas, a juizo do pagador.

Art. 544. Os thesoureiros e agentes pagadores podem acceitar, sob sua exclusiva responsabilidade, quitação ou recibo exarado em papel á parte, em que se declare o recebimento da somma devida, escripta esta por extenso, a causa do pagamento e qualquer outra circumstancia indispensavel.

Os recibos nessas condições deverão ser collados ás contas ou ordens de pagamento, lançando os thesoureiros e pagadores, sobre elles, a data do pagamento e a sua assignatura, que deverá ser apposta parte sobre a conta e parte sobre o recibo á mesma collado.

Art. 545. No acto do pagamento os thesoureiros e agentes pagadores devem oppor sobre cada uma das contas ou ordens de pagamento um carimbo com declaração de «PAGO» e a indicação da data e logar do pagamento.

Na hypothese de recibo firmado á parte e collado á conta ou ordem de pagamento, consoante o disposto na 2ª parte do artigo anterior, o carimbo será apposto de modo que seus dizeres sejam impressos parte sobre o titulo de credito e parte sobre a quitação collada ao mesmo.

Art. 546. Nenhuma quitação poderá ser acceita sob reserva ou condições.

Art. 547. Quando uma ordem de pagamento ou adiantamento tenha sido emittida em favor do titular de um determinado cargo, sem indicação nominal da pessoa a quem compete receber a importancia, deve essa, ao dar a quitação, escrever, além do seu nome e cognome, a qualidade official que lhe dá direito de recebê-la e firmar a respectiva quitação.

§ 1º. No caso de ausencia do titular, póde ser acceita a quitação de quem legalmente o substitua na ordem hierarchica, declarando esse que recebe pelo funcionario ausente ou impedido, e subcrevendo com sua assignatura a sua propria qualidade official.

§ 2º. A repartição pagadora lançará na relação dos responsáveis por adiantamentos o nome individual da pessoa que tiver firmado a quitação.

Art. 548. Quanto ás ordens de pagamento que comprehendam descontos a favor do Estado ou de terceiros, a quitação dos credores deve ser dada pela somma liquida effectivamente paga.

Si se tratar, porém, de retenção que deva ser creditada em conta especial ao proprio credor, a quitação deverá ser dada pelo total do mandado, recolhendo-se como receita, mediante guia, a importancia retida para credito em conta especial.

Art. 549. Os thesoureiros e os agentes pagadores são responsáveis pela regularidade da quitação das ordens de pagamento ou de adiantamento pelos mesmos satisfeitos.

Art. 550. Os mandados emittidos e pagos pelo modo estabelecido no presente regulamento produzem effeito definitivo, tanto nas contas dos thesoureiros e agentes pagadores quanto nas das administrações do Estado, embora depois de feito o pagamento se reconheça que foi paga quantia maior ou indevida.

§ 1.º Verificado o pagamento a mais ou indevido, a administração competente providenciará para o recolhimento da respectiva importancia aos cofres publicos, a qual será escripturada como despesa a annullar, si ainda estiver aberto o exercicio relativo ao pagamento, ou como indemnização, em caso contrario.

§ 2.º Si os mandados contiverem erro contra os credores, será expedida, a requerimento seu, nova ordem de pagamento pela differença ainda devida.

Art. 551 As contas e demais ordens de pagamento que, devidamente registradas pelo Tribunal de Contas, ou suas delegações, não forem pagas até 31 de março do periodo adicional, deverão ser no dia subsequente, encaminhadas pelos thesoureiros e pagadores á Contadoria Central da Republica, no Thesouro Nacional, e ás contadorias das delegacias fiscaes, nos Estados, para que possam ser escripturadas como residuos passivos do exercicio encerrado, segundo o disposto no art. 254 deste regulamento.

Art. 552. As disposições da presente secção são applicaveis a todos os pagamentos que tenham de ser feitos pelos cofres publicos, quaesquer que sejam os titulos em que deva ser capitulada a despesa.

Secção II — Do extravio ou destruição das ordens de pagamento

Art. 553. No caso de extravio ou destruição de uma ordem de pagamento, devidamente processada e registrada,

deve ser disso immediatamente informada a Directoria Geral do Thesouro, que mandará abrir rigoroso inquerito para apuração do facto e proceder ás convenientes pesquisas para descobrir o paradeiro do processo, requisitando, para tal fim, todas as informações que se fizerem necessarias e mandando publicar aviso de tal facto no *Diario Official* e em quaesquer outros jornaes de maior circulação.

Paragrapho unico. Si se tratar de destruição por agua, ou fogo, ou qualquer outra causa conhecida, lavrar-se-á disso um termo, devidamente testemunhado, para futura comprovação da occorrença.

Art. 554. Caso não produzam effeito as pesquisas tentadas para descobrimento do titulo extraviado, a Directoria Geral do Thesouro, findo o praso marcado no edital para apresentação do mesmo si porventura encontrado, ordenará a reconstituição do processo pela segunda via da conta ou titulo extraviado, expedindo sobre o mesmo uma nova ordem de pagamento.

Ao processar esse novo mandado, o Tribunal de Contas, bem como as demais repartições que devam nelle funcionar, declararão que a baixa no credito da competente rubrica orçamentaria foi dada pela primeira via extraviada, que o processo reconstituído vem substituir para todos os effeitos.

Art. 555. Do extravio ou destruição da primeira via da ordem de pagamento far-se-á menção nas demais vias archivadas nas repartições competentes e em todos os livros e registros em que tenha sido aquella escripturada.

Art. 556. Na hypothese de ser encontrada a primeira via do titulo extraviado, depois de expedida a nova ordem de pagamento, deverá ser o mesmo enviado á Directoria Geral do Thesouro, que o fará annullar e archivar.

Secção III — Dos mandados sujeitos a descontos no acto do pagamento

Art. 557. Os descontos sobre despesas fixas pagaveis em folha ao pessoal activo e inactivo e aos pensionistas do Estado tornar-se-ão effectivos pela forma indicada no capitulo III do presente titulo.

Art. 558. Quanto, porém, aos descontos a que possam estar sujeitas as demais ordens de pagamento, devem elles ser postos em evidencia nas informações que instruirem o processo e nas que servirem de fundamento ao registro do Tribunal de Contas, para que não passem despercebidos ao funcionario incumbido do pagamento.

Art. 559. As ordens de pagamento sujeitas a desconto, pagas pela thesouraria geral, pelas thesourarias das demais

administrações e pelos exactores mediante delegação do The-souro ou das delegacias fiscaes, serão escripturadas pelo seu total em despesa, devendo considerar-se em partida de receita os correspondentes descontos.

Art. 560. Os pagamentos, sujeitos a desconto, feitos pelas pagadorias subordinadas a thesourarias geraes serão, egualmente, escripturados pelas sommas brutas, sendo a importancia correspondente aos descontos recolhida ás mesmas thesourarias, com guia discriminada de receita.

Art. 561. Quando, porém, as pagadorias forem autonomas, poderão as ordens de pagamento, sujeitas a desconto, ser consideradas nos respectivos caixas, apenas pela importancia liquida dos pagamentos effectuados, competindo ás respectivas secções de contabilidade fazer a escripturação da despesa illiquida e dos descontos ás mesmas relativos.

Paragrapho unico. Exceptuam-se, comtudo, os pagamentos para caução, reforço de caução e outros, que devam ser creditados em conta especial ao proprio credor, em relação aos quaes se procederá na fórmula do disposto na segunda parte do art. 548.

Art. 562. Quanto ás consignações descontadas em folha para serem pagas a terceiros, proceder-se-á segundo as normas prescriptas na secção IV do capitulo III do presente titulo.

Art. 563. Os descontos por debito para com o Estado, ou a favor de terceiros, por determinação judicial, serão recolhidos sempre á thesouraria, mediante guia assignada pelo escriptivo do pagamento e considerados estes como deposito a favor do sequestrante e aquelles nas competentes rubricas da receita, ou na conta corrente do responsavel.

Art. 564. Quanto aos descontos por faltas ou multas impostas por punição aos funcionarios publicos, civis ou militares, a importancia dos mesmos será de antemão abatida nas ordens de pagamento, constituindo assim uma economia na correspondente rubrica do orçamento.

Art. 565. Os descontos oriundos de pagamentos feitos por funcionarios delegados com mandados de adeantamento, serão pelos mesmos recolhidos ás thesourarias, consoante o disposto no art. 294 deste regulamento.

Art. 566. No caso de verificar-se erro para mais nos descontos effectuados, a restituição ao credor será feita em folha de pagamento, si se tratar de funcionario activo, de inactivo, ou de pensionista, ou mediante nova ordem de pagamento,

exarada sobre a petição do interessado, si se tratar de pagamento feito em documento constituido pelo primitivo mandado.

Paragrapho unico. Tratando-se de receita do Estado descontada a maior e si ainda não estiver encerrado o exercicio em que se effectuou o desconto, a restituição se fará como simples annullação de receita. Estando, porém, encerrado o exercicio, o pagamento só poderá fazer-se pela verba «Reposições e restituições», do Ministerio da Fazenda, mediante distribuição de credito ou registro directo do Tribunal de Contas.

Art. 567. Si se tratar, porém, de desconto feito a menos, o que importará em pagamento indevido, proceder-se-á na fórma do disposto nos arts. 349 e 550, § 1º, do presente regulamento.

Secção IV — Dos embargos, sequestros e demais actos impeditivos ou suspensivos do pagamento de sommas devidas pelo Estado

Art. 568. Nos casos permittidos por lei, as penhoras, os sequestros, a opposição ou a cessão de direitos relativos a importancias devidas pelo Estado, e qualquer outro acto que tenha por fim impedir ou sustar o pagamento, devem ser notificados, no Thesouro Nacional, ao director da Contabilidade do Ministerio da Fazenda; nas delegacias nos Estados, aos respectivos delegados fiscaes, e nas demais repartições pagadoras da União aos seus competentes chefes.

Art. 569. Os actos referidos no artigo anterior devem ser expedidos por autoridade ou pessoa competente e indicar o titulo e o objecto do credito cujo pagamento se deseja sustar ou impedir.

Art. 570. Não se póde com um só acto sustar ou impedir o pagamento de creditos contra differentes administrações, devendo para cada uma exigir-se um acto separado.

Art. 571. Quando o mandado para pagamento do credito arrestado ou cedido tenha sido encaminhado á thesouraria ou pagadoria, antes da notificação ás autoridades de que trata o art. 568, deverá o credor notificar directamente o respectivo thesoureiro ou agente pagador, que sustará o pagamento, submettendo a notificação ao conhecimento e deliberação do chefe a que estiver subordinado.

Art. 572. Tratando-se de cessão ou delegação para a qual não se faça preciso o consentimento da administração, ou para a qual esse consentimento já tenha sido dado, os funciona-

rios incumbidos do processo das ordens de pagamento anno-tarão nestas os actos relativos á cessão de direitos pela fórma indicada na segunda parte do art. 541.

Art. 573. Ao tomarem conhecimento dos actos impeditivos ou suspensivos de pagamentos devidos pelo Estado, o director da contabilidade do Ministerio da Fazenda, os delegados fiscaes nos Estados e os demais chefes de estações pagadoras da União tomarão as necessarias providencias tendentes a suspender o pagamento e submeter taes actos ao parecer dos respectivos consultores juridicos junto ás mesmas repartições ou aos Ministerios a que estiverem subordinadas, e, si estes nada tiverem a objectar, providenciarão para que sejam aquelles satisfeitos, appondo-lhes o seu *Cumpra-se*, que será datado e assignado.

Si, porém, o sequestro ou opposição forem nulos ou inefficazes, por disposição explicita de lei ou por vicio de fórma, segundo o parecer do respectivo consultor juridico, poderão as mesmas autoridades mandar que prosiga o pagamento em seus ultteriores tramites.

Art. 574. As thesourarias e pagadorias manterão registros especiaes dos actos suspensivos ou impeditivos de pagamentos pela fórma prescripta no art. 541 do presente regulamento.

Art. 575. As quantias sequestradas ou penhoradas a favor de terceiros sómente poderão ser pagas aos mesmos mediante mandado expedido pela autoridade judiciaria que haja ordenado o sequestro ou a penhora.

Art. 576. Emquanto não requisitada a entrega das sommas penhoradas ou sequestradas, serão as ordens de pagamento archivadas nas proprias thesourarias ou pagadorias, tendo annexos os mandados relativos ao sequestro ou penhora.

Art. 577. Os pagamentos aos sequestrantes ou cessionarios serão feitos com as mesmas formalidades prescriptas neste regulamento quanto á prova de identidade da pessoa do credor e á regularidade da respectiva quitação.

Art. 578. As procurações em causa propria, tendo força de escriptura publica, só por acto de igual força poderão ser revogadas.

Art. 579. O thesoureiro ou agente pagador que, opportunamente notificado de algum acto suspensivo ou impeditivo do pagamento de sommas devidas pela União, effectuar, não obstante, o pagamento do credito arrestado, responderá pessoalmente pelos prejuizos que tal procedimento possa acarretar aos legitimos interessados, em cujo favor tenha sido expedido aquelle acto.

TITULO V

Das demais operações a cargo das thesourarias do Estado

CAPITULO I

DAS OPERAÇÕES DE CREDITO

Secção I — Das operações reaes

Sub-secção I — Normas geraes

Art. 580. As operações financeiras e de thesouraria, definidas sob o titulo de operações de credito na secção VI do capitulo I do titulo III deste regulamento, formam materia da competencia da thesouraria geral do Thesouro Nacional, sob a immediata direcção da Directoria da Contabilidade do Ministerio da Fazenda, com excepção dos empréstimos externos, cujo serviço é directamente superintendido pelos respectivos banqueiros, mediante ordenação privativa do Ministro da Fazenda.

Art. 581. Para cada uma das operações financeiras a cargo da thesouraria geral, que não diga respeito á provisão normal de fundos, deverá ser expedido um acto escripto pelo Ministro da Fazenda, ao qual o director da contabilidade do mesmo Ministerio apporá o seu *Cumpra-se*.

Art. 582. Na escripturação das operações de credito reaes, que será feita em livro especial, abrir-se-á uma conta para cada operação autorizada, observadas na emissão e resgate dos respectivos titulos as disposições do art. 182 do presente regulamento.

Sub-secção II — Da emissão de titulos da divida interna

Art. 583. Autorizada a emissão de apolices da divida publica, providenciará a Directoria da Contabilidade do Ministerio da Fazenda para a impressão, na Casa da Moeda, dos respectivos titulos, ouvida a junta administrativa da Caixa de Amortização sobre a estampa ou padrão a adoptar-se.

Paragrapho unico. Si tiver sido resolvida a adopção de determinado typo de apolices das quaes possua o Thesouro grande «stock» na caixa de diferentes valores, serão estas remettidas á Casa da Moeda para impressão do numero e data do decreto que tenha autorizado a emissão e da chancellia do titular da pasta da Fazenda, ao qual competir subscrevel-as.

Art. 584. As apolices a emittir, além da chancellia do Ministro da Fazenda, serão assignadas pelo director da Con-

tabilidade do Ministerio da Fazenda e pelo inspector da Caixa de Amortização.

Art. 585. Nos casos urgentes, em que não puderem ser desde logo expedidas as apolices, emittirá a thesouraria geral uma cautela provisoria, com a qual será permittido fazer-se traspasse ou caução, e cobrarem-se, no Thesouro Nacional, os juros vencidos, mediante baixa nos creditos distribuidos á Caixa de Amortização.

Art. 586. A cautela deverá ser entregue a quem quer que apresente a importancia respectiva; receberá, porém, as apolices a pessoa em cujo nome foram subscriptas, ou o seu representante legal.

Art. 587. Si se der o extravio da cautela de que tratam os artigos antecedentes, applicar-se-ão, para passar-se segunda via, as disposições dos arts. 168 a 174, da 5ª parte do decreto n. 3.084, de 5 de novembro de 1898, referentes aos titulos ao portador.

Art. 588. Das apolices a emittir, devidamente assignadas, far-se-á carga ao thesoureiro geral do Thesouro Nacional no caixa especial das operações de credito, só podendo o mesmo ser descarregado pelos supprimentos que fizer ao caixa geral, segundo o disposto no art. 182, ou pelas substituições das cautelas provisorias emittidas.

Art. 589. As cautelas substituidas serão perfuradas e recolhidas ao cofre de differentes valores, afim de serem periodicamente incineradas na Caixa de Amortização.

Art. 590. A emissão de apolices da divida publica só poderá tornar-se effectiva pelo caixa geral mediante prévio recolhimento da respectiva importancia.

Das apolices ou cautelas recebidas dará, porém, o tomador recibo na correspondente partida do caixa especial das operações de credito.

Art. 591. A' proporção que as apolices forem sendo entregues aos interessados, a Directoria de Contabilidade do Ministerio da Fazenda, remetterá á Caixa de Amortização uma relação da qual constem o numero e data do decreto que autorizou o emprestimo, a taxa de juro que vencem as apolices a que se refere, o nome de cada possuidor seguido da declaração do seu estado e da sua condição civil e nacionalidade, quantidade e respectiva numeração, segundo os valores, das apolices que lhe pertencem e a clausula a que ficam ellas sujeitas.

Quando haja a caução de que trata o art. 585, deve constar da relação sobredita, além do que ficou mencionado, o nome do mutuante.

Art. 592. No caso do Thesouro emittir apolices ao portador, cujo pagamento de juros tenha de ser effectuado na Caixa de Amortização e em outras repartições, a estas a Directoria da Contabilidade dará conhecimento, no fim de cada semestre, da quantidade das apolices emittidas e a numeração da ultima dellas, até completar-se a emissão. Si algumas destas apolices não forem emittidas, por se terem inutilizado, deverá ser mencionada a respectiva numeração, com a indicação dessa circumstancia.

Art. 593. Na emissão de obrigações consolidadas do Thesouro Nacional, observar-se-ão, no que forem applicaveis, todas as disposições da presente sub-seccão.

Art. 594. As bonificações concedidas por lei, para a collocação dos titulos da divida publica, serão consideradas como despesa do Ministerio da Fazenda e escripturadas a debito do proprio decreto que autorizar a emissão, si não houver para esse fim credito proprio ou sufficiente nas respectivas verbas do orçamento daquelle Ministerio.

Paragrapho unico. Quando entregues as apolices ou obrigações a outro Ministerio para occorrer ao pagamento de despesas a seu cargo, por conta dos mesmos correrão as bonificações concedidas para collocação dos titulos.

Sub-seccão III — Dos bilhetes do Thesouro

a) — *Emissão dos bilhetes*

Art. 595. Os bilhetes do Thesouro são titulos de renda contra os quaes recebe o Estado determinadas quantias em dinheiro, como antecipação de receita, para restituil-as em época fixada, mediante pagamento de juros, segundo a taxa estabelecida no acto que autorizar a emissão.

§ 1.º Não tendo sido fixada a taxa de juros, serão estes pagos á razão de 6 % ao anno.

§ 2.º A emissão de bilhetes do Thesouro e o limite da somma que póde ser mantida em circulação dentro de cada exercicio, são autorizados pelas leis annuas de orçamento, ou por leis especiaes.

§ 3.º Os bilhetes do Thesouro são titulos ao portador, transmissiveis por simples tradição.

Art. 596. Os bilhetes do Thesouro são impressos pela Casa da Moeda e numerados consecutivamente, sem distincção de exercicio, em talões de 200 cada um e terão os valores de 50:000\$, 100:000\$, 200:000\$ e 500:000\$000.

Art. 597. Os bilhetes do Thesouro são assignados pelo thesoureiro geral, com o visto do director da contabilidade

do Ministerio da Fazenda. A cada bilhete apporá ainda o thesoureiro a sua impressão digital, para assegurar-lhe inteira authenticidade.

Art. 598. O vencimento dos bilhetes do Thesouro, limitado á duração do exercicio financeiro, é sempre por mez inteiro, e nunca menor de tres nem maior de doze mezes.

Art. 599. Os juros dos bilhetes do Thesouro decorrem do dia em que é recolhida á thesouraria geral a importancia de sua aquisição, e são pagos adeantadamente pela mesma thesouraria, quando adquiridos os bilhetes.

Paragrapho unico. Para a classificação e pagamento dos juros dos bilhetes do Thesouro será integralmente distribuido á Directoria da Contabilidade do Ministerio da Fazenda o respectivo credito orçamentario.

Art. 600. Os bilhetes do Thesouro só podem ser entregues aos subscriptores após a entrada em caixa da importancia correspondente.

A emissão de taes bilhetes deverá ser posteriormente registrada pelo Tribunal de Contas, segundo a fórmula estabelecida no § 1º do art. 183 deste regulamento.

Art. 601. Dos bilhetes a emittir, enquanto não assignados, far-se-á carga ao thesoureiro no caixa de differentes valores, de que trata o art. 690. Uma vez revestidos das assignaturas e da impressão digital referidas no art. 597, passarão a debito do thesoureiro no caixa especial das operações de credito, por onde, mediante exhibição da prova do recolhimento da somma correspondente, serão entregues ao interessado, que dará quitação no mesmo livro, assignando a respectiva partida de descarga.

Art. 602. Os bilhetes serão destacados á tesoura dos respectivos talões, em linhas sinuosas, ficando as correspondentes matrizes a cargo do proprio thesoureiro, para os posteriores confrontos.

Art. 603. Os bilhetes do Thesouro são pagaveis unicamente na thesouraria geral do Thesouro Nacional.

b) — *Pagamento dos bilhetes*

Art. 604. Os bilhetes vencidos deverão ser apresentados para pagamento ao escrivão da thesouraria geral, que, verificando a effectividade do vencimento, extrahirá um cheque contra o thesoureiro, entregando-o ao interessado, juntamente com os titulos vencidos.

Art. 605. De posse desses documentos, o credor entregará os bilhetes ao thesoureiro, para verificação de sua legitimidade, guardando, porém, o cheque.

Art. 606. Os bilhetes apresentados a resgate serão pelo thesoureiro confrontados com a respectiva matriz, em seu poder, sobre a qual apporá um carimbo com a data e a palavra *Pago*, abrangendo parte do bilhete e parte da matriz.

Art. 607. Feita a verificação supra, effectuará o thesoureiro o correspondente pagamento, contra entrega do cheque expedido pelo escrivão da thesouraria.

Art. 608. Os bilhetes pagos, depois do confronto a quo se refere o art. 606, serão inutilizados por meio de machina perfuradora, com a palavra *Inutilizado* e em seguida recolhidos ao caixa de differentes valores, para serem posteriormente incinerados na Caixa de Amortização.

Art. 609. Prescrevem a favor da Fazenda os bilhetes do Thesouro cujo pagamento não seja reclamado dentro de vinte e cinco annos contados do dia do seu vencimento.

Art. 610. No caso de extravio ou destruição de bilhetes do Thesouro, proceder-se-á como em relação ás apolices ao portador.

Secção II — Das operações compensativas

Sub-secção I — Das conversões de especie

Art. 611. As conversões de especie, classificadas no § 2º do art. 179 deste regulamento como operações de credito compensativas, são operações financeiras que as thesourarias executam com o fim de supprir a deficiencia de determinada moeda nos caixas do Estado.

Art. 612. As conversões de especie são reaes ou figurativas: são reaes quando, de facto, se verifica a permuta da moeda, como nos casos de aquisição de cambiaes, em que a uma sahida de numerario em papel corresponde uma entrada equivalente em ouro; são figurativas quando o producto da conversão tem entrada e sahida simultaneas, restando, de facto, uma só entrada ou sahida em ouro ou em papel.

Art. 613. As conversões de especies reaes só podem ser effectuadas pela thesouraria geral do Thesouro Nacional; as figurativas, porém, podem ser realizadas por qualquer thesouraria ou pagadoria do Estado, e pelas proprias contabilidades seccionaes, como uma simples operação de jogo de contas.

Art. 614. Para a aquisição de cambiaes precederá autorização por escripto do director da contabilidade do Ministerio da Fazenda, si a operação tiver de ser feita directamente pelo thesoureiro, ou do Ministro da Fazenda, quando realizado por intermedio de qualquer estabelecimento bancario.

Art. 615. As cambiaes adquiridas ao Banco do Brasil serão escripturadas em caixa a credito desse estabelecimento,

em réis ouro, para serem indemnizadas pelos fundos proporcionados em especie pela conta de vales-ouro ou pela conta corrente de movimento, feita a correspondente conversão. As adquiridas aos demais estabelecimentos bancarios serão pagas immediatamente, salvo decisão em contrario do Ministro da Fazenda.

Art. 616. As conversões de especie figurativas, feitas por intermedio das thesourarias, não poderão ter logar sem autorização expressa do director da contabilidade do Ministerio da Fazenda, na Capital Federal, ou dos delegados fiscaes nos Estados.

§ 1.º A autorização será dada em portaria, que constituirá o documento de sahida da importancia a converter, e na qual deverá ser mencionada, em algarismos e por extenso, a taxa do cambio para a conversão.

§ 2.º Em face da portaria será, pelo escrivão do Caixa, extrahida uma guia de receita para recolhimento do producto da conversão, á mesma taxa constante do documento de despesa.

§ 3.º O producto da conversão será no mesmo acto escripturado em despesa contra a respectiva quitação na ordem de pagamento, adeantamento ou supprimento que tenha de ser satisfeito naquella especie.

Si, em vez de um pagamento, tratar-se de um recolhimento de renda, dará o thesoureiro a quitação devida na especie indicada na guia de receita.

Art. 617. As conversões de especie que tenham de ser escripturadas por jogo de contas não dependem de autorização prévia dos chefes das repartições, quando dos respectivos processos constem a especie e a taxa em que deve ser convertida a importancia.

Em caso contrario deverá tal autorização ser solicitada para o fim de se determinarem aquelles elementos.

Art. 618. Nenhuma importancia poderá ser escripturada como receita ou despesa a titulo de conversão de especie sem que como despesa ou receita seja escripturado o respectivo producto da conversão, salvo caso de differença proveniente de erro no calculo de uma conversão anterior, o que será devidamente provado com a juntada ou referencia do primitivo processo.

Art. 619. As differenças de cambio pró ou contra o Theouro Nacional, verificadas nos pagamentos pelo mesmo effectuados serão contempladas em rubricas proprias do orçamento da receita ou da despesa.

Sub-seção II — Dos supprimentos de exercicio

Art. 620. Como operações financeiras a cargo das thesourarias do Estado comprehendem-se tambem os supprimentos feitos, na vigencia do periodo adicional, pelo exercicio em liquidação ao novo exercicio, ou vice-versa.

Art. 621. Taes operações, como as de que trata a sub-seção precedente, podem igualmente ser reaes ou figurativas: são reaes quando se dá, de facto, a passagem de numerario do caixa de um exercicio para o do outro, afim de attender á insufficiencia de recursos deste na satisfação de compromissos a seu cargo; são figurativas quando, por circumstancias imprevistas e não mais susceptiveis de corrigenda, tenha sido levada ao caixa de um exercicio receita ou despesa pertencente a outro.

No primeiro caso trata-se effectivamente de um emprestimo que só pôde ser effectuado mediante autorização escripta do director da contabilidade do Ministerio da Fazenda ou dos delegados fiscaes nos Estados; no segundo caso trata-se de uma operação de jogo de contas, que será levada a effeito pelas competentes secções de contabilidade, independente de autorização especial, afim de computar-se no exercicio proprio a receita ou despesa indevidamente escripturada em outro.

Art. 622. Os supprimentos reaes comprehendem tambem a passagem dos saldos em numerario e em poder de responsaveis, do exercicio encerrado ao vigente.

Art. 623. A contabilidade dos supprimentos de um a outro exercicio repousa na perfeita correspondencia dos lançamentos da mesma operação em ambos os exercicios, em conta corrente de movimento, segundo a recommendação especial do art. 32, e na demonstração em extractos analyticos de taes contas, que deverão acompanhar os balanços definitivos, conforme preceitúa o art. 33 do presente regulamento.

CAPITULO II

DO MOVIMENTO DE FUNDOS

Secção I — Normas geraes

Art. 624. Por movimento de fundos entende-se o supprimento de numerario, feito por uma a outra thesouraria do Estado, ou a pagadorias autonomas.

Classificam-se, tambem, como movimento de fundos, em relação á thesouraria geral do Thesouro Nacional, as remessas feitas pela mesma ao Banco do Brasil, ou delle recebidas, em conta corrente de movimento ou em conta especial.

Na escripturação centralizadora, a cargo da Contadoria Central da Republica, serão, porém, taes operações consideradas sob o titulo proprio, a debito ou a credito do referido Banco.

Art. 625. O movimento de fundos póde ser directo ou indirecto: é directo quando se verifica, de facto, a deslocação de valores de uma para outra thesouraria; é indirecto quando apenas uma thesouraria paga ou recebe por conta de outra, em cuja escripturação se registra uma simples partida de gyro, em que a cada remessa feita ou recebida corresponde uma receita ou despesa equivalente, sem affectar o saldo em caixa.

§ 1.º O movimento de fundos directo opera-se por via terrestre, por via maritima, ou por intermedio do Banco do Brasil e suas agencias.

§ 2.º O movimento de fundos indirecto opera-se em conta corrente ou por meio de saques de umas sobre as outras thesourarias.

Art. 626. Compete ao director da contabilidade do Ministerio da Fazenda prover aos supprimentos de numerario nas estações pagadoras da União, ordenando os movimentos de fundos necessarios no paiz ou no estrangeiro.

Art. 627. Para o registro das operações de movimento de fundos entre as thesourarias do Estado, manterão as respectivas secções de contabilidade escripturação analytica em livros de contas correntes, onde se abrirá uma conta para cada repartição suppridora ou supprida.

Secção II — Das remessas de numerario por via maritima ou terrestre

Art. 628. As remessas de numerario do Thesouro ás de legacias fiscaes e alfandegas nos Estados não terão logar sem que um dos auxiliares do escrivão, por elle indicado, assista á conferencia, á contagem, ao acondicionamento e ao lacramento dos valores. Desses actos lavrará o auxiliar um termo, em duplicata, que assignará juntamente com o thesoureiro e o fiel.

Art. 629. Cada termo será acompanhado de uma relação em que sejam especificadas as importancias por cédulas, de cada valor, moeda ou especie a remetter. Essas relações serão assignadas pelo escrivão e pelo thesoureiro. Si a remessa tiver de effectuar-se por via maritima, as relações serão tambem assignadas pelo commandante do paquete que conduzir os valores remettidos.

Art. 630. Uma das vias do termo e uma das relações constituirão o documento de sahida do numerario; as outras

serão encaminhadas, com officio da Directoria da Contabilidade do Ministerio da Fazenda, á repartição a que se destinar o numerario.

Art. 631. Em registro proprio serão escripturadas todas as remessas feitas ou recebidas pela thesouraria geral do Thesouro Nacional, com indicação do numero e data do officio que avisar a remessa; da data da entrada ou sahida; da importancia recebida ou remetida; da data da liquidação, e das differenças porventura encontradas, para mais ou para menos, nas remessas recebidas.

Paragrapho unico. Destas differenças lavrar-se-a um termo, que será assignado pelo thesoureiro e escrivão, e visado pelo director da contabilidade. Nesse termo se mencionarão, cedula por cedula, as differenças encontradas, em confronto com a respectiva relação.

Art. 632. Procedimento identico ao indicado nos artigos anteriores terão as delegacias fiscaes e alfandegas, quanto ás remessas que fizerem, ao Thesouro Nacional ou ás proprias delegacias, dos saldos disponiveis, ou á Caixa de Amortização, das notas retiradas da circulação ou dilaceradas a substituir.

Paragrapho unico. As importancias das remessas em notas dilaceradas ou substituidas, depois de trocadas pela Caixa de Amortização, serão por esta recolhidas á thesouraria geral do Thesouro Nacional, por conta das delegacias que as tenham remetido para a substituição.

Art. 633. O supprimento ás repartições pagadoras terá logar mediante pedido feito em officio, e não poderá exceder de 2.000:000\$000.

Art. 634. Depois de despachado pelo director da contabilidade do Ministerio da Fazenda, será o officio entregue ao escrivão, a quem serão endereçados pedidos de supprimento de fundos, á proporção das necessidades, pelo funcionario a cuja disposição houver sido posto o supprimento.

Este funcionario apresentará ao escrivão um pedido, no qual indicará a importancia necessaria, declarando si a recebe por conta ou por saldo do supprimento á sua disposição.

Tal pedido será satisfeito, independente de nova autorização ou visto do director da contabilidade, desde que haja saldo á disposição do funcionario que o subscrive.

Art. 635. O escrivão juntará este pedido, como elemento comprobatorio do supprimento, ao officio de requisição, no qual annotará a data e a importancia entregue por conta do saldo.

Fará, em seguida, extrahir duas guias, em que se declarem o nome do responsavel, a importancia que recebe, o numero

e data do officio por conta do qual se faz a entrega, e um cheque para o pagamento da quantia.

O cheque e as guias, depois de rubricados pelo responsavel e pelo escrivão, serão enviados ao thesoureiro, que, depois de rubricar as guias, entregará a somma pedida.

Art. 636. O cheque ficará em poder do thesoureiro, uma das guias com o escrivão, a outra guardal-a-á o responsavel, constituindo para o thesoureiro e o escrivão documentos comprobatorios da despesa, e documento de receita para o responsavel a quem for feito o supprimento.

Quando for entregue o saldo do supprimento autorizado, o officio requisitorio constituirá o documento de despesa do caixa geral.

Art. 637. As thesourarias, pagadorias, recebedorias ou alfandegas requisitarão o auxilio da força publica sempre que tiverem de effectuar o transporte de numerario para embarque, por via maritima ou terrestre, ou sempre que, embora tratando-se de repartições na mesma cidade, assim o exigirem as circumstancias, quer pelas vultosas quantias transportadas, quer pelo perigo a que possa estar sujeito o transporte.

Art. 638. No caso de transporte por via terrestre, deve o volume ser acompanhado até á estação por um fiel do thesoureiro e um dos auxiliares do escrivão, que cobrarão o competente recibo do agente da estação que tenha de effectuar o despacho.

Art. 639. Tratando-se de pequeno volume, que possa ser acondicionado em malas ou bolsas de viagem, o director da contabilidade ou o chefe da repartição remettente podem designar dous funcionarios de sua confiança para conduzirem o numerario a seu destino, mediante pagamento de uma ajuda de custo para a viagem.

Art. 640. As normas, faculdades e cautelas que se tornarem indispensaveis além das prescriptas neste regulamento para a remessa de fundos de uma a outra thesouraria do Estado, para o recebimento e conferencia do dinheiro e valores remettidos, para a expedição do recibo do thesoureiro consignatario e para o modo de prover ao pagamento do frete, carreto e ajudas de custo, serão estabelecidas em instrucções especiaes pela Directoria da Contabilidade do Ministerio da Fazenda.

Secção III — Das remessas por intermedio do Banco do Brasil

Art. 641. As remessas directas de numerario, de que trata a secção anterior, será sempre preferivel o supprimento por intermedio do Banco do Brasil e suas agencias.

Art. 642. O supprimento de numerario por intermedio do Banco do Brasil será autorizado pelo Ministro da Fazenda, em conta corrente de movimento, sem outra commissão ou remuneração para o Banco além dos juros estipulados para a referida conta corrente.

Art. 643. Os pedidos de supprimento de numerario, ao serem submittidos a despacho do Ministro, serão instruidos com o parecer verbal ou por escripto do director da contabilidade do Ministerio da Fazenda, sobre a sua opportunidade ou necessidade, em face dos saldos disponiveis de cada repartição.

Paragrapho unico. Para os fins do disposto neste artigo, todas as delegacias fiscaes nos Estados são obrigadas a comunicar semanalmente áquella directoria o estado dos respectivos caixas, distinguindo os valores em moeda corrente dos relativos a notas substituidas e dilaceradas, que terão de ser remettidas, para troco, á Caixa de Amortização.

Art. 644. Autorizado o supprimento, serão expedidas as necessarias ordens ao Banco do Brasil, em carta do Gabinete, assignada pelo Ministro da Fazenda, cabendo á Directoria da Contabilidade do mesmo Ministerio fazer a devida comunicação á repartição a que se destina o supprimento.

Art. 645. Logo que tenha sido effectuada a entrega pela agencia do Banco do Brasil, deverá a delegacia ou alfandega destinataria dar immediato conhecimento á Directoria da Contabilidade do Ministerio da Fazenda, que annexará tai communicação ao pedido de supprimento.

§ 1.º O processo assim formado constituirá o documento justificativo do jogo de contas a que terá de proceder a Contadoria Central da Republica, em face dos lançamentos feitos pelo Banco do Brasil na caderneta da conta corrente de movimento com o Thesouro Nacional.

§ 2.º A repartição a que tenha sido feito qualquer supprimento por intermedio do Banco do Brasil, consideral-o-á em sua escripta á conta do Thesouro Nacional, com a declaração de ter sido a remessa feita pelo mesmo Banco.

§ 3.º Os processos justificativos dos supprimentos feitos e recebidos serão encaminhados á Contadoria Central da Republica, onde ficarão archivados até á liquidção das contas de cada exercicio, quando baixarão ao cartorio do Tribunal de Contas.

Art. 646. Como operação de movimento de fundos com o Thesouro Nacional, poderão ser tambem as estações arrecadoras situadas em logar distante da séde das delegacias a que estiverem subordinadas, autorizadas a recolher ás agencias do Banco do Brasil o producto diario, ou semanal da arre-

cadação a seu cargo, considerando-o sempre em sua escripturação como remessa feita á respectiva delegacia fiscal e dando a esta immediato conhecimento dos recolhimentos feitos. Aos seus balanços mensaes deverão ser annexadas as primeiras vias das quitações dadas pela agencia do Banco do Brasil, das importancias recebidas.

Art. 647. Em face da communicação a que se refere o artigo anterior, a delegacia considerará a importancia como effectivamente recolhida aos seus cofres, e dal-a-á, em partida de despesa, como remessa feita ao Thesouro Nacional.

Secção IV — Dos saques contra o Thesouro Nacional

Art. 648. As delegacias fiscaes e alfandegas em cuja séde não exista agencia do Banco do Brasil, ou quaesquer outras que tenham sido autorizadas pela Directoria da Contabilidade do Ministerio da Fazenda, poderão sacar contra o Thesouro Nacional as quantias que tenham recebido de terceiros para proporcionar supprimento de numerario ou para attender ás necessidades das operações financeiras a seu cargo.

Art. 649. Terá logar o saque:

a) quando a delegacia necessitar de numerario, que possa ser supprido por qualquer firma ou empreza commercial estabelecida em sua séde;

b) quando qualquer empreza ou firma precise fazer pagamentos na Capital Federal e recolha a respectiva importancia aos cofres da delegacia;

c) quando, para qualquer pagamento a seu cargo, não disponha a delegacia de fundos sufficientes e o interessado acceitar saques sobre o Thesouro Nacional, contra quitação firmada na respectiva ordem de pagamento.

Art. 650. Serão tambem admittidos saques pró e contra o Thesouro Nacional pelos pagamentos e recebimentos feitos nas delegacias fiscaes e alfandegas por conta do Montepio Geral dos Servidores do Estado.

Art. 651. Os saques contra o Thesouro Nacional serão emittidos em duas vias, não poderão ter praso de vencimento menor de tres dias de vista e serão gyrados pelo thesoureiro da delegacia ou alfandega, com o visto e assignatura do respectivo delegado ou inspector.

Art. 652. Os saques serão sempre nominativos e transmissiveis por endosso, na fórmula da legislação em vigor.

Art. 653. Nos casos das lettras *a* e *b* do art. 649, só poderão ter logar a emissão e a entrega do saque, depois de recolhida aos cofres da delegacia ou alfandega a importancia correspondente.

Art. 654. No caso da letra c do art. 649, só será emitido e entregue o saque depois de firmada na ordem de pagamento a respectiva quitação, segundo as normas prescriptas neste regulamento.

Dada a quitação e emitido o saque, ordenará o delegado fiscal ou inspector da alfandega que a despesa seja computada em caixa, sob o titulo proprio, considerando-se em partida de receita a importancia do saque como remessa recebida do Thesouro Nacional.

Art. 655. Os saques contra o Thesouro, emitidos pelas delegacias e alfandegas, pela fórma precedentemente indicada, serão recebidos pelo escrivão, quando forem apresentados á thesouraria geral, em primeira ou segunda via, juntamente com o officio correspondente.

O escrivão, depois de confrontal-o com o officio, e verificar que guarda conformidade com o mesmo e está devidamente sellado, registral-o-á no livro proprio, em duas paginas distinctas, indicando, em uma, que servirá de indice geral, o numero de ordem da thesouraria, a data do vencimento, a importancia, o nome do sacador e o numero da letra, bem como a data do pagamento quando este tiver logar; na outra pagina, que servirá de conta corrente com cada delegacia ou alfandega, serão mencionados a data e numero de cada saque, a via, si é primeira ou segunda, o praso do vencimento, a importancia, o nome da pessoa ou ente moral a cujo favor se saca; o numero de ordem da thesouraria, as datas do aceite e do pagamento, bem como o nome do portador.

Art. 656. Autorizado o aceite por despacho do director da contabilidade do Ministerio da Fazenda, exarado no officio, irá o saque ao thesoureiro; ao portador será entregue pelo escrivão um conhecimento em o qual se fará menção do numero da letra, da procedencia e importancia desta.

A' vista deste conhecimento será, no dia seguinte, restituído; pelo thesoureiro, ao portador, o saque com o aceite. Da data deste correrão os dias de vista.

Art. 657. Decorridos estes será o saque apresentado ao escrivão, que procederá á verificação do vencimento e da identidade e idoneidade da pessoa indicada no saque ou no ultimo endosso.

Dará, então, baixa no livro proprio e, visando o saque, restituir-o-á ao interessado, que o apresentará ao thesoureiro para o resgate. Sem o visto do escrivão não se effectuará o pagamento.

Art. 658. A quitação será dada no verso do saque, pela pessoa ou firma nelle indicada ou pelo ultimo endossado,

cuja identidade será reconhecida pelo escrivão, segundo as normas prescriptas no art. 336 deste regulamento.

Art. 659. Os saques pagos cada dia, juntos aos officios correspondentes, constituirão um só documento de despesa e serão capeados por uma guia extrahida pelo escrivão.

Art. 660. Quanto aos saques pró e contra o Thesouro, relativos ao Montepio Geral dos Servidores do Estado, a que se refere o art. 650, proceder-se-á da seguinte fórma:

a) na primeira quinzena dos mezes de janeiro, abril, julho e outubro, sacarão as delegacias fiscaes nos Estados, a praso de oito dias, contra o Thesouro Nacional e a favor do Montepio Geral dos Servidores do Estado, pela importancia da receita, proveniente das joias, annuidades, multas, emolumentos e de qualquer outra origem, arrecadada no trimestre anterior; sacando, na mesma occasião, a favor do Thesouro e contra o Montepio, com egual praso, pela importancia do pagamento das pensões e de qualquer outra despesa effectuada no referido trimestre; de modo que o jogo dos supprimentos se faça, com facilidade e clareza, entre o Thesouro e o Montepio, recebendo este daquelle o excesso de sua receita, quando ella for maior do que a despesa, ou indemnizando a importancia do supprimento feito pelas delegacias, quando a receita for inferior á despesa;

b) as primeiras vias dos sobreditos saques serão remetidas directamente ao Thesouro e as segundas, ao secretario do Montepio, juntamente com uma das vias dos documentos da receita e da despesa, devidamente numeradas e relacionadas;

c) fóra das mencionadas épocas não se fará nenhum saque a favor do Montepio, embora não haja necessidade de applicar durante o mez a importancia da receita arrecadada;

d) na receita dos balanços mensaes ou definitivos incluirão as delegacias fiscaes o valor integral dos saques que realizarem a favor do Montepio, e na despesa, a importancia tambem integral das letras que remetterem contra este, afim de que sómente no Thesouro se liquide por differença o jogo de movimento de fundos.

Secção V — Do movimento de fundos em conta corrente

Art. 661. As estações arrecadadoras e pagadoras da União, directamente subordinadas ao Thesouro Nacional quanto á remessa dos balanços mensaes de receita e despesa, pôdem receber ou pagar quaesquer quantias por conta umas das outras, mediante autorização expressa da Directoria da Contabilidade do Ministerio da Fazenda.

Essa autorização poderá ser permanente ou especial, para cada caso, conforme a operação tenha de effectuar-se constante ou excepcionalmente, e deverá ser simultaneamente communicada a ambas as repartições.

Art. 662. Os recebimentos ou pagamentos normaes terão logar sempre que occorrerem em circumscripção diversa, por conta de uma administração central, como os recolhimentos das rendas arrecadadas pelos districtos telegraphicos ou os supprimentos aos mesmos feitos pelas delegacias fiscaes nos Estados.

Art. 663. Qualquer quantia recebida ou paga por conta de outra repartição, será, na que effectuou a operação financeira, considerada como supprimento daquella recebido ou á mesma feito.

Art. 664. De todos os pagamentos feitos por conta de outras repartições, em conta corrente, serão cobrados recibos em duplicata, constituindo a primeira via o documento de despesa, e sendo a segunda immediatamente enviada á repartição por conta da qual foi o pagamento effectuado.

Paragrapho unico. Os thesoureiros e pagadores respondem pela validade e authenticidade das quitações que lhes forem dadas pelo interessado, no acto dos pagamentos feitos por conta de outra repartição.

Art. 665. Para registro dos recebimentos ou pagamentos que uma repartição effectuar por conta de outra, abrir-se-á em ambas uma conta corrente no livro das operações de movimento de fundos, cabendo áquella communicar regularmente a esta todas as quantias por sua conta arrecadadas ou pagas.

Taes communicações serão acompanhadas das segundas vias dos recibos de que trata o art. 664.

Art. 666. A' vista da communicação a que se refere o artigo anterior, a repartição por conta da qual se arrecadam rendas ou se effectuou algum pagamento, ordenará que se proceda ao respectivo jogo de contas, a debito ou a credito da estação pagadora, por contra-partida do titulo em que se deva classificar a receita recolhida ou a despesa paga.

§ 1.º Essa escripturação far-se-á, sempre que for possível, dentro do mesmo mez em que tiver sido recebida ou paga a importancia a que se referir a communicação.

§ 2.º A's ordens de pagamento serão colladas as segundas vias das quitações remettidas, appondo-se ás mesmas um carimbo com a palavra *Pago*, abrangendo parte da ordem e parte da quitação, segundo o processo recommendado no art. 545 deste regulamento.

Art. 667. Além das communicações recommendadas no art. 664, deverão as repartições que tenham recebido ou pago quaesquer quantias por conta de outras remetter-lhes, até o ultimo dia do periodo adicional, um extracto detalhado das respectivas contas correntes, para serem pelas mesmas conferidas.

Art. 668. Os balanços mensaes e definitivos serão acompanhados de demonstrações analyticas dos movimentos de fundos, de modo a permittirem á Contadoria Central da Republica a compensação e facil liquidação das remessas recebidas com as remessas feitas.

Art. 669. Si até o ultimo dia do trimestre adicional a repartição, por conta da qual devêra effectuar-se qualquer pagamento em outra, não tiver recebido o aviso desta, acompanhado da segunda via da quitação, deverá levar o facto ao conhecimento da Directoria da Contabilidade do Ministerio da Fazenda, citando o numero e data do officio em que lhe foi communicada a autorização.

Art. 670. A Directoria da Contabilidade do Ministerio da Fazenda, em face dessa communicação, expedirá officio a ambas as repartições, cancellando a autorização dada, que não poderá prevalecer no novo exercicio, ainda que se trate do pagamento de depositos.

Art. 671. O pagamento, em o novo exercicio, das importancias nessas condições, só poderá ser feito mediante nova autorização.

CAPITULO III

DOS DEPOSITOS E CAUÇÕES

Art. 672. Além dos depositos de que trata a secção V do capitulo I do titulo III deste regulamento, receberão as thesourarias do Estado os depositos e cauções feitos em dinheiro, em cadernetas das caixas economicas ou em titulos da divida publica, pelos funcionarios encarregados de pagamentos, arrecadação ou guarda de dinheiros publicos ou responsaveis por quaesquer bens da União, bem como pelos contractantes de fornecimentos e serviços federaes e pelos licitantes ás concorrências publicas ou administrativas.

Art. 673. Os depositos e cauções de que trata o artigo precedente serão recebidos nas thesourarias mediante guias expedidas pelas autoridades administrativas competentes, na forma dos regulamentos dos serviços federaes, devendo taes guias mencionar:

- a) o nome do depositante;

b) o nome da pessoa em cujo favor é feita a caução, si esta não for o proprio depositante;

c) a função ou o compromisso garantido pela caução;

d) a especie depositada e o seu valor total;

e) a importancia da caução pela qual é feito o deposito.

Art. 674. Antes de serem presentes ao escrivão da thesouraria, deverão taes guias receber o *Visto* do chefe da respectiva secção de contabilidade, ou pessoa pelo mesmo designada, afim de certificar-se a repartição de sua perfeita regularidade, consoante as disposições do presente regulamento.

Art. 675. Apresentada a guia ao escrivão, com o visto da secção de contabilidade, extrahirá este um conhecimento do deposito, transcrevendo no mesmo todos os detalhes da referida guia e indicando o numero de ordem da correspondente partida de receita. Este conhecimento será assignado pelo escrivão ou um dos seus auxiliares, e, depois de subscripto pelo thesoureiro, entregue ao depositante.

Art. 676. Os valores depositados em caução serão escripturados no caixa especial de depositos e cauções, mencionando-se a especie depositada, o nome do possuidor e o do responsavel cujo compromisso ou função garantir.

Art. 677. As guias a que se referem os artigos precedentes constituirão os documentos de receita do caixa de depositos e cauções, e conterão no verso um carimbo com indicação do numero de ordem da respectiva partida, data e importancia depositada.

Art. 678. Pelos depositos feitos em cadernetas das caixas economicas ou em titulos da divida publica, o valor a escripturar no caixa de depositos e cauções não será a importancia garantida pelos titulos, mas sim a relativa ao valor nominal destes.

Art. 679. As guias de recolhimento serão depois encaminhadas ás secções de contabilidade a que estiverem subordinadas as thesourarias, afim de serem contempladas na escripturação analytica que as mesmas secções deverão manter, abrindo em livros especiaes de contas correntes uma conta para cada depositante, com indicação de todos os elementos de informação constantes das mesmas guias.

Esses contas correntes terão indices alphabeticos dos depositantes, com indicação das paginas referentes ás contas de cada um.

Art. 680. O deposito será levantado á requisição da mesma autoridade administrativa que tenha determinado a caução, a qual, no acto requisitorio, prestará todas as infor-

mações referentes ao cumprimento ou extinção do compromisso garantido.

Art. 681. O levantamento dos depósitos feitos será ordenado, no Thesouro Nacional, pelo director da contabilidade do Ministerio da Fazenda, e nas demais thesourarias do Estado pelos chefes das repartições a que estiverem as mesmas subordinadas.

Art. 682. O levantamento do depósito será ordenado á vista do conhecimento a que se refere o art. 675, depois de convenientemente informado pelas secções de contabilidade o processo a que o mesmo se achar annexado.

Art. 683. Dado o extravio do conhecimento, não será extrahida segunda via do mesmo; a sua falta será supprida com uma certidão do depósito, passada depois de assignar o depositante um termo de responsabilidade, no qual se mencione o facto do extravio e da substituição do conhecimento e se declare este invalidado para todos os effeitos.

§ 1.º Nos casos em que os chefes das repartições julgarem necessarias maiores garantias, poderão exigir para o referido termo de responsabilidade fiança de firma idonea ou de estabelecimento bancario.

§ 2.º No canhoto do talão relativo ao conhecimento expedido far-se-á nota do termo assignado e da certidão passada para levantamento do depósito.

§ 3.º No caso de ser posteriormente exhibido o conhecimento extraviado será o mesmo inutilizado e collado ao respectivo canhoto.

Art. 684. As cauções feitas para garantia da execução de contractos celebrados com a Fazenda Nacional, só poderão ser restituídas após autorização do Tribunal de Contas ou suas delegações, mediante prova da execução ou rescisão legal dos mesmos contractos.

Art. 685. Os depósitos feitos para garantia de determinada função ou compromisso, não poderão servir para garantia de compromisso ou função differente, ainda que do mesmo valor.

Art. 686. Os proponentes que tenham de licitar em novas concorrências farão sempre novos depósitos, podendo para isso levantar os anteriores, si se acharem desembaraçados.

Art. 687. As cauções prestadas para garantia de funções ou de compromissos decorrentes de contractos firmados com a União poderão ser em qualquer época reforçadas com um novo depósito, observadas quanto ao recebimento e escripturação deste as mesmas formalidades prescriptas nos artigos antecedentes.

Paragrapho unico. Quando a importancia do reforço tiver de ser descontada de algum pagamento a effectuar-se aos contractantes de fornecimentos ou serviços publicos, a guia para o recolhimento do deposito será extrahida pela pagadoria á qual incumba effectuar o pagamento e conterá todas as indicações necessarias constantes do officio da repartição que requisitar o desconto.

Art. 688. As cauções prestadas em dinheiro serão, depois de escripturadas no caixa dos depositos e cauções, passadas por supprimento para o caixa geral, segundo o estabelecido no art. 510 do presente regulamento, e sempre que tiverem de ser levantadas entrarão novamente naquella caixa como supprimento restituído por este.

Art. 689. Das cauções excutidas ou que devam, independentes de processo judicial, reverter para os cofres publicos, por força de disposições de lei ou clausulas contractuaes, dar-se-á sahida no caixa de depositos e cauções, escripturando-se a respectiva importancia a debito do caixa geral, como renda eventual da União, si se tratar de deposito em dinheiro, ou a debito da caixa de differentes valores, como patrimonio do Estado, si se tratar de caução em titulos ou em valores não amoedados.

CAPITULO IV

DA CONTABILIDADE DOS DIFFERENTES VALORES

Art. 690. A guarda, conservação e manejo dos metaes preciosos, dos papeis de credito, sellos e estampilhas e demais valores não amoedados pertencentes á União, estão affectos aos thesoureiros das repartições de Fazenda, aos quaes se fará carga no caixa especial de differentes valores.

Art. 691. Os metaes ou pedras preciosas serão recolhidos ao sobredito caixa de differentes valores depois das indispensaveis verificações de toque e quilates, feitas pela Casa da Moeda ou pelo technico escolhido pelo Ministro da Fazenda, que por essa occasião os avaliarão de accôrdo com o seu valor intrinseco.

Art. 692. A carga aos thesoureiros será feita por unidade de peso ou medida e pelo valor total do objecto. Caso não tenha sido este determinado, devem os thesoureiros representar aos seus respectivos chefes pedindo a imprescindivel avaliação.

Art. 693. As moedas raras ou exemplares de medalhas artisticas ou commemorativas, depois de registradas no caixa de differentes valores, deverão ser transferidas, mediante repre-

sentação dos thesoureiros, para o museu numismatico da Casa da Moeda, onde serão devidamente classificadas e catalogadas.

Art. 694. Os papeis de credito pertencentes ao Estado por compra, sorteio, reversão ou qualquer outro titulo, serão inscriptos no caixa de diferentes valores pelo seu valor nominal, qualquer que seja a sua cotação em Bolsa.

Art. 695. Os titulos ou cautelas que não tenham valor impresso, por ainda não terem sido emittidos, terão escripturação á parte, em folha especial do caixa de diferentes valores, procedendo-se de egual modo com os titulos inutilizados, a serem incinerados na Caixa de Amortização.

Art. 696. Os sellos e estampilhas, comprehendidos na contabilidade especial dos diferentes valores a cargo dos thesoureiros, terão escripturação em livros-caixas apropriados, com columnas distinctas para discriminação das especies e valorés.

Art. 697. Far-se-á carga aos thesoureiros, não só dos sellos e estampilhas recebidos da Casa da Moeda, como dos inutilizados ou retirados da circulação, devolvidos pelas exactorias federaes, para serem substituidos.

Art. 698. Os thesoureiros só poderão ser creditados pelos sellos e estampilhas que directamente venderem, pelos fornecidos ás repartições de Fazenda e pelos devolvidos á Casa da Moeda.

Art. 699. Os sellos inutilizados ou retirados da circulação, que tenham de ser pelas delegacias fiscaes devolvidos á Casa da Moeda, serão acompanhados de relações detalhadas em que se mencionarão as especies, valores e quantidades ás mesmas relativas, bem como o valor total da remessa, em algarismos e por extenso.

Art. 700. Da abertura, na Casa da Moeda, dos volumes contendo fórmulas devolvidas, lavrar-se-ão sempre termos circumstanciados, nos quaes se mencionarão as diferenças porventura encontradas para mais ou para menos, como no paragrapho unico do art. 631.

Art. 701. Sempre que se verificarem taes diferenças, a directoria da Casa da Moeda dará conhecimento das mesmas á Directoria da Receita Publica, á qual remetterá cópia authentica do termo a que se refere o artigo anterior.

Esse termo será, pela mesma Directoria da Receita, transmittido á delegacia que houver feito a remessa, com a recommendação de ser o respectivo thesoureiro debitado ou creditado pelas diferenças a menos ou a mais encontradas na conferencia.

Art. 702. Os pagamentos que tenham de ser effectuados em titulos da divida publica correrão pelo caixa de differentes valores, ao qual será feito o necessario supprimento em titulos emittidos.

Art. 703. O thesoureiro assignará a carga proveniente de taes supprimentos, devendo o credor, além da quitação firmada na ordem de pagamento, subcrever, juntamente com o escrivão da thesouraria, ou um de seus auxiliares, a partida de despesa lançada neste mesmo caixa.

Art. 704. Quando se tratar de pagamentos constantes a um mesmo credor em apolices de valor não inferior a 1:000\$ e a importancia a pagar for fraccionaria, dará o thesoureiro as apolices correspondentes aos contos de réis devidos, emittindo pela fracção um vale, que será pelo mesmo assignado, juntamente com o escrivão.

§ 1.º Logo que os valores emittidos attingam á importancia de 1:000\$, serão resgatados contra entrega da correspondente apolice.

§ 2.º Si a somma dos vales ultrapassar o valor de 1:000\$, além da apolice dará o thesoureiro um novo vale pela differença, o qual será futuramente resgatado pela fórma acima indicada.

§ 3.º Si, por occasião de effectuar-se o ultimo pagamento, a somma dos vales emittidos não attingir á importancia de 1:000\$, serão os mesmos resgatados em dinheiro, mediante supprimento do caixa geral.

Art. 705. A importancia dos vales emittidos sera considerada como deposito de diversas origens e por essa mesma conta correrá o pagamento quando devidamente reclamado.

Art. 706. O director da contabilidade do Ministerio da Fazenda, no Thesouro Nacional, e os chefes das demais repartições da Capital Federal ou dos Estados mandarão proceder pêriodica ou inesperadamente a balanço no cofre dos differentes valores pertencentes ao Estado, inclusive os sellos e estampilhos, afim de certificar-se da exactidão dos saldos apresentados pela respectiva escripturação.

TITULO VI

Dos saldos do balanço financeiro

CAPITULO I

DO SALDO EM CAIXA

Art. 707. Os collectores federaes não transportarão para o mez seguinte os saldos mensaes da arrecadação em seu poder. Taes saldos serão remettidos ás delegacias fiscaes re-

spectivas nos prazos e pela forma prescripta na secção IV do capitulo I do titulo III do presente regulamento, encerrando-se assim definitivamente em cada mez o livro caixa geral.

Art. 708. Os pagadores directamente subordinados a alguma thesouraria não transportarão, igualmente, ao mez seguinte, os saldos dos supprimentos que tenham recebido para occorrer aos pagamentos mensaes a seu cargo; cumprindo-lhes, no ultimo dia de cada mez, recolher á thesouraria de que immediatamente dependam as importancias que tiverem sido descontadas nos pagamentos feitos e o saldo de cada supprimento recebido.

Art. 709. Os pagadores autonomos e thesoureiros são os unicos agentes que poderão transportar ao mez seguinte, nos respectivos caixas, os saldos em dinheiro em seu poder, emquanto corrente o exercicio financeiro a elles relativo.

No ultimo mez do trimestre adicional a cada exercicio deverão, porém, todos os pagadores e os thesoureiros das administrações centraes recolher ao Thesouro Nacional ou suas delegacias o saldo em numerario existente nos respectivos caixas, os quaes ficarão assim definitivamente encerrados.

Sómente a thesouraria geral do Thesouro Nacional e as delegacias deste poderão transportar ao exercicio seguinte, pela forma indicada no art. 622 os saldos em caixa verificados no exercicio anterior.

Art. 710. Os saldos dos caixas das collectorias federaes serão mensalmente verificados pela forma indicada no artigo 889, 2ª parte.

Art. 711. Os saldos em poder dos thesoureiros e pagadores serão regularmente conferidos nas épocas determinadas nos regulamentos das repartições a que estiverem subordinados, sendo, porém, obrigatoria e indispensavel tal conferencia no ultimo dia do trimestre adicional.

Paraphrapho unico. Dos balanços e conferencias procedidos nos cofres publicos lavrar-se-ão nos respectivos caixas termos circumstanciados, que serão assignados pelo thesoureiro ou pagador e pelos funcionarios incumbidos do exame e visados pelo chefe da repartição.

Art. 712. Os directores e chefes de repartição ou serviços darão, inesperadamente, pelo menos uma vez em cada semestre, balanço nos cofres dos thesoureiros, pagadores, agentes ou outro qualquer responsavel e examinarão simultaneamente a escripturação dos respectivos livros, lavrando termos destes balanços extraordinarios em livros especiaes. Estes balanços extraordinarios não dispensam, porém, os regulamentares, de encerramento de operações.

Art. 713. O balanço nos caixas e a verificação dos respectivos saldos são também indispensaveis sempre que cessar a gestão de um exactor, thesoureiro, pagador, agente ou qualquer outro responsavel por dinheiros publicos, lavrando-se os competentes termos nos livros caixas ou em outros onde figurem as responsabilidades, e providenciando-se quanto á sua assignatura pela fórma indicada no paragrapho unico do art. 711.

Art. 714. Si o responsavel, por motivo de força maior, não puder comparecer ao acto da verificação dos valores existentes no cofre a seu cargo, deverá constituir um representante legal, com poderes para assignar todos os termos e compromissos que se fizerem necessarios.

Si, apesar de intimado, não comparecer o responsavel, por abandono de emprego ou por se achar foragido, mandará o chefe da repartição, na presença de testemunhas idoneas, proceder ao arrombamento do cofre, do que se lavrará minucioso termo, que será assignado pelas testemunhas presentes, além dos funcionarios incumbidos do balanço e do chefe da repartição.

Art. 715. Na hypothese de cessar a gestão de um exactor, pagador, ou qualquer outro agente responsavel, o saldo em caixa verificado pela fórma indicada no art. 713 será immediatamente recolhido ás thesourarias do Thesouro Nacional, das delegacias fiscaes ou das administrações centraes de que immediatamente dependam.

Art. 716. Terminada a gestão de algum thesoureiro, o saldo em caixa e demais valores a seu cargo serão transferidos a seu substituto, mediante termos circumstanciados e discriminativos de taes valores, lavrados nos livros caixas ou quaesquer outros onde se tenha feito carga ao responsavel.

§ 1.º Taes livros, assim encerrados, serão remettidos ao Tribunal de Contas ou suas delegações para a tomada de contas do agente cuja gestão termina.

§ 2.º A escripturação a cargo do novo thesoureiro será feita em novos livros, devidamente authenticados pela fórma indicada neste regulamento.

CAPITULO II

DO SALDO EXISTENTE NAS ESTAÇÕES

Art. 717. Na organização dos balanços mensaes das estações arrecadoras e pagadoras da União e demonstração dos respectivos saldos, consideram-se a debito de taes estações, como saldo existente nas mesmas, as importancias a

serem recolhidas no mez subsequente e constantes dos balancetes mensaes dessas estações.

Art. 718. Os saldos a que se refere o artigo anterior são os que provêm:

a) de rendas arrecadadas pelas alfandegas, recebedorias, mesas de rendas, administrações dos correios, collectorias federaes e quaesquer outras repartições que tenham a seu cargo a cobrança de rendas da União, constantes dos respectivos balancetes, mas não entradas ainda nos cofres do Thesouro ou suas delegacias, quer por se acharem em transito para estas repartições, quer por motivo de se ter feito transporte do saldo, no encerramento das contas da receita e despesa do mez, para a nova conta do mez seguinte, de accôrdo com o disposto no art. 709;

b) da parte ainda não despendida das importancias recebidas por supprimento pelos pagadores ou thesoureiros referidos no art. 709, para pagamentos nas suas repartições, as quaes, por occasião do encerramento de contas do mez, e de conformidade com o disposto no mesmo artigo, fazem transporte dessas sobras para a nova conta do mez seguinte.

Art. 719. No encerramento dos exercicios nenhum saldo desta natureza poderá continuar mais nas estações de arrecadação ou pagamento, em virtude do disposto nas segunda e terceira partes do art. 709, e o que não tiver sido recolhido, como ahi se determina, será considerado saldo em poder de responsaveis, em relação ao qual se procederá pela fórma indicada no capitulo IV, deste titulo.

CAPITULO III

DO SALDO EM PODER DE BANCOS E CORRESPONDENTES

Art. 720. As quantias suppridas aos agentes financeiros do Brasil no Paiz ou no Exterior, ou dos mesmos recebidas, para occorrer ao pagamento do serviço da divida externa ou na realização de quaesquer operações de credito, ou ainda em conta corrente especial ou de movimento, obedecerão ao regimen da gestão annual, devendo ser os respectivos saldos transportados ao exercicio seguinte no ultimo dia do anno financeiro.

Art. 721. No balanço definitivo de cada exercicio serão demonstrados, na especie correspondente, os saldos recebidos do exercicio anterior, em poder de cada banco ou agente financeiro, bem como os transferidos ao exercicio seguinte, segundo o disposto no artigo precedente.

Art. 722. A Contadoria Central da Republica, por occasião de organizar as contas da gestão financeira a serem apresentadas ao Congresso Nacional, deverá providenciar para que sejam annexadas áquellas as contas originaes de cada banqueiro, agente financeiro ou correspondente, por estes devidamente authenticadas, demonstrando a exactidão dos respectivos saldos no ultimo dia de cada anno financeiro, em relação á escripturação geral a seu cargo e aos dados do balanço definitivo de cada exercicio.

Art. 723. As obrigações para com o Thesouro Nacional dos banqueiros, correspondentes ou agentes financeiros do Estado, no Paiz ou no Exterior, regulam-se pelas disposições dos respectivos contractos ou das leis especiaes que as tenham autorizado.

Na falta de uns e outros, reger-se-ão pelas disposições de direito commum.

CAPITULO IV

DO SALDO EM PODER DE RESPONSÁVEIS

Art. 724. Consideram-se saldos em poder de responsáveis:

a) as rendas, contribuições, depositos e outras quaesquer receitas arrecadadas e não recolhidas pelos agentes da arrecadação aos cofres das thesourarias federaes até o ultimo dia do trimestre adicional;

b) as despesas indevidamente pagas pelos thesoureiros, pagadores e agentes da arrecadação, si, dentro do periodo adicional, não tiverem sido pelos mesmos recolhidas ás respectivas thesourarias as importancias correspondentes; bem como aquellas ordenadas, sem o registro do Tribunal de Contas, por intermedio de estabelecimentos bancarios ou agentes financeiros da União, sendo, neste caso, considerados solidariamente responsaveis tanto as repartições, funcionarios ou particulares que receberam taes dinheiros, como os respectivos ordenadores;

c) os adeantamentos a quaesquer funcionarios, civis ou militares, de que não tenham sido prestadas contas até o ultimo dia do exercicio financeiro, segundo o disposto no artigo 298;

d) os saldos não recolhidos pelos thesoureiros das administrações centraes e pelos pagadores autonomos aos cofres das delegacias fiscaes nos Estados, e do Thesouro Nacional, na Capital Federal, até 31 de março do praso adicional;

e) a importancia dos desfalques verificados administrativamente nos cofres publicos;

f) os alcances judicialmente fixados pelo Tribunal de Contas.

Art. 725. Os saldos em poder de responsaveis só poderão figurar na escripturação do Thesouro Nacional e das delegacias fiscaes, nos Estados.

Em todas as demais contadorias seccionaes dos Ministerios ou das administrações centraes, os saldos que se acharem nas condições do artigo precedente, depois de debitados aos responsaveis, serão, no ultimo dia do periodo addicional, transferidos por movimento de fundos para o Thesouro Nacional, mediante relação individuada em tres vias, com indicação dos cargos, funções ou residencias dos responsaveis, como dispõe o artigo seguinte.

Paragrapho unico. Encerradas taes contas nas administrações centraes, passarão as mesmas a ser escripturadas nominalmente pela Contadoria Central da Republica, segundo o disposto no art. 8º, n. 8, alinea III, letra c.

Art. 726. Dos saldos que, no encerramento do exercicio, forem verificados nas condições do art. 724, serão, pela Directoria da Contabilidade do Ministerio da Fazenda, na Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro, e pelas delegacias fiscaes, nos demais Estados, organizadas relações em tres vias, indicando o nome e o cargo ou função publica do responsavel, sua repartição ou residencia, importancia e motivo das responsabilidades verificadas.

A primeira via de taes relações, bem como das organizadas, pelas demais administrações, nos termos do artigo precedente, será directamente encaminhada ao representante do Ministerio Publico junto ao Tribunal de Contas, para proceder na fórmula do disposto nos arts. 898 a 900; a segunda via será encaminhada á Contadoria Central da Republica, para os effeitos do art. 8º, n. 8, alinea III, letra c, e a terceira ficará archivada na repartição que a tiver organizado.

Art. 727. A Directoria da Contabilidade do Ministerio da Fazenda e as delegacias fiscaes nos Estados, á vista da terceira via das relações a que se refere o artigo anterior, providenciarão para que, no ultimo dia do exercicio, cada um dos responsaveis seja individualmente debitado em livros de contas correntes, com indicação do cargo ou residencia de cada um, bem como das razões do debito.

Art. 728. Feito o debito pela fórmula acima indicada, será o saldo geral dos diversos responsaveis transferido ao exercicio seguinte, como manda o art. 622.

Art. 729. Dos balanços definitivos de cada exercicio, organizados em todas as contadorias seccionaes, constarão nominalmente os diversos responsaveis por saldos em poder,

quer tenham sido taes saldos transferidos ao Thesouro Nacional por movimento de fundos, quer passados ao exercicio seguinte no mesmo Thesouro e suas delegacias nos Estados.

Art. 730. As quantias que forem posteriormente pagas pelos responsaveis, por conta ou por saldo de seus debitos, não serão levadas á receita orçamentaria como indemnizações, mas sim ao credito dos mesmos responsaveis, para abatimento ou encerramento das respectivas contas.

Art. 731. Emquanto não definitivamente liquidados, os saldos em poder de responsaveis, accumulados de exercicio a exercicio, farão sempre parte dos balanços financeiros, mensaes ou definitivos, não podendo nenhuma repartição ordenar a baixa de qualquer responsabilidade sem que tenha sido recolhida aos cofres publicos a respectiva importancia, ou sem que tenha a mesma sido legalmente relevada, mediante registro do Tribunal de Contas.

Art. 732. Os saldos em poder de responsaveis deverão sempre ser recolhidos á repartição onde figuram os correspondentes debitos, afim de se poder dar baixa nas responsabilidades extinctas, como prescreve o art. 730.

Si, porém, por qualquer circumstancia, houver sido esse recolhimento ordenado em estação diferente, proceder-se-á como prescreve a secção V do capitulo II do titulo V do presente regulamento.

Art. 733. De todos os creditos feitos a responsaveis por saldos em poder cumpre que seja immediatamente avisada a Contadoria Central da Republica, independente do lançamento feito no balanço mensal.

§ 1.º A Contadoria Central da Republica, recebendo taes avisos, aguardará a chegada do balanço mensal aos mesmos relativo e, uma vez verificada a existencia do credito, procederá aos respectivos lançamentos na escripturação a seu cargo, documentando-os com os avisos que tiver recebido.

§ 2.º Si aquella contadoria verificar que de algum balanço constam creditos de que não tenha recebido communicação, reclamará-a immediatamente da repartição em falta, applicando-lhe as penas administrativas que no caso couberem.

Art. 734. Independente das relações directamente remetidas pela contadorias seccionaes, nos termos da segunda parte do art. 726, a Contadoria Central da Republica, depois de encerrado cada exercicio, remetterá directamente ao representante do Ministerio Publico junto ao Tribunal de Contas uma demonstração do estado geral das contas dos diversos responsaveis, indicando:

a) o estado de taes contas no exercicio anterior;

b) os creditos feitos durante o exercicio, em virtude de recolhimento aos cofres publicos ou de relevação devidamente registrada pelo Tribunal de Contas;

c) os novos debitos oriundos de actos de gestão praticados no exercicio expirante;

d) o estado actual, no fim desse exercicio.

Paragrapho unico. Essa demonstração constará de duas partes: uma, synthetica, resumindo os debitos e creditos pelas repartições onde durante o exercicio se verificaram; outra, analytica, com a individuação e mais detalhes exigidos na primeira parte do art. 726.

Art. 735. A contabilidade relativa aos diversos responsáveis é, para os effeitos de administração, equiparada á dos proprios dinheiros publicos, respondendo os funcionarios della encarregados pelas emissões, malversações ou negligencia commettidas, e de que tenham resultado ou possam resultar prejuizos para a Fazenda Publica.

TITULO VII

Das normas administrativas que devem preceder o empenho das despesas

CAPITULO I

DAS CONCURRENCIAS

Secção I — Normas geraes

Art. 733. As concurrencias que, segundo o disposto no art. 244, devem preceder á assignatura de contractos com o Estado, realizar-se-ão nas repartições subordinadas aos diversos Ministerios, nas épocas e segundo a fórmula e as modalidades estabelecidas nas instrucções de serviço, observadas sempre as normas geraes estabelecidas no presente regulamento.

Art. 737. As mesmas normas obedecerão as concurrencias abertas para a venda de generos ou proprios nacionaes, material inservivel, residuos de fabricação e outros bens do dominio patrimonial ou industrial do Estado.

Art. 738. As concurrencias serão publicas ou administrativas:

§ 1.º Far-se-á concurrencia publica:

a) para fornecimentos, embora parcellados, custeados por creditos superiores a 5:000\$, salva a excepção do paragrapho seguinte;

b) para execução de quaesquer obras publicas de valor superior a 10:000\$000;

c) para a alienação de bens do dominio patrimonial da União, moveis ou immoveis.

§ 2.º Terá logar a concorrência administrativa, ou permanente:

a) para os fornecimentos ordinarios ás repartições publicas, sempre que a administração entender mais conveniente esse regimen aos interesses do serviço;

b) para os casos de emergencia em que seja dispensavel a concorrência publica, mas cujo sigillo ou urgencia não fiquem prejudicados com os breves prazos e ligeiras formalidades das concorrências administrativas;

c) para a venda dos residuos de fabricação, material inservivel ou miudezas cuja diminuta importancia não deva constituir objecto de concorrência publica;

d) para os fornecimentos ou obras publicas aquem dos limites fixados na lettra *a* do paragrapho precedente.

Art. 739. Serão dispensaveis as concorrências nos casos previstos nas lettras *a* e *e* do art. 246 deste regulamento, observando-se, porém, quando possivel, o disposto na lettra *b* do § 2º do artigo precedente.

Art. 740. Haja ou não declaração no acto que convocar as concorrências, presume-se sempre que o Governo se reserva o direito de annullar qualquer concorrência, por despacho motivado, si houver justa causa.

Art. 741. Em todas as concorrências, publicas ou administrativas, a questão da idoneidade dos proponentes será examinada e julgada previamente, antes de abertas as propostas. As propostas cujos autores não tiverem sido considerados idoneos não serão abertas.

§ 1.º Aos concurrentes será licito reclamar contra a inclusão ou exclusão de qualquer concorrente na lista de idoneidade, mediante prova dos factos que allegarem.

§ 2.º Sempre que os chefes das repartições publicas apurarem, em processos administrativos, irregularidades que denunciem dolo ou má fé por parte dos proponentes ou dos contractantes de fornecimentos e serviços publicos, deverão levar o facto ao conhecimento do ministro a que estiverem subordinados, o qual, verificados os factos expostos no processo, declarará por despacho inidonea a pessoa, firma ou empresa de que se tratar, dando disso conhecimento aos demais Ministerios e mandando que tal despacho seja publicado.

De taes despachos terão registro especial todas as repartições publicas que dos mesmos tiverem conhecimento, devendo esse registro ser consultado sempre que se tenha de julgar a idoneidade dos concurrentes.

Art. 742. Em todos os fornecimentos a serem feitos ás repartições publicas federaes, terão sempre preferencia, em egualdade de condições, os proponentes nacionaes.

Art. 743. A concorrência cabe de direito ao autor da proposta mais barata, por minima que seja a differença entre ella e qualquer outra.

Art. 744. É lícito ao Governo estipular uma segunda condição que, no caso de absoluta egualdade entre duas propostas com direito á melhor classificação, sirva para decidir a quem cabe a preferencia.

Secção II — Das concorrências publicas

Art. 745. A concorrência publica far-se-á por meio de publicação, no *Diario Official* ou nos jornaes officiaes dos Estados, de um edital expedido pela repartição que haja de firmar o contracto do fornecimento ou prestação de serviços, e no qual deverão ser indicados:

a) a autoridade que presidirá a concorrência, o logar dia e hora em que deverão ser abertas e lidas as propostas;

b) o objecto da concorrência, indicadas com a mais extrema minucia todas as condições technicas e administrativas, como a designação, marca, peso, medida ou volume dos objectos a fornecer; condições de entrega e de verificação; plantas, desenhos, natureza da construção e do material a empregar, praso maximo do inicio e da terminação das obras, e todos os demais detalhes indispensaveis á perfeita identificação do objecto da concorrência, que versará apenas sobre o preço ou da unidade ou da totalidade da obra, do arrendamento ou do fornecimento, conforme o que tiver sido posto em licitação;

c) o local onde podem ser examinadas as amostras, no caso de fornecimento cujo objecto não possa ser designado de modo inconfundivel, ou as plantas e desenhos, quando se tratar de construções ou obras d'arte;

d) os documentos comprobatorios de idoneidade ou de quaesquer outros requisitos que se tornem indispensaveis para poderem os proponentes ser admittidos á concorrência;

e) a importancia do deposito provisorio em dinheiro ou em titulos da divida publica, a ser feito préviamente pelos

concurrentes para garantia da assignatura dos respectivos contractos, nas adjudicações que lhe couberem, bem como a thesouraria onde deverá ser feita a caução.

Art. 746. O edital de concorrência deverá ser publicado pelo menos quinze dias antes do dia fixado para a abertura das propostas e successiva adjudicação, devendo as repartições que os expedirem fazer repetir a publicação nesse periodo, tantas vezes quantas julgarem necessarias á sua maior divulgação.

Art. 747. No dia e hora estabelecidos no edital de concorrência, a autoridade que a presidir declarará a mesma aberta e passará a receber as propostas dos licitantes que se apresentarem.

Si até essa hora nenhum concorrente se houver apresentado, o funcionario que servir de secretario ou escrivão lavrará uma acta, de que constará tal circumstancia. Essa acta, depois de assignada pelo presidente, será, com todos os papeis á mesma relativos, encaminhada ao chefe da repartição, para proceder pela maneira prevista na lettra e do art. 246.

Art. 748. As propostas apresentadas pelos concurrentes serão pelos mesmos assignadas e rubricadas em todas as paginas e deverão ser entregues lacradas á autoridade que presidir á concorrência.

Art. 749. As propostas não poderão conter senão uma formula de completa submissão a todas as clausulas do edital e o preço que o proponente offerece.

Não se tomarão em consideração quaesquer offertas de vantagens não previstas no edital de concorrência, nem as propostas que contiverem apenas o offerecimento de uma redução sobre a proposta mais barata.

Art. 750. Verificada, em primeiro logar, a idoneidade dos concurrentes, serão as propostas abertas e lidas deante de todos os proponentes que se apresentarem para assistir a essa formalidade. Cada um rubricará, folha a folha, a de todos os outros, em presença do presidente, que por sua vez as authenticará com a sua rubrica.

Antes de qualquer decisão serão todas as propostas publicadas na integra, nos mesmos jornaes em que se publicaram os editaes da concorrência.

Art. 751. As propostas provenientes do estrangeiro ou que forem recebidas pelo Correio serão egualmente abertas, pela forma supra indicada, ainda que não se achem presentes os licitantes, que poderão ser representados por procuradores, si assim o entenderem.

Art. 752. Da reunião para recebimento e abertura das propostas lavrar-se-á uma acta circunstanciada, na qual se mencionarão todas as propostas apresentadas, reclamações feitas e demais occorrencias que interessem ao julgamento da licitação.

Art. 753. Feita a publicação recommendada no art. 750, a mesa encarregada de presidir a concorrência passará a estabelecer, em quadros apropriados, o confronto dos preços offerecidos nas propostas, segundo a qualidade e natureza de cada objecto ou de cada serviço.

Em processo annexo serão, sob o mesmo numero de ordem com que figurarem no quadro geral os respectivos concurrentes, reunidos e catalogados os desenhos, amostras e demais documentos exhibidos pelos interessados.

Art. 754. Feita a classificação dos concurrentes, serão o quadro comparativo, as actas lavradas e os documentos annexos encaminhados ao chefe da repartição com um breve relatorio do presidente da concorrência, que salientará qual a proposta mais vantajosa.

Art. 755. Examinado o processo da concorrência pelo chefe da repartição ou por funcionario pelo mesmo designado, e si nenhuma irregularidade for verificada, será escolhida, salvo outras razões de preferencia antecipadamente assignaladas no edital, a proposta mais barata, que não poderá exceder de 10 % os preços correntes da praça sob pena de annullação da concorrência.

Poderá ser preferida mais de uma proposta quando a concorrência se fizer por unidade e o menor preço desta, em relação á mesma qualidade, diversificar em cada uma daquellas.

Art. 756. No caso de absoluta egualdade de condições entre duas propostas e os respectivos proponentes, poderá a administração proceder a uma nova concorrência entre ambos, que versará sobre o maior abatimento por cada um feito sobre a offerta empatada.

Si nenhum delles quizer, porém, fazer aquelle abatimento, proceder-se-á a sorteio, para decidir a qual dos proponentes caberá a adjudicação.

Secção III — Das concurrencias administrativas ou permanentes

Art. 757. As concurrencias administrativas ou permanentes, a que se refere o § 2º do art. 738, terão logar, nos casos da letra *a* desse dispositivo, mediante inscripção, nas contabilidades dos Ministerios e nas repartições interessadas nos

fornecimentos, dos nomes dos negociantes que se propuzerem a fornecer os artigos de consumo habitual, com a indicação dos preços offerecidos, qualidade e mais esclarecimentos reputados necessários; e medianfe convite por carta ou *memorandum*, dirigido aos negociantes do artigo, nos casos das letras *b* e *c* do sobredito paragrapho, bem como naquelles em que, embora se trate de genero de consumo habitual, não ha do mesmo inscripção alguma nas repartições a que se refere a primeira parte deste artigo.

Art. 758. A inscripção far-se-á mediante requerimento ao chefe da repartição ou ao ministro, conforme determinação regulamentar, acompanhada das informações necessarias ao julgamento da idoneidade do proponente, indicação dos artigos e preços dos fornecimentos pretendidos.

Art. 759. Julgada dentro de dez dias a idoneidade do proponente, será ordenada a sua immediata inscripção, si este se subordinar ás condições exigidas para o fornecimento.

Art. 760. Os preços offerecidos não poderão ser alterados antes de decorridos quatro mezes da data da inscripção, sendo que as alterações communicadas em requerimento, só se tornarão effectivas após 15 dias do despacho que ordenar a sua anotação.

Art. 761. Nos casos de convite, quando não haja inscripção do artigo que se pretenda adquirir, a proposta apresentada pelos concorrentes poderá ser admittida a registro, por despacho do chefe da repartição, vigorando a mesma pelo praso estabelecido no artigo precedente, si assim convier ao negociante.

Art. 762. O fornecimento de qualquer artigo caberá ao proponente que houver offerecido preço mais barato, não podendo, em caso algum, o negociante inscripto recusar-se a satisfazer a encomenda, sob pena de ser excluido o seu nome ou firma do registro ou inscripção e de correr por conta delle a differença.

Art. 763. As concurrencias administrativas, nos casos de emergencia previstos na letra *b* do § 2º do art. 738, subordinar-se-ão, em tudo quanto lhes forem applicaveis, ás mesmas normas estabelecidas neste regulamento para as concurrencias publicas, excepto a publicação de editaes e das propostas recebidas.

§ 1.º Os convites para taes concurrencias serão enviados a todos os negociantes do artigo que se deseje adquirir, para o que serão consultados os almanaks commerciaes, listas telephonicas, registros da repartição e outros elementos de que a mesma possa dispor.

§ 2.º Taes convites deverão ser escriptos com tinta de cópia á mão ou á machina, e registrados por ordem chronologica em livro de copiador rubricado folha a folha pelo chefe da repartição ou por funcionario pelo mesmo designado.

§ 3.º A entrega dos convites expedidos poderá ser feita em mão aos interessados ou por via postal. Quando o convite for entregue pessoalmente, cobrar-se-á recibo do destinatario, ou de quem o represente, em livro especial de protocollo, quando a remessa se fizer pelo correio, deverá a carta ser registrada, archivando-se o correspondente recibo entre os papeis que deverão constituir o processo da concorrência.

CAPITULO II

DOS CONTRACTOS

Secção I — Normas geraes

Art. 764. São providos mediante contracto todos os fornecimentos, transportes, aquisições, alienações, alugueis ou serviços relativos aos diversos departamentos da administração publica.

Art. 765. Todos os contractos de que resultem receitas ou despesas para o Estado devem ser precedidos de concorrência publica ou administrativa, segundo as normas estabelecidas no capitulo precedente, excepto os casos indicados em leis especiaes e os de que trata o art. 739.

Art. 766. Os contractos administrativos regulam-se pelos mesmos principios geraes que regem os contractos de direito commum, no que concerne ao accôrdo das vontades e ao objecto, observadas, porém, quanto á sua estipulação, aprovação e execução, as normas prescriptas no presente capitulo.

Art. 767. Para a validade dos contractos serão necessarias as seguintes formalidades:

a) que sejam celebrados por autoridade competente para empenhar despesa, em virtude de lei ou de delegação, observadas as condições desta;

b) que sejam realizados para a execução de serviços autorizados na lei e dentro do quantitativo e duração dos creditos, á conta dos quaes deva correr a despesa;

c) a citação expressa, em suas clausulas, da lei que os autoriza, e a verba ou credito por onde deve correr a despesa;

d) que nelle se faça a indicação minuciosa e especificada dos serviços a se realizarem e dos objectos a serem fornecidos e os respectivos preços;

e) que guardem conformidade com as propostas preferidas nas concorrências;

f) que, nos contractos em que sejam estipulados preços em moeda estrangeira, se declare a data ou a taxa do cambio para a conversão, na forma do disposto no art. 232 deste regulamento, e de accôrdo com a condição que houver sido fixada no edital de concorrência;

g) que sejam lavrados nas repartições ás quaes interesse o serviço ou nos Ministerios, salvo nos casos em que, por lei, devam ser lavrados por tabellião, e traduzidos legalmente em vernaculo, si lavrados em lingua estrangeira;

h) que respeitem ás disposições do direito commum e da legislação fiscal;

i) que sejam registrados pelo Tribunal de Contas.

Paragrapho unico. Nos contractos para arrendamento de predios e obras de grande vulto, custeadas por verbas orçamentarias, será permittido praso maior de um anno, no limite maximo de cinco annos, considerando-se, neste caso, empenhadas desde o inicio do exercicio, as prestações a serem pagas no seu curso.

Art. 768. A alienação dos bens immoveis, dos navios ou dos estabelecimentos industriaes do Estado só poderá ser feita mediante autorização em lei de orçamento ou em lei especial.

Paragrapho unico. Póde ser autorizada por acto do Poder Executivo a alienação ou permuta de bens adjudicados á União em pagamento de credits ou de impostos, emquanto não incorporados os mesmos ao patrimonio nacional.

Art. 769. Nos actos de prorrogação, suspensão ou rescisão dos contractos, deverão ser respeitadas todas as formalidades exigidas para a legalidade dos mesmos, inclusive registro pelo Tribunal de Contas.

Paragrapho unico. Não se comprehende na exigencia deste artigo a prorrogação de praso para a conclusão de obras ou de fornecimentos, da qual, entretanto, se dará conhecimento áquelle Tribunal, para o effeito do disposto no artigo 856 deste regulamento.

Art. 770. Em todos os contractos com a Fazenda Nacional, deverão os contractantes prestar uma caução real, em dinheiro ou em titulos da divida publica, para garantia da fiel execução dos compromissos assumidos, só podendo a mesma ser restituída mediante provas da execução ou rescisão legal dos contractos e depois do registro a que se refere o art. 384.

§ 1.º Em casos especiaes e para os contractos a longo praso, poderá ser acceita caução de bens immoveis, em pri-

meira hypotheca, depois de ouvido o consultor da Republica quanto á situação juridica do immovel e a validade da caução.

§ 2.º A administração publica, em casos especiaes, poderá prescindir da exigencia de caução para os fornecimentos ou serviços a serem effectuados por pessoa ou firma, tanto nacional como estrangeira, de notoria idoneidade, bem como para o fornecimento de materiaes e generos que por sua natureza ou pelo uso especial a que se destinem devam ser adquiridos no logar da producção ou fornecidos directamente pelo productor, ou para as obras de arte, machinas, instrumentos e trabalhos de precisão, cuja execução deva commetter-se a artistas especiaes.

Art. 771. As multas applicadas em virtude de contractos celebrados com a administração publica só poderão ser relevadas em caso de força maior devidamente comprovada, ou nos casos especiaes previstos nos proprios contractos, mediante assentimento do Tribunal de Contas.

Art. 772. As disposições sobre os contractos applicam-se aos ajustes, accórdos ou obrigações que derem origem ao recolhimento de receita ou ao pagamento de despesas de qualquer natureza.

Secção II — Estipulação dos contractos

Art. 773. Os contractos se estipulam na presença de um funcionario publico para isso delegado.

A delegação deriva da lei ou do presente regulamento, ou ainda dos regulamentos especiaes approvados para os diversos serviços publicos. Si essa delegação não estiver prevista na lei ou em nenhum regulamento, poderá ser feita nos casos especiaes que se verificarem, por acto expresso do ministro competente, a ser junto ao contracto.

Art. 774. Na estipulação dos contractos não devem ser incluidas clausulas relativas a juros ou commissões bancarias a fornecedores ou empreiteiros sobre as sommas de dinheiro que sejam obrigados a antecipar para a execução dos contractos.

Não devem, igualmente, ser incluidas clausulas de isenção de direitos aduaneiros, impostos e taxas para o material importado pelos contractantes de serviços federaes. Relativamente a futuros direitos, taxas e impostos ou modificação dos existentes, deverá declarar-se no proprio contracto aquelle dos contractantes sobre o qual devam recahir.

Art. 775. A estipulação dos contractos administrativos comprehende clausulas essenciaes e clausulas accessorias.

§ 1.º São clausulas essenciaes e como taes não podem ser omittidas em contracto algum, sob pena de nullidade:

a) as referentes ao objecto do contracto, com indicação minuciosa dos materiaes a serem fornecidos ou dos trabalhos que tiverem de ser executados, bem como dos prazos de entrega ou conclusão e dos respectivos preços;

b) as que definem as obrigações reciprocas dos contractantes quanto á execução ou rescisão dos contractos;

c) a que deve fazer menção expressa da disposição de lei que autoriza a celebração do contracto, bem como da verba orçamentaria ou credito adicional por onde deve correr a despesa, e a declaração de haver sido esta empenhada á conta dos referidos creditos, quando previamente conhecida a importancia exacta ou approximada dos compromissos assumidos;

d) a relativa á natureza e importancia da garantia que os contractantes devem dar para assegurar o implemento das obrigações estipuladas; a clausula penal e declaratoria da acção que a administração publica possa exercer sobre a caução, no caso de inadimplemento das obrigações assumidas, bem como a indicação do lugar em que o contractante ou seu fiador elegem seu domicilio legal;

e) nos contractos com pessoas naturaes ou juridicas domiciliadas no estrangeiro, a clausula que declare competente o fôro nacional brasileiro para dirimir quaesquer questões judiciarias originadas dos mesmos contractos;

f) a clausula onde expressamente se declare que o contracto não entrará em vigor sem que tenha sido registrado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo por indemnização alguma si aquelle instituto denegar o registro.

§ 2.º São clausulas accessorias todas as demais reguladoras das condições necessarias á integral e perfeita execução dos contractos.

Art. 776. Quando os contractos a serem celebrados não tenham verba propria para o devido pagamento na lei orçamentaria em vigor, e, portanto, dependam de abertura de credito ou de alguma operação financeira, faz-se mistér a audiencia previa do Ministro da Fazenda, que deverá, depois, assignal-os juntamente com o titular da pasta a que pertencer o serviço.

Paragrapho unico. Os contractos que assentem em operações ou abertura de creditos não podem ser celebrados antes que taes expedientes se tenham realizado, para que possam ter logar o empenho da despesa e a inclusão da clausula de que trata a lettra c do § 1º do artigo precedente.

Art. 777. Os contractos devem ter duração certa, adstricta á vigencia dos respectivos creditos, não podendo o prazo

exceder de cinco annos, segundo o disposto no paragrapho unico do art. 767.

Não pôde ser alterada a duração dos contractos já celebrados, quando estejam em curso de execução, salvo o disposto no paragrapho unico do art. 769.

Art. 778. Em nenhum caso poderá ser permittida a celebração de contractos verbaes com a Fazenda Publica, sendo nulos de pleno direito os ajustes que assim forem concluidos.

Paragrapho unico. A nullidade de taes contractos e ajustes ou dos actos praticados com inobservancia das leis que os regularem, não obsta a responsabilidade dos funcionarios publicos que tomarem parte nos primeiros e praticarem os segundos.

Art. 779. Aos funcionarios publicos é expressamente vedado fazer contractos com o Governo, directa ou indirectamente, por si ou como representantes de terceiros.

Art. 780. As despesas de cópia, sello e outras, relativas aos contractos, cabem ao empreiteiro ou contractante, salvo os casos especiaes em que, por interesse exclusivo do Estado e por convenção expressa nas clausulas contractuaes, devam ficar as mesmas a cargo do proprio Governo da União.

Paragrapho unico. Os contractos devem declarar o modo por que se effectuou ou se effectuará o pagamento do sello proporcional devido.

Art. 781. Os contractos que se fazem nas Secretarias de Estado devem estipular-se perante o ministro, ou o secretario geral, ou os directores geraes competentes.

Em todas as demais repartições devem ser celebrados perante os respectivos chefes, observadas, quanto á autorização dos ministros e approvação prévia das minutas, as disposições dos regulamentos organicos de taes repartições, ou dos regulamentos especiaes de serviços.

Art. 782. Nos contractos á serem celebrados com pessoas juridicas, deve ser provada a existencia legal destas, com a apresentação dos documentos que comprovem o preenchimento de todas as formalidades exigidas pela lei para tal fim.

Si se tratar de companhias ou sociedades constituídas no estrangeiro, cumpre provar que estão legalmente autorizadas a funcionar no Brasil.

Art. 783. Todos os contractos com a administração publica, salva a excepção da letra *g* do art. 767, serão lavrados em livros especialmente destinados a esse fim, com termos de abertura e encerramento, rubricadas as folhas pelo chefe da repartição ou pelo funcionario graduado que o mesmo designar.

Dos contractos lavrados serão extrahidas tantas cópias quantas forem necessarias á approvação e execução dos mesmos.

Secção III — Approvação dos contractos

Art. 784. Os actos da aljudicação definitiva e os contractos celebrados com a administração publica entendem-se sempre sujeitos, no tocante ao Estado e no seu unico interesse, á condição suspensiva de sua approvação, ainda mesmo que tal condição não tenha sido expressamente estipulada no edital de concorrência e no contracto firmado, e não são exigíveis sinão depois de approvados pelo ministro competente ou pelo funcionario delegado e de terem sido registrados pelo Tribunal de Contas, sem que da não execução caiba direito a reclamação de qualquer especie ou responsabilidade para o Thesouro.

Art. 785. Quanto aos contractos que não são celebrados nos Ministerios, a autoridade delegada deverá transmitir cópia authentica dos mesmos ao Ministerio competente, juntando-lhe os respectivos documentos e um succinto relatório.

Art. 786. O ministro póde delegar a approvação dos contractos não celebrados na administração central, não podendo, porém, ser outorgado, para esse fim, o mesmo funcionario perante o qual foi o contracto estipulado.

Art. 787. O ministro e a autoridade delegada para a approvação dos contractos examinam e reconhecem a regularidade das estipulações e a sua inteira conformidade com o edital da concorrência e condições pre-estabelecidas, e, isto verificado, deverão exarar no respectivo processo seu despacho de approvação.

Art. 788. Por grave motivo de interesse publico e do Estado, o ministro póde abster-se de tornar exequivel qualquer contracto, embora reconhecido regular.

Art. 789. Os contractos celebrados pelo governo serão publicados no *Diario Official*, dentro de 10 dias de sua assignatura e, em igual praso, a contar da publicação, remettidos ao Tribunal de Contas, em protocollo, do qual constem o dia e hora da entrega.

Paragrapho unico. Si o Governo não fizer a remessa do contracto dentro do praso estabelecido no artigo precedente, o representante do Ministerio Publico promoverá, dentro de cinco dias, o julgamento do mesmo contracto, em petição instruida com o numero do *Diario Official* em que elle estiver publicado.

Art. 790. A decisão do Tribunal de Contas sobre o registro dos contractos deverá ter logar dentro de 15 dias, a contar da entrada dos mesmos naquelle Tribunal. Findo este praso, sem ter havido julgamento, o contracto será tido como registrado para todos os effeitos.

Art. 791. O praso de 10 dias estabelecido no art. 789 para a publicação dos contractos no *Diario Official* applica-se aos contractos celebrados fóra da Capital Federal e será contado da data da assignatura delles e mais tantos dias quantos forem precisos para alcançar a mesma Capital, á razão de 24 kilometros ou quatro leguas por dia, como se pratica nos casos de direito commum.

Art. 792. Serão considerados inexistentes os contractos sobre os quaes deixar de pronunciar-se o Tribunal de Contas por não terem sido publicados no praso legal, embora lhes tenham sido posteriormente remettidos, com excepção unicamente daquelles para os quaes tenha sido dispensada a publicação, por ser a mesma prejudicial á defesa nacional.

Art. 793. Dada a hypothese do Tribunal de Contas recusar registro a algum contracto, o Presidente da Republica, quando assim o exigirem os interesses do Estado ou a conveniencia da ordem publica, poderá, dentro do praso de 90 dias, a contar da publicação da decisão daquelle Tribunal, mandar executal-o, sem apreciar os fundamentos daquelle instituto, mas invocando unicamente as razões de Estado que assim o exigem. Nesse sentido lançará despacho na exposição que lhe for apresentada pelo Ministro respectivo.

Ao Tribunal de Contas caberá ordenar o registro simples, segundo se convencer, ou não, da procedencia dos fundamentos da exposição que o Ministro houver apresentado ao Chefe da Nação.

No caso do registro *sob protesto*, deverá o Tribunal de Contas leval-o ao conhecimento das Mesas das duas Casas do Congresso Nacional, dentro de quatro dias, si estiver o Congresso funcionando, e nos primeiros 15 dias da sua reunião, si tal registro se der no intervallo das sessões, acompanhando ás communicações cópias dos fundamentos da recusa do registro, dos pareceres do representante do Ministerio Publico, da exposição de motivos do respectivo Ministro e do exemplar do contracto registrado *sob protesto*.

Art. 794. Os contractos estipulados pela fórmula prescripta no presente regulamento e registrados pelo Tribunal de Contas têm força de titulo authenticico para todos os effeitos legais e estão por isso sujeitos a todas as formalidades estabelecidas pelas leis geraes para os actos publicos.

Secção IV — Execução dos contractos

Art. 795. Aos Ministros de Estado e aos chefes das repartições cabe prover á integral execução dos contractos celebrados com a administração publica e approvados segundo as disposições da secção precedente.

Art. 796. Nos regulamentos especiaes de cada serviço devem ser estabelecidas as normas de assistencia, fiscalização e direcção necessarias á bôa execução dos fornecimentos, transporte ou serviço, segundo sua natureza.

Art. 797. O funcionario incumbido da direcção dos trabalhos e da fiscalização dos fornecimentos e transportes não pôde fazer acrescimo nem qualquer outra variação nos contractos estipulados.

Quando, porém, qualquer modificação se torne necessaria, a bem do serviço publico, cabe-lhe propol-a immediatamente á autoridade superior ou ao Ministro de que dependa, com uma exposição minuciosa de motivos, acompanhada dos documentos necessarios para comproval-a.

Taes modificações não poderão ser executadas sinão depois de autorizadas pelo Ministro competente, segundo as regras pre-estabelecidas para os contractos ou ajustes, sob pena de responsabilidade dos funcionarios que as admittirem e fizerem executar com preterição dessa formalidade indispensavel.

Das modificações autorizadas, no exclusivo interesse da administração publica, dará o Ministro conhecimento, em aviso circunstanciado, ao Tribunal de Contas, providenciando, em seguida, para que uma cópia desse aviso seja annexada ao contracto que terá de servir de base á tomada de contas do responsavel.

Art. 798. Nenhuma rescisão de contracto, mediante indemnização, será feita sem prévia autorização do Congresso Nacional.

Art. 799. Sempre que em contracto celebrado com a administração houver sido pactuada clausula rescisoria e der-se a occorrença de factos que importem a resolução da convenção, independente de qualquer interpellação administrativa ou judicial, cumpre ao chefe da repartição competente promover perante o Ministro respectivo a resiliacão do contracto.

Art. 800. No caso de julgar a parte contractante que se lhe inflingiu damno ou lesão e intentar, para obter reparação, o meio regular de direito, cabe aos Ministerios proporcionar ao Procurador da Republica, que houver de defender, pe-

rante o Poder Judiciario, o direito da União, todos os elementos conducentes a tal fim.

Art. 801. Promovendo a applicação da clausula rescisoria do contracto ou a effectividade da estipulação de caducidade das concessões, o chefe da repartição a quem tal competir documentará a incidencia do facto do qual resultar a rescisão ou caducidade, bem como a ausencia do caso de força maior, que possa arredar a applicação da clausula irritante.

Art. 802. Si houver reclamação contra a fiel applicação da clausula e allegação de violação de direitos, só uma decisão proferida pelo Poder Judiciario, annullatoria do acto administrativo da União, condemnando esta á reparação do damno, modificará a situação creada pela rescisão do contracto, ou pela caducidade da concessão, não reconsideradas pela autoridade administrativa.

TITULO VIII

Dos bens publicos

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 803. Pertencem á União os bens publicos:

a) de uso commum do povo, taes como os mares, rios, estradas, ruas e praças, situados em territorio sujeito á jurisdição do Governo Federal;

b) de uso especial, taes como os edificios ou terrenos, applicados a serviço ou estabelecimento federal;

c) dominicaes, isto é, os que constituem o patrimonio da União, como objecto de direito pessoal ou real.

Art. 804. Os bens do dominio publico, capitulados na letra a do artigo precedente, são por sua natureza inalienaveis; os do dominio patrimonial do Estado comprehendidos nas letras b e c do mesmo artigo, só poderão ser alienados nos casos e pela fórmula que a lei prescrever.

Art. 805. O uso commum dos bens publicos pôde ser gratuito ou retribuido, segundo as disposições das leis federaes em vigor.

Art. 806. Excepto quando se exigir qualquer retribuição pelo seu uso, os bens publicos indicados na letra a do artigo 803 não se comprehendem nas obrigações de inventario avaliativo e escripturação de que tratam os artigos seguintes.

CAPITULO II

DOS BENS PATRIMONIAES DO ESTADO

Secção I — Normas geraes

Art. 807. Os bens patrimoniaes do Estado, comprehendidos nas alincas *b* e *c* do precedente art. 803, são immoveis ou moveis, disponiveis ou não disponiveis.

Art. 808. São bens immoveis por sua natureza, ou por destino, ou pelo objecto a que se referem, todos os comprehendidos na secção I do capitulo I do titulo unico do livro II do Codigo Civil.

São ainda considerados como immoveis, para os effeitos da organização dos inventarios, os museus, as pinacothecas, as bibliothecas, os observatorios, os laboratorios, os estabelecimentos industriaes e agricolas com os respectivosapparelhos e instrumentos, as estradas de ferro conjuntamente com o material rodante necessario ao serviço, os quartéis, as fortalezas desarmadas, as fabricas de polvora, de artefactos de guerra, os arsenaes e demais bens de igual natureza do dominio privado da União.

Art. 809. São bens moveis por sua natureza ou por determinação de lei os de que trata a secção II, do capitulo I, do titulo unico, do livro II, do Codigo Civil. Comprehendem-se, entre esses, os diversos materiaes para os serviços publicos, o dinheiro, valores, titulos e os effeitos que existam na caixa ou nos cofres do Estado.

Art. 810. Classificam-se como disponiveis os bens do Estado, qualquer que seja sua proveniencia, dos quaes se possa effectuar venda, permuta ou cessão, ou com os quaes se possa fazer operações financeiras em virtude de disposição de leis especiaes de autorização.

Art. 811. Consideram-se não disponiveis os bens que são necessarios e têm applicação aos serviços publicos e em relação aos quaes, quer pelo destino dos mesmos, quer por disposição de lei, não pôde o Estado praticar nenhum dos actos indicados no artigo anterior.

Secção II — Dos bens immoveis

Art. 812. Os bens immoveis da União são administrados pelo Ministerio da Fazenda. A administração dos immoveis applicaveis em serviços subordinados a outros Ministerios é da competencia destes enquanto durar a applicação. Cessada esta, passarão esses bens ao Ministerio da Fazenda, independente de acto especial.

Art. 813. Correrão por conta de cada Ministerio as despesas com a conservação ou adaptação dos immoveis cuja administração lhes tenha sido consignada, independente de parecer ou audiencia da Directoria do Patrimonio Nacional.

Art. 814. As demolições ou reconstrucções, bem como a alienação dos bens immoveis, quando autorizada pelo Congresso, não poderão, porém, ser levadas a effeito sem a audiencia prévia da Directoria do Patrimonio Nacional, por intermedio do Ministerio da Fazenda, embora custeadas ou administradas por outros Ministerios.

Art. 815. Os bens patrimoniaes immoveis distinguem-se em fructiferos e infructiferos, segundo sejam ou não susceptiveis de produzir renda, e, uns e outros, devem ser registrados no Ministerio da Fazenda, em registros analyticos a cargo da Directoria do Patrimonio Nacional, qualquer que seja o Ministerio a cujos serviços tenham sido destinados.

§ 1.º Nesse registro serão indicados:

- a) a situação, denominação e qualidade;
- b) as dimensões, confrontações e características principais;
- c) a proveniencia a título de dominio;
- d) o custo de aquisição ou a estimativa do valor actual;
- e) a renda annual;
- f) as servidões e os onus de qualquer natureza de que estiverem gravados;
- g) o uso em que estão empregados e o Ministerio a cuja administração tenham sido confiados.

§ 2.º Em taes registros analyticos devem ainda distinguir-se os bens fructiferos dos infructiferos.

§ 3.º Um resumo de tal registro, indicando apenas o numero de ordem, o local, a numeração, a natureza e o valor dos immoveis será pela Directoria do Patrimonio Nacional transmittido á Contadoria Central da Republica, logo que tenha sido ultimada a inscripção, em face dos inventarios iniciaes.

Egual resumo será annualmente remettido, contendo as inscripções ou modificações que posteriormente occorrerem, e das quaes deva tomar conhecimento a mesma Contadoria, para os effeitos da escripturação geral, a seu cargo, do activo e passivo da União.

Art. 816. Para os fins do disposto no artigo anterior o Ministerio da Fazenda promoverá, annualmente, nas épocas e segundo as normas estabelecidas pela Contadoria Central da Republica, o inventario geral de todos os bens immoveis da União, discriminando os que estiverem applicados aos ser-

viços federaes, estaduaes ou municipaes, e indicando todos os elementos necessarios ao conhecimento delles e do respectivo valor.

Art. 817. O inventario annual dos bens immoveis da União assentará em inventarios parciaes organizados pelos Ministerios que tiverem taes bens sob sua administração, e deverá conter todas as indicações constantes dos §§ 1º e 2º do art. 815.

O arrolamento dos bens administrados pelo Ministerio da Fazenda será feito pela propria Directoria do Patrimonio Nacional.

Art. 818. Os inventarios parciaes de cada Ministerio serão organizados em tres vias, com os detalhes exigidos no artigo precedente, devendo uma ser enviada á Directoria do Patrimonio Nacional, a segunda á Contadoria Central da Republica e a terceira ficar archivada na directoria de contabilidade do Ministerio respectivo.

Paragrapho unico. A falta de organização e remessa, dentro dos prazos marcados, dos inventarios parciaes de cada Ministerio, sujeitará o funcionario ou os funcionarios responsaveis pela omissão ou demora, ás penas do art. 221, que se tornarão effectivas pela maneira indicada nos artigos 14 e 15, deste regulamento, salvo o caso de força maior devidamente provado e justificado.

Art. 819. As directorias de contabilidade dos diversos Ministerios, com fundamento nos inventarios parciaes que lhes forem remettidos, manterão um registro analytico de todos os bens patrimoniaes sob sua administração, em harmonia com o registro identico a cargo da Directoria do Patrimonio Nacional, e do qual deverão constar as especificações e detalhes exigidos nos paragraphos 1º e 2º do art. 815 deste regulamento.

Art. 820. Todos os augmentos, diminuições e transformações que se operarem no valor e na consistencia dos bens immoveis patrimoniaes devem ser registrados nos inventarios parciaes, no inventario geral e nos registros a cargo das directorias de contabilidade dos Ministerios e da Directoria do Patrimonio Nacional.

Para tal fim, a administração a que estiverem esses bens confiados, á proporção que occorrerem taes variações, deverá communicar-as, em todos os seus detalhes, á contabilidade ministerial a que estiver subordinada, a qual, depois de tel-as annotado no registro a seu cargo, as levará simultaneamente ao conhecimento da Directoria do Patrimonio Nacional e da Contadoria Central da Republica.

Paragrapho unico. A communicacão transmittida á Contadoria Central da Republica tem por fim proporcionar-lhe os indispensaveis elementos de cotejo do inventario geral que lhe deverá ser annualmente remettido pela Directoria do Patrimonio Nacional e documentar os respectivos lançamentos na escripturação a seu cargo.

Art. 821. Os bens patrimoniaes, existentes em paizes estrangeiros, serão inventariados pelas legações, consulados e Delegacia do Thesouro em Londres, e os inventarios remetidos, segundo o caso, ao Ministerio do Exterior ou da Fazenda.

Estes, depois de terem contemplado nos registros a seu cargo os respectivos dados, procederão na conformidade do disposto no artigo 818.

Art. 822. As acquisições de novos bens deverão ser inscriptas no registro geral a cargo da Directoria do Patrimonio Nacional, após o processo de incorporação, que lhe deverá ser communicado pelo Ministerio em que esta se verificar.

Paragrapho unico. A bem do exacto cumprimento do disposto neste artigo, todas as repartições que tiverem competencia para empenhar despesas com a acquisição de bens immoveis, e que de facto as empenharem, darão disso conhecimento á Directoria do Patrimonio Nacional e á Contadoria Central da Republica, na mesma data em que tiver logar o empenho.

De posse desse aviso, e si até ao fim do exercicio financeiro não tiver sido feita a communicacão de que trata este artigo, providenciarão aquellas repartições no sentido de averiguar si se tornou ou não effectiva a incorporação do immovel ao patrimonio nacional.

Art. 823. As medições, as demarcações, ou aviventações de rumos, dos bens do dominio nacional, como proprios confinantes, serão levadas a effeito pela Directoria do Patrimonio Nacional, que, ultimados os actos respectivos e feita a planta, encaminhará o processo ao Ministro da Fazenda, a quem compete promover, por intermedio dos procuradores da Republica, a homologação de taes medições e demarcações.

Art. 824. Afim de que se possa precisar com exactidão a renda dos bens do dominio privado nacional, e melhor fazer a estimativa da receita patrimonial, os bens immobiliarios, que forem consignados a serviço da administração, com verba no orçamento da despesa para provel-os, serão havidos e escripturados como dados em locação ou arrendamento por parte da administração do dominio nacional ao Ministerio que os tiver sob sua administração, mediante estipulação de

prego, registrada a despesa no Tribunal de Contas, como se procede nas operações por jogo de contas, quanto ao supprimento de material feito de uma a outra repartição, conforme dispõe o art. 848.

Art. 825. Os materiaes de edificios demolidos podem ser concedidos, mediante estipulação contractual, aos empreiteiros da reconstrucção ou reparação dos mesmos edificios, figurando essa concessão no contracto, com a especificação do material cedido e a fixação dos preços correspondentes.

Art. 826. A Directoria do Patrimonio Nacional, por si ou por intermedio do serviço de vigilancia e inspecção que instituir, velará para que não sejam mantidos em uso publico ou administrativo sinão aquelles terrenos nacionaes ao mesmo uso estritamente necessarios.

Uma vez verificado excesso ou abuso no destino dado ao local, deverá a mesma directoria levar o facto ao conhecimento do Ministro da Fazenda, que providenciará para que volte á administração do patrimonio, e se torne productiva para o Estado, a parte dos terrenos reconhecida excessiva ou não applicavel ao uso publico ou aos serviços da administração.

Secção III — Dos bens moveis

Sub-secção I — Normas geraes

Art. 827. Os bens moveis do Estado distinguem-se em:

a) moveis destinados ao serviço civil da administração publica, isto é, as mobílias das repartições, collecções de leis, de decretos e de regulamentos, machinas, aparelhos, utensilios, materiaes para transformações ou consumo e outros;

b) objectos moveis destinados á defesa nacional, isto é, todo o material fluctuante, semovente ou de guerra para o Exercito ou para a Marinha;

c) os direitos de obrigação e as acções respectivas, que pelo art. 48, do Codigo Civil, são considerados bens moveis.

Art. 828. A administração dos bens moveis compete aos Ministerios que os houverem adquirido.

No que concerne, porém, á formação dos inventarios, á escripturação dos materiaes e das variações nos mesmos operadas, em substancia e valor, todas as administrações governativas, civis ou militares, estão subordinadas á vigilancia e inspecção do Ministerio da Fazenda e do Tribunal de Contas.

§ 1.º A fiscalização do Ministerio da Fazenda será exercida pela Directoria do Patrimonio Nacional, quanto á consis-

tencia e destino dos bens do dominio mobiliario da União, e pela Contadoria Central da Republica quanto ás normas de escripturação e inventario.

§ 2.º O Tribunal de Contas exercerá vigilancia sobre a aquisição, a conservação e o emprego do material, indicando aos Ministerios ou ao Congresso as providencias a esse fim convenientes.

Para esse effeito e por funcionarios que designar, poderá fazer inspecções salteadas na escripturação e assistir aos balanços semestraes.

Art. 829. Todos os objectos moveis, qualquer que seja a categoria a que pertençam, devem ser confiados a agentes responsaveis.

A entrega se effectua por meio de inventario, conferido e reconhecido exacto pelo responsavel por sua guarda e conservação, o qual assignará tambem o termo de responsabilidade a que se refere o art. 908, ou delegará essa incumbencia segundo faculta o paragrapho unico do mesmo artigo.

Art. 830. Os bens moveis da União serão registrados, segundo instrucções e modelos previamente organizados pela Contadoria Central da Republica:

a) analyticamente, nas diversas repartições que directamente os administrarem;

b) syntheticamente: nas directorias ou secções de contabilidade das repartições superiores ou dos Ministerios a que disserem respeito; na Directoria do Patrimonio Nacional e na Contadoria Central da Republica.

Paragrapho unico. A escripturação analytica a que se refere a letra a deste artigo indicará, além de quaesquer outros detalhes que possam ser exigidos pelos regulamentos internos de cada repartição, a proveniencia, a natureza, o preço, a importancia total e o destino dos materiaes existentes nas repartições, almoxarifados, secções e demais dependencias da administração publica.

Art. 831. O registro de que trata o artigo anterior terá por base:

a) nas repartições indicadas na letra a do art. 830:

1º, o inventario inicial que todas ficam obrigadas a organizar e concluir dentro do primeiro anno da execução deste regulamento;

2º, os documentos comprobatorios das entradas e sahidas que se verificarem, a qualquer titulo, bem como das variações operadas, por valorização, transformação ou depreciação parcial ou total;

b) nas directorias ou secções de contabilidade das repartições superiores ou dos Ministerios respectivos, as primeiras ou segundas vias dos inventarios iniciaes e annuaes que lhes devem ser remettidas pelas repartições subordinadas;

c) na Directoria do Patrimonio Nacional, pela primeira via dos inventarios iniciaes e annuaes relativos aos bens consignados a cada Ministerio e organizados pelas contabilidades dos mesmos;

d) na Contadoria Central da Republica, á vista do inventario geral organizado pela Directoria do Patrimonio Nacional, depois de cotejado este nas suas partes com as segundas vias dos inventarios parciaes de cada Ministerio.

Art. 832. O inventario, quanto aos bens comprehendidos nas letras a e b do art. 827, deverá conter, além de quaesquer outros detalhes que possam ser exigidos:

a) a designação dos estabelecimentos e dos logares em que se encontram os objectos;

b) a perfeita identificação destes, consistente na denominação e descripção, segundo as diversas naturezas e especies, e na indicação do numero do registro, que será sempre apposto aos proprios objectos, quando de uso permanente;

c) a qualidade e quantidade dos objectos, segundo as diferentes especies, feita especial distincção entre o material permanente, o de transformação e o de consumo;

d) o estado de conservação, conforme se trate de objectos novos, usados ou fóra de uso;

e) o valor.

Paragrapho unico. Os direitos de obrigações e as acções a elles correspondentes serão descriptos em inventario separado.

Art. 833. Nos inventarios e na escripturação respectiva nenhum objecto deverá figurar sem valor, por menor que seja este.

Os bens moveis inscrevem-se no inventario pelo preço de sua aquisição, enquanto se conservarem em bom estado, observadas, quanto á transformação, as disposições da sub-secção séguinte; e pelo preço de avaliação, quer quanto aos inventarios iniciaes, quando não se conheça o custo exacto, quer quando se encontrarem depreciados.

As avaliações e depreciações serão julgadas pelos chefes das repartições, em processos regulares, mediante as normas fiscaes que forem adoptadas nos regulamentos ou instrucções para os diversos serviços publicos, e observado a respeito o que dispõe o art. 910.

Taes processos constituirão os documentos de carga ou descarga dos agentes consignatarios responsaveis pelo material.

Art. 834. Os inventarios iniciaes, annuaes ou de termino de gestão devem ser organizados, pelo menos, em tres exemplares, assignados pelo agente consignatario e pelo funcionario da administração local que tiver presidido á formação dos mesmos inventarios.

Esses tres exemplares serão assim distribuidos: um ficará em poder do responsavel; outro será archivado na administração local e o terceiro deverá ser encaminhado ao Ministerio respectivo.

Art. 835. Do exemplar encaminhado a cada Ministerio serão, pelas competentes directorias de contabilidade, extra-hidas duas cópias, devidamente conferidas e authenticadas, as quaes, acompanhadas de um resumo geral de todos os bens moveis a cargo de cada Ministerio, organizado segundo o disposto no artigo subsequente, serão enviadas á Directoria do Patrimonio Nacional e á Contadoria Central da Republica.

Art. 836. Cada inventario dos bens moveis indicados no art. 827 deve ter uma recapitulação, distincta por categoria e especie de materiaes.

Estas recapitulações constituem a conta do debito a manter-se em evidencia para cada consignatario ou responsavel, na escripta de que trata o art. 839 e servirão para organização de resumo geral a que se refere o artigo anterior, no qual se fundará a escripturação a cargo das repartições indicadas nas lettras *c* e *d* do art. 831.

Art. 837. Os consignatarios ou depositarios dos objectos e materiaes de que tratam as lettras *a* e *b* do art. 827 respondem pessoalmente pelos bens recebidos em custodia, em relação aos quaes não tenham obtido descarga legal.

Taes consignatarios ou depositarios não podem dar entrada ou sahida de cousa alguma nos armazens, depositos, casas fortes ou quaesquer outros logares de custodia de bens moveis de qualquer natureza, sem uma ordem escripta, de conformidade com os regulamentos especiaes de cada repartição, cabendo-lhes sempre recusar o cumprimento de ordens para carga ou descarga de materiaes diversos dos que effectivamente tenham de ser recebidos ou fornecidos.

Os censignatarios dos direitos e acções, indicados na lettra *c* do art. 827 respondem pelo movimento que soffram os creditos a seu cargo.

Art. 838. Cada consignatario ou depositario de objectos moveis de qualquer natureza, como os almoxarifés, economos e outros agentes responsaveis, deverá manter em evidencia a situação da contabilidade do material pelo qual responde, segundo a qualidade, o fim a que se destina e a classificação resultante do respectivo inventario ou dos documentos de debito e credito.

Para esse fim deverão ter livros ou cartões de entrada e sahida, nos quaes, além do material constante dos inventarios, escripturarão a debito os novos objectos entrados e a credito todos os fornecidos, bem como as variações ou transformações havidas, mantendo sempre em evidencia o saldo em ser, tanto em quantidade, qualidade e especie como pelo valor total.

Art. 839. Independentemente da escripturação a cargo de cada responsavel, de que trata o artigo anterior, ás directorias ou secções de contabilidade das repartições a que estiverem subordinados os agentes responsaveis por bens moveis incumbe instituir e escripturar todos os livros necessarios para manter em evidencia a gestão de cada consignatario e facilitar e preparar a tomada de contas dos mesmos.

§ 1.º Para os fins do disposto na ultima parte deste artigo, a escripturação a cargo das secções de contabilidade será mensalmente conferida com a dos consignatarios e com os balanços semestralmente dados no material, cabendo ás mesmas secções levantar as contas dos responsaveis relativas a cada anno financeiro, as quaes serão submittidas, até 31 de março do anno seguinte, ao julgamento do Tribunal de Contas.

§ 2.º A falta de cumprimento do disposto no paragrapho precedente será punida pelo Tribunal de Contas, segundo o disposto no art. 221 deste regulamento.

Art. 840. Os bens mobiliarios da União, que se deteriorarem e tornarem imprestaveis serão alienados e o producto recolhido aos cofres publicos, como receita, salvo caso de haver sido, em preceito de lei, autorizada ou decretada outra applicação ao producto da venda.

Sub-secção II — Da transformação e consumo dos bens moveis

Art. 841. A transformação e o consumo dos bens moveis da União serão regulados nos regimentos internos e instruções de serviço das diversas repartições publicas, obedecidas a respeito as normas geraes e especiaes estabelecidas no presente regulamento.

Art. 842. Consideram-se transformados os materiaes de qualquer natureza que:

a) forem applicados como materia prima ou semi-manufacturados, na producção das diversas usinas e officinas do Estado para constituição de *stocks* destinados a attender ás necessidades do serviço;

b) houverem tido applicação directamente ou *in natura* em obras novas ou na ampliação ou melhoramento dos já existentes;

c) forem applicados na renovação de material que já tenha tido baixa por imprestavel ou fóra de uso.

Art. 843. Consideram-se consumidos os materiaes applicados na conservação e custeio dos serviços do Estado, com excepção daquelles que por sua durabilidade por mais de dous exercicios, devam ser considerados materiaes permanentes.

Art. 844. Dos materiaes fornecidos para transformação ou consumo ás diversas usinas ou officinas do Estado se fará carga aos respectivos mestres, contra descarga equivalente ao almoxarife ou encarregado do material.

§ 1.º Os mestres das officinas terão egualmente livros de entrada e sahida para o material que requisitarem e applicarem, bem como registros analyticos da respectiva producção.

§ 2.º No custo da producção serão computadas as despesas de mão de obra e as percentagens de despesas geraes e de administração e depreciação de machinas e ferramentas determinadas pela média trimestral da producção em confronto com as respectivas folhas de pagamento e tabellas de depreciação.

§ 3.º A producção das officinas e as obras novas de qualquer natureza só poderão dar entrada nos armazens, ou ser consignadas aos agentes responsaveis, mediante guia discriminada do custo da producção, indicando o *quantum* de material, mão de obra e percentagens de custeio e depreciação por cada uma das officinas que tenham cooperado na producção.

§ 4.º As guias a que se refere o paragrapho anterior serão extrahidas em duas vias, sendo uma para documentar a entrada do material e ficar em poder do responsavel pela sua guarda, e outra para servir de base aos lançamentos a cargo da respectiva secção de contabilidade.

Aos mestres das officinas se dará recibo da producção em livros de protocollo de remessa, nos quaes deverão ser annotados os numeros e as datas das guias extrahidas.

Art. 845. A extracção da guia a que se refere o § 3.º do artigo anterior terá logar sempre que se der a intervenção de qualquer officina nos trabalhos a executar, quer se trate de

obra nova, de renovação ou de conservação de material ou qualquer outro bem do Estado, e ainda que a obra produzida não possa, pelas suas dimensões ou natureza, dar entrada nos armazens a cargo do responsável. Nesta hypothese cabe a este extrahir o documento de sahida contra a repartição ou pessoa a quem tenha de ser consignada a producção.

Art. 846. O material *em ser* a cargo dos mestres das officinas, bem como as obras em andamento por occasião da organização dos inventarios e balanços annuaes, serão nos mesmos computados, aquelle pelo preço constante dos respectivos pedidos e estas pelo valor que então tiverem, inclusive a mão de obra e as percentagens estabelecidas.

Art. 847. Compete ás secções de contabilidade dos estabelecimentos industriaes do Estado a fiscalização das despesas de pessoal e material em confronto com a respectiva producção, bem como a verificação dos *stocks* de material e obras em andamento, a cargo dos mestres das officinas, em face da escripturação correspondente.

Art. 848. Os supprimentos de materiaes ou a prestação de serviços de umas a outras repartições differentes, embora subordinadas ao mesmo Ministerio, dependem, para sua effectividade, do registro do Tribunal de Contas, si para o custeio da despesa não houver credito distribuido á repartição supprida.

Art. 849. O supprimento, porém, de materiaes ou a prestação de serviços de uns a outros departamentos dentro da mesma repartição independem de autorização ou registro daquelle Tribunal, mas devem sempre ser convenientemente documentados e escripturados para não embaraçar a tomada de contas de cada um dos responsaveis.

TITULO IX

Dos responsaveis por bens publicos

CAPITULO I

DAS CAUÇÕES

Secção I — Normas geraes

Art. 850. Os funcionarios encarregados de pagamentos, arrecadação ou guarda de dinheiros publicos ou responsaveis por quaesquer bens da União só entrarão em exercicio após haverem prestado as cauções fixadas em regulamentos, ou, em falta destes, em tabellas organizadas triennialmente pelos ministerios e registradas pelo Tribunal de Contas.

§ 1.º Do registro e conteúdo das tabellas dará o Tribunal conhecimento ao Thesouro para que sejam acceitas novas cauções ou alteradas as existentes, de accôrdo com a nova fixação.

§ 2.º No caso de se tornarem precisas alterações nas tabellas, antes de findo o triennio, fal-as-ão os Ministros, communicando o facto ao Tribunal de Contas, para o respectivo registro.

§ 3.º Será responsavel solidariamente pelo alcance, até o limite da caução regulamentar, a autoridade que houver permittido o exercicio de qualquer funcionario, independente de caução, salvo caso de substituição necessaria do responsavel por fallecimento ou falta imprevista deste.

No caso de ser alterada para mais a importancia de qualquer caução, segundo o disposto nos paragraphos anteriores, os responsaveis serão intimados a reforçar suas cauções no praso de 60 dias, que poderá ser prorogado por igual tempo, a juizo dos Ministros de que dependerem.

Art. 851. A caução a que se refere o artigo antecedente será sempre pignoratícia e constituida por apolices da divida publica federal, cadernetas das caixas economicas federaes ou dinheiro, salvo:

a) tratando-se de importancia superior a 50:000\$, em que é permittida a garantia hypothecaria;

b) quando inferior a 10:000\$, e o permittirem regulamentos especiaes, caso em que poderá ser acceita a simples caução fidejussoria, dada por associações de classe ou outras instituções de notoria idoneidade, fiscalizadas pelo Governo, e cujo capital integral não seja inferior á metade do valor das fianças por ellas prestadas.

Art. 852. As cauções de valor superior a 10:000\$ serão obrigatoriamente prestadas no Thesouro Nacional ou em suas delegacias fiscaes nos Estados.

As de importancia inferior, reaes ou fidejussorias, poderão ser prestadas nas repartições de que os funcionarios dependerem, tornando-se effectivas, quando reaes, pelo simples deposito, na respectiva thesouraria, dos valores dados em caução. Si em taes repartições não houver thesourarias, o deposito será feito no Thesouro Nacional ou suas delegacias. O recibo deste constituirá o instrumento bastante da caução.

Art. 853. As cauções, excepto as que forem constituidas por hypothecas, não dependerão do julgamento do Tribunal de Contas, cabendo, porém, a este verificar si foram prestadas por todos os responsaveis por bens publicos.

Art. 854. As cauções deverão ser prestadas dentro de 60 dias, contados da data em que os responsáveis tiverem conhecimento official de sua nomeação, podendo esse prazo ser prorogado por igual tempo pelos Ministros das pastas a que estiverem subordinados os responsáveis.

Art. 855. A caução prestada pelos responsáveis por bens publicos de qualquer natureza responde não só pela gestão pessoal destes, desde o inicio do exercicio do respectivo cargo, como pela dos fieis, ajudantes ou prepostos que tenham ou venham a ter.

Art. 856. As cauções de qualquer natureza só poderão ser levantadas depois de feita ou approvada pelo Tribunal de Contas a tomada de contas dos responsáveis, segundo o disposto no capitulo subsequente, expedida a necessaria quitação e ordenado o levantamento, e de ter sido este mandado cumprir pelos chefes das repartições a que estiverem subordinadas as thesourarias em que se tenha effectuado o deposito.

Art. 857. Os processos de prestação ou levantamento das cauções exigidas neste regulamento serão considerados de natureza urgente em todas as repartições por onde hajam de transitar.

Secção II — Das cauções reaes

Sub-secção I — Da caução em dinheiro ou em titulos

Art. 858. As cauções prestadas em dinheiro, apolices da divida publica ou cadernetas das caixas economicas federaes, serão recebidas nas thesourarias do Estado, mediante guias expedidas na fórmula do art. 673, das quaes deverão constar o nome e cargo do funcionario que presta a caução, a data de sua nomeação e o titulo desta, a especificação dos valores caucionados bem como a importancia da garantia pela qual respondem, fixada segundo o disposto no art. 850.

Das cauções assim prestadas farão as repartições de que dependerem os responsáveis as devidas anotações nos termos de posse, assentamentos ou titulos de nomeação de cada funcionario, indicando a data e o numero do conhecimento do deposito, bem como a especie em que este se tornou effectivo.

Art. 859. A prestação de cauções em dinheiro independe de qualquer outra formalidade além da expedição da guia a que se refere o artigo precedente.

Art. 860. A prestação de cauções em apolices da divida publica ou em cadernetas das caixas economicas federaes de-

verá ser previamente requerida aos chefes das repartições de que os funcionarios dependerem, si não forem de valor superior a 10:000\$, ou ao Ministro da Fazenda e aos delegados fiscaes nos Estados, quando excederem aquelle limite.

Ao requerimento deverão ser juntos os documentos necessarios á prova da idoneidade da garantia offerecida.

§ 1.º Esses documentos consistem em:

a) quanto ás apolices, em certidão declarando que houve a emissão dos titulos offerecidos, si forem ao portador, e que se acham inscriptas em nome do requerente e livres e desembaraçadas de qualquer onus, si forem nominativas;

b) quanto ás cadernetas das caixas economicas, em certidão declarando não existir em relação ao respectivo deposito embargo, penhora ou qualquer outro onus.

§ 2.º Nos requerimentos para prestação de cauções em apolices e em cadernetas das caixas economicas é tambem de rigor a menção exacta dos numeros das apolices, valor de cada uma, taxa do juro, especie deste e data da emissão, e do numero e série das cadernetas com o deposito respectivo.

Art. 861. Julgada a idoneidade e a sufficiencia dos titulos offerecidos em caução, ordenará a autoridade a quem tenha sido requerida a prestação da mesma que se extraia a guia para a effectividade do deposito, nos termos do art. 858.

Art. 862. O Thesouro Nacional, as delegacias fiscaes nos Estados e as demais repartições junto ás quaes se tornar efectiva a prestação de cauções em apolices da divida publica ou em cadernetas das caixas economicas providenciarão, sem demora, para a averbação da competente clausula nos assentamentos a cargo da Caixa de Amortização ou das delegacias fiscaes em que se achem inscriptas as apolices, bem como nas cadernetas daquellas caixas ou suas filiaes.

Art. 863. Afim de evitar que os depositantes das caixas economicas fiquem impossibilitados, não só de receber os juros, mas tambem de augmentar os capitales das cadernetas dadas em caução, cumpre ás delegacias fiscaes e aos conselhos das caixas economicas providenciar para que sejam abertas e entregues aos mesmos depositantes segundas vias de taes cadernetas, em cada uma das quaes deverá figurar a quantia depositada na primeira, com a declaração de não poder ser retirada, por estar caucionada, e de sobre ella se abonar sómente o respectivo juro.

Sub-seccão II — Da garantia hypothecaria

Art. 864. A prestação da garantia hypothecaria, no caso da lettra a do art. 851, será requerida ao Ministro da Fazenda

ou aos delegados fiscaes nos Estados, mediante exhibição dos documentos comprobatorios de plena propriedade dos bens offerecidos em primeira hypotheca:

§ 1.º Taes documentos são:

- a) o titulo de propriedade do immovel;
- b) prova da quitação de impostos federaes, estaduaes ou municipaes;
- c) certidão negativa da existencia de hypotheca ou qualquer outro onus, e, sempre que no caso couber, apolice de seguro em companhia legalmente habilitada a funcção no Brasil.

§ 2.º Os requerimentos para prestação de garantia hypothecaria deverão conter sempre, além do preço em que são estimados os immoveis, a declaração de que o requerente se obriga a promover opportunamente a especialização da respectiva hypotheca perante o juizo competente, segundo as disposições legais que regem a materia.

Art. 865. Julgada idonea e sufficiente a garantia dos immoveis offerecidos, serão entregues ao interessado, mediante recibo, os documentos juntos ao processo e necessarios para a especialização da hypotheca, e só depois de acceita pelo Ministro da Fazenda ou pelo delegado fiscal, em sessão de Junta de Fazenda, conforme o caso, a sentença de especialização passada em julgado, devidamente inscripta a hypotheca, seguirá o processo os seus ultteriores termos até final decisão do Tribunal de Contas.

Art. 866. A decisão do Tribunal de Contas que approvar a caução constituida por hypotheca será annotada no termo de posse, assentamento e titulo de nomeação do responsavel. Da mesma fórma serão annotadas a acceitação das sentenças de especialização das hypothecas e a respectiva inscripção.

Art. 867. A especialização da hypotheca dos immoveis dados em garantia da gestão dos responsaveis por bens publicos da União deverá ser processada no Juizo Federal da séde da repartição perante a qual for prestada aquella garantia, e a inscripção na séde dos immoveis.

Art. 868. Os responsaveis são obrigados a apresentar, de tres em tres annos, aos chefes das repartições competentes prova de quitação de impostos dos immoveis que constituirem a sua caução e, annualmente, a de que continuam a pagar sobre os mesmos os premios de seguro.

Art. 869. O valor dos immoveis dados em garantia hypothecaria deve, pelo menos, exceder da terça parte o *quantum* da caução fixada, afim de evitar-se prejuizo para a Fa-

zenda Nacional, quando se houver de fazer o abatimento da quarta parte, previsto em lei, caso lhe venham a ser taes immoveis adjudicados.

Art. 870. A Directoria Geral do Thesouro Nacional e as delegacias fiscaes nos Estados verificarão sempre, pelos meios a seu alcance, o estado de conservação dos immoveis dados em caução, communicando immediatamente ao Ministro da Fazenda, para adopção das providencias que se tornarem necessarias, qualquer circumstancia que possa determinar desvalorização ou depreciação dos mesmos immoveis.

Secção III — Das cauções fideijussorias

Art. 872. A condição exigida na parte final da lettra *b* do art. 851 ás associações de classe ou outras instituições de notoria idoneidade, fiscalizadas pelo Governo, será prestada mediante requerimento dirigido ao chefe da repartição de que dependa o responsavel, com indicação do nome da instituição cuja garantia se offerece.

Art. 872. A condição exigida na parte final da lettra *b*, do art. 851, de não ser o capital das instituições de que trata o artigo antecedente inferior á metade do valor total das fianças por ellas prestadas, será provada com a exhibição do ultimo balanço ou relatorio approved na fórmula dos respectivos estatutos.

Art. 873. Provadas a personalidade juridica e a idoneidade da instituição offerecida para a prestação da fiança e acceita esta pelo chefe da repartição de que dependa o responsavel, mandará aquelle lavrar o respectivo termo, em livro especialmente destinado a esse fim, assignando-o conjuntamente com o representante legal da instituição fiadora.

Paragraphe unico. Toda e qualquer occorrença posterior relativa á fiança de que se trata deverá ser annotada á margem dos respectivos termos.

Art. 874. Na hypothese de vir a ser declarada inexistente a fiança por dissolução ou insolvencia da instituição que a houver prestado, serão os interessados compellidos a prestar caução em dinheiro ou em titulos. na fórmula do disposto na secção precedente, caso não possam apresentar nova instituição em condições de offerecer as garantias exigidas no interesse da Fazenda Publica.

§ 1.º Aceita, porém, nova caução fideijussoria, em substituição da primitiva, deverá aquella fazer retrotrahir os seus effeitos até á data do começo do exercicio do responsavel.

§ 2.º No caso de reforço da caução, a responsabilidade deste deve, igualmente, retrotrahir ao começo do exercicio do responsavel, condição esta que deverá constar do novo termo.

No primitivo termo será annotada a lavratura dos successivos termos de reforço.

Art. 875. A caução fidejussoria só poderá ser levantada depois que o Tribunal de Contas der ao responsavel plena quitação e ordenar a baixa da fiança e que a autoridade competente, sciente do julgado do mesmo tribunal, determinar o seu cumprimento.

Esta condição será observada em qualquer caso, ainda mesmo que os afiançados não hajam exercido os respectivos cargos.

CAPITULO II

DAS TOMADAS DE CONTAS

Secção I — Normas geraes

Art. 876. Todos os responsaveis, de direito ou de facto, por dinheiros, valores e outros bens da União, ou pelos quaes deva esta responder, ainda mesmo que residam fóra do paiz, ficam sujeitos á jurisdicção do Tribunal de Contas, que, de accôrdo com a lei, fixará a situação desses responsaveis para com a Fazenda Nacional, exceptuados os Ministros de Estado.

Art. 877. As tomadas de contas estabelecem a situação juridica dos responsaveis: as sentenças condemnatorias, proferidas pelo Tribunal de Contas e verificadas nos accórdãos dos respectivos processos, predispõem a Fazenda Nacional a entrar em juizo com a sua intenção fundada de facto e de direito, para o fim de promover a cobrança executiva de suas dividas activas provenientes dos alcances apurados e fixados por aquellas sentenças, quando para saldar taes dividas não baste a alienação administrativa das cauções, segundo o disposto no art. 897.

Art. 878. Aos responsaveis corre o imperioso dever de prestar as suas contas á Fazenda Nacional, em qualquer época, dentro da prescripção legal; não lhes aproveitando a demora ou o atraso que, porventura, houver na organização do processo, para o effeito de isental-os das indemnizações de quaesquer faltas ou alcances observados na liquidação das responsabilidades.

Art. 879. A tomada de contas, quando formulada após o encerramento do exercicio, tem ainda por fim conhecer e corrigir os abusos e irregularidades, prevenir as insolvabilidades,

promover o recolhimento dos dinheiros publicos e velar para que os impostos, direitos e taxas fiscaes sejam bem arrecadados e bem applicados.

Art. 880. A' prestação de contas perante o Tribunal estão sujeitos os responsaveis, como: os thesoureiros, pagadores, fieis de armazens, administradores de mesas de rendas, de postos fiscaes, de trapiches e capatazias, de proprios e fazendas da União, os almoxarifes, os clavicularios, os collectores, os commissarios, cirurgiões e pharmaceuticos da Armada, os agentes-compradores, os directores de arsenaes e hospitaes, os mestres e contra-mestres das officinas dos estabelecimentos industriaes civis e militares, os capitães dos portos, os encarregados dos pharões, os thesoureiros das caixas economicas e montes de soccorro, os engenheiros dos districtos telegraphicos, os administradores e agentes dos correios, estações telegraphicas e de estradas de ferro custeadas pela União, os cobradores, os encarregados dos consulados e todos os outros demais responsaveis por qualquer fórmula comprehendidos no art. 876.

Art. 881. A essa prestação estão tambem sujeitos todos quantos receberem dinheiro por adeantamentos ou para comissões, ou tiverem valores sob sua guarda em virtude de contractos com o Governo, e, bem assim, todos os funcionarios estipendiados pelos cofres publicos, que derem causa á perda de valores pertencentes á Fazenda Nacional ou pelos quaes esta deva responder, com a excepção prevista no final do art. 876.

Art. 882. A jurisdicção e competencia do Tribunal de Contas para a tomada de contas dos responsaveis e adopção das providencias acauteladoras dos interesses da Fazenda Nacional vinculados á materia, regulam-se pelas disposições de leis especiaes e regulamentos organicos do mesmo Tribunal.

Art. 883. Para conhecimento exacto de quantos possam estar sujeitos á prestação de contas, os diversos Ministerios, no mez de janeiro de cada anno, enviarão ao Tribunal de Contas uma relação completa e circumstanciada de todos quantos tenham recebido, administrado, despendido ou guardado bens pertencentes á União, discriminados os responsaveis pelas repartições a que pertencerem.

§ 1.º Tendo presentes as ditas relações, o Tribunal as examinará, em confronto com os regulamentos e actos relativos ao numero de responsaveis de cada repartição, expedindo instrucções para que lhes tomem as contas.

§ 2.º O Tribunal fará publicar no *Diario Official*, por cinco dias consecutivos, as relações enviadas pelos Ministerios, para que cheguem ao conhecimento dos que nella foram

ou deixaram de ser contemplados, admitindo no prazo de trinta dias da ultima publicação reclamações contra a inclusão ou exclusão.

§ 3.º O Ministerio Publico perante o Tribunal de Contas terá registro dos responsaveis sujeitos á tomada de contas, para que possa promover o inicio do respectivo processo nos seguintes casos:

a) de não ter tido começo passados 60 dias das épocas fixadas na lei ou regulamento;

b) quando o responsavel deixar o cargo;

c) si se verificarem administrativamente faltas nos valores confiados á guarda do responsavel e por qualquer meio tenham dellas conhecimento os representantes e auxiliares do Ministerio Publico.

Art. 884. A tomada de contas dos responsaveis será feita annualmente, tendo por base as demonstrações e os balanços mensaes organizados em face da escripturação por partidas dobradas a cargo da secção de contabilidade, a qual incumba a fiscalização immediata dos responsaveis, nos termos dos arts. 7 e 839, deste regulamento.

Taes demonstrações e balanços serão, quanto possivel, organizados sob a direcção e fiscalização das delegações do Tribunal de Contas, que recorrerão, em caso de duvida, aos documentos originaes, quando não tenham estes recebido previamente o seu *Visto*.

A tomada de contas dos exactores, thesoureiros e pagadores terá por base, além da escripturação principal por partidas dobradas, a escripturação auxiliar, em livros de contas correntes, das operações da receita e despesa, constantes de balancetes organizados e liquidados mensalmente, segundo os preceitos estabelecidos no art. 210.

Art. 885. O serviço mensal de tomadas de contas, organizado pela fórmula indicada no artigo anterior, deverá estar installado em todas as secções, repartições ou directorias de contabilidade da União no prazo de um anno da data do presente regulamento, salvo caso de força maior, a juizo da Contadoria Central da Republica.

Art. 886. Emquanto não estiver organizado o serviço mensal de tomadas de contas, segundo o disposto nos dous artigos precedentes, e no caso de não haverem sido, por qualquer motivo, tomadas as contas annualmente, deverá o Tribunal promover a tomada de contas dos responsaveis, a qual assentará nos documentos e na escripturação que regularmente tenha sido feita.

§ 1.º A tomada de contas deverá ter inicio, improrogavelmente, no praso de dous mezes, após o termo da gestão dos responsaveis.

Para o cumprimento deste preceito, deverão os chefes de repartições communicar ao Ministério Publico junto ao Tribunal de Contas a exoneração ou o fallecimento de qualquer funcionario sujeito á tomada de contas, informando o periodo e a natureza da gestão a ser liquidada.

§ 2.º No caso de desfalque ou desvio de bens da União, a tomada de contas deverá ser iniciada immediatamente, afim de se apurar a situação do responsavel.

§ 3.º Ao iniciar-se o serviço annual de tomada de contas, de que trata o art. 884, e, no caso de existirem gestões anteriores ainda não liquidadas, serão dados balanços nos bens confiados aos responsaveis, lavrando-se os necessarios termos e inventarios, que servirão de base á escripturação exigida pelo citado artigo.

A gestão anterior deverá ser opportunamente liquidada, sem prejuizo da tomada annual das contas.

Art. 887. Embora só possam ser julgadas definitivamente pelo Tribunal de Contas, serão apuradas, em processo organizado nas respectivas secções de contabilidade dos Ministerios ou das repartições superiores a que pertencerem os responsaveis:

- a) as contas dos responsaveis por valores e dinheiros empregados nas forças do Exercito em movimento;
- b) a dos responsaveis por funcções exercidas a bordo dos navios e hospitaes da Armada;
- c) a dos empregados dos correios, telegraphos e das estradas de ferro e companhias de navegação, pertencentes á União, que receberem ou guardarem dinheiros, bens ou valores do Estado ou pelos quaes deva este responder.

Art. 888. Nos processos de tomadas de contas devem ser considerados alcances e, como taes, passíveis das penas da lei:

- a) os saldos em poder do responsavel;
- b) as rendas arrecadadas e não escripturadas convenientemente;
- c) as despesas glosadas, por terem sido impugnadas;
- d) as differenças verificadas para menos nos livros da escripturação ou nos documentos da receita, e para mais nos da despesa;
- e) o adeantamento cuja applicação não tiver sido devidamente comprovada e for conservado em poder do responsavel sem ordem expressa da autoridade competente;
- f) as faltas verificadas em valores, materiaes ou effeitos, de qualquer especie, confiados á guarda do responsavel;

a) as diferenças verificadas a favor da Fazenda Nacional nas operações de debito e credito dos cofres especiaes.

Paragrapho unico. Não são, porém, considerados alcances:

a) as quantias eguaes ou inferiores a mil réis, salvo quando as fracções representarem diferenças integrantes de alcance já recolhido;

b) os saldos de caixa apurados nas contas prestadas mensalmente pelos thesoureiros, pagadores e demais responsaveis dessa natureza, e que passarém á conta do mez seguinte;

c) as importancias das multas do imposto de consumo, depositadas nos cofres das repartições para o uso de recursos, enquanto estes não forem decididos, ou julgado prescripto o direito da parte.

Secção II — Das tomadas de contas dos exactores, thesoureiros e pagadores

Art. 889. A tomada de contas dos exactores federaes terá por base os balancetes mensaes organizados, liquidados e escripturados segundo o disposto no capitulo III do titulo III do presente regulamento.

A dos thesoureiros e pagadores será preliminarmente organizada segundo o disposto no art. 884, á vista dos balancetes mensaes que todas as estações arrecadadoras e pagadoras devem remetter ás respectivas repartições de contabilidade, acompanhados das guias de recolhimento da receita, das primeiras vias dos documentos da despesa e dos termos de verificação dos caixas, assignados estes pelo exactor ou pagador e por duas testemunhas idoneas designadas pela autoridade competente, de preferencia funcionarios federaes ou estaduaes, que tenham assistido á verificação dos valores nas mesmas existentes.

Art. 890. A liquidação dos balancetes mensaes de que trata o artigo precedente será feita sem demora, de accôrdo com as instrucções especiaes em vigor para o processo de tomadas de contas, e á vista dos documentos da receita e despesa e dos termos de balanços que os acompanharam; concluirá por uma demonstração summaria da receita e da despesa e da situação do responsavel perante a Fazenda Publica.

Art. 891. A demonstração assim organizada, acompanhada dos documentos que lhe serviram de base, será submettida ao exame dos delegados do Tribunal de Contas, das juntas de Fazenda ou dos chefes das repartições, os quaes, verificando a legalidade de todas as operações della constantes, mandaráo registrar-a nos livros de contas correntes a que se refere a

terceira parte do art. 884, para o fim de se levantar em tempo opportuno a tomada annual das contas.

No caso de se apurar qualquer illegalidade ou desvio de bens publicos, será intimado o responsavel para que entre com a respectiva importancia dentro de 30 dias, sob pena de suspensão do exercicio do cargo.

Art. 892. As pessoas designadas para a verificação dos valores e assignatura dos termos de balanço de caixas ficam solidariamente responsaveis á Fazenda Publica pelos prejuizos que lhe acarretarem por inaptidão, culpa ou negligencia. Para esse effeito ficam ellas sujeitas ao Tribunal de Contas e ficam subrogadas, quando tenham pago á Fazenda, nos direitos desta contra o exactor ou pagador, até á concurrencia da somma que desembolsarem.

Art. 893. No fim de cada exercicio financeiro, verificada a exactidão de todos os livros auxiliares com a escripturação principal por partidas dobradas, farão os delegados do Tribunal de Contas, as Juntas de Fazenda ou os chefes das repartições, cotejar com aquella escripturação os dados constantes das contas individuaes de cada responsavel, abertas no livro de contas correntes instituido pelo art. 884, 3ª parte, mandando certificar no pé de cada uma dellas a exactidão da conferencia procedida e passando em seguida a organizar os processos de tomadas de contas, que consistirão em cópias authenticas das contas individuaes abertas aos responsaveis, devidamente contrasteadas.

Art. 894. Recebidos os processos no Tribunal de Contas, annuaes, serão elles, com uma breve informação das delegações, acerca da regularidade das contas prestadas, remettidos ao Tribunal de Contas para julgamento, afim de ser o responsavel julgado quite, em credito ou em debito com a Fazenda Federal.

Art. 895. Recebidos os processos no Tribunal de Contas, terão elles o andamento e o estudo determinados no regulamento organico daquelle instituto e nas instrucções especiaes para o processo de tomadas de contas, até final julgamento.

Art. 896. Na hypothese de ser o responsavel julgado em debito com a Fazenda Publica, não acudindo o responsavel ou seus herdeiros e fiadores, proceder-se-á á alienação administrativa da caução, proseguindo-se na execução da sentença.

Art. 897. A alienação administrativa da caução será requerida pelo representante do Ministerio Publico ao Tribunal e, sendo concedida, expedir-se-á ordem á repartição competente para recolher immediatamente aos cofres publicos,

como renda eventual, a totalidade da caução ou parte desta, sufficiente para cobrir o alcance, juros da móra e quaesquer despesas que porventura devam ser indemnizadas, ficando o restante da caução escripturada no cofre de depositos publicos, em nome do seu possuidor.

§ 1.º Recollida aos cofres publicos a importancia da caução, será o facto communicado immediatamente ao Tribunal, mediante a transmissão do talão do recebimento.

§ 2.º A' vista desta communicação, expedir-se-á quitação ao responsavel, si a Fazenda Nacional houver sido integralmente indemnizada; em caso contrario, será feita a conta da importancia a ser recolhida, enviando-se a mesma conta ao representante do Ministerio Publico, com uma cópia do accordão, para o effeito do artigo subsequente.

Art. 898. O representante do Ministerio Publico, recebidos os documentos a que se refere o artigo anterior, remettel-os-á ao procurador da Republica competente para promover a cobrança da parte do alcance não indemnizado, cabendo-lhe, porém, fiscalizar o andamento dos respectivos feitos e representar sobre qualquer irregularidade verificada, devendo ter para isso os necessarios registros das sentenças em execução.

Art. 899. O procurador da Republica ou o procurador seccional, a quem competir por lei a cobrança executiva, promoverá a execução da sentença do Tribunal, podendo solicitar do respectivo representante qualquer esclarecimento necessario ao processo judicial, ficando obrigado a prestar ao Ministerio Publico junto ao Tribunal as informações que lhe forem solicitadas.

Art. 900. Incorrerá em crime de responsabilidade, punivel com as penas do art. 207 do Codigo Penal, o representante da Fazenda que não iniciar o executivo fiscal no praso de 15 dias do recebimento dos documentos para a cobrança do alcance.

Paragrapho unico. Para o effeito da apuração dessa responsabilidade, dado o não cumprimento pelo procurador da Republica ou pelos procuradores seccionaes do disposto no artigo precedente, o presidente do Tribunal de Contas representará ao procurador geral da Republica, denunciando o facto, e tanto este como o presidente do Tribunal incorrerão em identica responsabilidade, si, dentro de egual praso, não derem as providencias que lhes incumbem para a punição daquelle.

Logo que seja iniciado o executivo fiscal, o representante da Fazenda participará, immediatamente, o facto ao

presidente do Tribunal, ao qual communicará qualquer incidente que suste o andamento da execução.

Secção III — Da tomada de contas por execução de contracto, liquidação de commissão e comprovação de adeantamento

Art. 901. A tomada de contas para apuração de responsabilidade por execução de contracto, liquidação de commissão e comprovação de adeantamento é feita no correr do exercicio, e logo que sejam terminados os mesmos serviços, ou, embora não concluidos, assim que estejam esgotados os prazos concedidos em lei ou nos contractos para a prestação de contas dos responsaveis.

Art. 902. O processo é formado com os documentos de despesa apresentados pelo responsável ao respectivo Ministerio ou ás repartições superiores de que immediatamente dependam, onde serão pelas respectivas directorias ou secções de contabilidade, relacionados, examinados, classificados e resumidos em uma conta corrente demonstrativa do debito e do credito.

§ 1.º Na tomada de contas por execução de contracto, o debito da conta corrente a que se refere este artigo será formado pela somma estipulada na concessão e o credito pelas importancias das ordens de pagamento expedidas em observancia do contracto.

§ 2.º Na tomada de contas por liquidação de commissão ou comprovação de adeantamento, o debito da conta corrente será formado da somma recebida pelo responsavel, mais as quantias arrecadadas a titulo de sello de nomeação, desconto para alugueis de casas, contribuições para o montepio, consignações e outras dividas; e o credito, das importancias das despesas realizadas e comprovadas pelos documentos exhibidos, com as respectivas quitações perfeitamente legalizadas.

§ 3.º Na organização dos processos de prestação de contas para comprovação de adeantamento deverão as directorias de contabilidade dos Ministerios ou as secções de contabilidade das repartições superiores, de que immediatamente dependam os responsaveis, na Capital Federal ou nos Estados, observar as disposições do capitulo II do titulo IV do presente regulamento.

Art. 903. Organizado o processo pela fórma indicada no artigo precedente, será elle entregue á propria repartição que tenha feito o adeantamento, segundo o disposto no art. 300, a qual, depois de anotar no registro a seu cargo a data da apre-

sentação das contas, as encaminhará ao Tribunal de Contas ou suas delegações, para final julgamento.

Art. 904. As despesas secretas com diligencias policias, feitas pela thesouraria da Policia da Capital Federal, por conta dos adeantamentos para tal fim concedidos, ou quaesquer outras da mesma natureza que a lei de orçamento entenda crear, serão annualmente verificadas, logo após o encerramento do exercicio, por uma commissão especial, nomeada pelo presidente do Tribunal de Contas, a qual fará uma syndicancia completa na mesma thesouraria para verificar a comprovação das mesmas despesas e, em relatorio secreto, entregue directamente ao presidente daquelle Tribunal, exporá ao mesmo o resultado do seu exame.

Art. 905. Si, esgotado o praso de 90 dias para a comprovação da applicação dada aos adeantamentos, o responsavel não houver prestado suas contas, nem as prestar até o encerramento do exercicio, applicará o Tribunal de Contas a multa comminada no art. 298 deste regulamento, ou providenciará sobre o executivo fiscal, observando, com relação a este, tudo o que dispõem os precedentes arts. 898 a 900.

Secção IV — Da tomada de contas dos almoxarifes e demais responsaveis por bens publicos

Art. 906. A tomada annual das contas dos responsaveis por materiaes, na qual assentará a liquidação definitiva das contas de sua gestão, terá por base os inventarios annuaes dos bens a seu cargo, e será organizada pelas repartições superiores de que dependam, pela fórmula e com os elementos indicados nos arts. 839 e 884 deste regulamento, e encaminhada ao Tribunal de Contas até 31 de março do anno seguinte, como dispõe o § 1º do citado art. 839.

Art. 907. A tomada definitiva de contas dos administradores de capatazias das alfandegas, fieis de armazem, almoxarifes e commissarios da Armada, guardas de deposito de trem bellico e de quaesquer outros valores pertencentes á União, terá por base os inventarios realizados ao encetar e ao terminar o responsavel a sua gestão. Taes inventarios, como peças essenciaes que são á definição perfeita das responsabilidades, não poderão nunca ser dispensados, qualquer que seja o pretexto, nem ao responsavel aproveitará a allegação de haver recebido quaesquer materiaes sem estarem competentemente inventariados, segundo exige o art. 829, segunda parte.

Paragraphe unico. No caso de extraviu ou perda, por caso fortuito ou força maior, dos inventarios a que faz referencia

este artigo, servirão de assento, para a tomada de contas, os termos de verificação que serão feitos semestralmente por funcionarios designados pela autoridade competente e constarão tambem de termos lavrados nos livros dos responsaveis e por estes assignados.

Art. 908. Além do inventario a que se deve proceder, sempre que houver mudança ou substituição de responsaveis pela guarda de bens ou valores pertencentes á União, será lavrado um termo de responsabilidade, que será assignado pelo que termina e pelo que começa a gestão.

Paragrapho unico. Quando, por motivo de força maior, préviamente justificada, for impossivel ao responsavel substituido assistir aos inventarios ou assignar o termo de responsabilidade a que se refere este artigo, poderá delegar a terceiros essa incumbencia e, não o fazendo, proceder-se-á ao inventario á sua revelia, sendo o termo de responsabilidade authenticado pela assignatura da autoridade a que for subordinado o responsavel.

Art. 909. Nas contas dos responsaveis por generos, mercadorias, moveis, semoventes, utensilios, medicamentos, sobresalentes, ferramentas, materiaes, materia prima, etc., não devem ser compensadas as faltas dos artigos de uma qualidade pelas sobras das dos outros, sendo estas sobras consideradas como pertencentes á Fazenda Nacional.

§ 1.º Quando forem, porém, da mesma natureza fiscal e tão semelhantes que se possam confundir os generos ou materiaes que faltam com os acrescimos, o tomador de contas pôde admittir compensação das faltas com as sobras, peça por peça, medida ou peso, segundo sua qualidade, de conformidade com os preços de aquisição, si forem do mesmo valor, ou, no caso de não poder ser este verificado, pelo da avaliação.

§ 2.º Não se compensarão as faltas e os valores verificados em processos de tomada de contas referentes a gestões diversas, ainda quando seja identica a proveniencia das contas, quer sob a feição de especie da responsabilidade, quer da natureza do cargo de que tal responsabilidade promova.

Art. 910. A exoneração da responsabilidade decorrente da falta, deterioração ou diminuição de bens publicos, por caso fortuito, força maior ou natural perecimento, verificar-se-á mediante prova rigorosa do facto, de que resulte convicção de inimputabilidade ao agente, por dolo ou culpa, mesmo leve, oriunda da negligencia ou descuido, assim em usar dos meios adequados no recebimento, guarda, conserva ou entrega dos

bens a elle confiados, como na escripturação regulamentar que deve manter, nos termos do art. 838 do presente regulamento.

Art. 911. No processo, instrucção e julgamento das contas dos responsaveis de que trata a presente secção, além do disposto neste regulamento serão observadas as instrucções especiaes sobre o serviço de tomadas de contas, organizado pelo Tribunal de Contas ou pelo mesmo approvadas.

Art. 912. No caso de ser julgado em debito qualquer dos responsaveis comprehendidos nos arts. 906 e 907, proceder-se-á á alienação administrativa da respectiva caução, como prescrevem os arts. 896 e 897, proseguindo-se no executivo fiscal com inteira observancia dos seguintes arts. 898 a 900, caso o producto da caução alienada não baste para indemnizar a Fazenda Publica do prejuizo soffrido ou alcance verificado.

TITULO X

Disposições geraes

Art. 913. Nos inventarios e na escripturação dos materiaes, a quantidade destes, em peso, medida, superficie ou volume deverá ser expressa segundo o systema metrico decimal em vigor.

Art. 914. As rectificações que se tornarem necessarias na escripturação, nas demonstrações periodicas ou nas contas, devem ser feitas sem rasuras, á tinta carmin, e de modo a deixar ver as palavras ou numeros pre-existentes.

Em columna propria de observação ou em nota á margem dos livros ou documentos deverá ser produzida a razão da rectificação feita.

Paragrapho unico. Nas contas judiciaes não póde ser introduzida modificação de fórma.

As rectificações que possam occorrer por effeito das verificações prescriptas serão indicadas em columna apropriada ou na de observações, ou na margem do documento, ou ainda em folha separada, expostos os motivos de taes rectificações.

Art. 915. Os estornos que tenham de ser feitos em qualquer livro de escripturação devem sempre reportar-se á data, folio e numero de ordem do lançamento primitivo, no qual se anotarão tambem a data, folio e numero de ordem da partida do estorno.

Art. 916. As contas, as demonstrações, as notas, os inventarios e as situações que devem ser periodicamente transmitidos á autoridade competente, nos termos do presente regulamento, serão sempre organizados e remettidos nos prazos

fixados, ainda mesmo que nesses elementos não se tenha registado alteração alguma. Neste caso se repetirá a totalidade das contas e demonstrações precedentes, com o accrescimento da declaração de não ter havido movimento ou alteração no periodo de tempo a que se referem os novos documentos apresentados.

Art. 917. A partir da data da execução do presente regulamento devem ser revistos todos os regulamentos, instrucções e disposições sob qualquer fórma expedidos pelos diversos Ministerios e repartições, e em que quaesquer modificações se tornem necessarias para pol-os em harmonia com as normas geraes prescriptas pela lei n. 4.536, de 28 de janeiro de 1922, e pelo presente regulamento, tendo por fim simplificar-lhes as disposições e reduzi-l-os, consoante as exigencias especiaes dos diversos serviços, á indispensavel unidade de conceito e de applicação pratica.

Serão tambem revistos os modelos de escripturação, livros, registros, demonstrações e outros documentos prescriptos no presente regulamento e nas instrucções especiaes em vigor para a escripturação por partidas dobradas, em todas as directorias, escriptorios ou secções de contabilidade dos Ministerios e das repartições aos mesmos subordinadas, bem como os actualmente em uso nas thesourarias, pagadorias almoxarifados, estabelecimentos industriaes e outros, prescriptos em regulamentos especiaes, instrucções, circulares ou outras disposições dos diversos Ministerios ou administrações centraes ou divisionaes.

A revisão das disposições e dos modelos supracitados será levada a effeito aos cuidados da Contadoria Central da Republica, com a iniciativa e concurso das diversas repartições onde tal revisão haja de ser feita.

Art. 918. Os projectos de regulamento de administração publica, de instrucções ou de outras disposições que se relacionem directa ou indirectamente com quaesquer serviços de contabilidade e os que possam interessar á administração geral da Fazenda Publica serão, segundo dispõe o art. 10 deste regulamento, préviamente levados ao conhecimento da Contadoria Central da Republica, para que os examine em confronto com a legislação de Fazenda e, uma vez achados conformes, ou emendados, mediante entendimento prévio com os Ministerios ou repartições proponentes, os submeterá á approvação ou *visto* do Ministro da Fazenda, quando não esteja em sua alçada approval-os directamente.

Art. 919. A Contadoria Central da Republica fica obrigada, sob as penas do art. 221, a, sempre que tiver conhecimento

proprio ou por meio de representação escripta de qualquer funcionario, denunciar ao Ministro da Fazenda, para que este tome as providencias legais ou administrativas que se fizerem necessarias, todos aquelles chefes de repartições, de divisões, de secções ou de serviço que, por qualquer fórma, se oppuzerem, embaraçarem ou negligenciarem quanto á instituição e regular funcionamento das normas de contabilidade prescriptas neste regulamento e nas instrucções para a escripturação por partidas dobradas mandadas adoptar pelo Ministerio da Fazenda.

Art. 920. Os funcionarios que forem pela Contadoria Central da Republica, no uso da autorização á mesma conferida pelo capitulo I da lei n. 4.536, de 28 de janeiro de 1922, commissionados para installar, orientar, dirigir ou fiscalizar quaesquer serviços de contabilidade nas repartições publicas, civis ou militares, gosarão, no desempenho das attribuições que lhes são delegadas e qualquer que seja a sua categoria, da mesma autoridade e das mesmas prerogativas conferidas por lei áquella Contadoria, competindo a todos os directores de repartição, chefes de divisão, de secção ou de serviços, bem como aos thesoureiros, pagadores almoxarifes e demais responsaveis por bens publicos exhibir-lhes quaesquer livros de escripturação e prestar-lhes todos os esclarecimentos que forem exigidos como indispensaveis ao bom desempenho daquellas incumbencias.

Paraphgrapho unico. Os funcionarios commissionados pela Contadoria Central da Republica, por acto proprio ou do Ministerio da Fazenda, mediante proposta sua, para o desempenho de qualquer uma das incumbencias a que se refere este artigo, communicarão por escripto ao Contador Geral o resultado de seus trabalhos, e lembrarão as providencias que entendam deverem ser adoptadas, depois de terem recommendado ás repartições instruidas ou fiscalizadas a correcção de qualquer falta ou engano que possam ser desde logo sanados, na conformidade das ordens e instrucções em vigor.

Art. 921. A Directoria Geral de Contabilidade Publica passará a denominar-se Directoria da Contabilidade do Ministerio da Fazenda, realizando sómente os serviços dessa natureza no mesmo Ministerio.

Art. 922. Para que seja, quanto antes, posto em dia o serviço de tomada de contas em atraso até o presente regulamento entrar em execução, o Tribunal de Contas promoverá a constituição de commissões especiaes, organizadas com pessoal seu, do Ministerio da Fazenda ou de qualquer outro Ministerio, que as tomarão mediante exame arithmetico e con-

frontação dos documentos justificativos das despesas, dando-se quitação aos responsáveis, quando regulares.

§ 1.º Si for apurado alcance, será, então, processada a conta de accôrdo com a legislação em vigor.

§ 2.º Nas commissões constituídas por empregados de outros Ministerios, ou addidos, a chefia, pelo menos, deverá caber a um empregado do Tribunal de Contas ou, na falta deste, a primeiros ou segundos escripturarios do Thesouro Nacional, designados pelo Presidente do mesmo Tribunal.

TITULO XI

Disposições transitorias

Art. 923. Até que seja definitivamente organizado, o quadro do pessoal da Contadoria Central da Republica será o seguinte, com os vencimentos da tabella annexa:

- 1 contador-geral;
- 1 sub-contador;
- 3 guarda-livros chefes de secção;
- 9 guardas-livros ajudantes;
- 1 secretario;
- 1 protocollista;
- 3 dactylographos;
- 18 auxiliares technicos;
- 1 continuo archivista;
- 3 serventes;

§ 1.º As primeiras nomeações dos funcionarios deste quadro serão feitas em commissão, por espaço de tres annos, devendo as mesmas recahir, obrigatoriamente, nos funcionarios de que se compõe actualmente o quadro da secção de escripturação por partidas dobradas do Thesouro Nacional, desde que, a juizo do Contador Geral da Republica, tenham demonstrado capacidade technica. Sómente após esse periodo e verificada a plena execução dos serviços creados por esta lei serão providos com as nomeações effectivas aquelles funcionarios que tiverem provado a sua competencia.

§ 2.º Para provimento das vagas restantes no quadro tecnico terão preferencia:

a) Os funcionarios de Fazenda e, após elles, os de contabilidade de outros Ministerios e os addidos que, tambem a juizo do Contador Geral da Republica, tenham trabalhado, demonstrando aptidão, no serviço de escripturação por partidas dobradas;

b) os addidos nas mesmas condições.

Art. 924. Aos actuaes directores dos serviços de contabilidade são asseguradas todas as vantagens do cargo, podendo, entretanto, o Governo transferil-os de umas para outras repartições, conforme lhe parecer conveniente.

Paragrapho unico. No caso de vaga ou de transferencia para outras repartições, os cargos de directores ou chefes de contabilidade serão preenchidos na conformidade do que dispõe o art. 1º, paragrapho unico, da lei n. 4.536, de 28 de janeiro de 1922.

Art. 925. O presente regulamento entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1923, podendo o Governo alteral-o dentro do primeiro anno de sua execução nos pontos cuja observancia por motivos ponderosos, não se possa verificar tão rigorosamente como nelle se contém e desde que tal alteração não offenda, por qualquer fórma, os principios basicos estabelecidos na lei organica n. 4.536, de 28 de janeiro de 1922.

Paragrapho unico. Nenhuma alteração, porém, se fará sem audiencia das secções technicas da Contadoria Central da Republica, para que digam da necessidade ou conveniencia das alterações propostas, em face das exigencias dos serviços geraes da contabilidade da União.

Art. 926. Revogam-se as disposições em contrario.

TABELLA A QUE SE REFERE O ART. 923

	Ordenado	Gratificação	Vencimento por cargo
1 contador-geral. . . .	12:000\$000	6:000\$000	18:000\$000
1 sub-contador. . . .	10:000\$000	5:000\$000	15:000\$000
3 guarda livros chefes de secção. . .	8:000\$000	4:000\$000	12:000\$000
9 guardas livros ajudantes.	6:400\$000	3:200\$000	9:600\$000
18 auxiliares technicos	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000
1 secretario.	6:400\$000	3:200\$000	9:600\$000
1 protocollista.	2:800\$000	1:400\$000	4:200\$000
3 dactylographos. . . .	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
1 continuo-archivista.	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
3 serventes.	1:600\$000	800\$000	2:400\$000

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1922. — *Homero Baptista.*

DECRETO N. 15.784 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1922

Crêa um consulado honorario em Boston, nos Estados Unidos da America

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo art. 4º, lettra *a*, do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um consulado honorario em Boston, nos Estados Unidos da America.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.785 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1922

Crêa um consulado honorario em Haifa, na Syria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo art. 4º, lettra *a*, do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um consulado honorario em Haifa, na Syria.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.786 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1922

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 17:294\$665, ouro, para occorrer ás despesas com as Embaixadas no Mexico e no Chile e a criação da Legação na Dinamarca

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do decreto legislativo n. 4.156, de 15 de outubro de 1920, e para attender ás despesas decorrentes da elevação á categoria de Embaixada da representação diplomatica do Brasil nos Estados Unidos Mexicanos e na Republica do Chile, em virtude dos decretos nume-

ros 15.410, de 23 de março de 1922 e 15.558, de 12 de julho de 1922, e da criação de uma Legação no Reino da Dinamarca, constante do decreto n. 15.559, de 12 de julho de 1922, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 17:291\$665 (dezesete contos duzentos e noventa e um mil seiscientos e sessenta e cinco réis), ouro, para reforço da verba 9ª do art. 26 da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922, afim de attender ás despesas no corrente anno das referidas Embaixadas e Legação, assim discriminadas: differença de vencimentos dos Embaixadores e Ministro Residente (ordenado, gratificação e representação) réis 11:666\$665, ouro, durante cinco mezes e mais 25 %, isto é, 2:916\$666, ouro, differenças de aluguel de chancellarias e expediente, tambem durante cinco mezes, 2:708\$334, ouro.

Art. 2.º Ficam revogados o credito supplementar aberto pelo decreto n. 15.067, de 16 de agosto de 1922 e demais disposições em contrario..

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.824 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1922

Faz publico o deposito de ratificação, pelo Mexico, da Convenção principal e do Convenio sobre encomendas postaes, assignados em Buenos Aires aos 15 de setembro de 1921

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que, segundo communicação dirigida ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação Argentina nesta Capital, por nota de 16 de outubro ultimo, o Governo do Mexico fez depositar no archivo do Ministerio das Relações Exteriores e Culto, em Buenos Aires, aos 31 de julho deste anno, o instrumento de ratificação, por parte daquelle Governo, da Convenção principal da União Pan-Americana e do Convenio sobre encomendas postaes, com os respectivos Protocollos finaes, concluidos em Buenos Aires aos 15 de setembro de 1921.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.825 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1922

Crêa um Consulado honorario em Magdeburgo, na Allemanha

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Usando da autorização concedida pelo art. 4º, letra a, do decreto n. 14.058, de 11 de Fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado honorario em Magdeburgo, na Allemanha.

Rio de Janeiro, 14 de Novembro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.826 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1922

Faz publico o deposito de ratificação, pela Argentina dos actos postaes assignados em Buenos Aires em 1921

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico que, segundo communicacão dirigida ao Ministerio das Relações Exeteriores pela Legação Argentina nesta Capital, por nota de 27 de outubro ultimo, o Governo argentino fez depositar no archivo do Ministerio das Relações Exteriores e Culto, em Buenos Aires, aos 14 de agosto deste anno, o instrumento de ratificação, por parte daquelle Governo, da Convenção principal da União Postal Pan-Americana e do Convenio sobre encomendas postaes, com os respectivos Protocollos finaes e Regulamentos de execução, assim como do Convenio sobre vales postaes, actos esses concluidos em Buenos Aires aos 15 de setembro de 1921.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.827 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1922

Faz publico o deposito de ratificação, pela Republica do Salvador, dos Actos postaes assignados em Buenos Aires em 1921

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que, segundo communicacão dirigida ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação Argentina nesta Capital, por nota de 31 de outubro ultimo, o Governo da Republica

do Salvador fez depositar no archivo do Ministerio das Relações Exteriores e Culto, em Buenos Aires, aos 30 de setembro deste anno, o instrumento de ratificação, por parte daquello Governo, da Convenção principal da União Postal Pan-Americana e do Convenio sobre encomendas postaes, assignados em Buenos Aires a 15 de setembro de 1921, com os respectivos Protocollos finais e Regulamentos de execução, assim como do Convenio sobre vales postaes, também concluido na mesma cidade, em igual data.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1922, 101° da Independencia e 34° da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Azevedo Marques.

DECRETO N. 15.851 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1922

Faz publico o deposito de ratificação, pelas Republicas de Costa-Rica e Dominicana, dos Actos postaes assignados em Buenos-Aires em 1921

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que, segundo communicacão dirigida ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação Argentina nesta Capital, por Nota de 10 de corrente, o Governo da Republica de Costa Rica e o da Republica Dominicana fizeram depositar no archivo do Ministerio das Relações Exteriores e Culto, em Buenos-Aires, aos 12 de Setembro deste anno, os instrumentos de ratificação, por parte daquelles Governos, da Convenção principal da União Postal Pan-Americana, assignada em Buenos-Aires a 15 de Setembro de 1921, sendo por parte de Costa-Rica com o respectivo Protocollo final, e por parte da Republica Dominicana, sómente a Convenção, com exclusão do artigo 8.

Rio de Janeiro, 23 de Novembro de 1922, 101° da Independencia e 34° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Félix Alves Pacheco

DECRETO N. 15.852 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1922

Faz publico o deposito de ratificação, pela Republica de Costa Rica, dos Actos postaes assignados em Buenos-Aires em 1921

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico que, segundo communicação dirigida ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação Argentina nesta Capital, por nota de 11 do corrente, o Governo da Republica de Costa Rica fez depositar no archivo do Ministerio das Relações Exteriores e Culto, em Buenos-Aires, aos 20 de setembro deste anno, o instrumento de ratificação, por parte daquelle Governo, do Convenio sobre encomendas postaes, com o respectivo Protocollo final, assim como do Convenio sobre vales postaes, actos esses concluidos em Buenos-Aires aos 15 de setembro de 1921.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1922, 101° da Independencia e 34° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 15.873 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1922

Torna publica a adhesão do Governo Allemão ao Arranjo de Madrid, de 14 de abril de 1891, revisto em Bruxellas, em 1900, e em Washington, em 1911, relativo ao registro internacional das marcas de fabrica e de commercio

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico a adhesão do Governo Allemão ao Arranjo de Madrid, de 14 de abril de 1891, revisto em Bruxellas a 14 de dezembro de 1900, e em Washington a 2 de junho de 1911, relativo ao registro internacional das marcas de fabrica e de commercio, devendo essa adhesão ser considerada effectiva a partir de 1 de dezembro de 1922, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação da Suissa nesta Capital, por Nota de 20 de novembro ultimo, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1922, 101° da Independencia e 34° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Alves Felix Pacheco.

DECRETO N. 15.874 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1922

Abre, ao Ministerio das Relações Exteriores, o credito especial de 1.000:000\$, papel, para soccorrer as victimas do terremoto no Chile

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização legislativa, constante do decreto numero 4.613, de 1 de dezembro de 1922, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 1.000:000\$, papel, para soccorrer as populações do Chile, flagelladas pelo terremoto que convulsionou aquelle paiz.

Paragrapho unico. A importancia acima poderá ser applicada, em todo ou em parte, na aquisição de generos de primeira necessidade que, transportados em navios brasileiros, sejam distribuidos de accôrdo com o governo chileno, ás victimas do terremoto.

Art. 2.º Para a execução deste decreto fará o Poder Executivo as necessarias operações de credito; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica. —

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 15.899 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1922

Publica a adhesão da Lithuania e da Cidade Livre de Dantzig á Convenção da Cruz Vermelha, assignada em Genebra a 6 de julho de 1906

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adhesão da Republica da Lithuania e da Cidade Livre de Dantzig á Convenção, assignada em Genebra a 6 de julho de 1906, para melhorar a sorte dos feridos e doentes nos exercitos em campanha, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação Suissa nesta cidade, por nota de 6 do corrente, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 15.904 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1922

Publica a ratificação do Uruguay a Actos da União Postal Pan-Americana, firmados em Buenos Aires, em 1921

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a ratificação da Republica Oriental do Uruguay aos seguintes actos da União Postal Pan-Americana, firmados em Buenos Aires a 15 de setembro de 1921: Convenção Principal e Convenio sobre encomendas postaes, com seus Protocollos finaes e Regulamentares de execução e Convenio sobre vales postaes, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação da Argentina nesta Capital, por Nota de 6 do corrente, cuja traducção acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1922, 101° da Independencia e 34° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUÇÃO

Legação da Republica Argentina — N. 130 — Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1922.

Senhor Ministro — Cumprindo instrucções do Ministerio de Relações Exteriores de meu paiz, tenho a honra de dirigir-me a V. Ex. acompanhando-lhe junto uma cópia do certificado que acredita o deposito naquelle Departamento do Instrumento de Ratificação por parte do Governo da Republica do Uruguay das Convenções Principal da União Postal Pan-Americana e sobre Encomendas ou Pacotes Postaes e Convenio sobre Vales Postaes, assim como dos Protocollos finaes e regulamento de execução dos dous primeiros pactos, assignados em Buenos Aires a 15 de setembro de 1921.

Reitero a V. Ex. os sentimentos de minha consideração mais distincta. — *Antonio Mora y Araujo.*

A S. E. el Señor Ministro de Relaciones Exteriores, Doctor Felix Pacheco — Itamaraty.

DECRETO N. 15.905 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1922

Estabelece uma nova tabella de emolumentos consulares

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização legislativa contida no art. 2º, paragrapho 5º, da lei n. 4.440, de 31 de dezembro de 1921, decreta:

Art. 1.º A tabella de emolumentos consulares estabelecida pelo decreto n. 11.976 de 11 de fevereiro de 1916, fica substituida pela que acompanha o presente decreto de accôrdo com as instrucções juntas, assignadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Art. 2.º A nova tabella entrará em vigor na data que fôr determinada pelo Ministerio das Relações Exteriores.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1922, 101ª da Independencia e 34ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Tabella de emolumentos consulares que se devem cobrar nos consulados e vice-consulados brasileiros, em virtude do decreto n. 15.905, de 27 de dezembro de 1922

1. Legalização do manifesto de carga de um navio nacional ou estrangeiro, de qualquer porto estrangeiro para qualquer porto do Brasil:

Até 100 toneladas	5\$000
De 101 a 200 toneladas	10\$000
De 201 a 300 toneladas	15\$000
De 301 a 400 toneladas	20\$000
De 401 a 500 toneladas	25\$000
De 501 a 1.000 toneladas	30\$000
De 1.001 a 1.500 toneladas ..	35\$000
De 1.501 a 2.000 toneladas ..	40\$000
De 2.001 a 2.500 toneladas ..	45\$000
De 2.501 a 3.000 toneladas ..	50\$000
De 3.001 a 4.000 toneladas ..	55\$000

Dahi em diante se cobrará mais cinco réis por tonelada.

As taxas acima são calculadas para o caso dos navios to-

marem carga pelo menos para tres portos brasileiros. No caso de só carregarem para um ou dous portos, o unico manifesto ou o que fôr destinado ao primeiro porto do Brasil pagará mais 50 % sobre a taxa devida.

A carga embarcada para um porto brasileiro, onde deverá soffrer transbordo para outro navio, que a levará a seu destino, não está sujeita a manifesto especial, além do que já traz o navio para o porto em que se fará o transbordo; excepção feita da carga que se destinar a Porto Alegre, com baldeação na Capital Federal, Rio Grande ou Montevidéo, a qual deve ser manifestada separadamente.

2. Manifesto suplementar, feito no mesmo porto, depois de encerrado o primeiro	25\$000
3. Legalização do manifesto de artigos destinados á importação no Brasil em vehiculos ou animaes de carga	12\$000
4. Certificado do Consul, á vista da declaração do Capitão de que o navio não tomou carga nesse porto para o Brasil	6\$000
5. Visto em cada conhecimento de carga	3\$000
6. Carta de saúde de cada navio, nos logares em que não haja Repartição que as confira....	12\$000
7. Visto em carta de saúde	6\$000
8. Visto em um diario nautico	3\$000
9. Autorizar um novo diario nautico e rubricar todas as folhas: por cada folha	\$250

10. Visto em lista positiva de passageiros	6\$000
11. Visto em matricula de tripulação...	6\$000
12. Matricula de tripulação ou rol da equipagem	12\$000
13. Mudança na matricula da tripulação: por cada homem desembarcado ou embarcado	2\$000
14. Passaporte a uma embarcação de mais de 200 toneladas.....	25\$000
15. Passaporte a uma embarcação de menos de 200 toneladas.....	7\$000
16. Endosso no passaporte de uma embarcação de mais de 200 toneladas	4\$000
17. Endosso no passaporte de uma embarcação de menos de 200 toneladas	2\$000
18. Certificado de seguir em lastro uma embarcação, ou manifesto de lastro:	
a) Nos portos estrangeiros situados nos rios Uruguay, Paraná, Paraguay, Jaguarão e lagoa Mirim, assim como nos rios que desaguardam nessa lagoa e nos afluentes dos citados rios; e nos portos estrangeiros da bacia do Amazonas. Cada certificado ou manifesto de lastro: Sendo a embarcação de menos de 100 toneladas...	5\$000
Sendo de mais de 100 toneladas	8\$000
b) Nos demais portos estrangeiros, marítimos ou fluviaes. Cada certificado ou manifesto de lastro:	
Sendo a embarcação de menos de 100 toneladas	10\$000
Sendo de mais de 100 toneladas	15\$000
19. Inventario de uma embarcação:	
a) De mais de 200 toneladas....	30\$000
b) De menos de 200 toneladas...	15\$000

20. Vistoria de uma embarcação:	
a) De mais de 200 toneladas....	40\$000
b) De menos de 200 toneladas...	30\$000
21. Vistoria de mercadorias a bordo....	30\$000
22. Vistoria de mercadorias em terra	20\$000
23. Mudança de bandeira nacional para estrangeira, incluindo o registro e a recepção em deposito dos papeis da embarcação, no caso de venda: além do sello calculado de conformidade com o paragrapho 1º, n. 29, da tabella A, da Lei n. 3.966, de 25 de dezembro de 1919.....	50\$000
24. Pela mesma operação do n. 23, mas de bandeira estrangeira pela nacional: além do sello acima citado	25\$000
25. Mudança de bandeira nacional para estrangeira, incluindo o registro e a recepção em deposito dos papeis do navio, no caso de arrendamento: Sobre o preço do arrendamento annual	3 %
26. Pela mesma operação do n. 25, mas de bandeira estrangeira pela nacional: Sobre o preço do arrendamento annual	1 1/2 %
27. Nomeação ou approvação da nomeação de um capitão e registro desse acto	12\$000
28. Carta de fretamento	12\$000
29. Venda publica de mercadorias avariadas ou outras pertencentes á carga de uma embarcação:	
Até 1:000\$000	2 %
Pelo que exceder de 1:000\$000	1 1/2 %
30. Arrecadação de objectos pertencentes á carga e casco de um navio naufragado: Sobre o valor da somma	3 %
31. Legalisação de facturas:	
Pelo valor declarado da mercadoria, exclusive frete e despesas:	
Até £ 200-0-0	4\$000

Por cada £ 100-0-0 a mais ou fracção dessa quantia.		1\$000
32. Registro de um brasileiro na matri- trícula do Consulado e expe- dição do competente título de nacionalidade		2\$000
33. Visto em certidão de nacionalidade		2\$000
34. Visto annual em certidão de matri- cula		1\$000
35. Pela celebração de um casamento no Consulado e expedição da respectiva certidão		gratis
36. Registro de casamento não celebrado no Consulado		5\$000
37. Registro de nascimento e expedição da respectiva certidão		gratis
38. Registro de obito e expedição da respectiva certidão		gratis
39. Certificado de nascimento		2\$000
40. Certificado de casamento		2\$000
41. Certificado de obito		2\$000
42. Certificado de vida, para qualquer effeito		2\$000
43. Testamento.		25\$000
44. Approvação de testamento		12\$000
45. Termos de abertura de testamento		12\$000
46. Inventario de bens por falleci- mento:		
a) Até 2:000\$000.	2 %	
b) De 2:000\$000 para cima.	1 %	
47. Escripura de compra e venda:		
a) Até 20:000\$000.	2 %	
b) Acima dessa quantia	1 %	
48. Acto de sociedade:		
a) Até 20:000\$000.	2 %	
b) Acima dessa quantia	1 %	
49. Modificação, continuação ou disso- lução de sociedade:		
a) Até 50:000\$000.	1 %	
b) Acima dessa quantia.	1/2 %	
50. Procuração ou substabelecimento, lavrado nos livros do Con- sulado, inclusive o traslado,		

e sómente quando os outorgantes sejam cidadãos brasileiros, salvo, quanto á nacionalidade, o caso previsto na segunda alinea do art. 14 das instrucções annexas:

- | | |
|--|--------|
| a) Para cobrança de pensões do Estado, vencimentos de serviço publico, aposentadoria ou reforma. | 2\$000 |
| b) Para compra de titulos da divida publica brasileira ou cobrança de juros da mesma e de sommas depositadas em Caixas Economicas | 4\$000 |
| c) Para outros effeitos não acima declarados. | 8\$000 |
| 51. Reconhecimento de assignatura ou legalisação de documento não passado no Consulado: | |
| a) Quando destinado a cobrança de pensões do Estado, vencimentos de serviço publico, aposentadoria ou reforma . . . | 1\$000 |
| b) Quando destinado a compra de titulos da divida publica brasileira ou cobrança de juros da mesma ou de sommas depositadas em Caixas Economicas. | 2\$000 |
| c) Quando destinado a outros fins não acima declarados.... | 4\$000 |
| d) Quando em um mesmo documento houver mais de uma assignatura, pelo reconhecimento das seguintes se pagará a metade das taxas estabelecidas neste numero. | |

52. Certidão:

- | | |
|--|--------|
| Contendo 100 palavras ou menos. | 2\$000 |
| Por cada serie de 100 palavras a mais, ainda que a ul- | |

	ma série não alcance esse numero.	2\$000
53.	Certificado ou attestado do Consulado para servir em qualquer estação	5\$000
54.	Registro de qualquer documento nos livros do Consulado, quando requerido pelo interessado:	
	Contendo 100 palavras ou menos.	2\$000
	Por cada série de 100 palavras a mais, ainda que a ultima série não alcance esse numero.	2\$000
55.	Buscas nos livros e papeis do Consulado, quando requeridas por pessoas competentes, e autorisadas pelo Consul, depois de examinado o caso:	
	Além dos emolumentos do certificado, si o requerente indicar o anno.	1\$000
	Por cada anno sobre que recaia a busca.	1\$000
56.	Traducção, requerida pelo interessado, de qualquer documento escripto no idioma do paiz em que estiver o Consulado para o idioma brasileiro:	
	Além dos emolumentos do certificado:	
	Até 100 palavras na traducção.	5\$000
	Por cada série de 100 palavras a mais, ainda que a ultima série não alcance esse numero	5\$000
57.	Traducção de qualquer documento do idioma brasileiro para o	

- do paiz em que estiver o Consulado:
- Até 100 palavras no texto original. 12\$000
- Por cada série de 100 palavras a mais, ainda que a ultima série não alcance esse numero. 10\$000
58. Pelo trabalho de conferir com o original a traducção de um documento feita fóra do Consulado:
- a) Si a traducção fôr do idioma do paiz em que estiver o Consulado para o brasileiro:
- Contendo a traducção 100 palavras ou menos. 3\$000
- Por cada série de 100 palavras a mais, ainda que a ultima série não alcance esse numero. 1\$000
- b) Si a traducção fôr do idioma brasileiro para o do paiz em que estiver o Consulado, o dobro dos emolumentos estabelecidos no paragrapho precedente.
59. Pelo trabalho de collacionar com o original a copia de um documento feita fóra do Consulado:
- a) Si a cópia fôr de documento em idioma brasileiro:
- Contendo 100 palavras ou menos. 1\$000
- Por cada série de 100 palavras a mais, ainda que a ultima série não alcance esse numero. \$500
- b) Si a cópia fôr em idioma estrangeiro, mas do paiz em que estiver o Consulado:
- Contendo 100 palavras ou menos. 2\$000

	Por cada série de 100 palavras a mais, ainda que a ultima série não alcance esse numero.	1\$000
c)	Si fôr em outro idioma estrangeiro, o dobro dos emolumentos estabelecidos no paragra-pho precedente.	
60.	Cópia de documentos:	
a)	Si o documento fôr escripto em idioma brasileiro:	
	Contendo 100 palavras ou menos	2\$000
	Por cada serie de 100 palavras a mais, ainda que a ultima serie não alcance esse numero	1\$000
b)	Si o documento fôr escripto em idioma estrangeiro:	
	Contendo 100 palavras ou menos	3\$000
	Por cada serie de 100 palavras a mais, ainda que a ultima serie não alcance esse numero	2\$000
61.	Assistencia do consul, quando requerida, a actos que exiam a a sua ausencia do consulado. Além das despezas de transport:	
	Pela primeira hora ou fracção de hora	12\$000
	Por cada hora a mais.....	6\$000
62.	Assistencia do consul a uma venda ou leilão, quando essa assistencia seja requerida:	
	Sobre o preço da venda	3 %
63.	Nomeação de peritos:	
	Por cada um	6\$000
64.	Interrogatorio de testemunhas, quando requerido:	
	Por cada testemunha interrogada	6\$000

65. Por um protesto de declaração....	10\$000	
66. Passaporte para um viajante.....	8\$000	
67. Visto em passaporte para viagem expedido por autoridade bra- sileira	2\$000	
68. Visto em passaporte para viagem expedido por autoridade bra- sileira	4\$000	
69. Escriptura e registro de qualquer contracto:		
Até 5:000\$000		1 %
Pelo que exceder de 5:000\$, até 100:000\$000		1½ %
Pelo que exceder de 100:000\$		1¼ %
70. Dinheiro recebido ou depositado por conta de particulares:		
Uma comissão de		2 %
71. Sentença arbitral:		
a) Sendo de valor determinado:		
Até 5:000\$000	2\$000	
Até 10:000\$000	4\$000	
De mais de 10:000\$. Por quantia de 10:000\$ a mais	1\$000	
b) Sendo de valor determina- do ou sobre objecto inava- liavel .. .	10\$000	
72. Qualquer documento official ou instrumento não nomeado ou enumerado nesta tabella:		
Não excedendo de 100 pala- vras.. . . .	5\$000	
Por cada serie de 100 pala- vras a mais, ainda que a ultima serie não alcance esse numero	3\$000	
73. Termos de qualquer natureza não especificados nesta tabella ..	6\$000	
74. Pela legalização de manifestos e outros papeis de um navio, feita fóra das horas de expe- diente do consulado, isto é, desde ás 6 horas da manhã até a hora da abertura do ex- diente ordinario, ou da hora		

do encerramento do expediente ordinario em deante, sendo esse despacho requerido por escripto pelo despachante do navio:

Pela primeira hora de trabalho ou fracção de hora.... 24\$000

Pelas seguintes horas:

Por cada hora ou fracção de hora 12\$000

Instrucções para execução da tabella dos emolumentos consulares a que se refere o decreto n. 15.905, de 27 de dezembro de 1922.

Art. 1.º Os navios devrão trazer tantos manifestos de carga quantos forem os portos do Brasil para que conduzam carga, sejam quaes forem elles, ou tantos certificados consulares de que não levam carga quantos forem os portos brasileiros em que tenham de tocar sem nelles descarregar.

Art. 2.º A embarcação que receber carga em diversos portos estrangeiros para os do Brasil deverá legalizar os manifestos em cada um desses portos.

Art. 3.º A base para a cobrança da legalização de manifestos é a tonelagem total da arqueação do navio.

Art. 4.º Tratando-se de vapores, a tonelagem total deve ser entendida como a liquida e não a bruta.

Art. 5.º A lotação de cada navio para a cobrança dos emolumentos pela legalização dos manifestos de carga é a que constar da respectiva carta de registro, passaporte ou documento equivalente; e, no caso de serem os navios arqueados em outra medida que não a tonelada, essa medida será reduzida á tonelada brasileira de metros cubicos 2,83, nos termos do artigo 573 da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, de 13 de abril de 1894.

Art. 6.º Os certificados, processados do mesmo modo que os manifestos, de não ter qualquer embarcação recebido carga ou descarregado volume, mercadoria ou objecto algum, ou, si o houver feito, da quantidade ou numero de volumes ou mercadorias descarregadas, devem pagar, cada um, a taxa de 6\$ (n. 4 da tabella).

Art. 7.º Os navios que só conduzirem passageiros e suas bagagens e os que só os tomarem nos portos de escala, além do carvão, apenas pagarão a taxa desse certificado no primeiro porto consular e nos de escala, além dos vistos na carta

de saúde passada pela autoridade local, na matrícula da tripulação e na lista de passageiros.

Art. 8.º O consul só deve cobrar os emolumentos estabelecidos no n. 10 da tabella, pelo «visto» na lista de passageiros, quando a lista é positiva, isto é, quando no porto da séde do consulado hajam embarcado passageiros com destino ao Brasil.

No caso de não haver o navio tomado nesse porto passageiros para o Brasil, o consul visará o certificado negativo de passageiros sem cobrar emolumentos pelo «visto».

Art. 9.º Os conhecimentos de mercadorias em transitio para portos estrangeiros não devem ser visados e não estão sujeitos a emolumento algum.

Art. 10. Os navios em lastro pagarão no primeiro consulado do Brasil em que se despacharem as taxas do n. 18 da tabella tantas vezes quantos forem os portos do Brasil a que se destinem; e nos demais consulados brasileiros, em portos de escala, pagarão o certificado de que não receberam carga, si a não tiverem recebido, isto é, tantos certificados quantos forem os portos do Brasil em que tenham de fazer escala (n. 4 da tabella).

Art. 11. Os emolumentos pelos vistos nos conhecimentos de carga deverão ser cobrados dos capitães de navios ou armadores pela serie de conhecimentos annexa ao manifesto, collocando-se estampilhas na declaração consular que os acompanha.

Art. 12. Não devem ser cobrados emolumentos consulares pela legalização de conhecimentos de cargas embarcadas por conta do Governo Britannico, em reciprocidade de não se exigir pagamento algum nos respectivos consulados em casos analogos.

Art. 13. Os passaportes expedidos a diplomatas, agentes consulares, funcionarios publicos em commissão do Governo, desvalidos brasileiros e emigrantes são isentos de emolumentos e, portanto, de estampilhas. No mesmo caso estão os vistos lançados em documentos de emigrantes.

Art. 14. Pelas procurações que a pedido dos interessados forem registradas nos consulados deverão ser cobrados os emolumentos determinados para o registro de qualquer documento (n. 54 da tabella), e pelo reconhecimento de assignaturas as taxas do n. 51 da tabella. Os estrangeiros deverão sempre passar as suas procurações perante os notarios do paiz, ou fazel-as legalizar por um notario do paiz, sendo depois a assignatura do notario reconhecida pelo consul brasileiro.

Exceptuam-se as procurações dos capitães de navios estrangeiros a corretores ou despachantes de navios para terem effeito no consulado, as quaes poderão ser passadas no proprio consulado si os capitães o preferirem.

Art. 15. Nas procurações, havendo mais de um outorgante, cada um delles pagará as taxas do n. 50 da tabella. Exceptuam-se, porém, as procurações de marido e mulher, irmãos e coherdeiros para o inventario e herança commum, universidade, cabido, conselho, irmandade, confraria, sociedade commercial, scientifica, litteraria ou artistica, que pagarão como um só outorgante.

Art. 16. Os emolumentos do n. 74 da tabella pela legalização do manifesto ou manifestos, e outros papeis de um navio, feita a pedido do despachante, fóra das horas do expediente, pertencerão metade ao Governo e metade repartidamente ao auxiliar ou auxiliares (inclusive o consul adjunto) que forem designados pelo consul para fazer o serviço da conferencia dos documentos, só tendo parte nesses emolumentos o consul si pessoalmente fizer o serviço.

§ 1.º Os emolumentos de que tratam o presente artigo e o n. 74 da tabella serão cobrados a metade que pertencer ao Governo em estampilhas e o restante será escripturado á parte, em livro especial, e o serviço só será feito mediante pedido por escripto do despachante do navio.

§ 2.º Si o manifesto e os conhecimentos de carga forem apresentados uma hora antes da fixada para o encerramento do expediente consular e o numero de conhecimentos não exceder de cincoenta, não serão cobrados estes emolumentos extraordinarios, embora o trabalho se estenda um pouco além da hora, e desde que o pessoal não esteja occupado com o despacho dos papeis de outro navio, apresentados anteriormente.

§ 3.º Si o consul fizer pessoalmente o serviço, por não ter auxiliares, estes emolumentos extraordinarios lhe pertencerão de accôrdo com o presente artigo.

Si fizer o serviço com um auxiliar, a metade dos emolumentos caberá em partes iguaes a elle e ao auxiliar.

Si o fizer com dous auxiliares ou mais, será tambem repartida em partes iguaes.

Si for feito sómente pelos auxiliares, ainda que com a assignatura do consul, pertencerá unicamente aos auxiliares.

§ 4.º O despachante deixará no consulado, em duas vias, a declaração da quantia paga.

Uma das vias será remettida á secretaria de Estado.

§ 5.º Não serão empregadas estampilhas pela cobrança destes emolumentos extraordinarios, salvo na parte pertencente ao Governo.

Art. 17. E' formalmente prohibida aos consules a cobrança de qualquer taxa ou emolumento não estabelecido nesta tabella.

Art. 18. São fixadas no minimo de 100 réis as fracções a serem cobradas em virtude da tabella annexa ás presentes instrucções.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1922. — *Felix Pacheco*.

DECRETO N. 15.932 — DE 17 DE JANEIRO DE 1923.

Supprime o Consulado Honorario em Villa Nova de Gaia, na Republica Portuguesa

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo paragrapho a, do artigo 4º do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica supprimido o Consulado Honorario em Villa Nova de Gaia, na Republica Portuguesa; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1923, 102º da Independência e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 15.933 — DE 17 DE JANEIRO DE 1923.

Crêa um Consulado Honorario em Cali, na Colombia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo art. 4º, lettra a, do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado Honorario em Cali, com jurisdicção em todo o Departamento do Valle do Cauca, na Colombia.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1923, 102º da Independência e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 15.964 — DE 16 DE FEVEREIRO DE 1923

Crêa um consulado honorario em Sydney, na Australia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo § a do art. 4º do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um consulado honorario em Sydney, na Australia, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 15.977 — DE 2 DE MARÇO DE 1923

Manda prestar ao Senador Ruy Barbosa, hontem fallecido, as honras de Chefe de Estado e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo aos extraordinarios serviços prestados á Patria pelo inelyto estadista Senador Ruy Barbosa, e interpretando os sentimentos unanimes do povo brasileiro, diante da desgraça que o feriu com a sua morte, resolve:

- a) decretar luto nacional por tres dias, a começar de hoje;
- b) prestar ao grande morto as homenagens devidas a Chefe de Estado;
- c) realizar o seu funeral a expensas da Nação.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

João Luiz Alves.

R. A. Sampaio Vidal.

Alexandrino Faria de Alencar.

Francisco Sá.

Fernando Setembrino de Carvalho.

José Felix Alves Pacheco.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N.º 15.979 — DE 10 DE MARÇO DE 1923

Faz publico o deposito de ratificação, pelo Equador, dos Actos postaes assignados em Buenos-Aires em 1921

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que, segundo communicacão dirigida ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação Argentina nesta Capital, por nota de 20 de fevereiro ultimo, o Governo da Republica do Equador fez depositar no archivo do Ministerio das Relações Exteriores e Culto, em Buenos-Aires, aos 30 de janeiro deste anno, o instrumento de ratificação, por parte daquelle Governo, da Convenção principal da União Pan-Americana e dos Convenios sobre encomendas postaes e vales postaes, com os respectivos Protocollos finaes e Regulamentos de execucao, actos esses assignados em Buenos-Aires aos 15 de setembro de 1921.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pasheco.

DECRETO N.º 15.987 — DE 17 DE MARÇO DE 1923

Crêa um Consulado honorario na Haya, nos Paizes Baixos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorizacao concedida pela lettra a do art. 4º, do decreto n.º 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado honorario na Haya, nos Paizes Baixos.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.000 — DE 1 DE ABRIL DE 1923

Publica a adhesão da Cidade Livre de Dantzig aos Accórdos de 1911, sobre repressão de falsas indicações de procedencia de mercadorias e registro de marcas de fabrica ou de commercio

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Cidade Livre de Dantzig ao Accôrdo concernente á repressão de falsas indicações de procedencia de mercadorias e ao Accôrdo relativo ao registro internacional de marcas de fabrica ou de commercio, ambos assignados em Madrid a 14 de abril de 1891 e revistos, o primeiro em Washington a 2 de junho de 1911, e o segundo em Bruxellas a 14 de dezembro de 1900 e em Washington a 2 de junho de 1911; — conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação da Suissa nesta capital, por nota de 22 de março proximo passado, cuja traducção official acompanha este decreto.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 1923, 102° da Independencia e 35° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Traducção. — Legação da Suissa no Brasil.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1923 — Caixa Postal 744.
— N. 2.704|2.

Sr. Ministro:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que, por notas datadas de 31 de janeiro e 1 de fevereiro de 1923, o Governo da Republica Polaca, encarregado, em virtude do art. 104, do Tratado de Paz de Versalhes, da conducta dos negocios exteriores da Cidade Livre de Dantzig, fez conhecer ao Conselho Federal Suisso, por intermedio de sua Legação em Berna, que adhire, em nome da mesma Cidade Livre, ao Accôrdo concernente á repressão de falsas indicações de procedencia, bem como ao Accôrdo relativo ao registro internacional de marcas de fabrica ou de commercio, assignados em Madrid a 14 de abril de 1891 e revistos, o primeiro em

Washington a 2 de junho de 1911 e, o segundo, em Bruxellas a 14 de dezembro de 1900 e em Washington a 2 de junho de 1911.

De conformidade com o art. 16, alinea 3, da Convenção da União de Paris revista, essa adesão produzirá effeito um mez após a remessa da notificação feita pelo Governo Suisso aos outros paizes unionistas, portanto, a partir de 20 de março de 1923.

Pego a V. Ex. que se digne de tomar nota dessa adesão e aproveito esta occasião para lhe reiterar, Sr. Ministro, a segurança da minha mais alta consideração. — *Gertsch*.

N. 3

DECISÕES

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre a nomeação de funcionarios

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares —
N. 25 — Circular — Rio de Janeiro, 20 de Junho de 1922

No intuito de abreviar o expediente relativo á nomeação de funcionarios consulares, os quaes muitas vezes retardam o pagamento do sello de nomeação na Delegacia do Thesouro em Londres e por isso ficam impedidos de assumir o exercicio dos cargos, resolveu este Ministerio que, d'ora em diante, as nomeações dos Vice-Consules ou Agentes Consulares (Reg. Consular n. 14.058, de 11 de Fevereiro de 1920, art. 4º, letras *b* e *c*), quando remettidas á approvação desta Secretaria de Estado, devem vir acompanhadas de um saque de 25\$000, ouro, ou \$13.66, que é o valor do sello a ser pago na referida Delegacia por esses funcionarios.

Para tal fim os Consulados recommendarão aos nomeados que façam esse saque á vista a favor da Brazilian Treasury Delegation e contra alguma casa bancaria em Londres.

Este Ministerio remetterá tal saque, juntamente com a approvação dos titulos de nomeação, á supradita Repartição.

A conversão da moeda, não sendo fixa, pode soffrer alteração e por isso convém que os Consulados procedam como quando remetem a renda consular, isto é, de modo que os saques sejam feitos em libras esterlinas correspondentes á somma devida em dollars, ao cambio do dia da remessa, entre as praças de Londres e Nova York.

AZEVEDO MARQUES.

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre facturas relativas a plantas vivas ou partes vivas de plantas destinadas ao Brasil

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares —
N. 30 — Circular — Rio de Janeiro, 31 de Junho de 1922.

Tendo chegado ao conhecimento deste Ministerio que alguns dos Consulados omittem o cumprimento das exigencias impostas pelos arts. 5º e 6º do Regulamento de Defesa Sanitaria Vegetal publicado no *Diario Official* de 18 de Janeiro do corrente anno, recommendo aos Srs. Consules o maior cuidado na expedição de facturas de plantas vivas ou partes vivas de plantas, destinadas ao plantio no Brasil, as quaes poderão ser expedidas mediante a apresentação do competente certificado de origem e do attestado official com a declaração de que o logar de procedencia está isento de molestias ou pragas, nos termos do referido regulamento, e de accôrdo com o disposto nas instrucções constantes da Circular deste Ministerio, n. 6, de 22 de Fevereiro ultimo.

AZEVEDO MARQUES.

Circular ao Corpo Diplomatico e ao Consular Brasileiros sobre recenseamento de brasileiros no estrangeiro

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares —
N. 31 — Circular — Rio de Janeiro, 31 de Julho de 1922.

Este Ministerio recebeu da Directoria Geral da Estatistica o officio do teor seguinte, para o qual rogo a attenção de todos os funcionarios diplomaticos e consulares no interesse de satisfazer o que solicita a referida Directoria:

« O decreto legislativo n. 4.017, de 9 de Janeiro de 1920, em virtude do qual realizou a Directoria Geral de Estatistica, em 1 de Setembro do mesmo anno, o recenseamento geral da população do Brasil, assim dispõe no seu art. n. 12:

« Para o recenseamento dos brasileiros que residem fóra do paiz o Governo promoverá, por intermedio dos representantes diplomaticos, uma permuta dos dados censitarios, convenientemente authenticados e de conformidade com o disposto no art. 32. »

E' do teor seguinte o art. 32:

« As informações collectadas em observancia da presente lei só servirão para fins estatísticos, não sendo feita nenhuma publicação que as individualize ou permita a sua identificação. »

Estando muito adiantados os trabalhos de apuração do recenseamento de 1920 e devendo ser publicados, ainda este anno, os primeiros volumes com os resultados geraes do censo, torna-se agora opportuna a execução daquelle dispositivo legal, e, nesse sentido, tenho a honra de solicitar de V. Ex. as necessarias providencias junto ás Legações e Consulados subordinados ao Ministerio das Relações Exteriores.

A Directoria Geral de Estatistica espera da solicitude e zelo dos Agentes Diplomaticos ou Consulares do Brasil a prompta remessa dos dados estatisticos relativos aos brasileiros residentes nas circumscripções territoriaes sob sua jurisdicção, quer esses dados provenham de recenseamentos recentes, executados em 1920 ou 1921, quer tenham sido calculados pelas repartições competentes, ou derivem de qualquer outra fonte digna de credito, como os registros policiaes na população estrangeira.

Por sua vez, logo que sejam apuradas as nacionalidades dos estrangeiros residentes no Brasil, na data do ultimo recenseamento, a Directoria de Estatistica providenciará para que sejam fornecidos aos respectivos Governos, por intermedio do Ministerio das Relações Exteriores, cópias authenticas dos resultados censitarios que lhes possam interessar.

Peço aos Srs. funcionarios diplomaticos e consulares que procurem com o maior zelo cumprir as determinações constantes do referido officio no mais breve prazo possivel.

AZEVEDO MARQUES.

Circular ao Corpo Diplomatico Brasileiro abolindo os addidos honorarios

Directoria Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos —
N. 46 — Circular — Rio de Janeiro, 15 de Outubro de 1922.

Constando a este Ministerio que em algumas Embaixadas e Legações brasileiras existem actualmente addidos honorarios figurando nas listas diplomaticas, julgo conveniente declarar-vos que, pela nossa actual legislação, não existe esse cargo ou função e que ficam annulladas quaesquer nomeações anteriores de addidos ás Embaixadas ou Legações brasileiras, não sendo, portanto, admissivel que os Chefes de missões communicuem aos governos junto dos quaes estão acreditados a designação de addidos e devendo ser eliminados os seus nomes das listas diplomaticas. Cumpra-se.

AZEVEDO MARQUES.

Portaria á Secção de Contabilidade sobre organização do Gabinete do Ministro

Gabinete — Portaria de Serviço — Rio de Janeiro, 15 de Novembro de 1922.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando das attribuições que lhe competem nos termos do art. 65 do Regulamento da Secretaria de Estado, que acompanha o decreto n. 14.056 de 11 de Fevereiro de 1920, resolve :

1º. Que um dos officiaes do seu Gabinete seja designado para chefe e encarregado da direcção geral do serviço do mesmo Gabinete, não podendo a designação recahir em funcionario de categoria inferior á de Director de Secção da Secretaria de Estado, Ministro Residente ou Consul Geral de 1ª classe, dentre os quaes será escolhido de accôrdo com a confiança do Ministro de Estado.

2º. Aproveitar em seu Gabinete antigos addidos de Legação que tiverem prestado effectivamente serviço no exterior, com a remuneração que arbitrar, accrescida da gratificação extraordinaria de Auxiliar de Gabinete.

3º. Que taes addidos de Legação no caso de terem entrado para a carreira diplomatica, antes do actual Regulamento, poderão ser aproveitados em qualquer das classes correspondentes de qualquer das tres carreiras conforme o direito que lhes competir, com ou sem accesso.

FELIX PACHECO.

Portaria á Secção de Contabilidade sobre vencimentos a funcionarios diplomaticos e consulares em commissão na Secretaria de Estado

Gabinete — Portaria de Serviço — Rio de Janeiro, 15 de Novembro de 1922.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando das attribuições que lhe conferem o art. 65 do decreto n. 14.056 de 11 de Fevereiro de 1920 e tendo em vista o antagonismo entre os §§ 2º do art. 3º e 1º do art. 39 do mesmo decreto e os §§ 1º do art. 17 do Regulamento do decreto n. 14.057 de 11 de Fevereiro de 1920 e 1º do art. 24 do Regulamento do decreto 14.058 de 11 de Fevereiro de 1920, segundo os quaes o Governo não póde trans-

ferir o funcionario senão para cargo superior ou de vencimentos pelo menos eguaes, resolve que os vencimentos dos Membros dos Corpos Diplomatico e Consular chamados a serviço ou transferidos temporariamente para a Secretaria de Estado, afim de exercerem as funções de que trata o art. 3º e o § 1º do art. 39 do primeiro dos citados decretos, sejam pagos em ouro, na forma do art. 31 do Regulamento do decreto 14.057 e do art. 41 do Regulamento do decreto 14.058 de 11 de Fevereiro de 1920.

FELIX PACHECO.

**Circular ao Corpo Diplomatico e ao Consular Brasileiros.
sobre passaportes**

Directoria Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos — N. 52
— Circular — Rio de Janeiro, 16 de Dezembro de 1922.

Senhor . . .

Por determinação do Sr. Presidente da Republica, o Ministerio das Relações Exteriores e as Chancellarias brasileiras no estrangeiro só fornecerão passaportes:

- a) ás pessoas que compõem o Corpo Diplomatico e Consular brasileiro;
- b) aos funcionarios da Secretaria de Estado das Relações Exteriores;
- c) ás pessoas que tenham de exercer missões ou commissões officiaes de natureza politica, scientifica ou technica;
- d) ás pessoas que exercerem ou tiverem exercido altos cargos na Republica; e
- e) ás pessoas que tiverem de viajar em caracter official.

§ 1º. O passaporte deverá ser assignado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores no Rio de Janeiro e pelos Chefes de missões brasileiras no estrangeiro.

§ 2º. O passaporte deverá conter as seguintes indicações:

- a) o nome por extenso e o cargo effectivo, missão ou commissão official do possuidor do passaporte e o paiz para onde vae, bem como a relação das pessoas que o acompanham;
- b) o retrato photographico das pessoas protegidas pelo passaporte, menos os das crianças e criados, cujo numero será simplesmente mencionado. As photographias devem ser devidamente authenticadas pelo carimbo da Chancellaria;

c) a declaração de que os criados estão munidos de carteiras de identidade fornecidas pela Policia do Districto Federal (ou dos Estados); e

d) o tempo de validez do passaporte, que nunca excederá de um anno.

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre prohibição de importação de sementes de algodão e outras

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares —
N. 54 — Circular — Rio de Janeiro, 23 de Dezembro de 1922.

O Ministro dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio, de accôrdo com o art. 2º do Regulamento, que acompanha o dec. n. 15.198 de 21 de Dezembro de 1921, prohibiu a importação no territorio nacional de sementes de algodão, algodão em caroço, sementes e mudas de cafeeiro de qualquer procedencia estrangeira, mudas e partes vivas de cannas de assucar procedentes das Ilhas Fidgi-Hawaii, Philippinas, Nova Guiné e Nova Galles do Sul, tuberculos de batatas (*solanum tuberosum*) que não venham acompanhados do competente certificado de origem visado no Consulado Brasileiro e do attestado official com a declaração de que no logar de procedencia dos tuberculos exportados não ha a doença causada pelo fungo *Chrysophlytis endobiotica*, vulgarmente conhecida pelos nomes *potatos wart* *potado*, *cauher*, *black scab*, etc. e a mariposa *Phthorinæa operculata*.

Assim, levando essa resolução ao conhecimento dos Srs. Consules, peço-lhes providenciarem, para que no seu districto consular não sejam visadas facturas consulares em desaccôrdo com a supradita resolução, devendo dessa resolução dar conhecimento aos Vice-Consules sob as respectivas jurisdições.

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre licenças a funcionarios honorarios

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares —
N. 55 — Circular — Rio de Janeiro, 26 de Dezembro de 1922.

Afim de evitar que os funcionarios, nomeados *ad honorem* para os postos consulares, se ausentem dos mesmos sem o conhecimento desta Secretaria de Estado, o que causa transtorno á boa ordem do serviço, communico ter resolvido que, a partir de 1 de Janeiro proximo vindouro, nenhum funcionario dessa categoria se poderá ausentar do respectivo posto, sem prévia licença deste Ministerio.

Ficam, assim, restabelecidas as antigas normas que identificam os onus e as regalias dos Consules honorarios aos de carreira, exceptuados os vencimentos fixos que aquelles não têm, de accôrdo com a lei e os respectivos decretos de nomeação.

As disposições da presente circular, cuja transgressão importará, em todos os casos, na immediata exoneração do infractor, deverão ser confirmadas pelas diversas Embaixadas e Legações por meio de officios aos Consulados que estiverem sob a respectiva fiscalização, e accrescentando que qualquer pedido de licença deverá ser solicitado por officio ou por telegramma, se fôr urgente, com a necessaria antecedencia.

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre matricula de brasileiros residentes no estrangeiro

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares —
N. 56 — Circular — Rio de Janeiro, 26 de Dezembro de 1922.

Sendo da maior conveniencia que a Directoria Geral de Estatistica esteja sempre informada do numero de brasileiros existentes no estrangeiro, peço aos Srs. Consules, em nome do Sr. Ministro, que façam ver aos brasileiros residentes ou de passagem nos districtos de sua jurisdicção a necessidade de se matricularem nos registros existentes nos Consulados, devendo desse registro ser enviadas a esta Secretaria de Estado relações mensaes com toda a regularidade, afim de se dar conhecimento áquella Directoria Geral, esperando do zelo dos Srs. Consules que este pedido seja inteiramente cumprido.

RAUL A. DE CAMPOS.

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre facturas consulares

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares — N. 57 — Circular — Rio de Janeiro, 26 de Dezembro de 1922.

A Directoria de Estatistica Commercial trouxe ao conhecimento deste Ministerio que ella tem recebido, em numero elevado, facturas consulares em flagrante desaccôrdo com o Regulamento approvado pelo decreto n. 14.039, de 29 de Janeiro de 1920, avultando principalmente o facto de serem englobados pesos e valores de mercadorias diversas, quando cada mercadoria os deve ter perfeitamente discriminados.

Peço a attenção dos Srs. Consules para o cumprimento exacto do referido Regulamento, informando-lhe de que, nos recursos dirigidos pelos importadores ao Ministro da Fazenda, pelas multas que lhes são impostas por omissão ou erro nas facturas, opinam geralmente os informantes que taes multas devem recahir sobre os Consules, de accôrdo com o § 9º do art. 27 do Regulamento, e assim julgam porque os Consules só podem legalisar as facturas que estiverem de accôrdo com o Regulamento, cabendo-lhes, por consequencia, a culpa pelas faltas nellas encontradas.

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre a nova tabella de emolumentos

Secção de Contabilidade — Circular — N. 1 — Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1923.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores attenciosamente cumprimenta o Sr. Consul e tem a honra de remetter exemplares da Tabella de Emolumentos Consulares estabelecida pelo decreto n. 15.905, de 27 de Dezembro de 1922 competindo a esse Consulado fornecer exemplares e transmittir instrucções aos Vice-Consulados de sua jurisdicção.

Essa nova Tabella de Emolumentos Consulares deve entrar em vigor no dia 1 de Abril de 1923, ficando então revogada a que foi estabelecida pelo decreto n. 11.976, de 23 de Fevereiro de 1916.

E' necessario que nas facturas consulares (n. 31 da Tabella) haja a maxima fidelidade nas declarações do valor das mercado-

rias, cumprindo aos Srs. Consules Geraes, Consules e Vice-Consules apurar, pelos meios de que dispuzerem, a exactidão dessas declarações, quando lhes parecer que não sejam verdadeiras.

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre fretes para o Lloyd Brasileiro

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares
N. 2 — Circular — Rio de Janeiro, 27 de Janeiro de 1923.

No intuito de auxiliar a Companhia Lloyd Brasileiro a manter e desenvolver a sua linha de navegação para o exterior, peço a V. S. que dê preferencia aos navios dessa Empresa para o embarque de todas as encomendas do Governo da União e dos Estados e, bem assim, se fôr possível, as que forem feitas por empresas ou particulares que gosem dos favores da União ou tenham com ella contracto, no caso de poder esse Consulado intervir no respectivo despacho.

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre notificação de doenças contagiosas

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares —
N. 7 — Circular. — Rio de Janeiro, 26 de Fevereiro de 1923.

Tendo o Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio solicitado deste Ministerio providencias por intermedio dos nossos representantes consulares para que, sempre que tenham conhecimento do apparecimento no respectivo districto consular de doenças contagiosas nos animaes ou nas plantas, sejam transmittidas essas informações por telegramma, peço a V. S. toda vigilancia nesse sentido, transmittindo-as immediatamente, afim de serem tomadas as medidas necessarias de defeza contra a invasão das mesmas doenças no nosso paiz.

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre despachos

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares
— N. 3 — Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 1923.

Tendo succedido ultimamente que o vapor *Lutetia*, depois de despachado, regressou com avaria ao porto de partida, foi consultado este Ministerio se o outro vapor da mesma companhia, o *Massilia*, poderia seguir com os manifestos de carga daquelle vapor.

Em solução a esta consulta ficou resolvido, depois de consultado o Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro, que a companhia podia baldear a carga do *Lutetia* para o *Massilia*, desde que fizesse a declaração do accidente havido em cada uma das vias do manifesto e de ser a carga baldeada, e que nada mais poderia incluir nesse manifesto e que, para outras cargas que tomasse o *Massilia*, devia ser levantado outro manifesto, além das constantes do manifesto do *Lutetia*.

Este Ministerio julga conveniente dar conhecimento aos Srs. Consules dessa resolução com o fim de os habilitar a resolverem por si o assumpto no caso de se repetir um facto identico nos respectivos districtos consulares.

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre sementes de rubiaceas

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares —
N. 4 — Rio de Janeiro, 19 de Fevereiro de 1923.

Para os fins convenientes transcrevo em seguida a portaria de 19 de Janeiro ultimo expedida pelo Ministro da Agricultura, Industria e Commercio, com o fim de acautelar e defender os interesses da lavoura cafeeira :

« Resolvo, de accôrdo com o disposto no art. 1º do regulamento aprovado pelo decreto n. 15.193, de 21 de dezembro de 1921, prohibir a importação, por qualquer porto ou estação de fronteira da Republica, de sementes e mudas de rubiaceas, salvo a hypothese do art. 17 do mesmo regulamento.

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Diplomatico e ao Consular Brasileiros sobre numeração de officios

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares —
N. 5 — Rio de Janeiro, 19 de Fevereiro de 1923.

Para evitar quaesquer duvidas relativamente á numeração dos officios desta Directoria Geral e á maneira de classificar os nos archivos das Embaixadas, Legações e Consulados, communico aos Srs. Chefes de missão e Consules que, desde 1º de Janeiro do corrente anno, os officios por ella expedidos levam dous numeros separados por um traço obliquo.

O primeiro delles indica a numeração annual e successiva dos officios expedidos pela Directoria Geral para todos os destinatarios e o segundo o numero de ordem para cada Embaixada, Legação, Consulado ou qualquer outro destinatario e é por esse segundo numero que elles devem ser classificados no archivo de cada Chancellaria, pouco importando para esse fim o primeiro delles.

Esses numeros são precedidos dos prefixos CE, CA ou AB, conforme sejam expedidos, respectivamente, pelas secções dos Negocios Commerciaes e Consulares da Europa e da America ou pela do Archivo e Bibliotheca, pertencentes todas a esta Directoria Geral.

A numeração de ordem é, entretanto, da Directoria Geral para cada repartição e não das secções, que a compõem.

RAUL A. DE CAMPOS.

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre vistorias

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares —
N. 6 — Rio de Janeiro, 19 de Fevereiro de 1923.

Em virtude de solicitação do Ministerio da Marinha peço a V. S. providencias para que seja sempre certificado em portuguez o resultado das vistorias a que estão sujeitos os navios nacionaes, de accôrdo com o art. 501 do Regulamento das Capitánias de Portos.

Fazendo tal pedido, este Ministerio lembra aos funcçionarios consulares que todos os actos por elles praticados devem ser feitos na lingua nacional.

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre doenças contagiosas em animaes ou plantas

— Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares —
Rio de Janeiro, 26 de Fevereiro de 1923 — NC / 7 — Circular.

Tendo o Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio solicitado deste Ministerio providencias por intermedio dos nossos representantes consulares para que, sempre que tenham conhecimento do apparecimento no respectivo districto consular de doenças contagiosas nos animaes ou nas plantas, sejam transmittidas essas informações por telegrammas, peço a V. S. toda vigilancia nesse sentido, transmittindo-as immediatamente afim de serem tomadas as medidas necessarias de defesa contra a invasão das mesmas doenças no nosso paiz.

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre ferias extraordinarias

— Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares —
Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1923 — NC/8 — Circular.

O art. 50 do Regulamento Consular obriga os funcçionarios consulares a virem de quatro em quatro annos ao Brasil com passagens pagas, salvo o caso de força maior.

Assim deliberando, quer o Governo que estes funcçionarios não fiquem por muito tempo ausentes da patria e se não alheiem da vida nacional e, para que possam realizar esse objectivo, compensando o favor, que o Estado lhes concede, é necessario que elles entrem em intimo contacto com tudo o que é relativo á sua carreira.

Para esse fim, resolvi que todos os funcçionarios consulares, que venham a esta cidade, sejam obrigados a comparecer, pelo menos, dous dias por semana, e a trabalhar em cada um delles quatro horas consecutivas nesta secretaria de estado, executando os trabalhos que lhes forem determinados, sob as vistas do director geral dos Negocios Commerciaes e Consulares, ao qual estão directamente subordinados.

Deverão mais visitar os estabelecimentos industriaes e agricolas e entrar em contacto directo com as associações e instituções de character commercial, tomando notas e redigindo, sobre o que mais lhes interessar, memorias, que serão apresentadas ao ministerio e publicadas no *Diario Official* para conhecimento de seus collegas, que estão no estrangeiro.

Para esse fim, a Directoria Geral competente entrará em accôrdo com as associações commerciaes e instituições congeneres, fornecendo-lhes documentos de identidade, que lhes concedam as necessarias facilidades.

Emquanto estiver aberta a Exposição Internacional do Centenario, o ministerio vae providenciar para que os consules e addidos commerciaes nella tenham livre ingresso para poderem examinar continua e detidamente os productos do nosso solo e da nossa industria, o mesmo fazendo, sempre que se realizarem outras exposições da mesma natureza.

Poderá o Governo, sempre que o julgar conveniente, conceder-lhes facilidades pessoaes para que vão aos Estados proximos visitar centros fabris e agricolas, obrigando-os, nesse caso, a escreverem relatorios sobre o que observarem, obedecendo ás regras já acima estabelecidas para esse caso.

Estas mesmas disposições serão applicaveis a todos os funcionarios consulares, que aqui permanecerem por quaesquer outros motivos, excepto os de tratamento de saude e de já estarem no desempenho de qualquer outro serviço publico.

Tenho por certo que as determinações da presente circular serão bem acolhidas e facilmente cumpridas pelos consules e addidos commerciaes, em bem do interesse do serviço e da nação.

FELIX PACHECO.

INSTRUÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA CIRCULAR N. 8,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1923

O ministro de Estado das Relações Exteriores resolve baixar as seguintes instruções para o cumprimento do disposto na circular n. 8, desta mesma data, expedida ao corpo consular brasileiro :

- a), todo funcionario consular, que aqui chegar, em gozo de ferias extraordinarias, se deverá apresentar, dentro do prazo de oito dias, ao director geral dos Negocios Commercias e Consulares ;
- b), este funcionario determinará, na fórmula da alludida circular, os dias em que cada um deverá comparecer á esta Secretaria de Estado para servir temporariamente ;
- c), os Srs. funcionarios consulares deverão comparecer com assiduidade nos dias fixados, assignando os nomes em livro especial, para verificação da presença ;
- d), executarão os serviços que lhes forem distribuidos, sob ás vistas immediatas do mesmo director geral ;

e), no caso de necessitarem ausentar-se temporariamente desta cidade, darão ao director geral prévia sciencia, podendo elle os dispensar do serviço pelo tempo da ausencia ;

f), deverão entrar em relações com as instituições de character commercial, agricola e industrial, fornecendo-lhes as informações que ellas lhes pedirem sobre o commercio nos respectivos districtos de jurisdicção ;

g), visitarão com a maior frequencia possivel, os centros fabris, commerciaes e agricolas, elaborando memorias sobre os assumptos que mais lhes interessarem nessas visitas, entregando esse trabalho ao director geral para ser apresentado ao ministro e publicado no *Diario Official* ou no Boletim do Ministerio ;

h), todos os funcionarios consulares que presentemente estão nesta cidade, deverão comparecer, dentro do prazo de quatro dias, contados da data da publicação destas instrucções, á Directoria Geral dos Negocios Commercias e Consulares, afim de receberem ordens ;

i), as disposições acima especificadas se referem a todos os funcionarios consulares, que vierem a esta cidade ou aqui ficarem por qualquer motivo, exceptuados os casos de licença para tratamento de saude ou de estarem no desempenho de qualquer outro serviço na secretaria ou fóra della, de natureza publica ;

j), o director geral dos Negocios Commercias e Consulares fará bem e fielmente serem cumpridas as presentes instrucções.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1923.

FELIX PACHECO.

Circular ao Corpo Consular Brasileiro sobre vistorias em navios estrangeiros

N. II — 19 de março de 1923 — N. C. 808/II.

Em additamento á Circular n. 6, de 19 de fevereiro ultimo publicada no *Diario Official* de 21, peço aos Srs. Consules que attendam á solicitação do Ministerio dos Negocios da Marinha no sentido de juntarem uma copia em portuguez das vistorias procedidas nos navios estrangeiros.

FELIX PACHECO.

ANNEXO D

CONTABILIDADE

N. 1

Receita e despesa dos Consulados Geraes e Consulados remunerados no exercicio de 1922

CONSULADOS GERAES DE 1ª CLASSE

Séde	Receita	Despesa	Saldo
Antuerpia	77:684\$495	875\$760	76:808\$735
Barcelona	31:766\$316	8:547\$050	23:219\$266
Buenos-Aires	110:315\$787	230\$500	110:085\$287
Genova	72:925\$605	2:864\$250	70:061\$355
Hamburgo	209:576\$097	—	209:576\$097
Lisboa	153:310\$649	1:761\$950	151:548\$699
Liverpool	146:074\$703	3:267\$500	142:807\$203
Montevideo	52:490\$921	89\$000	52:401\$921
Nova-York	227:732\$693	4:148\$450	223:584\$243
Paris	61:725\$064	12\$950	61:712\$114

CONSULADOS GERAES DE 2ª CLASSE

Amsterdã	27:113\$783	—	27:113\$783
Assumpção	6:198\$036	1:210\$000	4:988\$036
Bordéus	18:653\$600	661\$981	17:991\$619
Genebra (1º trim.)	1:278\$220	272\$600	1:005\$620
Havre	40:484\$756	12\$000	40:472\$756
Londres	80:488\$341	7:238\$350	73:249\$991
Norfolk	8:328\$254	1:356\$609	6:971\$645
Porto	175:190\$653	2:500\$250	172:690\$403
Valparaíso	891\$405	84\$350	807\$055
Yokohama	6:613\$406	—	6:613\$406

CONSULADOS DE 1ª CLASSE

Berlim	5:915\$275	1:377\$945	4:537\$330
Bremen	9:837\$629	—	9:837\$629
Bruxellas	1:886\$000	943\$000	943\$000
Cadiz	3:809\$256	—	3:809\$256
Capetown	—	—	—
Cardiff	26:138\$886	—	26:138\$886
Chicago	617\$740	—	617\$740
Christiania	14:821\$481	6:902\$000	7:919\$481
Cobija	3:046\$334	448\$250	2:598\$084
Dantzig	—	—	—
Glasgow	13:088\$401	360\$000	12:728\$401
Gothemburgo	8:534\$104	248\$000	8:286\$104
Iquitos	6:453\$758	16\$000	6:437\$758
A transportar	1.602:991\$648	45:428\$745	1.557:562\$903

Séde	Receita	Despesa	Saldo
Transporte. .	1.602:991\$648	45:428\$745	1.557:562\$903
Lyon	953\$216	—	953\$216
Manchester	14:558\$963	—	14:558\$963
Marselha.	16:356\$772	12\$000	16:344\$772
Napoles	36:443\$410	1:064\$000	35:379\$410
Nova-Orleans	9:246\$000	1:531\$750	7:714\$250
Philadelphia.	8:003\$300	4:001\$650	4:001\$650
Posadas	10:694\$295	—	10:694\$295
Roma.	3:797\$400	1:898\$700	1:898\$700
Rosario de Santa Fé. .	18:617\$311	—	18:617\$311
Rotterdam	8:896\$886	—	8:896\$886
Rivera	5:791\$711	—	5:791\$711
Salto	886\$071	—	886\$071
Southampton.	34:039\$154	—	34:039\$154
Trieste	4:398\$156	—	4:398\$156
Villa-Bella	202\$818	—	202\$818
Vigo	19:658\$010	2:567\$850	17:090\$160

CONSULADOS DE 2ª CLASSE

Alexandria	433\$241	4\$000	429\$241
Alvear	767\$961	—	767\$961
Artigas (2 trim).	706\$962	—	706\$962
Baltimore	1.056\$904	—	1:056\$904
Barbados.	957\$240	—	957\$240
Bombaim.	12\$000	—	12\$000
Boulogne-sur-mer. . . .	1:790\$000	588\$434	1:201\$566
Calcuttá.	—	—	—
Cayenna.	3:820\$182	—	3:820\$182
Cherburgo	2:335\$291	—	2:335\$291
Dakar.	4:966\$897	—	4:966\$897
Funchal (l. da Madeira) .	8:832\$900	—	8:832\$900
Galatz	155\$496	—	155\$496
Halifax	1:597\$129	652\$850	944\$279
Helsingfors.	2:646\$102	—	2:646\$102
Kobe	5:982\$235	1:488\$832	4:493\$403
La Plata	1:698\$000	807\$000	891\$000
La Rochelle-Pallice . . .	—	—	—
Livorno	4:192\$602	—	4:192\$602
Melo.	443\$700	—	443\$700
Milão.	3:979\$679	—	3:979\$679
Munich	1:547\$167	—	1:547\$167
Paso de los Libres . . .	9:134\$181	—	9:134\$181
Paysandú.	42\$334	—	42\$334
Braga	\$	\$	\$
A transportar.	1.852:633\$324	60:045\$811	1.792:587\$513

Séde	Receita	Despesa	Saldo
Transporte. .	1.852:633\$324	60\$045\$811	1.792:587\$513
Rio-Branco	299\$774	—	299\$774
Santa Rosa.	61\$414	—	61\$414
Santo Tomé	1:643\$918	—	1:643\$918
Tampico.	5:177\$351	2:569\$454	2:607\$897
Vienna	3:134\$593	363\$463	2:771\$130
Zurich	8:429\$415	1:848\$000	6:581\$415
Renda recolhida ao The- souro Nacional com guia da Secretaria das Relações Ex- teriores.	342\$000	—	342\$000
	<u>1.871:721\$789</u>	<u>64:826\$728</u>	<u>1.806:895\$061</u>

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1923.

N. 2

Receita e despesa dos Consulados não remunerados pelo Thesouro Nacional no
exercício de 1922

Séde	Receita	Despesa	Saldo
Athenas (começou a func- cionar em 1 de agosto).	54\$000	27\$000	27\$000
Aveiro (começou a func- cionar em 1 de julho)	2:772\$500	1:386\$250	1:386\$250
Beyruth.	5:485\$000	2:742\$500	2:742\$500
Braga.	13:340\$732	2:000\$000	11:340\$732
Cannes	50\$800	25\$400	25\$400
Chiavari (começou a func- cionar em 1 de se- tembro).	51\$860	22\$750	29\$110
Coimbra.	13:563\$502	4:000\$000	9:563\$502
Copenhague.	11:220\$956	4:145\$456	7:075\$500
Dresden	1:236\$907	837\$950	398\$957
Florença.	849\$197	392\$359	456\$838
Hong-Kong.	2:734\$750	1:049\$471	1:685\$279
Lima (1º e 2º trims) . .	141\$887	61\$379	80\$508
Malaga (começou a func- cionar em 1 de se- tembro).	4:379\$806	2:061\$250	2:318\$556
Nice	515\$086	256\$670	258\$416
Palermo.	2:054\$643	885\$500	1:169\$143
Port-of-Spain (Trinidad).	339\$852	169\$926	169\$926
Rapallo	4\$889	2\$000	2\$889
Salonica.	—	—	—
Santa Cruz de Teneriffe (1º, 2º e 4º trims.) .	698\$665	349\$332	349\$333
S. João de Terra Nova.	1:747\$200	873\$600	873\$600
S. Vicente do Cabo Verde	2:080\$408	1:040\$234	1:040\$234
Shanghai.	3:245\$250	—	3:245\$250
Spezia	125\$500	61\$750	61\$750
Sydney	58\$800	—	58\$800
Stockholmo.	5:019\$729	2:390\$250	2:629\$479
A' transportar.	71:771\$979	24:781\$027	46:988\$952

Séde	Receita	Despeza	Saldo
Transporte. .	71:771\$979	24:781\$027	46:988\$952
Tanger	138\$387	69\$193	69\$194
Tolosa	—	—	—
Turim	2:829\$400	1:414\$700	1:414\$700
Veneza	3:713\$350	1:856\$675	1:856\$675
Wiesbaden (4º trim.). .	16\$000	8\$000	8\$000
Willernstadt.	124\$200	62\$100	62\$100
	<u>78:593\$316</u>	<u>28:191\$695</u>	<u>50:399\$621</u>

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1923.

N. 3

Receita e despesa dos Vice-Consulados que renderam mais de 500\$000 (1)

Séde	Receita	Despesa	Saldo
Aalesund.	2:844\$000	1:422\$000	1:422\$000
Alicante	1:737\$700	868\$850	868\$850
Almeria	2:475\$700	1:237\$850	1:237\$850
Berna (1º trim.)	270\$500	135\$250	135\$250
Bilbáo	2:745\$600	1:372\$800	1:372\$800
Boston	3:104\$000	1:552\$000	1:552\$000
Catania	1:939\$500	969\$750	969\$750
Coruña	4:023\$700	2:011\$850	2:011\$850
Christiansund	3:674\$000	1:837\$000	1:837\$000
Galveston	501\$000	250\$500	250\$500
Hull	3:277\$500	1:638\$750	1:638\$750
Ilha Terceira	1:468\$500	734\$250	734\$250
Jacksonville.	3:437\$500	1:718\$750	1:718\$750
Lausanne (1º trim.) . . .	274\$700	137\$350	137\$350
Madrid	541\$000	270\$500	270\$500
Malaga	2:630\$000	1:315\$000	1:315\$000
Montreal.	—	—	—
Newcastle-on-Tyne . . .	2:636\$300	1:318\$150	1:318\$150
Newport.	2:562\$200	1:281\$100	1:281\$100
Oran (1º trim.)	423\$500	211\$750	211\$750
Port Arthur.	2:856\$018	1:428\$009	1:428\$009
Saint-Gall	3:696\$000	1:848\$000	1:848\$000
Savannah	2:269\$500	1:134\$750	1:134\$750
San Sebastian.	2:096\$500	1:048\$250	1:048\$250
S. Francisco	523\$500	261\$750	261\$750
S. Miguel	1:514\$400	757\$200	757\$200
Santa Rosa do Abunã. . .	518\$500	259\$250	259\$250
Sevilha	3:443\$000	1:721\$500	1:721\$500
Swansea.	11:199\$000	4:000\$000	7:199\$000
Tarragona	605\$500	302\$750	302\$750
Valencia.	2:553\$500	1:276\$750	1:276\$750
Vianna do Castello . . .	1:231\$000	615\$500	615\$500
Villa Concepcion. . . .	1:135\$630	567\$815	567\$815
Villa do Conde	2:434\$000	1:217\$000	1:217\$000
Villa Encarnación. . . .	1:285\$906	642\$953	642\$953
Villa Garcia.	1:124\$000	562\$000	562\$000
Villa Real	1:079\$000	539\$500	539\$500
	80:131\$854	38:466\$427	41:665\$427

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1923.

(1) As importancias deste quadro já se acham incluídas nos quadros ns. 1 e 2.

N. 4

Movimento de estampilhas a cargo da Secção de Contabilidade, no exercício de 1922

VALORES	SALDO QUE PASSOU DO EXERCÍCIO DE 1921		RECEBIDAS DA CASA DA MOEDA		DEVOLVIDOS PELOS CONSULADOS		REMETTIDAS AOS CONSULADOS		SALDOS EXISTENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 1922	
	Numero	Importancia	Numero	Importancia	Numero	Importancia	Numero	Importancia	Numero	Importancia
100.	43.915	4:391\$500	—	—	300	30\$000	1.350	135\$000	42.895	4:289\$500
200.	67.535	13:517\$000	—	—	300	60\$000	3.870	774\$000	64.015	12:903\$000
400.	31.430	12:572\$000	—	—	—	—	4.160	1:664\$000	27.270	10:908\$000
500.	45.819	22:903\$500	50.000	25:000\$000	600	300\$000	12.120	6:060\$000	84.299	42:149\$500
1.000.	95.810	95:810\$000	—	—	400	400\$000	19.895	19:895\$000	76.315	76:315\$000
2.000.	25.873	51:746\$000	100.000	200:000\$000	600	1.200\$000	24.140	48:280\$000	102.333	204:666\$000
3.000.	123.228	373:669\$000	—	—	300	900\$000	17.790	53:370\$000	103.733	326:193\$000
4.000.	70.525	282:100\$000	150.000	600:000\$000	600	2.400\$000	117.760	471:016\$000	103.365	413:460\$000
5.000.	78.133	330:690\$000	—	—	200	1.000\$000	15.315	76:575\$000	61.023	305:115\$000
10.000.	87.730	807:300\$000	—	—	200	2:000\$000	6.410	64:100\$000	80.520	805:200\$000
20.000.	70.616	1.412:320\$000	—	—	200	4.000\$000	6.142	122:840\$000	64.674	1.233:480\$000
50.000.	12.914	617:200\$000	—	—	100	5:000\$000	3.790	139:500\$000	9.254	462:700\$000
100.000.	21.620	2.162:000\$000	—	—	—	—	2.300	230:000\$000	19.320	1.932:000\$000
	775.253	6.331:233\$000	300.000	825:000\$000	3.800	17:230\$000	235.042	1.284:233\$000	844.016	5.839:235\$000

RESUMO

	Numero	Importancia
Saldo que passou de 1921	775.253	6.331:233\$000
Recebido da Casa da Moeda	300.000	825:000\$000
Devolvido pelos Consulados	3.800	17:230\$000
Total em 1922	1.079.053	7.173:513\$000
Remettidos aos Consulados	235.042	1.284:233\$000
Existentes em 31 de dezembro de 1922. . .	844.016	5.839:235\$000

Rio de Janeiro, 30 de Abril de 1923.

Tabellas explicativas do orçamento do Ministerio das Relações Exteriores para o exercício de 1923

Dec. N. 4.632 de 6 de janeiro de 1923

Art. 25. O Presidente da Republica é autorizado a despendar, pelo Ministerio das Relações Exteriores, a quantia de 5.044.588\$303, ouro, e 2.022.340\$, papel, com os serviços designados nas seguintes verbas:

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	CONSOLIDADA		VARIÁVEL		TOTAL			
		Ouro	Papel	Ouro	Papel	Consolidada		Variável	
						Ouro	Papel	Ouro	Papel
Verba 1ª (papel)									
Secretaria de Estado									
PESSOAL									
1ª CONSIGNAÇÃO									
Vencimentos do pessoal									
Ministro de Estado.....	Ord.. Dec. n. 14.056, de 11 de fev. de 1920.....		24:000\$000						
1 Sub-Secretario de Estado....	Rep.. Idem		18:000\$000						
	Ord.. Idem		14:000\$000						
	Grat. Idem		7:000\$000						
2 Directores Geraes.....	Rep.. Idem		10:000\$000						
	Ord.. Idem		24:000\$000						
	Grat. Idem		12:000\$000						
1 Consultor Juridico.....	Rep.. Idem		6:000\$000						
3 Directores de Secção.....	Grat. Idem		24:000\$000						
	Ord.. Idem		64:000\$000						
	Grat. Idem		32:000\$000						
	Rep.. Idem		14:400\$000						
12 Primeiros Officiaes.....	Ord.. Idem		76:800\$000						
	Grat. Idem		38:400\$000						
12 Segundos Officiaes.....	Ord.. Idem		57:600\$000						
	Grat. Idem		28:800\$000						

18 Terceiros Officiaes.....	Ord..	Idem.....	64:800\$000						
	Grat.	Idem.....	32:400\$000						
1 Cartographo.....	Grat.	Idem.....	6:000\$000						
1 Calligrapho.....	Ord..	Idem.....	3:200\$000						
	Grat.	Idem.....	1:600\$000						
1 Conservador do Archivo e Bi- bliotheca.....	Ord..	Idem.....	3:200\$000						
	Grat.	Idem.....	1:600\$000						
1 Ajudante do Conservador....	Ord..	Idem.....	2:400\$000						
	Grat.	Idem.....	1:200\$000						
1 Zelador da Mappotheca.....	Ord..	Idem.....	2:400\$000						
	Grat.	Idem.....	1:200\$000						
1 Porteiro.....	Ord..	Idem.....	6:000\$000						
	Grat.	Idem.....	3:000\$000						
1 Ajudante de Porteiro.....	Ord..	Idem.....	4:600\$000						
	Grat.	Idem.....	2:300\$000						
10 Contínuos.....	Ord..	Idem.....	36:000\$000						
	Grat.	Idem.....	18:000\$000						
2 Correios.....	Ord..	Idem.....	7:200\$000						
	Grat.	Idem.....	3:600\$000						
2 Officiaes de Gabinete do Mi- nistro.....	Grat.	Idem.....	12:000\$000						
3 Auxiliares de Gabinete do Ministro.....	Grat.	Idem.....	14:400\$000						
1 Official de Gabinete de Sub- Secretario.....	Grat.	Idem.....	4:800\$000						
1 Auxiliar do Gabinete do Sub- Secretario.....	Grat.	Idem.....	3:600\$000						
2 Auxiliares dos Directores Ge- raes.....	Grat.	Idem.....	4:800\$000						
3 Contínuos do Gabinete do Ministro.....	Grat.	Idem.....	3:600\$000						
1 Contínuo da Sub-Secreta- ria.....	Grat.	Idem.....	600\$000						
Gratificação Especial ao Director de Contabilidade.....	Grat.					6:000\$000			
20 Serventes a 300\$ mensaes...	Ord..	Lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921.....	48:000\$000						
	Grat.	Idem.....	24:000\$000						
6 Dactylographos a 300\$ men- saes.....	Grat.	Idem.....	21:600\$000						
1 Telephonista a 300\$ mensaes.	Grat.	Idem.....	3:600\$000						
2 Motoristas a 350\$ mensaes..	Grat.	Idem.....	8:400\$000						
1 Ajudante de motorista a 200\$ mensaes.....	Grat.	Idem.....	2:400\$000						
1 Ajudante de motorista a 150\$ mensaes.....	Grat.	Idem.....	1:800\$000						
1 Cocheiro a 250\$ mensaes....	Grat.	Idem.....	3:000\$000						
1 Ajudante de cocheiro a 150\$ mensaes.....	Grat.	Idem.....	1:800\$000						
1 Lavador de carros a 180\$ mensaes.....	Grat.	Idem.....	2:160\$000						

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	CONSOLIDADA		VARIÁVEL		TOTAL			
		Ouro	Papel	Ouro	Papel	Consolidada		Variável	
						Ouro	Papel	Ouro	Papel
2 Jardineiros a 150\$ mensaes.. Grat..	Idem.....		3:600\$000						
1 Jardineiro a 120\$ mensaes... Grat..	Idem.....		1:440\$000						
1 Electricista a 300\$ mensaes.. Grat..	Idem.....		3:600\$000						
1 Ajudante de electricista a 100\$ mensaes..... Grat..	Idem.....		1:200\$000						
Para gratificações por substituições.....					20:000\$000				
2ª CONSIGNAÇÃO									
Addidos									
1 Secretario Geral..... Ord..	Dec. n. 11.056 de 11 de fev. de 1920, Disp. Transit. art. 1º.....		16:000\$000						
	Grat..		8:000\$000						
1 Conservador do material.... Ord..	Idem.....		3:200\$000						
	Grat..		1:600\$000						
MATERIAL									
1ª CONSIGNAÇÃO									
1 — Objectos necessarios para o expediente da Secretaria de Estado.....					33:000\$000				
2 — Compra e concerto de moveis.....					15:000\$000				
3 — Aquisição de livros e almanacks, encadernações de livros e jornaes....					7:000\$000				
2ª CONSIGNAÇÃO									
1 — Conservação do jardim e asseio da casa, despesas de garage e cocheiras.....					30:000\$000				

2 — Condução de empregados em serviço, consumo de gaz, luz e força electrica, artigos para illuminação e agua, telephones e despesas mesadas.					30:000\$000				
3ª CONSIGNAÇÃO									
Fardamento do Pessoal da Portaria.					12:000\$000				
4ª CONSIGNAÇÃO									
Despesas de condução do Ministro.					12:000\$000				
5ª CONSIGNAÇÃO									
Diarias dos Correios a 2\$000 a diaria.					4:440\$000				
Total da verba.						850:900\$000			171:410\$900
Verba 2ª (papel)									
Empregados em disponibilidade									
Para empregados em disponibilidade.									10:000\$000
Verba 3ª (papel)									
Extraordinarias no interior									
Para diversos serviços extraordinarios no interior e despesas eventuaes, bem como para occorrer á deficiencia das sub-consignações da verba 1ª.									50:000\$000
Verba 4ª (papel)									
Obras									
Para obras e reparos no edificio da Secretaria de Estado.									20:000\$000

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	CONSOLIDADA		VARIÁVEL		TOTAL			
		Ouro	Papel	Ouro	Papel	Consolidada		Variável	
						Ouro	Papel	Ouro	Papel
Verba 5ª (papel)									
Recepções officiaes									
Para despesas com a recepção e hospedagem de representantes de governos estrangeiros e hospedes illustres em visita ao Brasil.....									100:000\$000
Verba 6ª									
Congressos e Conferencias									
1ª CONSIGNAÇÃO (PAPEL)									
Para os Congressos e Conferencias Internacionais que se reunirem no Brasil.....									20:000\$000
2ª CONSIGNAÇÃO (OURO)									
Para a representação do Brasil nos Congressos e Conferencias Internacionais que se reunirem no exterior.								150:000\$000	
Verba 7ª									
Serviços telegraphico e postal									
1ª CONSIGNAÇÃO (PAPEL)									
Para telegrammas officiaes expedidos a serviço da Secretaria de Estado e para a aquisição de sellos officiaes.									120:000\$000

2ª CONSIGNAÇÃO (ouro)

Para telegrammas officinaes expedidos
pelas Legações e Consulados.....

120:000\$000

Verba 8ª

Repartições Internacionais

Para o pagamento, ao cambio par
ouro, das contribuições com que o
Brasil concorre para diversas reparti-
ções internacionais, sendo:

Para a União Pan-Americana — 20.576
dollars e 27 centavos, moeda ame-
ricana.....

41:314\$574

Para o Instituto Internacional de Agri-
cultura de Roma, além da contri-
buição fixa de 40.000 francos, moeda
franceza, uma adicional de 60.000
francos, ou sejam 100.000 francos..

15:000\$000

Para a Repartição Internacional de
Hygiene Publica em Paris — 20.000
francos, moeda franceza.....

3:000\$000

Para a Secretaria das Tarifas Adua-
neiras em Bruxellas — 7.425 francos,
moeda belga.....

1:113\$750

Para o Congresso Internacional Per-
manente de Navegação — 2.000
francos, em moeda franceza.....

300\$000

Para o Escriptorio Internacional das
Estradas de Ferro em Bruxellas —
1.000 francos belgas

150\$000

Para a Liga das Nações — duas presta-
ções semestraes de 313,800 francos,
ouro, moeda franceza, no total de
627.600 francos.....

124:542\$900

Para o Instituto Internacional do Frio
em Paris — 12.000 francos moeda
franceza.....

1:800\$000

Para a Corte de Arbitragem do Tribunal
de Haya — despesa provavel 3.500
florins.....

2:500\$000

Para o Instituto Internacional Com-
mercial de Bruxellas — 10.000
francos, moeda belga.....

1:500\$000

Para o Bureau Internacional de Berna,
para a protecção dos direitos auto-
raes — 5.000 francos, moeda suissa.

1:705\$010

239:988\$224

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	CONSOLIDADA		VARIÁVEL		TOTAL			
		Ouro	Papel	Ouro	Papel	Consolidada		Variável	
						Ouro	Papel	Ouro	Papel
Verba 9ª (ouro)									
Corpo Diplomático									
PESSOAL									
Allemanha									
1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	Ord. Lei n. 3.451, de 6 de janeiro de 1913.....	10:000\$000							
	Grat. Idem.....	5:000\$000							
	Rep. Idem.....	10:000\$000							
1 Primeiro Secretario.....	Ord. Dec. n. 14.057, de 11 de fev. de 1920.....	5:333\$333							
	Grat. Idem.....	2:666\$567							
1 Segundo Secretario.....	Ord. Idem.....	4:000\$000				39:000\$000			
	Grat. Idem.....	2:000\$000							
Argentina									
1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	Ord. Lei n. 3.451, de 6 de janeiro de 1913.....	10:000\$000							
	Grat. Idem.....	5:000\$000							
	Rep. Idem.....	20:000\$000							
1 Primeiro Secretario.....	Ord. Dec. n. 14.057, de 11 de fev. de 1920.....	5:333\$333							
	Grat. Idem.....	2:666\$567							
1 Segundo Secretario.....	Ord. Idem.....	4:000\$000				49:000\$000			
	Grat. Idem.....	2:000\$000							

Austria									
1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario	Ord.	Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.....	10:000\$000						
	Grat.	Idem.....	5:000\$000						
	Rep.	Idem.....	7:000\$000						
1 Primeiro Secretario.....	Ord.	Dec. n. 14.057, de 11 de fev. de 1920.....	5:333\$333						
	Grat.	Idem.....	2:666\$667						
1 Segundo Secretario.....	Ord.	Idem.....	4:000\$000						
	Grat.	Idem.....	2:000\$000					36:000\$000	
Belgica									
1 Embaixador.....	Ord.	Lei n. 4.156, de 5 de outubro de 1920.....	12:000\$000						
	Grat.	Idem.....	6:000\$000						
	Rep.	Idem.....	22:000\$000						
1 Primeiro Secretario.....	Ord.	Dec. n. 14.057, de 11 de fev. de 1920.....	5:333\$333						
	Grat.	Idem.....	2:666\$667						
1 Segundo Secretario.....	Ord.	Idem.....	4:000\$000						
	Grat.	Idem.....	2:000\$000					54:000\$000	
Bolivia									
1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	Ord.	Lei n. 3.454, de 6 de jan. de 1918.....	10:000\$000						
	Grat.	Idem.....	5:000\$000						
	Rep.	Lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920.....	10:000\$000						
1 Primeiro Secretario.....	Ord.	Dec. n. 14.057, de 11 fev. de 1920.....	5:333\$333						
	Grat.	Idem.....	2:666\$667						
1 Segundo Secretario.....	Ord.	Idem.....	4:000\$000						
	Grat.	Idem.....	2:000\$000					39:000\$000	
Chile									
1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	Ord.	Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.....	10:000\$000						
	Grat.	Idem.....	5:000\$000						
	Rep.	Idem.....	15:000\$000	30:000\$000					

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	CONSOLIDADA		VARIÁVEL		TOTAL			
		Ouro	Papel	Ouro	Papel	Consolidada		Variável	
						Ouro	Papel	Ouro	Papel
Transporte.....		30:000\$000							
1 Primeiro Secretario.....	Ord. Dec. n. 14.057, de 11 de fev. de 1920.....	5:333\$333							
	Grat. Idem.....	2:666\$667							
1 Segundo Secretario.....	Ord. Idem.....	4:000\$000							
	Grat. Idem.....	2:000\$000				44:000\$000			
China									
1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	Ord. Lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.....	10:000\$000							
	Grat. Idem.....	5:000\$000							
	Rep. Lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920.....	10:000\$000							
1 Segundo Secretario.....	Ord. Dec. n. 14.057, de 11 de fev. de 1920.....	4:000\$000							
	Grat. Idem.....	2:000\$000							
1 Interprete.....	Grat. Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.....	2:000\$000				33:000\$000			
Colombia									
1 Ministro Residente.....	Ord. Idem.....	8:000\$000							
	Grat. Idem.....	4:000\$000							
	Rep. Idem.....	6:000\$000							
1 Segundo Secretario.....	Ord. Dec. n. 14.057, de 11 de fev. de 1920.....	4:000\$000							
	Grat. Idem.....	2:000\$000				24:000\$000			

Cuba e America Central

1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....

Ord. Dec. n. 1057, de 1 de fev. de 1920..... 10:000\$000
 Grat. Idem..... 5:000\$000
 Rep. 9:000\$000

1 Segundo Secretario.....

Ord. Dec. n. 14.057, de 11 de fev. de 1920..... 4:000\$000
 Grat. Idem..... 2:000\$000 30:000\$000

Dinamarca

1 Ministro Residente.....

Ord. 8:000\$000
 Grat. 4:000\$000
 Rep. 6:000\$000

1 Segundo Secretario.....

Ord. 4:000\$000
 Grat. 2:000\$000 24:000\$000

Equador

1 Ministro Residente.....

Ord. Lei n. 3.451, de 6 de janeiro de 1918..... 8:000\$000
 Grat. Idem..... 4:000\$000
 Rep. 6:000\$000

1 Segundo Secretario.....

Ord. Dec. n. 14.057, de 11 de fev. de 1920..... 4:000\$000
 Grat. Idem..... 2:000\$000 24:000\$000

Estados Unidos da America

1 Embaixador.....

Ord. Dec. n. 14.057, de 11 de fev. de 1920..... 12:000\$000
 Grat. Idem..... 6:000\$000
 Rep. Idem..... 35:000\$000

1 Primeiro Secretario.....

Ord. Idem..... 5:333\$333
 Grat. Idem..... 2:666\$667

2 Segundos Secretarios.....

Ord. Idem..... 8:000\$000
 Grat. Idem..... 4:000\$000 73:000\$000

NATUREZA DA DESPESA		LEGISLAÇÃO	CONSOLIDADA		VARIÁVEL		TOTAL			
			Ouro	Papel	Ouro	Papel	Consolidada		Variável	
							Ouro	Papel	Ouro	Papel
França										
1 Embaixador.....	Ord.	Dec. n. 14.057, de 11 de fev. de 1920.....	12:000\$000							
	Grat.	Idem.....	6:000\$000							
	Rep.	Idem.....	35:000\$000							
1 Primeiro Secretario.....	Ord.	Idem.....	5:333\$333							
	Grat.	Idem.....	2:666\$667							
2 Segundos Secretarios.....	Ord.	Idem.....	8:000\$000							
	Grat.	Idem.....	4:000\$000				73:000\$000			
Grã-Bretanha										
1 Embaixador.....	Ord.	Dec. n. 14.057, de 11 de fev. de 1920.....	12:000\$000							
	Grat.	Idem.....	6:000\$000							
	Rep.	Idem.....	35:000\$000							
1 Primeiro Secretario.....	Ord.	Idem.....	5:333\$333							
	Grat.	Idem.....	2:666\$667							
2 Segundos Secretarios.....	Ord.	Idem.....	8:000\$000							
	Grat.	Idem.....	4:000\$000				73:000\$000			
Grecia										
1 Ministro Residente.....	Ord.	Lei. n. 3.451, de 6 de janeiro de 1918.....	8:000\$000							
	Grat.	Idem.....	4:000\$000							
	Rep.	Idem.....	6:000\$000							
1 Segundo Secretario.....	Ord.	Dec. n. 14.057, de 11 de fev. de 1920.....	4:000\$000							
	Grat.	Idem.....	2:000\$000				24:000\$000			

Hespanha

1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	Ord.	Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.....	10:000\$000				
	Grat.	Idem.....	5:000\$000				
	Rep.	Idem.....	10:000\$000				
1 Primeiro Secretario.....	Ord.	Dec. n. 14.057, de 11 de fev. de 1920.....	5:333\$333				
	Grat.	Idem.....	2:666\$667				
1 Segundo Secretario.....	Ord.	Idem.....	4:000\$000				
	Grat.	Idem.....	2:000\$000			39:000\$000	

Hollanda

1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	Ord.	Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.....	10:000\$000				
	Grat.	Idem.....	5:000\$000				
	Rep.	Idem.....	7:000\$000				
1 Primeiro Secretario.....	Ord.	Dec. n. 14.057, de 11 de fev. de 1920.....	5:333\$333				
	Grat.	Idem.....	2:666\$667				
1 Segundo Secretario.....	Ord.	Idem.....	4:000\$000				
	Grat.	Idem.....	2:000\$000			36:000\$000	

Italia

1 Embaixador.....	Ord.	Dec. n. 14.057, de 11 de fev. de 1920.....	12:000\$000				
	Grat.	Idem.....	6:000\$000				
	Rep.	Idem.....	25:000\$000				
1 Primeiro Secretario.....	Ord.	Idem.....	5:333\$333				
	Grat.	Idem.....	2:666\$667				
2 Segundos Secretarios.....	Ord.	Idem.....	8:000\$000				
	Grat.	Idem.....	4:000\$000			63:000\$000	

Japão

1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	Ord.	Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.....	10:000\$000				
	Grat.	Idem.....	5:000\$000				
	Rep.	Idem.....	12:000\$000				

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	CONSOLIDAÇÃO		VARIÁVEL		TOTAL			
		Ouro	Papel	Ouro	Papel	Consolidada		Variável	
						Ouro	Papel	Ouro	Papel
1 Primeiro Secretario.....	Ord. Dec. n. 14.057, de 11 de fev. de 1920.....	5:333\$333							
	Grat. Idem.....	2:666\$667							
1 Segundo Secretario.....	Ord. Idem.....	4:000\$000							
	Grat. Idem.....	2:000\$000				41:000\$000			
Mexico									
1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	Ord. Dec. n. 15.410, de 23 de março de 1922.....	10:000\$000							
	Grat. Idem.....	5:000\$000							
	Rep. Idem.....	7:000\$000							
1 Segundo Secretario.....	Ord. Dec. n. 15.510, de 23 de março de 1922.....	4:000\$000							
	Grat. Idem.....	2:000\$000				28:000\$000			
Noruega									
1 Ministro Residente.....	Ord. Lei n. 3.451, de 6 de janeiro de 1918.....	8:000\$000							
	Grat. Idem.....	4:000\$000							
	Rep. Dec. n. 13.111, de 24 de julho de 1918.....	8:000\$000							
1 Segundo Secretario.....	Ord. Dec. n. 14.057, de 11 de fev. de 1920.....	4:000\$000							
	Grat. Idem.....	2:000\$000				26:000\$000			
Paraguay									
1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	Ord. Lei n. 3.451, de 6 de janeiro de 1918.....	10:000\$000							
	Grat. Idem.....	5:000\$000							
	Rep. Idem.....	11:000\$000							

1 Primeiro Secretario.....	Ord..	Dec. n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920.....	5:333\$333						
	Grat.	Idem.....	2:666\$667						
1 Segundo Secretario.....	Ord..	Idem.....	4:000\$000						
	Grat.	Idem.....	2:000\$000					40:000\$000	
Perú									
1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	Ord..	Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.....	10:000\$700						
	Grat.	Idem.....	5:000\$000						
	Rep..	Idem.....	10:000\$000						
1 Primeiro Secretario.....	Ord..	Dec. n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920.....	5:333\$333						
	Grat.	Idem.....	2:666\$667						
1 Segundo Secretario.....	Ord..	Idem.....	4:000\$000						
	Grat.	Idem.....	2:000\$000					39:000\$000	
Portugal									
1 Embaixador.....	Ord..	Dec. n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920.....	12:000\$000						
	Grat.	Idem.....	6:000\$000						
	Rep..	Idem.....	22:000\$000						
1 Primeiro Secretario.....	Ord..	Idem.....	5:333\$333						
	Grat.	Idem.....	2:666\$667						
2 Segundos Secretarios.....	Ord..	Idem.....	8:000\$000						
	Grat.	Idem.....	4:000\$000					60:000\$000	
Polonia									
1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	Ord..	Dec. n. 14.738, de 23 de março de 1921.....	10:000\$000						
	Grat.	Idem.....	5:000\$000						
	Rep..	Idem.....	7:000\$000						
1 Primeiro Secretario.....	Ord..	Dec. n. 14.738, de 23 de março de 1921.....	5:333\$333						
	Grat.	Idem.....	2:666\$667						
1 Segundo Secretario.....	Ord..	Idem.....	4:000\$000						
	Grat.	Idem.....	2:000\$000					36:000\$000	

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	CONSOLIDADA		VARIÁVEL		TOTAL			
		Ouro	Papel	Ouro	Papel	Consolidada		Variável	
						Ouro	Papel	Ouro	Papel
Santa Sé									
1 Embaixador.....	Ord.. Dec. n. 14.057, de 11 de fe- vereiro de 1920.....	12:000\$000							
	Grat. Idem.....	6:000\$000							
	Rep.. Idem.....	22:000\$000							
1 Primeiro Secretario.....	Ord.. Idem.....	5:333\$333							
	Grat. Idem.....	2:666\$667							
1 Segundo Secretario.....	Ord.. Idem.....	4:000\$000							
	Grat. Idem.....	2:000\$000				54:000\$000			
Suecia									
1 Enviado Extraordinario e Mi- nistro Plenipotenciario.....	Ord.. Grat. Rep.. ..	10:000\$000 5:000\$000 10:000\$000							
1 Segundo Secretario.....	Ord.. Dec. n. 14.057 de 11 de fe- vereiro de 1920..... Grat. Idem.....	4:000\$000 2:000\$000				31:000\$000			
Suissa									
1 Enviado Extraordinario e Mi- nistro Plenipotenciario.....	Ord.. Lei n. 3.451 de 6 de ja- neiro de 1913..... Grat. Idem..... Rep.. ..	10:000\$000 5:000\$000 10:000\$000							
1 Primeiro Secretario.....	Ord.. Dec. n. 14.057, de 11 fe- vereiro de 1920..... Grat. Idem.....	5:333\$333 2:666\$667							
1 Segundo Secretario.....	Ord.. Idem..... Grat. Idem.....	4:000\$000 2:000\$000				39:000\$000			

Tcheco-Slovaquia

1 Ministro Residente.....	Ord..	Dec. n. 14.733, de 23 de março de 1921.....	8:000\$000						
	Grat..	Idem.....	4:000\$000						
	Rep..	Idem.....	6:000\$000						
1 Segundo Secretario.....	Ord..	Idem.....	4:000\$000						
	Grat..	Idem.....	2:000\$000						24:000\$000

Uruguay

1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	Ord..	Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.....	10:000\$000						
	Grat..	Idem.....	5:000\$000						
	Rep..	Idem.....	15:000\$000						
1 Primeiro Secretario.....	Ord..	Dec. n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920.....	5:333\$333						
	Grat..	Idem.....	2:666\$667						
1 Segundo Secretario.....	Ord..	Idem.....	4:000\$000						
	Grat..	Idem.....	2:000\$000						44:000\$000

Venezuela

1 Ministro Residente	Ord..	Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.....	8:000\$000						
	Grat..	Idem.....	4:000\$000						
	Rep..	Idem.....	6:000\$000						
1 Segundo Secretario.....	Ord..	Dec. n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920.....	4:000\$000						
	Grat..	Idem.....	2:000\$000						24:000\$000

Secretarios de Legação

Para 2 Primeiros Secretarios de Legação avulsos, sem designação regulamentar.....	Ord..	Dec. n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920.....	10:666\$666						
	Grat..	Idem.....	5:333\$333						16:000\$000
Para 3 Segundos Secretarios de Legação avulsos, sem designação regulamentar.....	Ord..	Idem.....	12:000\$000						
	Grat..	Idem.....	6:000\$000						18:000\$000

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	CONSOLIDADA		VARIÁVEL		TOTAL			
		Ouro	Papel	Ouro	Papel	Consolidada		Variável	
						Ouro	Papel	Ouro	Papel
Para o pagamento de gratificações adicionais aos Primeiros Secretários que já atingiram 5 e 10 annos de serviço effectivo, de accordo com o Decreto n. 13.113, de 24 de julho de 1918.....								21:000\$000	
Eventuaes de vencimentos do Pessoal									
Para occorrer ao pagamento das gratificações adicionais de que trata o art. 26 do Dec. n. 11.037, de 11 de fevereiro de 1920, aos Encarregados de Negocios quando os Chefes das missões não perdem as respectivas gratificações ou representações e ao pagamento de gratificações a empregados extraordinarios, como sejam interpretes, dactylographos, escripturarios e archivistas, que forem necessarios durante o exercicio; ao pagamento de 3:600\$, de gratificação ao dactylographo archivista da Embaixada em em França, de 3:200\$, para o interprete da Legação no Japão e 2:000\$, para o interprete da Legação na Noruega.....								43:000\$000	
Porcentagem sobre vencimentos									
Para attender ao augmento de 25 %/o nos vencimentos dos funcionarios do corpo diplomatico em exercicio.....								319:550\$000	

MATERIAL

Para o aluguel das casas para as chancellarias das seguintes embaixadas:

nos Estados Unidos da America.....	Lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919.....	40:000\$000
em Portugal.....		16:000\$000
na Grã-Bretanha.....		25:000\$000
na Italia.....	Lei n. 3.931, de 5 de janeiro de 1920.....	20:111\$111
na Santa Sé.....	Idem.....	20:000\$000
na França.....		20:000\$000
na Belgica.....	Dec. n. 14.692, de 21 de fevereiro de 1921.....	10:000\$000

Para o aluguel das casas para as chancellarias das seguintes legações:

no Uruguay.....		13:500\$000
na Alemanha.....		10:222\$222
na Austria.....		8:000\$000
no Peru.....		10:000\$000
no Chile.....		9:000\$000
no Japão.....		5:500\$000
na Hollanda.....		5:333\$333
em Cuba e America Central.....		5:000\$000
na Suissa.....		4:444\$444
no Paraguay.....		4:000\$000
na China, na Polonia e na Tcheco-Slovaquia, a 3:000\$ cada uma.....		9:000\$000
na Bolivia, na Colombia, no Equador, na Grecia, na Hespanha, no Mexico, na Noruega, na Suecia, e Dinamarca e na Venezuela, a 2:000\$ cada uma.....		18:000\$000

Expediente

Para o expediente das seguintes Embaixadas:

nos Estados Unidos da America.....	Idem n. 2.514, de 4 de janeiro de 1912.....	4:000\$000
na França.....	Idem.....	3:500\$000
na Grã-Bretanha.....	Idem.....	3:500\$000
na Italia.....	Idem.....	3:500\$000
em Portugal.....	Idem.....	3:500\$000
na Santa Sé.....	Idem.....	1:000\$000
na Belgica.....	Dec. n. 14.692, de 5 de janeiro de 1921.....	1:000\$000

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	CONSOLIDADA		VARIÁVEL		TOTAL			
		Ouro	Papel	Ouro	Papel	Consolidada		Variável	
						Ouro	Papel	Ouro	Papel
Para o expediente das seguintes Le- gações :									
na Republica Argentina.....	Lei n. 4.242, de 5 de ja- neiro de 1921.....			2:000\$000					
no Chile, no Uruguay, e na Hollanda, 1:500\$ cada uma.....	Idem.....			4:500\$000					
no Paraguay e na Bolivia, 1:250\$000.	Idem.....			2:500\$000					
no Perú, no Japão e em Cuba a 1:000\$ cada uma.....	Idem.....			3:000\$000					
Na Allemanha, na Austria, na China, na Colombia, no Equador, na Grecia, na Hespanha, no Mexico, na Noruega, na Polonia, na Suissa, na Suecia e Dinamarca, na Tcheco-Slovaquia e na Venezuela, a 500\$ cada uma.....	Idem.....			7:000\$000				292:111\$110	
				39:000\$000					
Para os augmentos de alugueis de casa e do expediente das Embaixadas e Le- gações que occorrerem durante o exercício.....	Idem.....							60:000\$000	
Total da verba.....						1.297:000\$000		740:661\$110	
Verba 10ª (ouro)									
Corpo Consular									
PESSOAL									
Allemanha									
1 Consul Geral de 1ª classe em Hamburgo.....	Ord., Dec. n. 14.053 de 11 de fe- vereiro de 1920.....			9:333\$333					
	Grat. Idem.....			4:666\$667					

1 Consul de 2ª classe adjunto em Hamburgo.....	Ord..	Idem.....	4:000\$000					
	Grat.	Idem.....	2:000\$000					
1 Consul Geral de 1ª classe em Bremen.....	Ord..		8:000\$000					
	Grat.		4:000\$000					
1 Consul de 2ª classe em Berlim.	Ord..	Lei n. 4.555, de 10 de Agosto de 1922.....	5:333\$333					
	Grat.	Idem.....	2:666\$667					
1 Consul de 2ª classe em Munich.	Ord..	Idem.....	4:000\$000					
	Grat.	Idem.....	2:000\$000					46:000\$000

Argentina

1 Consul Geral de 1ª classe em Buenos Aires.....	Ord..	Dec. n. 14.058 de 11 de fevereiro de 1920.....	9:333\$333					
	Grat.	Idem.....	4:666\$667					
1 Consul de 2ª classe adjunto em Buenos Aires.....	Ord..	Idem.....	4:000\$000					
	Grat.	Idem.....	2:000\$000					
1 Consul de 1ª classe no Rosario de Santa Fé.....	Ord..	Idem.....	5:333\$333					
	Grat.	Idem.....	2:666\$667					
1 Consul de 1ª classe em Posadas	Ord..	Idem.....	5:333\$333					
	Grat.	Idem.....	2:666\$667					
1 Consul de 2ª classe em Alvear.	Ord..	Idem.....	4:000\$000					
	Grat.	Idem.....	2:000\$000					
1 Consul de 2ª classe em Paso de los Libres.....	Ord..	Idem.....	4:000\$000					
	Grat.	Idem.....	2:000\$000					
1 Consul de 2ª classe em Santo Tomé.....	Ord..	Idem.....	4:000\$000					
	Grat.	Idem.....	2:000\$000					
1 Consul de 2ª classe em La Plata.....	Ord..	Idem.....	4:000\$000					
	Grat.	Idem.....	2:000\$000					60:000\$000

Austria

1 Consul de 1ª classe em Vienna.	Ord..		5:333\$333					
	Grat.		2:666\$667					8:000\$000

Belgica

1 Consul Geral de 1ª classe em Antuerpia.....	Ord..	Dec. n. 14.053, de 11 de fevereiro de 1920.....	9:333\$333					
	Grat.	Idem.....	4:666\$667					

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	CONSOLIDADA		VARIÁVEL		TOTAL			
		Ouro	Papel	Ouro	Papel	Consolidada		Variável	
						Ouro	Papel	Ouro	Papel
1 Consul de 2ª classe adjunto em Antuerpia.....	Ord.. Lei n. 4.555 de 10 de agosto de 1922.....	4:000\$000							
	Grat.	2:000\$000							
1 Consul de 1ª classe em Bruxellas.....	Ord.. Idem.....	5:333\$333				28:000\$000			
	Grat.	2:666\$667							
Bolivia									
1 Consul de 1ª classe em Porto Sucre.....	Ord..	5:333\$333							
	Grat.	2:666\$667							
	Grat. suppl.	6:000\$000							
1 Consul de 1ª classe em Cobija.	Ord.. Dec. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920.....	5:333\$333							
	Grat. Idem.....	2:666\$667				23:000\$000			
	Grat. suppl. Idem.....	6:000\$000							
Chile									
1 Consul Geral de 1ª classe em Valparaiso.....	Ord..	9:333\$333							
	Grat.	4:666\$667							
1 Consul de 2ª classe, adjunto, em Valparaiso.....	Ord..	4:000\$000				20:000\$300			
	Grat.	2:000\$000							
China									
1 Consul Geral de 2ª classe em Shanghai.....	Ord..	8:000\$000				12:000\$000			
	Grat.	4:000\$000							

Dantzig (Cidade Livre de)

1 Consul de 1ª classe em Dantzig.....

Ord.. Lei n. 4.555 de 10 de agosto de 1922.....
Grat. Idem.....

5:333\$333
2:666\$667

8:000\$000

Dinamarca

1 Consul de 2ª classe em Copenhagen.....

Ord.....
Grat.....

4:000\$000
2:000\$000

6:000\$000

Egypto

1 Consul de 2ª classe em Alexandria.....

Ord.. Dec. n. 14.053 de 11 de fevereiro 1920.....
Grat.
Grat. suppl.

4:000\$000
2:000\$000
1:000\$000

7:000\$000

Estados Unidos da America

1 Consul Geral de 1ª classe em Nova York.....

Ord.....
Grat.....

Idem.....
Idem.....

9:333\$333
4:666\$667

1 Consul de 2ª classe adjunto em Nova York.....

Ord.....
Grat.....

Idem.....
Idem.....

4:000\$000
2:000\$000
1:000\$000

1 Consul de 2ª classe em Nova Orleans.....

Ord.....
Grat.....

Idem.....
Idem.....

8:000\$000
4:000\$000

1 Consul Geral de 2ª classe em Norfolk.....

Ord.....
Grat.....

Dec. n. 14.053 de 11 de fevereiro de 1920.....
Idem.....

8:000\$000
4:000\$000

1 Consul de 1ª classe em Chicago.....

Ord.....
Grat.....

Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922.....
Idem.....

5:333\$333
2:666\$667

1 Consul de 1ª classe em Philadelphia.....

Ord.....
Grat.....

Idem.....
Idem.....

5:333\$333
2:666\$667

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	CONSOLIDADA		VARIÁVEL		TOTAL			
		Ouro	Papel	Ouro	Papel	Consolidada		Variável	
						Ouro	Papel	Ouro	Papel
1 Consul de 1ª classe em Baltimore.....	Ord..	5:333\$333				69:000\$000			
	Grat..	2:666\$667							
Finlândia									
1 Consul de 2ª classe em Helsingfors.....	Ord..	4:000\$000				6:000\$000			
	Grat..	2:000\$000							
França e Possessões									
1 Consul Geral de 1ª classe em Paris.....	Ord..	9:333\$333							
	Grat..	4:666\$667							
1 Consul de 2ª classe adjunto em Paris.....	Ord..	4:000\$000							
	Grat..	2:000\$000							
	Grat. suppl.	1:000\$000							
1 Consul Geral de 1ª classe no Havre.....	Ord..	9:333\$333							
	Grat..	4:666\$667							
1 Consul de 2ª classe adjunto no Havre.....	Ord..	4:000\$000							
	Grat..	2:000\$000							
1 Consul Geral de 2ª classe em Bordéus.....	Ord..	8:000\$000							
	Grat..	4:000\$000							
1 Consul de 1ª classe em Boulogne-sur-Mer.....	Ord..	5:333\$333							
	Grat..	2:666\$667							

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	CONSOLIDADA		VARIÁVEL		TOTAL			
		Ouro	Papel	Ouro	Papel	Consolidada		Variável	
						Ouro	Papel	Ouro	Papel
1 Consul de 1ª classe em Southampton.....	Ord..	Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922.....	5:333\$333						
	Grat.	Idem.....	2:666\$667						
1 Consul de 2ª classe em Calcutta.....	Ord..	Dec. n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920.....	4:000\$000						
	Grat.	Idem.....	2:000\$000						
1 Consul de 2ª classe em Halifax.....	Ord..	Idem.....	4:000\$000						
	Grat.	Idem.....	2:000\$000						
1 Consul de 2ª classe em Barbados.....	Ord..	Dec. n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920.....	4:000\$000						
	Grat.	Idem.....	2:000\$000						
1 Consul de 2ª classe em Bombaim.....	Ord..	Idem.....	4:000\$000						
	Grat.	Idem.....	2:000\$000						
1 Consul de 2ª classe em Cap-town.....	Ord..	Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922.....	5:333\$333						
	Grat.	Idem.....	2:666\$667			105:000\$000			
Hespanha									
1 Consul Geral de 1ª classe em Barcelona.....	Ord..	Dec. n. 14.053, de 11 de fevereiro de 1920.....	9:333\$333						
	Grat.	Idem.....	4:666\$667						
1 Consul de 2ª classe adjunto em Barcelona.....	Ord..	Idem.....	4:000\$000						
	Grat.	Idem.....	2:000\$000						
1 Consul de 1ª classe em Cadiz..	Ord..	Idem.....	5:333\$333						
	Grat.	Idem.....	2:666\$667						
1 Consul de 1ª classe em Vigo..	Ord..	Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922.....	5:333\$333						
	Grat.	Idem.....	2:666\$667			36:000\$000			

Hollanda

1 Consul Geral de 2ª classe em Amsterdam.....	Ord..	Dec. n. 12.996, de 24 de abril de 1920.....	8:000\$000				
	Grat.	Idem.....	4:000\$000				
1 Consul de 1ª classe em Rotterdam.....	Ord..	Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922.....	5:333\$333				
	Grat.	Idem.....	2 666\$667				20:030\$000

Italia

1 Consul Geral de 1ª classe em Genova.....	Ord..	Dec. n. 11.053, de 11 de fevereiro de 1920.....	9:333\$333				
	Grat.	Idem.....	4:666\$667				
1 Consul de 2ª classe adjunto em Genova.....	Ord..	Idem.....	4:000\$000				
	Grat.	Idem.....	2:000\$000				
1 Consul de 1ª classe em Trieste.	Ord..	Idem.....	5:333\$333				
	Grat.	Idem.....	2:666\$667				
1 Consul de 1ª classe em Napoles.....	Ord..	Idem.....	8:000\$000				
	Grat.	Idem.....	4:000\$000				
1 Consul de 1ª classe em Roma.	Ord..	Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922.....	5:333\$333				
	Grat.	Idem.....	2:666\$667				
1 Consul de 2ª classe em Livorno.....	Ord..	Dec. n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920.....	4:000\$000				
	Grat.	Idem.....	2:000\$000				
1 Consul de 2ª classe em Milão.	Ord..	Idem.....	4:000\$000				
	Grat.	Idem.....	2:000\$000				60:000\$000

Japão

1 Consul Geral de 2ª classe em Yokohama.....	Ord..	Dec. n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920.....	8:000\$000				
	Grat.	Idem.....	4:000\$000				
1 Consul de 1ª classe em Kobe..	Ord..	Idem.....	5:333\$333				
	Grat.	Idem.....	2:666\$667				20:000\$000

Mexico

1 Consul de 2ª classe em Tampico.....	Ord..	Dec. n. 4.555, de 10 de agosto de 1922.....	4:000\$000				
	Grat.	Idem.....	2:000\$000				6:000\$000

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	CONSOLIDADA		VARIÁVEL		TOTAL			
		Ouro	Papel	Ouro	Papel	Consolidada		Variável	
						Ouro	Papel	Ouro	Papel
Noruega									
1 Consul de 1ª classe em Christiania.....	Ord..	Dec. n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920.....	5:333\$333						
	Grat.	Idem.....	2:666\$967			8:000\$000			
Paraguay									
1 Consul Geral de 2ª classe em Assumpção.....	Ord..	Idem.....	8:000\$000						
	Grat.	Idem.....	4:000\$000			12:000\$000			
Perú									
1 Consul de 1ª classe em Iquitos.	Ord..	Idem.....	5:333\$333						
	Grat.	Idem.....	2:666\$967						
	Grat. suppl.	Idem.....	6:000\$000						
1 Consul de 2ª classe adjuncto em Iquitos.....	Ord..	Idem.....	4:000\$000						
	Grat.	Idem.....	2:000\$000			20:000\$000			
Polonia									
1 Consul de 2ª classe em Varsovia.....	Ord..		4:000\$000						
	Grat.		2:000\$000			6:000\$000			
Panamá									
1 Consul de 1ª classe em Panamá.....	Odr..		5:333\$333						
	Grat.		2:666\$967			8:000\$000			

Portugal

1 Consul Geral de 1ª classe em Lisboa.....	Ord..	Dec. n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920.....	9:333\$333					
	Grat.	Idem.....	4:666\$667					
1 Consul de 2ª classe adjunto em Lisboa.....	Ord..	Idem.....	4:000\$000					
	Grat.	Idem.....	2:000\$000					
1 Consul Geral de 2ª classe no Porto.....	Ord..	Idem.....	8:000\$000					
	Grat.	Idem.....	4:000\$000					
1 Consul de 2ª classe adjunto no Porto.....	Ord..	Idem.....	4:000\$000					
	Grat.	Idem.....	2:000\$000					
1 Consul de 2ª classe em Funchal (Ilha da Madeira).....	Ord..	Idem.....	4:000\$000					
	Grat.	Idem.....	2:000\$000					44:000\$000

Romania

1 Consul de 1ª classe em Bucarest.....	Ord..	Idem.....	4:000\$000					
	Grat.	Idem.....	2:000\$000					6:000\$000

Suecia

1 Consul de 1ª classe em Gothemburgo.....	Ord..	Dec. n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920.....	5:333\$333					
	Grat.	Idem.....	2:666\$667					8:000\$000

Suissa

1 Consul Geral de 2ª classe em Genebra.....	Ord..	Idem.....	8:000\$000					
	Grat.	Idem.....	4:000\$000					
1 Consul de 1ª classe em Zurich.	Ord..	Idem.....	8:000\$000					
	Grat.	Idem.....	4:000\$000					24:000\$000

Tcheco-Slovaquia

1 Consul de 2ª classe em Praga.	Ord..	Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922.....	4:000\$000					
	Grat.	Idem.....	2:000\$000					6:000\$000

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	CONSOLIDADA		VARIÁVEL		TOTAL			
		Ouro	Papel	Ouro	Papel	Consolidada		Variável	
						Ouro	Papel	Ouro	Papel
Uruguay									
1 Consul Geral de 1ª classe em Montevideo.....	Ord.. Dec. n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920.....	9:333\$333							
	Grat. Idem.....	4:666\$667							
1 Consul de 2ª classe adjunto em Montevideo.....	Ord..	4:000\$000							
	Grat.	2:000\$000							
1 Consul de 1ª classe em Salto..	Ord.. Dec. n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920.....	5:333\$333							
	Grat. Idem.....	2:666\$667							
1 Consul de 1ª classe em Rivera.	Ord.. Idem.....	5:333\$333							
	Grat. Idem.....	2:666\$667							
1 Consul de 2ª classe em Artigas	Ord.. Idem.....	4:000\$000							
	Grat. Idem.....	2:000\$000							
1 Consul de 2ª classe em Melo...	Ord.. Idem.....	4:000\$000							
	Grat. Idem.....	2:000\$000							
1 Consul de 2ª classe em Paysandu.....	Ord.. Idem.....	4:000\$000							
	Grat. Idem.....	2:000\$000							
1 Consul de 2ª classe em Rio Branco.....	Ord.. Idem.....	4:000\$000							
	Grat. Idem.....	2:000\$000							
1 Consul de 2ª classe em Santa Rosa.....	Ord.. Idem.....	4:000\$000							
	Grat. Idem.....	2:000\$000				66:000\$000			
ADDIDOS COMMERCIAES									
Para seis addidos commerciaes.....	Ord.. Idem.....	48:000\$000							
	Grat. Idem.....	24:000\$000				72:000\$000			

INSPECTORES DE CONSULADOS

Para tres Inspectores de Consulados.....

Ord..
Grat.

Idem.....
Idem.....

23:000\$000
14:000\$000

42:000\$000

AUXILIARES DE CONSULADOS

Para 23 auxiliares dos Consulados geraes de Buenos Aires, Nova-York, Paris e Londres a 3:600\$ a cada um.....

Ord..
Grat.

Idem.....
Idem.....

55:200\$000
27:600\$000

Para 37 auxiliares dos outros Consulados a 3:000\$ a cada um.....

Ord..
Grat.

Idem.....
Idem.....

174:000\$000
87:000\$000

343:800\$000

EVENTUAES DE VENCIMENTOS DE PESSOAL

Para occorrer ao pagamento de gratificações addicionaes de que trata o artigo 36 do Decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, e ao pagamento de gratificações a empregados extraordinarios, como sejam interpretes, dactylographos, escripturarios e archivistas, que forem necessarios durante o exercicio; e incluindo a gratificação de 1:280\$, ouro, para o interprete do consulado em Gothemburgo e de 3:000\$, ouro, para os consules honorarios em Dresden e Swansea a 1.500\$, ouro, a cada um, e dos auxiliares mandados servir interinamente nos Consulados Geraes de Buenos Aires, Nova York, Paris e Londres..

60:000\$000

60:000\$000

PORCENTAGENS SOBRE VENCIMENTOS

Para attender ao augmento de 25% nos vencimentos dos funcionarios do corpo consular em exercicio.....

340:250\$000

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	CONSOLIDADA		VARIÁVEL		TOTAL			
		Ouro	Papel	Ouro	Papel	Consolidada		Variável	
						Ouro	Papel	Ouro	Papel
MATERIAL									
Expediente, aluguel de casas, contínuos, porteiros de Consulados e Consulados de 2ª classe e remessa de segundas vias de Facturas Consulares à Estatística Commercial, especificados de accôrdo com a Lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917.									
ALUGUEL DE CHANCELLARIAS									
Para os alugueis das Chancellarias dos seguintes Consulados:									
Buenos Aires.....				8:000\$000					
Nova York.....				3:000\$000					
Londres.....				3:666\$667					
Montevideo.....				2:700\$000					
Paris e Havre a 2:200\$000 cada um.....				6:600\$000					
Hamburgo.....				2:000\$000					
Liverpool.....				1:778\$389					
Nova Orleans.....				1:633\$200					
Chicago.....				1:600\$000					
Rosario de Sante Fé.....				1:500\$000					
Bucarest, Baltimore Marselha e Amsterdam, a 1:400\$ cada um.....				5:600\$000					
Valparaíso.....				1:366\$667					
Salto e Iquitos, Antuerpia, Lisboa, Genova, Cobija, Porto Sucre, Norfolk, Berlim, Philadelphia, Lyon e Bruxellas a 1:200\$ cada um.....				14:400\$000					
Barcelona, Zurich e Helsingfors 1:066\$667 cada um.....				3:200\$000					

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	CONSOLIDADA		VARIÁVEL		TOTAL			
		Ouro	Papel	Ouro	Papel	Consolidada		Variável	
						Ouro	Papel	Ouro	Papel
Rivera, Chicago, Paso de los Libres, Dakar, La Rochelle-Pallice e Boulogne-sur-Mer, a 400\$ cada um.....				7:200\$000					
Na Tcheco Slovaquia.....				300\$000					
Dantzig, Alexandria, Vienna, Cherburgo, Funchal, Munich, Malaga e Swansea, a 240\$ cada um.....				1:920\$000					
Alvear, Artigas, Melo, Paysandú, Cayenna, Rio Branco, Santa Rosa, S. Thomé, a 150\$ cada um.....				1:200\$000					
Braga, S. Vicente, Cannes, Terra Nova, Stockholm, Copenhagen, Coimbra e Gibraltar, a 120\$ cada um.....				960\$000				53:930\$000	
FACTURAS CONSULARES									
Para as despesas com a remessa de facturas consulares á Estatística Commercial, dos seguintes Consulados:									
Nova York.....				500\$000					
Liverpool.....				350\$000					
Paris e Buenos Aires, 300\$ cada um.....				400\$000					
Montevideo.....				150\$000					
Porto.....				120\$000					
Hamburgo e Lisboa, a 100\$ cada um.....				200\$000					
Manchester e Bordéus, 50\$ cada um.....				100\$000					
Londres.....				40\$000					
Amsterdam, Barcelona, Havre, e Marselha, 36\$ cada um.....				144\$000					
Napoles.....				30\$000					
Cardiff, Genebra, Rosario de Santa Fé, Southampton, Bremen, Norfolk e Antuerpia, a 20\$ cada um.....				140\$000					
Genova.....				80\$000					
Cadiz.....				15\$000				2:260\$000	

DESPESAS DOS VICE-CONSULADOS NÃO REMUNERADOS

Para despesas de expediente dos Vice-Consulados não remunerados, sujeitos aos Consulados Geraes:

em Liverpool.....				500\$000				
> Genova.....				180\$000				
> Buenos Aires.....				160\$000				
> Assumpção.....				150\$000				
> Lisboa.....				100\$000				
> Genebra.....				30\$000				1:120\$000

Para occorrer aos augmentos de alugueis de Chancellarias, de expediente, salarios a porteiros e continuos dos Consulados em que forem necessarios.

Lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921.....

15:000\$000

Total da verba.....

1.316:800\$000

530:141\$534

Verba 11ª (ouro)

Ajudas de custo

Para ajudas de custo de nomeações, remoções, exonerações, retiradas e expressos.....

Lei n. 4.242 de 5 de janeiro de 1921.....

300:000\$000

Verba 12ª (ouro)

Extraordinarias no exterior

Para soccorros a brasileiros providamente desvalidos em paizes estrangeiros; para occorrer ás despesas de viagens e differenças de cambio, bem como ás resultantes de compromissos internacionaes e outras despesas eventuaes.....

150:000\$000

Verba 13ª

Expansão economica

1ª CONSIGNAÇÃO (PAPEL)

Para despesas de impressão, publicação e divulgação do boletim do Ministerio.....

50:000\$000

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	CONSOLIDADA		VARIÁVEL		TOTAL			
		Ouro	Papel	Ouro	Papel	Consolidada		Variável	
						Ouro	Papel	Ouro	Papel
Para despesas com aquisição de revistas economicas e commerciaes, jornaes, publicações de propaganda, para serem distribuidas pelas Embaixadas, Legações e Consulados.....					30:000\$000				80:000\$000
2ª CONSIGNAÇÃO (OURO)									
Para despesas relativas á expansão economica, commercial e industrial do Brasil, a cargo das Embaixadas Legações e dos Consulados brasileiros, bem como para attender a serviços de propaganda e defesa do Brasil no estrangeiro.....								100:000\$000	
Verba 14ª (papel)									
Comissões de Limites									
Para os trabalhos de comissões de limites, sendo 150:000\$ especialmente destinados aos da caracterização dos limites com a Republica Oriental do Uruguay.....									600:000\$000

Art. 26. E' o Governo autorizado :

1. A reorganizar os serviços de Expansão Economica e Propaganda no Estrangeiro, aproveitando os elementos dos Ministerios do Exterior e da Agricultura, e applicando nesse serviço, independentemente, o pessoal e as verbas votadas em cada um dos orçamentos.
2. A despendar até a quantia de 20:000\$000, para adquirir os objectos de arte e moveis que se acham na embaixada em Lisboa, e que a ella não pertencem, feita a devida avaliação.
3. A rever os regulamentos approvados pelos decretos ns. 11.053, 11.057 e 11.053, todos de 11 de fevereiro de 1921 polendo reorganizar, sem augmento de despesa, os serviços da Secretaria de Estado, do Corpo Diplomatico e do Corpo Consular, e, devendo tambem, mandar proceder a uma nova consolidação das leis referentes aos alludidos serviços.

Art. 27. Continúa em vigor o art. 27 da lei n. 4.551, de 10 de agosto de 1922.

Art. 23. Poderão ser aproveitados, independente de concurso e de outras formalidades, para os lugares de consules de 2ª classe, os actuaes auxiliares de consulado, que tiverem mais de cinco annos de serviço; para os de terceiros officiaes da Secretaria de Estado, os addidos existentes em 1913 e que contarem mais de um anno de exercicio gratuito prestado á mesma Secretaria; e para os de segundo secretario de Legação, os addidos de Legação que nessa qualidade serviram durante a guerra.

N. 6

Resumo das tabellas da proposta do orçamento da despesa do Ministerio das Relações Exteriores para o exercício de 1924

NUMERO	VERBAS	PAPEL		OURO	
		Fixa	Variavel	Fixa	Variavel
1	Secretaria de Estado.....	911:444\$000	815:713\$500		
2	Corpo diplomatico.....			1.325:000\$000	797:555\$555
3	Corpo consular.....			1.311:800\$000	589:571\$423
4	Recepções officiaes.....		300:000\$000		
5	Congressos e Conferencias.....				350:000\$000
6	Serviço telegraphico.....		200:000\$000		
6	» »				200:000\$000
7	Repartições internacionaes.....				462:438\$879
8	Ajudas de custo.....				450:000\$000
9	Extraordinarias do Exterior.....				600:000\$000
10	Expansão Economica (1ª).....		80:000\$000		
10	» » (2ª).....				240:000\$000
11	Commissões de limites.....		800:000\$000		
		911:444\$000	2.195:713\$500	2.634:800\$000	3.689:565\$857

Recapitulação

Total papel.....	3.107:157\$500
Total ouro.....	6.324:365\$857

Proposta do orçamento do Ministerio das Relações Exteriores para 1924

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA		SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA PAPEL	
					FIXA	VARIÁVEL
		Verba 1ª (papel)				
		Secretaria de Estado				
		(Legislação: Decreto n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920; Lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921; Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922; Lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923).				
		PRIMEIRA PARTE — PESSOAL				
		1ª CONSIGNAÇÃO				
		Vencimentos do Pessoal				
1	1	Ministro de Estado.....	Ord. 24:000\$000 Rep. 18:000\$000	42:000\$000		
2	2	Directores Geraes.....	Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 3:000\$000 21:000\$000	42:000\$000		
3	1	Consultor Juridico.....	Ord. 16:000\$000 Grat. 8:000\$000	24:000\$000		
4	8	Directores de Secção.....	Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 Rep. 1:800\$000 13:800\$000	110:400\$000		
5	12	Primeiros Officiaes.....	Ord. 6:400\$000 Grat. 3:200\$000 9:600\$000	115:200\$000		
6	12	Segundos Officiaes.....	Ord. 4:800\$000 Grat. 2:400\$000 7:200\$000	86:400\$000		
7	18	Terceiros Officiaes.....	Ord. 3:600\$000 Grat. 1:800\$000 5:400\$000	97:200\$000		
8	1	Cartographo.....	Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000	6:000\$000		
9	1	Calligrapho.....	Ord. 3:200\$000 Grat. 1:600\$000	4:800\$000		
10	1	Conservador do Archivo e Bibliotheca.....	Ord. 3:200\$000 Grat. 1:600\$000	4:800\$000		

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA		SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA PAPEL	
					FIXA	VARIAVEL
11	1	Ajudante do Conservador..	Ord. 2:200\$000 Grat. 1:200\$000	3:600\$000		
12	1	Zelador da Mappotheca....	Ord. 2:400\$000 Grat. 1:200\$000	3:600\$000		
13	1	Porteiro.....	Ord. 6:000\$000 Grat. 3:000\$000	9:000\$000		
14	1	Ajudante de Porteiro.....	Ord. 4:600\$000 Grat. 2:300\$000	6:900\$000		
15	10	Continuos.....	Ord. 3:600\$000 Grat. 1:800\$000 5:400\$000	54:000\$000		
16	2	Correios.....	Ord. 3:600\$000 Grat. 1:800\$000 5:400\$000	10:800\$000		
17	1	Secretario do Ministro.....	Grat. 12:000\$000	12:000\$000		
18	1	Chefe do Gabinete do Mi- nistro.....	Grat. 8:000\$000	8:000\$000		
19	3	Officiaes de Gabinete do Ministro.....	Grat. 6:000\$000	18:000\$000		
20	4	Auxiliares de Gabinete do Ministro.....	Grat. 4:800\$000	19:200\$000		
21	2	Auxiliares dos Directores Geraes.....	Grat. 2:400\$000	4:800\$000		
22	3	Continuos do Gabinete do Ministro.....	Grat. 1:200\$000	3:600\$000		
23	1	Gratificação Especial para o Director da Contabili- dade.....	Grat. 6:000\$000	6:000\$000		
24	1	Gratificação de um Guarda Livros para a Contabili- dade do Ministro.....	Grat. 6:000\$000	6:000\$000		
25	20	Serventes.....	Ord. 2:400\$000 Grat. 1:200\$000 3:600\$000	72:000\$000		
26	10	Dactylographos.....	Grat. 3:600\$000	36:000\$000		
27	1	Telephonista.....	Grat. 3:600\$000	3:600\$000		
28	2	Motoristas.....	Grat. 4:200\$000	8:400\$000		
29	1	Ajudante de motorista.....	Grat. 2:400\$000	2:400\$000		
30	1	Ajudante de Motorista.....	Grat. 2:250\$000	2:250\$000		

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA PAPEL	
				FIXA	VARIÁVEL
31	1	Cocheiro..... Grat. 3:000\$000	3:000\$000		
32	1	Ajudante de cocheiro..... Grat. 2:250\$000	2:250\$000		
33	1	Lavador de carros..... Grat. 2:160\$000	2:160\$000		
34	2	Jardineiros..... Grat. 2:250\$000	4:500\$000		
35	1	Jardineiro..... Grat. 1:800\$000	1:800\$000		
36	1	Electricista..... Grat. 3:600\$000	3:600\$000		
37	1	Ajudante de electricista.... Grat. 1:200\$000	1:200\$000	841:460\$000	
2ª CONSIGNAÇÃO					
38		Diárias dos Correios a 2\$ a diária.....	1:464\$000		
39		Redacção do Boletim do Ministerio do Exterior..	12:000\$000		
40		Diárias dos plantões da Secretaria de Estado a 10\$ a diária.....	7:320\$000	20:784\$000	
3ª CONSIGNAÇÃO					
41		Gratificações por serviços extraordinarios prestados pelos funcionarios do Ministerio ou do Gabinete do Ministro e prorrogação do expediente da Directoria da Contabilidade.....	25:000\$000		
42		Gratificações pela Redacção do Relatorio.....	12:000\$000		
43		Diferença de vencimentos por substituições....	22:000\$000		
44		Gratificações por serviços extraordinarios prestados ao Ministerio por pessoas extranhas ao quadro do respectivo functionalismo.....	50:000\$000		109:000\$000
4ª CONSIGNAÇÃO					
45		Gratificação adicional por tempo de serviço ao Director Geral Arthur Eduardo Raoux Briggs (art. 157 da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922).....		8:400\$000	
5ª CONSIGNAÇÃO					
46		Fardamento do pessoal da Portaria.....			20:000\$000
6ª CONSIGNAÇÃO					
47		Conducção do Ministro.....		12:000\$000	
7ª CONSIGNAÇÃO					
Addidos					
48	1	Secretario Geral Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro. Ord. 16:000\$000 Grat. 8:000\$000	24:000\$000		
49	1	Conservador do Material Anibal Quintiliano da Silva. Ord. 3:200\$000 Grat. 1:600\$000	4:800\$000	28:800\$000	

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA PAPEL	
				FIXA	VARIAVEL
		8ª CONSIGNAÇÃO			
50		Para o pagamento do augmento provisorio de que trata o art. 150 da lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922.....			139:213\$500
		Totaes da parte « PESSOAL » da Verba 1ª.....		911:444\$000	268:213\$500
		SEGUNDA PARTE — MATERIAL			
		1ª CONSIGNAÇÃO			
		<i>Material permanente</i>			
1		Compra de moveis e de material de uso permanente para o expediente e serviço da Secretaria de Estado.....	30:000\$000		
2		Compra de livros e publicações, encadernação de livros e jornaes destinados á bibliotheca ou ao serviço permanente de consultas do Ministerio.....	10:000\$000		
3		Para obras e reparos nos edificios da Secretaria de Estado.....	50:000\$000		90:000\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO			
		<i>Material de consumo</i>			
4		Para concerto de moveis, automoveis e objectos pertencentes á Secretaria de Estado.....	48:000\$000		
5		Acquisição de objectos necessarios ao expediente da Secretaria de Estado.....	48:000\$000		
6		Conservação do jardim e asseio da casa e despesa da garage.....	48:000\$000		144:000\$000
		3ª CONSIGNAÇÃO			
		<i>Despesas diversas de material</i>			
7		Consumo de gaz e força electrica.....	24:000\$000		
8		Serviço telephonico.....	17:500\$000		
9		Despesas do Gabinete do Ministro.....	20:000\$000		
10		Condução de empregados em serviço.....	5:000\$000		
11		Carretos e transportes de material e espolios.....	3:000\$000		
12		Despesas miudas.....	5:000\$000		
13		Para despesas eventuaes de material.....	25:000\$000		99:500\$000
		4ª CONSIGNAÇÃO			
		<i>Serviços industriaes do Estado</i>			
14		Imprensa Nacional — Contas de fornecimentos e publicações.....	80:000\$000		
15		Estrada de Ferro Central do Brasil — Passagens e transportes por conta do Ministerio.....	24:000\$000		
16		Directoria Geral dos Correios — Franquia da correspondencia official para o exterior da Republica.....	35:000\$000		
17		Repartição Geral dos Telegraphos — Transmissão de telegrammas interiores por conta do Ministerio.....	35:000\$000		
18		Casa da Moeda — Fornecimentos de estampilhas consulares.....	40:000\$000		214:000\$000
		Total da parte « Material » da Verba 1ª.....			547:500\$000
		Totaes da Verba 1ª.....		911:444\$000	815:713\$500

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
		Verba 2ª (ouro)			
		Corpo Diplomático			
		<i>Legislação</i> : Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918; Lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919; Lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920; Decreto n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920; Lei n. 4.156, de 15 de outubro de 1920; Lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921; Decreto n. 14.692, de 24 de fevereiro de 1921; Decreto n. 14.733, de 23 de março de 1921; Decreto n. 15.410, de 23 de março de 1922; Decreto n. 15.558, de 12 de julho de 1922; Decreto n. 15.559, de 12 de julho de 1922; Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922; Decreto n. 15.751, de 23 de outubro de 1922; Lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1922, e Decreto n. 16.028, de 30 de abril de 1923.			
		PRIMEIRA PARTE — PESSOAL			
		1ª CONSIGNAÇÃO			
		<i>Vencimentos do pessoal</i>			
1	3	Embaixadores nos Estados Unidos da America, na Gran-Bretanha e na França. Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 35:000\$000			
		53:000\$000	159:000\$000		
2	1	Embaixador na Italia..... Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 25:000\$000			
		43:000\$000	43:000\$000		
3	4	Embaixadores na Argentina, na Belgica, em Portugal e na Santa Sé..... Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 22:000\$000			
		40:000\$000	160:000\$000		
4	1	Embaixador no Chile..... Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 16:000\$000			
		34:000\$000	34:000\$000		
5	2	Embaixadores no Mexico e no Japão..... Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 12:000\$000			
		30:000\$000	60:000\$000		
6	1	Ministro no Uruguay..... Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 15:000\$000			
		30:000\$000	30:000\$000		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA			SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
						FIXA	VARIÁVEL
7	1	Ministro no Paraguay.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 11:000\$000	26:000\$000	26:000\$000		
8	7	Ministros na Allemanha, na Bolivia, na China, na Hes- panha, no Perú, na Suecia e na Suissa.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 10:000\$000	25:000\$000	175:000\$000		
9	1	Ministro em Cuba e na America Central.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 9:000\$000	24:000\$000	24:000\$000		
10	3	Ministros na Austria, Hol- landa e Polonia.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 7:000\$000	22:000\$000	66:000\$000		
11	1	Ministro Residente na No- ruega.....	Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 Rep. 8:000\$000	20:000\$000	20:000\$000		
12	6	Ministros Residentes na Co- lombia, na Dinamarca, no Equador, na Grecia, na Tcheco-Slovaquia e na Ve- nezuela.....	Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 Rep. 6:000\$000	18:000\$000	108:000\$000		
13	23	Primeiros Secretarios dis- tribuidos um para a Alle- manha, Argentina, Aus- tria, Belgica, Bolivia, Chile, Estados Unidos, França, Gran-Bretanha, Hespa- nha, Hollanda, Italia, Mexico, Japão, Paraguay, Perú, Portugal, Polonia, Santa Sé, Suissa e Uru- guay e mais dous Pri- meiros Secretarios para servirem onde forem desig- nados.....	Ord. 5:333\$333 Grat. 2:666\$667	8:000\$000	184:000\$000		
14	39	Segundos Secretarios, ser- vindo dous em cada uma das Embaixadas nos Es- tados Unidos, na França,					

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
		na Gran-Bretanha, na Italia e em Portugal; um em cada das demais Em- baixadas e em cada uma das Legações Brasileiras e mais tres ayultos para servirem onde o Governo designar..... Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000 6:000\$000	234:000\$000	1.323:000\$000	
		2ª CONSIGNAÇÃO <i>Vencimentos addicionaes e eventuaes</i>			
15		Para pagamento de gratificações addicionaes de 2:000\$ annuaes aos Primeiros Secretarios que já attingiram cinco annos de serviço e de 4:000\$ annuaes aos que attingiram 10 annos de serviço neste posto, de accordo com o decreto n. 13.113, de 24 de julho de 1918.....	30:000\$000		
16		Para occorrer ao pagamento das gratificações addicionaes de que trata o art. 26 do decreto n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920, aos Encar- regados de Negocios quando os Chefes das Mis- sões não perdem as respectivas gratificações e representações.....	30:000\$000		
17		Para os interpretes, dactylographos, archivistas ou empregados extranumerarios emquanto ne- cessarios forem e bem servirem as Embaixadas e Legações, inclusive o pagamento de 3:600\$ de gratificação ao dactylographo-archivista da Embaixada na França e 3:200\$, ao interprete da Embaixada no Japão e 2:000\$ a cada um dos interpretes nas Legações na Noruega e na Dinamarca.....	30:000\$000		90:000\$000
		3ª CONSIGNAÇÃO <i>Porcentagens sobre vencimentos</i>			
18		Para attender ao augmento de 25 % nos venci- mentos dos funcionarios do Corpo Diplo- matico em exercicio.....			332:500\$000
		Totaes da parte «Pessoal» da Verba 2ª.....		1.323:000\$000	422:500\$000
		SEGUNDA PARTE — MATERIAL			
		1ª consignação (despesas diversas)			
		<i>Aluguel de Chancellarias</i>			
		Para o aluguel das casas para as Chancellarias das seguintes Embaixadas e Legações:			
1	1	Estados Unidos da America.....	40:000\$000		
2	1	Gran-Bretanha.....	25:000\$000		
3	1	Italia.....	20:111\$111		
4	2	Santa Sé e França cada uma.....	40:000\$000		
5	1	Portugal.....	16:000\$000		
6	1	Chile.....	15:000\$000		
7	3	Belgica, Mexico e Japão cada uma.....	30:000\$000		
8	1	Uruguay.....	13:500\$000		
9	1	Allemanha.....	12:444\$444		
10	1	Perú.....	10:000\$000		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
11	5	Austria, Hollanda, Cuba e America Central, Suissa e Hespanha a cada uma.....	8:000\$000	40:000\$000	
12	12	Paraguay, China, Polonia, Tcheco-Slovaquia, Bolivia, C o l o m b i a, Equador, Grecia, Noruega, Suecia, Dinamarca, Venezuela, a cada uma.....	5:000\$000	60:000\$000	322:055\$555
		2ª CONSIGNAÇÃO (despesas diversas)			
13		Conservação do predio e custeio do serviço da Embaixada na Argentina.....	12:000\$000		12:000\$000
		3ª CONSIGNAÇÃO (material de consumo)			
		Para o expediente das seguintes Embaixadas e Legações:			
14	1	Estados Unidos da America.....	4:000\$000		
15	4	França, Gran-Bretanha, Italia, Portugal a cada uma.....	3:500\$000	14:000\$000	
16	2	Chile e Republica Argentina a cada uma.....	2:000\$000	4:000\$000	
17	4	Santa Sé, Belgica, Mexico e Japão a cada uma.....	1:000\$000	4:000\$000	
18	3	Uruguay, Hollanda e Allemanha a cada uma.....	1:500\$000	4:500\$000	
19	2	Paraguay e Bolivia a cada uma.....	1:250\$000	2:500\$000	
20	2	Peru e Cuba a cada uma.....	1:000\$000	2:000\$000	
21	12	Austria, China Colombia, Equador, Grecia Hespanha, Noruega, Polonia, Suecia, Dinamarca, Tcheco-Slovaquia e Venezuela a cada uma	500\$000	6:000\$000	41:000\$000
		Total da parte «Material» da Verba 2ª.....			375:055\$555
		Total da Verba 2ª.....		1.323:000\$000	797:555\$555
		Verba 3ª (ouro)			
		Corpo Consular			
		Legislação : Lei n. 3.232 de 5 de janeiro de 1917 ; Decreto n. 14.058 de 11 de fevereiro de 1920 ; Decreto n. 12.096 de 24 de abril de 1920 ; Lei n. 4.242 de 5 de janeiro de 1921 ; Lei n. 4.555 de 10 de agosto de 1922 ; Lei n. 4.632 de 6 de janeiro de 1923.			
		PRIMEIRA PARTE — PESSOAL			
		1ª CONSIGNAÇÃO			
		<i>Vencimentos do pessoal</i>			
1	13	Consules Geraes de 1ª classe em Hamburgo, Buenos Aires, Antuerpia, Valparaíso, Nova York, Paris, Hayre, Liverpool, Londres, Barcelona, Génova, Lisboa e Montevideó.....	Ord. 9:333\$333 Grat. 4:666\$667		
			14:000\$000	182:000\$000	

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	SUB CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
2	12	Consules Geraes de 2ª classe em Bremen, Shanghai, Nova Orleans, Norfolk, Bordéas, Amsterdam, Yokohama, Assumpção, Porto, Genebra, Zurich e Napoles..... Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 12:000\$000	144:000\$000		
3	31	Consules de 1ª classe em Berlim, Rosario de Santa Fé, Posadas, Vienna, Bruxellas, Porto-Sucre, Cobija, Dantzig, Chicago, Philadelphia, Baltimore, Boulogne-sur-Mer, Kobe, Marselha, Lyon, Cardiff, Glasgow, Manchester, Southampton, Capetown, Cadiz, Vigo, Rotterdam, Trieste, Christiania, Iquitos, Panamá, Gothenburgo, Salto, Rivera e Roma..... Ord. 5:333\$333 Grat. 2:666\$667 8:000\$000	248:000\$000		
4	28	Consules de 2ª classe em Munich, Alvear, Paso de los Libres, Santo Tomé, La Plata, Copenhagen, Alexandria, Helsingfors, La Rochelle-Pallice, Dakar, Cayena, Calcuttá, Halifax, Barbados, Bombaim, Livorno, Milão, Cherburgo, Tampico, Varsovia, Funchal, Praga, Artigas, Melo, Paysandú, Rio Branco, Santa Rosa e Bukarest..... Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000 6:000\$000	168:000\$000		
5	15	Consules de 2ª classe Adjuntos em Hamburgo, Buenos Aires, Antuerpia, Valparaíso, Nova York, Paris, Liverpool, Londres, Barcelona, Genova, Lisboa, Porto, Montevideo, Iquitos e Havre..... Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000 6:000\$000	90:000\$000		
6	23	Auxiliares dos Consulados Geraes em Buenos Aires, Nova York, Paris e Londres..... Ord. 2:400\$000 Grat. 1:200\$000 3:600\$000	82:800\$000		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA		SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
					FIXA	VARIÁVEL
7	87	Auxiliares dos outros Consu- lados.....	Ord. Grat.	2:000\$000 1:000\$000 3:000\$000	261:000\$000	
8	3	Gratificações supplementares aos Consules em Iquitos, Porto Sucre, e Cobija a cada um.....		6:000\$000	18:000\$000	
9	1	Gratificação suplementar ao Consul em Cayena.....		4:000\$000	4:000\$000	
10	6	Addidos Commerciaes.....	Ord. Grat.	8:000\$000 4:000\$000 12:000\$000	72:000\$000	
11	3	Inspectores Consulares.....	Ord. Grat.	9:333\$333 4:666\$667 14:000\$000	42:000\$000	1.311:800\$000
2ª CONSIGNAÇÃO						
<i>Vencimentos eventuaes</i>						
12	5	Gratificaçõesaddicionaes aos Consules de 2ª classe em Alexandria, Paris, Liver- pool, Londres e Nova York a cada um.....		1:000\$000	5:000\$000	
13		Para occorrer ao pagamento de gratificações addicio- naes de que trata o art. 36 do Decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1922 e ao pagamento de gratifica- ções a empregados extra- ordinarios, como sejam in- terpretes, dactylographos, escripturarios e archivistas que forem necessarios du- rante o exercicio incluindo a gratificação de 1:280\$000, ouro, para o interprete do Consulado em Gothem- burgo e de 3:000\$000, ouro, para os Consules hono- rarios em Dresden e Swansea 1:500\$000, ouro a cada um dos Auxiliares mandados servir interina- mente nos Consulados Ge- raes em Buenos Aires, Nova York, Paris e Lon- dres.....			60:000\$000	65:000\$000
3ª CONSIGNAÇÃO						
<i>Porcentagem sobre vencimentos</i>						
14		Para attender ao augmento de 25 0/0 nos vencimentos dos funcionarios doCorpo Consular em exercicio.....			349:250\$000	349:250\$000
Totaes da parte « Pessoal » da Verba 3ª.....					1.311:800\$000	414:250\$000

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES		NUMERO DE REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
					FIXA	VARIÁVEL
SEGUNDA PARTE — MATERIAL						
1ª CONSIGNAÇÃO (DESPESAS DIVERSAS)						
Aluguel de chancellarias						
1	2		Buenos Ayres e Nova York cada um.....	8:000\$000	16:000\$000	
2	1		Londres.....		3:066\$667	
3	1		Montevideo.....		2:700\$000	
4	3		Paris, Havre e Bordéus cada um...	2:200\$000	6:600\$000	
5	1		Hamburgo.....		2:000\$000	
6	1		Liverpool.....		1:778\$889	
7	1		Nova Orleans.....		1:639\$200	
8	1		Chicago.....		1:600\$000	
9	1		Rosario de Santa Fé.....		1:500\$000	
10	4		Bucarest, Baltimore, Marselha e Amsterdam.....	1:400\$000	5:600\$000	
11	1		Valparaíso.....		1:366\$667	
12	10		Salto, Iquitos, Antuerpia, Lisboa, Genova, Norfolk, Berlim, Philadelphia, Lyon e Bruxellas.....	1:200\$000	12:000\$000	
13	3		Barcelona, Zurich e Helsingfors....	1:066\$667	3:200\$000	
14	35		Cobija, Porto Sucre, Calcuttá, Assumpção, Halifax, Porto Alvear, Artigas, Melo, Libres, Paysandú, Posadas, Rio Branco, Rivera, Santa Rosa, S. Tomé, Barbados, Bombaim, Glasgow, Southampton, La Rochelle-Pallice, Boulogne-sur-Mer, Cherburgo, Yokohama, Christiania, Gothemburgo, Napoles, Cadiz, Kobe, Vienna, Genebra, Milão, Swansea, Capetown, Panamá e Shanghai.....	1:000\$000	36:000\$000	
15	20		Livorno, Alexandria, Dakar, Trieste, Manchester, Vigo, Cardiff, Copenhagen, Bremen, Funchal, Rotterdam, Cayenna, La Plata, Munich, Roma, Dantzig, Stockholm, Tampico, Varsovia, e Praga a cada um.....	800\$000	16:000\$000	
16	1		Braga.....		500\$000	
17	2		S. Vicente e Gibraltar a cada um..	250\$000	500\$000	
18	1		Coimbra.....		200\$000	
				112:251\$423		
2ª CONSIGNAÇÃO (MATERIAL DE CONSUMO)						
Expediente dos Consulados de carreira e honorarios, a saber						
19	1		Nova York.....		4:000\$000	
20	1		Paris.....		3:700\$000	
21	1		Liverpool.....		3:600\$000	
22	5		Hamburgo, Lisboa, Londres, Porto e Buenos Ayres a cada um.....	1:500\$000	7:500\$000	
23	5		Antuerpia, Genova, Havre, Bordéus e Montevideo a cada um.....	1:200\$000	6:000\$000	
24	2		Amsterdam e Marselha a cada um..	1:000\$000	2:000\$000	
25	6		Barcelona, Manchester, Norfolk, Nova Orleans, Napoles e Glasgow a cada um.....	800\$000	4:800\$000	
26	11		Assumpção, Cobija, Yokohama, Valparaíso, Genebra, Gothemburgo, Vigo, Berlim, Kobe, Southampton e Shanghai a cada um..	600\$000	6:600\$000	

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DE REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
27	14	Iquitos, Zurich, Halifax, Baltimore, Rotterdam, Posadas, Rosario de Santa Fé, Cardiff, Bremen, Trieste, Lyon, Philadelphia, Bruxellas e Capetown a cada um.....	500\$000	7:000\$000	
28	17	Salto, Livorno, Christiania, Helsingfors, Cadiz, Porto Sucre, Bukarest, Calcuttá, Milão, Barbados, Bombaim, Rivera, Chicago, Paso de los Libres, Dakar, La Rochelle-Pallice, e Boulogne-sur-Mer a cada um.....	400\$000	6:800\$000	
29	10	Dantzig, Alexandria, Cherburgo, Vienna, Funchal, Munich, Malaga, Panamá, Swansea e Roma a cada um.....	240\$000	2:400\$000	
30	12	Alvear, Artigas, Melo, Paysandú, Cayena, Rio Branco, Santa Rosa, S. Tomé, La Plata, Tampico, Varsovia e Praga a cada um....	150\$000	1:800\$000	
31	8	Braga, S. Vicente, Cannes, Terra-Nova, Stockholm, Copenhagen, Coimbra e Gibraltar a cada um...	120\$000	960\$000	57:160\$000
3ª CONSIGNAÇÃO (MATERIAL DE CONSUMO)					
<i>Despesas com as facturas consulares e respectivas remessas à Estatística Commercial</i>					
32	1	Nova York.....	750\$000		
33	2	Liverpool e Hamburgo, a cada um.	400\$000	800\$000	
34	2	Paris e Buenos Ayres, a cada um..	300\$000	600\$000	
35	2	Montevideo e Porto, a cada um...	150\$000	300\$000	
36	2	Lisboa e Genova, a cada um.....	100\$000	200\$000	
37	6	Manchester, Bordéas, Glasgow, Southampton, Londres e Napoles, a cada um.....	50\$000	300\$000	
38	11	Amsterdam, Barcelona, Havre, Marselha, Cardiff, Genebra, Bremen, Norfolk Antuerpia, Rosario de Santa Fé, Gothemburgo, a cada um.....	40\$000	440\$000	
39	6	Valparaíso, Shanghai, Nova Orleans, Yokohama, Assumpção e Zurich, a cada um.....	20\$000	120\$000	
40	12	Berlim, Cadiz, Vienna, Dantzig, Chicago, Philadelphia, Baltimore, Rotterdam, Vigo, Helsingfors, Milão e Funchal a cada um.....	15\$000	180\$000	3:690\$000
4ª CONSIGNAÇÃO (MATERIAL DE CONSUMO)					
<i>Expediente dos Vice-Consulados não remunerados</i>					
41	2	Liverpool e Nova York, a cada um.....	500\$000	1:000\$000	
42	1	Genova.....		180\$000	
43	4	Buenos Ayres, Barcelona, Hamburgo e Assumpção, a cada um.	160\$000	640\$000	
44	4	Lisboa, Porto, Genebra e Paris, a cada um.....	100\$000	400\$000	2:220\$000
Total da parte Material da Verba 3ª.....					175:321\$423
Totaes da Verba 3ª.....				1.311:800\$000	589:571\$423

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA PAPEL — VARIÁVEL	DESPESA OURO — VARIÁVEL
		Verba 4ª (papel) (MATERIAL DE DESPESAS DIVERSAS) Recepções officiaes Para despesas com a recepção e hospedagem e outras relativas a representantes de governos estrangeiros e hospedes illustres em visita ao Brasil.....		300:000\$000	
		Verba 5ª (ouro) Congressos e Conferencias 1ª CONSIGNAÇÃO (PESSOAL) Para representação do Brasil nos Congressos e Conferencias que se reunirem no exterior quando as respectivas representações forem nomeadas pelo Ministerio das Relações Exteriores.....			200:000\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO (PESSOAL) Para representação do Brasil nos Congressos e Conferencias que se reunirem no Exterior quando a representação official for da iniciativa dos demais Ministerios do Governo Federal.....			150:000\$000
		Total da verba.....			350:000\$000
		Verba 6ª Serviço telegraphico 1ª CONSIGNAÇÃO (PAPEL) (Despesas diversas) Telegrammas officiaes expedidos pela Secretaria de Estado pelos Cabos submarinos.....		200:000\$000	
		2ª CONSIGNAÇÃO (OURO) (Despesas diversas) Telegrammas officiaes expedidos pelas Embaixadas, Legações e Consulados.....			200:000\$000
		Totais da verba.....		200:000\$000	200:000\$000

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DAS REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA	
				VARIÁVEL — Papel	VARIÁVEL — Ouro
		Verba 7ª (ouro)			
		Repartições Internacionais			
		(MATERIAL DE DESPESAS DIVERSAS)			
		Para o pagamento, ao cambio par ouro, das contribuições com que o Brasil concorre para diversas Repartições Internacionais, sendo:			
1		Para a União Pan-Americana, 21.576 dollares e 27 centavos, moeda americana.....	41:314\$574		
2		Para o Instituto Internacional de Agricultura de Roma, além da contribuição fixa de 40.000 francos, moeda franceza, uma adicional de 60.000 francos, ou sejam 100.000 francos.....	35:300\$000		
3		Para a Repartição Internacional de Hygiene Publica em Paris, 20.000 francos, moeda franceza.	7:060\$000		
4		Para a Secretaria das Tarifas Aduaneiras em Bruxellas, 7.425 francos, moeda belga.....	2:621\$025		
5		Para o Congresso Internacional Permanente de Navegação, 2.000 francos, moeda franceza....	706\$000		
6		Para o Escritorio Internacional das Estradas de Ferro em Bruxellas, 1.000 francos, belgas...	353\$000		
7		Para a Liga das Nações duas prestações semestres de 476.938,96 francos, ouro, moeda franceza, no total de 951.877,92 francos, ouro.	348:826\$669		
8		Para o Instituto Internacional do Frio, em Paris, 12.000 francos, moeda franceza.....	4:236\$000		
9		Para a Corte de Arbitragem do Tribunal de Haya — despesa provavel 3.500 florins.....	2:572\$500		
10		Para o Instituto Internacional Commercial de Bruxellas — 10.000 francos, moeda belga.....	3:530\$000		
11		Para o Bureau Internacional de Berna, para a protecção dos direitos autoraes, 5.000 francos, moeda suissa.....	1:765\$000		
12		Para subvenções a Institutos Internacionais de Telegraphos.....	6:691\$444		
13		Para subvenção á Comissão permanente do Congresso Ferro Viario Sul-Americano.....	1:766\$500		
14		Para a Comissão permanente dos Congressos Internacionais de Sciencias Administrativas em Bruxellas, 1.500,00 francos, ouro, belga.....	529\$500		
15		Para a Camara de Commercio Belga-Brasileira...	2:500\$000		
16		Para a manutenção da Cadeira de Camões no King's College de Londres £ 300 annuaes.....	2:666\$667		462:438\$879
		Total da verba.....			462:438\$879
		Verba 8ª			
		Ajudas de custo			
		1ª CONSIGNAÇÃO (PESSOAL)			
		Para ajudas de custo de nomeações, remoções, exonerações e retiradas dos funcionarios do quadro do Ministerio do Exterior.....			300:000\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO			
		<i>(Material de diversas despesas)</i>			
		Para auxilios de viagem a funcionarios em férias extraordinarias ou por motivo de serviço.....			150:000\$000
		Total da verba.....			450:000\$000

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DAS REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA	
				VARIÁVEL — Papel	VARIÁVEL — Ouro
		Verba 9ª (ouro)			
		Extraordinárias no Exterior			
		1ª CONSIGNAÇÃO			
		(Material de diversas despesas)			
		Para despesas extraordinárias, inclusive as de caracter reservado decorrentes do serviço inter- nacional.....			300:000\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO			
		(Material de diversas despesas)			
		Para repatriações e socorros a brasileiros des- validos.....			50:000\$000
		3ª CONSIGNAÇÃO			
		(Material permanente)			
		Para instalações de Chancellarias Diplomáticas e Consulares e aquisição de material de uso permanente.....			50:000\$000
		4ª CONSIGNAÇÃO			
		(Pessoal)			
		Para attender a diferença de vencimentos dos funcionários do Ministério do Exterior.....			100:000\$000
		5ª CONSIGNAÇÃO			
		(Material de despesas diversas)			
		Para occorrer ao pagamento de possíveis diffe- renças de cambio.....			100:000\$000
		Total da verba.....			600:000\$000
		Verba 10ª			
		Expansão Economica			
		1ª CONSIGNAÇÃO (PAPEL)			
		(Material de consumo)			
1		Para despesas com aquisição de revistas econo- micas e commerciaes, jornaes e publicações de propaganda para serem distribuidas pelas Embaixadas, Legações e Consulados.....		30:000\$000	
2		Para impressão do Boletim do Ministério.....		50:000\$000	
		2ª CONSIGNAÇÃO (OURO)			
		(Material de diversas despesas)			
3		Para despesas relativas a expansão economica, commercial e industrial do Brasil, a cargo das			

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DAS REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA	
				VARIÁVEL — Papel	VARIÁVEL — Ouro
		Embaixadas, Legações e Consulados Brasileiros, bem como para attender a serviços de propaganda e defesa do Brasil no Estrangeiro..			240:000\$000
		Totais da verba.....		80:000\$000	240:000\$000
		Verba 11^a (papel)			
		Commissões de limites			
		1^a CONSIGNAÇÃO (PESSOAL)			
1		Para gratificações do pessoal que serve na caracterisação dos limites com a Republica Oriental do Uruguay.....	98:000\$000		
2		Para gratificações do pessoal que serve na caracterisação dos limites com a Republica do Perú.....	250:000\$000		
3		Para despesas e augmentos eventuaes do pessoal, que occorrerem durante o anno.....	50:000\$000	398:000\$000	
		2^a CONSIGNAÇÃO			
		<i>(Material de diversas despesas)</i>			
1		Para o material do serviço da caracterisação dos limites com a Republica do Uruguay.....	62:000\$000		
2		Para o material do serviço da caracterisação dos limites com a Republica do Perú.....	280:000\$000		
3		Para eventuaes do material das Commissões de Limites.....	60:000\$000	402:000\$000	
		Total da verba.....		800:000\$000	

ANNEXO E

Montepio

Quadro dos contribuintes do montepio dos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores que falleceram e a cujas familias foram abonadas quantias para funeral ou luto e pensões, desde 1890 até 30 de abril de 1923

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL	
Francisco Gil Castello Branco.	Consul Geral de 2ª classe	6 de setembro de 1891.	200\$000	(*) Theodora de Britto Castello Branco, viuva	23 de janeiro de 1892...	750\$000	
				Filhos... { (*) Francisco Gil.....	Idem.....	375\$000	
					{ Dora Antonietta.....	Idem.....	375\$000
José Coelho Gomes.....	2º Secretario de Legação	6 de julho de 1892.....	200\$000	Luiza Hatcher Gomes, viuva.....	5 de setembro de 1892.	1:250\$000	
Dr. Luiz Pires Garcia.....	Consul Geral de 1ª classe	24 de outubro de 1892 .	200\$000	(*) Rosa de Amorim Pires Garcia, viuva....	26 de dezembro de 1892.	2:000\$000	
Francisco Paulo de Faria.....	Continuo desta Secretaria de Estado.....	16 de abril de 1893.....	200\$000	(*) Rita Maria de Faria, viuva.....	17 de abril de 1893.....	300\$000	
				Filhos... { (*) Horacio.....	Idem.....	100\$000	
					{ (*) Julieta.....	Idem.....	100\$000
					{ (*) Carlos.....	Idem.....	100\$000
Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrade.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1ª classe....	25 de março de 1893....	200\$000	Filhos... { Georgina.....	23 de maio de 1893....	750\$000	
					{ Helena.....	Idem.....	750\$000
					{ (*) Eduardo.....	Idem.....	750\$000
					{ Maria.....	Idem.....	750\$000
Luiz Caetano da Silva.....	Director de Secção desta Secretaria de Estado.	22 de julho de 1893.....	200\$000	(*) Firmina Caetano da Silva Cremona, irmã,	27 de julho de 1893....	1:200\$000	
				Marietta Bastos Monteiro de Oliveira, sobrinha.....	Idem.....	1:200\$000	
José Gurgel do Amaral Valente.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1ª classe....	3 de junho de 1893....	200\$000	(*) Leopoldina Gasselseder, viuva.....	24 de agosto de 1893...	3:000\$000	
João Carneiro do Amaral.....	Director de Secção desta Secretaria de Estado.	1º de outubro de 1893..	200\$000	Lavinia Ludwig do Amaral, neta.....	7 de outubro de 1893..	2:400\$000	
Antonio Augusto de Castilho..	Consul Geral de 1ª classe	19 de janeiro de 1894...	200\$000	Maria Oliveira de Castilho, viuva.....	17 de março de 1894....	1:000\$000	
				Maria de Castilho, filha.....	Idem.....	1:000\$000	

NOMES DOS CONTRIBUENTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Thomaz Fortunato de Brito...	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1ª classe....	27 de fevereiro de 1894..	200\$000	(*) Maria Fortunata Hartley, irmã (*) Elisa Fortunata de Brito Azambuja, irmã Carolina Saldanha da Gama, sobrinha.....	31 de março de 1894.... Idem..... Idem.....	1:000\$000 1:000\$000 500\$000
Cesar Augusto Vianza de Lima	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 2ª classe....	15 de setembro de 1894..	200\$000	Grimaneza Vianna de Lima, viuva.....	28 de dezembro de 1894..	2:500\$000
Quirino Augusto da Cunha Bastos.....	1º Official desta Secretaria de Estado.....	1 de maio de 1895.....	200\$000	Alzira Herminia Bruce da Cunha Bastos, viuva..... Filhos.... { (*) Irineu (*) Quirino Hortencia..... Laura.....	27 de maio de 1895..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	950\$000 237\$500 237\$500 237\$500 237\$500
Pedro Candido Affonso de Carvalho.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 2ª classe....	14 de maio de 1895.....	200\$000	Manoela Affonso de Carvalho, viuva..... Filhos.... { (*) Julia Adelia..... (*) Henrique José Sebastião..... (*) Frederico Affonso.....	19 de setembro de 1895.. Idem..... 25 de maio de 1896..... 19 de setembro de 1895..	1:250\$000 416\$866 416\$866 416\$866
Rita Maria de Faria.....	Viuva do continuo desta Secretaria de Estado Francisco Paula de Faria.....	16 de janeiro de 1896....		(*) Carlos Paulo de Faria, filho.....	4 de março de 1896....	300\$000
João Francisco Leite Nunes..	Consul.....	29 de janeiro de 1896....	200\$000	(*) Thereza da Conceição Castro Nunes, viuva Filhos.... { (*) Francisca..... (*) Clelia..... (*) José..... (*) Thereza..... (*) Maria Estella..... (*) Marianna..... (*) Carlos..... (*) Plinio.....	25 de março de 1896.... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	625\$000 78\$125 78\$125 78\$125 78\$125 78\$125 78\$125 78\$125

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA APOusada PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Joaquim Maria Nascentes de Azambuja.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado....	12 de junho de 1896.....	200\$000	(*) Feliciano Vandelli de Andrade Azambuja, viuva.....	3 de julho de 1896.....	1:600\$000
Pedro Pinheiro Guimarães....	Director de Secção desta Secretaria de Estado.	8 de junho de 1896.....	200\$000	(*) Henriqueta Ferreira Pinheiro Guimarães, viuva.....	15 de outubro de 1893..	2:400\$000
Antonio de Araujo Itajubá....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	3 de novembro de 1897.	200\$000	Maria Elisa Pereira da Silva, viuva.....	18 de março de 1898....	3:000\$000
Francisco Vieira Monteiro....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario	23 de fevereiro de 1898..	200\$000	Joaquina de Amorim Vieira Monteiro, viuva	15 de junho de 1898.....	1:500\$000
				Filhos.... { Maria Isabel	Idem.....	750\$000
				{ Joaquina Maria Anna.	Idem.....	750\$000
Napoleão de Siqueira Lamaix.	1º Secretario de Legação aposentado.....	31 de outubro de 1896...	200\$000	Frederica de Siqueira Lamaix, viuva.....	10 de outubro de 1898..	1:500\$000
Dr. Casemiro Dias Vieira Junior.....	Consul.....	30 de janeiro de 1897....	200\$000	Filhos.... { (*) Ricardo.....	23 de novembro de 1898..	208\$333
				{ (*) Maria Thereza.....	Idem.....	208\$333
				{ (*) Amalia.....	Idem.....	208\$333
				{ (*) Mercedes.....	Idem.....	208\$333
				{ (*) Delia.....	Idem.....	208\$333
				{ (*) Fernando.....	Idem.....	208\$333
Alfredo José Ferreira Baptista	2º Official desta Secretaria de Estado.....	21 de outubro de 1899...	200\$000	Maria Carolina Ferreira Baptista, viuva....	8 de novembro de 1899	750\$000
				Filhos.... { Nestor.....	Idem.....	250\$000
				{ Walkyria.....	Idem.....	250\$000
				{ (*) Eduardo.....	Idem.....	250\$000
Bacharel Luiz Caetano Pereira Guimarães	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado....	19 de maio de 1898.....	200\$000	Filhos.... { Iracema.....	26 de março de 1900....	625\$000
				{ Gabriella.....	Idem.....	625\$000
				{ (*) Horacio.....	Idem.....	625\$000
				{ (*) Gabriel.....	Idem.....	625\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Theodora de Brito Castello Branco.....	Viuva do Consul Geral de 2ª classe Francisco Gil Castello Branco...	25 de março de 1899.....		Filhos... { (*) Francisco Gil..... Dora Antonietta.....	Apostila de 20 de fevereiro de 1900.....	375\$000 375\$000
Leonardo Lessa Junior.....	Amanuense desta Secretaria de Estado.....	15 de fevereiro de 1900..	200\$000	Emilia Carolina Coelho Lessa, irmã.....	3 de abril de 1900.....	1:100\$000
Egas Muniz Barreto de Araújo.....	1º Secretario de Legação	8 de outubro de 1893...	200\$000			
Oscar Reyndner do Amaral....	1º Secretario de Legação	29 de setembro de 1899..	200\$000			
Dr. José Joaquim Ferreira Valla.....	Consul Geral de 1ª classe	2 de fevereiro de 1899..	200\$000	Filhos... { (*) Josephina Hoffmann do Des-terro..... (*) Carolina Hoffmann do Des-terro.....	11 de julho de 1900..... Idem.....	1:000\$000 1:000\$000
Bacharel Carlos Vieira Ferreira.....	Ex-2º Secretario de Legação.....	3 de junho de 1900.....	200\$000	(*) Albertina de Gusmão Vieira Ferreira, viuva.....	24 de outubro de 1900..	1:250\$000
João Pereira de Andrada.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado.....	28 de agosto de 1900.....	200\$000	Filhas... { Julia de Argollo Ferrão, casada. Alexandrina Olga de Andrada e Silva, casada..... Paulina Andrada Accioli de Brito, casada.....	19 de janeiro de 1901... Idem..... Idem.....	1:000\$000 1:000\$000 1:000\$000
Bacharel Americo de Campos.	Consul Geral de 2ª classe	21 de janeiro de 1900...	200\$000	(*) Anna Amalia Peixoto de Azevedo Campos, viuva..... (*) Maria Amalia de Campos, filha.....	8 de março de 1901.... Idem.....	750\$000 750\$000
Joaquim Tibiriçá Pinheiro Guimarães.....	2º Official desta Secretaria de Estado.....	26 de fevereiro de 1901..	200\$000	Cecilia Roxo Pinheiro Guimarães, viuva... Filhos... { Heloisa..... Jayme..... Abelardo..... Nair.....	8 de abril de 1901.... Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	750\$000 187\$500 187\$500 187\$500 187\$500

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Manoel de Azevedo Barroso Bastos	Consul Geral de 1ª classe	9 de abril de 1901.....	200\$000	(*) Mathilde de Azevedo Barroso Bastos,viuva	31 de dezembro de 1901.	2:000\$000
Antonio Joaquim Netto dos Reys.....	Consul Geral de 2ª classe	22 de agosto de 1901....	200\$000	Filhos.... (*) Maria Antonia..... (*) Hugo (*) Mario (*) Francisca Hilda..... (*) Luiz.....	22 de fevereiro do 1902.. Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	300\$000 300\$000 300\$000 300\$000 300\$000
Miguel Francisco do Monte Junior.....	1º Official desta Secre- taria de Estado.....	29 de janeiro de 1902....	200\$000	Florencia de Castro Monte, viuva..... Filhos.... Dulce..... Anna..... (*) Rubens..... Cordelia..... Heloisa..... Luiz..... Abelardo..... (*) Maria de Lourdes.....	13 de março de 1902.... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	950\$000 118\$750 118\$750 118\$750 118\$750 118\$750 118\$750 118\$750 118\$750
Luiz Pedro da Silva Rosa.....	Director de Secção apo- sentado desta Secre- taria de Estado.....	21 de novembro de 1903..	200\$000	(*) Amalia Lisboa de Oliveira Rosa, viuva.. Filhas.... { Albertina Lisboa da Silva Rosa. { (*) Maria Olympia Lisboa da Silva Rosa.....	3 de dezembro de 1903. Idem..... Idem.....	1:200\$000 600\$000 600\$000
José Antonio de Oliveira Leitão	Correio aposentado desta Secretaria de Estado.	24 de setembro de 1903..	200\$000	(*) Josepha Honorata Pereira Leitão, viuva.	11 de janeiro de 1904...	600\$000
João Germano Vieira de Barros	Director de Secção apo- sentado desta Secre- taria de Estado.....	13 de janeiro de 1904....	200\$000	Abigail de Barros, filha solteira	3 de fevereiro de 1904.	2:400\$000
José de Almeida e Vascon- cellos	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario	29 de julho de 1903.....	200\$000	Adelaide de Almeida e Vasconcellos, viuva.	26 de fevereiro 1904....	3:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Domingos José da Silva Azevedo.....	Consul Geral de 1ª classe	21 de julho de 1903.....	200\$000	Maria Isabel de Azevedo, viuva.....	29 de fevereiro de 1904..	1:000\$000
				Filhos.... { Esther de Azevedo.....	Idem.....	333\$333
				{ Euridyce Inah de Azevedo.....	Idem.....	333\$333
				{ (*) Luiz de Azevedo.....	Idem.....	333\$333
Henrique de Barros Cavalcante de Lacerda.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado.....	24 de novembro de 1904.	200\$000	Luiza Maria Peixoto de Brito e Mello Cavalcante de Lacerda, viuva.....	19 de dezembro de 1904.	3:000\$000
José Pedro Wernêck Ribeiro de Aguiar.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1ª classe aposentado	18 de outubro de 1903...	200\$000	Albertina Werneck Ribeiro de Aguiar, viuva, interdicta.....	21 de março de 1905....	3:000\$000
Eduardo Octaviano.....	Consul Geral de 2ª classe	13 de novembro de 1903.	200\$000	Vera Octaviano, viuva.....	19 de março de 1906....	1:500\$000
Carlos Mauricio da Silva.....	Correio aposentado desta Secretaria de Estado.	15 de julho de 1904.....	200\$000	(*) Carlota Joaquina das Dores, viuva.....	29 de março de 1906....	300\$000
				(*) Marianna Mauricia da Silva, filha	Idem.....	300\$000
Carlos Fraenkel.....	Consul aposentado.....	12 de maio de 1906.....	200\$000	Aldina de Magalhães Fraenkel, viuva.....	31 de agosto de 1906....	700\$000
				Filhos.... { (*) Walter	Idem.....	175\$000
				{ Edith	Idem.....	175\$000
				{ Benjamin Constant.....	Idem.....	175\$000
				{ Carlos	Idem.....	175\$000
Pedro de Castro Pereira Sodré	Consul Geral de 1ª classe	8 de julho de 1906.....	200\$000	(*) Isabel Tross Pereira Sodré, viuva.....	26 de dezembro de 1906.	2:000\$000
Olympio Adolpho de Souza Pitanga.....	Consul Geral de 1ª classe	13 de outubro de 1906...	200\$000	Regina Lydia Pitanga, filha maior e solteira	2 de julho de 1907.....	2:000\$000
José Alexandrino de Oliveira..	Director de Secção desta Secretaria de Estado.	20 de novembro de 1907.	200\$000	Eugenia Baptista de Oliveira, viuva... ..	11 de dezembro de 1907.	3:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Francisco Ignacio de Carvalho Moreira.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado.....	1 de abril de 1906.....	200\$000	Carlota de Carvalho Moreira, viuva.....	6 de maio de 1908.....	3:000\$000
Vital do Espirito Santo Fontenelle.....	2º Official desta Secretaria de Estado.....	22 de junho de 1908.....	200\$000	(*) Castorina de Oliveira Fontenelle, viuva.. Gilda, filha.....	30 de julho de 1908..... Idem.....	800\$000 800\$000
Feliciano José da Costa.....	Director de Secção aposentado desta Secretaria de Estado.....	17 de julho de 1909.....	200\$000	Filhas solteiras e maiores { Amelia Mattos da Costa..... Elvira Mattos da Costa..... Maria da Gloria Mattos da Costa.....	3 de setembro de 1909.. Idem..... Idem.....	800\$000 800\$000 800\$000
Francisco de Paula Araujo e Silva.....	2º Secretario de Legação	20 de agosto de 1909....	200\$000	Luiza Carolina de Araujo e Silva, irmã solteira.....	27 de setembro 1909....	2:000\$000
Dr. Alfredo Sergio Teixeira de Macedo.....	Ex-Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	10 de janeiro de 1906....	200\$000	Anna Francisca da Silveira Teixeira de Macedo, viuva.....	7 de junho de 1910....	3:000\$000
Ernesto Augusto Ferreira....	1º Official desta Secretaria de Estado.....	9 de maio de 1910.....	200\$000	Maria Augusta Ferreira, irmã maior e solteira.....	28 de junho de 1910.....	3:100\$000
José Cordeiro do Rego Barros	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	31 de dezembro de 1908..	200\$000	Ellen do Rego Barros, viuva.....	20 de julho de 1910.....	3:333\$333
José Augusto Ferreira da Costa.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	1 de abril de 1910.....	200\$000	Candida Dyonisia da Costa, irmã maior e solteira..... Maria Aurea Porciuncula da Costa, irmã maior e solteira.....	16 de fevereiro de 1911.. Idem.....	1:666\$666 1:666\$666
Castorina de Oliveira Fontenelle.....	Viuva do 2º Official desta Secretaria de Estado, Vital do Espirito Santo Fontenelle.....			Gilda, filha menor e solteira.....	28 de março de 1911....	800\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTE	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATAS DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
José Antonio d'Espinheiro....	Director de Secção desta Secretaria de Estado..	30 de março de 1911.....	200\$000	Maria Carlota da Conceição Espinheiro, viuva	7 de julho de 1911	3:600\$000
José Joaquim Gomes dos Santos.....	Consul Geral de 1ª classe	23 de julho de 1910.....	200\$000	Firmina Ferrer de Gomes dos Santos, viuva..	25 de julho de 1911.....	3:600\$000
João Belmiro Leoni.....	Consul Geral de 1ª classe	3 de junho de 1910.....	200\$000	Mercedes Werneck Leoni, filha menor e sol- teira.....	25 de julho de 1911.....	1:800\$000
				Carmen Werneck Leoni, filha menor e sol- teira.....	Idem.....	1:800\$000
Dr. David Moretzsohn Cam- pista.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario	12 de outubro de 1911....	200\$000	Jovita Maia Campista, viuva	20 de julho de 1912.....	1:666\$666
				Olga Campista, filha maior e solteira.....	Idem.....	416\$666
				Filhas menores { Lucilia	Idem.....	416\$666
				{ Dora.....	Idem.....	416\$666
				{ Elsa.....	Idem.....	416\$666
Joaquim da Silva Lessa Para- nhos	Vice-Consul	9 de abril de 1912.....	200\$000	Amelia Sabina Jacomella Paranhos, viuva..	29 de julho de 1912.....	1:333\$333
Julio Henrique de Mello e Alvim.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario	9 de março de 1912.....	200\$000	Henriqueta da Terra Vianna, filha casada..	5 de novembro de 1912.	3:333\$333
Paulino José Soares Pereira..	Porteiro desta Secreta- ria de Estado.....	13 de novembro de 1912.	200\$000	Evangelina Pereira Franco de Sá, filha ca- sada.....	9 de janeiro de 1913....	2:000\$000
Eugenio Ferraz de Abreu....	1º Official desta Secre- taria de Estado.....	22 de outubro de 1912...	200\$000	Carmen Ferraz de Oliveira, filha casada....	24 de janeiro de 1913....	3:200\$000
João Ventura Rodrigues.....	Continuo desta Secre- taria de Estado.....	10 de novembro de 1912.	200\$000	Cecilia Ventura Rodrigues, filha maior e solteira.....	7 de março de 1913....	1:200\$000
João Vieira da Silva.....	Consul Geral de 1ª classe	18 de agosto de 1912....	200\$000	Ida Reis Vieira da Silva, viuva.....	12 de março de 1913....	3:600\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Raul de Souza Carvalho.....	3º Official desta Secretaria de Estado.....	20 de outubro de 1912...	200\$000	(*) Maria Izabel Pinheiro de Souza Carvalho, viuva..... Murillo, filho menor.....	26 de agosto de 1913... Idem.....	900\$000 1:800\$000
Joaquim Ferraz Rego.....	Consul Geral de 1ª classe	28 de julho de 1912.....	200\$000	Maria de Azambuja Ferraz Rego, viuva.. Gabriel, filho menor.....	26 de agosto de 1913... Idem.....	1:800\$000 1:800\$000
Aluizio Azevedo.....	Consul Geral de 2ª classe	21 de janeiro de 1913....	200\$000	(*) Camilla Amalia de Azevedo Lobato, irmã viuva.....	26 de agosto de 1913..	3:600\$000
João Antonio Rodrigues Martins.....	Consul Geral de 1ª classe	27 de dezembro de 1912..	200\$000	Helena Tavares Rodrigues Martins, viuva.	26 de agosto de 1913...	3:600\$000
Manoel Ferraz de Campos Salles.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	28 de junho de 1913.....	200\$000	(*) Anna Gabriella de Campos Salles, viuva.. (*) Helena de Campos Salles, filha maior e solteira.. (*) Leonor de Campos Salles, filha maior e solteira.....	22 de dezembro de 1913.. Idem..... Idem.....	1:666\$666 1:666\$666 1:666\$666
Arthur Stockler Pinto de Menezes.....	2º Secretario de Legação	29 de maio de 1913.....	200\$000	Olga Brandini Stockler Pinto de Menezes, viuva..... Filhos { Thales Alexandre..... Moema Herminia..... Archimedes..... Eloíma..... Nary.....	12 de janeiro de 1913... Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	1:333\$333 266\$666 266\$666 266\$666 266\$666
José Calmon Nogueira Valle da Gama.....	Consul Geral de 1ª classe	5 de fevereiro de 1913.	200\$000	(*) Rosa Monica Nogueira Valle da Gama, viuva..... (*) Rosa Maria Calmon da Gama, filha maior e solteira..... (*) Anna Romana Calmon da Gama, filha maior e solteira.....	13 de março de 1920.... 23 de janeiro de 1914... 13 de março de 1920....	4:666\$666 900\$000 2:333\$333
Thomaz Pompeu Lopes Ferreira.....	2º Secretario de Legação	15 de julho de 1913.....	200\$000	(*) Jesuina Inglez de Souza Lopes Ferreira, viuva..... (*) Herculano, filho menor.....	23 de janeiro de 1914... Idem.....	1:000\$000 1:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Joaquim Aurelio Nabuco de Araujo.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	17 de janeiro de 1910...	200\$000	Evelina Nabuco, viuva..... Maria Carolina Nabuco, filha maior e solteira..... Filhos menores. } Mauricio Nabuco (*). } Joaquim..... } Maria Anna..... } José Thomaz.....	14 de fevereiro de 1914. Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	1:666\$666 333\$333 333\$333 333\$333 333\$333
Benjamin Borges Ribeiro da Costa.....	2º Official desta Secretaria de Estado.....	12 de fevereiro de 1914..	200\$000	Constança do Paço Borges da Costa, mãe viuva..... Evangelina Borges Ribeiro da Costa, irmã maior e solteira.....	10 de março de 1914... Idem.....	1:200\$000 1:200\$000
Salvador de Mendonça.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	5 de junho de 1913....	200\$000	(*) Maria Redmar de Mendonça, viuva.... (*) Amalia Helena de Mendonça, filha maior e solteira..... (*) Valentina de Mendonça, filha maior e solteira.....	20 de março de 1914... Idem..... Idem.....	1:666\$666 833\$333 833\$333
Francisco Xavier da Cunha..	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	13 de dezembro de 1913..	200\$000	Amelia Coutinho Xavier da Cunha, viuva...	3 de julho de 1914.....	3:333\$333
Heraclito de Alencastro Pereira da Graça.....	2º Consultor Juridico do Ministerio.....	16 de abril de 1914....	200\$000	Eliza Barreto da Graça, viuva..... Maria Adelaide Graça, filha maior e solteira..... Fernando Barreto Graça, menor.....	2 de outubro de 1914.... Idem..... Idem.....	1:800\$000 900\$000 900\$000
José Maria da Gama Dias Berquó.....	Consul Geral.....	17 de outubro de 1913...	200\$000	Maria Thereza Berquó, neta maior e solteira	16 de dezembro de 1914..	1:500\$000
Brazilio Itiberê da Cunha....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	11 de agosto de 1913....	200\$000	(*) Leopoldina Itiberê da Cunha, viuva..... (*) Maria Leopoldina, filha menor e solteira. (*) Maria Adelaide, idem..... (*) Maria Brazilia, idem.....	18 de dezembro de 1914.. Idem..... Idem..... Idem.....	1:666\$666 555\$555 555\$555 555\$555

NOMES DOS CONTRIBUENTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Raymundo de Sá Valle.....	Consul Geral de 1ª classe	25 de setembro de 1914..	200\$000	(*) Sylvia de Sá Valle, viuva.....	19 de fevereiro de 1915..	3:600\$000
Eduardo Drolhe Fasciotti.....	Consul Geral de 1ª classe	28 de outubro de 1913...	200\$000	Leocadia Fonseca de Drolhe Fasciotti, viuva	25 de maio de 1915.....	3:600\$000
Eduardo Callado.....	Enviado Extraordinario o Ministro Plenipoten- ciario aposentado.....	14 de outubro de 1914...	200\$000	Henriqueta Zeballos de Callado, viuva.....	25 de maio de 1915.....	1:600\$000
Oscar de Souza Azevedo.....	Continuo desta Secre- taria de Estado.....	17 de março de 1915.....	200\$000	Maria Martins de Azevedo, viuva.....	20 de julho de 1915.....	600\$000
				Filhos menores { Oscarina..... Idem..... Maria Amelia..... Idem..... Oswaldina..... Idem..... Hilda..... Idem..... Adriano..... Idem.....		120\$000 120\$000 120\$000 120\$000 120\$000
Jorge Francisco Henrique Feldtmann.....	Chancellor.....	1 de dezembro de 1913..	200\$000	Martha Feldtmann, viuva.....	5 de novembro de 1915	1:333\$333
Raul Franklin Reydner do Amaral.....	1º Secretario de Legação	12 de junho de 1913.....	200\$000	Sarah Durrant do Amaral, viuva....	8 de novembro de 1915	1:333\$333
				Maida Lilla Violet Durrant do Amaral, filha menor.....	Idem.....	666\$666
				Orlando Victor Reydner do Amaral, filho menor.....	Idem.....	666\$666
Carlos Gonçalves da Silva....	2º Secretario de Legação	13 de agosto de 1915.....	200\$000	Alice Pereira Pinto da Silva, viuva.....	14 de março de 1916...	1:000\$000
Vicente Ferrer de Barros Wan- derley e Araujo.....	Vice-Consul.....	16 de maio de 1915.....	200\$000	Carlos Emilio, filho menor.....	Idem.....	1:000\$000
				Ephygenia Villares Wanderley Araujo, viuva	18 de maio de 1916.....	666\$666
				Maria Vicentina Araujo Ferrer, filha maior e solteira.....	Idem.....	333\$333
				Ephygenia Villares Wanderley e Araujo. filha maior e solteira	Idem.....	333\$333

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Jorge de Vasconcellos Esteves.	2º Secretario de Legação	21 de julho de 1915.....	200\$000	(*) Estella de Vasconcellos Esteves, viuva...	21 de julho de 1916.....	2:000\$000
José Lucas Gomes da Silva....	Continuo.....	12 de agosto de 1916....	200\$000	Cecilia Vianna Gomes da Silva, viuva....	7 de outubro de 1916...	1:200\$000
Antonio Pereira de Miranda...	Porteiro aposentado....	16 de maio de 1917.....	200\$000	Otilia Pereira de Miranda, filha maior e solteira.....	9 de junho de 1917.....	1:000\$000
				Isaura Pereira de Miranda, filha maior e solteira.....	Idem.....	1:000\$000
Sully José de Souza.....	Consul Geral de 1ª classe	23 de março de 1917.....	200\$000	Amelia Sully de Souza, viuva.....	2 de outubro de 1917..	1:800\$000
				Amelia Sully de Souza, filha maior e solteira.....	Idem.....	1:800\$000
Joaquim Carneiro de Mendonça.....	Consul Geral de 2ª classe	2 de março de 1917....	200\$000	(*) Dora Carneiro de Mendonça, filha maior e solteira.....	Idem.....	1:800\$000
Dr. José Fortunato da Silveira Bulcão.....	Consul Geral de 1ª classe, aposentado.....	30 de setembro de 1917..	200\$000	Brasilia Bulcão, filha maior e solteira.....	12 de novembro de 1917	1:600\$000
Henrique Mamede Lins de Almeida.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, aposentado...	19 de janeiro de 1918 ..	200\$000	(*) Maria Luiza Lins de Almeida, viuva...	19 de janeiro de 1918...	1:666\$666
José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	10 de fevereiro de 1912	200\$000	(*) Helena Lins de Almeida, filha maior e solteira.....	Idem.....	1:666\$666
Alberto Fialho.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, aposentado....	3 de agosto de 1917....	200\$000	(*) Clotilde da Silva Paranhos do Rio-Branco, filha maior e divorciada.....	23 de janeiro de 1918...	3:333\$333
				Sarah Hamilton de Fialho, viuva.....	8 de março de 1918...	4:000\$000
				Constança, filha menor, nascida em 4 de Outubro de 1900.....	Idem.....	2:000\$000
				Sarah, filha menor, nascida em 4 de outubro de 1900.....	8 de março de 1918....	2:000\$000
Benjamin Graça.....	Consul Geral de 2ª classe, aposentado.....	10 de dezembro de 1917	200\$000	(*) Josepha Henriques Graça, viuva.....	24 de abril de 1918.....	1:666\$666

NOMES DOS CONTRIBUINTE	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Joaquim Carneiro de Mendonça.....	Consul Geral de 2ª classe.....	2 de março de 1914...	200\$000	(*) Laura Graça, filha maior e solteira..... (*) Noemia Graça, filha maior e solteira..... Ernestina Carneiro de Mendonça, viuva.....	24 de abril de 1913..... Idem..... 10 de outubro de 1913..	833\$333 833\$333 1:800\$000
Torquato Rosa Moreira Junior	1º Official.....	23 de janeiro de 1919...	200\$000	Nafr Aguirre Moreira, viuva..... Elsa, filha menor, nascida em 8 de julho de 1916.....	28 de abril de 1919..... Idem.....	1:600\$000 1:600\$000
Paulo de Godoy.....	2º Secretario de Legação	3 de fevereiro de 1919..	200\$000	Luz Mendez Godoy, viuva.....	16 de maio de 1919.....	2:000\$000
Americo Santos.....	Consul.....	21 de dezembro de 1918..	200\$000	(*) Palmyra Aranha Santos, viuva..... (*) Elisabeth Maria America, filha menor, nascida em 15 de janeiro de 1905..... (*) Maria Ernestina, filha menor, nascida em 12 de janeiro de 1910.....	21 de maio de 1919..... 21 de maio de 1919..... 21 de maio de 1919..	1:333\$333 666\$666 666\$666
Adolpho Affonso da Silva Gordo.....	1º Secretario de Legação	31 de dezembro de 1913.	200\$000	Helena, irmã menor e solteira, nascida em 23 de novembro de 1914..... Carolina, irmã menor e solteira, nascida em 31 de janeiro de 1905.....	24 de julho de 1919..... 24 de julho de 1919.....	1:333\$333 1:333\$333
Dr. Francisco Eugenio Emilio Emery.....	Consul Geral de 1ª classe.....	25 de fevereiro de 1919..	200\$000	Serafina Lagos de Emery, viuva.....	13 de agosto de 1919...	2:333\$333
Alfredo Carlos Alcoforado....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	8 de agosto de 1913...	200\$000	Sofia Serafina Emery, filha maior e solteira. Alice Alcoforado, viuva.....	13 de agosto de 1919.... 6 de setembro de 1919.	2:333\$333 5:000\$000
Arino Ferreira Pinto.....	Director de Secção desta Secretaria do Estado.	7 de abril de 1919.....	200\$000	Elvira Reis Ferreira Pinto, viuva.....	20 de abril de 1919.....	4:000\$000
Nicoláo Pinto da Silva Valle..	Consul geral de 1ª classe aposentado.....	20 de maio de 1919.....	200\$000	Hilda de Mattos Pereira Valle, viuva..... Maria Antonia, filha menor, nascida em 16 de dezembro de 1912.....	18 de maio de 1920..... 13 de maio de 1920.....	4:036\$044 672\$674

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
				Maria Angelica, filha menor, nascida em 26 de setembro de 1916.....	18 de maio de 1920.....	672\$674
				Carlos Antonio, filho menor, nascido em 30 de agosto de 1914.....	18 de maio de 1920.....	672\$674
				Jayme, filho menor, nascido em 7 de setembro de 1910.....	18 de maio de 1920.....	672\$674
				Fernando, filho menor, nascido em 16 de julho de 1909.....	18 de maio de 1920.....	672\$674
Henrique Mamede Lins de Almeida.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado.....	25 de outubro de 1917..	200\$000	Octavio, filhe menor, nascido em 23 de novembro de 1900.....	18 de maio de 1920.....	662\$674
				Maria Luiza Lins de Almeida, viuva.....	11 de junho de 1920....	4:000\$000
Joaquim Carneiro de Mendonça.....	Consul Geral de 2ª classe.....	2 de março de 1915....	200\$000	Helena Lins de Almeida, filha menor.....	11 de junho de 1920....	4:000\$000
				Ernestina Carneiro de Mendonça, viuva....	25 de junho de 1920....	4:363\$636
Dr. Bazilio Itiberê da Cunha..	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	11 de agosto de 1913...	200\$000	Dora Carneiro de Mendonça, filha maior, solteira.....	25 de junho de 1920....	4:363\$636
				Leopoldina Itiberê da Cunha, viuva.....	10 de julho de 1920.....	2:826\$800
				Maria Leopoldina, filha menor, nascida em 4 de dezembro de 1898.....	10 de julho de 1920.....	942\$100
				Maria Adelaide, filha menor, nascida em 1 de setembro de 1901.....	10 de julho de 1920.....	942\$100
José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	10 de fevereiro de 1912.	200\$000	Maria Brazilia, filha menor, nascida em 2 de maio de 1900.....	10 de julho de 1920.....	942\$100
				Clotilde da Silva Paranhos do Rio Branco, filha maior, divorciada.....	11 de agosto de 1920...	5:617\$058
Dr. Raymundo de Sá Valle...	Consul Geral de 1ª classe.....	25 de setembro de 1914.	200\$000	Sylvia Varella de Sá Valle, viuva.....	19 de agosto de 1920...	11:184\$464
José Calmon Nogueira Valle da Gama.....	Consul Geral em Montevideo.....	5 de fevereiro de 1913.	200\$000	Rosa Monica Nogueira Valle da Gama, viuva.....	27 de agosto de 1920...	3:910\$765

NOMES DOS CONTRIBUINTE	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Americo Santos.....	Consul.....	21 de dezembro de 1918.	200\$000	Anna Romana Calmon da Gama, filha maior, solteira.....	27 de agosto de 1920...	1:955\$392
				Palmyra Aranha Santos, viuva.....	11 de setembro de 1920.	2:639\$174
				Elizabeth Maria America, filha menor, nascida em 15 de janeiro de 1905.....	11 de setembro de 1920.	1:319\$587
Salvador de Mendonça.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	5 de dezembro de 1913.	200\$000	Maria Ernestina, filha menor, nascida em 12 de janeiro de 1910.....	11 de setembro de 1920.	1:319\$587
				Maria Redanan de Mendonça, viuva.....	13 de setembro de 1920.	4:000\$000
				Amalia Helena de Mendonça, filha maior, solteira.....	13 de setembro de 1920.	2:000\$000
Manoel de Azevedo Barroso Bastos.....	Consul Geral de 1ª classe em Iquitos.....	9 de abril de 1901.....	200\$000	Valentina de Mendonça, filha maior, solteira.....	13 de setembro de 1920.	2:000\$000
				Mathilde de Azevedo Barroso Bastos, viuva.....	23 de novembro de 1920.	4:529\$138
Pedro de Castro Pereira Sodré.	Consul Geral de 1ª classe.....	8 de julho de 1900.....	200\$000	Isabel Tross Pereira Sodré, viuva.....	23 de novembro de 1920.	3:232\$927
Thomaz Pompéu Lopes Ferreira.....	Segundo Secretario de Legação.....	15 de julho de 1913.....	200\$000	Jesuina Inglez de Souza Lopes Ferreira, viuva.....	27 de novembro de 1920.	1:699\$115
				Herculano, filho menor, nascido em 8 de novembro de 1907.....	27 de novembro de 1920.	1:699\$115
João Francisco Leite Nunes...	Consul no Salto.....	29 de janeiro de 1896...	200\$000	Thereza da Conceição Castro Nunes, viuva.	29 de novembro de 1920.	1:881\$533
				Francisca Castro Nunes, filha maior, solteira.....	29 de novembro de 1920.	235\$191
				Thereza Castro Nunes, filha maior, solteira.....	29 de novembro de 1920.	235\$191
				Maria Estella Castro Nunes, filha maior, solteira.....	29 de novembro de 1920.	235\$191
				Marianna Castro Nunes, filha maior, solteira	29 de novembro de 1920.	235\$191
				Clelia Castro Nunes, filha maior, solteira...	29 de novembro de 1920.	235\$191

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Aluizio de Azevedo.....	Consul Geral de 2ª classe.....	21 de janeiro de 1913...	200\$000	Camilla Amalia de Azevedo Lobato, irmã viuva.....	2 de dezembro de 1920.	6:704\$170
Manoel Ferraz de Campos Salles.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	23 de junho de 1913....	200\$000	Helena de Campos Salles, filha maior, solteira Leonor de Campos Salles, filha maior, solteira.....	24 de dezembro de 1920. 24 de dezembro de 1920.	2:831\$353 2:831\$851
Henrique Carlos de Ribeiro Lisboa.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	3 de julho de 1920.....	200\$000	Henriqueta de Rostaing Lisboa, viuva.....	31 de dezembro de 1920.	2:666\$666
Alfredo Sergio Teixeira de Macedo.....	Ex-Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	10 de janeiro de 1903...	200\$000	Guagerita Henriqueta Rostaing Lisboa de Shau, filha maior e viuva..... Anna Francisca da Silveira Teixeira de Macedo, viuva.....	31 de dezembro de 1920. 2 de fevereiro de 1921.	2:666\$666 4:853\$932
Benjamin Graça.....	Consul Geral de 2ª classe aposentado.....	10 de novembro de 1917.	200\$000	Josepha Henriques Graça, viuva..... Laura Graça, filha maior, solteira..... Noemia Graça, filha maior, solteira.....	25 de fevereiro de 1921. 25 de fevereiro de 1921. 25 de fevereiro de 1921.	3:100\$923 1:550\$464 1:550\$464
Antonio Joaquim Netto dos Reis.....	Consul Geral de 2ª classe em disponibilidade....	22 de agosto de 1901...	200\$000	Francisca Hilda Netto dos Reis, filha maior, solteira..... Maria Antonia Netto dos Reis, filha maior, solteira.....	3 de março de 1921.... 23 de março de 1921....	778\$378 778\$378
Jorge de Vasconcellos Esteves.	Segundo Secretario de Legação.....	21 de julho de 1915....	200\$000	Stella de Vasconcellos Esteves, viuva.....	31 de março de 1924....	4:199\$270
João Francisco Leite Nunes..	Consul no Salto.....	29 de janeiro de 1893..	200\$000	Celia de Castro Nunes, filha maior, solteira	2 de abril de 1921....	235\$198
Eduardo Augusto Guilherme Thompson.....	Cartographo.....	31 de outubro de 1920..	200\$000	Julieta Thompson Guimarães, irmã viuva... Emilia Lilly Reeve, sobrinha, solteira Amelia Julieta Henriqueta Reeve, sobrinha, solteira.....	16 de abril de 1921.... 16 de abril de 1921.... 16 de abril de 1921....	83\$333 41\$666 41\$666

NOMES DOS CONTRIBUENTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Antonio de Freitas.....	Correio da Secretaria de Estado.....	26 de fevereiro de 1921.	200\$000	Maria da Silva Freitas.....	26 de maio de 1921....	600\$004
				Filhas menores { Odette.....	26 de maio de 1921....	150\$000
				{ Hilda.....	Idem.....	150\$000
				{ Humberto.....	Idem.....	150\$000
				{ Wilson.....	Idem.....	150\$000
Eduardo Felix Simões dos San- tos Lisboa.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario aposentado.....	11 de junho de 1921....	200\$000	Laura Latorre Lisboa.....	21 de setembro de 1921.	4:000\$000
				Maria Helena Latorre Lisboa, filha maior e solteira.....	Idem.....	4:000\$000
Enéas Martins.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	2 de julho de 1919.....	200\$000	Cacilda Martins, viuva.....	31 de agosto de 1921....	2:500\$000
				Enéas Martins Filho, filho menor.....	Idem.....	2:500\$000
Leonel Martiniano de Alencar.	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario aposentado.....	26 de março de 1921....	200\$000	Maria Angela de Alencar, filha maior e sol- teira.....	13 de dezembro de 1921	4:000\$000
				Josephina Alencar Isquierdo, filha maior e solteira.....	Idem.....	4:000\$000
Henrique Carlos de Ribeiro Lisboa.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario aposentado.....	3 de julho de 1920.....	200\$000	Henriette de Rostaing Lisboa, viuva.....	16 de janeiro de 1922...	8:000\$000
Rodrigo Heraclito Ribeiro....	Consul de 1ª classe.....	22 de maio de 1921....	200\$000	Noemia Caldeira de Sousa, viuva.....	5 de outubro de 1922..	1:666\$666
				Filhos menores { Ilka.....	Idem.....	555\$555
				{ Heraclito.....	Idem.....	555\$555
				{ Enéas.....	Idem.....	555\$555
Miguel José da Costa.....	Porteiro da Secretaria de Estado.....	5 de julho de 1922.....	200\$000	Carolina Tavares da Costa, viuva.....	8 de dezembro de 1922	3:000\$064

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Antonio da Fontoura Xavier..	Embaixador Extraordi- nario e Plenipotencia- rio.....	1 de abril de 1922.....	200\$000	Anna Sophia da Fontoura Xavier, viuva..... Anna Margarida da Fontoura Xavier, filha maior e solteira.....	11 de dezembro de 1922..... Idem.....	3:000\$000 3:000\$000
Francisco Regis de Oliveira..	Embaixador Extraordi- nario e Plenipoten- ciario.....	22 de janeiro de 1916...	200\$000	Amelia Maria Regina Luiza Regis de Oli- veira, filha maior e divorciada.....	21 de março de 1923....	3:333\$333
Antonio Jansen do Paço.....	Director de Secção da Secretaria de Estado..	26 de outubro de 1918...	200\$000	Laura Cardoso Jansen do Paço, viuva..... José, filho menor..... Maria Jansen do Paço, filha maior e solteira.	6 de abril de 1923..... Idem..... Idem.....	2:000\$000 1:000\$000 1:000\$000

Secção de Contabilidade — em 30 de Abril de 1923.